Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Faculdade de Educação

TESE DE DOUTORADO

A FORMAÇÃO DO HOMEM DO CONTESTADO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR – REPÚBLICA VELHA

Nilson Thomé

Orientador: Prof. Dr. José Luís Sanfelice

CAMPINAS
Fevereiro / 2007

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Faculdade de Educação

TESE DE DOUTORADO

A FORMAÇÃO DO HOMEM DO CONTESTADO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR – REPÚBLICA VELHA

Autor: Nilson Thomé
Orientador: Prof. Dr. José Luís Sanfelice

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Nilson Thomé e aprovada pela Comissão Julgadora.
Em 5 de fevereiro de 2007.

Assinatura:.....

Prof. Dr. José Luís Sanfelice - Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

_____
Prof. Dr. Sérgio Castanho

_____
Prof. Dr. José Claudinei Lombardi

_____
Prof. Dr. Sandino Hoff

_____
Profª Drª Maria Isabel do Nascimento

Campinas - 2007

© by Nilson Thomé, 2006.

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca da Faculdade de Educação/UNICAMP

Thomé, Nilson.
T369f A formação do homem do Contestado e a educação escolar – República Velha / Nilson Thomé. – Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador : José Luís Sanfelice.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação – História. 2. Educação escolar. 3. Cultura – História. 4. Santa Catarina – História, 1912-1916. 5. Brasil – História – Campanha do Contestado, 1912-1916. I. Sanfelice José Luís. II. Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-739-BFE

Título em inglês : Of the pertaining to school education and the formation man Contested - Old Republic
Keywords : Education – History; Pertaining to school education ; Culture – History; Santa Catarina - History, 1912-1916; Brazil - History - Campaign of the Contested one, 1912-1916.
Área de concentração : História, Filosofia e Educação
Titulação : Doutor em Educação
Banca examinadora : Prof. Dr. Sérgio Castanho
Prof. Dr. José Claudinei Lombardi
Prof. Dr. Sandino Hoff
Profa. Dra. Maria Isabel do Nascimento

Data da defesa: 05/02/2007
Programa de Pós-Graduação : Educação
e-mail : nilson@conection.com.br

RESUMO

Esta tese tem por objetivo contribuir para os estudos sobre a formação do homem do Contestado, habitante desde os tempos mais remotos do Centro-Oeste do Estado de Santa Catarina, com a descrição dos fatos mais marcantes do processo sócio-cultural relacionado com a evolução durante o período da Primeira República (1889-1930) e, paralelamente, contribuir para as investigações sobre a educação escolar nesta região. A pesquisa investiga as múltiplas e complexas relações presentes na formação da Região do Contestado, analisando seus determinantes políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais. Narra a história regional, destacando como seus principais pontos referenciais a Lei de Terras de 1850, o coronelismo, a Guerra do Contestado (1913-1916), a Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina (1853-1917). Assim, o estudo trata do espaço livre e da formação do Território Contestado, inserindo a evolução histórica da educação escolar na República Velha, apresentando a formação do homem regional e analisando as contradições entre as classes dominante (fazendeiro) e dominada (caboclo), entre os interesses do Estado oligárquico e dos monopólios e as necessidades da população, e entre o uso do ensino para fins políticos e a busca de instrução pelas classes subalternas. O período histórico não tem preocupações com limitações de início e adentra ao momento em que a primeira fase da modernização vem se impor à sociedade agrária tradicional, preparando o território para a sociedade moderna, industrial e urbana. Articulando as categorias de ocupação, colonização, imigração e povoamento, a pesquisa trata da formação do território a partir da ação coordenada dos homens sobre o espaço livre. O rompimento das relações antigas de um espaço geográfico amplo e de um território livre deu-se com a ação do Estado intervencionista e de investimentos de capitais estrangeiros, dentro do pressuposto da incorporação da terra ao capital. O Território Contestado viveu o processo de expropriação e de exploração, quando o mercado abateu as estruturas velhas e realizou a incorporação progressiva da população na esfera moderna, numa transição que revelou uma época de pouca escolarização, pela ausência de política governamental educacional direcionada à população.

ABSTRACT

This thesis has for objective to contribute for the studies on the formation of the man of the Contested one, inhabitant since the times most remote of the Center-West of the State of Santa Catarina, with the description of the facts very important of the partner-cultural process related with the evolution during the period of First Republic (1889-1930) e, parallel, to contribute for the inquiries on the pertaining to school education in this region. The research investigates the multiple and complex relations gifts in the formation of the Region of the Contested one, analyzing its determinative politicians, economic, social, cultural and educational. It tells regional history, detaching as its main basic and important points the Land Law of 1850, the relations of domination and dependence (*coronelismo)*, the War of the Contested one (1913-1916), the Question of Limits between Paraná and Santa Catarina (1853-1917). Thus, the study it deals with to the free space and of the formation of the Contested Territory, inserting the historical evolution of the pertaining to school education in the Old Republic, presenting the formation of the regional man and analyzing the contradictions between the ruling classes (farmer) and dominated (*caboclo*), it enters the interests of the oligarchical State and the monopolies and the necessities of the population, e enters the use of education for ends politicians and the search of instruction for the subordinates classrooms. The historical period does not have concerns with limitations of beginning and in enters to the moment where the first phase of the modernization comes to impose itself to the traditional agrarian society, preparing the territory for the modern society, urban industrial and. Articulating the categories of occupation, settling, immigration**,** the research deals with the formation of the territory from the coordinate action of the men on the free space. The disruption of the old relations of ample a geographic space and a free territory was given with the action of the interventionist State and foreign investments of capitals, inside of the estimated one of the incorporation of the land to the capital. The Contested Territory lived the exploration and expropriation process, when the market abated the old structures and carried through the gradual incorporation of the population in the modern sphere, in a transistion that disclosed a time of little few schools**,** for the absence of educational governmental politics directed the population.

À querida esposa Valdecy, sempre ao meu lado, incentivando e acompanhando as pesquisas.

Às filhas Pollianna, Rafaela e Michelle, razão de minha persistência em construir o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Ao amigo, professor e orientador Dr. José Luís Sanfelice, por estar junto comigo, pacientemente, desde a Dissertação de Mestrado e, agora, na Tese de Doutorado.

Aos membros da Banca Examinadora de Qualificação e de Defesa deste trabalho, Prof. Dr. Sérgio E. M. Castanho, Prof. Dr. José Claudinei Lombardi, Prof. Dr. Sandino Hoff e Profa. Dra. Maria Isabel Moura do Nascimento, pela paciente leitura, análise e recomendações apresentadas. Agradecimento extensivo aos demais meus professores neste programa da UNICAMP, Prof. Dr. Pedro Goergen, Prof. Dr**.** Hermas Gonçalves Arana e Profa. Dra. Maria de Fátima Felix Rosar, pelos ensinamentos.

Aos colegas dirigentes da UnC-Caçador, Elias Seleme Neto, Celso Zeferino Marini, Bruno Reichert, Vilson Pohlenz e Ildo Elicker, por viabilizarem o alcance deste grau acadêmico, bem como às eficientes secretárias sras. Viviane Cassol Klaumann e Suzana Franco, que durante quatro anos toleraram meu entusiasmo pelo Contestado e amor pela Educação.

Aos colegas professores e pós-graduandos dos programas de Mestrado em Educação da UnC e do Doutorado em Educação da UNICAMP, integrados aos grupos do HISTEDBR em Campinas, Caçador (aqui se destacando o prof. Dr. Sandino Hoff) e demais GTs no Brasil, que nos auxiliaram na pesquisa e participaram em aulas e eventos durantes todos estes anos, pela companhia, pelo convívio, pelo apoio e pelo incentivo.

A todos os amigos que, de diferentes formas, contribuíram para este trabalho.

Cabe registrar que a capacitação profissional teve incentivo parcial da Fundação Universidade do Contestado Campus de Caçador, entre 2002 e 2006, e que o projeto desta pesquisa contou com o apoio, em 2005-2006, da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnólogica do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	**Matrículas por sexo nas escolas do Paraná no Contestado em 1914**	**201**
QUADRO 2	**Professores do Paraná no Contestado em 1914**	**202**
QUADRO 3	**Alfabetizados, Analfabetos e População em SC em 1920**	**206**
QUADRO 4	**Imóveis titulados por SC ao Sindicato Farquhar**	**268**

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	**O Território Contestado e a Região do Contestado: localização**	**20**
MAPA 2	**Estrada das Tropas e Antigos Caminhos do Contestado**	**29**
MAPA 3	**Os Campos de Criação de Gado no Sul do Brasil**	**40**
MAPA 4	**As Tribos Indígenas no Contestado – Séculos XVI a XIX**	**75**
MAPA 5	**As Pioneiras frentes da Migração Alemã ao Contestado**	**103**
MAPA 6	**A Província do Paraná – Século XIX, com o Contestado**	**123**
MAPA 7	**O Estado do Paraná, com o Contestado - 1910**	**124**
MAPA 8	**Área da Questão de Limites Paraná-Santa Catarina**	**178**
MAPA 9	**O Palco da Guerra do Contestado**	**236**
MAPA 10	**O Centro-Oeste de Santa Catarina em 1930**	**282**

SUMÁRIO

	LISTA DE QUADROS	viii
	LISTA DE MAPAS	ix
	INTRODUÇÃO	1
1	**O TERRITÓRIO LIVRE DO CONTESTADO E A AUSÊNCIA DE ESCOLAS**	21
1.1	A PROPRIEDADE DA TERRA	21
1.2	O HOMEM NO CONTESTADO MERIDIONAL	24
1.2.1	**A Estrada das Tropas no Contestado**	26
1.2.2	**Os Campos de Lages**	30
1.3	O HOMEM NO CONTESTADO SETENTRIONAL	35
1.3.1	**Nas Origens do Porto da União**	35
1.3.1.1	A Estrada Estratégica	37
1.3.2	**Conquista dos Campos de Guarapuava**	41
1.3.2.1	Veredas das Missões pelo Centro-Oeste	42
1.3.3	Povoamento dos Campos de Palmas	45
1.4	ATIVIDADES ECONÔMICAS NO CONTESTADO	47
1.4.1	**A Vida no Lombo do Burro**	47
1.4.2	**O Monarca da Coxilha no Campesinato**	55
1.4.3	**A Vida Campeira nas Fazendas**	62
1.4.4	**Dos Ervais nativos ao Mate na Cuia**	66
1.5	ÍNDIOS E NEGROS NA FORMAÇÃO DO HOMEM DO CONTESTADO	68
1.5.1	**Contribuição Indígena**	68
1.5.1.1	Os Kaigang	71
1.5.1.2	Os Xokleng	76
1.5.2	**Contribuição do Negro**	78
1.5.2.1	Escravidão e Negros no Planalto Catarinense	80
1.5.2.2	A Invernada de São João dos Pobres	83
1.5.2.3.	A Invernada dos Negros em Campos Novos	85
1.6	OS NOVOS IMIGRANTES EUROPEUS NO CONTESTADO	87
1.6.1	**Alemães na História do Contestado**	91
1.6.2	**Eslavos: do Paraná para o Contestado**	94
1.6.2.1	Os Poloneses, ou "Polacos"	97
1.6.2.2	Os Ucranianos, ou "Ukrainos"	99
1.7	A FALTA DE ESCOLARIDADE EM SANTA CATARINA	101
1.7.1	**Ensino Primário**	104
1.7.2	**Ensino Secundário**	106
1.8	A AUSÊNCIA DE ESCOLAS NO CONTESTADO NO SÉCULO XIX	107
1.8.1	**Primórdios da Ensino no Contestado Catarinense**	108
1.8.2	**Primórdios do Ensino no Contestado Paranaense**	113
1.8.3	**As Escolas Étnicas – registros de Alternativas Educacionais**	118
1.8.4	**O "perigo" da Caboclização do Imigrante**	121
2	**FORMAÇÃO DA IRMANDADE CABOLA E A ESCOLARIZAÇÃO .**	125
2.1	O PATRIMÕNIO CULTURAL DO CABOCLO	125

2.1.1 A Originalidade do Caboclo Pardo 126
2.1.2 Caboclo Pardo no Contestado 129
2.1.3 Habitação, Culinária e Remédios Caseiros 133
2.1.4 Nas Horas de Folga, Tempo de Lazer 140
2.1.5 O Chimarrão na Cultura do Caboclo 143
2.2 A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO CABOCLO 147
2.2.1 Religiosidade Popular no Contestado 147
2.2.2 Movimento Messiânico 153
2.2.3 Fascínio Misterioso das Forças Mágicas 156
2.2.4 Reflexos da Gesta Carolíngia 158
2.3 A FORMAÇÃO GUERREIRA DO HOMEM DO CONTESTADO 163
2.3.1 Da Guarda Nacional ao Coronelismo 164
2.3.2 Farrapos Caboclos 169
2.3.3 Voluntários da Pátria 171
2.3.4 A Revolução do Gumercindo no Contestado 174
2.4 QUESTÃO DE LIMITES PARANÁ-SANTA CATARINA 179
2.4.1 A Administração Pública nas Terras Contestadas 179
2.4.2 Disputa de Limites no Judiciário 185
2.5 EDUCAÇÃO ESCOLAR CATARINENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX 189
2.5.1 Iniciativas de nacionalização do Ensino 192
2.5.2 A Reforma Orestes Guimarães – 1911-1935 196
2.6. A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CONTESTADO NO INÍCIO DO SÉCULO XX 199
2.6.1 A Educação Escolar no Contestado Paranaense 199
2.6.1.1 Nos Campos de Palmas 202
2.6.2 A Educação no Contestado Catarinense 205
2.6.2.1 No Setor Meridional do Contestado 207
2.6.2.2 Na Gênese da Guerra do Contestado 208
2.6.2.3 No Setor Setentrional do Contestado 210
3 A INTERVENÇÃO IMPERIALISTA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR ... 216
3.1 AVANÇO IMPERIALISTA SOBRE O TERRITÓRIO 216
3.1.1 A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande 222
3.1.1.1 A Linha Sul no Contestado 223
3.1.1.2 O Ramal de São Francisco 228
3.1.2 Southern Brazil Lumber & Colonization Company 231
3.2 GUERRA DO CONTESTADO: MOMENTO DE RUPTURA 237
3.2.1 O Fantasma de Canudos no Contestado 241
3.2.2 O Cultivo da Violência no Contestado 244
3.2.3 O Acordo de Limites PR-SC 249
3.3. AS QUESTÕES AGRÁRIAS NO CONTESTADO 252
3.3.1 As Propriedades Imobiliárias da Estrada de Ferro 253
3.3.1.1 Nos Terrenos do Planalto Norte 259
3.4 A EXPANSÃO DO CAPITALISMO PELA COLONIZAÇÃO 262
3.4.1 Bases da Colonização do Contestado 266
3.4.1.1 A Colônia Militar do Xapecó 268
3.4.1.2 A Iniciativa da Luce-Rosa 269
3.4.1.3 Primeiros Projetos da EFSPRG 270

3.4.1.4	José Rupp e a Colonizadora Oeste	271
3.4.1.5	Passos Maia e Ernesto Bertaso	273
3.4.1.6	A Brazil Development & Colonization Co.	273
3.5	A FORMAÇÃO DO HOMEM DO CONTESTADO CONTEMPORÂNEO	276
3.5.1	**Imigrantes Pioneiros na Região do Contestado .....**	277
3.5.2	**O Chamamento ao Oeste Catarinense .....**	281
3.5.2.1	Do Rio Grande do Sul para o Contestado	283
3.5.2.2	Os Novos Quadros Urbanos	285
3.5.3	O Isolamento Sócio-Cultural do Caboclo	286
3.6	A ESCOLARIZAÇÃO EM SANTA CATARINA – REPÚBLICA VELHA	290
3.6.1	**Reformas Estaduais na Década de 1920 .....**	290
3.6.2	**Os grupos Escolares em Santa Catarina: Destaque .....**	293
3.6.3	**O Ensino Secundário na Década de 1930 .....**	296
3.7	ESCOLAS NO CONTESTADO – REPÚBLICA VELHA	296
3.7.1	**A Rede Escolar no Planalto Norte .....**	298
3.7.2	**A Rede Escolar na Área de Campos .....**	302
3.7.3	**A Rede Escolar no Vale do Rio do Peixe .....**	303
3.7.4.	**A Rede Escolar na Zona do Alto Uruguai .....**	307
	CONCLUSÃO	309
	REFERÊNCIAS	319

INTRODUÇÃO

Esta tese trata do espaço livre e da formação do Território Contestado inserindo a evolução histórica da educação escolar na Região do Contestado durante a República Velha procurando narrar a formação do homem do Contestado e analisar as contradições entre as classes dominante e subalterna, esta a dominada, entre os interesses dos monopólios e as necessidades da população, e entre o uso do ensino para fins políticos e a busca da instrução para a inclusão e a ascensão social.

O estudo, produção científica de doutoramento em educação, vai além disso: é parte integrante de um projeto-de-vida pessoal do autor, que é construir uma "História do Contestado" a partir de infinito número de pesquisas sobre o tema "Contestado", trabalho iniciado há trinta anos e desenvolvido com persistência até a atualidade, sempre considerando o tema como categoria de múltiplos significados. E, por estar esta tese inserida dentro de um contexto maior de pesquisas que o autor vem realizando desde há muitos anos, para a sua apresentação, necessário se faz mostrar as razões do presente empreendimento.

Nossas atividades profissionais restringiam-se à imprensa local e regional desde 1965, quando, entre 1971 e 1972, colaboramos com o grupo de trabalho comunitário que objetivava implantar uma unidade de ensino superior em Caçador, resultando os esforços na criação da Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe - FEARPE (atual Fundação Universidade do Contestado Campus de Caçador – UnC-Caçador) e na instalação da pioneira Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras de Caçador.

Naquele tempo, o Município foi buscar fora dos seus limites, principalmente no Rio Grande do Sul, boa parte do corpo docente para os cursos superiores em implantação. Entre as ações inovadoras que os novos graduados, especialistas, mestres e doutores, promoveram em prol da educação, uma tem muito a ver com a área cultural: a provocação da sociedade para um questionamento sobre o tema "Contestado", levando em conta que, um pouco antes, o cineasta Silvio Back havia realizado em Caçador as filmagens do longa-metragem *A Guerra dos Pelados* (1970), surpreendendo a população mais jovem e nela despertando o interesse para tomar conhecimento de fatos do passado, que ignorava, devido às omissões nos registros históricos locais e ao pouco valor que se dava ao assunto por aqui.

Como trabalhávamos com jornalismo investigativo e produzíamos muito material sobre a História de Caçador e dos municípios da região, convidados pela FEARPE, em 1974 lançamo-nos ao desafio de criar e organizar o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, estruturado em dois setores: o Departamento de Antropologia, entregue ao Padre Dr. Thomas Pieters, holandês, antropólogo e eficiente pesquisador (falecido em 1998) e o Departamento de História, que nos foi confiado, pela prática em pesquisas jornalísticas e pelo revelado interesse de atuar nesta área. Foi aí que nasceu o primeiro projeto, denominado *Resgate da Memória do Contestado*, através da antropologia e da história.

Inicialmente, a comunidade caçadorense rejeitou nossa proposta de dar *status* ao termo "Contestado", aqui vinculado apenas às tristes lembranças da Guerra do Contestado. O assunto era um verdadeiro tabu, pois se referia somente a fanatismo e a banditismo. Mas, não estávamos sozinhos naquele momento: a maioria dos professores da fundação educacional aderiu, colaborou e participou de diversas formas, contribuindo para a difusão e para a seguinte aceitação pública da idéia de valorização social deste vocábulo, enfatizando o conflito social[1].

Para fomentar os estudos sobre o Contestado, até o meio da década de 1980, já havíamos concluído algumas pesquisas e editado livros. Mas, em 1985, o propósito de construir uma História do Contestado, tão ampla como queríamos, mostrou-nos que seria de difícil concretização; entendemos, então, que deveríamos abandonar a intenção inicial e atuar de maneira diferente, priorizando temas a partir de questões pouco exploradas, ou seja, eleger como metas de pesquisas os assuntos de maior interesse e com maior carência na História.

Isso nos levou a abrir o leque das pesquisas, pois, para ser comum e ter aceitação, esta História precisava contemplar outros vieses, além daqueles diretamente vinculados ao conflito. Assim, o *Resgate da Memória do Contestado*, na forma que desenvolvemos, nasceu em 1974, dentro da Universidade do Contestado, quando esta ainda era uma pequena fundação educacional de Caçador e, dela, nunca se desvinculou, ainda que algumas atividades fossem realizadas por nossa própria conta, sem seu envolvimento direto. Nesta simbiose, a década de 1990 marcou o acolhimento definitivo pela UnC das teorias de sustentação do *Projeto Contestado.*

[1] Até meados de 1960-1970, pouco se usava a expressão "Contestado" na região. Aqui, a própria "Guerra do Contestado" era conhecida como "Guerra dos Fanáticos". O termo "Guerra do Contestado" foi por nós apresentado em 1974, numa contra-posição ao título do filme "Guerra dos Pelados" (1970) de Sílvio Back, quando da criação do Museu do Contestado, na cidade de Caçador.

Ao participarmos da equipe de elaboração da carta consulta ao Conselho Federal de Educação - CFE, visando a autorização de funcionamento de uma universidade no Centro-Oeste de Santa Catarina, a partir da união dos centros de ensino superior das cinco fundações educacionais que se associaram para este empreendimento, a FEARPE, de Caçador, mais a FEAUC, de Concórdia, a FUNPLOC, de Curitibanos, a FEPLAC, de Canoinhas e a FUNORTE, de Mafra, em 1990, fomos felizes na nossa proposição de ela vir a ser denominada "Universidade do Contestado".

Entretanto, a inserção do vocábulo "Contestado" no mundo acadêmico regional, não ficou apenas nisto. Objetivando atender ao requisito do número mínimo de cursos da área fundamental do conhecimento humano na Instituição projetada, convencemos o grupo de trabalho, que idealizava a emergente UnC, sobre a necessidade de incluir, no seu planejamento para o decênio 1991-2000, a proposta para a imediata criação de um curso superior de História, com ênfase para estudos regionais.

Acolhido o documento pelo CFE, de então até 1992, quando da elaboração do projeto de autorização de funcionamento da Universidade do Contestado, também conscientizamos a equipe para a necessidade de incluir a História do Contestado como disciplina básica, comum nas grades curriculares de todos os cursos oferecidos em todos os *campi* da UnC. No início de 1992, a Instituição recebeu autorização do MEC, com o nome de *Universidade do Contestado,* abrindo o *Curso de História* - Bacharelado e Licenciatura Plena - e incluindo a disciplina *História do Contestado* em todos os seus cursos de graduação.

Acreditávamos que, com esta disciplina, a sociedade regional teria mais fácil acesso à gama de informações e ao conhecimento que aqui se vinha acumulando ano após ano e iria valorizar sobremaneira o seu próprio passado, até então praticamente desconhecido pelos novos habitantes do Centro-Oeste, encontrando (ou reencontrando) sua identidade[2]. Nossa idéia compreendia provocar questionamentos sobre o passado, induzindo as novas gerações à reflexão radical e crítica, pois, só a partir da apreensão do acervo histórico e da busca de respostas para as problemáticas levantadas, a sociedade poderia entender melhor as situações presentes, vindo a assumir seu papel de agente continuador de uma História em permanente construção.

[2] A configuração e valorização do "caboclo pardo", como "homem do Contestado" (categoria), não é excludente à existência na região de pessoas de outras origens, raças ou etnias, estas em minoria perante o caboclo luso-brasileiro, dezenas de anos antes espalhado pelos campos e florestas do Contestado. Ainda antes da Guerra do Contestado, a

Para o empreendimento, repassamos à academia os fios condutores dos nossos trabalhos, sempre pensando a necessidade de se dar ao Contestado um novo significado, uma nova dimensão, como missão primordial da Universidade que emprestou seu nome, adotando em seu bojo uma política de compreensão da realidade para, a partir dela, não só acompanhar, mas contribuir para seu desenvolvimento. A UnC não pensou num projeto típico regionalista, "bairrista", mas, sem dúvida, muito voltado ao regional, como resposta dos homens contemporâneos às mensagens que lhes legaram os do passado, numa rara oportunidade de, inclusive, resgatar a memória de todos os acontecimentos pioneiros, aqueles que contribuíram para a evolução da sociedade e para resgatar as raízes da identidade de cada atual habitante e das instituições, num trabalho objetivo de levar-lhe à melhor compreensão da sua existência e dos sentimentos da cidadania.

Em 1998, lançamo-nos a um novo projeto - "Memória do Contestado" - objetivando a realização de novas pesquisas, sob o selo do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado e a chancela da Fundação Universidade do Contestado Campus de Caçador, para a construção e ampla difusão de uma História "nova" do Contestado[3], nela inserindo a História da Guerra do Contestado, valorizando o homem do Contestado e oportunizando à atual geração fácil acesso ao conhecimento da sua própria História.

José Honório Rodrigues (1965, p. 14) escreveu que a História precisa olhar a floresta e não apenas as árvores, oferecendo uma interpretação generalizadora que ajude os vivos a compreender as raízes do presente. Este olhar para o todo da floresta e não apenas para as partes que a compõem, conforme Rodrigues e Thompson, vem de encontro ao pensamento que indica a compreensão do singular a partir da apreensão do universal. Busca-se a totalidade e se enfoca a universalidade do tema, disposto no campo maior, para alcançar a particularidade e analisar sua singularidade no campo restrito.

Embora houvesse diferenciadas formas de pensar (como religiosidades populares e religiosidade institucional), de viver e produzir (como diversas classes sociais e diversas formas de acesso ou não acesso à educação escolar), o território livre do Contestado foi constituído por traços culturais e sociais comuns aos caboclos e aos fazendeiros: bailes, tipos de alimentação e de bebida, convivência ética, linguajar, etc.

> Edward Thompson introduziu inovações nos planos da teoria, do método, da temática e das fontes a serem utilizados pela história. Mesmo mantendo uma análise classista, como seria de esperar dentro do marxismo, Thompson abandonou a clássica definição

---

região recebeu imigrantes alemães já em 1829, poloneses e ucranianos em fins do século XIX e, italianos, no início do século XX.

[3] "Nova", no sentido de recente, diferente das histórias anteriormente difundidas sobre o tema.

> marxista-leninista, que identificava a classe pela posição ocupada junto aos meios de produção. Alargou o conceito, entendendo que a categoria deveria ser apreciada no seu fazer, no acontecer histórico, na sua experiência como classe. Cabia ao historiador surpreender os nexos entre pequenas alterações de hábitos, atitudes, palavras, ações, de atitudes que iam mudando ao longo do tempo. (...). O historiador passava a explorar, assim, os chamados silêncios de Marx, nos domínios do político, dos ritos, das crenças, dos hábitos. (PESAVENTO, 2003, p. 28-29).

Em trabalho recente[4] de doutoramento, quando Telmo Marcon faz referência à importância atual à história popular, entendeu-a como história cultural-popular, ou seja, construída a partir das experiências de grupos populares. Para ele:

> Os sujeitos que tradicionalmente ficaram à margem das pesquisas históricas passam a ser valorizados em suas experiências particulares, visto que o ponto de partida não é mais o universal e nem o dominante. Esta metodologia foi proposta e implementada por vários historiadores, merecendo destaque as pesquisas de Thompson, especialmente aquela sobre a Lei Negra. Esse trabalho é um bom exemplo de pesquisa orientada por uma concepção de história que trabalha na perspectiva dos grupos populares (MARCON, 2003, p. 31).

É em *"Senhores e Caçadores*" que Edward Thompson[5] mostra melhor sua forma de produzir História "vista de baixo" (e não "a partir de baixo"), numa estratégia de valorização dos feitos dos povos oprimidos (contra as atitudes dos opressores), dos dominados (contra os instrumentos usados pelos dominadores), aliando a narrativa à crítica para expor a corrupção política e o descontentamento popular na sociedade inglesa do século XVIII e desenvolvendo, ao mesmo tempo, uma interpretação diferente da lei e do direito. Nesta obra, mais um clássico da historiografia, Edward Palmer Thompson reconstrói a luta entre os agricultores simples e a burocracia da floresta na Inglaterra, com a vigência da "Lei Negra" em 1723, quando analisa a estratégia de resistência de caçadores, predadores e de outros homens e mulheres que viviam da coleta e da caça nas florestas e parques da nobreza.

Num ritmo veloz de trabalho, a pesquisa que a seguir desenvolvemos, sob o título *A Política no Contestado – Contribuição ao Estudo da Formação Política da Região do Contestado em Santa Catarina – da Proclamação da República à Redemocratização de 1946*, foi nossa dissertação em fevereiro de 2001, no Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Contestado, em convênio com a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

---

[4] MARCON, Telmo. *Memória, História e Cultura*. Chapecó: Argos, 2003.

[5] Ver: THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores. A Origem da Lei Negra*. Trad. Denise Bottmann. 2 ed. Col. Oficinas da História. Rio: Paz e Terra, 1997.

Suspendendo as atividades jornalísticas, assim substituindo nosso papel social, da imprensa para a escola e concentrando-nos na docência, em agosto de 2001, *História da Educação Escolar no Contestado – República Velha,* foi o título do projeto de pesquisa que apresentamos ao programa de pós-graduação – doutorado, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – FE/UNICAMP, que foi acolhido para desenvolvimento entre 2002 e 2006, sob orientação do Prof. Dr. José Luís Sanfelice. No ingresso ao doutoramento, reconhecemos nossas deficiências ao empreender as pesquisas anteriores, pela falta de amparo acadêmico e de maior rigor científico, o que, em parte, começamos a superar com a expectativa de maior crescimento intelectual no doutoramento, o que acreditamos, foi possível durante a obtenção dos créditos e realização de atividades, de 2002 a 2006.

Considerando a nossa nova atividade principal, dedicada integral e exclusivamente à Educação e à História, marcada pela permanente busca por aperfeiçoamento, filiando-nos ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR, propomo-nos a desenvolver este trabalho dentro da linha "Estudos Temáticos e História Regional de Educação". Entendíamos que, com o aprimoramento no doutorado, melhor poderíamos levar adiante nossa missão, dedicando-nos com afinco ao estudo da evolução histórica da educação regional, assim contribuindo um pouco mais para o crescimento da Universidade do Contestado, para a construção da História da Educação no Contestado e para a reconstituição parcial da História da Educação Catarinense.

Para tema desta pesquisa, escolhemos *História da Educação*, delimitando inicialmente o problema em *A História da Educação da Região do Contestado, em Santa Catarina, de 1889 a 1930*. Entretanto, mesmo elegendo a República Velha como o período central a ser estudado, optamos por iniciar nosso estudo ainda na abordagem de aspectos educacionais nos anos finais do Império, considerando a importante reforma do ensino de 1881 na Província de Santa Catarina e a realidade da instrução pública no Paraná nos anos imediatamente anteriores à proclamação. Para encerrar o tempo histórico, num primeiro momento escolhemos o tempo entre a Revolução de 1930 e a proximidade do Estado Novo, quando, em 1935, procedeu-se ampla reorganização do ensino catarinense e, nele, observamos terem acontecido muitas mudanças radicais no Estado, políticas, sociais, econômicas e culturais, assim também em relação à educação.

O Território Contestado[6] é uma ampla área do terceiro planalto sul-brasileiro que, no passado, era disputada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina. Ela foi dividida praticamente ao meio, em 1917, para solução à questão de limites. Em seu interior, há uma área menor, localizada no Centro-Oeste do Estado de Santa Catarina, denominada de Região do Contestado[7], formada pelas atuais microrregiões do Planalto Norte, do Contestado, do Meio-Oeste, do Alto Vale do Rio do Peixe, e partes das microrregiões do Alto Uruguai, da Serrana e do Alto Irani que, no conjunto, somam 30.000 km² de área.

A Região do Contestado tem sua configuração geográfica e sua história compartilhada por cerca de 50 municípios, onde o número de habitantes alcança a 800 mil, na peculiaridade de possuírem praticamente os mesmos registros históricos das pioneiras frentes de ocupação humana, desde os vestígios das primitivas civilizações, a memória das nações indígenas, as entradas dos bandeirantes paulistas, dos curitibanos-paranaenses e dos gaúchos rio-grandenses, passando pelos acontecimentos da Guerra do Contestado[8] e da Questão de Limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, que disputaram suas fronteiras de 1853 a 1917. Os municípios compartilham, também, os efeitos do avanço do imperialismo, o domínio político concentrado em poucos coronéis, as questões fundiárias, o processo de colonização por imigrantes, os movimentos revolucionários da República Velha, a falta de escolas, o advento da industrialização e a urbanização. A história regional é comum a todos os povos do Contestado e, olhada hoje, estende-se do povoamento às principais características de desenvolvimento social, cultural, político e econômico de cada município que constitui esta parte de Santa Catarina.

Por disposição do ato político "Acordo de Limites", no ano de 1917, Santa Catarina anexou a maior parte das terras contestadas e então administradas pelo Paraná. Incorporou o espaço do hoje "Grande Oeste", as populações e os bens nele construídos. De repente, como que

---

[6] É toda a área geográfica no tempo presente integrante das regiões Sul e Sudoeste do Estado do Paraná e do Norte e Oeste do Estado de Santa Catarina, objeto da "Questão de Limites", tendo por fronteiras: ao Norte, os rios Negro e Iguaçu; ao Sul, os rios Canoas e Uruguai; a Leste, ora a Serra Geral, ora o Rio Canoinhas, o Rio Timbó, o Rio do Peixe ou o Rio Marombas; e a Oeste, a Argentina.

[7] Área geográfica localizada dentro do *Território Contestado*, hoje no Centro-Oeste do Estado de Santa Catarina, habitada pelo h*omem do Contestado,* onde ocorreu a *Guerra do Contestado*, limitada: ao Norte, pelos rios Negro e parte do Iguaçu; ao Sul, pelos rios Canoas e parte do Uruguai; a Leste, pela Serra Geral; e a Oeste, pela Serra da Taquara Verde e pelo Rio do Peixe.

[8] Conflito que aconteceu entre 1913 e 1916, envolvendo, de um lado, a população sertaneja (cabocla) e, do outro, forças militares e civis. A História considera que foi um destacado evento histórico, movimento social resultante da revolta da população regional à ordem vigente, ou seja, uma insurreição da população cabocla.

levadas por um sopro, milhares de paranaenses passaram a ser catarinenses. Municípios até então do Paraná foram extintos e desmembrados, enquanto que, na mesma área, Santa Catarina criou outros municípios. Rapidamente, desenharam-se novos mapas no Sul do Brasil.

Na amplitude de todo o Território Contestado, até julho de 1917, o Estado de Santa Catarina compreendia apenas as áreas integrantes dos municípios de Lages, Curitibanos, Campos Novos e Canoinhas, que constituíam o *habitat* do homem mais antigo do Contestado[9] depois dos índios. A partir do momento em que foi homologado o Acordo de Limites[10] entre os dois estados, Santa Catarina incorporou inteiramente as áreas dos municípios paranaenses de Itaiópolis, de Timbó e de Três Barras, mais aproximadamente a metade do município de União da Vitória, onde criou o município de Porto União, e também cerca da metade do município de Rio Negro, onde estabeleceu o município de Mafra. Ainda, absorveu boa parte do Sul dos municípios de Palmas e de Clevelândia, onde criou, respectivamente, os municípios de Cruzeiro e Chapecó. Novos municípios, como o de Caçador e o de Concórdia, somente foram criados em 1934 e, os outros, após 1944, abrigando o novo habitante do Contestado[11]. Mesmo depois da anexação, devido às distâncias, à falta de comunicações e à pouca integração entre os povos do planalto e do litoral, a região permaneceu ainda por muitos anos pouco relacionando-se com a capital do estado.

No campo da história, Santa Catarina não assumiu por inteiro os acontecimentos que envolveram a população da parte paranaense do Contestado até 1917. A historiografia catarinense, muito política, descritiva e oficial, até por volta de 1970 periodizada por gestões

---

[9] Genericamente, é ligado à população luso-brasileira mais antiga da Região do Contestado. Ele é originalmente conhecido como "caboclo", pelas suas raízes étnicas do branco e mescla deste com a índia, a negra, e seus descendentes. Habitante do território desde meados do século passado, tropeiro, peão, ervateiro ou agregado que, à época da Guerra do Contestado, enfrentou as forças militares estaduais e do Exército. Predominante no território até 1917, abrange também representantes aculturados das etnias povoadoras da região na segunda metade do século XIX.

[10] Solução encontrada para encerrar a disputa pela fronteira interestadual. Acordo assinado pelos respectivos governadores em 16 de outubro de 1916 sob a chancela da Presidência da República, homologado pelas assembléias legislativas e aprovado pelo Congresso Nacional em 3 de agosto de 1917.

[11] É a população original remanescente da Guerra do Contestado, acrescida da nova população, mais numerosa, formada por imigrantes europeus e descendentes de imigrantes, notadamente alemães, italianos, poloneses e ucranianos, que vieram colonizar este espaço geográfico na primeira metade do século XX, lavrando o solo, fundando cidades e instalando as primeiras indústrias.

governamentais, representada por seus mais notáveis historiadores[12], contempla a História do Contestado-Catarinense[13] e incorpora as histórias do território anexado só a partir do que considera como a "conquista do Oeste", salvo raríssimas exceções. Isso ocorre, no nosso entendimento, pela falta de critérios[14]. Já a historiografia paranaense, em especial a contemporânea, deixando de lado os fatos passados nas terras perdidas, tem se preocupado apenas com os acontecimentos passados no interior das suas atuais fronteiras. Diante das omissões aos acontecimentos relacionados especificamente à História do Contestado-Paranaense[15] até 1917, esta parte do conhecimento ficou na orfandade, em prejuízo à construção da História do Contestado.

Alguns municípios do Contestado possuem informações sobre seus respectivos passados, mas os fenômenos sociais, culturais, educacionais, políticos e econômicos que os interligam pouco foram estudados cientificamente, seja caso a caso no nível municipal, seja no âmbito regional. Nesta perspectiva, mesmo encontrando referências sobre a evolução do ensino nos municípios, observávamos que ainda não se tinha feito nenhum estudo aprofundado sobre a história educacional específica da Região do Contestado, que é a área de abrangência da Universidade do Contestado. Neste sentido, por ocasião da pesquisa realizada para a dissertação no Mestrado[16], incluímos a educação escolar no enfoque sobre a política partidária e eleitoral,

---

[12] Ver, por exemplo: PIAZZA, Walter Fernandes. *Santa Catarina: sua História*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983, e CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 2 ed. Florianópolis: Laudes, 1970.

[13] Compreende os municípios catarinenses existentes até 1917, de Lages, Curitibanos, Campos Novos e Canoinhas, os municípios criados em 1917, de Mafra, Porto União e Cruzeiro, mais os municípios criados em 1934, de Caçador e Concórdia.

[14] Na historiografia catarinense, ainda hoje, verifica-se que o termo "Contestado" é constantemente vinculado apenas à "Guerra do Contestado". Na região, entretanto, difere-se a "História do Contestado" da "História da Guerra do Contestado", a primeira, abrangente dos primórdios tempos à atualidade e, a segunda, restrita ao conflito ou movimento social de 1913 a 1916, este que mais difundiu este vernáculo na História do Brasil.

[15] Compreende os municípios do Estado do Paraná existentes no tempo da Guerra do Contestado, de Rio Negro, Três Barras, Irineópolis, Timbó, Porto União da Vitória e Palmas que, em 1917, cederam territórios para o Estado de Santa Catarina.

[16] THOMÉ, Nilson. *A Política no Contestado. Contribuição ao Estudo da Formação Política da Região do Contestado em Santa Catarina – da Proclamação da República à Redemocratização de 1946.* Universidade do Contestado. Caçador: 2001. Dissertação de Mestrado.

numa primeira tentativa de encontrar fontes e registrar os acontecimentos mais importantes para o estudo história da educação regional[17].

No doutoramento, nossa curiosidade continuou presa em conhecer mais como se processou a evolução da educação escolar na Região do Contestado durante a primeira República, abrangendo o período entre o final do Império à entrada do Estado Novo, assunto pouco contemplado na história da educação catarinense, tão pouco que, no contato com as fontes de documentação, na primeira elucidação, deparamo-nos com múltiplas necessidades de respostas aos anseios e ao aprofundamento da investigação, até com o risco de perder a essência do problema.

Especificamente com relação à educação escolar na Região do Contestado, havia na bibliografia disponível, a catarinense e a paranaense, parcos registros de como aconteceu a transmissão da instrução de um estado para outro. Muitas eram as dúvidas e as questões. Como ficaram, por exemplo, as escolas públicas, as subvencionadas e as particulares? os registros escolares dos alunos? a vida profissional dos professores? os sistemas de inspeção? Se os municípios da região, com sedes urbanas inexpressivas, localizadas em vastos territórios inexplorados e com a demografia mal distribuída, não se beneficiavam dos investimentos em educação até por volta de 1930, poder-se-ia atribuir isso à falta de interesse da própria população? ou aos governos, que não se preocupavam com a instrução das primeiras letras, alegando falta de recursos à Educação, pois priorizavam outros desempenhos para o aparelho do estado? A disputa pelo Território Contestado fez com que nenhum estado litigante se preocupasse efetivamente com assistência, somente devido ao reduzido número de habitantes na área? Por que a sociedade civil não era organizada, permitindo passivamente à aristocracia dominante, representada por uma minoria detentora do poder político, o usufruto das vantagens da educação em detrimento da fragilidade da maioria dominada?

Optando por buscar respostas para algumas dessas indagações, nosso projeto de pesquisa se manteve como uma proposta de trabalho para vir de encontro aos anseios regionais de busca de respostas às indagações, na tentativa de se encontrar a compreensão do processo histórico da educação no Contestado no tempo da República Velha, analisando as contradições entre as classes dominantes e dominadas, entre os interesses das oligarquias e as necessidades da

[17] Do relatório desta pesquisa, extraíamos as partes específicas sobre educação e publicamos um pequeno livro: *Primeira História da Educação Escolar no Contestado* (Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2002).

população, e entre o uso do ensino para fins políticos e a busca da instrução para a ascensão social.

Uma das dificuldades – que se mantém até a atualidade – encontradas para estruturar-se devidamente o ementário da disciplina "História do Contestado" (antes com quatro créditos e 60 horas-aula e, agora, com dois créditos e 30 horas-aula) diz respeito ao fato de a ocupação humana na região ter ocorrido a partir do norte, com paulistas e paranaenses, e do sul, com rio-grandenses, assim, não do leste, onde estavam os catarinenses. Desta forma, objetivando contribuir para a construção de uma História "para o" Contestado, os pesquisadores necessitam recorrer às fontes primárias arquivadas no Paraná, em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, indo muito além das buscas em Santa Catarina.

Sendo uma parte do Contestado formada por um espaço geográfico que antes de 1917 pertencia ao Paraná, à vista da incorporação deste novo espaço geográfico, o que começou a se efetivar em fins deste ano, para entender os primórdios da educação escolar no interior da região, além de saber sobre a educação catarinense, precisamos conhecer como ela era naquele estado vizinho, ao menos até 1917, uma vez que, recebendo as terras, com sua gente, sua cultura e suas instituições, recebeu também sua História. Entretanto, a historiografia catarinense ainda não incorporou totalmente os fatos anteriores a 1917 das áreas que pertenciam ao Paraná, estes que, historicamente, interessam diretamente à História do Contestado, inclusive e especialmente os educacionais.

Não bastassem as dificuldades para a construção da disciplina "História do Contestado", temos ainda que, no curso de Pedagogia, oferecido de forma permanente em todos os *campi* da Universidade do Contestado, constavam as disciplinas "História da Educação" e "História da Educação Brasileira", sem que, em nenhuma delas fosse abordada a regionalização desta história[18], pela rara bibliografia, pelo pouco saber dos professores sobre a "História da Educação Catarinense" e, também, à vista do desconhecimento da "História da Educação no Contestado". É óbvio que, sem estar o conhecimento disponibilizado e apreendido, não havia o que ser transmitido.

A pesquisa prometia prender-se a uma tentativa de construir a *História da Educação no Contestado,* sem descuidar da sua vinculação a outros fenômenos – os sociais, políticos,

[18] Vistos os ementários das duas disciplinas ministradas no Curso de Pedagogia da UnC, que não contemplam estudos regionais sobre Educação.

econômicos e culturais – e variáveis outras que contribuem para sua compreensão e que consideramos de fundamental importância para entendermos o processo educacional catarinense, paranaense e regional, uma vez que, nesta história, durante a primeira parte do período estudado, a educação serviu bastante às oligarquias dos dois Estados como instrumento de dominação e, na segunda parte, às oligarquias catarinenses.

Valorizando as fontes primárias, principalmente as que, em Curitiba, encontramos depositadas e catalogadas no Arquivo Público do Paraná[19], na Biblioteca Estadual do Paraná e na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Estas fontes são as constituições estaduais, leis, decretos, regulamentos e orçamentos anuais do Governo do Estado, os "relatórios anuais", dos Presidentes do Estado, dos Secretários do Interior, Justiça e Instrução Pública, dos Diretores Gerais da Instrução Pública, e dos Inspetores Gerais da Instrução Pública, compreendendo também seus "ofícios" e, ainda, os "relatórios" específicos das inspeções às escolas.

Em Florianópolis, da mesma forma, encontramos as fontes primárias disponíveis no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, na Seção de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado, na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e na Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina. Destacamos as constituições do Estado, as leis, decretos-leis, decretos, regulamentos, orçamentos anuais, mais as "mensagens" dos Governadores do Estado, as "falas" dos Presidentes do Congresso Legislativo Estadual, os "planos de educação", os "relatórios" da Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, os "programas de ensino", enfim, tudo o que se refere à Instrução Pública.

Igualmente, priorizamos a busca às fontes primárias junto às Prefeituras Municipais de União da Vitória, Rio Negro e Palmas (no Paraná, até 1917) e de Lages, Curitibanos, Campos Novos e Canoinhas (de Santa Catarina), mais de Joaçaba (ex-Cruzeiro), Mafra e Porto União pós 1917 e, de Caçador e Concórdia, pós-1934, esclarecendo que somente em Campos Novos há arquivo público municipal organizado, enquanto que a documentação dos demais municípios está juntada aos arquivos gerais das prefeituras, chamadas de "arquivos-mortos". Em alguns dos estabelecimentos de ensino mais tradicionais da região também encontramos valiosas fontes

[19] Em 27 de setembro de 1989, um incêndio destruiu mais de 45 mil caixas com documentos do Governo do Paraná, sendo salvas apenas 458, assim perdendo-se, definitivamente, valiosos registros públicos, parte deles que seriam de nosso interesse.

primárias, representadas por livros de registros internos e de atas, e pastas de documentos e de ofícios recebidos e expedidos.

Além da consulta à bibliografia disponível, em livrarias, bibliotecas, arquivos e sebos, nossa pesquisa valeu-se da produção de mestres e doutores, dos programas de pós-graduação em Educação de algumas universidades, principalmente da UNICAMP, da UNESP, da USP/SP, da UFPR, da PUC/RS, da UFRGS, da UDESC e da UFSC, onde já existiam trabalhos que abordam os antigos sistemas educacionais do Paraná e de Santa Catarina, de grande utilidade para consultas. Diversas são as obras de histórias municipais, específicas, produzidas por autores locais, que mencionam aspectos "do Contestado", assim se constituindo em valiosas fontes, ainda que secundárias. Praticamente todas estas publicações, umas mais, outras menos, fazem menções a acontecimentos educacionais envolvendo a Região do Contestado, razão pela qual contribuíram para a compreensão da realidade regional. Só recentemente, com a implantação da Universidade do Contestado – UnC e da Universidade do Oeste Catarinense – UNOESC[20], mais a implantação de um programa de mestrado em educação na UDESC, em Florianópolis, é que as pesquisas sobre a temática "Contestado" passaram a tomar impulso. Outra natureza de fontes, que entendemos ser importante, sempre foi a imprensa estadual e regional. Seus exemplares, parte deles depositados na Biblioteca Pública do Estado e parte nas respectivas bibliotecas públicas municipais, revelam informações – notícias e comentários – sobre a educação escolar.

Especificamente sobre a formação do homem do Contestado, esclarecemos que baseamos boa parte dos estudos nos depoimentos que colhemos, no decorrer dos anos, junto a antigos moradores – na maioria, caboclos – entrevistas estas que utilizamos em pesquisas anteriores, parte das quais resultaram em livros já publicados, constantes nas menções finais às referências bibliográficas deste trabalho, livros estes que, por sua vez, também serviram de base para a presente exposição. Desde os anos 1970, quando começamos a pesquisar a temática Contestado, buscamos fontes no Rio de Janeiro, com destaque para o Arquivo Nacional, o Arquivo do Exército, o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Arquivo do antigo Ministério da Viação e Obras Públicas, mais a Biblioteca e o Arquivo da RFFSA. Em Curitiba, ainda nos anos passados, foram incessantes as pesquisas junto a Biblioteca do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense e o Arquivo da SR.5 da Rede

[20] Criada simultaneamente à UnC, com *campi* em Videira, Joaçaba, Xanxerê, Chapecó e São Miguel d'Oeste. Depois, houve o desmembramento do campus de Chapecó, resultando na criação da UNOCHAPECÓ.

Ferroviária Federal (antiga RVPSC). Regionalmente, mencionamos que encontramos fontes no depósito de documentos da Lumber Company, em Três Barras (este depois levado para o Arquivo Público do Estado, em Florianópolis) e no arquivo contábil da Madeireira São Roque Ltda., na época em Calmon.

Durante o período de doutoramento, participando das atividades e aulas propriamente ditas na UNICAMP, tivemos a oportunidade e a felicidade de conviver com professores e amigos pós-graduandos que, permanentemente, animaram-nos ao aprofundamento dos estudos e ao desenvolvimento da pesquisa inicialmente proposta. Neste tempo, observamos uma diferença entre nós e boa parte dos colegas, ou seja, enquanto vínhamos de um passado já marcado pela realização de pesquisas científicas e publicações sobre a História do Contestado, inclusive Educação, eles estavam se iniciando no campo da produção científica, produzindo seus primeiros trabalhos em mestrado e doutorado. Não que essa diferença nos afastasse; ao contrário, foi fator de maior aproximação inclusive para a troca de experiências. Essa constatação induziu-nos a refletir sobre nossas produções anteriores: buscando a coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação[21], deveríamos ignorar o passado? poderiam porções das investigações precedentes (fontes, referências, relatórios, publicações, etc.) já por nós usadas como fontes primárias, serem utilizadas no projeto de pesquisa do doutorado? se positivo, como fazer isso? por que refazer-se todo um trabalho de investigação sobre um terreno já palmilhado, a não ser em casos específicos que requeressem revisão? como adequar essa situação à necessidade de se produzir um trabalho novo?

A dualidade eleita como objeto de estudo – formação do homem do Contestado e educação escolar no Contestado – levou-nos a dividir este trabalho em três partes. Nas duas primeiras, a configuração da formação do território livre[22] do Contestado e da formação do homem (caboclo) que veio habitar este espaço desde os tempos mais remotos, adentrando na Primeira República, com abordagem que transpassa a transmissão do século XIX para o XX. A terceira é dedicada ao momento da ruptura, forçada pelo imperialismo, que decide limpar o

[21] Condições necessárias para que os resultados da pesquisa qualitativa tenham valor científico. Conforme TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais; a Pesquisa Qualitativa em Educação.* 1987, p. 170.

[22] Não confundir os termos aqui usados de "território livre" ou de "espaço livre" com "vazio", "desocupado" ou "desabitado", estes que têm outro significado. Ver: SANTOS, 1978, p.80-83.

espaço pela extinção do homem do Contestado e mudar a forma de ocupação do território, adicionando a nova ordem, capitalista, pela introdução com força de novo elemento, o imigrante.

Reservamos a análise da história do movimento do capital, desde a época do território livre até a colonização, para a conclusão, onde foi feita a investigação da totalidade deste movimento.

Com a transição, a educação proporcionada pela escola passa a ser item importante, mas objetivando a alfabetização e os conhecimentos gerais, quase só dos filhos dos imigrantes, ou seja, sem finalidade de formação profissional.

Nesta tentativa, que empreendemos articulando as categorias de ocupação, colonização, imigração e povoamento, consultamos diversos autores regionais e revisamos nossos próprios trabalhos anteriores, parte deles já publicados, pois uns e outros contribuem para o estudo do deslocamento dos homens no espaço para se firmarem no território. Especificamente, este trabalho objetiva tanto trazer novas informações aos estudiosos da história da educação em Santa Catarina, como também uma interpretação preciosa da educação formal e informal como ela acontecia no final do Império e na República Velha. Uma das razões do trabalho apoiar-se nas fontes primárias que anteriormente já utilizamos e em fontes secundárias foi, assim, sua execução em respeito ao conhecimento já adquirido e exposto; outra razão é também o seu caráter interpretativo. E cada nova fonte primária pesquisada revelava novas fontes, abrindo mais questões. Na exaustiva pesquisa empreendida para produzir *"Senhores e Caçadores*", THOMPSON[23] foi ao fundo na busca de fontes históricas fidedignas, sobre as quais, diz: "Cada fonte me levava a outra; mas também cada problema levou-se a outro" (1997, p. 16).

Os itens principais da nossa tese sobre o homem do Contestado não podem deixar de ser o espaço geográfico, a ocupação e o uso do espaço, a formação do território, as redes viárias, fluviais e ferroviárias, a cultura e formação comunitária e a educação. Estes, também, formam os objetivos específicos da dinâmica da investigação.

C. Reffestin (1980, p. 81) considera que o termo território não é idêntico ao conceito de espaço. Este é anterior àquele. O território se forma a partir do espaço mediante a ação coordenada dos homens. O território do Contestado é resultado das redes de transporte; é resultado da colonização e da urbanização.

[23] THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores. A Origem da Lei Negra*. Trad. Denise Bottmann. 2 ed. Col. Oficinas da História. Rio: Paz e Terra, 1997.

No primeiro capítulo enfocamos a formação do Território Contestado, a partir do espaço livre desta área. O período histórico não tem preocupações com o estabelecimento de limitações de início, pois que aborda os indígenas e os negros e remonta à introdução do sujeito tido simplesmente como "branco" na área. Vem pelo tempo da Colônia, passa pelo Império e adentra na República Velha, praticamente sem escolas, para chegar aos momentos primeiros da fase de "modernização", que se opõe à sociedade tradicional agrária, preparando o território para a sociedade moderna, industrial e urbana.

Para a comunidade cabocla, as relações sociais constituíram-se dentro de um espaço livre ou num mundo livre – "livre", de liberdade, não de vazio – ou ainda um espaço do qual o caboclo se apropriou, atuou e o fez à sua imagem e semelhança. Ao se apropriar do espaço geográfico, os homens começaram a territorializá-lo, incorporando, de outras regiões, formas de pensar, viver e produzir, além da maneira de alimentar-se, divertir-se e produzir a vida material e não material.

Neste espaço que se convertia em território, nascia, também, a relação do poder, das normas e leis próprias da convivência. O estudo sobre a formação do homem do Contestado leva em consideração esta transformação do espaço geográfico em território; logo, considera as relações históricas de poder, dominação e controle, mitigadas na fase do homem primitivo e exacerbadas na Guerra do Contestado. Neste ponto, tomamos Lênin, quando disserta sobre a atuação do Estado.

Por isso, diz-se acima: a tese passa pelas categorias: ocupação do espaço, uso da terra, formação do território, poder, controle, cultura e educação e suas funções na formação do homem.

O acompanhamento do processo de incorporação da Região do Contestado ao mercado inicia com a idéia de que o território livre é assim denominado porque nele não se sentiam as leis, o controle e a opressão do Estado e nele não se sentia a mão pesada do fazendeiro. O território forma-se a partir do estabelecimento de redes viárias, ferroviárias e fluviais, que se tornam o elemento importante de acesso, circulação e normalização de usos, atitudes e comportamentos sobre este espaço. Temos que "cada homem vale pelo lugar onde ele está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão dependente de sua localização no território [...] Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está" (SANTOS, 1978, p. 81).

Na fase anterior à Guerra do Contestado (1913-1916), o habitante vivia num território com redes viárias feitas pelo Estado, mas o caboclo não via o poder estatal como opressor e que intervinha na sua forma de pensar, ser, conviver e produzir. O poder e o controle do Estado estava visível nos fazendeiros do território, posto que estes viviam fora do "território livre" dos caboclos.

O segundo capítulo foi dedicado ao estudo da formação da irmandade cabocla regional, novamente a partir do mesmo princípio do universal para o singular, onde e quando desponta o homem do Contestado, habitante do território livre do Contestado. Do macro ao micro. Do geral para o particular. Uma História deve ser *total*, da sociedade *total,* sob pena de não ser compreendida e se limitar a uma simples enumeração de fatos, números ou leis. A História, para ser *total,* deve não apenas enunciar fatos e acontecimentos,

> [...] mas buscar as relações entre eles, desde as transformações econômicas às manifestações literárias, jurídicas ou mesmo artísticas. A História de um povo constitui um todo indivisível, sob pena de se transformar em mera divagação artística ou literária, sem nenhuma contribuição ao futuro desse povo[24].

As diferenças entre a vida familiar do fazendeiro e do caboclo: presença/ausência do poder público (poder, controle, domínio); pensamento divergente de religiosidade institucional/popular; poder econômico e relações com o mercado/sobrevivência, formação comunitária/educação escolar; leis e punições de convivência e insegurança/leis estatais com relativa segurança. Essas diferenças econômicas, sociais e de cidadania, entretanto, não impediam uma relação mútua de interdependência entre as duas partes, às vezes harmoniosa, outras vezes opressora.

O terceiro capítulo foi dedicado à ruptura – o momento em que ocorre a Guerra do Contestado. Coincide com a I Guerra Mundial. Uma nova roupagem do capitalismo – monopolista e imperialista – adentra com força no Contestado. A ruptura é social e cultural. No sentido em que, ao olhar do opressor, uma determinada população (a cabocla, luso-brasileira, que não presta), é fadada ao desaparecimento, para viabilizar sua substituição por outra (de imigrantes, colonos, trabalhadores), dos primeiros restando alguns sobreviventes. A limpeza da área foi radical. Foi uma guerra de extermínio.

---

[24] BASBASUM, Leôncio. *História Sincera da República. Das Origens até 1889 (Tentativa de Interpretação Marxista).* Rio: São José, 1957, p. 7

O rompimento das relações antigas de um espaço geográfico amplo e de um território livre deu-se quando os caboclos tiveram que conviver com a modernização do território, mediante a ação firme e resoluta do Estado intervencionista (brasileiro, paranaense e catarinense) e de investimentos de capitais estrangeiros (presença do Imperialismo no coração do território livre).

O caboclo cinde-se como ser humano. A divisão se manifesta através da intervenção do poder monopolista, amparado pelo Estado, pelo poderio econômico e pelos fazendeiros. A construção da ferrovia, as madeireiras e a colonização estrangeira modificam as relações sociais da comunidade cabocla com os invasores de seu território livre. O rompimento do mundo livre (a terra, a vida e a irmandade) para um mundo de opressão, que começa com a pilhagem de suas terras e de seu território e termina com a intervenção sanguinária do braço armado de civis e militares, passando pelo controle do poder político, do deslocamento dos direitos individuais para a opressão do Estado, do deslocamento de idéias e vida próprias ao território livre para idéias e forças que vinham de fora e se instalaram como forças armadas no espaço dos caboclos, espaço reconhecido pela Lei de terras de 1850.

Veremos que, a partir da conquista armada e da modernização feitas pelo poder estatal e monopolista, o caboclo foi afastado do desenvolvimento, passando os benefícios do progresso para os fazendeiros e, posteriormente, para os colonizadores. No fundo, o poder político controlava o progresso e o povo – como já o realizara antes nas diversas revoluções abafadas – com a idéia positivista de que somente os homens que superaram o estágio religioso e metafísico e atuam no estágio positivo, conseguem realizar o desenvolvimento e o progresso, nem que isso exigisse a guerra e a limpeza da área. Em outros termos, somente os homens do Estado, os do capital estrangeiro, os fazendeiros e os agricultores experientes da colonização conseguem o progresso. É um pensamento próprio à Velha República.

Assim, o pensamento religioso, popular e fanático do caboclo – fundamental para seu equilíbrio social – devia desaparecer com o extermínio dele próprio. A religiosidade institucional será vitoriosa quando se modifica o território, colocando ali os colonizadores do progresso. A formação arcaica da comunidade cabocla devia ser superada pela educação escolar dos filhos dos colonos, uma educação adaptada á sociedade burguesa.

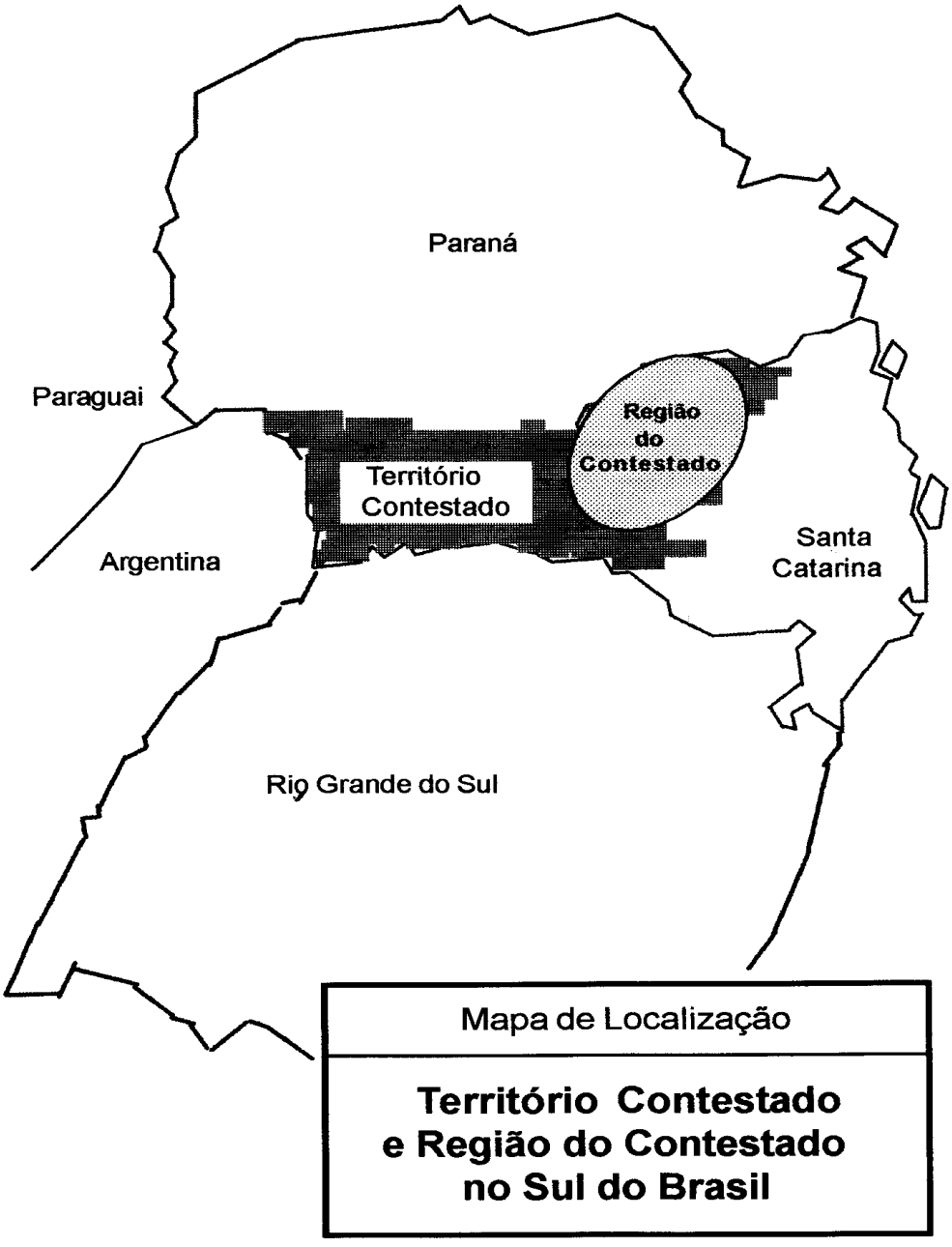
A fase imperialista do capitalismo levou a sério, na Europa, Austrália, América do Norte e em alguns países da América do Sul, um sistema de ensino e de educação escolar para todas as

populações. O capital estrangeiro, investido para que se desse a expansão do capitalismo na produção de excedentes nas matas convertidas em lavouras, não levou apenas a infra-estrutura de redes, madeireiras e colonizadores para o território, mas também, trouxe a idéia de uma educação escolar, importante para o grande projeto imobiliário de loteamento das terras outrora livres.

O homem do Contestado, primitivo, foi cindido pela guerra e substituído pelo homem colonizador, o homem-colono de um novo ambiente rural, produtor, que a seguir será o moderno, o industrialista, o urbano. Neste processo de expansão do capitalismo, a educação escolar vai se desenvolver timidamente em todo o Planalto Catarinense – agora "antigo" Território Contestado – que passamos a enfocar sub-dividido em quatro regiões homogêneas internamente: Planalto Norte, Zona de Campos, Zona do Rio do Peixe e Zona do Alto Uruguai. Nelas, veremos que, no limiar da Revolução de 1930, a par da educação escolar pública, as colônias de imigrantes – as alemãs, italianas, polonesas e ucranianas – continuaram implantando e desenvolvendo sistemas próprios de ensino em instituições que denominamos "escolas étnicas".

MAPA 1:

LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CONTESTADO
E DA REGIÃO DO CONTESTADO



Desenho de Nilson Thomé, sem determinação de escala, para simples visualização.

1 O TERRITÓRIO LIVRE DO CONTESTADO E A AUSÊNCIA DE ESCOLAS

Neste primeiro capítulo, enfocaremos como o espaço livre do Contestado foi sendo lentamente ocupado no decorrer do tempo, de forma diferente em duas áreas geográficas – a meridional e a setentrional – tendo as elevações da Serra do Espigão, ao centro, como divisor natural. O estudo sobre a formação territorial envolve, num primeiro momento, os modelos fundiários vigentes até 1850 nas diversas situações e, num segundo, a partir da Lei de Terras de 1850. Enfoca historicamente as duas correntes migratórias de entradas, uma pelo sul (onde predomina o campo) e a outra pelo norte (com a predominância da floresta). Analisa as três atividades econômicas básicas do sistema capitalista primário do então homem do Contestado: o tropeirismo, a criação de gado e exploração dos ervais nativos. Aqui, mostraremos a participação do índio e do negro na formação do homem do Contestado. Introduziremos um estudo sobre os novos imigrantes europeus que adentram no Contestado via Paraná. Ainda, esta parte revela as condições da educação escolar na região, no advento da República, iniciando os registros das primeiras escolas étnicas.

1. 1 A PROPRIEDADE DA TERRA

Desde a época da Governadoria-Geral do Brasil, os portugueses aproveitaram para se consolidar na costa brasileira e avançar para o Oeste, utilizando o sistema agrário das sesmarias[25], uma herança do tempo das capitanias hereditárias. A atividade pastoril, forma inicial do povoamento do sertão brasileiro, realizou-se por meio de concessões de terras em sesmarias e sua distribuição foi motivada pela necessidade da criação extensiva de gado. Eram "datas" de enormes proporções, geralmente muito maiores que as sesmarias do litoral, o que se justificava diante da necessidade de amplas áreas de pastagens. A pecuária representou uma das mais importantes atividades para a ocupação e o desbravamento das diversas regiões do Brasil, pois

> [...] foi ela que deu ao homem colonial a noção do valor econômico das áreas que não tinham riquezas minerais e que não se prestavam à agricultura. Foi, pois, nos sertões do centro, nordeste e sul que ocorreram as primeiras concessões de sesmarias para a criação de gado, visando a fixação do homem no interior (RITTER, 1980, p. 53).

[25] As sesmarias caracterizavam a cessão gratuita do uso da terra, em áreas devolutas no litoral e no sertão, para minas, lavoura e pecuária.

As sesmarias tinham a extensão de três léguas quadradas, medidas com três léguas de comprimento por uma légua de largura[26]. Elas não deviam encostar umas nas outras. Entre elas deveria ficar um amplo espaço de terras livres, que se conservariam devolutas. Os sesmeiros não permitiam que outros moradores nelas se estabelecessem. As pessoas de poucos recursos, que não podiam obtê-las junto ao governo, ocupavam clandestinamente e cultivavam as áreas, e, só mais tarde, quando isto fosse possível, tentavam solicitá-las como sesmarias. As primeiras ocupações por posses aconteciam nas zonas livres entre uma sesmaria e outra, logo se estendendo às sesmarias que não haviam sido desenvolvidas pelos seus titulares. Os pobres se estabeleciam nos terrenos aparentemente sem dono, construíam pequenas casas e iniciavam o cultivo. Mas, "subitamente surgia um homem rico portando o título que conseguira na véspera, expulsando-os e ainda se utilizando do fruto de seu trabalho. Ou o pequeno lavrador arrendava essa parcela, plantando principalmente milho e feijão" (FERREIRA FILHO, 1978, p. 75).

Como as concessões relacionavam-se diretamente à propriedade de capitais e escravos do requerente, ao homem de menos recursos poucas alternativas restavam. Se pretendesse ter terra, ou a arrendava do sesmeiro, que era o proprietário, ou se apossava dela, mesmo sabendo correr riscos. Assim, começaram a surgir divergências mais sérias entre os sesmeiros e os posseiros. Ao longo do tempo, tais conflitos se tornaram mais freqüentes. Para os caboclos despojados, a propriedade da terra era o caminho para a almejada ascensão social. Por isso, sem acesso às doações de sesmarias, para os homens de poucos recursos, o "apossamento" foi a fórmula encontrada para tentar a propriedade.

No Sul do Brasil, o sistema de sesmarias expandiu-se a partir de Laguna (em Santa Catarina), pela faixa litorânea do Rio Grande do Sul, aos Campos de Viamão, Barra do Rio Grande, até a Colônia de Sacramento na margem esquerda do Estuário da Prata, alcançando também o Rio Pardo, para regulamentar as posses dos desbravadores pioneiros da Costa e para promover a fixação de portugueses, de paulistas e de lagunenses no Extremo-Sul da Colônia, que começavam a prear os rebanhos de muares, eqüinos, ovinos e bovinos, que pastavam livremente nas Vacarias do Mar, abandonadas pelos Guarani[27] quando dos ataques dos bandeirantes a Tapes.

[26] A sesmaria de uma légua de frente por três léguas de fundo, no formato retangular, media seis quilômetros de frente por dezoito quilômetros de fundo, totalizando 10.800 hectares, equivalente a 4.463 alqueires paulistas.

[27] Neste trabalho, seguimos uma convenção informal entre os antropólogos internacionais, que é de não utilizar o plural na denominação dos grupos indígenas.

Surgiram as sesmarias, também, para fixar o elemento de língua portuguesa na área, a fim de evitar a penetração dos espanhóis de Buenos Aires.

> Há muito tempo vagueavam pelos pampas, ao norte do rio da Prata, grandes rebanhos selvagens que atraíam tanto portugueses como espanhóis. Tropas lusitanas e espanholas, quando em luta pela posse da Colônia de Sacramento, caçavam esses animais mais bravos. O próprio estabelecimento português transformou-se num centro de preadores de gado e aí se desenvolveu importante indústria de couro. Os bandeirantes, de preadores de índios que eram, passaram a preadores de reses no momento em que descobriram o valor econômico daqueles rebanhos. Mais tarde, estes paulistas solicitaram terras em sesmaria, tornando-se povoadores e organizadores de estâncias, como eram chamadas as fazendas no sul (RITTER, 1980, p. 55-56).

Quanto ao Paraná, os primórdios da ocupação das terras do hoje Estado vinculam-se às sesmarias concedidas por São Paulo para a lavra de minas entre Santos e Paranaguá, na metade do Século XVI, a partir de quando a zona litorânea foi alvo das bandeiras paulistas mineradoras e escravagistas de índios Carijó. As bandeiras cortaram a região Oeste, entre 1628 e 1638, quando das investidas contra os Guarani, na Província Jesuítica Espanhola de Guairá, bem como até 1641, quando dos ataques às reduções na Província de Tapes, no Rio Grande do Sul.

O povoamento do Paraná ocorria apenas na área da Serra do Mar para o Litoral, e sua economia girava em torno das minas. O Oeste era compreendido genericamente como Sertão de Paranaguá. As entradas para o Cimo da Serra aconteceram, primeiro, pela busca de ouro e, depois, quando houve necessidade de se instalarem criatórios de gado bovino para atender a alimentação da população das minas. As terras mais próximas escolhidas foram as dos Campos de Curitiba, estendendo-se a São José dos Pinhais e, a seguir, para Campo Largo e Lapa.

Os paulistas iniciaram a marcha para o Planalto, alcançando os chamados Campos Gerais do Paraná, que também se mostraram propícios para a criação de gado e, assim, chegaram a Campo do Tenente, Palmeira, Ponta Grossa e Castro onde a eles foram concedidas inúmeras sesmarias de campos. Com a abertura da Estrada Real, o movimento das tropas estendeu a ocupação das terras para o Norte, em direção a Sorocaba, e para o Sul, em direção ao Rio Negro, em terras devolutas e despovoadas.

No litoral catarinense, na medida em que iam sendo abertos os caminhos no Sul, eram concedidas sesmarias para aqueles que desejavam se instalar nos trajetos que ligavam as estâncias, as invernadas e os currais, primeiro com Laguna, de onde os rebanhos eram embarcados em navios, a seguir com Lages, pela Estrada dos Conventos e seus atalhos e, depois, de Vacaria e Lages pela Estrada das Tropas, rumo ao Norte, até os Campos Gerais do Paraná, por onde os rebanhos transitavam em direção à Feira de Sorocaba.

> Estas eram as Sesmarias das Invernadas, destinadas a engorda e descanso do gado vindo do sul para ser comercializado na feira de Sorocaba. Serviam de certa forma como Sesmarias de Caminhos, onde desenvolvia a agricultura de subsistência para a sustentação do trânsito das tropas, incentivadas pela possibilidade de ganho que a intensa circulação entre as capitanias propiciava. O povoamento atingia os sertões da Colônia e iam surgindo novas povoações, muitas delas elevadas à categoria de vilas (RITTER, 1980, p. 64).

Depois de promover a ocupação dos Campos de Guarapuava, a descoberta dos Campos de Palmas e de Campo Erê, a frente de expansão paulista na Comarca de Curitiba viabilizou a instalação de muitas famílias de fazendeiros, estas que, por força da mudança na legislação sobre terras, após a Lei das Terras de 1850 não mais as recebiam em doação; tinham de adquiri-las, ainda que a preço vil. O mesmo aconteceu com aqueles que, mesmo através de posses, instalaram-se entre os Campos de Palmas e Porto União da Vitória e, desta vila, a Rio Negro, São Mateus do Sul e Lapa. Na exposição dos processos de ocupação das terras meridionais e orientais do Contestado, constatamos a total ausência de qualquer participação de Santa Catarina no seu desbravamento ou desenvolvimento, até a anexação lageana em 1820. Adiante, veremos que o mesmo aconteceu quando da ocupação das terras setentrionais e ocidentais do Contestado.

1.2 O HOMEM NO CONTESTADO MERIDIONAL

Depois de destruir as reduções jesuíticas da Província de Guaíra (na Bacia do Paraná), os bandeirantes paulistas adentraram nos pampas gaúchos, sempre objetivando o aprisionamento de índios Guarani, então aldeados na Província de Tape. Os paulistas levaram os índios sobreviventes e, inicialmente, não perceberam todo o potencial da grande reserva indígena de muares, cavalos, ovelhas e de gado bovino dos rebanhos espanhóis que haviam sido escondidos nas "Vacarias do Mar" para provisionamento de alimentação. Após os ataques, sem ter quem assistisse os rebanhos nos campos, que assim ficaram abandonados à própria sorte, parte deles se espalhou e desceu até os Campos de Viamão[28].

[28] "Campos de Viamão" era a denominação genérica de toda a região do Estado do Rio Grande do Sul localizada entre o Oceano Atlântico, o Rio Guaíba, os rios Mampituba, Caí, Sinos e Antas, com as lagoas do Nordeste, até a parte final do curso do Rio Jacuí. Era assim que, por muitos anos, se denominou o território ao Norte da atual Porto Alegre. Os Campos de Viamão e Tramandaí, ainda no tempo do Brasil Colônia, constituíam a área que ficou conhecida como Santo Antonio da Patrulha.

Durante a primeira metade do Século XVII, os paulistas investiram contra as reduções sulinas de Tape com o objetivo escravagista e, também, com a intencionalidade da mineração. Nenhuma das suas expedições evidenciou qualquer intenção de promover a ocupação ordenada e a colonização dos pampas.

> Vários historiadores afirmam que o Rio Grande do Sul foi, primitivamente, colonizado pelos paulistas, o que constitue uma inverdade histórica. [...]. Os bandeirantes que percorreram o Rio Grande do Sul (e bandeirantes também eram os filhos de Minas Gerais e Rio de Janeiro) eram nômades e não tinham objetivos colonizadores [...].
> Apenas bandeiras nômades de paulistas penetravam, ás vêzes, no Rio Grande, abrindo luta com os aborígenes; mas eram excursões sem fins colonizadores definidos e passavam sem deixarem outro resultado alem do que o enfraquecimento gradual dos jesuítas (BRASILIANO, 1935, p. 34 e 59).

Por seu lado, revidando a penetração lusitana em plena banda dos Charrua, entre os tratados de Madri e de Santo Ildefonso, os jesuítas, quando protegidos pelos espanhóis, retornaram ao Tape para reconstruir as antigas reduções e erguer novos aldeamentos. Os jesuítas espanhóis reorganizaram as reduções e ampliaram seus domínios nos Pampas, inclusive alcançando a área entre os rios Paraná e Uruguai (hoje em Entre-Rios, Corrientes e Misiones, na Argentina) e ocupando também a margem esquerda do Rio Uruguai, desde São Borja até Santo Ângelo (onde formaram os chamados Sete Povos das Missões) e as proximidades do Sul de Passo Fundo. Para a criação dos novos rebanhos, foram instaladas mais "estâncias" e, para nova grande reserva, foi escolhida a região das Vacarias dos Pinhais.

Os bandeirantes desconheciam a origem dos rebanhos dos Guarani, que nada mais eram do que as "vacarias" das reduções, ou suas "estâncias". Para alimentar as reduções de Tapes e da Banda Oriental do Uruguai, que depois tiveram suas populações acrescidas com os refugiados de Guaíra, os jesuítas adquiriram rebanhos dos criadores espanhóis de Corrientes, de Entre-Rios, de Montevidéu e de Buenos Aires, criando-os soltos nas abundantes pastagens e boas aguadas, onde eles se multiplicavam na natureza.

As primeiras estâncias missioneiras, instaladas pelos jesuítas, com apoio dos espanhóis, localizavam-se ao Sul do Jacuí, na área que era chamada de "Vacaria do Mar" (*Bacheria del Mar*) e já abrigavam milhares de cabeças quando os bandeirantes atacaram as reduções, permitindo que os rebanhos se espalhassem, descendo as serranias e esparramando-se até o litoral, nos Campos de Viamão. Já a "Vacaria dos Pinhais" (*Bacheria de los Piñales*), nas terras indígenas, hoje no Norte do Rio Grande do Sul, surgiu nos primeiros anos do Século XVIII.

> Para previnir a ameaçada de fome, em caso de más colheitas, planejaram os padres a fundação de nova vacaria, com umas 100.000 vacas, recolhidas das estâncias de alguns

> Povos. Após alguns anos, atingida a cifra de um milhão de reses, ela poderia fornecer, anualmente, 300.000 cabeças para o abate. Por suas patrulhas, sabiam os índios que no planalto, entre a Encosta da Serra e os matos do alto Uruguai, havia um imenso campo, coberto de pinheiros, impenetrável ao norte, sul e leste. Bastaria, pois, abrir uma picada nos matos do oeste e introduzir o gado. Assim, pouco antes de extinguir-se a Vacaria do Mar, no início do século 18, inaugurava-se a Vacaria dos Pinhais, que legou o nome à atual cidade de Vacaria (BRUXEL, 1978, p. 116).

Portugueses e espanhóis disputavam palmo-a-palmo o extremo-sul brasileiro. Num dos momentos em que os castelhanos dominaram a Colônia de Sacramento, onde os lusitanos se abasteciam de charque e couro, surgiu a idéia da apropriação dos rebanhos das Vacarias do Mar. O problema era que, dos Campos de Viamão, não havia possibilidade de saída pelo mar, pela inexistência de porto. Foi quando, em 1703, decidiu-se pela abertura de um caminho que, da Colônia de Sacramento para o Norte, atingisse os Campos de Viamão e, destes, o porto de Laguna, acompanhando o litoral. E numa das retomadas desta colônia pelos portugueses, em 1715, o caminho foi aberto, mas, para interrompê-lo, os espanhóis fundaram uma fortificação junto a Montevidéu. Então, verificou-se que a possibilidade de uma comunicação mais segura, de Sacramento à Laguna, seria pelo interior do Continente, onde os açorianos[29], vindos de Laguna, já estavam a arrebanhar o gado xucro.

As tropas não podiam parar além dos cuidados que o tempo exigia, obrigando os tropeiros a invernar o gado sistematicamente para descanso e engorda. A necessidade provocou o surgimento de currais, de invernadas, de pousos e até de novas estâncias ao longo dos caminhos, algumas por iniciativa dos próprios tropeiros, e outras por pessoas que neles se instalaram com este objetivo.

1.2.1 A Estrada das Tropas no Contestado

As duas vacarias guaraníticas – a do Mar e a dos Pinhais – deram origem às estâncias gaúchas que, na maioria, foram confiadas como sesmarias a tropeiros paulistas oriundos dos Campos Gerais e dos Campos de Curitiba, a militares, vindos para fortificar o Brasil Meridional e

[29] Nas colônias portuguesas do Arquipélago dos Açores, a explosão demográfica e a escassez de terras de agricultura se constituíam em problema para o Rei Dom João V. Uma solução para os Açores veio em 1747, com a promoção da emigração de famílias (casais) para o Brasil. Então, de lá começaram a chegar os primeiros açorianos para habitar a Costa Meridional. Cerca de quatro mil casais de açorianos embarcaram para o Rio Grande do Sul, tendo-lhes sido fornecidos ferramentas, sementes, roupa, dinheiro e algum gado. Uma vez estabelecidos trataram de cultivar as terras, mas, logo abandonaram as enxadas e entregaram-se à criação do gado a partir dos rebanhos selvagens.

a açorianos, todos assistidos por índios, negros e mestiços, fazendo surgir os caminhos, as invernadas, os currais nos pampas e constituíram a base para o tropeirismo, que veio ligar o Rio Grande do Sul com o resto da Colônia, assim enraizando o desbravamento do Contestado.

Eram milhares de cabeças de gado diverso – bovino, muar, caprino e cavalar – constituindo uma riqueza maior e mais abundante do que índios:

> [...] era a gadaria vivendo à gandaia, à lei da natureza, sôlta em campos ferazes, sem restrições e sem dono, como um presente régio a esperá-los. Nada mais lucrativo para quem andava à cata de mercadoria vendável do que arrebanhar cavalos e éguas, burros e bêstas, bois e vacas para vendê-los, a bom preço, nas regiões carentes dêsses animais" (GOULART, 1961, p. 34).

Nos primeiros anos do Século XVII já alguns aventureiros se atreveram a arrebanhar animais nas campinas da área do Prata. Os muares, que logo mostraram o seu valor como cargueiros passaram a ter considerável importância para o desenvolvimento econômico e social de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A demanda por muares promoveu a expansão das criações pelos campos do Viamão, das Missões, da Colônia do Sacramento, de Montevidéu, de Buenos Aires, de Corrientes, de Entre-Rios, entre outras áreas.

> O comércio do gado já existia na Colônia do Sacramento, de onde os portugueses se aproveitavam para roubar reses, colocadas pelos castelhanos nas campanhas vizinhas; tirando o couro e peles, exportavam-nos para os mercados de São Vicente, Rio de Janeiro e mesmo da Europa, com grande prejuízo para os Espanhóis. Esse foi o chamado ciclo do couro, que depois foi substituído pelo do gado em pé; foi o transporte desse gado, que levou os portugueses a construírem a primeira estrada entre a Colônia do Sacramento e a vila de Laguna, de onde era ele embarcado e levado por mar até aqueles portos (LEMOS, 1977, p. 25).

A abertura de um "caminho real", para ligar a Colônia do Sacramento (antiga possessão portuguesa no Extremo-Sudoeste do Uruguai) e os Campos de Viamão, a São Paulo, pelo interior do continente, foi o marco referencial do início do desbravamento e da ocupação do Planalto de Santa Catarina, cem anos depois das investidas paulistas aos aldeamentos jesuíticos dos Guarani.

Quando já estava sendo usada uma antiga picada, aberta pelos bandeirantes, ligando São Paulo e os Campos de Curitiba, os tropeiros transportavam rebanhos também pelo litoral catarinense, de Laguna ao São Francisco pelo "Caminho da Praia" (aproximadamente no atual traçado da BR 101). Daí, prosseguiam as viagens pelo porto de Saí ou pelas Três Barras, no fundo da baía da Babitonga, em direção aos campos dos Ambrósios (via Campo Alegre). Destes campos, o gado era encaminhado em direção Oeste por uma trilha que seguia o rio da Vargem e o Rio Iguaçu e, após atravessá-lo, seguia para os Campos Gerais paranaenses. O transporte dos rebanhos pela praia era penoso e quase impraticável de ser percorrido, desde Laguna até a

Babitonga, o que ensejou aos exploradores a abertura de um novo trecho entre Laguna e os Campos de Lages pelo Araranguá, em 1732, que veio a ser conhecido como “Estrada dos Conventos" e, a seguir, uma outra estrada, de Lages até os mesmos Campos Gerais (no Paraná), pelo Planalto Catarinense. Foi no retorno de Laguna que Francisco Souza e Faria abriu o trecho pioneiro da Estrada dos Conventos, quando, depois de descer até o Araranguá, dali acompanhou a Serra e, rumando para Oeste, foi ter na ponta dos campos de Vacaria.

Nesta mesma época, outra expedição de milicianos curitibanos, sob o comando do Capitão Manoel Rodrigues da Motta, fez a ligação de Curitiba com os Campos de Lages em sentido contrário à expedição de Francisco de Souza e Faria.

Entre 1731 e 1733, coube ao tropeiro, comerciante e sertanista Cristóvão Pereira de Abreu, então criador na Colônia do Sacramento, explorar estes caminhos pioneiros e, após percorrê-los algumas vezes, inclusive transportando tropas de animais, decidiu pela abertura da “Estrada das Tropas” em parte nas pegadas de Souza e Faria. A “Estrada dos Conventos” teve a diretriz abandonada em 1740, sendo definitivamente substituída pela ligação direta de São Paulo para os pampas rio-grandenses, pela linha de Curitibanos a Lages e, dali em diante, passando o Rio Pelotas, até os Campos de Vacaria, alcançando Viamão por Santo Antonio da Patrulha e São Francisco de Paula.

> O então “Continente de São Pedro do Rio Grande” era o maior celeiro da América do Sul em gado bovino, chimarrão, xucro, e por isso povoador de toda a extensa região do atual Estado, sobretudo na parte sul ou região missioneira.
> O gado bovino [...] atrairia grande número de tropeiros, isto é, bandeirantes e preadores de índios que, abandonando os antigos misteres, dedicaram-se ao transporte de tropas para os mercados de Laguna e depois Sorocaba, em São Paulo (SPALDING *apud* LEMOS, 1977, p. 15).

Esta “Estrada Real”, ligando o Extremo-Sul ao Sudeste do Brasil pelo interior, representou o início da prosperidade para algumas regiões ao longo da sua extensão, mas, em contra-partida, logo causou a decadência de Laguna. Durante cerca de cem anos, esta Estrada Real registrou intenso movimento de tropeiros que passaram a adquiri-los de estanceiros que por lá se estabeleceram, justamente para a exploração das reses. E quando a disponibilidade de muares e de gado diminuiu no Viamão, no Jacuí e em Vacaria, restando em abundância nas bandas do Rio Uruguai, foi preciso aos tropeiros buscá-los na região então conhecida como Missões. A mudança de local da fonte abastecedora provocou a abertura de outros caminhos, mais a Oeste da Estrada Real. Com isso, o movimento em sua extensão foi reduzindo gradativamente, provocando o declínio da até então prosperidade nos povoados à sua margem.

MAPA 2:

A ESTRADA DAS TROPAS E OS ANTIGOS CAMINHOS DO CONTESTADO



Desenho de Nilson Thomé, sem determinação de escala, para simples visualização.

1.2.2 Os Campos de Lages

Os portugueses-paulistas moradores em Curitiba, logo se transformariam em "curitibanos" e, os mesmos portugueses-paulistas, agora dos pampas, mais lagunenses, açorianos e castelhanos, se caracterizariam como "rio-grandenses" ou "gaúchos", que plantariam as raízes para a criação da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (em 1819). Já os primeiros plantariam as raízes para a criação, mais tarde, da Província do Paraná (em 1853). Entre estas duas províncias, espremida na faixa da Serra Geral para o Litoral, estava a Província de Santa Catarina, disputando o espaço a Oeste, com o Paraná, pelos rios Negro e Iguaçu e, com o Rio Grande do Sul, pelos cursos dos rios Pelotas e Uruguai.

Nos conhecidos campos da Lapa e Campo do Tenente, entre os rios Negro e Iguaçu, a partir dos primeiros criatórios marginais à Estrada das Tropas, em 1752 iniciou-se um povoado que, em 1769, foi elevado a Freguesia, com o nome de Santo Antonio do Registro, mais tarde denominada vila do Príncipe (cuja área alcançava a Rio Negro e Campos da Estiva) e, depois, simplesmente Lapa. Daí para o Sul e para o Sudoeste, com limites indefinidos, tudo era chamado de "Sertões de Curitiba", uma vastíssima região, ainda inexplorada.

A Estrada dos Conventos, que ia de Laguna e Araranguá, atingia os campos lageanos, mas a região ainda não levava o nome de "Lages", e sim "dos Curitibanos". A importância deste ponto ficou evidenciada quando da abertura da Estrada Real que, vinda do Sul, ali se entroncava com a dos Conventos. A primeira menção oficial até agora conhecida à denominação de "Campos de Lagens", "Lagens" ou "Parada das Lagens", data de 1741. Os Campos de Lages eram divididos dos Campos de Vacaria pelo Rio Pelotas (principal formador do Rio Uruguai), e por isso, eram também chamados de "Vacaria das Lagens".

As milhares de cabeças de muares, de cavalos e de gado bovino, passando pelos registros (coletorias primitivas), constituíram inestimável fonte de renda para os cofres de São Paulo[30]. Esta valiosa fonte justificava a especial atenção que São Paulo tinha pela Estrada Real, aliada à preocupação pela segurança, tanto do trecho como da região Sul, sempre "ameaçada" pelos espanhóis.

[30] De passagem, diga-se que o governo ganhava duas vezes, pois além do imposto cobrado no transporte, também o cobrava quando da venda dos animais na feira de Sorocaba.

Ao assumir a Capitania de São Paulo, Dom Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, conhecido como Morgado de Mateus, planejou consolidar a presença dos portugueses no Extremo-Sul da sua jurisdição, também no ponto que alcançava o Rio Pelotas. Em 1766, confiou ao sertanista, Guarda-Mor Antonio Correa Pinto de Macedo, a tarefa de fundar uma povoação nas *chapadas da Vaccaria*, na parte Sul dos *campos das Lagens*, onde ele já tinha fazendas, persuadindo-o a convocar moradores e índios destas paragens para se fixarem nas margens do Rio Pelotas ou do Rio Canoas. Para isso, o Morgado de Matheus concedeu a Correa Pinto a patente de Capitão-Mor e o título de "Regente do Sertão de Curitiba".

Em abril de 1767, foi erguida a capela, sob invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, dando origem ao nome do lugar: Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão das Lagens[31]. Entretanto, Correa Pinto levou ainda mais quatro anos para oficializar a vila. A fundação oficial aconteceu a 22 de maio de 1771, quando possuía cerca de 400 habitantes, já abertas algumas ruas e construídas casas.

Foi na condição de posseiros que se estabeleceram alguns tropeiros e fazendeiros, uns portugueses e outros luso-brasileiros, nesta área bem ao Sul dos "Sertões de Curitiba", nos ainda pouco habitados Campos de Lages, por volta de 1730, após a abertura da Estrada dos Conventos, Mas nem todos os recém chegados a estes campos eram pessoas de bem[32]. Por estar distante da civilização, também, entre "os que vieram para explorar aqueles campos, haveria o marginal, o criminoso, foragido da justiça, que foi refugiar-se onde o seu longo braço não o alcançaria[33].

Logo após a fundação da vila, Correa Pinto providenciou a abertura de uma estrada para Laguna, via Tubarão, estabelecendo nova ligação da Estrada Real com o Litoral Catarinense. E

[31] No decorrer dos tempos, Lages foi palco de importantes acontecimentos históricos, como da Revolução Farroupilha e da Revolução Federalista, no século XIX. São notáveis os trabalhos de Walter Dachs (1962) e de Licurgo Costa (1982), deste principalmente, mais de Otacilio Costa (1944) – entre outros estudiosos – que produziram em detalhes a História de Lages, a partir da fundação e até recentemente, obras que recomendamos para quem pretender se aprofundar especificamente neste conhecimento. Para o Contestado, o valor de Lages está naquilo que representou para o desenvolvimento regional.

[32] Dos *Documentos Interessantes* (nº 23, p. 425), o Padre Geraldo Pauwels S.J. extraiu o que consta numa das certidões de serviços prestados por Correa Pinto ao governo de São Paulo: "Naturalmente abundavam tambem desertores e individuos que tinham ainda contas a saldar com a justiça" e mais, que "aquelle sertão tinha sido refugio de matadores, covil de ladroens, e levantados, comtendo muitos insultos e homicidios aos commerciantes, que tranzitavão com o avultado negocio das cavalgaduras" (PAUWELS, 1926, p.101).

[33] Correa Pinto conhecia alguns e os menciona em correspondência ao Governador de S. Paulo", conta Licurgo Costa, em *O Continente das Lagens*, ressalvando, entretanto, "que não eram muitos" (1982, p. 15).

muitos anos depois de estar aberta a Estrada dos Tropeiros e após ter sido fundada a Vila de Lages, é que viria a se concretizar a primeira ligação direta entre Desterro e os Campos de Lages. A primeira parte da estrada, entre a Guarda do Marui (ponto inicial, a 18 km do Estreito, em Desterro) e o Castelo-Melhor, ao poente da Serra Geral, com cerca de 100 km de extensão, foi construída de 1788 a 1790. A segunda parte, de Castelo-Melhor até a vila de Lages, aproveitava um caminho já trilhado, usado até 1816, quando foi abandonado por falta de uso.

> [...] nada mais seria preciso dizer, que o feito, memorável para a época, foi descrito com letras de sacrifício e despreendimento. Conheceu-se, porém, a menor distância da vila de Lages para a Ilha de Santa Catarina, em relação a que separa aquela, da Capitania de São Paulo [e de Curitiba], por fruto das explorações de Antônio José da Costa, ensejando a ligação em apreço.
> Em vista disso, em 1820, desmembrou-se Lages da Capitania de São Paulo, ganhando Santa Catarina, desta forma, essa nova jurisdição e a vastidão dos ainda não suficientemente conhecidos limites de Lages, que muito seriam discutidos, aliás, na futura contenda Paraná-Santa Catarina, a Questão de Limites ou do Contestado (EHLKE, 1973, p. 104-105).

Indiferente aos tratados entre Portugal e Espanha, tratou Correa Pinto de cumprir suas obrigações para com o Morgado de Matheus, promovendo o povoamento, não só da Vila de Lages, como também dos imensos terrenos em sua volta, inclusive ao Norte, até os Campos da Estiva, primeiro concedendo posses para "pousos", "currais" e "invernadas" e, mais tarde, títulos de propriedades de "fazendas" ou "estâncias". Por ocasião da invasão dos espanhóis à Ilha de Santa Catarina, em 1777, temendo o uso da Estrada Real pelos invasores, em diversos pontos do seu percurso foram organizados postos de abastecimento de tropas militares, confiando-se, cada um, a um "feitor" que, se no local ainda não havia recebido terras, estas lhe eram dadas imediatamente.

Quando foi criada a Freguesia da Lapa, o governo paulista estabeleceu que seriam seus limites, ao Sul, com a Freguesia de Lages, os Campos da Estiva, atravessados pelo curso do Rio Canoinhas, localizados ao Norte da Serra do Espigão. Por isto, Correa Pinto tinha amplo domínio sobre os terrenos marginais da Estrada Real, desde o Rio Pelotas até os Campos da Estiva. E foi com este poder que concedeu diversas terras em sesmarias, como por exemplo, a Antônio José Pereyra, no lugar onde, anos mais tarde nasceria a Vila de Curitibanos.

A Revolução Farroupilha complicou a vida no Planalto Serrano Catarinense logo depois de 1835, quando a bandeira dos revoltosos foi desfraldada no Rio Grande do Sul, fazendo com que a Província de São Paulo praticamente fechasse as fronteiras com o Estado sulino, proibindo em boa parte o transporte de gado bovino e eqüino da Província do Rio Grande do Sul pela

Estrada das Tropas, assim impedindo os rendosos negócios dos tropeiros que demandavam a Sorocaba. A medida provocou impacto tal que, imediatamente, verificou-se a decadência do movimento comercial na Vila de Lages, nos povoados, nos pousos e nos currais ao longo da Estrada das Tropas, trecho que já estava em queda desde quando foi aberta a paralela Estrada das Missões.

Providência mais drástica foi a tomada pelo Governo da Província de Santa Catarina no início de 1838, depois da primeira ocupação da Vila de Lages pelos farroupilhas. Fazia apenas 18 anos que os campos lageanos estavam incorporados a Santa Catarina, quando

> "[...] o acontecimento em Lages fez com que a Assembléia Provincial de Santa Catarina votasse a Lei nº 78 de 7 de abril de 1838, proibindo o comércio de qualquer ponto da província com aquele município, enquanto a região estivesse ocupada pelos republicanos" (MEIRINHO, 1997, p. 20).

Foi entre 1838 e 1840, que a economia rural dos campos de Lages, de Curitibanos e de Campos Novos viveu triste período histórico, quando das várias passagens das forças farroupilhas e legalistas pela região. Ambas abasteciam-se de gêneros alimentícios requisitados nas "bodegas" e armazéns, e, principalmente, de reses, tomadas das fazendas de criação de gado bovino nos seus percursos, o que provocou prejuízos incalculáveis aos comerciantes e aos fazendeiros. E depois de 1840, mesmo sem a ação das colunas beligerantes na região catarinense, o impedimento ao trânsito a partir do Registro de Pelotas foi mantido.

A proibição atingia mais os tropeiros gaúchos, pois o Governo de São Paulo não confiava neles. Afinal, permitindo-lhes lucros, poderiam estar, indiretamente, financiando o movimento revolucionário. Apenas tropeiros paulistas e curitibanos, selecionados, recebiam "passaportes" para negociar muares e cavalares no Rio Grande do Sul. O Governo Imperial não podia prescindir da fonte de receita obtida com a cobrança do impostos sobre animais nos registros. Precisava que o fluxo de abastecimento do eixo Rio-São Paulo com mulas, cavalos e bovinos continuasse, mas, estrategicamente, decidira proibir todo e qualquer comércio com negociantes abaixo do Rio Pelotas.

A Revolução Farroupilha terminou em 1844, quando foram levantadas as barreiras comerciais de São Paulo com o Rio Grande do Sul. Mas, aí, a medida restauradora pouco ajudou os lageanos, pois, cada vez mais, crescia bastante o movimento pela Estrada das Missões, que, do Rio Grande do Sul, atingia São Paulo pela rota de Campos Novos a Palmas, ou por suas Veredas,

uma no Passo de Goio-En, no Rio Uruguai, e outra, que desviava Lages, pelo rumo de Campos Novos a Curitibanos.

Assim, trinta e oito anos depois que a Província de São Paulo entregou a Freguesia de Lages para Santa Catarina e cinco anos após ter sido criada a Província do Paraná, o Planalto Serrano continuava em crise. Apesar de todas as adversidades, o movimento na Estrada das Tropas ainda se mantinha constante e movimentava a economia do Planalto[34].

> As feiras de Sorocaba se nutriam das manadas de muares preados no Viamão. A animalhada punha-se em marcha no sul pelos meses de setembro e outubro, por ocasião das chuvas, quando as pastagens começam a reverdecer. Alguns mercadores faziam a viagem direta a Sorocaba onde chagavam pelos meses de janeiro, fevereiro ou março; outros costumavam estacionar nos campos de Lages, ao sul de Santa Catarina, onde às vezes permaneciam até por um ano refazendo os animais; depois empreendiam o resto da viagem até Sorocaba (GOULART, 1961, p. 154).

Como a economia rural predominava sobre os destinos do Planalto Serrano Catarinense, na segunda metade do Século XIX um outro acontecimento veio a prejudicar os negócios ao longo da Estrada das Tropas, da Estrada das Missões e de suas Veredas, atingindo em cheio os campos de Lages, Curitibanos e Campos Novos. Ocorreu no Rio Grande do Sul que a indústria do charque passou a se expandir e a absorver intensamente a produção de gado bovino das suas estâncias. Os fazendeiros gaúchos deixaram de criar cavalos e mulas e, desinteressaram-se pelo tropeirismo, concentrando suas atividades só na mais lucrativa criação de gado, para fornecimento às charqueadas, na maioria, localizadas no Sul e Sudeste do Estado sulino, de onde a carne salgada era exportada. O reflexo em Santa Catarina foi imediato. Nossos criatórios, distantes das maiores charqueadas e dos portos de embarque - também em Laguna - tinham dificuldade nas vendas, pois, com o transporte, seus custos eram mais elevados, tanto para o gado em pé como para o charque. O movimento no trecho catarinense, entre os registros dos rios Pelotas ou Uruguai e dos rios Negro ou Iguaçu, caiu consideravelmente. Se até 1860 registrava-se o trânsito de cem mil muares anuais, a partir daí o novo fenômeno fez-sentir, a ponto de que, "de 1875 a 1900, provavelmente, passaram cerca de 20.000, 15.000, 10.000, 5.000 muares por ano" (GOULART, 1961, p. 157), um declínio assustador.

[34] Num trabalho inédito, Aluísio de Almeida (1939) levantou números sobre o movimento das feiras anuais de Sorocaba, concluindo que, "de 1855 a 1860, provavelmente passaram mais de 100.000 muares por ano" (ALMEIDA *apud* GOULART, 1961, p. 157).

Anos depois – entre 1870 e 1880 – foi a vez da estrada-de-ferro acabar com a até então concorrida Feira de Sorocaba, para onde convergiam os negócios dos tropeiros[35].

> No Sul, o comércio de carne salgada, depois frigorificada, incrementou a criação de bovinos em detrimento da de muares. As terras, antes devolutas, foram retalhadas e alambradas. Tudo isso teve influência enorme na vida de Sorocaba, trazendo decadência e ruína para aquela cidade. As ricas habitações foram abandonadas; o mato invadiu as ruas; as hospedarias fecharam as portas. As invernadas foram colonizadas e a cultura do algodão tomou conta (GOULART, 1961, p.160.).

O fazendeiro do Planalto Catarinense perdeu lucratividade porque não era empreendedor. Sua atividade era desenvolvida de maneira extensiva, sendo que qualquer aumento de produção ou de produtividade só se dava pela incorporação de mais terra e de mais gado.

1. 3 O HOMEM DO CONTESTADO SETENTRIONAL

1.3.1 Nas Origens do Porto da União

O setor setentrional do Território Contestado, compreendendo os cursos dos rios Paciência e Timbó, afluentes da margem esquerda do Rio Iguaçu, bem como as terras altas da Serra do Espigão, onde estão suas nascentes, foram explorados oficialmente pela primeira vez em 1768, época em que esta parte do Sul do Brasil constituía a Capitania de São Paulo.

Curiosamente, estas terras da margem esquerda dos rios Negro e Iguaçu, aproximadamente entre o afluente Rio São João (atual divisa Mafra-Três Barras) e o afluente Rio Timbó (atual divisa Irineópolis-Porto União), entrecortadas por dezenas de afluentes menores, com as nascentes nos contrafortes da Serra Geral, da Serra do Espigão e da Serra da Taquara Verde, constituíram a última das fronteiras rasgadas no setor Setentrional da Região do Contestado, tendo permanecido praticamente desabitadas até o romper do Século XX. O território era dominado pelos ameaçadores botocudos, como os Xokleng, eles que, ao contrário dos índios Kaigang – que foram aldeados mais cedo – ofereciam resistência a qualquer tentativa de contato do elemento branco. Sem campos para a criação de gado bovino, principal atividade dos paranaenses no interior, naquela época, a única atração que a esquerda do Vale do Médio Iguaçu

[35] Com o fim da Feira de Sorocaba, e de outras feiras famosas, como a de Barretos, nos anos finais do Século XIX, o fenômeno atingiria, além de Lages, também Campos Novos, Curitibanos e Palmas. Se tivesse visitado estas vilas nesta ocasião, delas Ave-Lallemant não teria opinião muito diferente da que expressou sobre Lages em 1858.

exercia eram os ervais, estes localizados no interior da floresta, *habitat* indígena. Ali, qualquer incursão era uma arriscada aventura.

As explorações ao Médio Vale do Iguaçu, associadas a posterior ocupação dos Campos de Guarapuava e dos Campos de Palmas, merecem especial registro, pois vieram a constituir uma das estruturas do desbravamento paranaense e catarinense, possibilitando a abertura de novos caminhos pelo Território Contestado, como a rota direta entre Palmas e União da Vitória, e outras circundantes à Região do Contestado, como a ligação entre Palmas e Campos Novos.

Sobre a exploração de 1768, temos que, entre outras medidas que objetivavam firmar a presença portuguesa nas terras meridionais do Brasil, para conter as investidas expansionistas dos castelhanos, além de providenciar a fundação de Lages, o governo da Capitania de São Paulo determinou a realização de uma série de excursões pelo Rio Iguaçu, das suas cabeceiras, no Sertão de Curitiba, à foz, no Rio Paraná. Cumprindo as ordens, no período de 1768 a 1773, oficialmente foram organizadas em Curitiba nada menos do que 12 expedições.

Para historiadores paranaenses, parte do Vale do Iguaçu teria sido explorada inicialmente em 1720, pelo curitibano Zacarias Dias Cortes, que levou uma bandeira ao sertão do Ibituruna para explorar as minas de Inhanguera. Do roteiro daqueles mineradores, enviado a Rodrigo Cesar de Menezes, consta a descrição dos campos de Palmas, "[..] mui grande, mui razo e com muitos butiás que dão muita e boa farinha e por baixo dos butiás tem muita herva mimosa" (*Apud* RIESEMBEG, 1973, p. 37).

A primeira das expedições oficiais fluviais, comandada pelos tenentes Domingos Lopes Cascaes e Bruno da Costa Filgueiras, alcançou o Porto de Nossa Senhora da Conceição da Caiacanga (atual Porto Amazonas), de onde iniciou a descida fluvial a 6 de dezembro de 1768. Os exploradores navegaram por setenta léguas o Rio Iguaçu (que também era chamado de Rio Grande de Curitiba, Rio do Registro e, pelos Kaigang, de Goio-Covó), chegando até o início dos saltos, em Porto Vitória, trinta quilômetros adiante de onde hoje se localizam as cidades-gêmeas de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), nas proximidades da foz do Rio Jangada, registrando em relatório as confluências dos rios das Pedras e Potinga, da margem direita, e dos rios Negro, Paciência e Timbó, da margem esquerda. No retorno, penetraram os rios Timbó (então chamado de Mogi-Grande) e Paciência (Mogi-Pequeno).

Outra expedição de importância ao Rio Iguaçu foi em 1769, comandada por Antônio da Silveira Peixoto que, a 20 de dezembro, parou no então "porto do salto", ao qual deu o nome de

Porto Nossa Senhora da Vitória (ao atual Porto Vitória, e não a União da Vitória/Porto União). Seguindo viagem, alcançou a foz do Iguaçu no Rio Paraná, onde foi preso pelos espanhóis e levado para Buenos Aires. Neste tempo, outras expedições oficiais percorreram o Iguaçu, a mando de Portugal e de Espanha, para a elaboração de mapas, de tratados, visando pontos de limites entre as duas coroas, para o Tratado de Madrid, quando também foram explorados os cursos dos rios Chopim e Jangada.

O ponto de partida para a fundação de um povoado, na margem esquerda do Rio Iguaçu, onde o Paraná criaria a Vila de Porto União da Vitória, data de setenta anos depois da expedição de Silveira Peixoto: é o ano de 1842, quando Pedro de Siqueira Cortes, um dos conquistadores dos Campos de Palmas, procurou e achou o vau neste ponto do rio. O passo viria a possibilitar maior facilidade para o transporte de sal e de gado entre Palmeira, nos Campos Gerais, e os Campos de Palmas. E entre o vau, que ficou conhecido como Porto da União, e a Vila de Palmas, foi aberta uma estrada em 1846, encurtando as distâncias. "O sal que vinha do litoral para Palmas passava por esta localidade. [...]. O gado de Palmas para Palmeira e outras localidades passava, também, pelo vau" (LAZIER, 1985, p. 13).

O neto do fundador de Palmeira e um dos fazendeiros conquistadores dos campos de Guarapuava e de Palmas, Amazonas de Araújo Marcondes (filho de Francisco Inácio de Araújo Pimpão), decidiu implantar a pioneira navegação a vapor no Rio Iguaçu, em 1883, com base em Porto União da Vitória. Pelo Rio Iguaçu, seus barcos vieram a promover a ligação do Porto da União até Porto Amazonas, posicionado no Alto Iguaçu, entre Palmeira e Lapa, ligando também a Vila de Rio Negro, pelo rio deste nome, servindo ao transporte de cargas e de passageiros. As rotas fluviais que faziam a comunicação para a capital, tinham em Porto União da Vitória[36] a conexão com a rodovia que demandava em direção a Palmas.

1.3.1.1 A Estrada Estratégica

Os Campos de Guarapuava, ao Norte do curso do Rio Iguaçu, desbravados pela Expedição Real de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, como parte do plano para a abertura de

[36] Hoje, juntas, as zonas centrais das cidades-gêmeas de União da Vitória (PR) e de Porto União (SC), separadas em 1916 pelos trilhos da estrada-de-ferro – que não existem mais – situam-se no interior de um ômega formado pelo Rio Iguaçu, a primeira em terras baixas e inundáveis e, a segunda, com parte em terras um pouco mais elevadas.

uma estrada que, dali, alcançasse as Missões, ao Sul, estavam sendo gradativamente ocupados, na medida em que os índios Kaigang rebeldes iam sendo mortos e os amigos, aldeados, permitindo a instalação de fazendas de criação de gado bovino e o trânsito de tropeiros pelas antigas terras de domínio Guaianá.

Quando da ocupação dos Campos de Palmas e de Campo Erê, a comunicação destes com Guarapuava acontecia pelos difíceis e perigosos terrenos entre os rios Chopim, Iguaçu e Jordão, então já conhecidos, ou pela estrada aberta para o Nordeste, que exigia a transposição do Rio Iguaçu no Porto Vitória - alcançando Palmeira depois de acompanhar o curso do Rio Espingarda, desde sua foz no Iguaçu, trecho em plena mata que seguia uma picada inicialmente aberta em 1836 e completada em 1839 por Francisco de Paula e Silva Gomes.

Foi aí que, em 1842, partindo de Palmas, Siqueira Cortes descobriu o vau na margem esquerda do Rio Iguaçu, em Porto da União, pouco acima de Porto Vitória, vindo a abrir a estrada de Palmas ao Porto da União e, da margem direita do Iguaçu, no rumo Nordeste, abriu a nova picada até Palmeira, completando-se, desta forma, a antiga estrada de Palmas. "[...] este caminho assume relevo histórico, porque representa o primeiro eixo de povoamento do vale. Ao longo dele firmaram-se as primitivas posses de terras e constituíram-se os primeiros agrupamentos humanos" (RIESEMBERG, 1973, p. 41).

> O rio, entretanto, não foi abandonado. Entre Porto da União e Caicanga (Porto Amazonas) estabeleceu-se um serviço de navegação por canoas, que fazia suplementarmente o transporte dos gêneros que necessitavam os fazendeiros. [...] o rio passava a constituir um segundo eixo de povoamento: o da colonização européia do Vale (RIESEMBERG, 1973, p. 41).

Ligando-se ao Porto da União, a Palmeira, a Guarapuava e ao Nonoai, em 1855, os Campos de Palmas ensejaram a formação do núcleo habitacional – a Freguesia de Palmas – que foi elevada a município em 1877. No antigo vau do Iguaçu, outro povoamento ensejou a criação da Freguesia de União da Vitória, em 1880, elevada à cetegoria de município em 1890 com o nome de Porto União da Vitória. No ano de 1884, o governo do Paraná criou a Freguesia de Bela Vista de Palmas, a Oeste de Palmas, que passou a município em 1892 e teve, em 1909, seu nome alterado para Clevelândia.

A navegação a vapor, entre Porto Amazonas e Porto da União, trouxe considerável progresso, tanto para Porto União da Vitória como para Palmas. Entretanto, o roteiro da antiga estrada entre Palmas e União da Vitória, com 140 km, passando o Rio Jangada, representava

dificuldades para o transporte. A solução encontrada pelo governo da Província do Paraná foi a abertura de uma nova estrada, que começou a ser construída em 1884.

Em 1884, "[...] é inciada a Estrada Estrategica para Palmas, partindo da barranca do Rio Iguaçu, em União da Vitória" (SILVA, 1933, p. 40). Treze anos depois, a estrada possibilitava trânsito para carroças até a colônia Jangada (hoje no município paranaense de General Carneiro). Daí em diante, "até a saída dos campos palmenses, a picada era simplesmente horrível: serras, peraus, desfiladeiros tremendos, 'caldeirões' escondidos por extensos taquarais atrás de cuja ramagem os índios faziam emboscadas atacando o incauto viageiro" (SILVA, 1933, p. 40). As obras prosseguiram até ser, finalmente, aberta em 1907, depois que nela se estabeleceu serviço regular de transporte de cargas e de passageiros por diligências, implantado por Augusto Riesemberg. Mais tarde, foi melhorado o trecho que, de Palmas, demandava a Clevelândia.

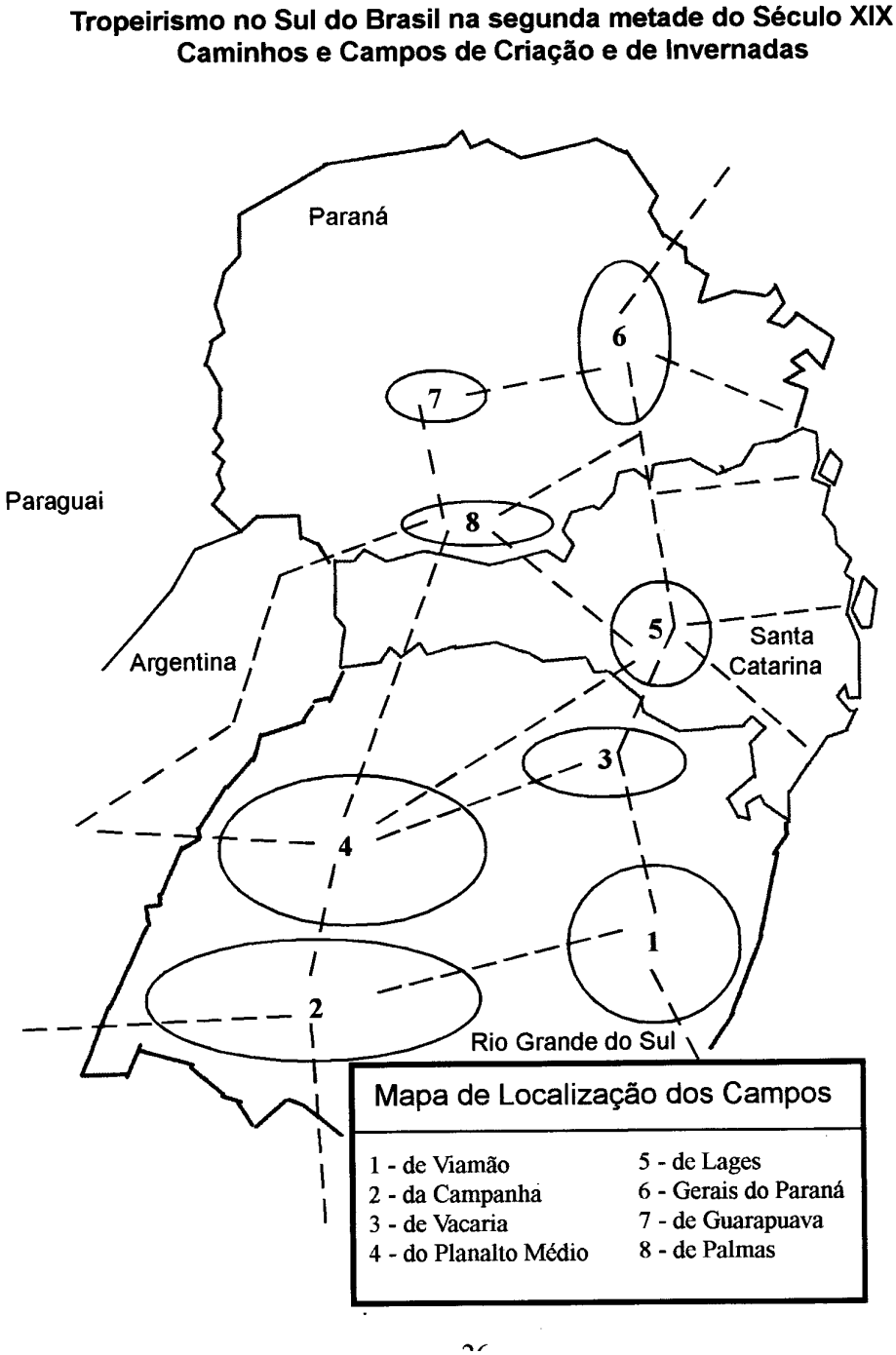
Tal como aconteceu nos Campos de Guarapuava e, depois, nos Campos de Palmas, os de São João também logo foram sendo ocupados por pequenos fazendeiros - entre eles os da numerosa família Carneiro - que logo se dedicaram à criação de gado.

Neste ponto do terrenos, a área ocidental da Serra do Espigão liga-se com a Serra da Taquara Verde. A primeira, constitui-se numa "muralha" divisória da Região do Contestado, deixando na parte Setentrional o Vale do Iguaçu e os vales dos rios Canoinhas, Paciência e Timbó, e no setor Meridional os rios Correntes, Passa-Dois, Bonito, dos Patos, Castelhano e Caçador. A segunda, também com terras altas, deixa no setor Setentrional a parte Sul dos Campos de Palmas, onde estão as nascentes dos rios Jangada e Chopim, e na parte Meridional, as nascentes dos rios do Peixe, XV de Novembro, Chapecozinho e Chapecó.

Os elementos até aqui expostos são parte dos comprovantes históricos de que toda a parte Setentrional da Região do Contestado, aqui incluindo campos, vales, serras, povoados, fazendas e vilas, de Rio Negro aos Campos de Palmas, de Lages e da Estrada Real (a Leste) aos extremos ocidentais, desde o Sul do Rio Iguaçu até o Norte do Alto Uruguai, abraçando todo o Centro-Oeste e o Oeste Catarinense, teve a sua ocupação promovida pelas províncias de São Paulo e do Paraná, sem nenhuma interferência da Província de Santa Catarina, que só a partir da segunda metade do Século XIX ensaiaria os primeiros passos, não de efetiva ocupação, mas sim, de pronta reclamação de domínio.

MAPA 3:

OS CAMPOS DE CRIAÇÃO DE GADO NO SUL NO BRASIL



Desenho de Nilson Thomé, sem determinação de escala, para simples visualização.

1.3.2 Conquista dos Campos de Guarapuava

Quase que simultaneamente às explorações do curso do Rio Iguaçu, o governo de São Paulo promoveu as primeiras tentativas oficiais para entrar nas terras do Oeste dos Campos Gerais, abaixo do Rio Ivaí, que, integrando o Sertão de Curitiba, ainda eram desconhecidas e dominadas por diversas tribos de índios ferozes. O sertanista Afonso Botelho realizou algumas entradas, entre 1773 e 1774, com a missão de conhecer o terreno e catequisar os silvícolas, mas não o conseguiu.

Por cartas régias de 1808 e 1809, o Príncipe Regente do recém-instalado Reino Unido, à vista do "quasi total abandono em que se acham os campos geraes da Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que dequam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay", determinou a realizações de expedições a Guarapuava.

Detendo a patente de Tenente Coronel, Diogo Pinto de Azevedo Portugal foi investido no comando da "Real Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava", mas, instruído para atrair e apaziguar os indígenas; para isso, contaria ele com o apoio do capelão, Padre Francisco das Chagas Lima. Com dificuldades, a Expedição Real abriu a picada no primeiro semestre de 1809, partindo de Curitiba em agosto e chegando aos Campos de Guarapuava a 16 de dezembro. Ali, a 2 de julho de 1810, promoveu a instalação dos integrantes da caravana num lugar aprazível, que foi denominado de Atalaia. Entretanto, a expedição foi atacada por índios e obrigada a se retirar. Em 1818, as terras e os campos vizinhos a Atalaia foram entregues em sesmaria para os Kaigang, chefiados por Pahy, este que vem a falecer em 1819, sendo substituído por Chacon, no mesmo ano em que, finalmente

> foram lançados os fundamentos da povoação e Freguesia de Belém dos Campos Gerais de Guarapuava. O Padre Francisco das Chagas Lima, seu vigário, antigo capelão da Real Expedição de Guarapuava, conseguira afinal que fosse estabelecida a povoação no lugar que ele havia escolhido, légua e meia de Atalaia. [...] Realizava afinal o padre Chagas seu desejo de afastar os índios da população e dos soldados, projeto pelo qual lutara desde a fundação de Atalaia, em 1810 (RODERJAN, 1992, p. 228).

Depois de fundar Guarapuava, doente e com avançada idade, o Comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal veio a falecer em 3 de maio de 1820, na sua fazenda, na Vila de Castro, não sem antes ter cumprido o segundo objetivo da Expedição Real: a abertura do caminho de Guarapuava para os Sete Povos das Missões, em 1816, delegando a tarefa a Athanagildo Pinto Martins, como veremos adiante.

1.3.2.1 Veredas das Missões pelo Centro-Oeste

O português Azevedo Portugal residia em Curitiba, onde era comandante militar, quando recebeu da Capitania de São Paulo o comando da Expedição Real para abrir a estrada até os Campos de Guarapuava e, neles, iniciar a povoação. Para a nossa História, interessa que, em complemento, também deveria abrir uma estrada "[...] que se comunicasse com a Capitania do Rio Grande do Sul, pelos campos que vertem para o Uruguai e passam perto do País de Missiones" (RODERJAN, 1992, p. 187).

Em junho de 1815, foi aberta uma picada de dez léguas até o Rio Chopim, na margem esquerda do Rio Iguaçu. Diziam os índios domesticados aos exploradores de Guarapuava, que era possível alcançar-se Santo Ângelo, o primeiro Povo das Missões, que ficava 22 léguas-de-campo distante do Rio Chopim, em percurso que atravessaria o hoje Centro-Oeste Catarinense e o Rio Uruguai, levando em conta as várias trilhas que já eram sobejamente conhecidas pelos bravos índios Kaigang e mesmo por aventureiros, algumas delas que foram usadas pelas bandeiras escravagistas paulistas na primeira metade dos anos 1600. Os rios Peperi- Guaçu, Chapecó, Chapecozinho, Irani e do Peixe, todos afluentes da margem direita do Rio Uruguai, por exemplo, eram relatados no decorrer do Século XVIII. E basta lembrar que o território foi também percorrido, quando das demarcações para o Tratado de Madrid.

Em 1815, foi confiada a Athanagildo Pinto Martins a tarefa de abrir a picada, de Guarapuava em direção ao Sul, sendo que, em dezembro deste ano, atingiu o Rio Chapecó. Em janeiro de 1816, reiniciou a marcha, chegando em abril em São Borja das Missões. Só mais tarde tais imprecisões se desvendariam, revelando a enorme importância desta exploração que resultou na abertura do primeiro extenso caminho que atravessou o Território Contestado, em diagonal, no sentido Noroeste-Sudeste. Concorrendo com a Estrada Real na ligação dos pampas com a Feira de Sorocaba, ela desviou grande parte do tráfego da antiga Estrada das Tropas, deixando de lado Lages, Curitibanos, a Serra do Espigão, a Estrada da Mata, Rio Negro e Lapa.

Os Campos de Palmas não se restrigiam à Vila de Palmas e suas cercanias. Desde quando a região integrava a Província de São Paulo e, após 1853, a Província do Paraná, deles também faziam parte os campos mais ao Sul, nas cabeceiras do Rio Irani, a área de Campo-Erê e os campos de São João (São João, São Roque e São João de Cima, hoje nos municípios catarinenses

de Matos Costa e Calmon) e de Água Doce. Tinha-se como pertencendo a Palmas todo o território que ao Sul encontrava o Rio Uruguai e, a Oeste, os limites internacionais. Nesta parte do Território Contestado - Setentrional e Ocidental - foram concedidas terras a dezenas de posseiros, pequenos criadores, mateiros-ervateiros, lavradores e a grandes fazendeiros, de origem paulista e curitibana. O trânsito, nesta "Vereda das Missões", muito contribuiu para com o seu desenvolvimento.

Na parte Meridional do espaço livre do Contestado, onde os Campos Novos e os de Curitibanos começaram a ser ocupados por iniciativa da frente de expansão paulista em Lages, por volta de 1777 e, inclusive por posseiros já a partir de 1790, depois da incorporação de Lages, em 1820, coube a Santa Catarina legalizar as propriedades e conceder sesmarias nos primeiros anos do Século XIX. Nestas terras, atravessadas pelas veredas, abriram-se trilhas entre uma fazenda e outra e destas à Estrada Real. Algumas das veredas foram usadas pelos tropas rebeldes e oficiais, quando da Revolução Farroupilha[37].

Ainda por volta de 1840, os próprios tropeiros, que usavam a Estrada Real e a Veredas Missões, juntamente com os fazendeiros pioneiros da região entre os Campos Novos e os Campos de Curitibanos, se encarregaram de abrir uma junção, promovendo a comunicação entre as duas estradas, que implicava difícil travessia do Rio Marombas. Pouco tempo depois, também descobertos os Campos do Guarda-Mor, por ali se abriu um atalho, com vantagens, pois evitava a dupla travessia pelo Marombas, passando-se por Taquaruçu, pelo Rio Correntes e pelo Guarda-Mor. Exatamente aqui, o nascedouro do lugar onde teria origem o movimento messiânico entre os caboclos, que foi uma das principais causas da Guerra do Contestado.

Desde alguns anos depois da expedição de Athanagildo, pensava-se num encurtamento da distância entre Guarapuava e Palmas às Missões do Rio Grande do Sul. O problema residia na margem esquerda do Rio Uruguai, no Noroeste do Rio Grande do Sul, nos campos de *Nonoháy,* onde os hostis Kaigang não permitiam o acesso aos brancos. Com uma nova estrada oficial, queria a Província de São Paulo também o controle sobre seu trânsito, suporte para a arrecadação de impostos, como vinha acontecendo na nova Estrada das Missões (por Campos Novos) e até porque já existia a ligação, supervisionada, de Guarapuava para os Campos Gerais, em Ponta

[37] Foi na antiga "Picada do Marombas", entre Curitibanos e Campos Novos, que ocorreu o combate entre as forças de Garibaldi e as legalistas (no "vau velho" do Rio Marombas, próximo ao "Capão da Mortantade"), a 12 de janeiro de 1840.

Grossa, Castro e Jaguariaíva, em direção à Feira de Sorocaba. Assim, em 1845, a missão foi confiada a Francisco Ferreira da Rocha Loures que, na época, era coletor de rendas em Guarapuava.

Rocha Loures cortou o Território Contestado por Xanxerê, atravessando o Rio Uruguai pelo passo de Goio-En, alcançando os Campos de Nonoai neste ano de 1845, assim abrindo nova via de comunicação entre Guarapuava, Palmas, Xanxerê, Nonoai e a região das Missões, no Rio Grande do Sul, ligando esta com a Argentina. O trânsito logo motivou os fazendeiros de Palmas a melhorar a ligação com o passo do Rio Iguaçu, no Porto da União, local onde podiam passar as tropas, que iam na direção de Palmeira (assim desviando Guarapuava), para seguir a Sorocaba, e onde também podiam servir-se de navegação pelo Iguaçu acima.

> Ao tempo da instalação da Província do Paraná, ocorrida em 19 de dezembro de 1853, os muares que provinham das regiões criadoras da Argentina, entravam em território brasileiro atravessando o Rio Uruguai pelos passos de São Borja e Santa Maria, invernando em Passo Fundo ou Cruz Alta. Seguindo pelo novo caminho das Missões, transpunham o passo do Goi-En rumo aos Campos Gerais do Paraná. Aí descansavam e no ano seguinte deslocavam-se para a feira de Sorocaba, percorrendo um total de mil e duzentos quilometros (RODERJAN, 1992, p. 261).

O caminho anterior, do Passo do Pontão a Palmas e Guarapuava, e estas duas novas estradas - veredas das Missões – uma, de Goio-En a Palmas e Guarapuava, e outra, de Goio-En a Palmas, Porto União da Vitória e Palmeira – viabilizaram o surgimento de diversos novos currais, invernadas e fazendas, que a seguir originaram novos povoados ou desenvolveram os mais antigos.

Mais tarde, quando os povoadores de Palmas dirigiram-se às terras indígenas de Campo Erê, conheceram outra porção de campo, que denominaram Palmas do Sul, ou Bela Vista de Palmas, distante seis léguas a Oeste de Palmas. Em pouco tempo, para encurtar o caminho entre Goio En e Guarapuava, alguns tropeiros abriram um desvio no traçado original da Estrada da Missões, mudando o pouso de Palmas para Bela Vista (atual Clevelândia), mesmo sob o protesto da população palmense pioneira.

Em 1865, teve início a construção da Estrada de Corrientes, por um grupo de trabalhadores de Palmas e de Guarapuava, liderados pelo Major Manoel Marcondes de Sá e assistidos por 37 índios comandados pelo cacique Condá. O objetivo inicial era chegar ao Rio Paraná, que os Kaigang chamavam de Goyo-Cochon. A falta de recursos e a temeridade aos silvícolas, fez com que a estrada fosse aberta apenas até a Campina de São Pedro (Cavarú-Cojá, para os índios), pouco adiante de Campo Erê, onde se encontrava a tribo Kaigang do cacique

Facran, que se mostrou amistoso. Se pretendessem ir à frente, daí até a Campina do Gregório, em terras castelhanas, teriam que utilizar trilhas, as dos indígenas e as dos castelhanos, passando por matas fechadas e desabitadas. O medo do pequeno grupo expedicionário, aliado às recomendações para evitar confrontos com os castelhanos, foram motivos que impediram a abertura da estrada ainda mais para o Oeste.

1.3.3 Povoamento dos Campos de Palmas

A partir de 1830, a Capitania de São Paulo, através da Comarca de Curitiba, promoveu uma mais rápida multiplicação das fazendas de criação de gado nos Campos de Guarapuava; abriram-se trilhas entre umas e outras e, gradativamente, os espaços antes livres foram sendo ocupados. Na ausência de uma legislação mais rígida que coibisse a cessão indiscriminada de terras, estas foram tituladas aos expedicionários pioneiros e a quem mais se dispusesse arriscar a entrada nas matas para povoar o sertão. Na então 5ª Comarca de Curitiba, já era nascente o desejo de sua emancipação da Província de São Paulo. Os curitibanos de Paranaguá, Curitiba, São José dos Pinhais, Campo Largo, Palmeira, Castro, Lapa e Ponta Grossa, apressaram-se em expandir suas entradas a Oeste, Sudoeste e Sul, para marcar a presença de curitibanos, cada vez maior, em diversos pontos do interior do Planalto Paranaense, inclusive nos Campos de Guarapuava.

Os curitibanos - aqui entendidos como os "homens do Sertão de Curitiba" - tanto os dos Campos Gerais como os dos Campos de Guarapuava - decidiram empreender a conquista dos Campos de Palmas[38] para neles instalar novas fazendas. Por iniciativa particular, duas expedições foram realizadas separadamente, em 1839, subsidiadas pelos próprios fazendeiros. A primeira, organizada por José Ferreira dos Santos e pelo Padre José Ponciano de Araújo, saída de Guarapuava, contou com 24 integrantes, oriundos de Palmeira e de outras regiões dos Campos Gerais. A segunda, de Pedro Siqueira Cortes, foi organizada em Palmeira. As duas expedições, trilhando caminhos diferentes, chegaram simultaneamente aos Campos de Palmas.

> Pedro Siqueira Cortes lançou fogo aos campos da fazenda atualmente denominada Lagoa, à margem direita do Rio Chopim, mas teve a desagradável surpresa de ver surgir

[38] A expressão "Campos de Palmas" não existia antes da expedição de Athanagildo Pinto Martins, de 1816. A primeira povoação, então conhecida como "Cachoeira", passou a ser considerada dentro do "Campo de Palma" (sem o "s"). O nome surgiu, ou pelo fato de ali existir grande número de palmeiras e butieiros nos campos, ou em homenagem ao Conde de Palma (Francisco de Mascarenhas, governador da Capitania de São Paulo em 1816, na época da expedição de Athanagildo).

> densa fumaça à margem esquerda do citado rio. Imediatamente veio com sua gente para os lados em que as nuvens de fumo se erguiam e, aí, deu com José Ferreira dos Santos e seu pessoal. A luta à mão armada das duas bandeiras era eminente, uma vez que dois contendores se defrontaram em atitude ameaçadora, cada um procurando se apossar dos melhores campos de pastagens. A dissenção lavrou entre os posseiros. Enquanto isso o gentio rondava, ameaçador, os periclitantes estabelecimentos (MARCONDES, 1977, p. 17).

As duas expedições, juntas, acamparam na região entre os rios Cachoeira e Caldeira, para melhor se defender de possíveis ataques de índios, mas não chegaram a um acordo sobre a divisão dos campos entre elas. Serenados os exaltados ânimos, por intermediação do Padre Ponciano, eles solicitaram uma arbitragem a Curitiba, que, três meses depois, conseguiu acertar com as partes que as terras a poente do Rio das Caldeiras ficariam para os homens de Pedro Siqueira Cortes e, para José Ferreira dos Santos, as terras a nascente do mesmo rio.

Enquanto isso tudo acontecia, distantes algumas centenas de léguas, detrás das escrivaninhas palacianas da Ilha de Santa Catarina, levantaram-se as vozes contra a efetiva ocupação dos Campos de Palmas pelos paulistas e curitibanos. Era uma invasão! A região estava localizada na margem esquerda do Rio Iguaçu e, portanto, "pertencia" a Santa Catarina, cujo governo apresentou veemente protesto a 28 de junho de 1841. Depois da segunda reclamação, em agosto de 1844, no mês de dezembro deste ano os dois presidentes provinciais fizeram um acordo de gabinete, concordando em submeter a questão ao Poder Legislativo e, até vir a decisão, de respeitar o *status quo* ou o *uti possidetis* vigente neste ano. O trato-de-papel não impediu, entretanto, que os desbravadores continuassem avançando livremente, por sua própria conta, até porque na área não havia nenhum representante de Santa Catarina que pudesse reclamar ou denunciar seus passos.

Enquanto os paulistas e curitibanos avançavam, a Província de Santa Catarina, na verdade, tratava de administrar as terras da sua extensa faixa litorânea, vindo a preocupar-se com as cercanias de Lages somente depois de conseguir sua desanexação de São Paulo, em 1820. E, quando dos planos de colonização, que começaram a ser implantados a partir de 1828, manteve-se esta diretriz, ainda que as primeiras colônias começassem a entrar no sertão, mas, ainda, nas terras da Serra-Abaixo.

Depois dos índios, a totalidade dos primeiros povoadores da parte Setentrional da Região do Contestado – no eixo Rio Negro-Porto União da Vitória-Palmas-Campo Erê – não era "catarinense", mas, sim, formada por paulistas e curitibanos, e, também, não por rio-grandenses, alguns destes que só adentraram na parte Meridional das terras contestadas, via Lages, Campos

Novos e Curitibanos, na primeira metade do século passado, por ocasião da Revolução Farroupilha. O fluxo de rio-grandenses e, junto com eles os gaúchos, ao Sul e a Oeste da Região do Contestado, seria maior depois da abertura das veredas, que viabilizaram a instalação de invernadas e currais em Campos Novos e Campos do Irani, acentuando-se quando da Revolução Federalista.

1. 4 ATIVIDADES ECONÔMICAS NO CONTESTADO

1.4.1 A Vida no Lombo do Burro

Estabelecendo-se no Território do Contestado no início do Século XIX, o homem veio a praticar o tropeirismo nas jornadas que se deslocavam a partir desta zona, em direção aos Campos Gerais do Paraná, à Região Missioneira Gaúcha ou ao Litoral Catarinense, para a compra de mantimentos e utensílios, o que se fazia lá com o produto da venda de muares[39] e bovinos criados nas fazendas.

As tropas xucras percorreram verticalmente o sertão catarinense por quase duzentos anos, conduzindo muares dos pampas aos muladeiros do vale do Paraíba, onde eram comercializados. As jornadas do Sul ao Norte duravam muitos meses, ao ritmo de três léguas (18 km) por dia. Depois das mulas, os tropeiros passaram ao tropeirismo de carga e ao transporte do gado, igualmente recolhido nos campos sulinos e levados para o norte. Nas invernadas, durante os descansos das tropas, a paisagem natural da Região do Contestado reteve muitos tropeiros paulistas e paranaenses, que aqui se estabeleceram. Ao longo dos caminhos, os pousos foram dando origem a currais, fazendas e povoados. A atividade do tropeirismo revelou uma soma de traços culturais que influenciaram a herança cultural do caboclo, influindo nos hábitos alimentares, na indumentária, no lazer, na linguagem, na medicina e, no folclore das histórias, lendas e mitos.

[39] O muar é um produto híbrido de burro e égua ou de cavalo e burra. Os produtos da primeira geração, especialmente, são sempre animais robustos, pacientes e sóbrios. Distinguem-se nêles dois tipos principais: um, ligeiro, próprio para os transportes a dorso nas montanhas e caminhos íngremes; outro, pesado, próprio para a tração. O sertanejo brasileiro atribui aos têrmos "égua" e "bêsta" sentido pejorativo, imoral mesmo (GOULART, 1961, p.179).

As origens do tropeirismo estão intimamente ligadas às necessidades de transporte de cargas no Sudeste do País, principalmente na ligação da costa com as minas do interior. Quando dos descobrimentos auríferos no Brasil no final do Século XVII e início do XVIII, atraídos pela cobiça, milhares de recém-chegados foram buscar a riqueza no interior.

> Deslumbrados pela atração das matérias preciosas; com o pensamento dirigido para um único objetivo: o enriquecimento rápido; sem a mínima intenção de se fixarem nas paragens tão àvidamente procuradas, os homens que para elas acorrem não tem a menor preocupação em organizar meios de sobrevivência naquelas regiões tão afastadas e de tão difícil acesso. O fito exclusivo é encher as bruacas e dar as costas que o reino, na época, embora em situação financeira das mais críticas, continuava a oferecer a mesma vida faustosa que antes lhe proporcionavam as riquezas drenadas das Índias (GOULART, 1961, p. 25).

Nas zonas de mineração, era absoluta a ausência de animais de carga, de tração e de sela, razão pela qual os índios e os negros escravizados, e os mamelucos assalariados, eram os que se constituíam nos únicos meios de transporte.

> Assim foi crescendo o negócio de escravos, gados, cavalgaduras, fazendas e mais víveres de tôda a sorte, conduzidas com o maior trabalho a que obriga o interêsse aos homens, servindo então naqueles princípios de condutores as mesmas cervizes humanas; porque o de bêstas ainda não tinha passagem franca (TAUNAY, p. 127).

Enquanto cresciam as necessidades por transporte, até que fosse intensificada a importação de negros, os paulistas arrebanhavam e vendiam índios, suprindo a falta de gente para todos os tipos de trabalhos braçais. Os bandeirantes, ao caçar índios Guarani nas reduções jesuíticas do Rio Grande do Sul, encontraram nas savanas sulistas milhões de cabeças de gado bovino, caprino e muar,

> uma gadaria vivendo à gandaia, à lei da natureza, sôlta em campos ferazes, sem restrições e sem dono, como um presente régio a esperá-los. Nada mais lucrativo para quem andava à cata de mercadoria vendável do que arrebanhar cavalos e éguas, burros e bêstas, bois e vacas para vendê-los, a bom preço, nas regiões carentes dêsses animais (GOULART, 1961, p. 35).

Com a abertura da Estrada Real, numerosas manadas xucras, arrebanhadas nas campinas do Prata, passaram a ser encaminhadas para São Paulo e, daí, escoadas para outras direções, principalmente às minas, onde os muares se impuseram como cargueiros ideais devido as suas qualidades inatas para este serviço. Este escoamento veio a criar no Sul do Brasil o intenso tráfego de muares cargueiros em tropas. Tanto, que logo a Estrada Real passou a ser chamada de

Estrada das Tropas. E as tropas[40] fizeram surgir o tropeirismo, evidenciando a figura dos seus condutores: os tropeiros.

Pelas suas qualidades como cargueiro, uma besta valia muito mais que um cavalo. Na feira de Sorocaba, por exemplo, em 1802, um cavalo valia 6$000, enquanto uma besta era vendida por 16$000; em 1808, por 20$000 e, na segunda metade do século XIX, já valia nada menos do que 50$000. Esta valorização fez com que no Prata e no Rio Grande do Sul, muitos estanceiros passassem a criar muares em larga escala. Com isso, quando o gado xucro diminuiu, os tropeiros puderam continuar abastecendo-se nas fazendas das campanhas sulinas e a evolução comercial promoveu a rápida expansão das áreas de criação.

Se as tropas eram uma só, os tropeiros eram diversos. Havia os comerciantes de muares, que iam pessoalmente às fontes buscar animais e os conduziam para vendê-los nas feiras paulistas; os empregados das fazendas, que dirigiam as manadas vendidas a mando do patrão; os que eram proprietários das manadas e alugavam seus serviços, ou seja, vendiam a capacidade de carga de seus animais. Uma prática dos tropeiros do Extremo-Sul era reservar alguns lotes de animais (de sete a onze bestas cada lote) após a venda da manada, aproveitando-os para o transporte de mercadorias no retorno, para si, para o patrão, ou para atender encomendas de bodegueiros de animais. Em comum, tinham os tropeiros[41] o fato de serem os condutores das tropas. Contavam os tropeiros com o apoio de outros especialistas, que lhes davam suporte, como o cangalheiro, o seleiro, o trançador, o jacazeiro, o funileiro, o ferreiro e o ferrador, que trabalhavam em suas casas nos serviços gerais para as tropas.

Sobre os problemas, as necessidades e os cuidados dos tropeiros-de-cargas com relação aos animais da tropa, temos que:

> Durante as caminhadas enfrentavam as tropas sérias e numerosas dificuldades: as passagens de rios, uns grossos, afogando os animais, ameaçando a integridade da carga; outros, no casco, os animais escorregando no leito pedregoso, ferindo-se nos espeques, atolando-se no lôdo. E as perigosas passagens pelas faldas dos morros, subindo ou

[40] Consta no *Dicionário da Língua Portuguêsa*, de Luiz Carlos de Morais, a autenticidade de que o termo "Tropa" é brasileiro genuíno: "têrmo do Brasil, bêstas da carga, que fazem o transporte de mercadoria, onde não há vias férreas ou fluviais, e seguem os seus condutores como que em caravanas", registrando também seu derivado, "Tropeiro", onde consta: "têrmo do Brasil, condutor de tropas; homem que viaja com cavalgaduras de carga, e cáfila, onde não há vias férreas ou fluviais, negociante que compra e vende tropas de muares" (MORAIS, *apud* GOULART, 1961, p. 63-64).

[41] Todos os homens envolvidos numa tropa chamavam-se tropeiros. Um lote dispunha do trabalho de três especialistas, o madrinheiro, o tocador e o arreador. O madrinheiro, geralmente um garoto, era quem montava uma égua mansa e seguia alguns passos à frente da tropa, para guiá-la. O tocador era o responsável pela condução do lote. O arreador era, em geral, o dono da tropa, seu administrador.

> descendo por caminhos estreitíssimos, a barranca ou a vegetação densa, de um lado, o abismo, de outro, e os pedregulhos rolantes a empurrarem as alimárias para os "roladores", não raro se despencando nos abismos, com carga e tudo, para a morte ou para a inutilização irremediáveis. Os caminhos, no intrincado das matas, estreitos, os galhos cegando os cargueiros, dilacerando os fardos, quebrando as caixas, desfazendo os jacás; os troncos e os tocos interceptando a paisagem; os atoleiros, traiçoeiros, engolindo por inteiro um animal. Acrescente-se mais o tratamento diário dos animais, às feridas e pisaduras, os males causados pelas ervas venenosas, pelas mordeduras de répteis, as doenças comuns dos cargueiros, os meios de evitá-las e de curá-las. A procura de bons pastos e aguadas; o transvio de animais durante a noite e a procura dos mesmos no dia seguinte. O zêlo pela carga, depósito sagrado que não pode sofrer o menor detrimento (ARINOS, 1921, p. 119)

Às dificuldades maiores, acrescentem-se ainda as estocadas de galhos, as mordeduras de insetos, as moléstias naturais e as picadas de espinhos, que também exigiam a atenção do tropeiro no trato dos animais durante as viagens. Mas nem só isso era problema para os condutores. As inconveniências de marcha e de trânsito também traziam muitas dificuldades. Por exemplo: quando se perdia muito tempo à espera de o leito de um rio baixar, em razão de enchente; o carregar-descarregar diário dos animais cargueiros, para dar-lhes descanso à noite; a fadiga dos muares pela marcha forçada; as precárias condições dos caminhos ou picadas, por onde transitavam, com piso natural e sem pontes para transpor cursos d'água; a perda de mulas, que tinham vida útil limitada ao máximo de seis anos; e, a indisciplina de muares novos que se extraviavam no percurso.

No extremo-sul do Brasil, para um lote de mulas, dizia-se "mulada" e, para um de eqüinos, "cavalhada". O termo "caravana" designava animais cargueiros das tropas no Sul, como no nordeste brasileiro se dizia "comboio". A palavra "comitiva" indicava a animalada de carga ao dorso. Em qualquer jornada, estava o tropeiro, o camarada, o madrinheiro, o cozinheiro e um ou alguns peões, cada um com uma tarefa específica.

Sendo mais forte e mais resistente do que o cavalo, o muar suportava bem de oito a 12 arrobas de 15 quilos. Se considerarmos uma tropa de 200 cargueiros, o que não era excepcional, e tomando por média oito arrobas de quinze para cada animal, temos que numa única viagem "poderiam ser transportados 24.000 quilos de cargas, o que constituía façanha exclusiva dêsse sistema de transporte na época do seu predomínio e na área a que servia com exclusividade" (GOULART, 1961, p. 97).

A "viagem", para os tropeiros, era o cômputo das caminhadas entre a partida e a chegada. Já "caminhada" era um percurso vencido a cada dia de viagem. As caminhadas dependiam do ritmo das marchas; se a tropa fosse de cargueiros, podia-se alcançar a média de 15 a 25

quilômetros diários. “Caminhava-se légua e meia ou duas léguas na fresca da manhã. Na calma do meio-dia descarregavam à beira de uma aguada, para recomeçar o avanço de tardinha, até às quatro ou cinco horas. E assim, semanas, durante as quais percorriam de três a quatro léguas por marcha” (DORNAS FILHO, 1958, p. 22).

A alimentação do tropeiro nas jornadas era bem simples, pouco variada, embora farta, consistindo basicamente de carne seca e salgada (charque), feijão cozido quase sem caldo, angu de milho, farinha de mandioca, torresmo ou toucinho de fumeiro. Suas bebidas principais vinham da caneca de café fumegante, com muito açúcar, e do mate amargo e quente, o insubstituível chimarrão. Não era admitido beber cachaça nas viagens. O fumo usado era de rolo-em-corda, (“comum” ou “amarelinho”) esfarelado à mão e enrolado em palha de milho.

> O fumo é um vício que o sertanejo adquire desde criança. A princípio, fuma escondido, metido no mato, com mêdo que o vejam a pitar. Depois, raro é vê-lo sem um cigarro de palha ou um cachimbo entre os lábios. Nunca deixam de trazer a quicèzinha “apareada” para picar o fumo cortado do rôlo, que depois esfarelam entre as mãos, amaciando-o para rodá-lo na palha do cigarro ou metê-lo no ôco do “pito”. É comum vê-los mascando e dando enormes cusparadas enegrecidas. Os dentes amarelecem depressa pela ação constante do fumo terrivelmente forte (GOULART, 1961, p. 122).

Ao longo dos caminhos, em locais de terras devolutas previamente escolhidas e geralmente em campo aberto, com pasto suculento e boa aguada, os tropeiros levantavam choças, de pau-a-pique, sem paredes e cobertas de palha, para servirem de “encosto”. Logo, surgiram aqueles que tomavam posse destes locais de paradas[42], cercavam-nos como campos fechados (potreiros), substituíam a palhoça por um rancho rústico, para alugá-los aos tropeiros e, assim, transformavam os encostos em “pousos”.

Com freqüência, acontecia a reunião num mesmo pouso, de mais de uma tropa de diferentes procedências, com destinos iguais, opostos ou diversos. Quando assim ocorria, quem gostava eram os camaradas, pois, enquanto ali estivessem, haveria distração entre eles, narra Goulart, acrescentando que

> acomodadas as alimárias retornam os camaradas ao pouso. A janta fumega na panela pendurada no tripé que o cozinheiro armou tão logo chegado. Cada um recebe seu prato bem servido e toma a sua caneca de café. Então é hora de pitar cachimbo ou cigarro de palha no canto da boca, na conversa que quase sempre gira em tôrno das peripécias da jornada do dia; ou então pegando na viola de Queluz, da sanfona, lá vem a cantoria encher o silêncio da noite [...]. Mas, conversem ou cantem, o certo é que o cansaço da caminhada de léguas os vai envolvendo; e com pouco se estiram nas baetas, por sobre pelegos recostados nas retrancas. E dormem. [...]. No dia seguinte, ainda com escuro,

[42] Um local que ficou conhecido a partir desta designação foi o “Pouso dos Curitibanos”, na Estrada Real, que mais tarde emprestou o nome ao povoado, vila e cidade de Curitibanos.

> tomada a caneca de café, os camaradas se botavam para o pasto, ensopado de orvalho, para recolher os animais (GOULART, 1961, p. 138-139).

Na medida em que os encostos se transformavam em pousos, o local atraia para suas proximidades outro posseiro, concorrente, que também construía seu rancho e fazia surgir novo pouso. "[...] fincado o pouso, logo surgia nas suas imediações um ou outro morador, erguendo palhoça, acomodando criações, plantando milho e passando a negociar com os homens das tropas que ali pernoitassem" (ARINOS, 1921, p. 111). A abertura da venda, ou bodega, era o sinal de que aquele pouso prometia ser bom. E aí, vinha um terceiro homem, e os ranchos cresciam, passando a ser chamados estalagens. Encostos, pousos, hospedarias, bodegas, fazendolas, com potreiros ou currais, eram as atrações aos tropeiros viajantes, alguns dos quais vieram a escolher nossa região para nova moradia. Fixando-se, promoviam o aparecimento de núcleos populacionais e, assim, no decorrer do tempo, fizeram surgir as primeiras povoações, mais tarde vilas, no Território do Contestado.

A par de fazendeiros mais antigos que, na condição de sesmeiros, ocuparam desde cedo as terras de campos, no Rio Grande do Sul e mesmo nos Campos de Lages, muitos tropeiros paulistas e paranaenses enriqueceram rapidamente e, no início, sem abandonar a atividade, voltavam aos caminhos, escolhiam as melhores porções de terras-sem-dono nos seus percursos e as requeriam como sesmarias, ou delas se apossavam. Erguiam os currais e logo faziam ali surgir uma estância, geralmente suas futuras moradas. Nos campos e campinas, assim nasciam as fazendas de criação.

Muitos dos ex-tropeiros, agora novos-fazendeiros, seguindo tradições familiares, lançaram-se à criação de gado bovino, oportunizando emprego para outros tipos de homens: o peão, especializado nas lidas campeiras com o gado vacum; o mateiro, profundo conhecedor das matas e explorador dos ervais; e, o roceiro, o plantador de cereais e criador de porcos e galinhas; e, ainda, para novos tropeiros, pois a atividade era mantida. Também, por arrendamento, permitiam o surgimento de mais pousos nos rincões e cantões das propriedades. Para este conjunto todo, acorriam os profissionais de ofícios – seleiros e ferreiros, por exemplo – e a população aumentava.

> Ao mesmo passo que a criação e o transporte de gado influiram para que as populações se agremiassem em determinados locais de "pouso" e de "currais", a formação de "roças" com intentos industriais, isto é, com excessos comerciais, foi fixando essas e outras populações em lugares certos e estáveis e dando origem às fazendas, às freguezias, às vilas e às cidades, como aconteceu com Jaguariaíva, Piraí (Furnas), Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Campo Largo, Rio Negro, etc.

> A criação de gado, a lavoura do milho, feijão, trigo, etc., a industrialização e comércio do mate de 1722 em diante, obrigaram à vida sedentária os antigos homens de aventura, os nômades do ciclo da mineração; e as comunicações mais fáceis e seguras, pelo caminho das tropas ponteados de povoados, animaram as entradas de outros povoadores (MARTINS, [s.d.], p. 224).

Nos campos paranaenses, começou a acontecer o aluguel de pastagens para as "invernadas", mais rentável aos proprietários das fazendas do que a atividade da criação de gado. Passaram os fazendeiros dos Campos Gerais (e, em parte, depois, os de Guarapuava e Palmas com a freqüência da estrada nas Missões) a reservar cada vez maior número de invernadas em suas fazendas, para arrendá-las aos tropeiros. Era uma renda mais fácil do que a da criação do gado. Mesmo o gado vacum, originário de Guarapuava, e remetido em tropas para S. Paulo, por causa das longas distâncias, deveria ser invernado nos Campos Gerais[43].

Na segunda metade do Século XIX, constatava-se o avanço da invernagem, tanto de mulas como de bovinos. Se antes os Campos Gerais haviam sido usados apenas para criação, em pouco tempo, as fazendas paranaenses passaram a registrar o uso partilhado dos campos entre o criatório e a invernagem, sendo que, numa terceira fase, já era evidente o predomínio da transformação das propriedades em invernadas. Isso ocorreu também em Santa Catarina, onde as pastagens eram arrendadas aos tropeiros que, trazendo as tropas do Sul, necessitavam de um local para a engorda dos animais, estes que emagreciam nas penosas viagens. Foi a mesma necessidade de invernagem, também, que motivou dezenas de fazendeiros e de tropeiros paranaenses a adquirirem terras nos campos catarinenses, da mesma forma como aconteceu no Planalto Médio do Rio Grande do Sul.

Com a abertura das veredas das Missões, mais a Ocidente, o tráfego vertical dos tropeiros de muares e bovinos deslocou-se do eixo da Estrada Real, que era o de Viamão-Vacaria-Lages-Curitibanos-Papanduva-Rio Negro-Lapa, num primeiro momento, para o eixo Cruz Alta-Passo Fundo-Campos Novos-Curitibanos-Rio Negro-Lapa e, depois, para o traçado Passo Fundo-Clevelândia-Guarapuava-Palmeira ou Passo Fundo-Palmas-União da Vitória-Palmeira. No setor

[43] "Tobias Monteiro, em 1903, fêz esta observação durante sua viagem ao Paraná: '*A tendência atual é transformar os campos do Paraná em campos de invernagem. Ponta Grossa e Palmeira invernam já o gado de Palmas e de Guarapuava e aspiram invernar o de Mato grosso. No sentido próprio, a invernagem é a engorda durante o inverno do gado importado, mas o sentido desta palavra se ampliou, e agora se aplica a todo o ano. O gado importado, no fim do verão, se refugia no mato, onde aumenta de valor durante o inverno, enquanto que o gado importado no fim desta estação encontra belos campos em que engorda ràpidamente"* (MACHADO, 1969, p. 99).

Meridional da Região do Contestado, se Curitibanos foi um dos pioneiros pousos de tropeiros, na Estrada da Mata, Campos Novos foi um dos primeiros na Vereda das Missões[44].

No final do Século XIX e na entrada dos anos 1900, o tropeirismo enraizou-se em locais cada vez mais internos da Região do Contestado, usando as primeiras estradas abertas pelo pisotear dos animais sobre antigos caminhos, além do percursos da Estrada Real e das veredas das Missões, como nos traçados que se observam em velhos mapas: entre Campos Novos e Curitibanos, passando pela Liberata e pelo Guarda-Mor; de Palmas a Palmeira, via Porto União da Vitória; entre Curitibanos e Porto União da Vitória, via Perdizes (São Sebastião); e, de Perdizes a Vila Nova do Timbó e daí a Canoinhas, apenas para citar alguns. A ligação da Região do Contestado com o Litoral fazia-se, na parte Setentrional, de Canoinhas a Joinville, passando por Rio Negro e São Bento e, na parte Meridional, de Curitibanos à Serra dos Pires, em direção a Rio do Sul e Blumenau, ou de Campos Novos e Curitibanos até Lages e, daí, via serra-a-baixo.

O tropeirismo cargueiro foi também importantíssimo para o desenvolvimento da indústria do mate no interior dos três estados do Sul, promovendo o transporte desde os armazéns, em que os ervateiros depositavam o produto da extração, ou desde os rudimentares barbaquás, aos engenhos nas vilas, com destaque para Curitiba e Joinville e, destas para embarque nos portos oceânicos. "[...] nas primeiras décadas do século XX o único meio de comunicação de todo o sudoeste resumia-se no muar. Eram trens de 20, 30, 40 mulas, tocadas por três a cinco peões, que realizavam toda a circulação de mercadorias" (WACHOWICZ, 1985, p. 71). O tropeirismo no Oeste e Sudoeste do Paraná, também recebeu influência de argentinos e paraguaios:

> Os argentinos [...] passaram a penetrar com cargueiros para o interior do sudoeste paranaense e oeste de Santa Catarina, à procura de erva-mate. Os caboclos brasileiros passaram a vender quantidades cada vez maiores de erva-mate. Cargueiros brasileiros e argentinos percorriam as regiões de Campo Erê, Tapetinga, Santo Antonio, Marmeleiro, Renascença, Joaçaba, esta última a antiga Cruzeiro, em território catarinense, etc.
> Os argentinos traziam, para trabalhar na exploração do mate, índios guaranis do Paraguai. Os paraguaios também tropeavam cargueiros. Usavam impreterivelmente uma cinta larga, feita de lã vermelha. [...]. Nem todo o mate produzido no sudoeste era exportado ou contrabandeado para a Argentina, via Barracão. A erva produzida em Clevelândia, Chopim, Mangueirinha e Palmas, era também transportada em cargueiros, mas para União da Vitória, em cujo mercado era comercializada. [...]. Alguns caboclos chegaram a criar burros no sudoeste, mas a maioria era comprada na Argentina, da

[44] "O certo é que, mesmo depois do desaparecimento da famosa feira de Sorocaba (1897), levava-se o gado, principalmente muar, para vender em Itararé ou Itapetininga (São Paulo), cujo percurso se fazia (partindo do planalto) em mais de um mês; mesmo após a inauguração da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, continuavam os tropeiros aqui do planalto, a comprarem mulas em Passo Fundo, Cruz Alta, Soledade, Tupanciretã e Santa Maria, no Rio Grande, para levá-las a Itararé, onde o trabalho da lavoura ainda se fazia com arado; ou então vendia-se a tropa nos postos intermediários de Castro ou Ponta Grossa, no Paraná (LEMOS, 1977, p. 42).

> região de Corrientes. Esses muares eram tropeados principalmente para São Paulo, onde eram utilizados nas fazendas de café. (WACHOWICZ, 1985, p. 70-72).

Temos assim, a atividade do tropeirismo e a figura do tropeiro, com raízes na cultura dos paranaenses, presentes nos primórdios da História do Contestado, responsáveis pelo surgimento dos primitivos pousos e das invernadas de Curitibanos e de Campos Novos, em Santa Catarina, e de Porto União da Vitória e de Rio Negro, no Paraná. Também foi a responsável pelas entradas no sertão, ligando posses, fazendas, povoados e vilas entre si e, estas, com outras regiões, promovendo processos de aculturação recíproca entre os tropeiros e os fazendeiros, os peões e os ervateiros, nos ciclos econômicos do muar, do gado bovino, do couro e da erva-mate, que perduraram durante cerca de 200 anos.

1.4.2 O Monarca da Coxilha no Campesinato

O pastoreio nas fazendas de criação de gado no Território do Contestado tinha duas referências básicas: uma, da origem e procedência dos fazendeiros (os proprietários) e dos peões (seus empregados) e, outra, da época e do traçado em que ocorreram as imigrações de paulistas-curitibanos-paranaenses, de um lado, e rio-grandenses, de outro.

Os fazendeiros e peões que por primeiro ocuparam os Campos Gerais do Paraná, de Guarapuava, de Palmas, de São João, do Irani e o Campo Erê, assim entrarando na parte Setentrional-Ocidental (ou Norte e Oeste) do Território Contestado, não eram nem rio-grandenses e nem gaúchos, e, sim, portugueses e paulistas, depois curitibanos e paranaenses, com cultura diferente daqueles que vieram dos Pampas para viver na parte Meridional-Oriental (ou Sul e Leste) do Território do Contestado, nos Campos de Lages, de Curitibanos e em Campos Novos[45]. Os pioneiros eram lusos-brasileiros que haviam revelado uma cultura típica paulista, não igual à dos luso-brasileiros que ocuparam o Rio Grande do Sul e desenvolveram a cultura gaúcha[46].

---

[45] As diferenças entre o peão de bombacha da região Sul e o peão das botas de cano alto do Sudeste e Centro-Oeste do País podem ser observadas ainda hoje nas expressões do tradicionalismo: enquanto que, na primeira, do saudoso Teixeirinha - o "gaúcho de Passo Fundo", tchê! - proliferam os centros de tradições gaúchas – CTGs, as festas de rodeios crioulos e a música nativista, na segunda, do famoso Mazaropi - o "Jeca Tatú", uái! - proliferam as festas de peão-boiadeiro e a música regionalista da região Goiás-São Paulo-Minas, a dita música caipira.

[46] Hoje, na voz corrente popular urbana, tem-se que as atividades das fazendas "são coisas de gaúchos". Inicialmente, explicamos que nem todo o gaúcho é rio-grandense e nem todo rio-grandense é gaúcho (a não ser afetivamente). Os vocábulos não são sinônimos. Isso deve ficar bem claro em nosso estudo, pois, por rio-grandense, consideramos o habitante de qualquer lugar e de qualquer tempo do Rio Grande do Sul e, por gaúcho, o homem intimamente ligado

Rubio Brasiliano tomou emprestado o significado do termo "gaúcho" de Romanguera Correa, que, por sua vez, o havia tomado de Daniel Granada, e faz a sua apresentação:

> "Gaúchos eram conhecidos alguns bandos de índios guerreiros e cavaleiros que habitavam grande parte da República Argentina e, obrigados a mudar frequentemente de sítio por causa dos contínuos ataques de seus inimigos, não tinham habitação certa. Mais tarde, aplicou-se aquéla denominação aos restos já muito esparsos e aniquilados pelas guerras dos indígenas que existiam na República Oriental e no Rio Grande do Sul, extremamente valentes e cavaleiros, tinham os mesmos instintos e costumes da vida errante e vadia daquêles cuja denominação receberam".
> Generalizado o têrmo, como sucede a todo vocábulo que sái de seu "habitat", a palavra "gaúcho" tomou extensão, passou a constituir o símbolo de um povo, têrmo de orgulho, a falar do filho indômito da terra pampeana, o cavaleiro ousado, de poncho e espora, a galopar pelo tapete verde da gléba. [...].
> O gaúcho é um produto do meio, consequencia lógica de uma colonização isolada e tardia, exposta aos ataques de vizinhos belicosos e imperialistas. [...].
> Como produto do meio, êle incarna maravilhosamente a altivez, que não se abate; a independência, na qual ninguem o supéra; a bravura, que é o seu caráter; e o patriotismo, que é o seu culto extremado (BRASILIANO, 1935, p. 89).

Com vigor, foi só depois da Revolução Farroupilha (1835) e, com muito mais intensidade após a Revolução Federalista (1893), trazendo muitos aventureiros e refugiados, é que a cultura gaúcha, já conhecida no setor Meridional-Oriental do Contestado desde a abertura da Estrada das Tropas, ou Estrada Real, e a partir dos Campos de Lages, chegou ao setor Setentrional-Oeste do Contestado, facilitada pela abertura das veredas das Missões, pois a ligação entre a região das Missões (RS) e os Campos de Palmas (PR) ou os Campos Novos (SC) fazia-se obrigatoriamente por ali.

Para erguer suas estâncias e construir suas fazendas no Rio Grande do Sul, oriundos de São Paulo, muitos tropeiros paulistas e curitibanos, pioneiros na atividade do tropeirismo, estabeleceram-se em sesmarias ou posses ao longo da Estrada Real e suas adjacências. Para cuidar das criações, estes fazendeiros valeram-se de exímios peões que conheceram nos primeiros campos desbravados – de Viamão, das Vacarias do Mar – nas campanhas abaixo de Cruz Alta e de Rio Pardo, onde predominavam os estancieiros que, na maioria, eram imigrantes açorianos que trocaram as lavouras do litoral pelos campos do interior do Rio Grande do Sul e os luso-brasileiros, na maioria originários de São Paulo, compondo as racistas elites das Milícias ou do Regimento dos Dragões, que receberam terras em troca da prestação de serviços militares, como

---

às atividades das fazendas de criação de gado, tanto o residente no Rio Grande do Sul, como na Argentina, no Uruguai e no Planalto do Paraná e de Santa Catarina. Aquele peão que lida com gado nas fazendas não é, necessariamente, nem gaúcho e nem rio-grandense. Mas é peão.

aconteceu quando da Guerra Guaranítica e da guerra contra o idealista Artigas, entre 1812 e 1817, entre outras oportunidades.

> Fora dos pontos mais avançados da colonização castelhana, que vinha do oeste, e as terras ocupadas realmente pelo elemento português, que vinha do norte, passou a formar-se um recanto não policiado, valhacouto de gente má e que tinha em regra contas a ajustar com a justiça. [...]. Afluem em massa aventureiros e gente de trabalho, santos e malvados. [...]. As terras repartem-se entre colonos e soldados, uns e outros pouco se diferenciando entre si. Todo colono vê-se obrigado a ser meio soldado e todo soldado não deixa de ser um colono ou estanceiro. (CIDADE, 1966, p. 18).

Deve-se ressaltar que, nas camadas ricas, onde os escravos tremiam diante de seus donos, nas milícias e nas estâncias da Região Central, ao homem rio-grandense "[...] desde o início foi tomada uma precaução típica da nobreza metropolitana: ele terá que defender a condição de homem branco.[...]. Branco para um lado, negro para outro" (LESSA, 1984, p. 76). Por seu turno, pela proximidade com o Prata e à vista da ligação de Rio Grande com a Colônia de Sacramento, as populações pobres dos pioneiros luso-brasileiros e açorianos da área do Tapes misturaram-se com os negros escravos e com os indígenas e castelhanos do Uruguai. Este tipo humano – etnicamente puro ou mameluco duas vezes, mulato e cafuzo – veio a ser o mesmo que também foi usado como mão-de-obra quando do desbravamento das Vacarias dos Pinhais, pois as primeiras sesmarias da região de Vacaria foram requeridas quando da abertura da Estrada Real.

> No limiar do século XIX já se começava a definir uma sociedade rio-grandense. O meio impunha ao lagunense, ao português, ao paulista e ao açoriano suas condições, forçando-os à mudança nos hábitos e costumes, tendendo à uniformização. As vigas mestras da nascente sociedade eram a estância, a igreja e as milícias. Em redor dos grandes estanceiros agrupavam-se parentes, amigos, protegidos, aventureiros, índios e mestiços. Isso tudo, somando aos escravos pretos, formava reduto forte, dando ao chefe do clã poder semelhante ao do antigo senhor feudal.
>
> É certo que a presença constante da guerra mantinha costumes semi-bárbaros. A falta de recursos para existência faustosa, onde predominasse o luxo e o conforto, obrigava o estanceiro a manter padrão de vida semelhante ao de seus peões e agregados. Embora senhor de grandes áreas de campo e de milhares de cabeças de gado, o poder aquisitivo do estanceiro era reduzido. O campo e o gado valiam pouco. [...].
>
> A flor da sociedade habitava o litoral e as vilas de Porto Alegre e Rio Pardo. Entre os fazendeiros do litoral, concentravam-se homens instruídos, com hábitos de vida civilizada, à maneira européia. A proximidade do porto de Rio Grande permitia-lhes reputar melhor os produtos de sua fazenda e adquirir utilidades importadas do Rio de Janeiro ou do reino (FERREIRA FILHO, 1978, p. 64-65).

Francisco de Paula Cidade, em *Rio Grande do Sul – Explicação da História pela Geografia*, lembra-nos a chegada dos açorianos e a rápida miscigenação:

> Multiplicam-se a partir daí as "entradas". Muitos trazem os seus haveres, notadamente escravos. Desce, a partir dessa época, uma onda de prêtos e mulatos sobre as campinas

> do sul. Em menos de um século já equivalem em número à metade dos brancos. Cruzam-se as três raças, e uma delas, a indígena, entra logo a ser absorvida, notadamente pela raça branca, o que se explica pela beleza das *chinas*, mulheres que nascem da união dos brancos com as índias. Na segunda, e principalmente na terceira geração, desde que não se verifiquem desvios no processo de cruza, o tipo ariano prevalece definitivamente.
> Ficam frente-a-frente, sem que se saiba até quando, brancos e prêtos, entre os quais, como um hífem étnico, borbulham os mulatos, tipos de transição.
> Como fossem a princípio raras ali as mulheres brancas, as uniões, quer ocasionais, quer permanentes, entre homens brancos e índias, deviam ter sido as mais comuns. Aliás, as pobres mulheres americanas deviam ter sido conduzidas à fôrça, se não por interêsse, a encher de uma larga descendência de mestiços os primitivos ranchos riograndenses.
> Ao multiplicarem-se as estâncias, o concubinato deveria crescer sempre mais e mais. A mestiçagem melhoraria a aparência das mulheres e facilitaria a aproximação entre os idos de outras terras e as raparigas nascidas em território riograndense. Surgiriam assim dois novos tipos, embora originários de troncos irmãos: o caboclo e a china. Um é o herói, o façanhudo autor de mil proesas eqüestres e guerreiras, a outra, a amorosa e humilde servidora do seu homem, a inspiradora apagada e anônima de tantos atos que haveriam de levar os lares para a história a fama sem par dos seus descendentes (CIDADE, 1966, p. 25-26).

Continuamos recorrendo a Francisco de Paula Cidade para compreendermos melhor esta população rio-grandense do começo do século XIX que, depois, chegou ao Território do Contestado:

> A êsse tempo, já tem começado o ataque dos aventureiros por todos os lados, dos territórios que se estende do Rio Grande do Sul até às margens do Prata, isto é, contra todo o território sul-riograndense e da atual República Oriental do Uruguai. Bandos numerosos de arrebanhadores de gados alçados, de matadores de animais de que se aproveitam apenas certas partes consideradas mais fáceis de transportar, abordam esas terras, vindos dos quatro pontos cardeais. Vieram os chamados *faeneros*, que provinham do território da atual Argentina, numa situação perfeitamente legal; vieram os *changadores,* espanhóis, indígenas ou mestiços, os arrojados descendenrtes dos lusitanos e, enfiam, os tropeiros indígenas mandados das dependências dos padres missionários e, os tropeiros portuguêses, vindos da região ao norte das cabeceiras do Rio Uruguai (CIDADE, 1966, p. 33).

Temos, assim, uma noção geral sobre as origens do fazendeiro e do peão-de-fazenda, tipo humano que, como gaúcho, entrou no Planalto Norte do Rio Grande do Sul e que predominou no Planalto Serrano Catarinense, no final do Século XIX e no começo do Século XX – o rio-grandense – originário dos Campos de Viamão e das Vacarias Missioneiras, que veio com a Estrada Real após 1730, ocupando os Campos de Lages e se dirigindo a Campos Novos e aos Campos de Curitibanos. Aqui, nos latifúndios do Planalto Catarinense, longe do grande volume de violência que marcou sua cultura em solo sulino, pôde ele dedicar-se mais ao cotidiano das fazendas de criação, mas, nem por isso, descuidar-se, por experiência própria, das questões de segurança, o que o mantinha alerta permanentemente.

> O território do Rio Grande, antes de ser percorrido regularmente pelos homens de negócio e pelos funcionários do govêrno, já era provàvelmente valhacouto de homens sem lei. Isso exige que os seus primeiros povoadores fôssem indivíduos dispostos a tudo. Para insular-se dentro de uma dessas primitivas estâncias era preciso ter muita coragem; para resguardar o que possuía, era indispensável estar sempre pronto para matar ou morrer. Essa onda irriquieta de brigões contribui paradoxalmente para firmar a segurança dos moradores. Só depois disso podem vir os homens morigerados do reino de além-mar. Estabelece-se então a corrente imigratória dos lavradores, de outra índole, como os casais açorianos. Do prolongado contato entre o ramo primitivo, arrebatado, de vida mais um menos nômade, dedicado à pecuária, e o reinol há pouco chegado, surge um tipo intermediário, que é o *substractum*, que hoje concorre para um outro tipo, que ainda há de firmar-se. [...].
>
> Homens rudes e de pouca fé, ou quando nada, meios crentes, meios descrentes, tangidos pelas asperezas de um meio físico, ainda não submetido à vontade de seus novos possuidores, haviam de extremar-se em suas paixões, dando à vida dêsses tempos heróicos um aspecto semi-bárbaro.
>
> Dêsse caráter primitivo da vida vão surgir necessidades, de cuja satisfação hão de originar-se outras exigências, com reflexos sobre os costumes. O homem vai sentir-se órfão nas solidões dêsses descampados que se perdem de vista, cercado de desconfianças, quando não de inimigos e de malfeitores.
>
> Vai procurar alianças, com as quais diminuirá o número de prováveis rivais e aumentará o de amigos certos. Tornar-se-á cada vez mais hospitaleiro, para beneficiar-se êle mesmo alhures dessa hospitalidade. A experiência, como mestra de vida, mostrar-lhe-á como os gestos fidalgos provocam a reciprocidade. Certos atos de generosidade, praticados como reflexos de necessidades locais, apreciados pela própria prole, passarão a ser olhados como um bem de família e por fim, incorporar-se-ão aos costumes.
>
> As gerações que se sucedem aparecem então com tôdas essas qualidades, engastadas na alma (CIDADE, 1966, p. 61- 68).

Destruídas e abandonadas as reduções jesuíticas dos Sete Povos e expulsos os Guarani da Banda Oriental do Uruguai, ficaram expostas as estâncias e as vacarias indígenas, que se estendiam desde São Borja até o Alto Uruguai, com pólo em Cruz Alta, no Mato Castelhano e na Vacaria dos Pinhais, às quais logo acorreram os fazendeiros e estanceiros rio-grandenses. Para os trabalhos rudes, nestas, são recrutados os mesmos homens dos campos do Extremo-Sul, mas agora, a eles adicionando-se com mais vigor o derrotado e sobrevivente elemento indígena Guarani, já familiarizado na lida com o gado missioneiro.

Não podemos esquecer que as primeiras fazendas de criação de gado nos campos de Guarapuava e de Palmas foram instaladas por curitibanos oriundos dos Campos de Curitiba e dos Campos Gerais do Paraná (e não por fazendeiros rio-grandenses) a partir da primeira metade do Século XVIII, estes que, naquela época, levaram para as fazendas de criação numerosos grupos de índios e de mamelucos - e não de gaúchos.

> A indústria do transporte e da criação de gado se manteve com resultados satisfatórios para as poucas necessidades da vida rural desse tempo, visto ter penetrado profundamente nos costumes e nos hábitos da população. Por sua vez, os índios e mamelucos aos quais o trabalho da mineração não seduzia, encontraram na vida agitada dos campos de criação e na condução de tropas a longas distâncias, ocupações à feição

> de suas índoles, a esse mister se afeiçoando de tal maneira que o Governador da Capitania D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, os preferiu para a realização das entradas que lançou a todas as partes do sertão do Sul, recomendando aos seus auxiliares "essa gente cavaleira de Curitiba como a mais própria para enfrentar índios e castelhanos com os quais se confundia" (MARTINS, [s.d.], p. 221).

Os primeiros povadores dos Campos de Guarapuava e de Palmas provinham das pioneiras comunidades curitibanas, de Curitiba, São José dos Pinhais, Campo Largo, Palmeira, Castro e Ponta Grossa. Deles descendem muitas famílias paranaenses que se radicaram também no oeste catarinense e na sua região serrana, no decorrer do século XIX.

Por determinação do Gabinete Imperial, coube às expedições saídas de Guarapuava (a de Athanagildo Pinto Martins, em 1815) e de Palmas (de Francisco Ferreira da Rocha Loures, em 1845) promover a abertura dos caminhos em direção a Passo Fundo, Cruz Alta e São Borja, quando e onde então, finalmente, aqueles desbravadores paulistas-curitibanos dos campos do Oeste do Paraná, encontraram-se com os gaúchos das Missões e, via tropeiros, mútua e gradativamente, foram incorporando as respectivas culturas. No meio do caminho, entre os rios Iguaçu e Uruguai, no Território Contestado, ainda que em menor escala, repetiu-se o processo desenvolvido no tempo inicial do tropeirismo: encostos, pousos, currais, lugarejos, fazendas, povoados.

Entretanto, se mineiros curitibanos ou paranaenses foram os primeiros proprietários de fazendas nos Campos Gerais no Século XVIII, inicialmente valendo-se da mão de obra do índio e do mameluco, o mesmo não aconteceu mais no Século XIX, quando eles mesmos ou os seus descendentes, agora proprietários de fazendas em Guarapuava e Palmas, passaram a contar com outro tipo de mão-de-obra, muito mais eficiente nas lidas do gado do que os antigos trabalhadores em minas: o peão rio-grandense, que, pela Estrada Real, já havia subido ao Centro do Paraná[47].

[47] Descrição do homem dos campos gerais paranaenses, produzida em 1844 por Salvador José Correia Coelho: "Aquelle que nos Campos-geraes entrega-se continuamente ao costeio da criação no campo, fazendo o serviço a cavallo, é conhecido "monarcha da coxilha"; traz na cabeça um chapéozinho de copa rasa e abas um tanto largas, que prende-se ao rosto por uma barbella de trancelim de seda ou algodão tinctos; põe-no á banda e não usa de gravata; por cima da camisa traz o poncho listrado e fimbrado, a que se dá o nome de "palla" -, feito de lan; à cintura a "guaiaca" – sorte d'ornato que tem o duplo fim de servir-lhe de bolsa e de cinta; esta peça de coiro garroteado e ornada de bordados floreos de retroz de côres, na face ostensiva é presa por dois broches, ordinariamente duas moedas d'oiro, prata ou metal branco, conforme os teres do individuo; calças mui largas com feições de ceroilas; botas de coiro crú, de ordinario umas perneiras; esporas de enormes rosetas com largas presilhas ou correntes, que quasi impedem o andar do proprietario, chamam-nas – "chilenas" – e são tam grandes que não permitem em marcha conservar os pés na posição natural, força é pois mover-se nas pontas d'elles tardiamente como preguiça ou tartaruga em terra. Na parte superior do abdomen permanece a faca de ponta, aparelhada de prata; o chicote pende, por uma presilha do braço esquerdo do cavaleiro, que estriba na ponta dos pés e segura a brida com a dextra; traz á cinta uma ou duas garruchas e ás vezes espada e alguns de seus chicotes tem um punhal oculto no cabo. Quasi nunca o

O homem paranaense, que, como fazendeiro, mateiro ou tropeiro, adentrou para o interior do Paraná, tinha uma linguagem um tanto diferente do homem rio-grandense das Missões.

> O tropeiro paranaense (o "curitibano") que palmilhava as estradas que o levavam às Missões, era chamado de 'biriva' pelo 'gaúcho-do-campo'. Era o 'mateiro', habituado a varar os sertões, denominação essa que mais tarde passou a designar o 'gaúcho-serrano' em geral". Este "linguajar serrano", diz Roselys, "chama a atenção por sua pronúncia, a qual se constata ser idêntica à das populações paranaenses do Paraná tradicional (RODERJAN, 1992, p. 270-271).

Se grande era a influência paranaense na região Serrana do Planalto Médio Rio-grandense entre os "donos-de-terras", o mesmo não acontecia na região ao lado - a das Missões - ou mais abaixo - na Campanha - onde predominavam os "fazendeiros-gaúchos-de-fato" e, também, tal influência não existia entre seus peões, na maioria contratados na vizinhança. Ao contrário do que era respeitado anos antes na parte Meridional do Rio Grande do Sul, em São Borja das Missões, em 1821, Saint-Hilaire observou o aprofundamento da miscigenação entre brancos e índios: "difícil encontrar um miliciano que não se faça acompanhar de uma índia, mesmo em diligências como a da captura de um negro que cometera desatinos do outro lado do rio Uruguai.

> [...]. Quase todos os milicianos são assim amasiados a índias" (*Apud* LESSA, 1984, p. 156). Lamentando o fato, previu Saint-Hilaire uma metamorfose no povo gaúcho-missioneiro:
> Essas misturas farão a Capitania do Rio Grande perder a sua maior vantagem – a de possuir uma população sem mescla. Os filhos de pais brancos e índias guaranis não terão a docilidade que é virtual desse povo e, criados por índias ou abandonados a si mesmos, terão todos os vícios dos índios e dos brancos (*Apud* LESSA, 1984, p. 156).

Pois, com vícios e virtudes, seja para trabalhar como peão em fazendas ou em busca de um espaço próprio para viver, este meio-índio e meio-branco subiu pelas veredas e veio dar no setor Ocidental do Território do Contestado, terra de ninguém, chão sem dono, cujo domínio era disputado pelo Brasil e pela Argentina.

---

monarcha da coxilha vae assentado em perfeita posição vertical sobre a sua cavalgadura; a miude seu corpo tem uma inclinação para um dos lados, sendo o centro de gravidade, não as nadegas, mas uma das coxas alternadamente. Os seus jaezes ou arreios compõem-se de muitas peças – chergas, caronas, pellegos, badanas, etc., que fôra extenso dinumerar, umas necessarias e outras de mero luxo. Carrega sobre as ancas da cavalgadura o laço dobrado em varios seios. [...]. O seu fallar é cheio de interjecções; usa de hyperboles atrevidas e arriscadas e de bravatas hespanholas; no discurso pronuncia palavras em voz baixa e sem haver transição pronuncia outras alteando-as, como que por arrancos; sempre exprime os diminutivos com a desinencia em "ito" (COELHO *apud* RIESEMBERG, 1969, p. 19-20).

O mameluco rio-grandense missioneiro, que subiu às terras entre o Uruguai e o Iguaçu, mesmo com um fundo de vocação para trabalhar com gado, no entanto, também optou por dedicar-se mais a outra atividade, que não a de tropeiro ou de peão: a exploração dos ervais, na condição de arrendatário ou empreiteiro. A erva-mate era a grande fonte de riqueza em ambas as margens do Alto Uruguai, do atual Oeste Catarinense, do atual Sudoeste Paranaense e de todo setor Setentrional da Região do Contestado, em linha, desde os Campos de Palmas-de-Baixo, passando por Porto União da Vitória, Timbó, Canoinhas e Rio Negro, até as proximidades de São Bento, onde a população mameluca paulista-curitibano-paranaense, já era a majoritária nos ervais nativos e nas fazendas. Como a base da economia das reduções jesuíticas era a cultura da erva-mate, por dominar todas as etapas do seu ciclo produtivo, este tipo de rio-grandense missioneiro encontrou ambiente propício para laborar nestas novas zonas.

Então, no pastoreio nos Campos Gerais do Paraná, nos campos situados entre a Serra do Espigão (ao Norte) e o Rio Pelotas (ao Sul), nas fazendas de criação do Planalto Serrano - Lages, São Joaquim, Bom Retiro, Curitibanos e Campos Novos - comprovamos que, desde cedo, despontou o homem experiente no trato com o gado, principalmente o bovino, fosse para os criatórios ou para as invernadas. Com a vinda dos estancieiros rio-grandenses (a par dos fazendeiros paranaenses) e, com eles, os peões gaúchos, reproduziu-se quase que exatamente, e prosperou, a cultura gaúcha vinda do Prata (Uruguai e Argentina) e do Rio Grande do Sul.

1.4.3 A Vida Campeira nas Fazendas

Vimos que as frentes expansionistas paulistas atingiram os Campos de Curitiba, as margens dos rios Negro e Iguaçu, os Campos de Guarapuava e de Palmas, e os criatórios naturais de muares e bovinos no Rio Grande do Sul. Com a abertura do "Caminho dos Tropeiros", para ligar os Campos de Viamão, no Rio Grande do Sul, à Sorocaba, em São Paulo, no Século XVIII, esta frente paulista irrompeu no setor Leste do Território Contestado, promovendo a fundação da Vila de Lages que, por sua vez, abriu novas frentes, possibilitando a ocupação de Curitibanos, Campos Novos e outros, fazendo surgir os primeiros "pousos", "currais" e "registros" e, a seguir, proporcionando o nascimento das primeiras fazendas de criação de gado no Planalto Catarinense.

Não nos alongaremos sobre as tradições gaúchas presentes em Santa Catarina, pois fartíssima é a literatura disponível e variadíssimas são as suas manifestações. Interessa-nos, no

caso, destacar mais as principais características que revelam ser o gaúcho fruto de uma mistura racial branco-índio, portanto, caboclo também.

No Sul, dependendo da área, havia várias denominações para os imóveis rurais, como estância, fazenda, fazendola, cabanha, chácara, granja, quinta, etc. Em Santa Catarina, os latifúndios do Planalto eram conhecidos mais como "fazendas", daí porque usaremos apenas este termo, mesmo nos referindo às grandes e às pequenas propriedades

Nas sedes das fazendas maiores, posicionadas em ponto estratégico das propriedades, em lugares mais altos, eram construídas as edificações, geralmente de madeira lascada e cobertas com tabuinhas, compreendendo: a casa do fazendeiro, um sobrado bem repartido e com varanda; próxima a esta, a casa do capataz, menor, mas não menos primorosa; a casa dos peões, com as dependências para a peonada; e o galpão, abrigo para homens, animais, feno, equipamentos, etc. e onde os peões se reuniam ao redor do fogo para contar seus causos, sorver o mate amargo, trovar e cantar[48].

> As "cavalariças"; "estábulos" e "esterqueiras", sempre distanciadas e dispostos na direção dos ventos dominantes; "depósitos". Principalmente para lã, grão, ferramentas, correames, etc.; "cozinha", muitas vezes fora do corpo da casa ou de outro lado do pátio interno; "forno" para o pão, biscoitos e outras necessidades caseiras; "algibe", que é a cisterna para receber a água da chuva dos telhados da casa; "poço", artesiano ou não, semi-surgente, os poços comuns, também as caixas d'água e os encanamentos; "ramada", armação de varas com cobertura de ramos verdes ou capim para abrigo contra o sol; "arvoredo", sempre evitando-se árvores gigantes, plantando-se a alguma distância do casario; "pátio", vários são os pátios que ligam as casas entre si.
> Horta, galinheiro, pocilgas, canis [...] completam a sede da fazenda e seu casario. [...]. São casas dos posteiros das fazendas, casas de morada em alguns lugares do campo, com mangueira, e por finalidade têm a guarda do gado e as benfeitorias do campo (LAYTANO, 1952, p. 20-21).

As propriedades não eram cercadas, como vieram a ser, depois, com arame farpado. Usava-se muito a cerca de ripas na sede, troncos partidos ou tábuas lascadas para as mangueiras e currais e a cerca de taipa-de-pedra para demarcar alguns setores. Os fazendeiros erguiam outras determinadas instalações que também eram indispensáveis para as atividades cotidianas e com o gado, como as porteiras, tronqueiras e cancelas, as peras, os bretes, os troncos, os palanques, as baias, os banheiros, as estrebarias e os chiqueiros.

---

[48] Em nossas viagens de pesquisas, no Uruguai e na Argentina, principalmente, nas províncias de Entre-Rios e Corrientes, tivemos a feliz oportunidade de conhecer muitas estâncias gaúchas típicas do Prata, erguidas com características da arquitetura espanhola, comprovando serem elas, na sua organização interna, mais ou menos idênticas às da Campanha do Rio Grande do Sul e, um pouco diferentes das fazendas das Missões rio-grandenses e dos campos do Planalto Catarinense e Sudoeste do Paraná, onde se evidenciam mais as marcas portuguesas.

No interior das fazendas, havia, ainda, os piquetes próximos às sedes (pastagem com bebedouro, cocho e arvoredo), as invernadas (de bom pasto e boa aguada para a engorda dos animais) e os potreiros, áreas maiores (usados para os rodeios e controles de pastagens e de reprodução do gado).

De modo geral, o estancieiro, criador ou fazendeiro, residiam na sua propriedade, mas, não raro, construíam casas nas vilas para suas famílias. Os empregados de uma fazenda eram contratados conforme o tamanho da fazenda e as necessidades diárias para mantê-la. O capataz era o gerente-geral, ou o administrador, competindo-lhe a direção dos empregados, a distribuição dos serviços, sempre com participação ativa no campo. Os peões tinham o trabalho direto com o gado[49]. Também eram considerados peões: o caseiro, o galponeiro, o tropeiro, o posteiro, o tropeiro, o cozinheiro, o carpinteiro, o seleiro, o ferreiro e outros artesãos.

Muito conhecidas nas fazendas eram as figuras do arrendatário e do invernador. O arrendatário era quem alugava uma parte da fazenda, ou até toda ela, nesta condição, substituindo a figura do fazendeiro, agindo como se o fosse. O invernador apenas arrendava o campo do fazendeiro para engordar seu próprio gado. Havia ainda o agregado, a quem o dono da fazenda arrendava uma parte das terras, nas extremidades mais distantes, onde ele agia como posteiro e como roceiro, dividindo (geralmente "às meias" ou "às terças") o produto do cultivo de milho, do feijão, da batata, da mandioca e até da pequena criação de porcos e galinhas.

Alguns elementos da indumentária do gaúcho caíram em desuso, como "as chilenas (esporas grandes), o chiripá (substituía as calças), o nó do lenço, o lenço farroupilha, a bota de garrão de vaca ou potro (com os dedos de fora), as rossilhonas (botas compridas), a ceroula de crivo, o tiradar, etc.", ao mesmo tempo em que destaca que se conservam: "a bombacha (calça), a pala (abrigo leve e fino), o poncho (abrigo encorpado), a guaiaca (cinto), as botas de couro de bezerro, o chapéus de aba larga e barbicacho, o lenço grande ao pescoço" (LAYTANO, 1952, p. 47). Não podemos deixar de fazer uma referência ao inseparável companheiro do peão. Se o tropeiro não vivia sem o muar, a peonada tinha no cavalo a sua outra-metade:

> O gaúcho ama o caválo, que é o seu melhor amigo. Conhece-lhe desde o hénito lastimoso até ao relincho de júbilo. O caválo, fiel e dedicado, acompanha-o sempre,

[49] O termo genérico que significava as atividades da peonada na lida com o gado, fosse para classificar, apartar, marcar, castrar, descornar, pelechar, curar ou apenas contar os animais, é "rodeio". Hoje, rodeio significa mais do que a faina diária do peão: é o momento da festa crioula, onde se arma o palco para que a peonada mostre suas qualidades de montaria, de laço e de doma e, entre si, dispute valiosos prêmios.

> tanto no campo das pelejas, como na viagem pacífica através dos pagos, ou em perseguição do touro desgarrado e furioso (BRASILIANO, 1935, p. 94).

Especificamente no Centro-Oeste Catarinense, há de se considerar a existência de dois tipos de fazendas: as de criação e as de cultura, se bem que elas mantinham praticamente ambas as atividades, mas a diferenciação se faz sobre a predominância da produção. As propriedades em terras mais de campos, seguiam o modelo rio-grandense, enquanto que aquelas com mais mato do que pastagens e, devido ao maior número de acentuados desníveis, mantinham lavouras como atividade principal, da roça de milho à plantação de fumo.

Não fosse o sal e o açúcar, peças de ferro e aço, louças e quinquilharias, as fazendas teriam total subsistência própria, pois nelas eram produzidos não só os alimentos, como o material para o trabalho. O fornecimento de mercadorias em falta era feito nas vendas, bodegas ou armazéns das vilas próximas.

> Encasteladas nos seus campos, as famílias fazendeiras criaram uma economia quase autáqrquica, acentuaram suas relações patriarcais, lutaram sozinhas contra os bugres que invadiam suas terras e incendiavam os paióis. Com o algodão que vinha da região de Sorocaba, e com a lã de seus próprios carneiros, fabricavam o pano de suas roupas. Com a madeira dos capões, construíam suas casas, mobílias, cercas e galpões. Com o ferro em barra, preparavam o instrumental de trabalho. Do couro de suas crias faziam os aperos de seus cavalos, os arreios, lombinhos, xergas, buçais, cintas e botas (MARCONDES, 1977, p. 81).

Destaca-se o fato de as fazendas manterem também rebanhos de ovelhas, destinados ao fornecimento de lã, para satisfazer as necessidades de vestuário, abrigo e peças de arreios. Do gado bovino saía, além do charque (carne seca e salgada), o leite, o queijo, a manteiga e outros derivados, e aproveitavam-se muito bem o couro e os chifres. Os porcos, que forneciam a banha e a carne, eram carneados no verão, após passar a época do pinhão, que era o da engorda.

> [...] a carne ou era frita em caldeirões e guardada em latas na banha, ou era transformada em lingüiça (feita com carne picada a mão). Do sangue, faziam o chouriço, e também usavam o "queijo-de-porco", feito com os miúdos do animal. O toucinho era derretido para fazer banha para o consumo anual. Alguns "lanhos" deste toicinho eram guardados esfumaçados, bem salgados e secos, e eram esporadicamente derretidos para tirar o torresmo (MARCONDES, 1977, p. 81).

Uma atividade pastoril com raízes nas fazendas, que logo se transformou em atividade industrial, foi o charque. Se antes a charqueada era o momento da salga, depois virou sinônimo de estabelecimento produtivo.

> O charque é a carne de boi conservada pela ação antisséptica do sal e emprêgo da dessecação. O sistema de charquear é o platino, dividindo-se a carne em pedaços: mantas e quartos. Retirado o couro e a gordura a mais, divide-se a carne, aumentando a superfície, sem ossos, então em oito partes: duas mantas - postas de carne; dois

> colchões - volta gorda de uma parte do quarto com a picanha; duas paletas e dois chicos, outra parte do quarto. A carne é pendurada em ganchos para esfriar; dobrada, é posta em tanques de salmoura, em que consiste a salga da carne. Retirada do tanque, é salgada com sal cristalizado numa camada de carne e outra de sal e em pilhas de dois a três metros e depois de doze horas em pilha, ressalga-se da mesma forma do que a primeira vez. No dia seguinte, a "pilha de volta", em que se muda a posição da salga, e nesse esta fica até que se queira secar ao sol. São estas as principais etapas do preparo do charque. A seca ao sol é feita em varais, seis horas de um lado, outras seis de outro lado, durante vários dias (LAYTANO, 1952, p. 46).

Já o processo industrial em larga escala das charqueadas compreendia, além da inovação tecnológica do uso de caldeiras e máquinas a vapor para a extração do sebo, a especialização da mão-de-obra, como: o desnucador, responsável pelo rápido apunhalamento da rês na nuca; o carneador, que carneava o couro, abria a rês, retirava as vísceras e destacava os quartos, paletas e mantas; o matambreiro, que destacava o couro do peito e a parte do ventre onde estava aderido o matambre; o despostador de quartos e paletas; e, enfim, o próprio charqueador, reponsável pela boa salgação. O preparo dos couros, que eram utilizados para a fabricação de utensílios e também consistia em outra fonte de renda para as fazendas, quando vendidos para artesãos.

> O preparo dos couros, logo após a retiradas dos animais, é feito por dois processos: a secagem e a salga. A secagem é feita pelo estaqueamento ao ar livre, ao calor do sol ou à sombra. Uma solução arsenical imunizante conserva o couro empilhado no galpão e evita a punilha. A salga é praticada com o uso do sal. São causas da desvalorização dos couros: as marcas de carrapato e de sarna, os sonais de berne e, em geral, as moléstias da pele, os arranhões de arame farpado, chifradas e bicheiras, a má conservação nos galpões, a má carneação ou tiragem, as cicatrizes das marcas de ferro e fogo, etc. (LAYTANO, 1952, p. 46).

1.4.4 Dos Ervais Nativos ao Mate na Cuia

Assim como a Região do Contestado assistiu o processo da integração na indústria madeireira na primeira metade do Século XX, reunindo o extrativismo (corte das árvores na mata), o aproveitamento (para lenha, carvão, madeiras) o primeiro transporte (toras puxadas por bois ou em carroções), a industrialização básica primária (em tábuas, nas serrarias), a transformação (pasta mecânica, celulose e papel), o segundo transporte (pela estrada de ferro), o comércio (vendas internas e exportações), a indústria ervateira aqui também sempre funcionou de forma integrada, somando: a extração (poda das erveiras), o primeiro transporte (nas costas dos mateiros ou em lombo de burros), o aproveitamento (para chimarrão), a preparação primária (secagem em carijos ou barbaquás), a industrialização básica (etapa do cancheamento), a transformação (em pó nos engenhos), o segundo transporte (por carroças e ferrovia), e o

comércio (para os mercados interno e externo). E, assim, para os caboclos do sertão catarinense, como a tábua de pinho passava por longo processo antes de servir à sua moradia, a erva-mate igualmente passava por diversas fases até se constituir como seu produto alimentar.

Tradicionalmente, a extração da erva-mate é efetuada no interior das florestas, junto aos pinhais, representando uma das rendas mais significativas da região. O produto é obtido das folhas da árvore (*Ilex paraguaiensis*) e posteriormente beneficiado nas ervateiras, daí seguindo, ou para consumo como "chimarrão", hábito largamente difundido no sul do Brasil, ou para a transformação em "chá queimado".

As atividades da erva-mate eram tradicionais no Planalto de Santa Catarina, sempre ligadas à exploração dos ervais naturais no Oeste Catarinense, também quando da existência da Colônia Militar de Chapecó, instalada no ano de 1882 na Campina de Xanxerê, em região próxima à principal Vereda das Missões.

> O sucesso da colônia teve como principal baluarte a abundância da erva-mate na região, de tal forma que os colonos que recebiam as terras tinham no seu corte e venda a única maneira de conseguir dinheiro. A formação de lavouras respondia apenas à necessidade de subsistência, em função da inexistência de mercado e de condições para o transporte dos produtos a outras regiões, para comercialização. Enquanto perdurou a exportação da erva-mate e seu preço se manteve alto, mantiveram-se boas as condições de vida dos seus habitantes (POLI, 1995, p. 83-84).

Na mata, os ervateiros faziam todo o processo empírico do preparo da erva-mate, iniciando pelo corte a facão, o sapeco preliminar para a retirada da umidade das folhas, a secagem final nos carijos, deixando as fases finais para os engenhos. "A erva-mate trouxe prosperidade à nossa terra por mais de meio século, mobilizando a mão-de-obra necessária à sua industrialização" (ALMEIDA, 1975, p. 112).

> Cada ano, de julho a setembro, o caboclo, de facão afiado na mão, mete-se pelos matos onde abunda a ilex, e de herval em herval anda à procura das árvores que não foram podadas na safra anterior. E assim vai de árvore em árvore, desbastando-as, golpeando-lhes os galhos de baixo para cima e amontoando os ramos de espaço em espaço; como o cauchêro, caminha assim quasi o dia todo, percorrendo grandes distâncias. Depois reune todos os ramos cortados no local escolhido para a primeira fase de beneficiamento: a sapéca. Acêsa aí uma fogueira, vai passando galho por galho, ligeiramente sôbre as chamas; as folhas murcham crepitando. Québra então os galhos maiores e os vai colocando num cercado de páus, o raído, de modo a formar um fardo de forma cúbica que é amarrado com cipós (LUZ, 1952, p. 52).

Desde o tempo mais antigo, o ponto-de-partida da indústria do mate está no extrativismo vegetal, ou seja, no corte da árvore na floresta. A indústria ervateira tem seu primeiro referencial no corte (poda) das erveiras à foice ou facão. A atividade é considerada extrativista rural até a

fase do “cancheamento”, depois de passar pelo “sapeco”, da segunda secagem em “carijos” ou em “barbaquás” e da “trituração” das folhas em engenhos. A etapa da industrialização do mate corresponde ao beneficiamento, que nada mais é do que uma fase complementar de preparo, de trituração da erva cancheada, dando-lhe melhor apresentação na embalagem e na rotulagem do produto para o consumidor final.

1 5 ÍNDIOS E NEGROS NA FORMAÇÃO DO HOMEM DO CONTESTADO

1.5.1. Contribuição indígena

O grande mosaico indígena brasileiro do tempo do Descobrimento apresenta-nos, inicialmente, sua divisão em dois grandes blocos: os Tupi, do tronco lingüístico Tupi-Guarani, habitantes dominantes da costa Atlântica, e os Tapuia, do tronco lingüístico Macro-Gê, soberanos no interior do território brasileiro. No Sul, devido à proximidade com os países da América Meridional, de modo geral, estes dois grandes blocos incluiriam a predominância dos Guarani (do mesmo tronco dos Tupi), tanto no Litoral como nas terras mais baixas e quentes em vales sedimentados do interior, e dos Guaianá, nas terras altas e mais frias do Planalto.

Ainda enquanto Província, Santa Catarina somente tomou conhecimento dos povos primitivos e dos indígenas mais contemporâneos do Planalto a partir de 1820, depois da incorporação da vila de Lages. Os registros do atual Centro-Oeste Catarinense estão vinculados às histórias das antigas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo (do Descobrimento até 1853), do Paraná (de 1853 a 1917) e do Rio Grande do Sul e, também, dos países da Bacia do Prata. Das populações ameríndias da Região do Contestado, o Estado só começou a ter produção própria nos últimos anos, quando aqui se realizaram os primeiros estudos antropológicos com embasamento científico.

Antes da vinda do “homem branco”, o Contestado, como espaço livre mas não vazio, era habitado por dezenas de tribos indígenas, classificadas em variados troncos lingüísticos. Os silvícolas da tradição Guarani[50] ocupavam as terras mais baixas dos vales dos rios Iguaçu, ao

[50] Durante todo o tempo da ocupação "branca" da Região do Contestado, de 1800 para cá, praticamente não se conheceu os Guarani ou grupos deste tronco, que foram vítimas das bandeiras paulistas escravagistas. A área, no decorrer do século XIX, era território sob domínio absoluto dos Kaigang e dos Xokleng que, genericamente, eram

Norte e, Uruguai, ao Sul, enquanto que os índios do primitivo tronco Guainá ou Tapuia, do grupo Gê, distribuíam-se pelas terras mais altas do planalto. Assim, os campos e as florestas do Contestado eram de domínio dos Gê, índios que, conforme as derivações lingüísticas ou características culturais, a critério dos estudiosos eram chamados de Kaigang, Xokleng, Xócren, Patachô, Botocudo, Cren, Bugre, Bituruna, etc.

> Indomaveis e nomades ao ultimo extremo, a isso levados pela continua guerra que lhes têm feito os brancos, habitam, estes selvagens, uma facha de sertão cercada por todos os lados de povos, villas e cidades, conservando, entretanto, no coração d'essas matas, quasi virgens, seus habitos primitivos (OURIQUE, 1887, p.24).

A nação dominante na Região do Contestado, nos dois últimos séculos, era a Kaigang, da qual derivou o grupo Xokleng. Com dialeto pouco diferenciado dos Kaigang, o que prova sua filiação ao tronco Gê, os índios Xokleng eram grupos arredios de caçadores, coletores e pouco agricultores. Semi-nômades, dependiam quase que totalmente da caça e da coleta. Eram os típicos habitantes das matas, constituindo-se nos selvagens que mais resistiram às tentativas de aproximação com os grupos brancos.

Quando da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e da deflagração da Guerra do Contestado, havia vários tipos de "bugres" conhecidos na região: os Xokleng puros, ainda em estado selvagem, isolados em porções das matas fechadas da Floresta da Araucária; os Kaigang puros, já aldeados com alguns Guarani, estes também chamados de Coroado, nas regiões de campos e em fase de catequização; os cafusos, confinados no Toldo do Quati; e os mamelucos, em processo de aculturação e convivendo com os caboclos. Sobre os Xokleng ("botocudos"), temos:

> Enquanto os coroados e outras tribus que vivem dos rios Timbó e do Peixe para oeste e que, na voz dos sertanejos reconhecem estes dous rios como limites de suas possessões com as de seus visinhos e inimigos - os botocudos, a quem muito temem, já se acham meio civilisados; os indios em questão fogem a todas as tentativas de cathechese com horror, e preferem a morte a viver ou manter relações com homens civilisados. [...]. O que deve, entretanto, ficar evidente, é ser a raça dos botocudos do sul, quer physica, quer intellectualmente, bastante distincta das dos outreos selvicolas das provincias de Santa Catharina e Paraná, com os quaes vivem sempre em guerra (OURIQUE, 1887, p. 25).

Os Xokleng do Contestado não queriam aproximação. Sentindo-se ameaçados, em bandos, atacavam fazendas e casas isoladas, para assaltar, matar e roubar utensílios e ferramentas. Eles eram muito atraídos pelos machados e facões trazidos pelos brancos. Foram rotulados de

---

chamados pelos camponeses, sertanejos e fazendeiros de "bugres" ou de "botocudos". E só mais recentemente foi que se separou os Kaigang (Coroados) dos Xokleng (Botocudos).

selvagens, destemidos, bárbaros, violentos, arredios e, comparados a bichos-do-mato, quando o "homem civilizado" aqui chegou e formou grupos de bugreiros para caçá-los, aprisioná-los e matá-los brutal e impiedosamente.

Durante a segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX, em Santa Catarina, ficaram famosos os grupos de "pedestres" e de "batedores-de-mato", ou então, de "afugentadores de bugres", como também eram conhecidos, organizados para, num primeiro momento, contatar, aldear, pacificar e catequizar os índios[51]. Entretanto, suas ações logo se caracterizavam como de "bugreiros" - a antítese de "bugres" - por afugentar, caçar, dispersar e matar os índios. A ordem final era: exterminar.

> As tropas de bugreiros compunham-se, em regra, com 8 a 15 homens. A maioria deles era aparentada entre si. Atuavam sob o comando de um líder. A quase totalidade dos integrantes desses grupos eram 'caboclos', que tinham grande conhecimento sobre a vida no sertão. Atacavam os índios em seus acampamentos, de surpresa. Às vítimas poucas possibilidades havia de fuga (SANTOS, 1997: 27).

As frentes expansionistas paulistas e curitibanas que alcançaram o Contestado adentraram no espaço livre dos indígenas. No começo, os índios resistiram às penetrações brancas, mas não constituíram forte empecilho, apesar de seus constantes ataques às expedições exploratórias, aos tropeiros e às povoações. E aqueles que não se aldearam, simplesmente foram caçados e mortos.

> Qualquer estudo sobre índios no Brasil que objetive revelar a sua verdadeira situação não poderá deixar de focalizar o caráter das frentes desbravadoras que os alcançam, hoje, nos seus mais distantes redutos. O papel variado, desempenhado por essas frentes de expansão da sociedade nacional, segundo a intensidade e a qualificação de contato entre índios e brancos, torna relevantes quaisquer dados que permitam traçar um perfil compreensivo - pois fundado em evidências estratégicas - das formas de ocupação civilizada e das modalidades de exploração do trabalho indígena e não-indígena regional (OLIVEIRA, 1981, p. 31).

Ao longo dos caminhos abertos no Sul do Brasil, gradativamente, se foram instalando muitas famílias mamelucas, com os homens trabalhando, tanto nas tropas como nas fazendas, na condição de peões ou agregados. Sem fácil acesso a títulos de propriedade de terras, o caboclo logo passou a ocupar terras devolutas e inexploradas na condição de "posseiro" e, em poucos

---

[51] O termo "bugre" é palavra originária da língua francesa: "bougre", que significaria "qualquer índio". Também significa "búlgaro", habitante da Bulgária, os eslavos do Sul que possuem a tez morena. No Brasil, foi usada para diferenciar os índios selvagens dos Guarani. Em *O Índio Kaigáng e a Colonização Alemã*, Ítala Becker (1976, p. 46-47) invoca Ihering (1895) para lembrar que bugres, no Rio Grande do Sul, "são chamados os índios bravos em contraste com os índios sedentários ou do campo (Charrua e Minuano). Os Bugres não são, pois, uma nação, mas a designação coletiva para os Coroados, os Botocudos, e outros índios isolados na mata [...]". Bugre é também usado como termo geral, às vezes pejorativo, para designar todo o silvícola.

anos, dividiu o espaço com os "bugres" – os Kaigang e os Xokleng – ou os matando ou com eles realizando mútuo processo de aculturação[52]. Esta geração cabocla aprendeu a conviver com a natureza proporcionada pela Floresta da Araucária e com os nativos[53], tanto nas partes de campos, como nas de matas fechadas.

1.5.1.1 Os Kaigang

Os antigos Campos de Palmas, cujas terras, ao Sul, alcançavam as barrancas do Rio Uruguai e, a Oeste, a fronteira com a Argentina, reclamadas por Santa Catarina, estavam sob jurisdição da Província de São Paulo até 1853, quando dela foi desmembrada a Província do Paraná, esta que veio a administrar todo o vasto território (tendo o Rio do Peixe como limite a Leste) até o final da "Questão de Limites" com Santa Catarina, em 1917. Esta parte Setentrional e Ocidental do Território Contestado era, historicamente, ocupada pelos Kaigang, cujos domínios alcançavam também os Campos de Guarapuava e, ainda, as regiões Centro, Norte, Nordeste e Noroeste do Rio Grande do Sul.

Uma vez liquidados os povoados Guarani das reduções de Guaíra e de Itatim e, parcialmente, as do Tape e das Missões, e não mais havendo bandeiras de aprisionamento circulando pelo Território Contestado, em direção ao Sul, toda a área do hoje Oeste Catarinense ficou sob controle exclusivo dos arredios Kaigang, que ratificaram e estenderam seus plenos domínios também ao Sul do Rio Pelotas e do Alto Uruguai.

> Os guaranis, além de caçadores e pescadores, frutíveros e meladores, eram agrícolas, com alguma plantação de milho, mandioca, batata-doce, abóbora, amendoim e algodão. Caça e pesca, bem como colheita de mel e frutas silvestres, pediam freqüentes mudanças de residência, em busca de novos centros de abastecimento. A agricultura, no

[52] Não poucos indígenas sobreviventes do etnocídio promovido pelos bugreiros - que na sua maioria também eram caboclos - no Planalto Catarinense, vieram a mesclar-se com o "homem branco" na Região do Contestado. Pelo que conseguimos apurar em nossas pesquisas de campo, esta mistura étnica deu-se do caboclo homem com a mulher índia, fruto de estupros violentos e de relações por elas consentidas quando se sentindo vítimas de inferioridade.

[53] Os novos mamelucos catarinenses, que denominamos de "geração do caboclo-pardo", também herdaram traços dos Kaigang e dos Xokleng, tanto características físicas (pele de cor parda, poucos pelos, cabelos pretos, feição mongolóide primitiva e estatura mediana), como também antigas tradições, linguagem, hábitos, crenças, usos e costumes. De 1994 a 1997, pesquisamos as origens e as etnias de diversos grupos de estudantes, na faixa de 18 a 24 anos, escolhidos dentre os calouros nos cursos superiores mantidos pela Universidade do Contestado em Caçador e em Fraiburgo. Sem surpresa, num universo de 200 alunos pesquisados, encontramos 16, que nos declararam ter seus genitores - pais ou mães - ascendência do índio regional em nível de terceira ou quarta geração. Ora, ao mesmo tempo em que nenhum dos entrevistados assumia, antes da pesquisa, esta ascendência, o trabalho nos deu o índice de 12,5%, em pleno final do Século XX.

> entanto, exigia permanência mais prolongada num mesmo lugar. Geralmente após uns seis ou sete anos abandonavam os índios a terra cansada, para continuar sua migração periódica, com a derrubada de mais de um eito de mato contíguo. A abundância de caça e pesca e a boa terra para a agricultura fez deles uma nação forte, capaz de expulsar outras tribos de seus territórios ou de absorvê-los, sujeitando-os ao seu domínio. (BRUXEL, 1978, p. 16-17).

A nação Kaigang - descendente dos Guaianá - que era respeitada pelas tribos dos Guarani desde os tempos do Descobrimento e, pelos bandeirantes paulistas escravagistas dos anos 1600, resistiu bravamente às investidas do homem "branco" até a virada do Século XVIII para o Século XIX, impedindo a ocupação e o povoamento do seu território pelos "civilizados", ao contrário do que ocorreu nos Tapes e nas Missões do Rio Grande do Sul, com a destruição das reduções jesuítas.

As frentes expansionistas paulista-curitibanas, após contatos iniciais com os Kaigang em Guarapuava, conseguiram domesticar alguns grupos, como os chefiados pelos caciques Viri e Condá, o primeiro, apaziguado em Guarapuava e, o segundo, que por volta de 1840 estava assentado nos Campos de Palmas-de-Baixo, mais precisamente na Campina do Irani, junto às cabeceiras do Rio Irani. Ambos foram importantes para a pacificação e o aldeamento dos silvícolas, principalmente Condá, que foi usado para o contato com seus irmãos do Rio Grande do Sul.

> A tomada dos Campos de Guarapuava por uma Expedição Real ordenada por duas Cartas Régias de Dom João VI, pode ser considerada efetiva após 1812, quando se obtém a submissão de um grupo Kaigáng da região do Rio Jordão. Este seria o elemento fundamental da subseqüente tomada dos Campos de Palmas, em 1838, e da ocupação paulatina de todo o território Kaigáng na parte meridional da Província de São Paulo (compreendendo os atuais estados do Paraná e oeste de Santa Catarina) e parte norte do Rio Grande do Sul: a utilização de grupos Kaigáng submetidos (os chamados "mansos") contra os grupos que resistiam à penetração portuguesa/brasileira. Evidente que a manipulação correspondia a fatores internos da "geo-política" dos grupos Kaigáng, através de seus caciques principais, para quem aliar-se ao poder dos portugueses, significava contar com importantes recursos contra grupos rivais, especialmente armas de fogo (D'ANGELIS, 1989, p. 93).

Já com as tribos dos botocudos, também descendentes dos antigos Guaianá - entre elas se destacando os Xokleng, a situação foi outra. Muito arredios, permaneceram internados nas matas, vivendo em estado pré-histórico até os primeiros anos do século XX. Dominando as partes altas das serras da Taquara Verde, Espigão e Geral, escaparam de todas as tentativas de pacificação, de catequese ou de aldeamento. Às vezes, atacavam os tropeiros ou casas isoladas, para matar os brancos; noutras, para roubar ferramentas, utensílios, facas e alimentos. Por serem vingativos ao extremo, até os Kaigang os respeitavam.

Desde quando os Guarani foram caçados e aprisionados pelos bandeirantes, para serem escravos dos brancos, os índios não eram respeitados como cidadãos. A segunda metade do Século XIX foi marcada pela atividade dos "bugreiros", sertanistas que se profissionalizaram na matança de índios, às vezes, a soldo dos governos provinciais, às vezes, dos fazendeiros desbravadores, ou mesmo, das autoridades das primeiras vilas. As muitas expedições etnocídias realizadas pelos portugueses e pelos lusos-brasileiros no Brasil Meridional foram mascaradas pelas "tentativas de aldeamentos".

A política do povoamento brasileiro nunca levou em consideração o fato de que os indígenas eram nativos há milhares de anos e que, só por isso, tinham direitos naturais às suas terras. Preocupavam-se as autoridades em como conceder sesmarias aos brancos, pouco se importando se as terras dadas eram ou não habitadas pelos índios. As frentes expansionistas paulista-curitibano-paranaenses entendiam que intrusos eram aqueles que historicamente ocupavam as áreas que lhes interessavam para criar gado, e não elas, constituídas por brancos alienígenas, mas que estavam nas terras novas, trazendo a civilização.

Por terem os Kaigang e os Xokleng resistido à aculturação com o elemento branco, seus sobreviventes conseguiram adentrar no Século XX. E com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais - SPILTN, em 1910, pelo Governo Federal, impôs-se novas tentativas de amparo e defesa dos interesses indígenas no Brasil.

> Nos seus primeiros anos, no entanto, na região Sul, o Serviço limitar-se-á às tentativas de contato pacífico com os Xokleng do rio Itajaí do Norte, com os Xokleng da região de Palmas-União da Vitória, com os Kaigang do interior paulista e, na década de 20, com os Kaigang da região de Laranjinha e Cinzas, no Norte do Paraná.
> Na região de Palmas, os Kaigang iriam aguardar ainda alguns anos para conhecer uma presença do Serviço. A área de Palmas teria ação de encarregados do Serviço na década de 30, e na área do Xapecó - com terras delimitadas por Decreto Estadual de 1902 - essa presença ocorreria somente a partir de fins da mesma década. Em 1940 é instalado um Posto Indígena no Xapecó (CIMI/SUL, 1984, p. 56).

Encontramos as primeiras referências sobre o aldeamento de um grupo Kaigang em Palmas, entre 1850 e 1852. Deste tempo em diante, ele avolumou-se com a chegada de grupos retirantes de Guarapuava. Em 1859, nele residiam 215 índios, sob as ordens do cacique Viri. Vale destacar, então, que o Posto Indígena de Palmas já existia como “aldeamento de Palmas”, quando da criação da Província do Paraná, em 1853. Constatava-se, dois anos depois, que os Kaigang estavam relegados à indigência e à caridade dos fazendeiros latifundiários. Tratava-se de um aldeamento irregular, ou seja, agrupamento de famílias Kaigang vivendo ao lado dos fazendeiros sem assistência alguma.

> Poucas informações restam sobre o desenvolvimento desse aldeamento e por isso mesmo supõe-se ter sido relegado ao abandono por muito tempo, por falta de recursos humanos e financeiros. A verdade é que, em 1884, segundo alguns documentos da época, só havia em Palmas três toldos, isto é, três agrupamentos indígenas, provavelmente despojados das terras a eles destinadas para uso coletivo. Um desses toldos junto à vila de Palmas, outro no local denominado Formiga a três léguas e meia de Palmas. E o terceiro no Passo da Balsa. Consta ainda que o governo pretendia reunir os três toldos num só aldeamento em Formiga, mas o que tudo indica nunca foi realizado. Os índios continuaram despojados de suas terras, na ociosidade e dados à embriaguez e ao furto (BOUTIM, 1979, p. 84).

Em 1882, na grande Comarca de Palmas, foi instalada a Colônia Militar de Xapecó (depois em Xanxerê) que, entre outras finalidades, objetivava a atração dos índios e sua incorporação à civilização branca.

O censo demográfico de 1890 "apontava, para a Comarca de Palmas, um total de 9.601 habitantes, dos quais 4.759 brancos, 2.074 índios, 2.099 mestiços e 669 pretos" (CIMI, 1984, p.38). Neste tempo, existiam os aldeamentos de Palmas, Xapecó e Formigas, mas os índios e mestiços foram contados nos distritos da comarca, que incluía Palmas, Palmas do Sul, Boa Vista, Campo Erê, Mangueirinha, Colônia Militar do Chopim, União da Vitória, mais o distrito do Passo do Carneiro (abrangendo os índios do Baixo Irani, onde, mais tarde, surgiria o Toldo Chimbangue) e da Colônia Militar em Xanxerê (reunindo os Kaigang do Alto Irani)[54].

Sobre os remanescentes Kaigang no Oeste Catarinense, há o aldeamento de Xanxerê. Criada em 1967, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI veio a administrar a Reserva Indígena de Xanxerê que nasceu a partir do Posto Indígena Xapecó. A reserva, com 50 mil hectares, havia sido criada pelo Estado do Paraná, em 1902, sendo reduzida, por volta de 1950, a apenas 15 mil hectares pelo Estado de Santa Catarina.

Uma das bandeiras da luta indígena no Oeste Catarinense ainda é o reconhecimento final de toda a área reclamada historicamente pelos Kaigang no Baixo Irani, na margem direita deste rio, denominada Toldo Chimbangue (ou Toldo Irani), cujas terras, em grande parte, foram ocupadas por colonos após a década de 20, quando dos planos de colonização do Alto Uruguai[55].

---

[54] Ressaltamos a informação deste censo de 1890 na região: 45% da população era formada por índios puros e por mestiços de brancos e índios. Este dado comprova a importância Kaigang na formação étnica do caboclo pardo - o homem do Contestado primitivo - dos setores Setentrional e Ocidental do Contestado, fato que alguns historiadores catarinenses, ainda hoje, insistem em menosprezar, como se esta comprovada mistura fosse irreal, e também fato que descendentes miscigenados de índios pensem que a mescla tenha sido algum ruim.

[55] Hoje, pode-se encontrar índios Kaigang remanescentes nas aldeias do Oeste Catarinense, instaladas nas reservas de Condá, de Chimbangue 1 e 2, de Xapecozinho, do Imbu e de Pinhal, nos municípios de Chapecó, Seara, Saudades, Abelardo Luz, Ipuaçu, Marema e Xanxerê. Tem-se ali um ambiente de pobreza e abandono, miséria material e espiritual, com gradativa perda de identidade cultural.

MAPA 4:

DISTRIBUIÇÃO DAS TRIBOS INDÍGENAS CONHECIDAS
EM SANTA CATARINA E NO CONTESTADO – SÉCULOS XVI A XIX



Desenho de Nilson Thomé, sem determinação de escala, para simples visualização.
Fonte: BRASIL. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju*. Rio: IBGE, 1981. Mapa. Anexo.

1.5.1.2 Os Xokleng

As terras mais altas, frias e úmidas do Contestado, na Serra Geral, incluindo a densa mata de araucárias da Serra do Espigão, constituiam parte do *habitat* dos Xokleng, como se nelas tivessem buscado refúgio para escapar dos também ferozes co-irmãos Kaigang, estes que preferiam viver nas áreas mais abertas dos campos. Mesmo pertencendo a um só tronco, o Macro Gê, as culturas dos dois grupos apresentavam sensíveis diferenças culturais. Assim, era no abrigo da escuridão dos pinhais, que os Xokleng construíam suas habitações. Conhecidos simplesmente por "bugres" ou apenas "botocudos", estes nativos camuflavam-se na vegetação de tal sorte que era muito difícil percebê-los.

Os Xokleng viviam em grupos, separados uns dos outros, que volta e meia lutavam entre si, disputando espaço, sem contar que, permanentemente, lutavam contra os Kaigang, inclusive para roubar-lhes as mulheres, e atacavam impiedosamente os brancos das frentes pioneiras que avançavam sobre seus territórios. Suas armas de guerra e de caça eram: o arco, a flecha, a lança e a borduna. Viviam percorrendo as florestas em busca de alimentação, dividindo com os companheiros o que conseguiam caçar ou coletar, como raízes, frutos silvestres, pinhões, mel e larvas. Faziam uma bebida fermentada à base de mel, água e xaxim. O fogo era obtido pela fricção de pedras. Comiam carne assada na brasa e também preparavam o barreado. A base de alimentação entre março e junho era o pinhão, que retiravam das pinhas; também armazenavam as pinhas em cestos, que eram mergulhados das águas frias de córregos no interior da floresta, para alimentação nos meses seguintes.

Perambulando pelas matas, costumavam acampar ao relento, sob as copas das árvores. Algumas vezes, faziam pequenos ranchos de varas finas, com teto em forma de abóboda, coberto de folhas de coqueiros, palmeiras ou xaxins. Quando acampavam, construíam choças maiores, para uso coletivo. Obtinham vasilhames de troncos escavados em forma de cochos. Fabricavam cestos de vários tamanhos e para variados fins. Tornavam alguns balaios impermeáveis forrando-os com cera de abelha. Com técnica pouco refinada, faziam vasos de cerâmica e, as panelas, de barro e carvão amassados, que depois de moldadas e secas, eram queimadas para se obter consistência e durabilidade.

Até o contato mais direto com o homem-branco, quando da abertura da Estrada das Tropas e da fundação da Vila de Lages, os Xokleng consideravam-se os senhores da parte Setentrional da Região do Contestado. Ainda no início deste século, instigavam colonos, fazendeiros e, inclusive, os trabalhadores na construção da estrada-de-ferro. No tempo da virada do século, foram caçados como animais por bandos armados de "bugreiros", a soldo de empresas colonizadoras, que invadiam a mata para liquidá-los. Os sobreviventes, aldeados, mais tarde foram confinados a reservas.

A primeira tentativa oficial de aldeamento dos grupos Xokleng da área Setentrional da Região do Contestado foi em Papanduva, no então chamado "Sertão do Rio Negro", em abril de 1875, por iniciativa do Governo da Província do Paraná, que administrava esta parte do Território Contestado. A criação deste aldeamento, denominado de Aldeamento São Tomás de Papanduva, "não tinha por finalidade proteger o indígena Xokleng da extinção. Visava primordialmente diminuir o número de assassinatos cometidos pelos índios na estrada da Mata" (WACHOWICZ, 1980, p. 69). Por problemas burocráticos na administração do aldeamento e à vista das dificuldades em atrair os ferozes e indomados botocudos, o posto foi extinto em dezembro de 1877.

Com a criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, foi designado para a Inspetoria de Santa Catarina o Tenente José Vieira da Rosa[56]

> [...] logo o novo Serviço começou a receber inúmeras críticas. Os índios prosseguiam em seus ataques às propriedades dos brancos, em busca de alimentos e ferramentas. As ações deflagradas por Vieira da Rosa mostraram-se insuficientes para conter os indígenas e evitar as pressões exercidas pelas colônias. As representações diplomáticas da Itália e da Alemanha exigiam que o governo brasileiro garantisse a segurança dos imigrantes. A direção do SPI decidiu, então, dar mais atenção à Região Sul, instalando "postos de atração" em diferentes pontos do Vale do Itajaí e na região do Rio Negro (Porto União), onde os índios haviam atacado os operários que construíam a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e ameaçavam os imigrantes que estavam sendo instalados ao longo da linha férrea (SANTOS, 1997, p. 55).

A tentativa de aldeamento dos Xokleng, então conhecidos como "Botocudos de Palmas e União da Vitória", promovida pelo Serviço de Proteção aos Índios, em 1911, foi liderada pelo experiente sertanista gaúcho Fioravante Esperança. O posto de atração, inicialmente idealizado

[56] Este militar, depois com a patente de Capitão, comandou destacamento do 54º Batalhão de Caçadores, de Florianópolis, que esteve na região em 1914-1915, participando ativamente da Guerra do Contestado, ao final da qual liderou pessoalmente as operações de genocídio contra os líderes dos caboclos revoltosos que haviam sobrevivido aos combates.

para agrupar os Kaigang, localizado em Rincão do Tigre, na Fazenda Monte Alegre, estava sendo gradativamente cada vez mais frequentado pelos índios, até que, um dia, em 1912, ali chegaram dois fazendeiros, Cândido Mendes e José Pacheco, que antes haviam tomado parte em batidas contra os Xokleng mais arredios. Os índios revoltaram-se e massacraram tanto os visitantes como os empregados do posto, incluindo o sertanista[57], sendo que apenas o cozinheiro conseguiu escapar (SANTOS, 1973, p. 158). Imediatamente, o grupo de botocudos retirou-se da área e, deles, não se teve mais notícias.

Os últimos Xokleng arredios da área que compreende a Serra do Espigão, a Serra da Taquara Verde, os Campos de São João, os Vales do Timbó e do Iguaçu, até os Campos de Palmas, foram aldeados em 1918 pelo indigenista João Gomes Pereira, conhecido como João Serrano, contratado pelo Serviço de Proteção aos Índios no Toldo de São João dos Pobres (mas, "Toldo do Quati" para os Xokleng), localizado na margem direita do Rio dos Pardos, na divisa dos municípios de Porto União e Matos Costa. Dos cerca de 50 elementos da tribo Xokleng original, liderada pelo velho Dujavin Kilhitá, aldeada por Serrano no início do século XX, no final dos anos 1950 restavam no Quati apenas seis descendentes. Anos depois, pelas condições de extrema pobreza, a maioria abandonou o toldo.

1.5.2. Contribuição do negro

Desde quando da abertura dos caminhos dos tropeiros, da instalação das fazendas de criação e das primeiras explorações de ervais nativos, o negro participou da formação do homem do Contestado. Se considerarmos a presença, aqui, de pessoas desta raça, na forma pura, sua influência neste processo seria insignificante, pois poucos foram os africanos que se estabeleceram no Contestado. Entretanto, observamos que a maior parte dos caboclos da Região do Contestado, do tempo da Guerra do Contestado, era constituída por miscigenados de brancos com negros (mamelucos), tanto vindos de São Paulo nas entradas para ocupação das terras, na

---

[57] Em homenagem a Fioravante Esperança, foi emprestado seu nome ao Posto Indígena localizado a quatro quilômetros ao Sul da cidade de Palmas, na divisa entre os Estados do Paraná (compreendendo 30% da área) e Santa Catarina (com 70%), posto este que veio abranger 2.994.500 hectares, confrontando-se com as fazendas Restinga dos Paióis, Invernada do Cruzeiro e São João do Bom Retiro, congregando os Kaigang, na maioria, e, depois, alguns Guarani e Xokleng.

condição de escravos, como de trabalhadores livres oriundos de outras partes do país para a construção da ferrovia. Alguns dos principais líderes do movimento rebelde de 1913-1916, considerados "comandantes-de-briga", eram negros, como Olegário Ramos, Joaquim Germano, Benevenuto Lima e Adeodato Manoel Ramos.

No Planalto Catarinense, o sistema escravocrata era um pouco diferente de outras partes do Brasil: havia muito mais liberdade, o tratamento era mais humano, os negros participavam dos trabalhos gerais das fazendas, a ponto de, antes da Lei Abolicionista de 1888, a maior parte dos escravos já ser livre por iniciativa dos próprios fazendeiros.

> O trato dado aos escravos pelos fazendeiros, que eram os que dispunham da quase totalidade deles, sempre foi benigno, humano e mesmo afável. Daí, em geral, se afeiçoarem aos patrões, adotarem seus sobrenomes e, quando libertos, preferirem permanecer com eles a saírem em busca de outro trabalhp. E quando envelheciam e não mais podiam travalhar eram, via de regra, amparados pelso ex-patrões ou seus descendentes, como membros da família (COSTA, 1982, p. 189).

Sob o ponto de vista geográfico, houve influência e penetração maior de escravos africanos negros de origem "sudanesa" no Sul do Brasil[58], com o culto do Batuque, enquanto que no Sudeste foi mais marcante a presença da origem dos "bantos", com os cultos da Quimbanda e Umbanda, originando os chamados cultos Ameríndios (Candoblés e Macumba), cultos do Catolicismo (Iemanjá, Ogum e outros), Espiritismo (Kardecismo) e Ocultismo, este das mais variadas procedências trouxe, em especial para a Umbanda, um verdadeiro arsenal de práticas mágico-ocultistas (BATISTA, *in*: Studium, 1976, p. 61).

> Assim é que em Santa Catarina o negro, em épocas passadas, exerceu indiscutível influência. [...] Foram eles que introduziram o 'bangalez', Hoje, já não existem mais 'bangalêz', ajuntamentos de escravos para atividades místicas correspondentes às macumbas e candomblés. [...] Quase sempre subestimamos a contribuição do elemento negro nos estados do sul. É um erro de apreciação determinado pela perspectiva do presente. Esquecemos o passado, e foi justamente no passado, no período áureo do regime servil, que o negro atuou naquelas regiões, mais tarde coloridas pelo influxo da colonização européia (LIRA, 1951, p. 93).

No início do Século XX, entre 1908 e 1910, houve uma rápida corrente imigratória de negros e mulatos para a Região do Contestado, que vieram da Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, na condição de trabalhadores contratados para a abertura da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, no trecho de União da Vitória (PR) a Marcelino Ramos

[58] Membros do grupo "bantu", divididos entre os congos, moçambiques, angolas e banguelas, apesar do clima frio, conseguiram se adaptar melhor à vida no Planalto e participaram do seu desenvolvimento como peões, pequenos criadores de gado e lavradores avulsos.

(RS). O contingente recrutado pela Brazil Railway Company para trabalhos braçais em nossa região chegou a cerca de oito mil pessoas, parte delas a seguir e até 1916 sendo aproveitada para a implantação dos trilhos no Ramal de São Francisco, trecho entre Mafra/Rio Negro e Porto União/União da Vitória, na direção do porto de São Francisco. Concluída a construção, já na segunda década do século XX uma parcela destes elementos não regressou à origem, optando por se estabelecer nas terras marginais da ferrovia e assim se inseriram na sociedade regional, trazendo suas tradições, usos e costumes.

1.5.2.1 Escravidão e negros no Planalto Catarinense

Os historiadores de Santa Catarina são unânimes ao afirmarem que a participação do negro da formação da sociedade catarinense não foi significativa, devido ao pequeno número de africanos introduzidos.

> O número global de cerca de 16 mil escravos permanece, praticamente, o mesmo, a cada ano, entre 1824 e 1872. No entanto, no espaço de meio século anterior ao 13 de Maio, a população de brancos e libertos salta de 30 mil para 142 mil, enquanto o percentual de escravos cai de 33%, no ano de 1824, para 10%, em 1872. [...]. Entre 1872 e 1882, as determinações do Governo da província, com a compra e liberdade de escravos, e a decisão de proprietários, livremente oferecendo cartas de alforria, resultam em 518 escravos libertos (SACHET, 1997, p. 55-64).

Estas considerações podem ser apreciadas da mesma forma a partir de Aujor Ávila da Luz que, mesmo reconhecendo que de vez em quando aqui entravam alguns escravos de origem bantú, via Rio de Janeiro ou São Paulo, afirma: "Santa Catarina sempre foi uma Província pobre e por isso de fraca população negra, pois seus senhores não dispunham de bastante dinheiro para comprar os escravos necessários" (LUZ, 2000, p. 227).

> Em Santa Catarina mesmo, o elemento africano nunca constituiu forte população; adensando-se mais no litoral, zona de lavouras, entretanto e em vista da colonização alemã e italiana, iniciada aí em 1828, conservou-se em baixa porcentagem. Em 1810, de uma população total de 31 mil habitantes havia apenas 7 mil escravos negros. Em 1872, a sua porcentagem era de 8,9%. Quando abolida a escravidão, em 1888, o número de escravos em Santa Catarina atingia apenas a 8 mil; nesta época a população total era de 200 mil habitantes. Um tão fraco contingente negro em Santa Catarina, especialmente no planalto, muito pouco influiu na gênese da sua população (LUZ, 1952, p. 41).

A historiografia catarinense apresenta poucos e imprecisos dados sobre a população negra no Estado. Os registros disponíveis informam que a presença desse grupo foi pequena e praticamente insignificante, mas esclarecem que suas atividades eram variadas.

> Durante décadas, vários foram os ofícios desenvolvidos pelos negros em Santa Catarina, entre eles: nas armações baleeeiras, na pequena e média agricultura, nas tarefas de navegação e cabotagem, nas fazendas, desenvolvendo trabalhos pastoris, nos serviços domésticos, nas funções de lavadeiras, quitandeiras, doceiras, pedreiros, carpinteiros, jornaleiros, entre outros, o que demonstra a mobilidade e variedade dos espaços sociais percorridos pelos negros em Santa Catarina, bem como a contribuição cultural, social e econômica do referido grupo, que vem a somar para a composição plural da cultura do nosso Estado (ROMÃO & CARVALHO, 2003, p. 40-41).

Também existe unanimidade entre os historiadores catarinenses e regionais do Contestado, nas afirmativas de que o negro pouco influenciou a formação da sociedade serrana catarinense, por seu pequeno número em relação à população, aqui reproduzindo os índices obtidos para essa então província. "É verdade que, das fundações do planalto, somente Lages teve pelourinho, cuja corrente de ferro entrou no inventário de Correia Pinto e ficou depois abandonada no sótão da casa de seu sucessor" (COSTA, Octacílio. *Apud* LEMOS, 1977, p. 67).

> O negro entrou na formação da população serrana em uma escala muito pequena. Isto porque a pecuária, por longo tempo única ocupação do homem do Planalto, não necessitava muitos escravos. O negro só aparecia onde era exigido um serviço braçal penoso: na lavoura e na mineração. O pastoreio, de execução fácil e agradável, era de bom grado feito pelos "peões" mamelucos. Não tendo, portanto, havido nenhuma mineração. Nem lavoura intensiva no planalto, aí o negro escasseou (LUZ, 1952, p.41).

Conforme Léonce Aubé, que descreveu a Província de Santa Catarina em 1856, em "*La Province de Saint Catharina"* naquele ano, nas freguesias reunidas de Lages, Baguais e Campos Novos, existiam 5.597 pessoas livres e 1.195 escravas (In: PIAZZA, 1975, p. 23-24), uma minoria significativa perto do total em Santa Catarina.

Não há dados numéricos confiáveis nem registros específicos. Mesmo assim, é possível presumir-se que alguns negros tenham habitado pousos, currais ou invernadas na Serra Catarinense no tempo do auge da Estrada das Tropas Viamão-Sorocaba.

> A Bandeira que acompanhou Correa Pinto na viagem de mudança para as "Lagens" – presume-se – era composta de umas oito ou nove famílias. A elas vieram juntar-se no primeiro lustro da fundação algumas outras, formando uma população inicial de mais de uma centena de habitantes. A estes deverão ser acrescentados os escravos de cada família. Quantos eram? Não há levantamento oficial, mas não será exagero dar para cada núcleo familiar a média de três escravos. E assim teriam vindo para Lages, de 1766 a 1770, uns cinqüenta escravos [...]. Em 1801, conforme estatística levantada pelo Padre Manoel Simões, vigário da Vila, vivam em Lages 78 escravos e 58 escravas [...]. Em relação ao restante da Província de Santa Catarina, e considerando sua extensão territorial, Lages não foi um município de grande população escrava. É explicável pelo fato de ser, naquela época, um centro de atividades quase exclusivamente pastoris e o negro não ter sido, nunca, um grande entusiasta das lides do campo. Era mais um homem para a lavoura e atividades correlatas, assim como a mulher se adaptava mais facilmente aos trabalhos caseiros. O que não quer dizer que com o correr do tempo um

> grande número deles não se afeiçoasse à via nas fazendas de gado, dando mesmo excelentes peões (COSTA, 1982, p. 178-182).

Em meio aos diversos movimentos abolicionistas da segunda metade do Século XIX, entre os senhores dos engenhos, observou-se a manumissão, processo de alforria "por codicilo testamentário, por munificência batismal e inúmeras outras formas e ocasiões" (PIAZZA, 1975, p. 123).

> E estes deviam a liberdade ao arrependimento *in extremis* ou a superstição dos antigos senhores. Era só no leito de morte que, atormentado pelo temor da justiça divina, mostrava-se o branco capaz de uma ação generosa. Somente então renunciava a um poder mantido pela força, consagrado pelo uso, reconhecendo como seu semelhante um ente, saído como ele, das mãos do Creador (TAUNAY, *apud* PIAZZA, 1975, p. 123).

Sobre as alforrias pela "manumissão", a partir de 1871 o Governo Provincial distribuiu dinheiro aos municípios, para ser aplicado na alforria de negros escravos. O "Fundo", com origem no Governo Imperial, que distribuía recursos às províncias para a libertação de cativos. "Entretanto, Lages se distinguiu em Santa Catarina pelo número de alforrias concedidas por particulares. Assim, somente em 1884, ocorreram 49 manumissões particulares. No ano anterior foram libertados 35 escravos" (COSTA, 1982, p. 183). E "[...] em Lages, um fazendeiro, de uma só vez, libertou, embora condicionalmente, 10 escravos" (CABRAL, 1970, p. 200).

> Ambicionado porque o escravo, embora tratado com desprezo, era o braço forte do campo ou da cozinha, e por isso, valorizado, cobiçado e muitas vezes amado. (...) Mais tarde seria ele o agregado, o peão, o camarada, o capataz da confiança do fazendeiro e, mais recentemente, o compadre, o eleitor; e, depois e algumas gerações, o genro, já branco seu igual.
> A escravidão no planalto foi relativamente pouca, porque, quando saiu o decreto proibindo o tráfico de escravos (1850), esta região estava sendo recentemente povoada; entretanto, todas as famílias possuíam pelo menos alguns escravos para o trabalho doméstico, aparecendo o maior número deles, em poder dos fazendeiros, empregados nas lides do campo (LEMOS, 1977, p. 67).

Quando da Revolução Farroupilha, conflito que se estendeu ao longo de dez anos, entre 1835 e 1845, no Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina, o escravo que servia ao exército revoltoso era considerado como liberto, igual ao exército Imperial, pois os livres não aceitavam combater ao lado de cativos. Durante o Brasil Colônia, os escravos serviam o Exército, mas seus senhores eram quem recebiam os soldos. Já na época do Império, os escravos que sentassem praça eram considerados libertos. Então, "os farroupilhas apenas imitaram ao Brasil, ao estenderem ao escravo-soldado os mesmos direitos que possuíam no exército Imperial". (FLORES, 1980, p. 20). Assim, quando da assinatura do acordo de Poncho Verde, marcando o

fim do conflito, o comandante das tropas imperiais, a pedido dos revolucionários, Luís Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, reconheceu o direito dos negros soldados farroupilhas à liberdade.

> Os negros constituíram, por todos os títulos, um elemento importante na revolução farroupilha. [...]. os escravos negros tiveram um lugar de primeiro plano. [...]. O sentimento abolicionista foi da índole do rio-grandense. Quase todos os maiores proprietários que faziam uso do trabalho do preto, libertavam seus próprios escravos. (FLORES, 1980, p. 13).

Também por ocasião da Guerra do Paraguai, com a criação dos corpos de "Voluntários de Pátria" em 2 de outubro de 1867, o negro do Contestado teve um forte motivo para escapulir do regime da escravidão. O negro ganhava a liberdade definitiva quando se alistava ao Exército Brasileiro, garantindo-a mesmo que não passasse na inspeção de saúde e por isso fosse dispensado. O Aviso de 9 de outubro de 1867, do gabinete do Ministério da Guerra, regulava o serviço de alistamento do Exército, deixava claro que: "o indivíduo, quer voluntário, recruta, substituto ou liberto, realizava a inspeção de saúde e, mesmo sendo o liberto julgado incapaz para o serviço, estaria em liberdade" (MELLO, 2003, p. 48).

> Quer como liberto na condição legal constituída por lei para o negro que fosse alistado à força de guerra, quer cedido espontaneamente pelos proprietários, quer como fugitivo da lide servil e voluntário para integrar o Exército, os elementos da cor negra manifestavam um duplo interesse: servir ao país e conquistar a liberdade através do testemunho, mesmo com os ricos de perder a vida. Era através desse testemunho, da atitude de grandeza e civismo, com o risco da própria vida do que permanecer em cativeiro, algemado, restrito em sua liberdade, vegetando nos mucambos. A liberdade lhes propunha esse desafio, essa porta, esse preço (MELLO, 2003, p. 73).

1.5.2.2 A Invernada de São João dos Pobres

Em meados da metade do Século XIX, o rico fazendeiro da família Carneiro, de nome Possidônio de Paula Carneiro, originário de Guarapuava, Estado do Paraná, numa iniciativa humanitária, resolveu doar a um grupo de escravos negros de quem era dono e que muito bem o serviam, enquanto lhes dava a liberdade, uma área de terras de campos, de "invernada"[59], localizada no Município de Porto União da Vitória, na região mais alta da "Serra do Espigão", situada em direção Sul entre a "Serra de São Miguel" e os "Campos de São João de Cima", tudo na época território administrado pelo Paraná. Deixando terras, prata, animais e escravos, ele

[59] O termo "invernada" designa terras incultas (pastos), utilizados para a engorda de gado, principalmente no inverno, ou para a reprodução do gado. Alguns fazendeiros possuem campos especialmente para receber gado para "invernar", eles são chamados de invernistas ou invernadores. Embora encontremos os invernistas majoritariamente nos estados do sul do Brasil, o termo é também utilizado em outras regiões com tradição de criação de gado.

faleceu na sua fazenda, em São João, a 28 de dezembro de 1878 e, conforme seu testamento, em inventário realizado em Palmas a 13 de outubro do ano seguinte, os escravos obtiveram a liberdade e parte das terras da fazenda.

Diversos grupos familiares de ex-escravos, agora libertos, fixaram-se na área que receberam em doação – uma "invernada" – formando um ajuntamento de casebres, que logo ficou conhecido como "Povoado de São João dos Pobres", projetando-se também porque nas proximidades, passava a "Estrada Estratégica", construída em 1885 pelo Império, para ligar o Porto União da Vitória com Palmas, daí demandando à fronteira com a Argentina.

Em 1906, quando os agrimensores da Companhia Estrada de ferro São Paulo Rio-Grande, depois de mudar o projetado traçado original da linha permanente, que atravessaria o Território Contestado (antes prevista para se estender pelos Campos de Palmas-de-Baixo, Campos de São João do Irani e Estreitinho do Rio Uruguai), ao locar o sub-trecho na área de transposição da Serra do Espigão, em direção Sul às nascentes do Rio do Peixe, localizadas próximas aos Campos de São Roque (hoje cidade de Calmon), contataram esta comunidade no topo da serra, bem onde planejaram construir uma parada-de-trem, ou seja, uma estação ferroviária, esta que, inaugurada em 1909, foi denominada de "Estação São João" (berço do centro da hoje cidade de Matos Costa).

Este "ajuntamento", então tido como de pobres, negros, ex-escravos, já estava bastante diluído, em função da miscigenação de seus membros com uma comunidade indígena vizinha, situada nas margens do Rio do Pardos, distante poucos quilômetros. Parte dos índios botocudos, do grupo Xokleng, conhecidos por "bugres", aldeados no "Toldo do Quati", misturaram-se com os negros e vieram a ser o primeiro grupo identificado de cafuzos formado em Santa Catarina.

Desta forma, quando da inauguração da Estrada de Ferro, no final do ano de 1910, em São João dos Pobres e no Toldo do Quati residiam negros, índios e cafuzos, em perfeita convivência entre si e, inclusive com famílias caboclas (estas descendentes de mamelucos), que já se espalhavam pelo Contestado. Neste tempo, a região também recebeu outros novos moradores – inclusive negros e mestiços – contingentes de ex-trabalhadores da construção da ferrovia, que, vindo de longe, naquele tempo internaram-se pelo sertão, optando por não regressar a seus lugares de origem, a maioria do Sudeste do país.

A maioria dos negros, originários das alforrias do fazendeiro Carneiro, já não existia mais, quando seus descendentes – os cafuzos – acompanhando os nativos Xokleng, foram levados para

mais ao Leste do Estado, descendo a Serra Geral, onde passaram a compor os agrupamentos indígenas do aldeamento reserva indígena do Plate e Alto Vale do Itajaí do Norte, em Ibirama, onde o SPI estabeleceu o Posto Indígena Duque de Caxias (depois Posto Indígena Ibirama), para aldear os Xokleng da Serra Geral e da Serra do Mar. Esta, a verdadeira origem dos conhecidos "cafuzos de Ibirama". Quando da deflagração da Guerra do Contestado, o povoado de São João dos Pobres foi atacado por um piquete de caboclos (a 6 de setembro de 1914), incendiando-se todas as casas do lugar, com o que os sobreviventes da antiga população, temerosos, bateram em retirada.

1.5.2.3 A Invernada dos Negros em Campos Novos

Com a abertura das veredas das Missões, o tráfego vertical dos tropeiros de muares e bovinos deslocou-se do eixo da Estrada Real, num primeiro momento para o eixo Cruz Alta-Passo Fundo-Campos Novos-Curitibanos-Rio Negro-Lapa e, depois, para o traçado Passo Fundo-Clevelândia-Guarapuava-Palmeira ou Passo Fundo-Palmas-União da Vitória-Palmeira. No setor Meridional da Região do Contestado, se Curitibanos foi um dos pioneiros pousos de tropeiros na Estrada da Mata, Campos Novos foi um dos primeiros na Vereda das Missões, como está registrado:

> Em 1840, portanto, os "Campos Novos" já eram conhecidos e havia um povoado localizado. Posteriormente tornou-se mais conhecido através da "estrada da mata", que vinha da "Vila do Príncipe" (Lapa/Paraná) até Curitibanos. O curso de mais curta ligação com o Rio Grande passava pelos "Campos Novos". Iniciou-se, então, o comércio de tropas por esse caminho, afluindo não só riograndenses como paulistas e paranaenses, que aqui se radicaram com suas respectivas famílias (BLASI, 1994, p. 23).

Filho de família de fazendeiros em Lages, descendentes de tropeiros que se estabeleceram no Planalto Catarinense no Século XVIII, o cidadão Major Matheus José de Souza e Oliveira veio a se fixar nos Campos Novos como fazendeiro, ali recebendo em sesmaria a propriedade da Fazenda São João ainda antes da vigência da Lei das Terras, imóvel que foi significativamente ampliado em 1875 por compra de área adjacente. Adoentado, em 1877 este fazendeiro lavrou testamento, doando uma parte das suas terras – uma invernada – a escravos e ex-escravos das suas relações.

> [...] Declaro que dei liberdade há tempo dos Escravos de nomes Margarida, Damazia e Joaquim e que por isso não fazem mais parte de meus bens. Deixo por meu fallecimento não so aos escravos a quem já dei liberdade como aos que ainda se acham captivos por

> meu falecimento e que ficarão livres pelo ultimo daquele de nós que fallecer a minha terça a qual lhes será dada em Campos e terras lavradias dentro da Envernada e na linha que divide com meu irmão [...]. Declaro que os Escravos que se acharem por meu fallecimento não serão mais sujeitos a Inventario vintena que ficarão servindo a minha mulher, e a acompanhando-a ate que ella queira e que não farão por isso parte dos bens que ficarem e nem pagarão por si taxa alguma do legado que lhes deixo, em terrenos vinte como estes não são sujeitos a ônus algum (Testamento de Matheus José de Souza e Oliveira. *In*: Processo INCRA SR-10/SC nº 54210.000354/2004-40).

No final de 1877, em seguida ao falecimento de Matheus José de Souza e Oliveira, foi aberto o testamento e procedeu-se o inventário, concluído por sentença judicial a 18 de dezembro do mesmo ano, com o respectivo "auto de alimpação", resultando na partilha da antiga "Fazenda São João" entre a viúva, como meeira e cessionária do seu sogro, Joaquim Antunes de Oliveira, e os ex-escravos. Neste momento, a viúva declarou os nomes dos demais escravos a serem beneficiados com a doação da "Invernada", nominando-os: Domingos, Salvador, Manoel, Francisco, Jeremias, Pedro, Inocencia e Josepha, estes que, a partir de então, somavam-se aos três citados no testamento e anteriormente libertados - Margarida, Damazia e Joaquim – assim totalizando 11 (onze) negros ex-escravos, todos aptos a receberem a parte que lhes cabiam.

O próprio fazendeiro, neste documento público, afirmava estar doando uma área de campos e matos (uma "invernada") a escravos aos quais já havia dado alforria, e mais, a outros negros, ainda escravos, que serviam a ele e à sua esposa, estes que vieram a obter a liberdade logo após seu falecimento e, assim, também obtiveram direito à mesma doação[60].

Com referência aos primeiros anos do Século XX, encontramos uma anotação bem específica de sacerdotes da Igreja Católica, tratando da "Invernada dos Negros" em Campos Novos. Consta no "Relatório" apresentado por Frei Rogério Neuhaus ao Exmo. Sr. D. Duarte Leopoldo e Silva, sobre o movimento religioso durante o ano de 1905 na Paróquia de Campos Novos, então atendida por Lages,

> 24º Relatório a Dom Duarte. De Frei Rogério.
> PARÓQUIA DE CAMPOS NOVOS
> Capela S. Coração de Jesus – 29 de abril a 6 de maio de 1905.

[60] Registre-se que todos os negros escravos e escravos eram analfabetos. A 15 de fevereiro de 1928, no Tabelião de Notas da Comarca de Campos Novos, perante o sr. José Maria Pereira, antigo morador no lugar chamado Invernada dos Negros, foi lavrada a escritura pública de contratação de honorários de advogado, entre os herdeiros e sucessores dos primitivos escravos, com o cidadão Paulo Blasi, residente em Campos Novos, com a finalidade de defender o direito deles sobre o imóvel visando promover a demarcação e a divisão das terras entre eles. Consta no bojo do Processo nº SR-10/SC nº 54210.000354/2004-40 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que: "O cidadão José Maria Pereira assinou a escritura dos primeiros contratantes, por serem todos eles analfabetos, na presença de testemunhas – srs. Joaquim Fraga de Jesus e Joaquim Antunes de Lima – e perante o Tabelião, Rodolpho Mattos".

> Aos 29 de abril dirigi-me à capela do S. Coração de Jesus no Faxinal dos Padilhas, para pregar a s. missão e administrar o sacramento da crisma. É muito custoso ensinar àquele povo, por causa da ignorância quase total das verdades da nossa s. religião, mas a maior parte do povo tem boa vontade. (...)
> Invernada dos Negros – 6 a 9 de maio
> Aos 6 de maio viajamos para um lugar chamado "Invernada dos Negros", a 4 léguas de distância da referida capela do S. Coração de Jesus. O movimento religioso, ali, foi o seguinte: 50 confissões, 39 comunhões, 44 confirmações, 12 batizados, um casamento de pessoas casadas, há muitos anos, só no civil.
> Serrinha – 9 a 13 de maio
> No dia 9 de maio saímos da Invernada dos negros para visitar a capela de N. Senhora da Conceição, na Serrinha (...) (*In*: SINZIG, 1939, p. 194-197).

Ainda na primeira década do Século XX, foi proposta uma ação judicial de divisão da Fazenda São João, para dela ser destacada a área correspondente à "Invernada". Um acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, de 15 de setembro de 1911, confirmou em parte a sentença proferida por acórdão anterior, estabelecendo uma linha reta como divisa da referida fazenda e as terras legadas aos ex-escravos para separá-las. Já em 1928, os herdeiros dos escravos[61] decidiram realizar partilha do imóvel.

> Em toda a trajetória da Invernada, não há qualquer relato ou evidência de que os herdeiros e seus descendentes tenham tentado ficar, em qualquer época, isolados do resto do mundo. Ao contrário, eles estavam em constante relação com seus vizinhos, tanto no campo (fazendeiros) quanto na cidade (comerciantes, empregadores, políticos, médicos, etc.). Além disso, sempre integraram-se ao mercado local de uma forma muito específica, como fornecedores de mão-de-obra. A condição de libertos e de proprietários de terras não os impediu que continuassem a realizar diversas tarefas para os fazendeiros locais. Limpavam as áreas de plantio, tocavam o gado, trabalhavam como peões nas fazendas (MOMBELLI, 2001, p. 10).

Em 1939, realizada a divisão judicial, configurou-se o imóvel não mais como condomínio de herdeiros. A propriedade foi constituída em 33 quinhões, sendo um de 39.936.000,00 m², o correspondente à metade da área, que ficou para o advogado em pagamento de honorários, e o restante veio a constituir 32 quinhões de 1.248.000,00 metros quadrados cada, também totalizando 39.936.000,00 m², estes titulados separadamente para os grupos familiares de descendentes e sucessores dos quatro ex-escravos.

1.6 OS NOVOS IMIGRANTES EUROPEUS NO CONTESTADO

[61] Dos onze ex-escravos, apenas quatro deles deixaram descendentes: Manoel deixou dez filhos, Margarida cinco, Damasia 14 e Francisco três. Todos os onze titulares já eram falecidos no final da década de 1930, quando os sucessores dividiram a propriedade.

No estudo da formação do homem do Contestado primitivo, além do índio, do negro e do branco (este até aqui visto apenas como o originário a partir do português), adicionamos um novo personagem – também branco e igualmente de origem européia – que se instalou na região com o rótulo de "imigrante". Esta significativa parcela de novos imigrantes, rotulados de "colonizadores", a partir de 1829, com o passar dos anos passou lentamente pelo processo de integração à população regional. O ingresso deste contingente, promovido inicialmente por iniciativa paulista e, depois de 1853, paranaense, dentro dos planos do Império, não objetivava expulsar o caboclo, mas sim, com ele dividir os espaços livres do território. Afinal, havia espaço para todos no ainda pouco conhecido Sul do Brasil.

Em 1916, quando o Governo do Estado de Santa Catarina assinou o "Acordo de Limites" com o Governo do Estado do Paraná, sob os auspícios da Presidência da República, pelo qual anexou ao terreno barriga-verde cerca de 2/3 do antigo Território Contestado (uma parcela correspondia à Região do Contestado) disputado com os paranaenses, assumiu, além das terras, tudo o que sobre elas havia sido construído, de pontes a estradas, sem indenizações à outra parte pelos investimentos públicos por ela realizados desde 1853. Os habitantes deixaram de ser "paranaenses" e passaram a ser considerados "catarinenses". Entretanto, ao contrário dos paranaenses, diversos historiadores catarinenses incorporaram à História de Santa Catarina apenas alguns dos acontecimentos havidos no território anexado[62], enquanto sob administração da Província de São Paulo e, depois, de 1853 a 1917 sob administração da Província do Paraná, deixando outros acontecimentos de lado.

O que a História de Santa Catarina ainda não incorporou, de todo, foram os acontecimentos do Setor Setentrional da Região do Contestado, envolvendo o período de tempo em que a área pertencia a São Paulo e, depois, ao Paraná, ou seja, a parte que obteve do Paraná e que era dos municípios paranaenses de Porto União da Vitória, Timbó, Três Barras, Rio Negro e Itaiópolis, onde os eventos da Guerra do Contestado misturaram-se com a Questão de Limites. O Planalto Norte, na área que margeia os vales dos rios Negro e Iguaçu, de Mafra até o Rio Jangada

[62] A História de Lages, cujo município foi cedido por São Paulo a Santa Catarina em 1820, desde então foi inteiramente assimilada pela História de Santa Catarina, que destaca a ação dos paulistas na abertura da Estrada das Tropas e na própria fundação de Lages, promovida por Antonio Correa Pinto na condição de curitibano. Em 1820, os lageanos deixaram de ser considerados "paulistas" e passaram a ser "catarinenses". A historiografia catarinense incorporou, também, os acontecimentos do Oeste e do Extremo Oeste, que se referiam aos antigos Campos de Palmas, como, num dos casos, os da Colônia Militar do Chapecó, em Xanxerê, criada pelo Império e instalada por paranaenses.

(Caçador), passando por Três Barras, Canoinhas, Irineópolis, Porto União e Matos Costa, em parte acompanhando o traçado atual da Rodovia BR 280, desde 1917 tem em haver muitos créditos na conta-corrente da História de Santa Catarina[63].

As primeiras notícias de italianos na Região do Contestado, por exemplo, estão vinculadas à História do Paraná, sabendo-se da chegada, em 1882, de três imigrantes, para a montagem do vapor "Cruzeiro", lançado para a navegação no Rio Iguaçu. Anos depois, em 1897, o engenheiro João Teixeira Soares, ele que seria um dos empreendedores pioneiros da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, proprietário da Fazenda Vila Zulmira, em União da Vitória, trouxe para este município vários imigrantes, entre eles as primeiras nove famílias italianas, oriundas da Ravena. A partir daí, incentivou-se a imigração de italianos e chegaram dezenas de famílias para desenvolverem atividades econômicas produtivas, distribuídas entre a cidade e o meio rural, também em áreas do hoje município catarinense de Porto União, espalhando-se pelo Planalto Norte.

Na mesma direção, por exemplo, o registro histórico do pioneirismo da colonização alemã de Rio Negro/Mafra, em 1829, ficou órfão na História Barriga-Verde. Existem disponíveis informações comprobatórias de que, na verdade, a propalada colonização alemã no Paraná começou na margem esquerda do Rio Negro, num setor que estava integrado ao mesmo povoado, entregue em 1917 para Santa Catarina, que ali criou o Município de Mafra.

> [...] 1916: O malfadado "Acordo de Limites", que pôs termo à pendenga entre Paraná e Santa Catarina sobre grande área entre ambos disputada, foi assinado dia 16. Os homens públicos e advogados paranaenses perderam a partida no confronto com os homens barriga-verdes. A cidade de Rio Negro, abrangendo até então ambas as margens do rio, foi mutilada. O município perdeu mais de dois terços de seu território. [...]. Se até aí a cidade era ponto de convergência do comércio oriundo da grande zona ao sul do rio, agora, só pela metade, passou a se ver isolada, posta ao fundo do seu próprio Município. E, no centro da cidade (que foi convertida em duas com a criação de Mafra) surgiram as famosas "barreiras de fiscalização do trânsito interestadual. Não é preciso descrever o mal-estar que semelhante situação criou aos habitantes de Rio Negro. Foi muito desprezo a uma população merecedora, por todos os títulos, de um destino melhor (ALMEIDA,1975, p. 113).

Enquanto paranaense, o Município de Rio Negro tinha limites até a Serra do Espigão e que a cidade de Rio Negro compreendia as duas margens do rio:

[63] Justamente desta mesma zona é que, ainda hoje – início do Século XXI – partem as maiores reclamações aos governos catarinenses sobre a integração regional ao Estado. Em 1916, a maioria da sua população (com exceção de uma parte do povo de Canoinhas) não queria a anexação a Santa Catarina e, agora, na primeira década do Século XXI, observamos manifestações de seus povos-novos pró-reanexação ao Paraná.

> 02 de janeiro de 1901 – Antonio José Corrêa, Prefeito Municipal, responde questionário [...]. O Município limita-se com o da Lapa pelo Rio da Várzea e Ribeirão Vermelho; com o de São José dos Pinhais pelo Ribeirão do Palmito; com o de São Bento pelo Rio Negro e Rio Preto; com o de Curitibanos pela Serra do Espigão até a cabeceira do Rio Canoinhas; d'êste em linha reta até o Rio Timbó no Iguassu e por este até a foz do Rio Negro [...] A fixação do "Quadro Urbano da Cidade de Rio Negro" é de 15 de Abril de 1909. Ficou assim estabelecido: - "Na margem esquerda começa na barra de um arroio que deságua no Lança aquém do engenho do Brasilio Celestino de Oliveira, sobe pelo arroio que é formado por um banhado, por este até a cabeceira; desta em linha reta até enfrentar a morada do André Wormebeker; desta até o arroio do Paço; por este abaixo até a barra no Rio Negro; atravessando este [...] (ALMEIDA, 1975, p.80- 89).

É de 31 de agosto de 1901 a manifestação da Câmara Municipal de Rio Negro, quando soube que o Governo do Estado de Santa Catarina ia entrar com ação no Supremo Tribunal Federal, visando a obter suas terras da margem esquerda do rio:

> Santa Catarina, não satisfeita com a espoliação que fez ao Paraná do território de São Bento e Campo Alegre, que há muitos poucos annos fazia parte d'este Município, quer agora transpor o Rio Preto, que é a nossa divisa actual, para estender sua desarrazoada pretenção à metade d'esta cidade situada à margem esquerda do Rio Negro e que pertenceu sempre ao Paraná, juntamente com a zona que se estende, n'este Município, da Colônia Lucena aos povoados de Canoinhas e Timbó, limitado pela Serra do Espigão, em demanda das Nascentes do Rio do Peixe... (*Apud* ALMEIDA, 1976, p. 82).

Os "dois lados" consideravam-se um só, tanto que até o principal marco histórico da passagem do monge João Maria de Agostinho no povoado, quando ainda pertencente à Província de São Paulo, mas na Comarca de Curitiba, foi erigido na margem esquerda do rio. Existem muitas "provas" de que o pioneirismo da colonização alemã em Santa Catarina começou, de fato, em Mafra[64]. Vejamos o "Relatório" enviado à Presidência da Província do Paraná, Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho, pelo Presidente da Câmara Municipal da Vila de Rio Negro, João Vieira Ribas, em 3 de outubro de 1887, respondendo a um questionário recebido:

> Esta Villa está situada em ambas as margens do Rio Negro, que dá o nome a esta Villa, cujo rio é o mais notável pelo volume de água que apresenta correndo em direitura ao poente; faz-se o transito de uma a outra margem em canoas e uma balsa, existe um passador pago tudo a expensas da Provincia [...]. Em 1828 já existiam alguns moradores neste Município, todos brasileiros. Por portaria do Bispo D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, a favor do Sargento Mor João da Silva Machado, mais tarde Barão de Antonina, datada de 22 de junho de 1828, foi erecta e construida uma Capella com a denominação de "Capella da Matta do Caminho do Sul"; foi em 1859 transferida para a margem direita, onde acha-se presentemente. Em 1829, a 6 de Fevereiro chegaram a este ponto doze familias allemães, todos naturaes de Thrier, cidade do sul da

[64] Alvir Riesemberg, competente historiador do Vale do Iguaçu, que publicou o livro *Nhá Marica, Minha Avó* (1969), também deixou claro que "o plano de colonização oficial concedia a cada colono, casado ou solteiro, 400 braças quadradas de terra; mas, dado o imprevisto da sua localização em Rio Negro, foram aquelas famílias, de início, distribuídas nos arruamentos da povoação ou nos prolongamentos dêstes, de um e outro lado do rio, onde uns formaram pequenas chácaras, outros instalaram oficinas e alguns, mais tarde, abriram casas comerciais, constituindo, desde logo, uma bela povoação que, no mesmo ano, congregou 160 fogos" (RIESEMBERG, 1969, p. 47).

> Allemanha, cujas familias compunham-se de sessenta pessoas, sendo vinte e três maiores e trinta e sete menores, sendo portanto cento trinta e nove pessoas ao todo que forão aqui lançadas no meio das feras e sem recursos (*Apud* ALMEIDA, 1975, p. 58).

1.6.1 Alemães na História do Contestado

O "Caminho do Sul" ou "Estrada das Tropas", ligando os campos de Viamão, no Rio Grande do Sul, às feiras de Sorocaba (SP), passando por Rio Negro, estava com tráfego fazia já mais de cinqüenta anos, quando surgiu a idéia de transformar-se a "trilha" em estrada "de verdade". A idéia da abertura de uma estrada no trecho do antigo caminho, no trecho entre Campo do Tenente e Campo Alto (no alto da Serra do Espigão), remete-nos ao início do Século XIX:

> Em 18 de abril de 1807 são registradas em Curitiba "as condições e formalidades com que se deve fazer o caminho do Sertão". Dentre elas destaca-se a seguinte; "Será muito útil fazerem-se povoações no Sertão que não poderão ser menos de dezoito fogos para poderem fazer frente aos Bugres, sendo a primeira no Curralinho, entrada do mato do sertão, a Segunda na Estiva, a terceira na Ilha, a Quarta nos Curitibanos" (Op. cit. *Apud* ALMEIDA, 1975, p. 25).

No ano de 1825, o cidadão João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina, apresentou ao Presidente da Província de São Paulo o projeto para a construção de um novo trecho na antiga Estrada das Tropas, que chamou de "Estrada da Mata", plano que foi aprovado pelo Conselho de Governo e a construção foi iniciada em 26 de março de 1826, com o início do "Abarracamento de São Lourenço", lugar até então chamado "Curralinho". "[...] Curralinho é o que se chama atualmente "São Lourenço", arrebalde da cidade de Mafra" (ALMEIDA, 1975, p. 25), sendo que, depois, em 1849, no mesmo local, instalar-se-iam famílias bucovinas.

Tratando da construção da estrada Campo do Tenente-Campo Alto, não se negam as origens rio-negrenses do município catarinense de Mafra, pois que os trabalhadores "estabeleceram-se nas margens do rio São Lourenço, nas proximidades da atual cidade de Mafra, onde construíram o 'Abarracamento de São Lourenço' em 1826" (DEQUECH, 1967, p. 6). Este "abarracamento" dispunha-se em 3.658.580,00 m², denominava-se "Capoeiras Reiunas" e continha vinte e cinco lotes rurais.

> Eis a semente que germinou fértil à sombra de nossos hervais e pinheiros, que gerou cidades, vilas e povoados ao longo da Estrada da Mata. Famílias de trabalhadores da estrada, se soldados, de tropeiros, escravos e de índios mais dóceis (estes foram raros) estabeleceram-se definitivamente neste vale do Rio Negro, construindo suas primitivas

> moradas, já fora do Abarracamento Militar, nos anos de 1827 a 1828. Foram os precursores da colonização. [...].
> Em 1828, em um alto, à margem esquerda do rio Negro, na região compreendida entre a atual "Cruz da Praça", Prefeitura Municipal (antigo cemitério) e o atual grupo Escolar, foi construída uma pequena capela de madeira e neste perímetro, digamos dentro deste triângulo morava o fundador de Rio Negro, na época sargento Mor João da Silva Machado, posteriormente Barão de Antonina.
> A região era denominada "Capela da Matta no Caminho do Sul". Ao encontro desta forma embrionária de Freguesia, chegaram os primeiros colonos alemães do Trier, patrocinados pelo Governo Federal, antes solicitados pelo sargento Mor a 19 de novembro de 1828 junto ao Conselho do Governo da Província de São Paulo. As primeiras famílias aqui chegadas, a 6-2-1829, em número de 20, somavam 60 pessoas, dentre as quais, 23 maiores. A 5-5-1829 vieram mais 17 famílias num total de 79 pessôas, sendo 39 maiores (DEQUECH, 1967, p. 6).

Em Mafra, encontramos registros de muitas famílias germânicas pioneiras, chegadas desde então, diretamente da Europa, como também outras, vindas depois, originárias de outras colônias alemãs, tanto do Paraná como de várias partes do Brasil. Entre 1877 e 1888, chegaram a Rio Negro/Mafra famílias bucovinas, originárias da Baviera e do Böhmerwald. Parte destes imigrantes estabeleceram-se na margem direita do Rio Negro (no Paraná) e parte em terras da margem esquerda, também em São Lourenço, antigo "Curralinho" (hoje Mafra, em Santa Catarina), no mesmo local onde, em 1829, haviam-se instalado os pioneiros.

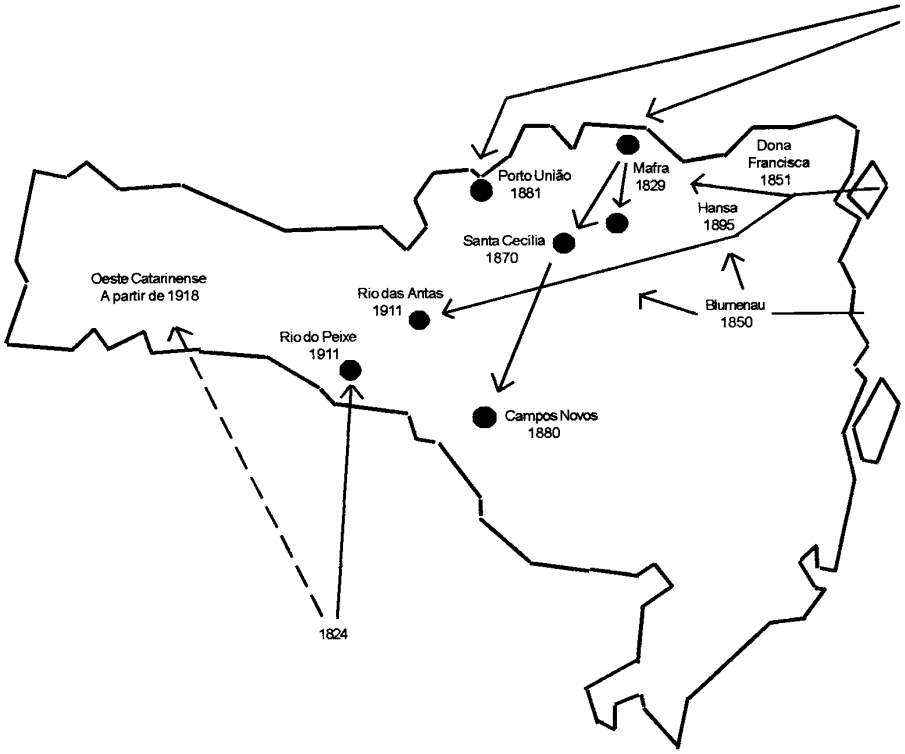
Em 1881, chegaram a Porto União da Vitória as primeiras vinte e quatro famílias de imigrantes alemães, trazidas diretamente pelo Governo do Paraná. Adiante no tempo, nos vales do Iguaçu e do Timbó, na parte da Região do Contestado que foi anexada a Santa Catarina, entre 1881 e 1885, instalaram-se dezenas de famílias alemãs.

> Os contingentes coloniais admitidos no século passado no planalto próximo, ao norte, foram conduzidos pelo Paraná, então com jurisdição efetiva sôbre a região, e resultaram, parte de importação direta dos elementos humanos, principalmente os de etnia eslava, e parte, talvez a maior, procedente de outros agrupamentos e comunidades anteriormente formados, processando-se típico movimento de migração interna. Colônias situadas as margens do Rio Negro expandiram-se, na esquerda, em direção a Lajes e das cabeceiras do Itajaí, conservando-se, todavia, em completo isolamento em relação à comunidade catarinense, até mesmo tempos depois da passagem do território para a jurisdição do Estado. Quando isto aconteceu, em 1917, as colônias já apresentavam um sensível grau de acaboclamento, embora o polonês e outros eslavos, conservassem e difundissem mesmo, pela periferia dos seus núcleos, hábitos e costumes próprios. Já na margem esquerda do Iguaçu, os colonos para lá conduzidos, em 1883, eram oriundos de núcleos e comunidades estabelecidas no litoral catarinense, de etnia, alemã, colonos que foram aliciados por pioneiros da colonização alienígena do planalto próximo. A fonte originária da maioria, senão da totalidade dos elementos, foi a Colônia D. Francisca e pontos derivados da sua expansão, como São Bento e outros (CABRAL, 1971, p. 45).

MAPA 4:

AS PIONEIRAS FRENTES DA MIGRAÇÃO ALEMÃ AO CONTESTADO

A Imigração Alemã na Região do Contestado - em Santa Catarina antes da Guerra do Contestado e do Acordo de Limites



Desenho de Nilson Thomé, sem determinação de escala, para simples visualização.

1.6.2 Eslavos: do Paraná para o Contestado

Integrante da Região Sul do Brasil, a exemplo do que houve no Rio Grande do Sul e na Serra-Abaixo de Santa Catarina, o Paraná também sofreu os problemas criados pelo Império e, depois, pela Primeira República, na má condução da política nacional de imigração e colonização. Em relação ao Território Contestado, ao contrário das autoridades palacianas da Ilha de Santa Catarina, que reclamavam direitos sobre a área, mas nada faziam para ocupá-la efetivamente e integrá-la à comunidade catarinense, o Governo do Paraná entendia que, estando as terras sob sua administração, deveriam ser a ele integradas de forma concreta, não só e necessariamente no sentido de "ocupação" por paranaenses (fazendeiros), mas também, de "colonização" por significativa parcela de milhares de famílias européias que emigravam para o Brasil, em busca de novas terras. Foi neste contexto que, seguindo os planos nacionais, o Paraná, desde enquanto Província e, em seguida, como Estado, sempre se manteve aberto aos imigrantes, oferecendo-lhes terrenos no Planalto. Assim, durante o Século XIX, as questionadas fronteiras pelos rios Negro e Iguaçu não foram impedimento para que o Paraná se interessasse em levar os imigrantes sertão a dentro.

> Em todas as zonas povoadas do estado, os elementos étnicos da segunda fase do nosso povoamento estão representados por imigrantes ou por seus descendentes de origem alemã, austríaca, italiana, polonêsa, ukraina, holandêsa, síria-libanêsa, em grande número, e por várias outras etnias em menor vulto. Conjuntamente com os descendentes dos povoadores fundamentais, essa população por toda a parte aí está construindo a Babel de todas as raças, irmanadas na mesma obra civilizadora, integrada no espírito novo, de cooperação e de fraternidade, com que marchamos para o futuro (Martins, [s.d.], p. 283).

Depois da introdução dos alemães, em 1829, uma das mais importantes correntes imigratórias dirigidas para o Sul Paranaense, mais especificamente para a Bacia do Iguaçu, foi a formada, conjuntamente, por dois povos da Europa Oriental que vieram, inicialmente, sob diferentes rótulos: os poloneses, que eram "carimbados" como imigrantes austríacos, russos ou alemães e, os ucranianos, que aqui entravam como se fossem poloneses ou russos. Este fenômeno, da não-identificação da etnicidade dos poloneses e dos ucranianos, ocorreu por que, quando do processo imigratório, a Polônia e a Ucrânia não existiam como nações independentes.

Atestando a importância da imigração ucraniano-polonesa em terras paranaenses, verificada em mais de quarenta núcleos coloniais, entre 1880 e 1900, no primeiro volume da

História do Paraná (1969), Altiva Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Westphalen escreveram a seis mãos que, nos últimos vinte anos do Século XIX, mais de 60% dos imigrantes eram eslavos.

> Quanto à composição dos grupos de imigrantes dessas novas colônias, embora mantenha-se aquêle caráter de variedade étnica que é constante nos contingentes imigrados para o Paraná, houve acentuada predominância de elementos eslavos, principalmente poloneses e ucranianos, que constituem, aliás, pelo seu número, o grupo étnico mais significativo das correntes imigratórias dirigidas para este Estado.
> No decorrer de quase um século de colonização, desde a fundação da colônia alemã do Rio Negro, em 1829, até o estabelecimento da colônia holandesa de Carambeí, em 1911, mais de cem núcleos coloniais foram fundados no Paraná, e cerca de cem mil colonos foram localizados em seu território. [...]. Os principais grupos étnicos que predominaram nos contingentes imigrados para o Paraná, no período analisado [1880-1910], constam do quadro seguinte: Poloneses, 49,2%; Ucranianos, 14,1%; Alemães, 13,3%; Italianos, 8,9%; Russos, 4,2%; Franceses, 2,5%; Austríacos, 1,5%; Holandeses, 1,2%; Outros, 5,1% (In: *História do Paraná*, v. I, 1969, p. 183-184).

Estando os ucranianos sob o domínio polonês, e a Polônia sob o domínio austríaco, os passaportes dos imigrantes omitiam a origem étnica deles mesmos. Os ucranianos também eram chamados de rutenos. Pertenciam ao grupo etnográfico de eslavos orientais, como os russos. "Denominados de rutenos pelo governo austríaco, os ucranianos mantêm seu tipo eslavo primitivo, apesar de conviveram com russos, polacos e judeus em seu território" (PORTAL, *Apud* HORBATIUK, 1983, p. 114).

O eslavo é um grupo étnico e lingüístico da família indo-européia, dividido em três sub-grupos: eslavos ocidentais (poloneses, tchecos e eslovacos), eslavos meridionais (búlgaros, servo-croatas e eslovenos) e eslavos orientais (russos e ucranianos). Ao imigrarem para o Paraná, devido às afinidades existentes, os ucranianos localizaram-se nas mesmas colônias dos poloneses, entretanto, mantiveram as distinções mais nítidas quanto à língua, culto religioso e convivência em sociedade.

As línguas eslavas são divididas em grupo eslavo oriental e grupo do sul. O eslavo do sul inclui o servo-croata, o esloveno e o búlgaro. No grupo eslavo oriental estão o russo, o ucraniano e o bielo-russo, muito semelhantes entre si. O tcheco e o eslovaco, que são dialetos de uma língua, pertencem, com o polonês, ao grupo eslavo ocidental. A língua dos ucranianos é uma língua intermediária entre as línguas eslavas.

Quanto a religião, a Polônia recebeu a católica, de Roma, e a Ucrânia adotou o catolicismo oriental de Constantinopla, o ortodoxo, devido à influência da cultura bizantina.

Assim, a Igreja Ucraniana apresenta o rito católico-ucraniano, diferente do rio católico-latino dos poloneses.

> Constituída por elementos da Galicia Ocidental e da Galicia Oriental (Ucrânia), os colonos de Rio Claro dividiam-se do ponto de vista religioso. Assim, construíram-se duas igrejas: uma, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário para os adeptos do rito romano e outra para os ucraínos, filiados ao rito grego" (RIESEMBERG, 1973, p. 103).

Os colonos eslavos instalados localizados no Vale do Iguaçu em terras adquiridas pelo Estado junto a antigos fazendeiros, na primeira década do Século XX, na grande maioria, eram agricultores. Eles procediam, na sua maior parte, da Galícia (Ocidental e Oriental) e eram classificados, pelo Serviço de Povoamento, em polacos-austríacos e polacos-russos. "Os que se localizaram em São Mateus e os de Palmira, Canta Galo e Água Branca provieram do reino da Polônia ou Ducado de Warsóvia". (NIKODEM, Pael. *Apud* RISEMBERG, 1973, p. 117).

Conforme dados oficiais da colonização no Sul Paranaense, em 1909 e em 1910 foram instalados dois importantes núcleos coloniais na margem direita do Rio Iguaçu, ligados a Porto União da Vitória: Vera Guarani e Cruz Machado. Sobre a Colônia Vera Guarani, temos que, já em 1911, "a população do núcleo somava, naquele ano, 4.208 indivíduos, assim distribuídos por nacionalidade: alemães, 3 famílias com 14 pessoas; brasileiros, 179 famílias com 974 pessoas; polacos-austríacos, 605 famílias com 2.891 pessoas; polacos-russos, 60 famílias com 329 pessoas" (RIESEMBERG, 1973, p. 106). Sobre a Colônia Cruz Machado, temos a confirmação da presença dos poloneses e dos ucranianos em 1911. Nela "foram localizados, até dezembro de 1911, 4.474 indivíduos, assim distribuídos por nacionalidades: brasileiros, 15 famílias, com 107 pessoas; polacos-austríacos, 172 famílias, com 819 pessoas; polacos-russos, 770 famílias, com 3.548 pessoas" (RIESEMBERG, 1973, p. 108).

Mencionam-se nomes de locais do Vale do Iguaçu e sobrenomes eslavos nas referências a diversas pessoas que participariam da Guerra do Contestado, tanto como aliados dos rebeldes, como integrantes dos piquetes civis formados para combatê-los. Estes eslavos – poloneses e ucranianos – eram originários, também, da margem direita do Rio Iguaçu, onde suas colônias situavam-se intercaladas às fazendas dos "coronéis". Por exemplo:

> A Colônia Eufrosina foi criada com sede na Vila Barra Feia, atualmente Fluviópolis, nas margens do Rio Iguaçu. Nesta colônia foram medidos 75 lotes urbanos, de 12.000 m² e 295 lotes rurais, com 25 há., dos quais 82 situados ao longo da Linha Iguaçu, que termina na sede da Colônia Rio Claro. O porto fluvial de Barra Feia tornou-se o escoadouro para os produtos das duas colônias.
> A Colônia Rio Claro foi a maior, em extensão, às margens do Iguaçu. Constituída por 1.371 lotes, dos quais 79 formavam a sede da colônia, sendo os demais distribuídos por nove linhas principais e 128 vicinais.

> Esta colônia ligava-se à Sede de Barra feia, uma estrada carroçável, de 13 quilômetros, denominada Linha Iguaçu. Esta colônia foi cortada na sua parte setentrional pela Estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, que estabeleceu em seu território as estações de Mallet e Dorizon em 1903 e em 1905 mais para o sul, a estação de Paulo Frontin (HORBATIUK, 1983, p. 92).

Praticamente todas as colônias instaladas no Vale do Iguaçu eram mistas, ou seja, não contemplavam uma única etnia. Não era isso o que os imigrantes queriam, pois se sentiam melhor quando concentrados sob o critério das tradições da origem européia. Entretanto, esta foi a política do Governo do Paraná no objetivo de promover a rápida integração dos imigrantes com os "nacionais", inclusive, evitando a formação de inconvenientes núcleos fechados. Esta diretriz foi a responsável pela rápida mútua assimilação das culturas, "caboclas" e "colonas", processo que se chamou de "caboclização" dos colonos e, até, de "colonização" dos caboclos, verificada quanto às atividades produtivas, as de cultivos agrícolas, as de extração e beneficiamento de madeiras e de erva-mate, as de criação de gado e, ainda, as agro-industriais.

1.6.2.1 Os Poloneses, ou os "Polacos"

Para entender o processo imigratório dos poloneses, num primeiro momento, precisamos ter presente que, em 1772, as terras da Polônia foram divididas entre a Prússia, a Rússia e a Áustria. Em 1793, quando ocorreu nova divisão na Europa Oriental, foi criado um estado "polaco" com suas terras subordinadas à Prússia e à Rússia. Na terceira divisão conhecida, os vizinhos dominadores extinguiram o estado polonês. Em 1815, o Congresso de Viena decidiu que parte do Ducado de Varsóvia passaria a ser chamado de Reino da Polônia, mas sob domínio da Rússia. Na abordagem sobre a colonização do Alto Vale do Rio Tijucas, no Litoral Catarinense, iniciada em 1890, anotamos que

> a expressão "Polônia" pode referir-se ao Reino da Polônia que, após a repartição de 1815, passou a integrar o domínio russo, constando-se que o maior percentual de imigrantes do Alto Vale do Rio Tijucas, é originário da parte sob domínio russo (46,84%) e até mais se incluem os 16,08% da Rússia, subindo este percentual para 62.,92%. [...]. Pode-se afirmar que a maioria dos imigrantes de origem polonesa vieram da parte do território sob jurisdição da Rússia, em fins do século XIX. A seguir, tem-se como local de origem mais citado a região sob domínio austríaco, isto é, a Galícia e Áustria, cujo percentual é de 22,38%. O terceiro lugar de procedência é a região sob domínio prussiano, ou seja, Polônia Prussiana, Polônia Alemã e Prússia, que apresenta um percentual de 5,60% (BARRETO, 1983, p. 19).

Segundo o depoimento do descendente de poloneses, Alberto Gazdzcki, no Município de Major Gercino (SC), no Vale do Tijucas (aqui, valendo como referência), tomando por base a

realidade daquela região, a falta de terras e as dificuldades econômicas são fatores que avultam como causas da emigração polonesa para o Brasil:

> A terra é a grande aspiração dos que preferem o Brasil como seu novo habitat. 90% dos que vieram pare este país são agricultores e o grande objetivo no novo país que adotaram não é o enriquecimento, que nunca pensaram em conseguir, pelo menos na Polônia, porque as condições não permitiam nem sequer tentar e tanto menos concretizar tal idéia. O que estes camponeses almejavam era tornar-se razoáveis proprietários de terras, afim de que pudessem doar parcelas aos filhos como dote por ocasião do casamento. Na Polônia tal objetivo, dada a contínua parcelação das propriedades tornou-se inviável. Mas no Brasil isto tornou-se possível a da cada um dos filhos varões. Com esforço e persistência coletiva da família poderão contar com uma propriedade suficientemente grande da qual possam tirar seu sustento. Era isto no ano de 1895, quando o povo daqui emigrava nos países estranhos como também para o Brasil (*Apud* BARRETO, 1983, p. 85).

No Município de Rio Negro, em terras reclamadas por Santa Catarina, os poloneses foram instalados na Colônia Lucena (hoje Município de Itaiópolis), mais ao sul de São Lourenço (hoje no Município de Mafra), onde foram colocados os primeiros imigrantes alemães. Dali, na medida em que passaram os anos, seus descendentes vieram a ocupar terrenos no Lajeadinho (hoje Município de Monte Castelo), em Três Barras, em Papanduva, na Colônia Vieira (hoje Município de Major Vieira), em Canoinhas, em Valões (hoje Irineópolis) e em Porto União, enfim, em diversos pontos do lado esquerdo dos rios Negro e Iguaçu, da mesma forma como, no outro lado destes rios e, principalmente, no Vale do Alto Iguaçu, sempre sob domínio paranaense, multiplicavam-se as colônias polonesas.

O Paraná, depois de receber, em 1871, a primeira leva de 164 imigrantes poloneses que, originalmente, havia sido destinada para se instalar em Brusque (SC), recebeu outros 28 mil entre 1890 e 1896 e, mais 27 mil, entre 1907 e 1914, muitos deles sendo destinados ao Sul do Estado, onde constituíram as colônias de Orleans, Irati, União da Vitória, Santa Cândida, Araucária e outras. A população da colônia Tomas Coelho, em 1877, era de 1.971 pessoas, sendo 883 poloneses galicianos, 178 polonses silesianos e 10 poloneses prusianos (WACHOWICZ, 1977, p. 14)..

> Outra observação deve referir-se à própria cultura polonesa. Com efeito, através do processo de migrações largamente desenvolvido na Polônia e das sucessivas partilhas territoriais ocorridas durante a formação nacional, a cultura daquele povo sofreu diferenciações regionais mais ou menos acentuadas. As populações que tiveram por núcleo as imigrações alemãs, na Silésia e na Prússia, conservariam o vinco da cultura germânica, assim como as que estiveram anexadas à Rússia e à Áustria sofreriam a influência daqueles países. Todavia, o etnocentrismo daquelas populações, o polonismo que as uniu durante séculos de vicissitudes políticas, identificava-as num vivo sentimento nacional (WACHOWICZ, Ruy. *Conjuntura Emigratória Polonesa no*

> *Século XIX*, in Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, v. I. *Apud* RIESEMBERG, 1973, p. 117).

Da Bucovina[65], a par de alemães, também vieram muitos poloneses para o Brasil. Eram montanheses poloneses que haviam emigrado para a Bucovina, primeiro por volta de 1803 e entre 1814-1819 e, segundo, em 1842. Sobre a vinda destes poloneses ao Paraná, entre 1888 e 1892.

> as emigrações ocorreram em 1887 e 1888, quando vieram para Rio Negro, além da grande maioria de famílias alemãs, também famílias de montanheses poloneses (...) que se estabeleceram nas colônias de Passa Três, Voltas Grande, São Lourenço, Vila Nova e Imbuial, em Rio Negro e Mafra. Mais tarde transferiram-se para a colônia Lucena, que se transformou em Alto Paraguaçu, e Moema, ambas pertencentes a Itaiópolis (SC) e que então integravam o Município de Rio Negro. (...). Estas famílias que vieram em 1888 escreveram a seus parentes e amigos na Bucovina, sobre a terra brasileira, convidando-os a que também viessem. Sucessivamente, seguiram-se levas de colonos poloneses da Bucovina para o Brasil, principalmente para Rio Negro, Mafra e localidades vizinhas (CELESTINO p. 120-121)

No Planalto Norte Catarinense, a partir de Canoinhas, a imigração polonesa é sintoma da imigração intermediada pelo Paraná[66]. Há registros dos poloneses pioneiros ali, dedicados à exploração dos minifúndios do lavradio, lamentando-se que a cultura esteja perdendo sua memória pelo desinteresse dos próprios descendentes.

> Disseminados pelo Contestado, os imigrantes poloneses estão aculturados/miscigenados com outras culturas étnicas ou regionais, sobretudo a cabocla e a gaúcha, predominantes na região. Pouco ou nada lembram, principalmente em relação à preservação cultural, os imigrantes polônicos do permeio do último e deste século. A deturpação dos sobrenomes é corriqueira, fruto da ignorância cartorial e dos próprios descendentes, desinteressados na preservação da história familiar. Os costumes e as tradições foram engolidos pela aculturação que se seguiu. A carroça, símbolo da presença eslava na região, é uma das últimas resistências culturais à modernização e à miscigenação dos costumes. As manifestações folclóricas, praticamente desapareceram, assim como estão em vias de extinção as manifestações orais, incluindo as cantigas e a fala do idioma e das suas variações dialetais. Quase sempre, os usos, costumes e tradições poloneses, inclusive sua culinária, apenas são lembrados nas festas rememoradoras das formas étnicas regionais e dos desfiles públicos (TOKARSKI, in: *A Notícia*, 16 jan. 2001).

1.6.2.2 Os Ucranianos, ou "Ukrainos"

Galícia e Bucovina, territórios ucranianos, estavam sob domínio da Polônia quando esta foi derrotada pela Áustria. Duplamente subjugada, a Galícia Oriental vivia condições singulares, como o convívio do ucraniano com o polonês, como subordinado deste; ocupação em atividade

[65] Em 1774, a Bucovina foi anexada à Áustria e, depois da I Guerra Mundial, parte foi anexada à Romênia e parte do território bucovino ficou para a URSS.

[66] In: jornal *A Notícia*, 16 jan. 2001).

agrícola com instrumentos primitivos, enquanto na Galícia Ocidental a Rússia iniciava o ciclo industrial; a perseguição aos católicos pela Rússia ortodoxa, sendo a Galícia o último reduto católico na Ucrânia. Com isso, dispersaram-se os ucranianos, em fins do século XIX, por vários países, inclusive o Brasil. A vinda do imigrante ucraniano para o Brasil foi determinada pela condição de vida na Europa, opressão política e econômica reinante em seus país, O imigrante aqui chegado era pobre, semi-analfabeto, religioso e exigente quanto a seu rito e sacerdotes, e agricultor primitivo.

Calcula-se que entraram no Paraná, a partir de 1891, cerca de 35 mil ucranianos, que foram instalados em colônias. A difícil identificação é gerada em parte devido à pouca clareza dos passaportes, tendo sido considerados polacos, russos ou austríacos. "Como seu local de origem estivesse sob domínio de outra nação, os documentos expedidos levavam o timbre da nação responsável" (HORBATIUK, 1983, p. 28-29). Os colonos eslavos do Vale do Iguaçu, na maioria procedentes da região da Galícia, eram classificados como sendo polacos, austríacos ou polaco-russos. Por isso que, entre eles, os ucranianos eram tidos como russos ou poloneses.

A primeira colônia ucraniana, próxima à Região do Contestado, foi a de General Carneiro (hoje município paranaense), fundada em 1892. As seguintes foram alojadas no Vale do Iguaçu. Na parte da História do Paraná que diz respeito ao Contestado, vinculamos o povoamento do Vale do Iguaçu nas áreas fronteiriças às terras que foram anexadas a Santa Catarina, destacando a criação da Colônia Maria Augusta (São Mateus do Sul), Palmira, Água Branca, Eufrosina, Rio Claro, Santa Bárbara, Cantagalo, Antônio Cândido, General Carneiro, Jangada, Alberto de Abreu, Cruz Machado e Vera Guarani, onde ucranianos e poloneses fincaram raízes da prosperidade, que atravessaram o rio em direção ao Planalto Norte Catarinense.

As comunidades rurais de Jangada do Sul, Nova Galícia, São Miguel, Achilles Stenghel e Santa Maria, atualmente localizadas em território de Porto União, foram as primeiras bases dos ucranianos em Santa Catarina. Destes núcleos, bem como dos poloneses, saíram diversas pessoas que participaram da Guerra do Contestado, tanto como aliados dos rebeldes, como integrantes dos piquetes civis formados para combatê-los. Estes eslavos – poloneses e ucranianos – eram originários, também, da margem direita do Rio Iguaçu, onde suas colônias situavam-se intercaladas às fazendas dos "coronéis" luso-brasileiros.

Ao imigrarem para o Paraná, devido às afinidades existentes, os ucranianos localizaram-se nas mesmas colônias dos poloneses, entretanto, mantiveram as distinções mais nítidas quanto à língua, culto religioso e convivência em sociedade. A língua ucraniana é intermediária entre as línguas eslavas. Morfologicamente assemelha-se ao russo e foneticamente ao servo-croata e, quanto aos significados, tem muito em comum com o polonês. Enquanto a Polônia recebeu a religião católica de Roma, a Ucrânia adotou o catolicismo oriental de Constantinopla, o ortodoxo, devido à influência da cultura bizantina. Assim, a Igreja Ucraniana apresenta o rito católico-ucraniano, diferente do rio católico-latino dos poloneses.

A primeira etapa da imigração ucraniana às terras paranaenses, em fins do Século XIX, foi com lavradores da Galícia e da Bucovina, então sob o domínio da Áustria. A segunda aconteceu em decorrência da I Guerra Mundial, quando, em 1923, foi reconhecida a soberania da Polônia sobre território ucraniano. Vale lembrar que a República Nacional da Ucrânia só existiu de 1918 a 1922. A terceira e última etapa foi logo após a II Guerra Mundial, "quando mais de 200 mil ucranianos se deslocaram para vários países, e parte deles veio ao Paraná" (HORBATIUK, 1983, p. 29). A Ucrânia, sob a denominação de República Soviética Ucraniana, durante muito tempo, foi subjugada pela URSS até que, só bem recentemente, recuperou sua independência. De concreto, temos que mais de 80% dos imigrantes ucranianos no Brasil vieram da Galícia Oriental.

1. 7 A FALTA DE ESCOLARIDADE EM SANTA CATARINA

Na sua evolução, ainda antes de ser Província, Santa Catarina não passou por nenhum processo diferente daqueles vividos pelas então outras capitanias, ouvidorias, comarcas e províncias brasileiras do tempo antigo. Por esta razão, a par de outros fenômenos, a "educação escolar", em Santa Catarina, esteve enquadrada nos padrões igualitários estabelecidos para todo o Brasil Colonial. O estudo sobre os primórdios da educação escolar brasileira, estereotipada em terras catarinenses até o final do Século XIX, mesmo enquanto ainda referenciadas como pertencentes à Província, revela-nos o sistema gerenciador da "instrução" como de fundamental importância para a manutenção de uma aristocracia no poder político.

> a forma como foi feita a colonização das terras brasileiras e, mais, a evolução da distribuição do solo, da estratificação social, do controle do poder político, aliadas ao uso de modelos importados de cultura letrada, condicionaram a evolução da educação escolar brasileira. A necessidade de manter os desníveis sociais teve, desde então, na educação escolar, um instrumento de reforço de desigualdades. Nesse sentido, a função da escola foi a de ajudar a manter privilégios de classes, apresentando-se ela mesma

> como uma forma de privilégio, quando se utilizou mecanismos de seleção escolar e de um conteúdo cultural que não foi capaz de propiciar às diversas camadas sociais sequer uma preparação eficaz para o trabalho (ROMANELLI, 1989, p. 24).

Como as bases políticas catarinenses distribuíam-se praticamente em duas áreas geográficas distintas – Litoral e Planalto – e ambas revelavam a estratificação social marcada pela dominação política por uma minoria, detentora do poder, assim com total poder também sobre a educação, atrelando-a aos seus interesses políticos, em Santa Catarina, o processo histórico não pode ser observado diferentemente do restante do país, onde, nas demais províncias, esta situação de dependência era idêntica, assentando-se mais no poder real dos donos da terra, nos interesses do latifúndio e numa minoria aristocrática agrária, para cujos interesses seria a organização do ensino. As gerações seguintes às primeiras aristocracias, que gradativamente foram trocando o campo pela cidade, conseqüentemente iniciaram o processo de transplante da sede do poder político para as aglomerações urbanas.

Nos anos seguintes à Independência, verificou-se a diversificação da demanda escolar, facilitada pela "provincialização" da educação. Já não era mais somente a classe oligárquico-rural que procurava a escola, mas também a nova e ainda pequena camada intermediária que havia percebido a escola como caminho para a ascensão social. Desprovida de terras, um dos principais símbolos do poder, esta camada buscava na escola a educação necessária para firmar-se como classe e assegurar o *status* que aspirava.

> As camadas inferiores viviam na servidão ou na escravatura, e o trabalho físico era tido como degradante. A classe intermediária buscou assim ligar-se à classe dominante, de quem dependia para obter ocupações consideradas mais dignas, como as funções burocráticas, administrativas e intelectuais (ROMANELLI, 1989, p. 24).+

Este modelo reproduzido em Santa Catarina no Século XIX, num primeiro momento, entretanto, só atingiu as cidades da Serra-Abaixo, principalmente Florianópolis, Laguna, São Francisco, Tijucas e Itajaí, e os núcleos populacionais com maior predominância de imigrantes, como Blumenau e Joinville, que começavam a se destacar pela industrialização, pois, na Serra-Acima, existiam apenas as pequenas e pouco povoadas vilas de Lages, Curitibanos e Campos Novos, cercadas por latifúndios de pastagens. Assim, as cidades passaram a ser os espaços beneficiados e assistidos pelos governos.

Na metade do Século XIX, a reduzida camada média em crescimento nas cidades (comerciantes, funcionários do Estado, profissões liberais, religiosos, intelectuais), mais pequenos proprietários agrícolas, e a trabalhadora (escravos, semi-escravos, trabalhadores livres),

constituía a maioria dominada da sociedade brasileira. Mas, foi atuando aliada à classe dominante que a camada média, ampliando-se ano após ano, nas últimas décadas do Império, viria a pressionar a abertura da escola.

A partir de 1834, o Império do Brasil deu maior autonomia às províncias, pela descentralização de poderes pela instalação de assembléias legislativas em cada uma[67]. Com isso, as províncias adquiriram também a faculdade de legislar sobre a instrução primária e secundária, com o que os governos provinciais tiveram que, rapidamente, organizar seus próprios sistemas de ensino.

A influência da política sobre a educação catarinense data ainda da primeira metade do Século XIX. Os dois partidos políticos do tempo do Império – o Liberal e o Conservador – foram organizados em Santa Catarina no ano de 1847, após a visita de D. Pedro II a Desterro, em 1845, quando, bem distintos e numa acirrada disputa, os liberais e os conservadores concorreram ao pleito à Assembléia Provincial, usando a educação como instrumento de campanha eleitoral.

> Visando conseguir a supremacia, os partidos políticos serviam-se da instrução pública e das responsabilidades e poderes dos Inspetores Escolares, como meios de atingir esse objetivo. Os atestados de freqüência fornecidos pelos Inspetores Escolares de então – sem os quais os professores não recebiam os vencimentos – eram uma importante arma ao sabor desse jogo de interesses. Além disso, institucionalizara-se o hábito de constituírem, as cadeiras das escolas públicas, prêmio a serviços políticos ou acomodações a protegidos – fato que tornava os professores desinteressados das atividades docentes. E, muitas vezes, importantes cargos, como os de Inspetor Paroquial, eram considerados mera honraria política (FIORI, 1975, p. 74).

Adotado também aqui o uso do ensino para fins políticos, verificamos que os acontecimentos em nossa Província continuavam não diferindo da realidade brasileira daquela época, onde a forma como se organizava o poder político também se relacionava diretamente com a organização do ensino, em princípio porque o legislador "[...] é sempre o representante dos interesses políticos da camada ou facção responsável por sua eleição ou nomeação e atua, naquela organização, segundo interesses ou segundo valores da camada que ele representa" (ROMANELLI, 1989, p. 14). Em Santa Catarina, a força do coronelismo expressava-se através da Inspeção Escolar, uma instituição que "surgiu como uma ação de controle da eficácia das atividades docentes. Era de certa forma, um mecanismo de controle do governo sobre as ações

[67] O Ato Adicional de 1834 delegou às províncias o direito de regulamentar e promover a educação primária e secundária. Sem recursos, o ensino secundário acabou caindo nas mãos de particulares e o ensino primário foi relegado ao abandono, com poucas escolas e servido por abnegados mestres-escolas "que destituídos de habilitação para o exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar" (ROMANELLI, 1989, p. 40).

pedagógicas e do próprio professor" (LUCIANO, 2001, p. 156). A Inspeção Escolar surgiu em 1836, inicialmente como competência das Câmaras Municipais e, depois de 1854, do Estado, para ser exercida por pessoas "de confiança" dos governantes (indicados pelos "coronéis"), para fiscalizar e controlar as escolas, os professores e as atividades pedagógicas.

1.7.1 Ensino Primário

O Município de Lages, anexado à Província de Santa Catarina em 1820, era o único existente na Serra-Acima, quando, a 14 de maio de 1836, pela Lei nº 35, a Assembléia Provincial organizou a instrução pública catarinense, conferindo praticamente todo o poder de mando sobre os aspectos administrativos e pedagógicos das escolas públicas ao Presidente da Província. As escolas primárias chamavam-se "escolas de primeiras letras" quando foi acionado o primeiro sistema provincial de ensino.

> [...] no ano de 1836, a Província de Santa Catarina possuía 18 desses estabelecimentos públicos, com 533 alunos. Já as escolas particulares ministravam o ensino a 448 discentes. Assim, no ano de 1837, para uma população estimada em 63.629 habitantes, a matrícula escolar era de aproximadamente 1.000 alunos. As escolas de instrução primária ensinavam leitura, escrita, as quatro operações de aritmética, gramática da língua nacional e doutrina cristã. Essas escolas seguiam o método de ensino individual, quando localizadas em menores núcleos populacionais. Já os estabelecimentos de ensino das cidades e vilas mais populosas empregavam o método Lancaster ou de ensino mútuo (FIORI, 1975, p. 32).

Depois de várias alterações no sistema administrativo e pedagógico escolar provincial, a 13 de abril de 1868, pela Lei nº 600, foi promovida ampla reforma na instrução pública catarinense, destacando-se por "restringir a vitaliciedade dos professores, garantir a liberdade do ensino particular, estimulando seu desenvolvimento e, ainda, estabelecer um eficaz sistema de inspeção escolar" (FIORI, 1975, p. 49). Derivou desta legislação o Regulamento de 29 de abril de 1868, aprovado por lei no ano seguinte, que seguia as diretrizes traçadas pelo Império na chamada Reforma Couto Ferraz, que tentava uma uniformização do ensino no Brasil.

> No ano de 1867, existia controvérsia estatística sobre a população de Santa Catarina. Segundo o Presidente da Província, Carlos Augusto Ferraz de Abreu, a população livre era de 104.459 almas. Havia, então, 13.057 meninos aptos a receberem a instrução. Destes, 10.416 não freqüentavam a escola, embora estivessem em idade escolar. Somente 2.641 alunos recebiam os benefícios do ensino, o que, em relação à totalidade da população, dava uma média de 1 aluno por 44 habitantes (FIORI, 1975, p. 52).

Após o Regulamento de 1868, surgiram diversas novas leis para disciplinar a educação catarinense, dentre elas a que estabeleceu o ensino obrigatório no Estado, em 1874, que não

foram devidamente regulamentadas, dificultando a execução das normas, até que, pelo Ato nº 29, de 29 de novembro de 1879, toda a legislação educacional foi consolidada, surgindo um novo regulamento, aprovado por lei em 1880. A 19 de abril de 1879 foi decretada a Reforma Leôncio de Carvalho, sugerindo imprimir um impulso à educação brasileira, pela liberdade de ensino e de credo religioso dos alunos na escola, a compatibilidade do exercício do magistério com outros cargos públicos, a liberdade de freqüência aos alunos nos cursos secundário e superior, organização dos cursos por matérias. Em 1º de abril de 1880, pela Lei nº 868, a Assembléia Provincial autorizou o Executivo a proceder novas modificações na instrução pública. A reforma foi consubstanciada no Regulamento de 21 de fevereiro de 1881, no mesmo ano em que foi alterada a legislação eleitoral brasileira, com a vigência da Lei Saraiva.

A partir de 1884, os exames de habilitação ao magistério passaram a ser feitos perante os Delegados Literários. Dada a permeabilidade destes, às influências partidárias, o acesso ao magistério passou a ser obtido conforme a influência política dominante no momento.

> [...] Por influências de ordem política, eram elaboradas as chamadas "leis de ocasião", que surgiam com a finalidade de beneficiar determinadas pessoas. [...]. O panorama geral do ensino apresentava tais características que o Poder Executivo reconhecia, expressamente, a necessidade de separar-se a instrução pública da luta entre os partidos políticos e de encontrar-se Inspetores Escolares que se colocassem acima das intrigas locais e dos interesses partidários (FIORI, 1975, p. 74-75).

Em 1886, surgiu a legislação que restabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário em Santa Catarina e que estimulou o ensino da língua vernácula nas escolas nas zonas de imigração, esta última medida para fazer frente à disseminação do ensino de línguas estrangeiras, principalmente a alemã e a italiana nas escolas da zona litorânea. E o panorama geral da instrução pública catarinense, quando da Proclamação da República, continuava desolador, privilegiava a quantidade em detrimento da qualidade e apresentava sensível decadência.

Com a industrialização, nascida nos núcleos de imigrantes da Serra-Abaixo, surgiu a valorização do trabalho e a decorrente valorização do trabalhador e, como conseqüência, da gente da classe média e da classe pobre. Para superar os mais variados problemas no Estado, buscaram-se soluções através de nova reforma em 1892, no governo de Manoel Joaquim Machado, e outra em 1894, no governo de Hercílio Pedro da Luz, quando ainda os Inspetores Escolares só conseguiam ser nomeados "[...] mediante o apoio dos chefes políticos locais e assim estavam sujeitos às conveniências políticas e utilizavam-se de suas atribuições profissionais, no jogo dos interesses partidários" (FIORI, 1975, p. 90).

1.7.2 Ensino Secundário

Desde a fundação de um colégio pelos jesuítas espanhóis, até o final do período imperial, o ensino secundário catarinense não teve regularidade.

> As diversas iniciativas do Governo Estadual para incrementar o ensino secundário, por meio da manutenção de colégios públicos ou subvenção de estabelecimentos privados, manifestavam a vontade política de criar distinção social para os filhos das elites catarinenses. Entre outros fatores que concorreram para a instabilidade e fragmentação do ensino secundário, pode-se destacar o caráter provinciano de Desterro, as interferências político-partidárias, a não-obrigatoriedade de ter curso secundário para ingressar nos cursos superiores e a carência de corpo docente profissionalizado (DALLABRIDA, 2001, p. 41).

Em Santa Catarina, o ensino secundário iniciou com as cadeiras isoladas particulares e, aos poucos, foi aumentando a oferta de novas disciplinas, porém assumidas pela Província, passando de particular a pública, diante do compromisso de governo com a burguesia florianopolitana. Por isso, essa modalidade de ensino em Santa Catarina, até o final de 1839, permaneceu limitado à aula de Gramática Latina, freqüentada por 13 alunos, o que caracterizou o começo da instrução secundária no Estado.

> Com a descentralização ocorrida com o Ato Adicional em 1834, que delegou às províncias o direito de regulamentar e promover a educação primária e secundária, evidenciou-se o fato de que a educação era um artigo de luxo, destinada aos detentores do poder político e principalmente, econômico. Foi a partir deste fato que o ensino, sobretudo o secundário, tornou-se "privatizado", pois a maioria dos colégios secundários estava nas mãos de particulares, o que acentuou ainda mais o caráter classista e academicista do ensino (ALVES, 2003, p. 28)

Foi em 1845, que surgiu o “Colégio Jesuíta”, na Capital. Em 1849, foi fundado o “Colégio Belas Letras”, que fechou suas portas em 1852, diante de uma epidemia de febre amarela. Em 1857, foi criado o “Liceu Provincial de Desterro”, no mesmo local onde funcionava o “Colégio dos Padres”; as Irmãs de Caridade, francesas, abriram um curso secundário feminino; padres lazaristas instalaram um curso secundário masculino. Em 1864, o Liceu Provincial foi extinto, enquanto que os jesuítas abriram o “Colégio do Santíssimo Salvador”.

> O governo, ao centrar os estabelecimentos de ensino secundário na capital, excluiu a população proveniente dos municípios, vilas, paróquias, distritos, arraiais e curatos mais distantes, podendo a redução nas matrículas desses ser tomada como elemento de uma declarada elitização, resultando no fechamento de estabelecimentos e no distanciamento de acesso a essa modalidade de instrução (LUCIANO, 2001, p. 58).

Em 1873, começou a funcionar o "Colégio Conceição" que, ao lado do "Colégio Catharinense", ano em que o governo resolveu restaurar o antigo Liceu, com a denominação de "Ateneu Provincial", que ofereceu a partir de 1874 os ensinos primário e secundário, até 1883.

> Considerado *elitizado*, o ensino secundário estava reservado para uma parcela *selecionada* da sociedade. Conhecedoras dessa limitação, as pessoas com menor poder aquisitivo acreditavam que, freqüentando o ensino secundário (cadeiras isoladas), era possível um futuro de mais tranqüilidade.
> Freqüentado pelos filhos da elite provincial, que almejavam a manutenção social, por meio da ocupação de cargos políticos, muitas vezes passado de pai para filho, o ensino era condição de status e poder. Para legitimar a condição de status e poder era necessário ingressar no mundo da civilização, que estava associado ao comportamento urbano, à polidez nas atitudes, aos valores e princípios de uma classe social determinada, cujo título ou a formação de escolaridade secundária era suficiente para reproduzir e intimidar as pessoas que ousassem questionar o poder instituído (governo) e a ideologia instaurada naquela época (LUCIANO, 2001, p. 36-37).

Em 1882, pelo Ato Administrativo de 4 de fevereiro, do Governo da Província de Santa Catarina, foram editadas as primeiras "Instrucções Provisórias" para o Curso Normal, organizado com sete cadeiras, para integralização em dois anos, no Ateneu. Em 1883, o Governo criou o "Liceu de Artes e Ofícios", juntamente com o "Instituto Literário e Normal", com as cadeiras de: português, latim, grego, francês, inglês, alemão, italiano, filosofia, eloqüência e poética, geografia e história, e matemática. E em 1892, finalmente, o Estado criou a "Escola Normal Catarinense[68].

1.8 A AUSÊNCIA DE ESCOLAS NO CONTESTADO NO SÉCULO XIX

O Contestado, tal como se apresenta geograficamente hoje, só passou a dispor de informações para a composição de uma História da Educação Regional, em 1917, após a criação dos municípios de Mafra, Porto União e Cruzeiro. Para o período antecedente a este ano, dispomos de registros catarinenses apenas para os municípios de Lages, Curitibanos, Campos Novos e, mais recentemente, Canoinhas. São paranaenses, pois, os registros das atividades educacionais no Século XIX, em Rio Negro (que alcançava Mafra e Itaiópolis), em Porto União da Vitória (abrangendo Porto União) e em Palmas (compreendendo todos os municípios do setor Ocidental do Contestado, inclusive Cruzeiro).

[68] Este estabelecimento, em 1935, foi denominado de "Instituto de Educação de Florianópolis". Em 1947, passou a chamar-se simplesmente "Instituto de Educação" e, em 1956, de "Colégio Estadual Dias Velho", retomando a denominação primitiva de "Instituto de Educação" em 1964.

1.8.1. Primórdios do Ensino no Contestado Catarinense

No panorama da Igreja Católica no ano de 1895, em três das quatro paróquias do Planalto inseridas no Território Contestado (Lages, Curitibanos e Campos Novos),

> é preciso olhar para o mapa, para compreender o que era este território, com 4 paróquias gigantescas, confiado a 2 sacerdotes. Abrangendo todo o planalto entre o Paraná e o Rio Grande do Sul, não contava com uma estrada de ferro sequer, nem mesmo uma só estrada de rodagem; os rios não tinham pontes, a população estava espalhada em toda a parte, sem formar centros grandes, aos quais se pudesse prover rapidamente; as escolas e capelas eram em número de todo insuficiente, constituindo exceções (SINZIG, 1939, p.128).

Na História da Educação Catarinense, encontramos muitas informações que nos possibilitam compreender o funcionamento do sistema educacional do período Imperial – principalmente nos seus últimos anos – e nos primeiros tempos da República Velha, registros estes que atestam, sem dúvida alguma, a intimidade entre o poder político e a educação, esta atrelada àquele sob o jugo da dominação. Os fatos históricos comprovam que o ensino foi um dos mais poderosos instrumentos usados pelas classes dominantes para se manterem no poder político, inclusive em Santa Catarina.

> Assim é que era forjada a cultura na serra catarinense desse período. A moldura eram os limites impostos pelos interesses de suas elites dominantes. Estas faziam desse espaço serrano uma "ilha" no sentido econômico e cultural e um "curral" no sentido político e social. Só os membros das famílias dominantes mantinham contato com o mundo para além fronteira. Às classes populares, aos subalternos, restava ouvir e incorporar ao seu modo os discursos dos coronéis, os sermões dos frades franciscanos, os "causos" e histórias dos tropeiros. O seu horizonte é a fazenda, no máximo a vila ou a cidade de Lages, com três ou quatro ruas centrais (MUNARIM, 2000, p. 101).

Para referenciar o início do tempo histórico desta parte do estudo, elegemos o ano de 1881, por ser o ano em que, administrativamente, o Território Contestado passou a se apresentar com seus três primeiros municípios configurados: Lages, Curitibanos e Campos Novos[69]. Coincidentemente, 1881 também é um marco referencial para a educação em Santa Catarina, com a entrada em vigor de uma das reformas do ensino provincial durante o Século XIX, esta que

[69] O Território Contestado começou a ser povoado pelo elemento branco – o português e o luso-brasileiro – na primeira metade do Século XVIII, após a abertura da Estrada Real Sorocaba-Viamão e, com mais intensidade, quando da fundação da Vila de Lages, logo ficando evidenciada a diferenciação das classes: a dominante, formada pelos fazendeiros e tropeiros, e a dominada, pelos peões e ervateiros. Os curitibanos, em parte formados por paulistas e em parte por portugueses que adentraram em Paranaguá atraídos pela mineração, trouxeram a herança de uma educação religiosa, obtida nas escolas jesuíticas, tanto no Sudeste do Brasil como em Portugal que, mesmo após a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759, influenciou decisivamente o sistema educacional brasileiro do Império e, inclusive, durante a República Velha.

trouxe, entre outras medidas, o concurso público para provimento de cadeiras, a secularização do ensino e a liberdade do ensino, ou seja, a desobrigatoriedade, que não deve ser confundida com a desoficialização; o restabelecimento do ensino obrigatório aconteceu cinco anos depois, pela Lei nº 1.144, de 30 de setembro de 1886, quando também foram passadas aos municípios muitas das atribuições que eram da Província.

Data de 1883, uma importante informação sobre a Educação no Município de Lages, quando a Câmara Municipal respondeu a um questionário ao Presidente da Província. Ela demonstra que, pouco antes da Proclamação da República, mesmo dominando vasto território do Planalto Serrano Catarinense, Lages dispunha de apenas duas escolas primárias, de "primeiras letras" (uma masculina e outra feminina), com apenas 60 alunos, e não contava com o ensino secundário.

> Pergunta: Qual o estado da instrução primária pública e particular no Município e qual a percentagem de matrículas, em relação à população escolar, discriminados sexos e freqüência em relação à matrícula?
> Resposta: Só temos uma escola para cada sexo, efetivamente providas, neste Município – As da cidade. Dirigidas por professores habilitados. As outras quatro cadeiras das duas freqüências estão vagas. A escola do sexo masculino, de 9 anos a esta parte, tem matrícula anual de 70 a 90 alunos e sua freqüência atual é de 60.
> Pergunta: Há ensino secundário e profissional?
> Resposta: Não. Os lageanos são forçados a mandar seus filhos para a Província do Rio Grande do Sul. No corrente ano (1883) matricularam-se nove filhos deste Município no Colégio Conceição, em São Leopoldo (*Apud* COSTA, 1982, p. 792).

Em sua pastoral educacional, no Planalto Serrano, Frei Rogério Neuhaus não se conformava com o abandono das crianças que cresciam, sem serem instruídas na religião.

> Fez tudo para reuni-las e prepará-las, o melhor possível, para a primeira comunhão. [...]. Viu Frei Rogério que não haveria solução se escolas. Daí à resolução de construí-las foi apenas um passo, e à realização outro passo. Não tinha dinheiro, nem, geralmente, promessas de auxílios certos. [...]. Construiu escolas. Não se contentou com isso. Criou uma, em prédio próprio, na sede da paróquia, o então "Coleginho", e vendo que tudo isso era insuficiente, não hesitou em levantar um edifício, a seu tempo o maior da cidade, para colégio secundário. [...]. Frei Rogério não aplaudiu a fundação, feita mais tarde, de grupos escolares, por estar banido deles o ensino religioso. Dizia, {às vezes, no círculo dos confrades – como escreve o piedoso irmão frei Justino: - Receio que o governo, nessas escolas sem religião, esteja formando seus próprios algozes. Não teria toda a razão?... (SINZIG, 1939, p. 93-95).

Em 1895, voltando à construção daquele que seria o "Colégio São José", prédio inaugurado a 17 de fevereiro de 1899, Frei Rogério deixou escrito em suas "Reminiscências" que

> [...] todas as semanas, durante a construção do colégio, os operários receberam o seu ordenado, embora fosse preciso arranjar, de cada vez, 300$000. A câmara Municipal emprestou-nos, para a construção do colégio, a importância de 8:000$000, sem juros, a ser reembolsada dentro de 10 anos. Alguns amigos, igualmente, emprestaram-nos

> dinheiro sem juros, em particular os srs. Henrique Ramos, José Maria Arruda, Belisário Ramos, Vidal d'Oliveira Ramos e outros (Apud SINZIG, 1939, p. 131).

Pelo Ato Administrativo de 21 de fevereiro de 1881, a presidência da Província de Santa Catarina instituiu a figura do "Delegado Literário", para, entre outras atribuições, visitar e inspecionar as escolas públicas e particulares subvencionadas. "Se compararmos as atribuições dos delegados literários, corresponderia a chamá-los, hoje, de supervisores escolares" (LUCIANO, 2001, p. 171). É de 1889, por exemplo, o registro público da nomeação de Francisco Antônio Vieira Caldas, para a figura atípica, aqui, de Delegado Literário[70] de Lages, na mesma época em que o Presidente da Província, Luiz Alves Leite de Oliveira, nomeou a Manoel Ferreira da Silva Farrapo como Delegado Literário de Campos Novos. Os delegados literários adentraram o século XX, imbuídos do propósito de controlar as ações docentes. Deste o advento da República, o Governo e a Igreja Católica estavam dissociados oficialmente em Santa Catarina. A diferença principal estava no princípio de poder: os católicos no poder divino, enquanto que os positivistas no ideal científico[71].

> O discurso da elite político-republicana andava arraigadamente vinculado ao pensamento europeu liberal e, também, positivista. E, portanto, o conflito que se acenderia entre Igreja e Estado no Brasil da primeira República dar-se-ia exatamente no espaço do discurso. [...]. Com o liberalismo, a Igreja Católica esbarrava num grande paredão de hostilidades e de auto-suficiência. Desvinculado dos preceitos cristãos, o liberalismo estabelecia o agnosticismo, criava o ensino leigo, negava o direito divino e o princípio da autoridade, jogando a todos num individualismo desmedido e deixando, por conseqüência, a sociedade desamparada, sujeita à ambição do capital que impunha a todos o princípio do *laissez faire* (SOUZA, 2003, p. 158).

Em Lages, onde o poder político e a maçonaria andavam de braços dados, a atividade catequista dos franciscanos era repudiada pelos maçons, que se negavam a receber a assistência religiosa dos padres, estes que, para desenvolver ações educacionais, enfrentavam sérios problemas.

> Repetidas vezes os maçãos, nos últimos anos, se tinham levantado contra os padres (cfr. Região Serrana, n. 109, de 4.6.1899), hostilizando o ensino religioso nas escolas públicas. Foi por isso que frei Rogério, como vigário, resolveu fundar uma escola paroquial, primária, para que pudesse ser freqüentada também pelas crianças pobres. Assim, a juventude poderia ser instruída na religião, sem que as autoridades civis se pudessem opor. Foi adquirido, em nome da igreja-matriz, um terreno apropriado, na

[70] Aos delegados literários cabia a responsabilidade "de inspecionar, pelo menos uma vez por mês, as escolas públicas e particulares subvencionadas e, uma vez por trimestre, as particulares não subvencionadas. [...]. Ao Delegado Literário cabia a transmissão de informações e ordens hierárquicas entre professores e diretores" (LUCIANO, 2001, p. 169).

[71] A separação entre as duas instituições começaria a ser resolvida a partir de 1910, quando dos anúncios da possível reaproximação entre elas.

> proximidade do Colégio, e construída sobre ele uma escola. Esta, dentro de pouco, foi aberta por frei André Noirhomme, que tinha diploma de professor. Desde a fundação a escola teve boa freqüência, prometendo ricas bênçãos para a paróquia (Apud SINZIG, 1939, p. 135).

A maçonaria lageana, que hostilizava a ação dos franciscanos, apoiava a fundação de um outro colégio, particular, pretendido pelo Prof. Rodrigues Becker. Mesmo assim, os padres venceram. O Superintendente Municipal de Lages, o Coronel Vidal Ramos Júnior, anotou em seu "Relatório" de 1º de janeiro de 1902, que

> [...] o importante estabelecimento de instrução primária e secundária dirigido pelos padres da ordem de S. Francisco continua a prosperar e a impor-se à confiança pública. Não é nova a minha convicção que, possuindo os referidos padres recursos de que poucos poderão dispor para um cometimento, é este o estabelecimento de ensino secundário, que tem as necessidades e condições de estabilidade entre nós. E a prova de que eu não me iludia, assim pensando, está no insucesso do "colégio serrano", dirigido pelo professor Rodrigues Becker, que, como sabeis, fechou-se em agosto último, não obstante ser subvencionado pelo estado e pelo município (*Apud* SINZIG, 1939, p.135).

Em Lages, existiam duas categorias, que acomodavam a população: as classes subalternas subjugadas ou classes populares produzidas passivas e submissas, que se contrapunham com o autoritarismo do Estado na esfera local, ou o exercício autoritário e discriminatório do poder público municipal pelas elites dominantes da sociedade (MUNARIM, 2000, p. 95). A falta de educação escolar para a grande maioria dos subalternos é refletida ainda hoje no índice de analfabetismo na região, que é um dos mais elevados em Santa Catarina. À exceção de momentos e locais institucionais específicos, registra-se uma grande ausência da escola pública ao longo da história e em outros, uma educação dualista. Já para os filhos das elites dominantes, o que quer dizer filhos de fazendeiros, havia escola especial, particular, desde meados do século anterior. Primeiro, o "professor de fazenda, que nela ficava por alguns meses [...] e vivia mudando-se de uma para outra, onde houvesse filho de fazendeiro para ensinar a ler e a fazer as quatro operações" (COSTA, 1982, p. 999). Depois,

> [...] do final do século passado até início deste, os fazendeiros mais abastados enviavam seus filhos a São Leopoldo (RS), onde recebiam educação no Colégio Jesuíta Nossa Senhora da Conceição (homens) e no Colégio Franciscano São José (as mulheres, em menor número) (MUNARIM, 2000, p. 102).

Deve-se aos franciscanos a introdução da educação escolar particular para mulheres no Planalto Serrano Catarinense. Foi em 1901, que a Paróquia de Lages trouxe, de Florianópolis, as primeiras três irmãs da Congregação da Divina Providência, dando-lhes as condições para criar o

Colégio Santa Rosa. Chegadas a Lages no dia 18 de agosto, três dias depois já abriam a sua escola, com 34 meninas matriculadas.

> Aos nove de abril de 1902 chegaram mais três irmãs; alugaram uma casa vizinha e aumentaram, assim, as salas destinadas para o ensino. Dois anos depois foi fundada a Escola Gratuita, que ainda existe, com mais de duas centenas de crianças. [...]. O número de alunas cresceu de tal modo que foi resolvida a construção de um prédio suficientemente grande em outro terreno, tendo frei Rogério o consolo de lançar a pedra fundamental a treze de fevereiro de 1913. Dois anos depois, foi inaugurado o novo colégio... (SINZIG, 1939, p. 178).

Na seqüência da abolição da escravatura, no ano de 1888, em Lages aconteceu o chamamento às camadas mais pobres para a educação escolar, por iniciativa das elites.

> Essa preocupação em conduzir o povo à escolarização seria o desejo de normatizar, ordenar, homogeneizar as massas aos meios de controle social, entre eles a escola, que se apresentava de forma mais eficaz e direta. Nesse novo contexto, os negros são considerados cidadãos. Aparentemente, eles vão estar "diluídos" na camada mais significativa da população – os pobres. Ou seja, vão dividir espaços com os não negros, mas igualmente pobres (ROMÃO & CARVALHO, 2003, p. 50).

Quando Curitibanos ainda era uma freguesia, pertencente ao Município de Lages, observamos o seu primeiro registro da Educação Escolar: o Ato de 17 de novembro de 1864, do Presidente da Província, que criou uma escola de primeiras letras (instrução primária) para o sexo masculino (LEMOS, 1977, p. 159-160), instalada no ano seguinte. O prédio desta escola masculina, de madeira – símbolo do poder oligárquico local – foi um dos alvos da investida dos caboclos na Guerra do Contestado, sendo incendiado e totalmente destruído quando da invasão de Curitibanos, em setembro de 1914.

Segundo PIAZZA[72], em documento oficial, datado de 1899, quando o Estado de Santa Catarina dispunha de apenas 184 escolas, o Governo afirmava o que acontecia na ação administrativa: "[...] disseminar mal muitas escolas, prover nas diversas cadeiras professores incompetentes, e disseminar a ignorância e quiçá aniquilar disposições que só o mestre sabe desenvolver", e aquele testemunho se completava:

> [...] as escolas vivem sob o mais arcaico dos regimes, os professores, esses, apresentam-se aos alunos levando apenas o salvo conduto de um exame cheio de complacência e de inutilidades e em muitas escolas os alunos em ao menos encontravam os abomináveis bancos de pau para descansarem (PIAZZA, 2004, p. 56)

No final do Século XIX, visando a melhoria do ensino houve algumas reformas ou tentativas de reorganização do ensino, com a reforma do Governo do Tenente Manoel Joaquim

[72] PIAZZA, Walter Fernandes. *O Ensino em Santa Catarina (1500-2003).* Mimeo. Florianópolis: 2004 (Inédito), p. 56-60.

Machado (1892), as modificações planejadas na administração de Hercílio Luz (1894). Mesmo assim, "a criação de escolas se fazia de acordo com as conveniências políticas e a escolha dos professores públicos também o era" (PIAZZA, 2004, p. 60).

1.8.2 Primórdios do Ensino no Contestado Paranaense

Do Paraná para a História do Contestado referenciada no Século XIX, precisamos atribuir integralmente todos os acontecimentos educacionais dos municípios de Itaiópolis, Três Barras e Timbó. De Rio Negro e União da Vitória, a captura de fatos históricos volta-se às sedes municipais, que foram cortadas ao meio pelos novos limites interestaduais e, principalmente, pertencem-nos os fatos[73] havidos na parte Sul do território de Palmas (cuja sede ficou acima da linha de divisa).

> No Paraná do Século XIX, a educação escolar mantida pelo Estado é institucionalizada lentamente: em um vasto território, compreendendo então 240 mil km², viviam aproximadamente 62 mil habitantes, quando foi instalada a Província, em dezembro de 1853. Além de rarefeita, a população estava distribuída de forma a não favorecer a ocupação efetiva do território. Até o ano de 1900, a área efetivamente ocupada pela população no Paraná era de 1/3 do total, compreendendo as cidades de Paranaguá no litoral, Curitiba no primeiro planalto e Castro no segundo planalto, com suas vilas e freguesias, como a vila do Príncipe, atual Lapa, e Guarapuava, já no terceiro planalto, na direção oeste (WACHOWICZ, 1984, p. 16-17).

Significativa parte do Contestado, entre os rios Iguaçu e Uruguai, fazia parte do Paraná e, conseqüentemente, também era "passagem" entre São Paulo e o Extremo-Sul do País.

> os planaltos favoreciam a passagem de viajantes, que tomavam por ali a via de acesso ao interior: tanto os que vinham do sul – como os que vinham de São Paulo ou de outras regiões ao norte, encontravam no planalto o caminho de comunicação, sendo o Paraná um território de penetração no interior, por brasileiros, para o sul do Brasil. O litoral ficava isolado dessas vias [...] (WACHOWICZ, 1984, p.38).

De modo geral, a educação era tratada de forma idêntica no Paraná e em Santa Catarina. Até o final do Século XIX, os Estados "empurravam" as obrigações educacionais para os respectivos municípios e "apoiavam" as iniciativas particulares, subvencionando as escolas do tipo "comunitárias", principalmente nos núcleos coloniais. A inspeção escolar, através dos

---

[73] Uma pesquisa de fôlego em fontes primárias da documentação governamental paranaense para levantar o papel do professor na escola pública estadual durante o período de 1853 a 1930, foi empreendida entre 1978 e 1981, pela Profª Lílian Anna Wachowicz, ligada ao Instituto de Educação do Paraná e à Universidade Federal do Paraná, para sua tese de doutorado intitulada *Relação Professor-Estado no Paraná Tradiciona,l* defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e publicado em 1984.

inspetores comissionados, distritais e locais, era utilizada como instrumento político-eleitoreiro. As reformas do ensino não se apoiavam em experiências anteriores.

Na Província do Paraná, verificava-se a existência de uma grande diferença entre os números de alunos matriculados e alunos freqüentando aulas, em praticamente todas as escolas públicas. Em 1869, por exemplo, apenas 5,4% dos alunos matriculados prestaram exames no final do ano. Conforme o *Ofício-Relatório* do Inspetor Geral da Instrução Pública, de 1870, havia 957 alunos e 439 alunas matriculadas nas cadeiras definitivas de instrução primária existentes na Província, dos quais apenas 52 meninos e 19 meninas haviam prestado exames finais no ano de 1869.

> A população somente passa a reivindicar a educação escolar quando os grupos urbanos se tornam expressivos e se organizam para a vida social, o que ocorre no final do século XIX, no Paraná tradicional, coincidindo com a modernização da indústria do mate, e com a influência da imigração européia, que representou um contingente de população quantitativamente significativo na época, introduzindo, além disso, mudanças qualitativas de comportamento produtivo (WACHOWICZ, 1984., p.19).

Liliam Wachowicz levantou que um dos grandes problemas para a continuidade de desenvolvimento de projetos educacionais no Paraná deveu-se às incertezas criadas pela impressionante alternância no poder maior: de 1853 a 1901, o Paraná teve 54 presidentes ou vice-presidentes e 25 governadores, vice-governadores e juntas governativas. Só nos cinco anos compreendidos entre a Proclamação da República (1889) e a Revolução Federalista (1894), o Estado teve 15 diferentes governadores. No mesmo período, os paranaenses tiveram cinco regulamentos gerais do ensino – 1857, 1876, 1891, 1895 e 1901 – alterados por leis, decretos, instruções, outros regulamentos e por leis orçamentárias. Para a pesquisadora, "a instabilidade política até o final do século XIX, quando os presidentes se sucediam no cargo, após alguns meses de gestão, trouxe para a institucionalização da escola, algumas dificuldades: os regulamentos estabelecidos por um governo, eram criticados e revogados por outro" (WACHOWICZ, 1984, p. 82).

Palmas foi elevada à categoria de Vila em 14 de abril de 1879, mas as primeiras notícias e registros sobre a educação escolar são bem anteriores à data da sua emancipação político-administrativa. O primeiro marco histórico remonta a 1856, enquanto ainda pertencendo a Guarapuava.

> Em 1856 padre Braga, que ocupava o cargo de Inspetor Oficial do Ensino em Guarapuava, sugeriu que José Antonio Alexandre Vieira, também conhecido como "Seu Mestre", lecionasse na escola pública criada naquele ano em Palmas, contando com vinte e um alunos interessados na matrícula. Contudo, a designação oficial de professor ainda não existia e esse assunto não era incumbência oficial do padre Braga, especialmente para a localidade de Palmas. Estavam para ser nomeados nesta cidade Pedro Ribeiro de Souza, como professor e Antonio de Oliveira Ribas, como Inspetor de Ensino. Enquanto não tomava posse oficialmente a pessoa designada pelo Governo da Província como professor, José Antonio foi convidado a lecionar as primeiras letras para aqueles alunos interessados na matrícula, iniciando-se, assim, sua participação na instrução dos moradores de Palmas (ALVES, 2003).

De forma oficial, a História da Educação da localidade é contemplada pela Lei n.º 214, de 25 de maio de 1870, que criou uma "Cadeira de Primeiras Letras" em Palmas. Em 1893, alguns anos mais tarde, um novo decreto nomeava para professora do gênero feminino, a senhora D. Maria dos Anjos Cunha e para reger a cadeira promíscua da Vila da Boa Vista (atual município de Clevelândia), a senhora D. Madalena dos Santos Costa. Mas, essas cadeiras eram pouco freqüentadas e de pouquíssimo resultado quanto à instrução[74]. Dessa época, em que somente as primeiras letras eram lecionadas, temos alguns registros que descrevem como se dava a educação dos filhos e filhas dos fazendeiros palmenses:

> Os filhos dos "senhores" recebiam instrução em casa. Para isso, contratavam professores que ficavam residindo nas fazendas, sendo que alguns mesmo nunca mais as deixavam. Mais tarde, os moços começaram a procurar a Capital a fim de obterem uma melhor instrução. Não foram poucos os que conseguiram graduação e se projetaram, política e culturalmente, no âmbito estadual. Às moças não lhes era dada, de começo, tal regalia. Permaneciam em casa, casavam-se com os escolhidos de seus pais. Eram ótimas donas de casa, sabiam bordar, fazer crochê e as afamadas "broias". O ponto de cruz para elas, não tinha segredos. Faziam-no em sacos (panos de prato), em morim e algodão (toalhas de rosto e de mesa), com fios contados e apresentando amostras bastante trabalhosas. Esses bordados, bem limpos, engomados alguns, eram depositados nas "canastras" e constituíam parte do enxoval das noivas (MARCONDES, 1977, p. 81).

No isolamento dos campos de Palmas,

> [...] eles não contavam com os recursos que a civilização e o progresso nos proporcionam presentemente [...] nem, tão pouco, com métodos de ensino. Tudo era primitivo, rudimentar e tacanho, mas superavam as dificuldades com suas tremendas energias, com suas inabaláveis resoluções de vencer. A educação, a instrução dos filhos daqueles que dispunham de recursos financeiros, só era possível em Curitiba, sob regime de internato, circunstância essa bastante dispendiosa que não era permitida à maioria dos jovens daquele tempo. Foi dessa forma que se educaram e se titularam em Curitiba mais uma centena de palmenses [...] (MARCONDES, 1977, p. 23).

[74] Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas. Pasta A2 s/n – Diocese de Palmas, sua História – Documentos Diversos (Biblioteca da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão).

Com relação aos "Campos de Palmas-de-Baixo", temos que na segunda metade do Século XIX, levantou-se a questão de limites entre o Brasil e Argentina, esta que reivindicava a posse das terras paranaenses localizadas no vértice dos rios Chopim (antes) e Jangada (depois) e o Rio Iguaçu ao Norte, e rios Chapecó e Uruguai ao Sul.

A 14 de março de 1882, o Capitão do Exército, José Bernardino Bormann, fundou a Colônia Militar do Chapecó (atual Município de Xanxerê, no Oeste Catarinense), com sede numa colina à margem do Arroio Xanxerê, objetivando a defesa das fronteiras, a catequese dos índios e a colonização de uma área de 48 léguas quadradas. Bormann, nomeado para liderar esta tarefa apenas em 1880, em atenção à ordem do Império do Brasil, que criou as colônias militares de Chapecó e do Chopin, na Província do Paraná, não descuidou da instrução aos colonos e caboclos que nela se estabeleceram. Temos os registros de que

> a situação da colônia, em 1884, era de 58 casas, incluindo as dos soldados e a igreja prestes a concluir-se. Em 1885, a população era de 190 habitantes, excetuando-se o pessoal do destacamento militar, existindo 74 casas prontas. [...]. No ano de 1886 eram 42 habitantes e funcionavam duas escolas, uma diurna para 26 crianças e uma noturna para 22 praças do destacamento e colonos. [...]. No ano de 1892, no ensino apresentou-se aula diurna com 44 alunos e noturna com 36 praças e civis [...]. (PIAZZA, 1994, p. 219 e 221).

O final da manufatura, enquanto uma fase de produção hegemônica no país e as primeiras tentativas de instalação de máquinas a vapor, formaram uma classe intermediária de população – a pequena burguesia – localizada entre a classe dominante (dos fazendeiros) e a classe dominada (dos trabalhadores nas fazendas), essa que surgiu ainda antes da afirmação da burguesia como classe dominante.

> Essa camada intermediária foi sendo agrupada em núcleos populacionais formados em torno da produção, os quais desenvolveram no Paraná a mineração, o comércio de tropas muares, a criação de gado, a indústria extrativa e o comércio da erva-mate e, finalmente, a exploração da madeira de pinho, como atividades econômicas mais expressivas, no período estudado. Tais grupos compunham o que poderia chamar-se a pequena burguesia, e neles foram recrutados os próprios representantes do Estado, nesse período: o claro, os militares, os intelectuais e os funcionários públicos [...] e desempenhou papéis importantes no projeto de afirmação do Estado Brasileiro, fornecendo os quadros de pessoal para execução dos serviços que se faziam necessários junto aos núcleos de população (WACHOWICZ, 1984, p. 4).

Aqui, refere-se ao Município de Porto União da Vitória, pertencente ao Paraná – enquanto Província e Estado – até 1917. Após este momento, as referências passarão a ser específicas e diferenciadas, entre União da Vitória (PR) e Porto União (SC). Entendemos que não há como

separar a História da Educação Regional dos dois municípios até a homologação do Acordo de Limites[75].

São vagas as informações preliminares. Durante o Império, a instrução primária era deficiente em número de escolas, de professores e de qualidade de ensino. "Nos primeiros tempos, havia apenas escolas particulares, masculinas e femininas, que atendiam os filhos dos mais favorecidos. Com a vinda dos imigrantes, surgiram as escolas coloniais, para atender os seus filhos. Aos poucos, foram se transformando em escolas públicas" (CARNEIRO et al., 1991, p. 208).

O primeiro professor da vila de Porto União da Vitória foi Raimundo Colaço que, num período estimado entre 1868 ou 1870, até possivelmente 1877, ministrava aulas numa escola de instrução primária num local onde hoje existe o Colégio Santos Anjos, em Porto União. Em 1880, o Governo da Província criou "uma cadeira de instrução primária para o sexo masculino, no Porto da União, município de Palmas" (MIGUEL, 2000, p. 220). O segundo mestre-escola foi Cipriano Mendes Sampaio, que atuou até 1888, quando deixou de ser professor para exercer cargo de Escrivão de Polícia. No ano de 1885, iniciou atividades no magistério o Prof. Rodolfo Boese. O quarto nome que aparece é o do Prof. Libero Teixeira Braga que, em 1886, montou um colégio.

A 30 de março de 1891, o Presidente da Província do Paraná, General José Cerqueira de Aguiar, criou a primeira escola mista de instrução primária estadual de Porto União da Vitória, destinada a meninos e meninas, juntos, assim oficializando a iniciativa da Profª Amélia Schleder de Araújo, que atuou no magistério até seu falecimento, trinta e quatro anos depois.

Pequeno burguês, José Cleto da Silva (1843-1912), abolicionista, maragato, funcionário público estadual, educador[76], que chegou a Porto União da Vitória em 1894, já no ano seguinte

[75] Em *União da Vitória – Nossa Escola, Nossa História* (1990), Cordovan Frederico de Melo Júnior apresenta sinteticamente o esboço histórico dos primórdios da educação escolar neste município, num estudo abrangente das suas unidades escolares estaduais, municipais e particulares, elas que, até 1917, atendiam a clientela de ambas as margens do Rio Iguaçu e em ambos os lados dos trilhos da estrada-de-ferro (linha de divisa interestadual dentro da área urbana de União da Vitória e de Porto União).

[76] Em 1894, acompanhando as forças de Gumercindo Saraiva, em retirada do Paraná, chegou a Porto União da Vitória um grupo de liberais e "maragatos", incluindo José Cleto da Silva. Durante seis meses este grupo perambulou pela região dos Campos de São José e pelo Vale do Timbó, fugindo das violentas perseguições dos "pica-paus". Um dos seus sete filhos – José Júlio Cleto da Silva – destacou-se na política paranaense, como idealizador do "Estado das Missões", em 1910 e em 1917, duas infrutíferas tentativas de não entregar o Território Contestado para Santa Catarina.

criou um colégio que funcionaria nos regimes de internato e de externato até 1899. Este era o conhecido "Colégio Cleto", que recebia alunos de toda a vizinhança.

1. 8.3 As Escolas Étnicas – Registros de alternativas educacionais

Da parte governamental, do final do século XIX até começo do Século XX, o meio rural brasileiro não oferecia condições de aprendizado regular, primeiro devido às precárias condições econômicas das províncias sulinas e, depois, à falta de elementos preparados para realizar as tarefas escolares.

As primeiras colônias européias do Brasil Meridional procuraram, então, na medida do possível, preservar a educação dos filhos dos imigrantes com a manutenção de escolas de nível primário e secundário. No caso da imigração holandesa, a função dessas escolas foi perpetuar o conhecimento da língua e da cultura dos imigrantes como uma alternativa a ficarem sem instrução. Sob este aspecto, integrando os filhos aos núcleos coloniais reforçou-se o sentimento de identificação cultural, contribuindo para isolá-los mais da vida da nação (LUYTEN, 1981, p. 67). Nas colônias das imigrações alemãs, italianas, polonesas e ucranianas, não foi diferente.

A imigração promovida pelos paranaenses no Século XIX, para povoar a área Setentrional do Contestado, nas margens dos rios Negro e Iguaçu, trouxe embutida a mentalidade européia da necessidade familiar da educação escolar aos filhos. Paralelamente, a assistência religiosa proporcionada pela Igreja Católica, nos municípios de Rio Negro e de Porto União da Vitória, muito contribuiu para a abertura das primeiras unidades escolares, tanto nestas vilas, como nos núcleos coloniais[77].

Com melhores índices de escolaridade, as populações destes municípios apresentavam-se como mais politizadas do que as das outras zonas do Território Contestado. Pela influência dos imigrantes, eram consideradas mais "letradas", inclusive, mais "cultas", à vista de manterem dezenas de sociedades artístico-culturais, onde desenvolviam o teatro, a música, a dança, o canto, as tradições e a literatura, a par da educação escolar. No entanto, nos sertões, para os habitantes residentes fora das vilas e dos núcleos coloniais, repetiam-se e reproduziam-se as categorias do

[77] Por razões metodológicas, as informações sobre as escolas particulares e comunitárias, da categoria "étnicas", nas zonas rurais e nas cidades da região, constam no capítulo seguinte.

analfabetismo, da ignorância, do desconforto e do desamparo, terreno fértil para dominação pelos mais fortes e ricos, tal como acontecia em Curitibanos e em Campos Novos.

Escolas Étnicas Alemãs

No Município de Rio Negro, apenas dois anos após a chegada da primeira leva de alemães do Trier, quando ainda nem o Paraná existia como Estado, foi criada a primeira escola destinada aos imigrantes alemães recém chegados, a 10 de outubro do mesmo ano de 1832, "através do decreto da Regência do Império, exercida por Francisco de Lima e Silva, José da Costa carvalho e João Bráulio Muniz" (TOKARSKI, 2002, p. 203). Em 1844, o Professor Rodrigo Antonio Moreira ministrava aulas para 22 alunos, de ambos os sexos (ALMEIDA, 1975, p. 34). Destacamos também o estabelecimento comunitário, portanto particular, conhecido como Escola Alemã ("Deustsche Schule") de Vila Nova, criada em 6 de janeiro de 1898 pela comunidade germânica local, que era auxiliada pelo governo alemão, destinada a crianças de ambos os sexos, católicas e protestantes, que se manteve assim por muito anos[78].

Em 1887, a Escola Alemã iniciou suas atividades em Porto União da Vitória, mantida pela Sociedade União, com o objetivo de preservar a cultura germânica. Funcionava numa casa de madeira, no centro da cidade, e o seu primeiro professor foi Heinrich Bartsch.

Escolas Étnicas Polonesas

Nos estudos sobre a colonização polonesa nas terras enquanto paranaenses, se inserem enfoques sobre as escolas étnicas polonesas.

> a colônia procurava solucionar a falta de escola oficial, através de pequenas escolas particulares, onde o colono mais credenciado para tal, e que assim o desejasse, passasse a ministrar aulas de alfabetização, ao menos para parte dos filhos dos colonos. (...) Várias dessas escolas improvisadas funcionaram dois ou três anos, geralmente extinguindo-se por desistência do professor. Alguns desses professores improvisados requeriam e alguns obtinham pequeno auxílio da parte do governo, o que aliás não durava muito tempo, tal qual a própria escola. (WACHOWICZ, 1977, p. 38-39).

[78] Em 1938, quando da "nacionalização", o Prefeito de Mafra, Pedro Kuss (que havia sido Inspetor Escolar em 1919), interditou a escola e demitiu seus professores, convertendo-a em escola municipal, que depois veio a se denominar Escolas Reunidas Professora Maria Paula Feres, em 1962.

Havia, entre as famílias camponesas polonesas, o costume de fazer uma diferenciação de tratamento entre meninos e meninas, ou seja, entre filhos e filhas.

> Via-se no menino o principal herdeiro das propriedades da família, bem como o continuador do nome da mesma. Além disso, era o menino quem precisava receber, segundo eles, uma instrução melhor do que a menina, porque teria que enfrentar a vida, procurar trabalho e maior responsabilidade em sustentar futuramente uma família. A menina, achavam os colonos, pelo contrário, não tendo de arcar com todas essas responsabilidades, dependente, em todas as circunstâncias, do marido, ficaria em casa. (WASCHOWICZ, 1977, p. 40).

Em direção a Rio Negro, em São Bento do Sul, "os polacos chegaram em 23 de setembro de 1873 e só alguns anos depois, já estabelecidos e organizados, construíram a primeira escola e uma capela" (TOKARSKI, 2003, p. 94). A primeira escola pública destinada a filhos de imigrantes poloneses foi criada pelo Paraná, a 1º de julho de 1895, sediada na Colônia Lucena (hoje Itaiópolis). Um dos seus professores foi o polonês Mariano Gardolinski.

Escolas Étnicas Ucranianas

No Relatório governamental de 1877, o Presidente da Província do Paraná, Lamenha Lins, apresentou as condições básicas para a fixação do camponês europeu nas colônias recém fundadas, localizadas nos arredores da capital do Estado:

> Medidos e demarcados lotes de terras de cultura nos arredores da cidade, traçadas as estradas, entrega-se um lote a cada família, com uma casa provisória, regularmente construída. [...]. Em cada núcleo funda-se uma escola e edifica-se uma capella, com exceção daquelles que por muito próximos da cidade dispensam essa construcção (PARANÁ, 1877, p. 80).

Dois anos depois, em 1879, constou o mesmo presidente provincial que "torna-se necessária n'esta colônia a construcção de duas escholas, não só por ser grande o número de crianças como por tornar-se difficil às mesmas percorreram grandes distâncias" (PARANÁ, *Apud* WACHOWIZC, 1977, p. 15).

O engajamento da vida comunitária incluia compromisso com a família, com o governo e com a Igreja. E para tal, deve ter educação recebida da família, da escola, da igreja e da própria comunidade. A família, a igreja e as primeiras escolas no interior, junto aos imigrantes ucranianos, paralelamente aos conhecimentos estabelecidos por programas oficiais, ensinavam a língua ucraniana e, com ela, toda uma cultura e espiritualidade do povo.

As primeiras escolas ucranianas em território brasileiro datam de 1898. Nesta época os padres basilianos Silvestre Kizima e Antronio Martinhuk, com o auxílio da comunidade, construíram duas pequenas escolas nas redondezas de Prudentópolis, em Vicente Machado (Professor Paulo Lepka) e em Nova Galícia (Professor Alexandre Huk). Em seguida surgem, em Prudentópolis, a escola em que foi o primeiro professor Casemiro Brodiak e, em Iracema, em 1904, onde o primeiro professor foi Makcemovicz. Por volta de 1907, organizaram-se escolas em Antonio Olinto, Curitiba e Porto União (ZINCO, 1960, p.5).

1.8.4. O "perigo" da Caboclização do Imigrante

A grande preocupação da maioria dos imigrantes que se dirigiu às zonas rurais do Brasil sempre foi o temor da chamada "caboclização" ou "acaboclamento" de seus filhos. Os termos que utilizamos servem, ambos, para designar o tipo de relacionamento entre os imigrantes e os nacionais de zona rural que, no entender dos imigrantes, lhes trariam como conseqüências uma baixa de nível em sua bagagem cultural e na dos seus descendentes. A discriminação, mais a intensidade desta preocupação vai variar conforme a procedência dos imigrantes (europeus ou asiáticos) e a zona para a qual se dirigem (LUYTEN, 1981, p. 67).

> Devido a circunstâncias históricas e ecológicas, o processo culturativo tende ora mais, ora menos para a adoção de padrões luso-brasileiros em sua variante rural ou urbana, conforme o caso. Preza-se a aculturação na medida em que esta se aproxima da segunda, ao passo que a "caboclização" é estigmatizada como fenômeno de decadência (SCHADEN, apud LUYTEN, 1981, p. 67).

Há o exemplo dos "caipiras alemães" de Santo Amaro, no Estado de São Paulo, que se encontram entre os que se acaboclaram inteiramente e, por isso, foram apontados como moralmente fracos, pois substituíram sua cultura e língua pelo sistema de vida que era característico da população rural, em cujo meio, no século passado, se localizaram seus antepassados (*Apud* LUYTEN, 1971, p. 67). Quanto ao Contestado, observa-se que

> Grupos poloneses, tiroleses e de outras etnias, latinos, germânicos ou eslavos, de menor ponderabilidade, instalaram-se também na região, como aquêles citados, de maior afluxo, principalmente para além do Rio do Peixe e a sua fixação determinou o indispensável processo de trocas e de empréstimos de bens culturais, nativos ou já aceitos, como o kerps, os C.T.G., e outros cuja presença não podemos ignorar nem subestimar. Todavia, o elemento luso-paulistano básico, com a sua capacidade ilimitada de absorsão, como já aconteceu com sociedades muito mais fechadas e com colônias muito mais exclusivistas e nativistas, encistadas em suas culturas originárias e em momento de exaltação racista, acabará por aglutinar tôdas as modalidades que surjam no planalto, na constituição de um tipo de cultura que reflita a nossa fisionomia, sem

> ilhas ou arquipélagos que a desfigurem ou a descaracterizem (CABRAL, 1971, p. 50-51).

As colônias situadas as margens do Rio Negro expandiram-se, na esquerda, em direção a Lages e às cabeceiras do Itajaí, conservando-se, todavia, em completo isolamento em relação à comunidade catarinense, até mesmo tempos depois da passagem do território para a jurisdição do Estado. (CABRAL, 1971, p. 45). E quando isto aconteceu, em 1917, as colônias já apresentavam um sensível grau de acaboclamento, embora parte dos alemães, dos poloneses e dos ucranianos conservassem, pela periferia dos seus núcleos, hábitos e costumes próprios.

Este primeiro capítulo abordou a temática do território livre a ausência de escolas. A formação do homem do Contestado recebeu um tratamento aprofundado de seu ambiente e de sua vida campeira, incluídos a formação do índio, do negro e os imigrantes.

A passagem do território livre iniciar-se-ia a partir das estradas reais – Estrada das Tropas e Veredas – e culminou com o movimento político-econômico empreendido pelo Estado oligárquico e o capital estrangeiro. Esta transição será abordada mais especificamente na conclusão, quando se realiza uma conexão entre os três capítulos, no sentido de uma compreensão do movimento do capital no Contestado.

MAPA 6:

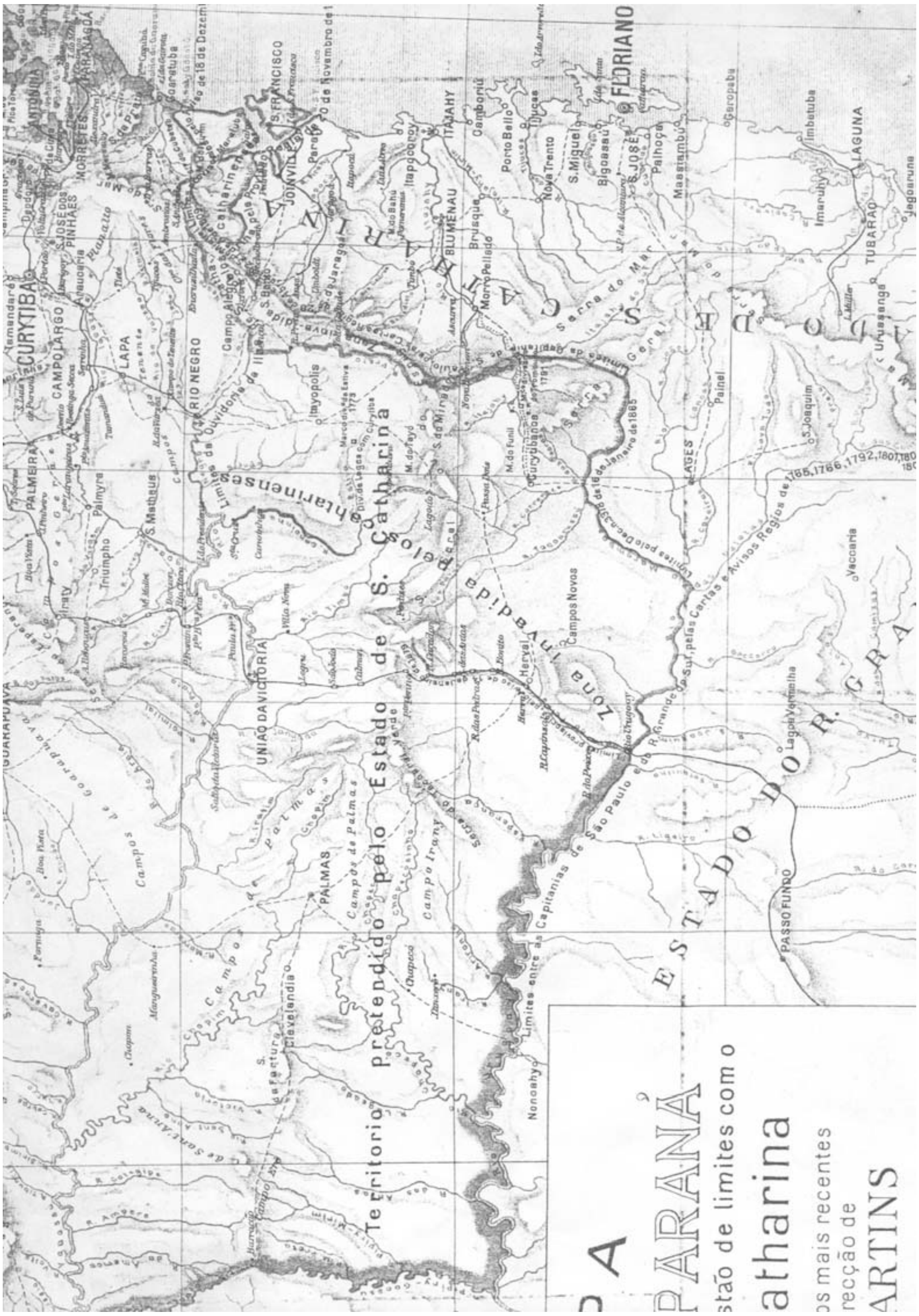
A PROVÍNCIA DO PARANÁ NO SÉCULO XIX INCLUINDO O TERRITÓRIO CONTESTADO



Fonte: Acervo permanente do Museu do Contestado, Caçador (SC) – Coleção Mapas do Contestado..

MAPA 7:

O ESTADO DO PARANÁ, INCLUINDO O TERRITÓRIO CONTESTADO – 1910



Fonte: MARTINS, Romário. *Limites Inter-Estadoaes entre Paraná e Santa Catharina. Breves Explicações do Mappa Histórico Annexo.* Rio: Gomes, Irmãos, 1910. Anexo.

2. FORMAÇÃO DA IRMANDADE CABOCLA E A ESCOLARIZAÇÃO

Nesta parte, nosso estudo enfoca a formação da irmandade cabocla regional, onde e quando desponta o homem do Contestado, habitante do território livre do Contestado, dentro de um quadro social e cultural comum que abriga caboclos e fazendeiros. As diferenças econômicas, sociais e de cidadania, entre a vida familiar do fazendeiro e do caboclo não impediam uma relação mútua de interdependência entre as duas partes, às vezes harmoniosa, outras vezes opressora. Considera-se importante para a compreensão da formação da cultura geral da irmandade cabocla na territorialização do Contestado, além do estudo dos principais traços, complexos e padrões da cultura material e imaterial, o sentimento religioso, a formação da sua personalidade guerreira e a educação escolar.

2.1 O PATRIMÕNIO CULTURAL DO CABOCLO

Por ocasião da Guerra do Contestado, estimamos que 90% da população desta região era formada por caboclos natos e acaboclados e, que a metade desta percentagem devia-se a um tipo especial de caboclo. Este sub-tipo, ou "tipo especial", que encontramos espalhado pela região ainda no final do Século XX, entre os sobreviventes da Guerra do Contestado e remanescentes dos primeiros povoadores e, agora, com numerosa descendência, apesar da cor da pele igual e, mesmo com traços e complexos culturais idênticos a de todos os outros caboclos regionais, revelou-nos possuir uma condição social inferior e de ter elementos culturais que os outros caboclos não tinham. Uma originalidade, então, ficou evidente e não tivemos dúvidas: estávamos diante do "homem do Contestado".

Surgiu aos nossos olhos, assim, o "caboclo pardo", como a mais original de todas as designações para os "homens do Contestado". Ele reúne todas as características étnico-raciais do "caboclo" nacional e regional, mas vai além por revelar ser possuidor de um bom número de traços e complexos culturais típicos, encontrados no Planalto Catarinense, muitos deles não existentes fora daqui. Escolhemos a expressão "pardo", pois esta era (e ainda é) a cor da pele do "nosso" caboclo.

2.1.1 A Originalidade do Caboclo Pardo

Nas menções ao "caboclo pardo"[79], englobamos não apenas o "caboclo" (mestiço) propriamente dito, mas também os não-mestiços, que adotaram uma "vida de caboclo", inclusive os brancos "acaboclados".

> Na caracterização das áreas culturais influem a geografia, o passado histórico, os elementos humanos que entraram na formação do tipo social. E a cultura pode também ultrapassar os limites de determinada região natural. Dentro de uma reunião geográfica, ou divisão administrativa, pode existir uma ou várias áreas culturais (COSTA, 1958, p. 160).

O "pardo" foi uma adição espontânea nossa, para diferenciar o simples "caboclo" – existente em todo o Brasil – cujo significado advém mais de explicações raciais, do "caboclo pardo", por nós entendido como um homem típico do Sul do Brasil[80], mais precisamente do Território do Contestado, formador de uma geração que, além da composição racial, difere-se dos outros povos pela cultura, pelo comportamento e pela sua situação sócio-econômica.

> A cultura campesina, de origens seculares, é quase toda conservada de memória sem ensino expresso, salvo língua, religião e técnicas. Pode ser mais ou menos original, dependendo das influências urbanas. Exprime-se em canções, danças, folguedos infantis e de adultos, cantos, lendas, anedotas, provérbios, refrões, no artesanato, vestimenta, objetos de adorno, mobiliário, escultura e outros elementos. Mas não se trata de cultura fechada, isolada. Recebe aos poucos as influências das cidades vizinhas que, por sua vez, são influenciadas por centros maiores (FOLLIET, 1965, p. 17).

Os primeiros portugueses que vieram à nova colônia ao Sul do Equador, pós 1500, aproveitavam-se das mulheres índias aprisionadas, assim dando vazão ao surgimento de milhares de mestiços que, ora compunham os contingentes dos trabalhadores escravos, ora participavam de mais caçadas, ao lado dos brancos. Desta mescla, surgiu o "mameluco", o meio-português e meio-índio, que deu continuidade às frentes paulistas de expansão por todo o Brasil Meridional e pelas terras espanholas do Paraguai, da Argentina e do Uruguai.

O processo de miscigenação, segundo consta, não partiu por iniciativa da mulher branca com o homem indígena, mas sim da índia com o branco, este, atraído que foi desde cedo pela sua nudez e exaltação. A atração do português pela índia teve contrapartida na atração da índia pelo

[79] A partir de 1977, em todos os nossos trabalhos acadêmicos, passamos a utilizar a expressão "caboclo pardo" quando nos referíamos ao homem primitivo do Planalto, habitante majoritário em todo o Território do Contestado nos primeiros anos do Século XX e formador do principal contingente rebelde na Guerra do Contestado.

[80] As descrições do caboclo catarinense conferem bastante com descrições de caboclos luso-brasileiros, habitantes, na mesma época, do interior do Paraná e do Norte do Rio Grande do Sul.

branco. Esta permuta cultural valeu à civilização brasileira, por parte dos autóctones, outros presentes além do corpo.

> [...] a mestiçagem produtora de mamelucos se operou da seguinte forma: 1º - ligações legalizadas pelo matrimônio, entre o homem branco e a mulher índia, ou entre esta e o mameluco; 2º - ligações, sem o laço da legalidade, entre o branco ou o mameluco e a índia, mas que tinham o nexo de continuidade pela mancebia; 3º - ligações fortuitas e accidentais entre o branco ou o mameluco e a índia, às vezes vendadas pelo mysterio, mas que produziam imenso numero de bastardos (ELLIS, *apud* GREGÓRIO, 1980, p. 48).

Foi assim que, na conquista do Sul, os primeiros brancos paulistas incorporaram às suas crenças o fundo cósmico das lendas, as superstições, as crendices, os usos e costumes dos índios. A miscigenação e a aculturação do português com os Tupi, os Guarani e os Gê, também ocorreu com os espanhóis brancos do Uruguai, do Paraguai e da Argentina, quando da formação do "gaúcho", no contato com os Charrua, os Minuano e os Tape, elemento este que, em seguida, adentrou os Pampas do Rio Grande do Sul.

> O espanhol e o português trouxeram ao Novo Mundo as leis, a literatura, as artes, as ciências, sua própria cultura: a religião, as plantas, os animais domésticos, a modificar o meio e a vida dos nativos, e a provocar uma fusão e intercâmbio de influências. Ensinaram aos índios as idéias e costumes europeus e, por sua vez, adaptaram-se ao índio e dele aprenderam a preparar comidas e bebidas de ervas mediciais. Tomaram centenas de palavras da língua nativa e usaram dos meios conhecidos de transporte, em piraguas, pelos rios e canais que o índio abrira, e adotaram-lhe, além dos processos de caça, os de cultivo das terras de aluvião (ORNELLAS, 1948, p. 14).

Inserido na Floresta da Araucária, nas regiões de matas e de campos, o Contestado era território indígena dos Gê, representados pelos Kaingang e Xokleng, tradicionais rivais dos Guarani que se localizavam mais a Ocidente, em terras espanholas, e dos Carijó, habitantes do Litoral. Conheciam-nos apenas os bandeirantes paulistas que os encontravam nas suas expedições para o Sul. Gradativamente, primeiro às centenas e, em seguida, em alguns milhares, estes paulistas penetradores, na maioria mamelucos, passaram a habitar também o Território Contestado. Parte deles manteve contato com o índio domesticado, o Kaigang. Simultaneamente, gaúchos dos pampas também misturaram-se com os Guarani e com os Kaigang, vindo a conhecer, no Século XIX, o Território Contestado. Então, foi desta forma que portugueses, paulistas-mamelucos, espanhóis-castelhanos, gaúchos-mamelucos e índios, além de negros, mulatos, cafuzos e alguns imigrantes europeus, constituíram a primeira grande população do Planalto Central Catarinense, compondo um quadro étnico que só veio a sofrer substancial modificação após a Guerra do Contestado, no advento da colonização com novos imigrantes europeus e seus descendentes.

No Brasil, não podemos esquecer a presença do negro no processo de mestiçagem, logo após a introdução de escravos africanos. Não só ele, mas variados grupos étnicos se ajustaram, adaptando-se uns aos outros, em todo o território. Os angolas ou congos eram os negros oriundos da África; "crioulos" e "moleques", por terem nascido no Brasil. Para eles, os brancos nascidos na Metrópole eram chamados "reinóis"; os que nasciam no Brasil eram conhecidos por "mazombos".

> [...] aos tipos antropológicos de cruzamentos de indivíduos da raça negra (africanos) com indivíduos brancos (europeus) e amarelos (brasilio-guaranís), foram dadas, desde a segunda metade do século XVI, denominações tupis tiradas das características peculiares a cada ordem de mestiçagem (MARTINS, [s.d.], p. 130).

Aos tipos resultantes dos cruzamentos em que entrou o sangue africano, denominaram-se, seqüencialmente: "mulato" (branco e negro), "caboré" (índio e negro), "xibáro" (caboré e negro) e "curibóca" (índio e caboré). "Do ponto de vista intelectual e social, porém, o mais notável tipo mestiço do Negro é o Mulato, como fora o Mameluco entre os mestiços de índio" (MARTINS, [s.d.], p. 130).

Além do branco, do índio e do negro, foi no Século XIX que despontaram no Paraná e nesta parte, hoje catarinense, do Território do Contestado, também os tipos humanos advindos do mulato, do cafuzo e do mameluco, e também do xibaro e do curiboca, genericamente denominados na Antropologia de "caboclo", que nós classificamos como entre os formadores do "homem do Contestado primitivo", para diferenciá-lo do "homem do Contestado contemporâneo", este último surgido após o processo de colonização de terras devolutas por imigrantes egressos de outras colônias sulinas[81].

Assim, portugueses, luso-brasileiros, castelhanos, negros, índios, mamelucos, mulatos e cafuzos, ao longo do Século XIX, formaram o nosso "homem do Contestado primitivo". Vermelhos nativos da terra, negros trazidos da África, brancos oriundos de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul, mestiços com a pele cor-de-cuia ou cor-de-pinhão e imigrantes da Europa, constituíam os biotipos no Território do Contestado. É a este "tipo humano" que

[81] Neste sentido, é interessante a observação de Octávio Ianni, que emprega o termo "brasileiro" quando se refere indiscriminadamente aos descendentes de uma ou das diversas raças que contribuíram para a formação da população do país: mongolóide (índio), negróide (africano) e caucasóide (especialmente o português). Entende ele por "imigrante", em geral, o indivíduo proveniente de comunidade alienígena, seja o polonês, o alemão, italiano, etc. (IANNI, 1966, p. 120).

atribuímos a denominação de "caboclo"[82], sem nenhuma sombra de dúvida, também com sangue indígena nas veias, seja puro, seja mestiço.

> Caboclo é o indígena, o nativo, o natural; mestiço de branco com a índia; mulato acobreado, com cabelo corrido. [...]. Diz-se comumente do habitante dos sertões, caboclo do interior, terra de caboclo, desconfiado como caboclo. [...]. Macedo Soares registra a sinonímia tradicional do caboclo: caburé, cabo-verde, cabra, cafuz, curiboca, cariboca, mameluco, tapuia, matuto, restingueiro, caipira. Da antiga denominação de caboclo aos mestiços avermelhados ainda há a imagem da cor do maribondo caboclo, boi de caboclo, formiga cabocla, pomba cabocla, todas com tonalidades vermelhas ou tijolo. [...]. Exata e fiel imagem da impressão popular, valendo o nativo, o indígena, caboclo-brabo, o roceiro, o matuto-bruto, chaboqueiro, bronco, crédulo, mas, vez por outra, astuto, finório, disfarçado, zombeteiro (CASCUDO, 1980, p. 165-166).

O tipo humano mais original da Região do Contestado é o caboclo surgido como segunda ou terceira geração da miscigenação racial branco-vermelha: filho do curiboca com o mameluco, herdeiro da cultura dos descobridores e da cultura autóctone. Além de preservar traços da cultura indígena, o nosso caboclo pardo mais primitivo era marcado pelos traços das tradições de origem ibérica, do tradicionalismo dos bandeirantes paulistas, do conservadorismo dos curitibanos e do comportamento dos gaúchos dos pampas, com o adicional de ser um especialista em vida selvagem.

2.1.2 Caboclo Pardo do Contestado

No alvorecer do Século XX, a Região do Contestado já estava semi-ocupada. Havia uma população conhecida, esparsamente distribuída entre pequenos quadros urbanos e extensas áreas rurais, nas vilas de Lages, Campos Novos, Curitibanos, Rio Negro, Porto União da Vitória, Palmas e Clevelândia, nos pequenos povoados de Canoinhas e Vila Nova do Timbó, nas grandes fazendas de criação de gado, nos ervais e em núcleos coloniais de imigrantes, todos estes vivendo em sesmarias legalizadas, posses legitimadas e lotes demarcados.

Entretanto, a par dos "residentes", havia ainda muitas outras pessoas que sequer apareciam nos registros oficiais e, por isso, não contavam para os censos demográficos e nem nas listas eleitorais. Estes, na maioria, eram ex-tropeiros, ex-peões, ex-agregados, ex-escravos negros, ex-colonos que, misturados aos índios e a elementos desconhecidos, fossem simples aventureiros, exploradores, refugiados de guerras ou foragidos da justiça, haviam adentrado pelo interior a

[82] Luís da Câmara Cascudo, no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, lembra a origem indígena do vocábulo: de "caá" (mato, selva) e "boc" (retirado, saído, provindo, oriundo). Para ele, o certo seria dizer-se "cabôco" para o elemento

fundo. Era aquela gente simples que habitava os campos e as matas, pelos outros tidos como "terras incultas e selvagens", "sertões desconhecidos" ou "campos inexplorados", que, pensava-se estarem desertos, mas que nem tanto estavam.

Todo este conjunto humano constituiu o "homem do Contestado primitivo", ou seja, a população nativa e imigrante, autóctone e alienígena, que abriu os primeiros caminhos e por eles tropeou, nos antigos pousos instalou as fazendas pioneiras e construiu as primeiras casas urbanas, que assistiu a abertura das primeiras estradas carroçáveis, que sentiu a força do capital internacional, sem entender o que era imperialismo ou capitalismo, quando da chegada da estrada de ferro, da instalação das serrarias da Lumber Company, que ergueu engenhos e moinhos coloniais, que se posicionou (ou não) pró Santa Catarina ou pró Paraná na questão de limites, e que se envolveu - direta ou indiretamente - na Guerra do Contestado.

Temos clara a distinção de dois sub-tipos de "caboclo", como habitantes do Território Contestado, geograficamente dividido pelas serras do Espigão e da Taquara Verde. O primeiro, mais antigo, localizado no Centro e na parte Meridional da Região do Contestado, é o caboclo-camponês, criador e lavrador, praticamente igual a qualquer outro caboclo mais conhecido. O outro é o caboclo-sertanejo, mateiro e meio-colono, localizado no Planalto da Bacia do Iguaçu, na parte Setentrional da Região do Contestado; é de formação mais recente e um pouco diferente do anterior, pois teve menor incorporação da corrente migratória sulino-gaúcha e, já em meados do século passado recebeu mais uma influência, que o primeiro não teve, a do imigrante europeu instalado no Sul do Paraná, nos vales dos rios Negro e Iguaçu, em seguida a 1830.

O antigo "agregado" das grandes propriedades, elemento que forma um dos nossos caboclos pardos, tinha uma característica: ele era o que consideramos o "pobre" economicamente. Seus parcos bens resumiam-se àqueles que ele precisava para sobreviver - quando tinha - e sustentar sua família - quando podia - sem nenhum adicional de conforto. Mesmo sendo ocupante efetivo deste chão dezenas de anos antes da chegada das levas de imigrantes do Século XX, curiosa e inexplicavelmente, pelas suas condições sócio-econômicas, o caboclo-pobre foi marginalizado pelo caboclo-rico e considerado como "intruso" em Santa Catarina pelo próprio Governo Catarinense. Enfatizamos o tipo de caboclo – pardo e pobre – o mais original de todos, pois sabemos que, independentemente da conformação racial, ficou conhecido como sendo o "excluído", ele que sempre foi considerado como membro de uma

---

tirado ou procedente do mato.

camada intermediária na estratificação social dos primórdios da nossa História. Este caboclo, apesar de independente, livre de amarras, era um homem marginalizado.

Vivendo em liberdade no isolado sertão de pinhais[83], o caboclo pardo aqui encontrou seu habitat, vindo a tirar da mata as oportunidades de subsistência, desde a madeira para suas construções, os animais selvagens para a alimentação, as frutas e mel nativo, o pinhão e a erva-mate, servindo-se dos rios para a pesca e, nas clareiras plantou suas roças, enquanto que, na imensidão dos campos, encontrou a natureza aberta para praticar o pastoreio.

Ao longo do Caminho do Sul[84] e nas veredas das Missões, gradativamente foram se instalando muitas famílias mamelucas, com os homens trabalhando tanto nas tropas como nas fazendas, na condição de peões ou agregados. Sem fácil acesso a títulos de propriedade de terras, logo passaram a ocupar terras devolutas e inexploradas na condição de "posseiros" e, em poucos anos, dividindo o espaço com os "bugres" e com aqueles imigrantes saídos dos seus núcleos coloniais, e com eles realizando mútuo processo de aculturação, esta geração cabocla aprendeu a conviver com a natureza proporcionada pela região.

> Como derrubador de lenha para vender ou de madeira para alguma serraria, já o caboclo despende um grande esforço físico: embrenha-se no mato, de machado às costas, com um saco em que leva o alimento e os apetrechos de sua cozinha rudimentar, com mais alguns companheiros e ahi fica os dias necessários até completar a tarefa. Constróe com uns páus e um pouco de palha um efemero rancho para dormir as noites (LUZ, 1952, p. 50).

Quando se aproximavam, eram camaradas, conforme a denominação que se dava ao seu trabalho. Posteiros, residiam nas terras das grandes fazendas, nos pontos mais distantes das sedes, como vigilantes em longínquas invernadas. Eram feitores, capatazes, capangas, compadres, assim formando uma rudimentar clientela dos fazendeiros-ricos. Com suas famílias, moravam em toscos ranchos de madeira com chão de terra batida, espalhados pelos campos; criavam porcos e galinhas, plantavam feijão, milho, abóbora, mandioca, amendoim, batata e alguns legumes. Mantinham relações de compadresco com seus patrões ou arrendadores, considerando-se seus compadres e, seus filhos como afilhados, quando isso lhes era conveniente.

---

[83] Os caboclos "viviam à moda indígena, talvez até pior, sem base econômica, sem assistência de nenhum gênero, nos longes, na solidão dos vales, batidos pelas invernias enregelantes, em distâncias impraticáveis, desconhecendo o serviço público, o médico e o sacerdote, em encontros mortais com o pavoroso botocudo, senhor da região, numa autosuficiência de paria" (SOUZA, 1987, p. 138).

[84] Trecho que na parte setentrional da Região do Contestado era conhecido como "Estrada da Mata" por atravessar densos pinhais.

Se considerarmos a grande extensão das terras nos primórdios tempos, e mesmo na fase inicial dos anos 1900, revelando a necessidade de trabalho para mantê-las, pode-se deduzir o quanto era numeroso o grupo de agregados espalhados pela região. Adentraram o sertão e, pensando valer-se do antigo sistema de "posses", enraizavam-se em terras distantes dos núcleos da civilização. Não mais considerados como empregados, dependentes diretos de seus senhores, tinham a sua mão-de-obra valorizada e promovida. Muitos deles sonharam e tentaram - sem êxito - deixar de ser simples moradores de vida emprestada.

Sem mais compromissos, a não ser com o sustento familiar, nas matas, estes caboclos pardos dedicaram-se a explorar os ervais e a criar porcos selvagens, que só eles sabiam domesticar. Adquirindo algumas mulas, também viraram tropeiros e, quando não, repetiam as cenas do tempo da escravidão e carregavam seus fardos nas costas. Isolados e desprotegidos, desconfiavam de tudo e de todos. Escondiam suas filhas dos estranhos, mas não lhes negavam hospitalidade.

Nosso caboclo, antes um agregado e, depois, um desgarrado, tinha em si um pouco-de-cada-coisa: conhecia os labores do tropeirismo, as manhas da peonada, o artesanato rural, as técnicas da lida com o gado, os meios de sobrevivência na selva. Não era preguiçoso, como muitos teimam em creditar-lhe: trabalhava muito nas fainas diárias, do cantar-do-galo ao por-do-sol e, assim, pouco se divertia.

Gostava de música, mas não dançava além do vanerão ou do chote. Enaltecia tradições dos antepassados, mantinha usos e costumes dos pioneiros. Curvava a cabeça em sinal de respeito aos padres, quando estes o visitavam, ouvia a palavra de Deus pela Bíblia, mas em casa guardava a imagem do seu santo-protetor, São João Maria, sem esquecer suas profecias de um futuro inquieto.

Era um homem ativo: caçador, pescador, lenhador, lavrador, serrador, ervateiro. Seu mundo era a família e seu universo era a terra. Não se desapegava dos modismos dialetais, nem de certos hábitos arraigados, como o cigarro de palha, o trago de cachaça, o largo uso de apelidos, a faca sempre na cintura, o facão fácil à mão e a arma carregada. Homem cheio de orgulho, bom de prosa, simultaneamente capaz de grande amizades e de ódios mortais. Gostava de exibir-se, de mostrar valentia e até de contar mentiras de façanhas que talvez nunca saíram da sua imaginação. Era respeitoso e valente, não fugia de brigas e tirava a limpo qualquer desaforo recebido.

Ao lado do tropeiro, do peão, do colono e do ervateiro, este homem, outrora serviçal deles, não raras vezes fugitivo da polícia ou da justiça, acusado ou condenado por qualquer crime, este tipo era o mais genuíno caboclo pardo. Ele, que um dia, pensou ser possível se livrar das garras dos donos-da-terra, dos chefetes-de-aldeias, dos fazendeiros arrogantes ou dos coronéis-da-roça, que sonhou em obter uma sesmaria, conseguir uma posse ou garantir um pedaço de chão para viver, e ficou só no sonho.

> Entre eles vinham despejados de posses anteriores, onde já entrara o elemento desbravador por excelência: uma simples picada, um precário caminho para acomodação de colonos estrangeiros, ou mesmo uma estrada; outros tangidos pela pobreza, outros ainda condenados pela justiça civil e militar, criminosos e desertores, afora os perseguidos políticos dos régulos de aldeia, que não eram poucos. De núcleos assim constituídos, perdidos no ermo, na confusão dos esquisitos, havia de irromper, em pandilhas ferozes, o bandido, o jagunço, o fanático (SOUZA, 1987, p. 138).

Quase que de repente, no alvorecer do Século XX, à mercê da "nova civilização", o caboclo pardo viu-se diante dos enormes carroções-polacos e de um dragão de ferro, que vieram para substituir suas mulas. Os engenhos deixaram de comprar a erva-mate que tão bem cancheara. Foi impedido de catar pinhão e de plantar milho para engordar seus porcos. Confundiam-no com o bugre da mata. Pouca gente queria o seu charque, preterido às carnes defumadas e depois à carne dos frigoríficos. Não era proprietário de coisa alguma além de si mesmo, nem semesmeiro, nem posseiro, nem assentado. Passou a ser vítima de posseiros e grileiros de terras. Perdeu sua morada para os trustes. E quando tentou reagir, a seu modo, todos aqueles que não queriam saber dele, não hesitaram em alardear: bandido! bandoleiro! fanático! jagunço!

2.1.3 Habitação, Culinária e Remédios Caseiros

Na população do Centro-Oeste Catarinense, hoje encontramos o seu folclore, que revela o saber tradicional do Homem do Contestado Primitivo no final do Século XIX e no início do Século XX, envolvendo um conjunto de tradições orais da cultura imaterial (mitos, lendas, contos, fábulas, causos, trovas e cantos) e uma cultura popular de ordem material (utensílios, habitação, indumentária, instrumentos, remédios e culinária), bem como nos apresenta os antigos hábitos, costumes, linguajares, superstições, crenças e crendices.

> Na área cultural situada no planalto serrano catarinense, na ecologia da mata de pinheiros, onde o homem, o cavalo e o boi, numa associação-tipo, identificam a área cultural gaúcha, as diferenciações transferem à observação preparada um painel

> regional peculiar à área fisiográfica: ali a habitação, os quefazeres do pastoreio, os hábitos, os costumes, a cozinha, as lendas, os casos, as orações, as devoções, as benzeduras, as adivinhações, o cancioneiro, as danças, as trovas, as estórias, o vocabulário, tudo e todos os ingredientes componentes do viver regional e percebidos quotidianamente, seja no lar, no trabalho ou no lazer, valem-se das invenções, problemas e soluções inerentes (SOARES, 1979, p. 11).

Os elementos folclóricos do homem do Contestado coincidem com os usos e costumes de outras populações brasileiras, o que revela a parte da cultura "adquirida" da nossa gente. Interessante é que alguns "folkways" ou "mores" de caboclos de outras regiões não se reproduziram no Contestado, talvez porque aqui faltou algum ingrediente que possibilitasse a manutenção de determinadas tradições. Em contra-partida, aqui se desenvolveram alguns usos e costumes e novos padrões culturais[85].

No folclore regional do Contestado (hoje) encontramos, com raízes mais profundas, a influência indígena (Guarani e Gê), as tradições de origem ibérica (lusas e espanholas), os traços comportamentais dos caipiras paulistas, dos paranaenses dos Campos Gerais e dos gaúchos rio-grandenses e a cultura advinda da Europa Central com os imigrantes pioneiros germânicos e eslavos. Aqui, limitados pelo espaço, apresentamos apenas alguns aspectos tradicionais da nossa primeira gente, na tentativa de visualizar, ao menos genericamente, como viviam os primeiros habitantes da Região do Contestado antes da Guerra do Contestado e da colonização.

Contrastando com as propriedades dos fazendeiros, nos interiores da Região do Contestado ainda agora existem às centenas casas típicas caboclas, construídas e habitadas da mesma forma como há dezenas de anos atrás. As edificações da propriedade cabocla posicionam-se em terrenos altos e descampados, longe de árvores, principalmente de pinheiros e próximas a olhos d'água ou riachos. As dos pobres são constituídas por uma pequena casa de moradia, um galpão, um chiqueiro, um cercado para a horta (este, nem sempre), o forno de pão, o cocho e uma mangueira e uma estrebaria, quando cria gado. As instalações sanitárias, quando existem, são fora da casa: é a casinha da "patente". Algumas árvores frutíferas exóticas (maçã, pêra, laranja, limão, ameixa) destoam do ambiente.

As habitações são pequenas casas de madeira de pinheiro, ao natural (sem pintura), sem mata-juntas, o que permite a existência de frestas entre uma tábua e outra, cobertas por tabuinhas

[85] As informações que ora incluímos foram-nos dadas por dezenas de pessoas, na maior parte senhoras (caboclas, principalmente) com quem conversamos informalmente e que entrevistamos no decorrer de quase trinta anos das nossas pesquisas de campo e, por isso, também são produtos da observação pessoal. Também, foram colhidas na farta bibliografia existente sobre o folclore nos Estados do Sul do Brasil.

também de pinho. Na cobertura, não tem forro e no piso não têm assoalho: o piso é de terra batida. As portas têm trancas ou taramelas ("tramelas", diz o caboclo) e suas dobradiças são de couro pregado. As janelas são fechadas com tampas soltas de madeira. A cozinha é formada por uma mesa, bancos e algumas prateleiras; o fogão, de pedra, com uma chapa de ferro em cima do braseiro, fica a um canto.

Entre aqueles caboclos que se mesclaram com os imigrantes, ou mesmo, entre os imigrantes que se acaboclaram, encontramos propriedades melhor estruturadas e bem construídas. Ao que já citamos como componentes dos caboclos-pobres, adicione-se a casinha com o tanque-de-lavar roupa e o chuveiro, o galinheiro, o pequeno açude, talvez um parreiral. O cercado da horta existe com certeza e com variedade de hortaliças. Nas casas maiores e pintadas (algumas delas), as telhas são de barro, há forro e assoalho de madeira. Na parte da frente existe a "área" (varanda), na qual está a gamela, a tijela e o jarro para a lavação dos pés e das mãos. As janelas têm vidros e cortinas. Dependendo do desnível do terreno, tem porão, aberto ou fechado. As instalações sanitárias mantêm-se fora da casa e só em poucas as vemos dentro. Aí então completadas com a banheira para o banho em imersão. Nas cozinhas, encontramos o fogão-de-lenha, mesa e cadeiras, o caixão-de-lenha, a cristaleira, o paneleiro de tripé. Em cada quarto, há a cômoda, o guarda-roupa, a cama de madeira com estrado, colchão de crina vegetal ou palha de milho e travesseiro com penas de aves.

Entre os pratos da cozinha antiga, na maioria mantidos até hoje, destacamos: quibebe de abóbora, combuquira, pamonha, tapioca, angú de fubá, arroz carreteiro e tropeiro, arroz de forno e puro cozido n'água, canja de galinha, sopa de osso-de-boi, cará frito, charque, guisado de charque, cuscus, farofa, feijão de tropeiro (não o preto, mas sim o pardinho), fritada de ovo, galinha ao molho, assada inteira à caipira ou à passarinho, farofa de tutano frito com farinha de mandioca e açúcar, geléia de tutano, mocotó, pamonha de milho verde, toucinho frito na banha, passoca de carne seca, rabada, pirão de mandioca, carnes de gado, porco e ovelha assadas, cozidas, ensopadas ou fritas, torresmo, língua-de-boi, barreado, pinhão na chapa, cozido em panela ou sapecado nas grimpas, entre muitos outros. "Há ainda alimentos antigos, já em desuso, como origones, queijo de origone, bolinho de coalhada, etc." (LAYTANO, 1952, p. 48). Decididamente, o peixe não era prato predileto na cozinha dos caboclos da Região do Contestado; quando à mesa, o preferido era o cascudo.

O conhecido "arroz de carreteiro", prato feito de guisado de charque com arroz, adicionado por alguns temperos, por demais badalado entre os carreteiros do Rio Grande do Sul, é o mesmo "arroz de tropeiro", que ficou conhecido no tropeirismo. Ele lembra a alimentação básica nas tropas: "Para maior facilidade e economia de tempo, geralmente o tropeiro já levava o lanche de viagem pronto - a passoca - charque cozido e depois socado no pilão, ainda quente, ao que se misturava farinha de mandioca, formando uma substancial farofa, comida como mistura ao café. Os patrões às vezes preferiam a sua 'passoca' de galinha com farofa", anotando no final: "O lanche do tropeiro, a passoca, é também conhecido como 'revirado" (MATOS, 1979, p. 26-27).

> A farinha de trigo é usada há longa data e, mais recentemente, a de centeio. A farinha de milho substitui, na maioria das vezes, a farinha de mandioca. Ambas são usadas nos virados e nos tutus e pirões de feijão, sempre acompanhados de couve refogadinha, torresmos e fritadas de ovos. [...] Os imigrantes italianos divulgaram o macarrão, a polenta, o risoto e as massas em geral, e os alemães, as salsichas, os salemes, os frios, as saladas, as conservas e a broa escura de centeio (RODERJAN, 1981, p. 54).

Apesar de se constituir, ao lado do milho, no alicerce alimentar indígena, a mandioca não era uma planta cultivada extensivamente na região. Havia a mandioca-braba e a mandioca-boa, esta última saboreada depois de cozida na água e frita na gordura. A farinha seca, branca ou torrada, aqui muito usada para o virado-de-feijão, bem como sua goma (polvilho), era geralmente trazida dos engenhos do Litoral. Do milho em abundância, fazia-se a farinha-de-milho, ou fubá, com o primitivo pilão indígena, este depois substituído pelo monjolo e, mais tarde, pelo moinho-de-pedra; também do milho e da mandioca, nos fornos, produzia-se o beiju, ou bijú.

A feijoada (iniciada no Brasil no tempo da escravidão negra), com o feijão em caldo grosso, não prescindia do pé-de-porco, da cabeça-de-porco, tiras de carne de segunda, cortes de lingüiças, tripas frescas e pedaços de costela salgada. O churrasco de gado bovino era a comida preferida dos peões, mas se apreciava muito, também, o churrasco de ovelha (costela, paleta e quarto). Assava-se na brasa o churrasco com couro (costilhares e de matambres) e os sem couro (principalmente de costela e de alcatra). A carne de caça (veados, pacas, tatús, capivaras, porcos-do-mato, etc.) era cobiçada quando cozida e ensopada na panela e bem temperada, para tirar o gosto "forte" da carne escura. A carne moqueada era o prato principal nas grandes festas. O charque de gado (ou carne-de-sol), quando bem seco, fazia-se cozido com farofa ou guisado com arroz, enquanto que, fresco (chamava-se "frescal"), era usado para assar ao forno, adicionando-lhe molho de cebola.

> A "canjica" (extraída do milho maduro e pilado, branca ou amarela, misturada com água) também era um prato muito comum. Narrando um episódio familiar ocorrido em

> São José dos Pinhais, em 1855, Strobel conta a primeira experiência que seu pai e um amigo tiveram com este prato: "Aqui também se acostumaram à principal refeição brasileira: feijão preto, farinha de milho ou mandioca e charque De vez em quando também tinha canjica. Quando comeram canjica pela primeira vez, pensaram que a cozinheira tinha esquecido de salgar, e colocaram sal, piorando mais o gosto. Com o tempo foram se acostumando a comê-la. Nós também, crianças, aprendemos a apreciá-la, principalmente se preparado com leite e açúcar" (STROBEL, 1987, p. 41).

Tratando do toucinho e da introdução da gordura animal nos hábitos alimentares do caboclo, registramos que:

> O toucinho existia em tôdas as despensas, convenientemente lanhado e salgado e suspenso, em largas mantas, soôbre a fumaça dos braseiros. Era usado geralmente em natureza, para os temperos e frituras, aproveitando-se-lhe o torresmo, que entrava na composição de mais de um prato.
> A gordura foi contribuição lusitana à culinária nacional. Ela se infiltrou na magra cozinha indígena, representada pelas farinhas e pelas enxutas carnes de caça, através do azeite, das ôlhas suculentas, dos recheios compactos e, sobretudo, do leitão. E entrou ali como só poderia ter entrado naquela época de paladares incultos e apetites desbragados, em excesso, untando tudo, pingando, coalhando à superfície dos pratos (RIESEMBERG, 1969, p. 104).

Desde cedo, nosso caboclo aprendeu a saborear o leite e seus derivados (queijo, coalhada, requeijão e manteiga), principalmente o "camargo", que é o leite fresco, quente e espumoso, melhor com um pouquinho de café, tomado ao clarear do dia ainda na estrebaria ou na mangueira, durante a ordenha.

Os doces mais comuns eram: amor-em-pedaço, ambrosia, beijo-de-moça, biscoito de amendoim, melado, rapadura, bolo de aipim, bolo de fubá, bolo de polvilho, bom-bocado, broinha de milho, casadinho, doce de abóbora, doce de leite, fios de ovos, moganga-de-leite, goiabada, não-me-toque, ovos nevados, pão-de-ló, pé-de-moleque, marmelada, abóbora em calda, fatia-do-céu, pudim de pão, quindim, sonho-de-valsa, pão-de-ló e arroz doce. Na culinária antiga, o úmido e escuro açúcar mascavo era mais usado do que o acúçar cristal. Muito comum era o bolinho-na-graxa, feito com fubá, leite, ovos e fermento, fritado até dourar num panelão de banha e depois revestido com açúcar cristalizado.

O melhor mel era aquele obtido nas colméias da abelha "mirim", existente nas partes ôcas das árvores, não encontrado em favos, mas em saquinhos, que os índios ensinaram como extrair, "cada um dos quais pode conter de uma colher de chá a uma colher de mesa do líquido puro. O sabor é bastante precioso e ligeiramente ácido o mais das vezes. O mel tem sempre o gosto fresco, mesmo com o tempo mais abafadiço" (BIGG-WITHER, 1974, p. 165).

Entre as bebidas do passado, eram comuns: aguardente pura (cachaça, branquinha, caninha, etc.)[86], cachaça com losna ou com mentruz, chá de mate (torrado), mate-doce (com leite quente e açúcar ao invés de água), chimarrão (xucro, amargo, com água quente), café de tropeiro ou café de coador (este, sempre super-açucarado), licores feitos a partir da adição à cachaça de frutas regionais, e vinhos (obtidos pela fermentação natural de frutinhas silvestres, como a guabiroba, a pitanga, o araçá, a jaboticaba e a cereja).

O "café de tropeiro", pelo largo uso diário, compreendia o uso do pó-de-café, torrado e moído, sem o pano coador. Era feito quando "uma vasilha com água é colocada diretamente nas brasas do fogo de chão para ferver, adicionando-se em seguida o café. Quando levanta a fervura e o pó vem todo para cima, um pequeno tição é introduzido dentro da vasilha. Assim o pó se assenta e não precisa coador. E está pronto o melhor e mais saboroso café do mundo" (MATOS, 1979, p. 26).

Tratando da contribuição dos imigrantes pioneiros à culinária regional no final do Século XIX, lembramos as hortaliças, inicialmente produzidas nas chácaras coloniais alemãs, cultura que, em seguida, foi ampliada pelos poloneses e italianos, num sortimento para saladas que ia desde a cenoura, o pepino, a beterraba, a batata paraguaia, o xuxú, o tomate, até as folhas do repolho, da couve, do radite e da alface, mas, que não eram hábito do caboclo..

No Contestado não existia médicos, que eram substituídos por curandeiros, aquelas pessoas mais experientes na lida com as plantas e as ervas consideradas medicinais, ou curativas (hoje, chama-se "fitoterapia"), nem remédios químicos. Mesmo assim, o caboclo sobrevivia a muitas doenças, graças a uma série de conhecimentos, adquiridos dos índios, dos negros e dos desbravadores, que passaram de geração para geração, com "fórmulas" sempre acrescidas de novas descobertas.

Chás de "cipó de milone" e de "hortelã" eram aplicados para a cura de vermes, bichas, ou para a limpeza do sangue. Para quem estava gripado, bons expectorantes eram "sebo de ovelha" aplicado no peito como emplastro, ou gotas de querosene tomadas via oral. Para tosse forte e bronquite, tomava-se xarope de "agrião" natural, fervido com açúcar queimado, enquanto que, para a coqueluche (dizia-se tosse-comprida) tomava-se leite de égua e chá de "jasmim-de-cachorro" (nada mais do que fezes secas de cães). Para se livrar de furúnculos ou licenços,

[86] Nos redutos, quando da Guerra do Contestado, os valentes guerreiros, antes de combater, tomavam uma mistura de cachaça com pólvora, um alucinógeno e tanto, de efeitos por nós pessoalmente comprovados.

aplicava-se um emplastro de farinha de mandioca cozida e colocada quente por cima, ou cortava-se uma frutinha de "juá", colocando-se a metade cortada por cima. As mulheres combatiam o corrimento vaginal com chá de "sana-flor" ou de "erva-tostão".

O remédio para crianças que urinavam na cama era chá de "broto de samambaia". Para reumatismo, tomava-se chá feito de raiz da árvore "primavera" ou da raiz de "urtigão brabo" misturada à cachaça, ou esfregando no local "folha de tuna". As queimaduras da pele eram curadas com "água de pepino maduro", com nata fresca, ou se utilizando uma ou mais clara de ovo batidas. Em feridas abertas na pele, aplicava-se a "folha de badana" ou de "língua de vaca", esquentadas e usadas nos curativos. Para estancar sangue em feridas recentes, utilizava-se pó de café, açúcar branco, cinza de chapéus de pano e, ainda, uma mistura de tudo isso com teia de aranha. Quando a pessoa pegava piolho, sarna ou outras doenças que provocavam coceira, o combate era feito com "sabão de cinza de madeira de pinho", fervida e coada, e com enxofre misturado na banha, aplicados em todo o corpo.

Quando uma criança apresentava sintomas de "estar bichada", isto é, com vermes intestinais, para acalmar as bichas, que se alvoroçavam na lua cheia, bastava um chá de hortelã. Esperava-se a lua minguante para dar-lhe um "lombrigueiro" (coquetel de sementes torradas de abóbora, mel de abelha mirim, chá de laranja e de losna, alho, suco da erva "santa-maria" e óleo de rícino) e derrubá-las. Quando alguém apresentava sarna na pele, aplicava-se uma espécie de pomada, com banha de porco, enxofre e pólvora.

Para doenças do fígado e mesmo do estômago, tomava-se o chá de "marsela", de "gervão", de "losna", de "erva de boldo" e outras. Crianças raquíticas e molengas, sem apetite, tomavam "alfavaca" em cachaça. Quando veio o alho, seu chá era muito usado para amenizar dor de dente ou outras dores no corpo, enquanto que para cicatrizar a gengiva após a queda ou extração de dentes, tomava-se chá de "arrueira". Para dores de rins, tomava-se chá de "carqueja" (só as plantas com folhas de três quinas). Para dores na bexiga, remédio era chá de raiz de "salsa". Para extrair bernes, esquentava-se o orifício aparente na pele com a brasa do fumo do palheiro ou cobria-se a abertura com toucinho morno. O mel silvestre substituía o açúcar na maioria das composições caseiras para curas.

Destacavam-se ainda, a aplicação de chá de casca do "ipê" para dor de estômago, o chá de "palha roxa" ou de "cabelo de milho" para os diabéticos, o chá de "ponte-alívio" para dor de cabeça, o chá de "artimígio" para cólicas de menstruação, a "erva-de-bicho" para hemorróidas, o

"marmelo seco", a "casca de jaboticaba" e a "cachaça canforada" para cortar disenterias. A "flor do sabugueiro" tinha utilidades, sob a forma de chá, para quem tinha sarampo recolhido, observando-se três dias de resguardo. O chá ou o banho com água da raiz de "São João" (frutinha de árvore) era excelente para o amarelão. Uma das formas de baixar a febre era desmanchando fermento de pão, engrossado com trigo e aplicado na planta dos pés. Ingerindo-se "flor de enxofre" com a comida, limpava-se a pele. Quando a criança estava com míngua, davam-lhe uma colher de chá de "erva-doce", azeite e três gotas de vinagre.

2.1.4 Nas horas de folga, tempo de lazer

O caboclo não tinha muitas oportunidades de diversão. Sua jornada de trabalho mínima era de 12 horas, geralmente de segunda-feira a sábado. Ele seguia o nascer e o pôr-do-sol, aguardando o "sétimo dia". Como era hábito nacional o respeito ao "domingo-de-guarda", a véspera – o sábado à noite – era o maior momento do lazer íntimo, do descanso, do encontro para a prosa com os amigos, para a promoção de bailes em bodegas ou botecos de beiras de estradas, em galpões ou em alguma casa, como os "arrasta-pés" e os "fandangos". O domingo era dia de festa quando um rezador ou um padre chegava na casa de um fazendeiro mais "abonado" e chamava os vizinhos para os batizados, crismas e casamentos, muitos dos quais coletivos, o que acontecia pela manhã e, à tarde, era hora de alegria, de jogos, de brincadeiras, de muito divertimento (ou ainda, de brigas). Quando um fazendeiro-rico "casava a filha", a "festança" durava de três dias a uma semana, varando dias e noites.

Uma vez por mês era costume o caboclo ir "pra vila" com sua família, para comprar os gêneros alimentícios, roupas ou utensílios de que necessitava, isso quando tinha dinheiro; aquele que produzia artesanato em madeira e couro, tinha a oportunidade de compras por escambo com o "dono da venda"; as "trocas" eram sérias: isso por aquilo. Se a "chegadinha" ao povoado era solitária, não deixava por menos: a "escapadinha" à "zona" para o "instante" com a mulher-da-vida, a "china" ou "chinoca", era certa. "Nada como uma boa trepada", dizia ele.

Nas grandes festas religiosas (Santa Cruz, Bom Jesus, do Divino Espírito Santo, entre outras), dos santos padroeiros das capelas (São Sebastião, São João, São Gonçalo, etc.), que eram erguidas aqui e acolá, ou nas datas de efemérides cívicas - quando respeitadas - é que se

realizavam as cavalhadas, os rodeios e as manifestações grupais (hoje tidas como folclóricas), que honravam e preservavam as tradições étnico-culturais.

Na origem das danças no Extremo-Sul Brasileiro, em especial daquelas que, ouvindo nossos caboclos, foram trazidas para o Contestado pelos gaúchos rio-grandenses, como o tango, milonga, guarânia, polquita corrientina, bailado, chula, molambo e samba, destacamos a observação sobre a internacionalização dos ritmos musicais na Argentina, no Uruguai, no Paraguai e no Sul do Brasil:

> Na progressão do caldeamento cultural e regional e na mistura, sempre mais rica do amálgama cultural conessulista, hoje já não se pode separar alguns ritmos musicais em função da sua natividade. Muitos deles vieram de fora, mas foram adaptados e modificados aqui. Outros nasceram aqui e ganharam notoriedade internacional. Entre eles estão o chamamé argentino, o bugio sulbrasileiro, a guarânia e a polca paraguaias, a vaneira ou chamarrita, que na Argentina se chama Rasguido Dobre e que nasceu na Centro-América, com os negros de Cuba e Haiti para depois penetrar na Espanha e Portugal, de onde veio para o Cone Sul da América (FRANCO, 1993, p. 211-212).

As primitivas danças rio-grandenses constituiam o repertório dos fandangos[87] e as músicas tinham duas partes diferentes: as cantadas e as dançadas com sapateados. "O sapateado, a roda, as quadras declamadas, o bater palmas, os cumprimentos, o furtar-par e outros tempos de marcação tornavam estas danças muito animadas" (LAYTANO, 1952, p. 48).

> [...] da conjunção do fandango vicentista (São Vicente, São Paulo), dança masculina estridentemente sapateada, com as cantigas trazidas por açorianos e luso-brasileiros povoadores do sul, surgiu o primeiro fandango gaúcho, [...] o paranaense está incluído entre aqueles luso-brasileiros que levaram o Fandango para o Rio Grande do Sul, no século XVIII (RODERJAN, 1981, p. 31).

A língua portuguesa sempre sofreu modificações na sua adptação no Brasil. No tempo da Guerra do Contestado, até 1946, escrevia-se um palavreado que hoje chega a ser estranho, como, por exemplo: differente, offerecer, commercio, commum, annos, bello, collecção, attenção, catholico, theatro, pharmacia, ahi, physionomia, architecto, idéa, principaes, systema, exactidão, escriptos, etc.

O caboclo sempre aplicou muito a "lei do menor esforço", numa cultura baseada mais no ouvir do que no ler, evitando os grupos consonantais que exigissem esforço nas pronúncias. No modo de falar ou nos escritos antigos, encontramos, genericamente, por exemplo: coroné

[87] Os fandangos eram sapateados e bailados, estes últimos ainda apreciados nos "bailes gaúchos" tradicionalistas, enquanto que os primeiros hoje se assistem em shows artísticos promovidos pelos centros de tradição gaúcha – CTGs. As danças de salão mantiveram-se nos bailes e bailecos caboclos do interior, ao ritmo de valsas, chotes, toadas, polcas, marchas, marchinhas, rancheiras, vaneiras, vaneirinhas, vaneirões, milongas, mazurcas, rasqueados e suas variações, conforme as diferentes marcas

(coronel), hôme (homem), táva (estava), in riba de (ao redor de), dotô (estudioso), devarde (debalde), inté (até), inguli (engolir), cumpade (compadre), orêia (orelhas), vortêmo (voltamos), trabáio (trabalho), mió (melhor), vancê (você), nóis (nós), tarvêis (talvez), truce (trouxe), entonce (então), prá (para), moiáda (molhada), muié (mulher), barúio (barulho), ficâmo (ficamos), sorto (solto), lúis (luz), das veis (às vezes), etc., sem contar: bebê, comê, andá, casá, cavalgá, assim tirando o "r" do final, da mesma forma como os índios desprezavam o "s" do final das palavras e aboliam o plural.

Para obter ou dar significados, o caboclo pardo criou ou adotou novas palavras, hoje integradas na sua cultura, destacando-se algumas expressões, como: voltiá (derrubar a rês), pitá (fumar palheiro), matrero (astuto), paleta (omoplata do animal), bombero (espião), metê o pau (criticar). Outros vocábulos foram adotados do vocabulário gaúcho, que por sua vez tinha muito de procedência árabe, como: açude ("ac-çude", águas represadas por meio de taipas), alazão ("al-hasan", vigoroso, forte, de pelo de cavalo), xaropear ("xarabe", importunar, molestar), além de: charque, quintal, arroba, elixir, bairro, arrabalde, etc.

Lembramos as expressões e frases feitas no interior do Paraná, também aqui presentes: "Apagou o pito" (sossegou), "levou um sabão" (reprimenda), "ficar na moita" (à espera em silêncio), "soltar a língua" (não guardar segredo), "agarrar o mato" (ir embora), "num abrir e fechar dos olhos" (num instante), "metido a sebo" (intrometido), "metido a besta" (convencido), "teimoso pra burro" (muito teimoso), "fogo de palha" (inconstante), "arrumar sarna pra se coçar" (arranjar confusão), ao que acrescentamos: "agüentar o repuxo" (suportar a dor), "titica de galinha" (coisa sem importância), "barata tonta" (perdido, sem direção), "virar o fio" (brigar), "aborrido" (aborrecido), "em cima do muro" (neutro), "sujeito água morna" (fraco, indeciso), "isso vai dá bode" (vai dar confusão).

Do tropeirismo, o homem do Contestado herdou diversas expressões típicas, tais como: "Teimoso como uma mula", "Deu com os burros n'água", "Isso é uma burrice", "Vou picar a mula", "Você é uma besta quadrada", "Isso é bom pra burro", "Você disse uma besteira", "Ele está emburrado" ou "Deixe de ser besta". Herdou também algumas expressões curiosas, como: "Burro gosta de ouvir só o seu zurro", "Burro com livro é doutor", "Cada mula com a sua cangalha", "Burro não se amansa, se conforma", "Burro que muito zurra pede cabresto", "Mula de orelha baixa é sinal de chuva".

Do caipira paulista, o caboclo do Contestado adotou extenso vocabulário, que aqui tem idêntico significado, como observamos em *Folclore Brasileiro – São Paulo* (1980), de Hélio Damante: *Banzé:* confusão; *cafundó:* lugar distante, ermo, desértico; *calombo*: inchação, protuberância; *catinga*: mau cheiro, fedor intenso; *chupim*: aproveitador para si do que é dos outros; *direito*: sério, correto; *estrupício ou estripulia*: desordem, barulho; *farofa*: gabolice; *faxina*: limpeza; *grana*: dinheiro; *levado*: moleque, safadinho; *moça*: jovem, senhorita; *mundana*: mulher-da-vida; *no mais*: ademais, além disso; *pamonha*: lerdo, mole; *pito*: repreensão, advertência; *puta*: prostituta; *quirera*: coisa insignificante; *rabeira:* ficar para trás; *sapeca*: levado; *supimpa*: ótimo, excelente; *tapera:* casvelha, abandonada; *trabuco*: garrucha; e *varar*: atravessar.

2.1.5 O Chimarrão na Cultura do Contestado

O mais antigo uso conhecido da erva-mate prende-se aos índios peruanos Quíchua, que pertenciam à dinastia Inca. O próprio vocábulo peruano "mati", hoje "mate" é originário dos Quíchua. O primitivo hábito indígena de tomar o mate em cuia foi constatado pelos conquistadores espanhóis quando o produto alimentar foi encontrado nos túmulos pré-colombianos de Ancon, próximo a Lima, onde a palavra "máti" siginificava "cuia", "cabaça" ou "porongo". "Esse nome passou do recipiente ao seu conteúdo, isto é, a bebida feita da infusão das folhas de *Herva* tomada em *Mate* (cuia). Adoptaram-no com essa mesma significação todos os povos sul-americanos, e assim se fixou e universalizou" (MARTINS, 1926, p. 13).

Os ervais nativos concentrados, entretanto, não se localizavam no Peru, mas, ao Sul e na parte Oriental da Cordilheira dos Andes, onde os Quíchua e, certamente, também outros aborígenes andinos vinham fazer a coleta anual. Talvez aí esteja uma das justificativas para a presença de vestígios dos Inca em alguns locais das fronteiras Oeste, Sudoeste e Sul do Brasil. Quando estudamos os índios do cone Sul-Americano e do Sul-Brasileiro, vimos que no Brasil do tempo do Descobrimento a Região do Contestado era o espaço natural dos Gê, descendentes dos Guaianá (inimigos dos Guarani). Os ervais nativos existiam, assim, num amplo território, em parte habitado pelos Gê e em parte pelos Guarani. A erva-mate tornou-se conhecida dos brancos, de um lado, quando os espanhóis tiveram contato com os Inca no Peru e, de outro, quando contataram os Guarani no Paraguai, mas isso não significa que os Gê desconheciam a erva. Em

1500, os sucessores dos Guaianá, integrantes do tronco lingüístico grupo Macro-Gê - os Kaigang - já conheciam a erva-mate, já preparavam a erva e já eram adeptos da sua infusão, tanto quanto os Guarani. O "beber mate" fazia-se pela obtenção do chá, ao natural, ou seja do líquido resultante do contato direto das folhas da planta com a água.

Os gaúchos espanhóis chamavam os animais que se criavam soltos, de forma selvagem, como os cachorros, os muares, os cavalos e o gado bovino, de "cimarrón", palavra castelhana que queria dizer: xucro, selvagem, amargo, bárbaro, bruto. Etimologicamente, a palavra "cima" referia-se às regiões altas e pouco acessíveis, onde a gadaria e cavalhada se escondiam dos captores. Tomando contato com a erva-mate pura, amarga, rude, a ela também vieram a se referir com este nome. Assim, o chá da erva-mate teria sido denominado de "cimarrón"[88]. Quando os colonizadores portugueses adentraram o Prata, aportuguesaram o vocábulo, que virou "chimarrão".

A bebida, que originalmente era "máti" para os peruanos Quíchua, "kukuai" para os botocudos Héta, "caá-í" para os Guarani, "congõn" para os Gê, "cóquín" para os Kaigang, depois conhecida como "la provechosa" e "yerba" para os espanhóis, "tererê" (com água fria) ou "cimarrón" (com água quente) para os castelhanos, "congonha" para os portugueses e "chimarrão" para os brasileiros, mantém, assim, vínculo milenar com os povos da América do Sul. Lembramos que, da mesma forma como o índio Guarani, o castelhano, o português, o luso-brasileiro e sua mestiçagem nos pampas foram os que, basicamente, originaram o gaúcho no Rio Grande do Sul, o índio Gê, mais o português, o luso-brasileiro e sua mestiçagem originaram o curitibano nos interiores do Paraná. Ambos, gaúchos e curitibanos – formadores do caboclos do Território Contestado - antes de virem para esta região - terra dos Gê - conheciam a erva e tomavam mate, dando continuidade ao mesmo hábito já propagado entre todos os aborígenes, habitantes mais antigos que os entecederam aqui.

No Brasil, se o Rio Grande do Sul nunca apareceu na liderança da produção de erva-mate (por possuir poucos ervais), jamais perdeu o título de maior consumidor do produto, pois neste Estado é, historicamente, onde mais se toma chimarrão. "[...] O uso dessa bebida é geral

[88] Há uma outra versão, que associa a palavra castelhana "marrón", que, em espanhol e em português (marrom), tinham o mesmo significado: clandestino. Como em determinada época a produção da erva-mate (e também o consumo do seu chá) foi proibida no Paraguai, ela era comercializada clandestinamente. Seria então a "erva marrom", aquela erva (cima + marron) que chegava clandestinamente aos pampas do Prata, originária de Serra-Acima; esta, no espanhol "cimarrón", aportuguesada, seria "cimarrão". De qualquer forma, aqui, logo seria conhecida como "chimarrão".

aqui. Tomasse-o ao levantar da cama e, depois, várias vezes ao dia. A chaleira d'água quente está sempre ao fogo e, logo que um estranho entra na casa, se lhe oferece o mate" (SAINT'HILAIRE, 1935, p. 110). Mesmo assim, Paraná e Santa Catarina não ficavam muito para trás do Rio Grande do Sul em termos de consumo.

> Mate, mate e mais mate! Essa a senha do planalto, a senha nas terras baixas, na floresta e no campo. Distritos inteiros, aliás, províncias inteiras, onde a gente desperta com o mate, madraceia o dia com o mate e com o mate adormece. As mulheres entram em trabalho de parto e passam o tempo de resguardo sorvendo mate e o último olhar do moribundo cai certamente sobre o mate. É o mate a saudação da chegada, o símbolo da hospitalidade, o sinal da reconciliação. Tudo o que em nossa civilização se compreende como amor, amizade, estima e sacrifício, tudo o que é elevado e profundo e bom impulso da alma humana, do coração, tudo está entretecido e entrelaçado com o ato de preparar o mate, servil-o e tomá-lo em comum. A veneração do café e o perfumado fetichismo do chá nada são, sem sequer uma idéia da profunda significação do mate, na América do Sul, que não se pode descrever com palavras, nem cantar, nem dizer, nem pintar, nem insculpir em mármore. (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p. 251-252).

Vimos que o homem primitivo do Contestado, além dos nativos Kaigang e Xokleng, compreendia o tradicional tipo "caboclo", o mestiço, que veio ao Território do Contestado a partir do Século XVIII, na condição de tropeiro, peão, aventureiro ou explorador, sesmeiro, posseiro ou livre, oriundo do Paraná e do Rio Grande do Sul, de regiões de *habitat* e de *biome* similares. Aqui, principalmente nas partes Setentrional-Ocidental do Contestado, encontrou os mesmos ervais nativos das suas origens. Como ele já tinha o hábito de tomar chimarrão - da mesma forma como os índios daqui já tomavam mate - a riqueza do Contestado possibilitou-lhe a manutenção do costume[89]. "Creio não exagerar afirmando que na América do Sul todos os que falam espanhol tomam mate e quase metade dos que falam português lhes seguem o exemplo" (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p. 254).

> Antes mesmo de ser aberta a Estrada das Tropas, o Porto de Paranaguá exportava para a Colônia do Sacramento, além da cal e da madeira, alguma *congonha* fabricada no alto da Serra. Pela mesma época parece que se difundiu inclusive em São Paulo o costume de beber mate.
>
> Ao se espalharem as fazendas de gado ao longo e para fora da Estrada das Tropas, a erva começou a ser colhida nas matas vizinhas e preparada mais para atender as necessidades locais do que para venda. Os fazendeiros permitiam aos agregados e peões prover-se com a planta por acaso encontrada dentro da propriedade ou nas vizinhanças, à qual não atribuíam maior valor (QUEIROZ 1981, p. 31-32).

---

[89] Ao mostrarmos a *Ilex* como árvore nativa do Planalto e o chimarrão como componente alimentar da população interiorana, espalhada em metade do seu território, inclusive no Contestado, que foi conquistado em 1916 - ainda que não fosse bebiba comum na faixa litorânea - não há, pois, como o Estado de Santa Catarina (por inteiro) deixar de reconhecer que a erva-mate sempre esteve presente, simultaneamente, na sua Economia, História e Folclore e, assim, na cultura catarinense.

Discorrendo sobre a hospitalidade do "caboclo" da região serrana, creditada ao tempo da Guerra do Contestado, LUZ lembrou que "[...] mesmo nas moradas as mais humildes e desconfortáveis cultua-se a hospitalidade: mal entra um viajante extranho ou conhecido, logo vem a infalível chícara de café ou a cuia de chimarrão" (1952, p. 47).

> A erva-mate foi, inicialmente, o grande fator de atração. Por muito tempo, quase foi a única atividade dos canoinhenses. Preços compensadores, erva-mate, representava riqueza, prosperidade. Sua influência na população é marcada: criou hábitos, que jamais desaparecerão. Em tôrno da cuia e por causa da cuia, grandes negócios se têm realizado. O hábito do chimarrão é um infatigável criador de amizades, de contactos pessoais, de solidariedade. Ele ensina a meditar, ser paciente, refletir. A cuia e a bomba constituem preocupação importante na vida diária. Como a hora do almôsso e do jantar, existe também a horinha do chimarrão" (SILVA, 1941, p. 20).

O complexo econômico-cultural da erva-mate, que perdura na Região do Contestado há mais de duzentos anos, compreende os seguintes traços: neste território existiam imensos ervais naturais; os primitivos indígenas tomavam a erva antes da chegada dos brancos; os primeiros caboclos extraíam a erva das matas e sabiam produzir rusticamente o mate; antes da abertura da Estrada Real, os caboclos catarinenses já estavam habituados ao uso do chimarrão; na metade do Século XIX, já se produzia erva-mate nos sertões do Território do Contestado; e, a erva-mate era importante produto de exportação e fonte de receitas para todos os envolvidos no ciclo produtivo[90]. De quebra, esta riqueza do Planalto ensejou a formação do primeiro truste econômico do mate no Litoral de Santa Catarina.

Ratificamos o realce do que a erva-mate significava para a subsistência do caboclo pardo. Como boa parte dos ervais nativos localizava-se em terras devolutas, dependia-se de licenças especiais dos Estados para a extração, que eram concedidas sob apadrinhamento para os "coronéis-de-roça" ou para os "chefetes-de-aldeia", só estes que conseguiam arrendar as árvores junto aos poderes públicos. Até o primeiro terço do Século XX, eram os grandes fazendeiros, comerciantes e industriais, portanto, que faziam suas fortunas às custas dos caboclos contratados para o trabalho braçal nas matas, da mesma forma como se fazia com os peões contratados para a lida com o gado nos campos.

[90] Hoje, a maioria das pessoas residentes no Grande Oeste Catarinense, que compõe o homem do Contestado contemporâneo, continua com o hábito do chimarrão. Também hoje, a "indústria" da erva-mate se mantém ativa no Planalto Catarinense, cada vez mais modernizada, inclusive explorando os ervais artificiais que aqui também foram plantados, à vista da escassez da *Ilex* nativa.

2.2 A INFLUÊNCIAS DA RELIGIÃO NO CABOCLO

Aqui, trataremos especificamente da forte influência da religiosidade no comportamento social do nosso povo no início do século XX, até quando da Guerra do Contestado (1913-1916)[91]. Por "religião", entendemos a crença humana na existência de uma força ou forças sobrenaturais, consideradas criadoras do Universo. Esta crença manifesta-se na humanidade desde os primórdios, por várias doutrinas que, por rituais próprios, buscam restabelecer a ligação do homem com o ente criador, Deus, ou com os criadores, deuses, conforme os princípios de cada uma. A "religiosidade" compreende a tendência universal do homem de prestar, a quem o criou, o culto que lhe seria devido. A crença implica admitir o sobrenatural como divino e considerar "sagradas" as relações entre o homem e a divindade.

No tempo da Guerra do Contestado, consideramos a Igreja Católica Apostólica Romana como a principal organização religiosa institucionalizada existente e estabelecida na região, voltada à massa popular. Esta religião, alicerçada no Cristianismo e de origem judaica, entretanto, como veremos, não era a única a influenciar o sentimento religioso do homem do Contestado.

Como em estudos anteriores, com este texto, queremos que se faça justiça aos Homens do Contestado - nossa população - depois que se saiba mais sobre seus envolvimentos nos acontecimentos do passado, sobre suas idéias, razões e motivações, sobre seus comprometimentos e sua práxis na história e, ainda, que se alcance a compreensão dos seus gestos, atitudes e manifestações na busca de alimento espiritual e na procura de satisfação às suas necessidades sociais. Queremos trazer à luz novos argumentos para auxiliar a compreensão das manifestações da nossa gente, a partir das raízes do seu sentimento social e religioso, observados nas maneiras de pensar, sentir e agir dos habitantes da Região do Contestado.

2.2.1 Religiosidade Popular no Contestado

---

[91] O produto intelectual da nossa primeira incursão sobre o sentimento religioso do Homem do Contestado resultou, em 1999, no livro *"Os Iluminados - Personagens e Manifestações Místicas e Messiânicas na História do Contestado"* (Florianópolis: Insular, 280 páginas), já entregue à sociedade como mais um trabalho, fruto do projeto "Resgate da Memória do Contestado".

Uma expressão muito usada na historiografia e nos compêndios religiosos é Religiosidade Popular, ou Religião do Povo. Podemos entendê-la a partir da análise do "catolicismo popular". No Brasil, ainda no século passado, havia dois tipos de catolicismo: o urbano, chamado "renovado", que aglutinava os habitantes das cidades (caracterizado como romano, clerical, tridentino, individual e sacramental) e o rural, chamado "tradicional", que predominava fora das cidades (caracterizado como luso-brasileiro, leigo, medieval, social e familiar).

> O catolicismo popular, (tradicional) em suas diferentes manifestações históricas, esteve sempre bastante próximo dos cultos africanos e ameríndios, gerando não poucas vezes expressões religiosas que podem ser consideradas como verdadeiro sincretismo religioso. A partir do século passado o culto popular católico sofreu também influência do espiritismo e do protestantismo. Deste modo, não é raro encontrar católicos que freqüentam a umbanda, o espiritismo ou assembléias protestantes (AZZI, 1978, p. 11).

O populismo católico chegou às terras brasileiras em meados deste século, quando a Igreja ainda estava aliada ao sistema de opressão, promovido pelas classes dominantes, com a catequese sendo usada como instrumento de dominação. A catequese "em vez de libertar, escraviza" (HOORNAERT, 1978, p. 123). A ordem ainda era no sentido de combater as formas de paganismo, superstição, ignorância, sortilégio e pacto com o demonio, da religiosidade popular, por influência da ortodoxia romana.

> Na época do Contestado, o panorama histórico procura negar até mesmo o estado de homem ao sertanejo. Logo, a 'práxis' religiosa lhe garantia a possibilidade de construir sua própria identidade, que pela religiosidade popular, ele reproduzia conhecimentos antigos e recriava novos conhecimentos, capazes de dar sentido ao seu dia-a-dia (OLIVEIRA, 1991, p. 35).

Referindo-se à religiosidade expressa nos movimentos messiânicos de Canudos, Contestado e Caldeirão, FACÓ (1975, p. 42) explica que parece ser uma tendência natural das massas rurais espoliadas, em determinadas condições, criar uma religião própria, que lhe sirva de instrumento em sua luta pela libertação social, como o cristianismo foi, em seus primórdios, religião de escravos e proletários da época.

> [...] a religiosidade popular, entendida enquanto uma concepção de mundo, é uma das possibilidades dos homens simples, ou seja, das classes subalternas. É oposta à religião oficial, pois esta forma de religião supõe uma ruptura com a hierarquia eclesiástica da Igreja Católica (CHAIA, 1981, p. 35).

Nesta religiosidade, o padre seria uma figura dispensável, já que o contato que se faz com Deus seria direto, sem a interferência dos sacerdotes, e que, neste sentido, o Espírito estaria no corpo dos homens, no grupo reunido. "[...] o que encontramos na religiosidade popular é uma

série de crenças e de práticas religiosas que não se enquadram com a religião proposta pela hierarquia oficial da Igreja Católica" (CHAIA, 1981, p. 35). Este é também o pensamento de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), para quem, do ponto de vista religioso, "o povo brasileiro foi obrigado a se adaptar a duas condições fundamentais, desde os primeiros tempos da colonização: quantidade mínima de sacerdotes e falta de conhecimentos religiosos" (p. 75).

A chamada religiosidade popular e o chamado catolicismo rústico seriam então profanos em relação à religião oficial (Igreja Católica), só esta tida como sagrada (oficial). Isso nos remete à abordagem de alguns fundamentos históricos sobre religião.

O totemismo e o animismo influenciaram todas as religiões que surgiram depois, inclusive a Católica. Tanto se impregnaram nas religiões que, em alguns casos, até as superaram, como que dando uma imensa volta, vindo do passado distante e paralelamente a elas chegar aos nossos dias, alcançando a população do Contestado de menos cultura ou de quase nenhuma cultura. Os valores cristãos da Igreja do Século XIX, aqui, foram preteridos aos valores do Império Carolíngio do Século IX. A Igreja Católica conservadora da época da Guerra do Contestado, aqui representada por padres franciscanos oriundos da Alemanha, não aceitava isso.

A religiosidade popular na Região do Contestado é tida historicamente como sendo o "Catolicismo Rústico", manifestado através das práticas mágico-religiosas ligadas ao tratamento de moléstias, a recursos de auto-defesa e proteção, e à tradição das festas dos padroeiros locais. Ele concorda que a história desta religião popular está ligada de forma definitiva aos feitos e às lendas de monges, beatos rezadores e curadores itinerantes:

> Em contraste com o padre - porta-voz de uma instituição estranha - que, saindo de sua sede paroquial, situada numa vila ou cidade, também percorria o sertão, o 'monge' vivia no sertão. [...]. Ao contrário do padre, porém, esses estranhos se deixavam assimilar. Conquanto vivessem uma vida apartada e cultivassem hábitos mais ou menos ascéticos, passavam a fazer parte integrante da vida social sertaneja, como se fossem uma florescência natural da religião católica rústica. Representava o 'monge' um papel equivalente ao do padre, mas estava a serviço e era a expressão da autonomia do religioso rústico (MONTEIRO, 1974, p. 81).

A Igreja Católica mantinha paróquias nas únicas poucas cidades catarinenses existentes no Contestado no início do século, em Lages, Curitibanos, Campos Novos e Canoinhas e, nas cidades paranaenses de União da Vitória, Rio Negro e Palmas, com um mínimo de padres atendendo os fiéis em demoradas viagens pelos sertões. Neste quadro de distanciamento entre a hierarquia católica e o rebanho cristão, despontaram na região pessoas "diferentes", peregrinas e eremitas, algumas consideradas "monges" pela população regional por se exercitarem como

pregadoras e curandeiras, outras delas, profetas, visionárias, charlatães ou fanáticas. Em algumas localidades do Planalto Catarinense, entre os caboclos, existiam ainda os "rezadores", pessoas que se ocupavam das atividades e manifestações religiosas populares nas grandes fazendas.

Persiste no tempo presente, na Região do Contestado, a herança cultural da referência a João Maria como "santo" e a ele ainda hoje a população de maior idade se refere ao "São" João Maria. Isso para o caboclo era sagrado, mas para a Igreja era uma heresia. Na atualidade, observamos que sacerdotes e bispos mais pacientes e progressistas até que toleram a menção, pois ela faz parte do folclore regional. Da tradição de João Maria, o que muito se observa é o respeito. Esta é a palavra-chave para definirmos a veneração ao "santo". A par de outros santos canonizados pela Igreja, é ao "São João Maria" a quem muitas pessoas recorrem em momentos de aflição. Na sua religiosidade popular, o Homem do Contestado Primitivo defendia a santidade do monge mesmo sem tê-lo conhecido e considerava hereges aqueles que pensarem profaná-lo.

Como adjetivo, entre outras aplicações, o termo "São" é usado pela Igreja Católica, empregado quando os nomes dos santos a que se junta começam por consoantes: São Pedro, São Paulo, etc., pois que, quando os nomes começam com vogal, usa o termo "Santo", por exemplo: Santo Antonio, Santo Agostinho, etc. Por sua vez, o adjetivo "santo" tem várias aplicações, empregando-se não apenas às pessoas canonizadas pela Igreja, como também, por exemplo, a locais: cemitério (campo santo), igrejas (templos santos) ou a momentos: celebração eucarística (santa missa). No caso da referência a João Maria como santo, fica o entendimento de que o termo se aplica a quem está puro, isento de imperfeições, que não tem culpas, que pode servir de modelo religioso, às pessoas virtuosas, respeitáveis, que vivem de acordo com a lei de Deus, aos bondosos, aos que inspiram benevolência e compaixão, a quem é digno de respeito e veneração pelas suas virtudes, e a tudo aquilo que é digno de respeito, que não pode ser violado sem que se cometa uma espécie de profanação.

A figura de "São João Maria" passou a integrar o rol dos santos mais venerados pelos caboclos da região, inclusive sendo invocado nas ladainhas pelos "puxadores de reza", ao lado de São Sebastião (o guerreiro espetado de flechas), de São João dos Pobres (o pobre pastor), de São Gonçalo (o padroeiro dos violeiros), de São Benedito (o homem de cor), do Anjo Custódio (da adaga inflamada), de São João Batista, entre outros.

Observamos que, dentro do período do nosso estudo, não foram poucas as manifestações dos representantes da Igreja Católica no Sul do Brasil, contra alguns costumes e tradições das

pessoas mais simples, considerados profanos para a sagrada religião. Existem muitas discussões a respeito dos termos "sagrado" e "profano". São dois termos que têm grande riqueza de significados e precisam ser entendidos conforme suas aplicações, caso a caso. Por uma inferência legítima, "[...] é-se levado a afirmar que 'profano' e 'sagrado' distinguem-se, não como categorias antiéticas, gêneros opostos, mas como gêneros diversos" (MONTEIRO, 1974, p. 173). Assim, dependendo do ponto-de-vista, não necessariamente as palavras conflitam entre si ou têm sentidos antagônicos.

Coinforme a Igreja Católica, por sagrado, é tudo aquilo que recebe a consagração, o caráter de santidade por meio de cerimônia religiosa; também, as pessoas que inspiram ou devem inspirar veneração profunda e respeito religioso e, ainda, o lugar privilegiado, vedado a profanações. Um símbolo cristão, uma cruz, por exemplo, passa à condição de "sagrada" ao ser benta por um sacerdote. Um templo, uma capela, são locais sagrados desde que a Igreja os consagre. A celebração eucarística é um ato sagrado para o catolicismo. O padre é um homem sagrado, porque é consagrado à missão do sacerdócio. Um velório ou um sepultamento são momentos sagrados porque exigem respeito.

Ainda conforme a Igreja Católica, por profano, tem-se tudo aquilo que é estranho à religião, contrário à "verdadeira" religião, herético; também pessoas não iniciadas em certos conhecimentos, em maneiras de pensar, sentir e agir. Vem do verbo "profanar", que significa tratar com irreverência ou sem respeito, ou injuriar, ofender, manchar e macular. Os monges e profetas daqui seriam, então, profanos por não estarem dentro da Igreja, por serem hereges. Os "quadros-santos", implantados pelos caboclos nos acampamentos (redutos) durante a Guerra do Contestado, seriam profanos, da mesma forma como os ritos que neles se praticavam. As cruzes plantadas por João Maria seriam profanas, por não terem sido consagradas pela Igreja. Poderiam ser consideradas profanas as pregações dos monges por não terem eles autorização da Igreja para evangelizar. Esta era a visão da Igreja, da aristocracia, até recentemente.

Mas, contrariando a Igreja, para o povo simples, heresia seria chamar de profanos os seus monges, evangelizadores e profetas, como José Maria, bem como a herança cultural que legaram, esta por ele considerada sagrada. Nossa gente, assim, sem antagonismos, acolheu como sagrados, tanto os símbolos da Igreja, como aqueles que ela mesma elegeu.

Não devemos esquecer o duplo sentido da interpretação dos dois termos. Um "pouso" de São João Maria, um "ôlho d'água", um "cruzeiro de cedro" ou uma árvore, considerados

sagrados para o povo, por força da magia, podem ser profanos para a Igreja e para quem neles não crêem, mas isso não significa que aí existe oposição. Para os católicos, ouvir os monges pregar o Evangelho seria um ato de profanidade. Antigamente, profano servia para designar apenas o que estava fora de recinto consagrado, mas não necessariamente em oposição ao sagrado, pois poderia vir a sê-lo posteriormente, se e quando acolhido pela Igreja.

Em diversos "pousos" de São João Maria (locais onde este monge repousava), espalhados pela Região do Contestado, são deixados os "ex-votos" de pessoas que se disseram curadas ou tiveram graças alcançadas, como velas, muletas, peças de vestuário, próteses, etc. Os "ex-votos" são os testemunhos públicos das graças alcançadas e, ao mesmo tempo, das promessas cumpridas. Explicando que esta tradição no Brasil nos vem desde o período colonial[92].

> Posta claramente, no cotidiano, a dissensão entre o mundo oficial e o dos caboclos acelera entre estes, o processo de articulação de sua própria visão de mundo acompanhado, como não poderia deixar de ser, do fim das ambigüidades até então admitidas, como é o caso das "associações morais" (sistema de compadrio) entre caboclos e "coronéis" e o caso das relações de identidade entre o catolicismo erudito de frei Rogério e o catolicismo popular dos monges.
> Ao articular sua visão de mundo, o caboclo desarticula o que corresponde à normalidade vigente no mundo oficial da República Velha, o mundo dos "coronéis", do padre, das companhias Brazil Railway e Brazil Lumber e dos soldados.
> A religiosidade popular do Contestado dirigiu a ação dos sertanejos em sua rejeição à realidade opressora. Esta ação, por sua vez, implicou na necessidade de se repensar seguidamente a própria representação religiosa, conferindo-lhe novas explicações, de modo a possibilitar a continuidade e a coesão do movimento rebelde, acentuada limitação do nível de saber vigente, frente à presença de profundas transformações históricas, promoveu a elasticidade do discurso religioso, que a tudo explicou e a tudo deu sentido. Esse discurso religioso representou para os caboclos, ao mesmo tempo e contraditoriamente, uma limitação e uma possibilidade. Foi a resposta concreta aos problemas vividos por eles (AURAS, 1997, p. 154-155).

No final do século XIX as instituições povo & Igreja estavam longe um do outro, na Região do Contestado. Em 1891, Lages contava com apenas um padre - Antônio Luiz Esteves de Carvalho - que faleceu em outubro deste ano, quando o Bispo do Rio de Janeiro confiou a paróquia lageana aos franciscanos, chegando por primeiro Frei Amando Bahlmann e, em seguida,

[92] Todo o conceito antigo de religião fundamentava-se numa espécie de aliança entre o homem e a divindade. Nessa aliança Deus fez a sua parte atendendo às súplicas dos devotos, e estes por sua vez manifestam sua gratidão cumprindo as promessas feitas e deixando junto dos lugares de culto seus ex-votos. Eis um exemplo: caso se curar ou receber proteção para suas plantações, o fiel promete oferecer algo ao santo de sua devoção. Recebida a cura ou a graça pedida, o fiel se vê na obrigação de pagar o voto feito. Dessa transação com o sobrenatural resulta com freqüência a confecção dos ex-votos. Há ex-votos simples, como fitas que são penduradas ao pé da imagem do santo, e outros mais elaborados, como fac-símiles em cera ou madeira de partes do corpo humano (AZZI, 1978, p. 84).

Frei Herculano Limpinsel, mais os irmãos leigos Frei Mariano e Frei Maurício Schmalohr, seguidos, em fevereiro de 1892, por Frei Rogério Neuhaus.

A Guerra do Contestado também foi uma "guerra santa" à moda cabocla e, à medida em que acirrou ânimos, revelou o "fanatismo". Fanático é aquele que se considera inspirado por uma divindade, iluminado por ela, é o exaltado, o faccioso, o entusiasmado. Nossos sertanejos foram então chamados de "fanáticos", termo que se empregou também para referenciar os líderes de outros movimentos messiânicos, mas eles não assim se consideravam: chamavam-se de "irmãos". Foi a aristocracia quem deu ao termo "fanático" uma conotação altamente pejorativa, aqui vinculada à de jagunço, bandoleiro e bandido[93].

O fanatismo, sem dúvida, foi um dos ingredientes que caracterizaram as manifestações de parte dos caboclos - não de todos - durante o conflito, sendo observado nos sertanejos e camponeses que aderiram cegamente à então nova ordem milenarista, no choque aberto entre a religiosidade popular e a religião da Igreja dominante, a Católica.

> O fenômeno messiânico aconteceu quase sempre fora da Igreja constituída, e não raras vezes contra ela. É verdade que, em grande parte, esses movimentos pecaram por fanatismo, utopia e pressa, enguetamento, e mentalidade demais marcada pelos mitos e magias" (BROD, 1974, p. 22).

O fanatismo no Contestado havia revelado "uma drástica separação entre a ideologia das classes dominantes e camadas médias urbanas e a ideologia dos setores empobrecidos da população rural" (FACÓ, 1978, p. 41). O caboclo do tempo da Guerra do Contestado praticava uma religião típica a partir da sua ideologia:

> No nível cultural de desenvolvimento em que se encontravam as populações rurais, mergulhadas no quase completo analfabetismo e no obscurantismo, a sua ideologia só podia ter um cunho religioso, místico, que se convencionou chamar de 'fanatismo'. Sob esta denominação têm-se englobado os combatentes de Canudos ou do Contestado, do Padre Cícero ou do Beato Lourenço: 'fanáticos'. Quer dizer, adeptos de uma seita, ou misto de seitas, que não a religião dominante. Só que a seita por eles abraçada, fortemente influenciada pela religião católica, que lhe dá o substrato, era a sua ideologia (FACÓ, 1978, p. 39-40).

2.2.2 Movimento Messiânico

[93] Sobre as conotações atribuídas aos termos "jagunços" (na Campanha de Canudos) e fanáticos" (na Campanha do Contestado), ver as interpretações de Maria Isaura Pereira de Queiroz, no capitulo "Jagunços" na obra *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*, às páginas 217-229.

Como se observa, há referências explícitas sobre "movimento messiânico" ou "guerra dos fanáticos", quando o conflito social da Guerra do Contestado é visto com mais ênfase pelo lado religioso.

Por messianismo, entende-se a crença religiosa da vinda de um 'redentor', que altera a ordem das coisas para haver mais justiça entre os homens. A 'vinda do Messias' é uma crença que acompanha os povos há séculos. Tendo em Jesus Cristo o 'Messias-Libertador', as igrejas cristãs são messiânicas em Cristo. Entretanto, outros movimentos, fora das Igrejas e, ao longos dos anos, caracterizam-se como messiânicos por constituírem processos de libertação de grupos sociais localizados, em momentos de desequilíbrio social e manifestados em situações de opressões, em meio à miséria e à ignorância.

Para que um movimento se caracterize como 'messiânico', deve conter as propostas básicas da crença popular da volta do Messias, ou a vinda de um representante seu, a fim de proporcionar à sociedade a tão almejada paz e a esperada justiça social, e deve se materializar num grupo formado ao redor de um líder carismático, que apresenta as propostas ao povo. Os movimentos messiânicos são tão velhos quanto a própria humanidade:

> A História Humana é perpassada por uma dupla corrente de luta pela modificação das condições de vida dos Homens. Uma corrente chamada 'prometéica' tem suas raízes no mito de Prometeu, o homem que ousou invadir a mansão dos deuses para roubar a autonomia dos humanos, conquistar o fogo sagrado. Esta corrente é aquela que é assumida pelos movimentos ditos de revolução social. Não espera um salvador, mas acha que os próprios homens, sem esperar por deuses, têm que assumir seu destino. E a outra corrente, é a messiânica, que espera a solução dos problemas humanos a partir de um Messias, um salvador. Alguém enviado por forças superiores para dar cabo da injustiça e da exploração de que são vítimas os homens. Uma solução quase sempre extra-terrena ou promovida por um ser dotado de qualidades supra-humanas (SOUZA, *in O Contestado*, jun. 1977).

O movimento do Contestado se enquadra nos tipos de movimentos religiosos que têm sido chamados de "messiânicos"[94], ao lado do de Canudos, Juazeiro, dos "Muckers" e outros similares. Seu conceito tem sido usado entre nós numa acepção por vezes bastante imprecisa.

> Messianismo é todo aquele movimento em que um número maior ou menor de pessoas, em estado de grande exaltação emotiva, provocada pelas tensões sociais, se reúnem no culto a um indivíduo considerado portador de poderes sobrenaturais, e se mantêm reunidas na esperança mística de que serão salvas de uma catástrofe universal e (ou)

[94] Sob o termo messianismo, dois fatos sociais diferentes são designados: a crença na vinda de um enviado divino que trará aos homens a felicidade, a paz, condições mais felizes de existência; e a ação de um grupo que, obedecendo às ordens de um líder que acredita de origem sagrada, tem o fim de realizar sobre a terra a Idade de Ouro prometida messiânica (QUEIROZ, 1957, p. 273).

> ingressarão ainda em vida num mundo paradisíaco: a terra sem males, o reino dos céus, a cidade ideal... (QUEIROZ 1981, p. 25l).

A palavra messianismo indica o anseio de um povo, movido por um líder para achar a Terra da Promissão, país onde reina a paz e a prosperidade. "Os movimentos messiânicos registram-se especialmente entre os nativos dos países colonizados; eles serviram como um meio, uma alavanca, para obter a liberdade" (PIETERS, 1981, p. 2). Esta crença foi o impulso dos "fanáticos" para enfrentar tudo e todos com coragem durante o sangrento conflito.

> Este impulso chama-se 'messianismo' e revela uma das características da alma do nosso homem do campo. O nosso caboclo é essencialmente um místico e sonhador, que vai atrás do paraiso perdido, de um Eldorado nunca atingido. Queremos ver mais de perto este sentimento nobre e perigoso, que vive em certas pessoas, mais declarado numas do que em outras, que é no fundo um elemento positivo, caso seja bem dirigido, mas que mostra uma face horrorosa quando está sendo explorado por homens sem alma (PIETERS, *in O Contestado*, mar. 1978).

A maioria dos movimentos messiânicos no Brasil encontrou raízes na herança cultural portuguesa, na crença religiosa do "Sebastianismo"[95]. Foi assim também no Contestado. "Tão enraizado era o espírito messiânico em Portugal, que Lord Tirawley, embaixador inglês, escreveu que a metade da população de Lisboa era de cristãos-novos esperando o messias, e a outra parte era de portugueses que estavam esperando a volta de Dom Sebastião" (PIETERS, *in* O Contestado, mar. 1978). Pela sua interpretação, temos que nem todos os movimentos messiânicos são sebastianistas e que todos os movimentos sebastianistas são messiânicos[96]. Foi o "messianismo-sebastianista" que se propagou pelo Sul do Brasil, trazido pelos vincentistas na ocupação do solo meridional, como crença religiosa das camadas mais pobres da população, baseada em profecias que alimentavam suas esperanças por melhores condições de vida.

---

[95] No século XVI, em Portugal, o jovem rei Dom Sebastião (1554-1578) foi confundido com um "príncipe encantado", idealizado pela imaginação de um poeta em 1530, em cujos versos anunciava a próxima volta dele, depois de morto, para ser um libertador. Dom Sebastião, grande guerreiro, foi morto em combate, na batalha de 1578, em Alcazar Quibir, no Marrocos e seu corpo não foi encontrado. Seu desaparecimento animou a crença de que estava "encoberto" e que um dia voltaria, vivo, à frente do "exército celeste", para levar Portugal ao auge da glória. E "[...] as crenças sebastianistas se tornaram algo que fazia parte da alma portuguesa. E isso passou cheio para o Brasil, onde o mito de Dom Sebastião está escrito em muito verso popular, em muita oração, e onde mais de um messias foi tido como Dom Sebastião reencarnado" (BROD, 1974, p.22.).

[96] Sobre messianismo no Contestado, recomendamos a leitura de: MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os Errantes do Novo Século; um estudo sobre o surto milenarista do Contestado.* São Paulo: Duas Cidades, 1974; QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social; a Guerra Sertaneja do Contestado.* 3. ed. São Paulo: Ática, 1981; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *La "Guerre Sainte" au Brésil: Le Mouvement Messianique du "Contestado".* São Paulo: Boletim USP (187), 1957; e QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no mund*o. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

São Sebastião sempre recebeu profunda devoção dos caboclos da Região do Contestado, até porque se vincula à idéia de "guerra santa". Esta idéia aristocrática no cristianismo apareceu quando a Igreja começou a conviver com os poderes constituídos, para a conversão dos infiéis ou gentios por uma "guerra de missão" e foi cristalizada no tempo do papa Gregório Magno pela transformação das imagens dos santos guerreiros. Os primeiros santos (da tradição ocidental) foram: São Jorge, São Martinho, São Maurício, São Miguel e São Sebastião, todos inicialmente só santos, apesar de terem sido guerreiros, mas depois santos-guerreiros, ou santos-militares, assim tidos simultaneamente como soldados de Cristo e soldados da Cristandade.

Uma bem feita imagem de São Sebastião acompanhou constante e permanentemente os sublevados do Contestado, do primeiro ao último acampamento. Conduzida na linha-de-frente, chegou a ser danificada por tiros disparados pelos militares. Depois foi objeto de saque, levada embora, mas acabou voltando ao lugar onde estava antes da Guerra do Contestado: na capela do então Distrito de São Sebastião da Boa Vista, Município de Curitibanos (hoje Distrito de São Sebastião, Município de Lebon Régis).

Curiosamente, mesmo levantando a estátua do São Sebastião santo-guerreiro, o sebastianismo no Contestado direcionou-se em função de Dom Sebastião messias-libertador. Quando os sertanejos organizaram suas forças para combater os militares, criaram aquele que denominaram "Exército Encantado de São Sebastião", lembrando o "príncipe encantado, o libertador, o santo que voltaria". Incorporaram a idéia messiânica e também o chamavam de "Exército de São João Maria" ou "de José Maria", preparado para a guerra santa.

2.2.3 Fascínio Misterioso das Forças Mágicas

Para entender melhor a religiosidade popular no Contestado, precisamos vinculá-la também à presença da crença religiosa que admite comunicações ocultas entre os homens e a divindade: é o "misticismo", ideologia que trata da disposição do homem em admitir e crer no sobrenatural, presente em todos os povos, presente, pois, na Região do Contestado[97].

Estudando a religiosidade da população do Contestado no século passado e bem no início deste, observamos que, pelas suas práticas, o caboclo era um ser místico em toda sua

[97] Não devemos confundir misticismo com messianismo, ambas crenças; a primeira leva ao acreditar no sobrenatural e a segunda ao acreditar no messias, mesmo que esta induza também ao sobrenatural.

potencialidade. Os processos de aculturação envolvendo o branco, o índio e o negro, com o passar dos anos criaram na figura do caboclo, fruto desta mescla toda, sentimentos religiosos próprios, que não necessariamente mais se identificavam com os das três raças formadoras isoladamente, que se interligavam e interpenetravam, mostrando novas características, bem peculiares. Do índio, o cristianismo do europeu recebeu influência do animismo e, do negro, o feiticismo, fazendo florescer uma espiritualidade cristã católica com boa dose de crenças profanas, que passou de geração em geração.

Os cristãos portugueses trouxeram ao Brasil, já impregnadas em suas almas, uma série de crendices, temores e superstições, adquiridos no tempo da Idade Média, quando a magia sobrepujava a ciência. O índio, nativo brasileiro que aqui estava, contribuiu com sua cultura animista, para quem animais e plantas representavam símbolos de cultos e os fenômenos mais simples da natureza eram expressões que lhe causavam terror. O negro africano, em menor escala de representatividade aqui, trouxe suas feitiçarias, seus rituais de macumba e suas lendas. Cada um passou para os outros parte da sua cultura, incluindo crenças, crendices e superstições, que fomentaram o misticismo na nossa gente.

Durante o tempo histórico que elegemos para este estudo, no final do século passado e no início deste, à população que chamamos "cabocla" incorporaram-se outros povos das correntes imigratórias da Europa para o sul do Brasil, entrando no Território do Contestado novas culturas, como castelhana, alemã, polonesa, ucraniana, árabe e italiana, todas estas com suas particulares crendices e superstições[98]. Já "crendices" são crenças populares, absurdas, sem nenhum fundamento. "Superstições" são expressões religiosas fundadas em crendices; é o sentimento de veneração religiosa com base no temor ou na ignorância, que nos conduz ao cumprimento de quimeras ou à confiança em coisas ineficazes. Quando o homem acredita nelas, revela-se místico.

Em toda nossa gente desta época, encontramos explicações para seus modos de pensar, sentir e agir também em outra religião antiga, que igualmente influenciou bastante o pensamento popular: o "Animismo". Esta é a religião primitiva que coloca em toda a natureza espíritos mais ou menos análogos ao espírito do homem. Antes, ao animismo dizia-se "Fetichismo". Fetiche

[98] Hoje, estamos tão habituados com as superstições, que somente com muita crítica de observação conseguimos destacá-las; formaram hábitos muito enraizados, que chegam a nos ditar normas de comportamento. Quase todas as ações se justificam: "dá sorte, dá azar, isso é bom, aquilo é ruim, não presta, não pode, cuidado, faça assim...".

vem de feitiço, palavra que dá uma certa "força mágica" às coisas encantadas ou feiticeiras. Para o animismo, existem dois tipos de magia: a boa, também chamada de magia branca, praticada por sacerdotes ou feiticeiros; e a má, praticada pelos bruxos, em rituais de magia-negra.

> Etimologicamente, magia significa a ciência dos magos ou da casta sacerdotal persa. É a arte ou técnica de produzir efeitos e afastar maléficos pela manipulação de forças ocultas ou seres preter-naturais. [...] Instrumentos de magia são encantamentos, os exorcismos, os filtros, os talismãs, por meio dos quais o mago se comunica com as forças naturais ou celestiais ou infernais e as persuade a lhe obedecerem, muitas vezes de forma violenta (ZILLES, 1997, p. 239-40).

Segundo o animismo, na mentalidade primitiva, a alma está estritamente ligada ao corpo. A alma é princípio da vida. A morte sobrevém quando a alma abandona o corpo. Mas, o espírito do homem permanece ligado ao seu cadáver. Seus adeptos admitem que pode acontecer que os mortos reencarnem ou desapareçam definitivamente.É no animismo que está a raiz da explicação da crença na "ressurreição" dos "monges". Na Guerra do Contestado, por exemplo, muitos sertanejos fanatizados, mostravam que não tinham medo de morrer: ao receber um tiro, estariam "passando" para um outro lugar, no seu imaginário. Este outro lugar seria o ponto de encontro com José Maria. As disposições humanas têm seu lugar entre as forças espirituais. Elas se exteriorizam e contribuem para determinar acontecimentos felizes ou infelizes, bons ou ruins.

Na teoria fetichista, os espíritos são forças místicas que podem ser invocadas para o homem exercer poderes sobre a natureza e agir sobre seres espirituais; é a "magia". A magia é invocada para as mais diversas finalidades, inclusive para a bruxaria, quando é utilizada a participação existente entre a pessoa e a sua imagem, como, por exemplo, para matar alguém poder-se-ia fazê-lo destruindo uma reprodução da imagem desta pessoa.

É da magia que nos vem o entendimento que certos objetos (amuletos, talismãs, etc.) têm poderes mágicos para produzir felicidade ou afastar desgraças. Quantas pessoas não usam objetos em correntes penduradas no pescoço, não para enfeite, mas para proteção? Os caboclos do Contestado usavam os patuás, cordões com objetos mágicos que acreditavam defendê-los de todos os males, até da morte. Identificamos o animismo quando João Maria recorria à sua magia ao abençoar as fontes de água, tornando-as "curativas".

2.2.4 Reflexos da Gesta Carolíngia

Para quem não está familiarizado com estudos históricos, a expressão "Gesta Carolíngia" pode parecer estranha. "Gesta" significa feitos guerreiros, façanhas, acontecimentos históricos ou celebração de grandes realizações. "Carolíngio" é a atribuição ao pertencente ou relativo à dinastia de Carlos Magno, o Rei dos Francos e Imperador do Ocidente (768-814). "Gesta Carolíngia", portanto, significa as grandes façanhas guerreiras do Imperador Carlos Magno[99]. E Carlos Magno tem tudo a ver com o Contestado, fato histórico ainda que dele distante mais de um milênio.

Era difundida no Contestado a *História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França, seguida de Bernardo Del Cárpio que venceu em Batalha aos Doze Pares de França,* de autoria de Alexandre Caetano Gomes, traduzida para o português por Jeronymo Moreira de Carvalho, obra composta por duas partes e nove livros, editada pela Livraria Garnier, do Rio do Janeiro, no século XIX. E havia outra, *Histórias do Imperador Carlos Magno ou os Doze Pares de França,* editada pela Livrarias Império, também do Rio de Janeiro.

O Tenente Herculano Teixeira d'Assumpção, que participou da Guerra do Contestado, expôs sua percepção de ser esta literatura "comum" nos lares da Região do Contestado:

> Esses nossos patrícios que, sob o império do malfazejo obscurantismo, procuravam, grosseiramente, praticar a onirocricia, têm desusado temos aos espíritos maus – talvez o Aguian dos nossos supersticiosos oborigenes ou alguns novos gênios dirigidos pela figura mythica de Ophineo. Além disso, são incorrigíveis admiradores das lendas a respeito do grande filho de Pepino – o Breve, o heróico Carlos Magno, rei dos Francos e imperador do Occidente. Em geral, em todos os lares, desde os mais fartos aos mais necessitados, é commum a existência do conhecido livro phantasioso "A Historia de Carlos Magno ou os Doze Pares de França" – e isso também fal-os propender para as aventuras (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 210-211).

À imprensa, a influência de Carlos Magno no Monge José Maria, em 1912, também não passou despercebida: "José Maria fez da história do famoso rei a sua bíblia. Que teria nesse livro que tanto impressionou o espírito grosseiro desse caboclo? Qual seria a façanha que o levou a fazer desse livro o seu evangelho?" (*Diário da Tarde*, 1 nov. 1912). Esta influência, presente também dois anos depois, novamente é observada pelos correspondentes dos jornais:

---

[99] Imperador em 768, com apenas 28 anos de idade, em latim chamavam-no de *Carolus Magnus* ou Carlos - o Grande (*Cherlemagne*, em francês). Em português, consagrou-se como Carlos Magno. Envolvido com a religião católica, disposto a estabelecer a supremacia cristã e a promover o enriquecimento espiritual e educacional do seu povo, ele importou estudiosos e deflagrou o renascimento cultural. Vêm deste tempo, por exemplo, a padronização dos caracteres da escrita, a minúscula carolíngia, bem como os cantos gregorianos e a instituição do dízimo na Igreja. Carlos Magno comissionou um fiel corpo de inspetores (*missi domini*), que andavam aos pares. Estes ficaram conhecidos na História como os "Pares de França". O saudosismo dos seus admiradores ensejou lendas sobre o velho guerreiro, que se espalharam pelo mundo cristão.

> Acreditamos que a leitura demasiada do pândego Carlos Magno, que existe em profusão pelas casas sertanejas, ocasionou o desequilíbrio dessa pobre gente, que no dizer de Euclides da Cunha, está atrazada de 400 anos em civilização. As estórias cavalheirescas dos Roldão e Gui de Borgonha, pares do grande Imperador, fizeram virar a cabeça dos já não mui equilibrados José Maria, velha Querubina e outros pobres diabos" [...] "Eram os 12 pares de França, isto é, 24 combatentes dos mais fortes e mais fanatizados acompanhados de outros, infelizes victimas das artimanhas do tal Eusébio (*Folha do Comércio*, 26 mar. 1914).

> A ignorância dessa gente é absoluta. A maioria não sabe contar além de cem! Raro é o que sabe ler e deste o livro predileto é uma maravilhosa Historia de Carlos Magno que entusiasma e alucina o seu espirito primitivo com aventuras extraordinárias de heróis invenciveis, homens que sozinhos atacam e derrotam exércitos aguerridos. E o caboclo acredita piamente nas façanhas de Roldão, e admira maravilhado a bravura cavalheirosa de Oliveiros (*O Paraná*, 21 fev. 1914).

Alfredo de Oliveira Lemos, descrevendo a participação de líderes rebeldes na Guerra do Contestado, da qual foi testemunha ocular, destaca em suas remiscências, por exemplo, sobre eles:

> [...] Elias todos os dias mandava o povo formar, e gritando viva a monarquia, São Sebastião e José Maria. Elias tinha uma esperança ou uma fé que quando estivessem em forma, dando vivas, aparecia o exército de São Sebastião, e que ali vinha a monarquia". [...] Alonso de Souza: "Foi organizado os pares de França; eram 24 homens armados de espada". [...] Adeodato Manoel Ramos: "tendo sido nomeado comandante dos pares de França... (LEMOS, 1989, p. 46-48).

Era certo que José Maria levava consigo a História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França e nas horas de folga fazia a leitura de capítulos aos que o seguiam. Em estudo que abrange o país inteiro, mas, em particular o Nordeste, notou-se acertadamente que esse livro, foi, até poucos anos, o mais conhecido pelo povo brasileiro do interior.

> Nos sertões do Contestado, àquela época, era comum a existência, mesmo longe das vilas, de uma velha edição dessa história. Um repórter observou que entre os sertanejos alfabetizados 'o livro predileto é uma maravilhosa História de Carlos Magno que entusiasma e alucina o seu espírito primitivo com aventuras extraordinárias de heróis invencíveis, homens que sozinhos atacam e derrotam exércitos aguerridos' (jornal Pa. 21-1-1914). Ignora-se de que maneira José Maria comentava as façanhas dos cavaleiros da Távola Redonda, mas – como irão confirmar os episódios subseqüentes – essa literatura que exaltava a coragem pessoal, a luta contra os "infiéis" e a fraternidade entre os campeões, marcaria, diretamente os acontecimentos (QUEIROZ, 1981, p. 82-83).

Durante o movimento messiânico do Contestado, encontramos três fases distintas de inspiração nas histórias de Carlos Magno para a formação dos Doze Pares de França caboclos:

- A primeira, em 1912, quando o Monge José Maria estava acampado em Taquaruçu e ali, para ele, os caboclos formaram uma guarda de honra de 24 cavaleiros. Esta guarda acompanhou-o até o Irani, em outubro deste ano.

> José Maria permaneceu pouco mais de um mês em Taquaruçu. Dirigia terços, receitava narrativas sacras e contava histórias de Carlos Magno. Naturalmente, continuava receitando. Já em Campos Novos parece que ele havia organizado um séquito de 25 *apóstolos.* Agora, em Taquaruçu, promoveu uma guarda de honra, composta de 24 homens e mais o comandante, com a denominação de *Doze Pares de França*, todos montados em cavalos brancos. É possível que tenha se inspirado não apenas no livro de Carlos Magno, como na organização das cavalhadas, em que os *cristãos* em sua luta figurada contra os mouros, costumavam ser denominados *pares de França* (QUEIROZ, 1981, p. 85).

- A segunda, um ano após o Combate do Irani, de curta duração, verificou-se entre o final de 1913 e o início de 1914, quando os caboclos, identificados como fanáticos, agora consideravam "Pares de França" os seus principais líderes, que integravam o grande Conselho de Comandantes, criado para organizar a defesa de Taquaruçu e a retirada para o Norte. Quando o menino-vidente Joaquim assumiu o comando espiritual dos caboclos da cidade-santa de Taquaruçu e os fanáticos mobilizaram-se para organizar o reduto de Caraguatá, suas lideranças assumiram papel igual ao dos *pares* (inspetores) de Carlos Magno. “[...] evidentemente, esse conselho dos 12 pares é constituído por aqueles fanáticos que são intermediários entre o vidente Joaquim e a totalidade dos crentes” (QUEIROZ, 1981, p. 125). Alguns destes "novos" Pares de França eram os mesmos do agrupamento anterior.

- A terceira fase, mais demorada, que iniciou na segunda metade de 1914 e se estendeu até agosto de 1916, foi observada quando foram constituídos mais de um grupo de Pares de França, distribuídos em vários piquetes de elite do *Exército Encantado de São Sebastião*, com homens escolhidos entre os mais experimentados na arte da guerra, os mais valentes e destemidos. Aqui, “[...] teve influência também a reinterpretação da História de Carlos Magno, cujos "reis", "nobres" e "fidalgos" eram considerados modelos de coragem, fraternidade e devoção a uma causa” (QUEIROZ, 1981, p. 141). Nesta etapa, os Pares de França não eram mais os membros do Conselho de Comandantes, pois cada conselheiro recebeu a incumbência de comandar um grupo de Doze Pares. Foi o caso, por exemplo, de Adeodato, que, além de membro do Conselho, passou a ser também comandante de piquete de Doze Pares de França.

Os caboclos colocaram o mundo das lendas de Carlos Magno e dos Doze Pares de França como *reminiscência,* que atenderia às suas expectativas de uma irmandade moderna ideal. Os tempos da dinastia carolíngia teriam sido um referencial.

> A incorporação da lenda de Carlos Magno no universo ideológico da *irmandade* significou a busca de um nexo entre um presente intolerável e um passado percebido como a ordem justa e boa. As angústias concretas não se reduziam, desse modo, ao presente vivido, não apareciam como experiências singulares de privação, sofrimento e opressão, mas adquiriam o estatuto de um corte dentro de um tempo grandioso, tensão e crise de passagem entre uma ordem pretérita que degenerou e a construção de uma ordem sagrada. Desse ponto de vista, a instituição dos *Doze Pares de França,* a leitura pública da gesta carolíngia e a utilização do "tempo da guerra de Carlos magno" como referente cronológico, ganham um sentido mais profundo (MONTEIRO, 1974, p. 119).

Na Guerra do Contestado, o Exército Encantado de São Sebastião destacava seus caboclos mais valentes nos piquetes de cavalaria, organizados como "Doze Pares de França", assim copiando um modelo que surgiu na História como "cavalaria avançada", com cavaleiros escolhidos entre os melhores nas "cavalhadas", um torneio muito comum na região (até hoje) que, em dias de festa, dividia os cavaleiros em cristãos e mouros, lembrando os tempos medievais, quando simulavam jogos e lutas, com lanças e espadas.

> As cavalhadas são presenças constante na maioria das grandes comemorações brasileiras, sejam elas cívicas ou religiosas. Apesar de diversas vezes não haver a representação explícita de um rei, em muitas cavalhadas os cavaleiros se dizem os "pares de França do imperador Carlos Magno". Estranho caminho que faz da história uma grande metáfora (SCHWARCZ, 1998, p. 273).

Eram 12 os cavaleiros de Carlos Magno, mas 24 deles formavam um bloco no exército caboclo, pela interpretação matemática que 12 pares totalizam 24 integrantes. Guerreando nas linhas de frente, seus feitos viraram mitos em toda a região. Se a adoção do modelo dos Pares de França, por si só, atesta a influência da gesta carolíngia no imaginário dos nossos caboclos, temos, ainda, outras representações simbólicas que reforçam a tese da interação entre o modo de pensar, sentir e de agir dos "fanáticos" do Contestado e as lendas sobre Carlos Magno, associadas ao sebastianismo, destacando-se, entre estas representações: a utilização preferencial da *arma branca* (facas, facões e espadas) pelos combatentes; a preferência pelos combates corpo-a-corpo contra os militares, a exemplo do que se fazia nas antigas guerras; o uso de amuletos (patuás), com orações que protegiam os *santificados apóstolos*-caboclos das agressões dos infiéis; a adoção da *bandeira branca com a cruz verde,* símbolo do Exército Encantado de São Sebastião; o modelo de *irmandade* que orientava a formação dos redutos, onde tudo era de todos, a defesa da *honra,* mais a *lealdade* e o *amor* aos companheiros, paralelamente aos sentimentos de repulsa aos infiéis e ao desejo de vingança pelas agressões; a idéia de uma *monarquia* orientada por uma ordem divina, para a instauração de um mundo novo, marcado pela justiça social; a decisão pela deflagração da *guerra santa*, iniciada no inverno de 1914 e conduzida como forma de guerra de

conquista; e o respeito ao *cristianismo,* pela manutenção de um catolicismo rústico, mas modificado pelos valores de uma nova santa religião.

2.3 A FORMAÇÃO GUERREIRA DO HOMEM DO CONTESTADO

Uma das principais qualidades dos peões era a lealdade para com seus companheiros e com o fazendeiro. Lealdade, respeito e disciplina eram palavras-de-ordem nas fazendas entre a peonada. Este sentimento, evidente, ajuda-nos a compreender porque, nas campanhas, quando o fazendeiro vestia sua farda de coronel da Guarda Nacional e armava seus homens, estes seguiam-no cegamente, até à morte, se preciso fosse. De peões nos campos a guardianos ou milicianos nas incursões, estes caboclos identificavam-se como "sou do fulano", indicando seu chefe e líder, patrão e dono, numa atitude de submissão que lhes garantia recíproca proteção.

Havia três grupos regionais diferenciados em que se dividiam os brasileiros – o do norte (sertanejo), o do centro (matuto) e o do sul (gaúcho), este último vivendo dentro de uma poderosa oligarquia militar, aparelhado para organizar revoluções contra o poder, enquanto que os dois primeiros grupos eram "[...] destituídos de aptidões militares, vivendo sem o gosto da guerra e sem o tirocínio dos campos de batalha" (VIANA, 1987, p.203).

Referindo-se ao fato de que a historiografia gaúcha se sustenta no binômio "pastoreio-guerra", entendemos que a valentia e a capacidade guerreira do peão não foi fabricada, que pertencia a ele, pois s valentia era uma condição para a sobrevivência desse homem em seu meio.

> A verdade é que esses trabalhadores rurais, pastores e guerreiros, não tinham organização. Havia, praticamente, para cada um deles, um patrão-em-tempo-de-paz e um comandante-em-tempo-de-guerra. A propriedade do patrão seria sua pátria? Caso contrário, por que esses valentes peões não se insurgiam contra o patrão que os obrigava a fazerem parte da guerra, a matar e morrer? Não existe dúvida quanto à forte dependência econômica existente já à época entre o patrão e o fazendeiro. Nem mesmo o pagamento de salário existia. Praticamente na totalidade dos casos, os peões casados viviam com sua família num rancho cedido pelo fazendeiro e sobre um pedacinho de terra em algum canto da fazenda, servindo mais de sentinela contra invasores do que, propriamente, como cômodo aos empregados, uma vez que a família inteira ficava a serviço da fazenda. O pagamento vinha sob a forma de víveres e agasalhos; dinheiro quase nunca, ou muito pouco (FRANCO, 1993, p. 33-34).

Esta dependência foi verificada na Guerra do Contestado, principalmente entre os caboclos que, a mando dos coronéis, formaram piquetes civis e perfilaram ao lado das forças do

Exército Brasileiro, mesmo sabendo estarem fazendo isso para caçar e matar outros caboclos. Obedeciam as ordens para lutar, porque “os outros” não eram “os deles”. Da mesma forma, recrutados forçados ou voluntários do Exército Encantado de São Sebastião seguiram seus líderes, sem discutir, porque “do outro lado” estariam os ímpios, os impuros, os tiranos.

2.3.1 Da Guarda Nacional ao Coronelismo

Com suas atribuições e responsabilidades determinadas pela Constituição Imperial de 1824, nem sempre o Exército demonstrava a desejada unidade, vivendo constantes momentos de crises internas, com insubordinações nas guarnições, devido, principalmente, à numerosa infiltração estrangeira nos quartéis da capital do Império e nas capitais das províncias. Na vigência da Regência Permanente do Império, o Ministro da Justiça, padre Diogo Antonio Feijó, a 18 de agosto de 1831, assinou a lei de criação da Guarda Nacional do Império, ao mesmo tempo em que extinguiu as milícias, ordenanças e guardas municipais. A Guarda Nacional foi instituída para defender a Constituição, a liberdade, a independência e integridade do Império, e mais, para manter a obediência às leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranqüilidade pública, e para auxiliar o Exército de Linha na defesa das praças, fronteiras e costas do Brasil.

A corporação, que passou a ser organizada em todo o território nacional, era composta por Batalhões, cada qual formado por seis a oito Companhias e, estas, constituídas por 100 a 500 homens. Seus oficiais tinham as mesmas patentes dos oficiais do Exército, exceto a de general. Para os escalões dos batalhões eram nomeados pelo governo imperial: o tenente-coronel comandante (chamado simplesmente de "coronel"), um major, tenentes, alferes e sargentos; para as companhias: um capitão comandante, tenente, alferes, sargentos e cabos. Esta corporação civil era uma milícia paramilitar, à paisana, à qual poderiam se inscrever como "guardas nacionais" todos os homens válidos e maiores de idade do Brasil.

Como para este tipo de coronelato eram nomeados os grandes senhores de engenho (no Leste e Nordeste do Brasil) e os fazendeiros mais poderosos (caso do Sul), os oficiais eram os próprios capatazes das suas fazendas e pessoas de importância ou aliados políticos e, os soldados, eram escolhidos entre os agregados, peões e capangas dos fazendeiros, mais pessoas simples que moravam em vilas e pequenas fazendas, de confiança dos coronéis e capitães (fazendeiros de

menor importância, comandantes de companhias e de esquadrões). A todos, era proporcionado acesso a armas e munições, e treinamento militar.

O Padre Diogo Antônio Feijó não imaginava que a nova corporação logo se tornaria uma grande predileção da classe rural de fazendeiros, os quais muitas vezes se envolviam em amargas rivalidades na disputa por títulos e posições, tendo em vista os privilégios e imunidades a eles inerentes. Surgiu assim no país o "coronelismo", ampliando o já então existente poder político dos fazendeiros, senhores de latifúndios, que passaram a exercer também o poder paramilitar e militar nas províncias brasileiras.

Logo após a criação da Guarda Nacional, em 1831, a Regência confiou ao então Major Luís Alves de Lima e Silva a tarefa de organizar um forte "Batalhão de Oficiais" entre os soldados imperiais permanentes, que fossem cegamente leais à Regência, o que fez com sucesso, pois nos anos seguintes veio a reprimir as principais revoltas provinciais, lideradas por forças extremistas em diversas partes do Império, tendo, inclusive, combatido unidades da Guarda Nacional, quando estas se rebelaram ou aderiram a rebeldes, contra o poder central.

> Durante quase um século, em cada um dos nossos municípios existia um regimento da Guarda Nacional. O posto de "coronel" era geralmente concedido ao chefe político da comuna. Ele e os outros oficiais, uma vez inteirados das respectivas nomeações, tratavam logo de obter as patentes, pagando-lhes os emolumentos e averbações para que pudessem elas produzir logo os seus efeitos legais. Um destes era da mais alta importância, pois os oficiais da Guarda Nacional não podiam, quando presos e sujeitos a processo criminal, ou quando condenados, ser recolhidos aos cárceres comuns, ficando apenas sob custódia na chamada "sala livre" da cadeia pública da localidade a que pertenciam. Todo oficial possuía o uniforme com as insígnias do posto para que fora designado. Com esse traje militar, marchavam eles para as ações bélicas, assim também tomando parte nas solenidades religiosas e profanas da sua terra natal.
> Eram, de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, os que exerciam, em cada município, o comando-em-chefe da Guarda nacional, ao mesmo tempo que a direção política, quase ditatorial senão patriarcal, que lhes confiava o governo provincial (LEAL, 1975, p. 213-214).

A necessidade de se criarem esquadrões da Guarda Nacional para servir ao Governo Imperial, na então ainda despovoada Região do Contestado, surgiu já em 1838, quando as forças da Revolução Farroupilha, deflagrada em 1835 no Rio Grande do Sul, chegaram a Lages, invadindo Santa Catarina para instaurar a República Catarinense.

O Imperador D. Pedro II, pela Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850, deu nova organização à Guarda Nacional, possibilitando sua expansão através dos presidentes das províncias e - isso muito nos interessa - nas províncias limítrofes com estados estrangeiros, como

as do Sul do Brasil. Assim, nos anos seguintes, criaram-se mais batalhões também no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com companhias e esquadrões de Cavalaria e Infantaria.

A "Tríplice Aliança", firmada por Brasil, Argentina e Uruguai, exigiu a incorporação das guardas nacionais provinciais aos corpos de "Voluntários da Pátria" - para atuarem na Guerra do Paraguai - a partir de 1865. Fazendeiros catarinenses e paranaenses, ao lado de caudilhos e estancieiros gaúchos, conduziram milhares de homens ao campo de batalha, proporcionando-lhes não mais somente o treinamento para a guerra, mas a participação sangrenta em ferozes combates corpo-a-corpo. Entre os alistados, também estavam centenas de camponeses e sertanejos recrutados "na marra" nas vilas e fazendas da Região do Contestado.

> Na Guerra do Paraguai, principalmente no início, quando o Império somente dispunha de 12.000 homens, inexorável a constatação de que a Guarda Nacional foi muito significativa para a composição das forças militares acionadas pelo Brasil, contra a geopolítica armada do Paraguai. Não só em número mas em qualidade também. Dos batalhões da Guarda Nacional muito de heroísmo e muito de sangue na convulsão continental daquela guerra (MARTORANO, in: *O Estado* [s.d.].).

Encerrado o genocídio praticado pelos brasileiros no Paraguai, os "voluntários" sobreviventes das guardas nacionais regressaram às suas casas, retomando as atividades cotidianas nas fazendas do Contestado. Daí até a Guerra do Contestado (1913-1916), os esquadrões do Paraná e de Santa Catarina eram esporadicamente chamados a intervir em entreveros locais. Neste período, o coronelismo acentuou-se na Região do Contestado, onde inúmeras já eram as fazendas, tanto as maiores, oriundas das antigas sesmarias, como as menores, que surgiram após a Lei das Terras, de 1850.

> A Guarda Nacional desfigurou-se mais tarde, aristocratizou-se. Passou a servir aos interesses eleitorais das facções dominantes, prestando-se a medidas de compressão contra oposicionistas. Não tardou que recebesse a hostilidade dos políticos liberais. E, ainda do Império, depois da reforma de 1873, tornou-se quase puramente honorífica - um vistoso corpo de oficiais sem soldados. Conservou-se apenas como um fator de prestígio político, ser oficial da Guarda Nacional. Mas, limitadas a uma revista anual, as unidades da G.N. haviam perdido até mesmo a função eleitoreira. A República, finalmente, completou o estiolamento da organização, mantendo apenas os coronelatos de mentira que glorificavam alguns chefes municipais (FRANCO, in: *Correio do Povo*, 18 ago. 1981).

Com a Proclamação da República, em 1889, a Guarda Nacional foi mantida e melhor organizada, passando para os Estados as indicações de nomes para o oficialato, nomeações que se davam através de "cartas-patentes" da presidência. Durante a litigiosa questão de limites, os governos estaduais do Paraná e de Santa Catarina procuravam nomear e promover fazendeiros

que se manifestassem mais simpáticos e favoráveis, respectivamente, às suas causas, cada qual, assim, atraindo para si o apoio e a adesão das pessoas mais influentes do Território Contestado.

No Contestado, todo o poder era concentrado nos poderosos fazendeiros-coronéis, que administravam suas terras e influenciavam a política administrativa e até decidiam eleições nas vilas próximas. O sistema ditatorial resultou do próprio ambiente e das condições daquele tempo: falta de autoridade legal, isolamento dos centros urbanos civilizados e ausência de policiamento. O dono-da-fazenda, automaticamente, era juiz, delegado, chefe e legislador, recebendo respeito de todos os subordinados.

> A Guarda Nacional sobreviveu ao advento da República. Patentes de oficial obtidas pelos pretendentes a postos na quase simbólica hierarquia da tropa armada. No fastígio do coronelismo os detentores do poder político, latifundiários quase sempre ou grandes comerciantes, na emulação procuravam ostentar seus postos - desde tenentes até coronéis. Cabia-lhes, individualmente, aliciar, instruir, manter e comandar suas próprias forças. Era a réplica ao caudilhismo. Canalização legal da convergência da vontade de dominação para os propósitos do próprio governo.
> Poderosos Senhores, valendo-se da submissão de numerosos familiares, quando não de muitos sobre quem exerciam proteção, ligados a suas fazendas. Mas uma coisa os distinguia. A total disciplina e imediata resposta a qualquer apelo dos Governos. Força sempre legalista. Anteparo aos "bochinchos" dos caudilhos, que de quando em quando insurrectos, nas estrepolias de seus cavaleiros, testavam a estabilidade dos Governos republicanos.
> Mas muito pouco se fazia além do papel. Mais títulos para os oficiais do que ideal para seus soldados. [...] Dizem uns que ao temor da ressurreição de pruridos monarquistas se deve sua extinção (MARTORANO, in: *O Estado* [s.d.].

A par do coronelismo, via-se aqui também o "compadresco", forte ligação afetiva que ligava o pessoal dependente com os donos das fazendas e com os chefes políticos. Quantos mais afilhados e compadres, que caíam nas boas graças e se viam promovidos socialmente, maior era o poder do Coronel. O beija-mão e o pedido de bênção ao padrinho eram ensinados desde cedo às crianças, para saber respeitar a classe dominante. O poder político na Região do Contestado, amarrado às oligarquias estaduais, era disputado entre os coronéis, que se dividiam, pelas raízes históricas, entre farroupilhas e legalistas, entre pica-paus e maragatos, entre defensores do Império e da República, entre catarinenses e paranaenses e, pela natureza política, entre os partidos políticos que disputavam o poder e distribuíam as benesses, antes entre liberais e conservadores, em seguida entre os federalistas e republicanos, e entre republicanos e liberais. A permanente competição entre os chefes alcançava seus subordinados que, algumas vezes, entravam em luta corporal e armada entre si, durante festas religiosas e rodeios.

> O fenômeno coronelista não é novo. Novo será sua coloração estadualista e sua emnacipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império. O coronel recebe seu nome da

> Guarda Nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida em que se acentua o teor de classe na sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o "coronel tradicional", também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição (FAORO, 1976, p. 621).

Nos primeiros anos do século XX a Guarda Nacional ainda estava organizada nos municípios paranaenses de Rio Negro, União da Vitória, Palmas e Guarapuava e, nos catarinenses, em Lages, Curitibanos, Campos Novos e Canoinhas (os únicos municípios então existentes no Território Contestado). Seus batalhões, companhias e esquadrões eram confiados a diversos coronéis e capitães. Neste tempo o tratamento de "coronel" era ser dado a qualquer chefe político ou a qualquer fazendeiro rico, fossem ou não vinculados às guardas nacionais. "O aspecto que logo salta aos olhos é o da liderança, com a figura do 'coronel' ocupando o lugar de maior destaque. Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos coronéis" (LEAL, 1975, p. 21). Aqui, os latifundiários fazendeiros-coronéis e chefes políticos locais exerceram o "mandonismo" por imposição natural do próprio sistema social e cultural:

> O coronel-da-roça sempre foi um coronel-da-roça, nem mau nem bom; nem justo nem injusto; visceralmente, político pela própria identificação com as origens. Não foi um dominador do meio e sim um acomodado no complexo do habitat. Surgiu com a autoridade fruto-da-terra, a ela permaneceu moldado como uma luva a uma mão para exercitar, perfeitamente, o coronelato (JAMUNDÁ, 1974, p. 122).

Não raras vezes os esquadrões da Guarda Nacional no Contestado eram formados exclusivamente pelos capatazes, camaradas, peões e agregados das propriedades dos respectivos comandantes. Piquetes civis eram mantidos em permanente forma, prontos para intervir. Assim, a faca, a pistola, a espada, a lança, o facão, a espingarda ou o mosquetão, estavam sempre à mão, mesmo quando o pessoal se dedicava às tarefas peculiares e cotidianas nas fazendas[100].

A política eleitoral no município de Lages era comandada pela família Ramos, formando clãs de parentela que desde 1850 começou a influir na vida política do município, da região e mesmo do Estado. Em Lages,

[100] A Guarda Nacional foi extinta pelo presidente da República Artur da Silva Bernardes, através do Decreto nº 15.492, de 22 de maio de 1922, mas nenhum decreto conseguiu extinguir de imediato a força do Coronelismo no Contestado. Em eventos bélicos seguintes no Sul, em 1923 (nova revolta rio-grandense), em 1924 (Coluna Prestes), em 1926 (Invasão de Leonel Rocha), em 1930 (Revolução Getulista) e em 1932 (Revolta Constitucionalista), quando a Força Pública de Santa Catarina precisou organizar-se, comissionou os civis, antigos comandantes de companhias e esquadrões da Guarda Nacional, para ocuparem os postos de oficiais. Hoje, muitas cidades da região têm - e mantêm - ruas, praças e avenidas, denominadas de "Coronel *fulano de tal*", em homenagem ao coronelismo regional, assim perpetuando na História a estrutura do poder oligárquico do Século XX.

> [...] até perto da década de 1950, predominava a grande propriedade rural, as fazendas, que se constituíram na única forma de exploração econômica... Nos seus dominios, o senhor rural – o oligarca, o mandonista, o coronel, o chefe político – exercia poder absoluto sobre as manifestações dos agregados e peões... sua influência ultrapassava as taipas, porteiras e invernadas, cristalizando-se nas vilas, distritos, ou na cidade, dominando o mecanismo eleitoral e o administrativo... A grande família era o pólo deste tipo de poder local (LENZI, 1977, p. 31-32. *Apud*: CARREIRÃO, 1990, p. 37).

A Região do Contestado, agora incluindo a parte sacada do Território Contestado, do Paraná, anexada a Santa Catarina, permaneceria ainda por muitos anos atrelada ao coronelismo, pois muito devagar foi a transformação da base econômica, de exclusivamente agro-pastoril, para agro-industrial.

> Acreditamos que o modo como se desenvolveu a formação do caboclo do Norte Catarinense esteve longe de se constituir na história de homem livre, até porque foi preparado pedagogicamente para ser um trabalhador subalterno. Oprimido pela estrutura desigual e de dominação patrimonialista, que tomou por base os meios de produção detidas nas mãos e poderes dos coronéis, caracterizando assim, uma realidade de trabalho que se definiu historicamente dentro de um contexto voltado para as formas de opressão, dominação e exploração que se faziam sentir diretamente na relação patrão/servo, indiretamente pela inculcação de uma cultura de conformismo, via ação pedagógica (SACHWEH, 2002, p. 74).

O coronelismo, enquanto vigente no interior do Estado, foi um dos sustentáculos das oligarquias catarinenses. Identificou-se permanentemente com a História do Contestado enquanto existiu alguém que fosse, respeitosamente, tratado como "Coronel". Por vincular-se essencialmente ao meio rural, dentro do mesmo espírito de dominação, o poder político do "Coronel" (da fazenda) começou a ser dividido com o do "Capitão" (da indústria), quando do advento da urbanização e industrialização no Contestado. Em seguida, o coronelismo seria substituído por uma nova forma de expressão de poder político, que deu-lhe continuidade mesmo com a ausência da figura típica do "coronel": o neocoronelismo, instituição que manteve, nas bases eleitorais, o suporte ao sistema oligárquico.

2.3.2 Farrapos caboclos

Os sobrenomes de alguns fazendeiros-coronéis, que se instalaram no Contestado na segunda metade do século passado, constam nas relações do oficialato e dos corpos Farroupilhas de 1835 a 1840. No Marombas, a Região do Contestado foi palco de um dos grandes combates entre os farrapos e as forças legais, em 1840. Anita Garibaldi era catarinense. Os ideais republicanos de Piratini foram sentidos no Centro-Oeste Catarinense ainda por muitos anos

depois da revolta. Não há, pois, como deixar-se de vincular a Revolução Farroupilha[101] e os fatos marcantes da República Juliana em estudos sobre a formação guerreira do homem do Contestado[102].

A Revolução Farroupilha teve início em setembro de 1835, na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, atingindo o Território do Contestado (o Paraná ainda não existia como Província) em março de 1838, quando as tropas revoltosas adentraram Lages, dividindo esta região numa disputa aberta, que envolveu antigos gaúchos de um lado e antigos paulistas de outro, estes últimos reagindo ao movimento que, no ano seguinte, culminou com a proclamação da independência lageana do Império e sua anexação à República Rio-Grandense. Em julho de 1839, quando as forças legalistas do Império já haviam retomado Lages, os farroupilhas conquistaram Laguna, no litoral, ali proclamando a República Juliana, esta que, por sua vez, durou apenas quatro meses. No episódio de Laguna, entrou em cena o célebre Giuseppe Garibaldi, italiano engajado na causa republicana sulbrasileira, que se apaixonou pela catarinense Aninha Ribeiro, a nossa Anita Garibaldi.

Os Campos de Lages estavam dominados pelos farroupilhas, em setembro de 1839, quando o Governo Imperial decidiu enviar tropas ao Sul, pelo interior, determinando a concentração no povoado de Rio Negro, criado pelo Paraná dez anos antes como sede de uma colônia alemã. Ali, juntaram-se 1.500 homens, dos 10º e 6º batalhões de Caçadores, do Rio de Janeiro, dos batalhões da Guarda Nacional, de Curitiba, Paranaguá e de Antonina e do Corpo de Voluntários do Campo do Tenente, que se deslocaram para os Campos do Corisco (hoje Santa Cecília, ali acampando a 25 de outubro.

Travando pequenos combates com piquetes farroupilhas ao longo da Estrada das Tropas, em novembro de 1839, a Coluna Rio Negro chegou aos Campos dos Curitibanos, avançando até Campos Novos, de onde rumou para Lages, retomando a vila para os legalistas. Dali, parte da coluna do Brigadeiro Francisco Xavier da Cunha decidiu seguir em direção ao Rio Pelotas, para invadir o Rio Grande do Sul e rumou para o povoado de Santa Vitória. Na marcha, pela esquerda,

[101] A Revolução Farroupilha marcou profundamente a formação belicosa do Homem do Contestado primitivo. Desta ocorrência, não nos interessa apenas a simples narrativa, mas aquilo a que ela nos induz a pensar. O estabelecimento do vínculo Farroupilha & Contestado é fundamental para esta análise.

[102] Em escavações arqueológicas históricas, que realizamos nos últimos anos em locais onde ocorreram combates na Guerra do Contestado, encontramos armas brancas e de fogo e munições (algumas delas depositadas no Museu do Contestado) com a marca da República Rio-Grandense.

foram surpreendidos e derrotados pelos farroupilhas que escapavam de Laguna e rumavam para Lages.

Derrotados em Laguna, em novembro de 1839, Garibaldi e sua força restante haviam fugido para o rumo a Lages. Na passagem do Rio Pelotas, depois de juntar-se às tropas da Guarda Nacional simpática aos farroupilhas, combateu as forças do Brigadeiro Cunha, no célebre combate que os legalistas denominaram "O desastre de Santa Vitória" e, em seguida, reconquistou Lages, onde proclamou a república pela segunda vez. Novamente ameaçado pelas forças do Exército do Império, reforçadas pela divisão que subira de Cruz Alta e estava contornando a praça lageana, Garibaldi pressentiu que lhe estava sendo armado um cerco e que logo viria um ataque pelo Norte. A crença na manobra de cerco levou os farroupilhas ao grande desastre, quando dividiram seus efetivos em dois: um, seguiria de Lages, diretamente para guarnecer o setor de Curitibanos e, outro, tentaria o confronto pelo flanco Sul, em Campos Novos.

A coluna farroupilha, comandada por Garibaldi e Teixeira Nunes, que saiu de Lages com menos de 500 homens, contornou Curitibanos e, quando se dirigia a Campos Novos, ao passar pela Fazenda Forquilha, nas proximidades do Rio Marombas, deparou-se com a divisão legal, completa, com mais de mil soldados, acampada nas coxilhas. Era meia-noite de 12 de janeiro de 1840. O combate foi imediato. A superioridade numérica dos legalistas foi decisiva. A maior parte dos sobreviventes farroupilhas embrenhou-se no sertão ainda antes do amanhecer e pouco mais de 50 conseguiram regressar a Lages.

Depois deste combate, no local hoje conhecido como Capão da Mortandade, os farroupilhas foram varridos de Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, lutaram bravamente até 1844 quando, finalmente, renderam-se após dez anos de sacrifícios, massacres e carnificinas, em lutas pelo ideal republicano, que só se tornaria realidade 45 anos depois, quando da Proclamação no Rio de Janeiro.

Numerosos ex-combatentes das forças farroupilhas, depois da derrota no confronto do Marombas, espalharam-se pela região, estabelecendo-se nas cercanias dos rios Pelotas, Canoas, Marombas, Taquaruçu e do Peixe. E, após a revolução, com medo de perseguições, muitos derrotados – de caudilhos a simples peões – fugiram do território gaúcho, também estabelecendo-se no Planalto, à direita do Rio do Peixe, às margens dos rios Uruguai, Irani e Chapecó, alcançando as barrancas do Iguaçu e seus afluentes.

2.3.3 Voluntários da Pátria

Ainda do século XIX, temos a Guerra do Paraguai (a mesma que no Paraguai chamam de "Guerra do Brasil") como instrumento contributivo à formação do espírito guerreiro do homem do Contestado, quando nela anotamos, comprovadamente, a participação de pessoas aqui residentes no tempo da Guerra do Contestado[103].

> Era comandante da escolta de recrutamento sediada em Campos Novos, o Capitão Juca, vulgarmente conhecido como Nhonhô Grande.
> Entre os que se apresentaram para lutar, destacam-se os seguintes: Vidal Gomes de Campos, que por ato de bravura foi promovido a capitão; João Perpétuo cavalheiro, que perdeu a mão direita na campanha; Raimundo Ricardo da Silva, que substituiu Juca Eleutério, este residente no Barracão, Província do Rio Grande do Sul, recebendo em pagamento 50 bois; Manoel Pontes, que serviu como voluntário no 14º Regimento de Cavalaria do 2º Exército, e recebeu, de acordo com as leis vigentes, 50 hectares de terras no local Rio Preto, margem esquerda do Rio do Peixe; e Leopoldo, filho de Antonio Bruxo, que foi recrutado (BLASI, 1994, p. 42).

A experiência militar do caboclo catarinense também foi adquirida nos corpos dos Voluntários da Pátria, criados no Brasil Imperial em 1865, no início da guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai, quando aconteceu a invasão paraguaia na Província de Mato Grosso. Da mesma forma como enfocamos a Revolução Farroupilha, aqui não nos interessa a narrativa histórica da Guerra do Paraguai, mas, sim, seus reflexos no Contestado.

Na época, o Exército Brasileiro tinha efetivo inferior a 16 mil homens, incluindo a Armada (Marinha), insuficientes para a defesa nacional. Num primeiro momento, o Império convocou a Guarda Nacional e, em seguida, decidiu formar corpos provisórios de primeira linha para o serviço de guerra, com a denominação de Voluntários da Pátria[104] .

Compatriotas civis do Paraná e de Santa Catarina foram imediatamente convocados a integrar as companhias. No Território do Contestado, foram organizadas em Rio Negro, União da Vitória, Palmas e Guarapuava, pela Província do Paraná e, por Santa Catarina, em Lages,

---

[103] Foi o caso, por exemplo, de Manuel dos Santos Correia e de Vergilio Gonçalves de Chagas, de famílias pioneiras na região de Taquara Verde, em Caçador, que, ainda em 1925, com comprovantes, requereram em Caçador o título de "Voluntários da Pátria", que era concedido pelo antigo Império aos homens que serviram o Brasil na Guerra do Paraguai. E Paulo Blasi revela-nos nomes de cidadãos camposnovenses que foram recrutados para lutar na Guerra do Paraguai, destacando que "muitos outros filhos de Campos Novos deixaram de servir por terem pago as importâncias exigidas pelo Comandante" (BLASI, 1994, p. 42).

[104] Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865.

Curitibanos e Campos Novos. Os corpos voluntários eram formados, respectivamente, em Curitiba e em Desterro, de onde eram enviados para os campos de batalha. As unidades eram comandadas por oficiais de primeira linha do Exército e comissionados da Guarda Nacional. Em abril de 1866, o Brasil já dispunha de 48 batalhões, com média de 500 homens cada um, além de cerca de18 mil guardas nacionais incorporados[105]. Durante meses seguidos, o solo castelhano foi manchado com o sangue dos brasileiros e, dentre eles, um número impossível de se calcular de homens alistados no Contestado. Consta em parte do comando do 2º Corpo do Exército, de setembro de 1866, quando do ataque à Fortaleza de Curuzú: "Recebidos a ponta-de-lança, a golpes de machados, à baioneta e a tiros à queima-roupa, a nossa gente caía, morta e ferida, como basta messe ao roçagar de cegadora foice" (CERQUEIRA, 1980, p. 28).

> Era uma confusão violenta de homens a marche-marche e cavalos a galope, brados de avançar, feridos e mortos, toques de corneta incessantes e tiros de fuzil, surriadas de canhões e foguetes, gemidos e vivas, que faziam trepidar o meu pobre corpo, provocando-me uma sensação de náusea indefinida.
> Tínhamos perto uma vala imensa, atopetada de cadáveres denegridos pela podridão, moços e velhos, todos nús com ferimentos medonhos de lança, de bala, de faca. As gargantas cortadas, cobertas de varejeiras, os peitos largamente fendidos e restos de intestinos, que os urubús já tinham arrancado. Todos imensamente inchados. Um ou outro com os olhos esbugalhados, quase todos só com as órbitas, que os abutres cavaram (CERQUEIRA, 1980, p. 28).

No total, estiveram na Guerra do Paraguai 57 Corpos de Voluntários da Pátria e mais de 40 Corpos da Guarda Nacional, que mobilizaram mais de 140 mil homens durante os cinco longos anos do conflito internacional. Juntos, concorreram com 75% do efetivo militar brasileiro presente no país vizinho. As perdas brasileiras sofridas por mortes, ferimentos, doenças e invalidez alcançaram a 40% do efetivo.

Cada província brasileira foi "conclamada" a participar com o mínimo de 1% da sua população, devendo recrutar tanto "voluntários" como "designados" pela Guarda Nacional. E, aos negros ainda escravos, era oferecida a liberdade. O que é pouco divulgado, é o fato que, após 1850, registrou-se uma “relativa obrigatoriedade” do serviço na Guarda Nacional. O alistamento era cada vez mais usado para se perseguir adversários ou para se disciplinar rebeldes:

> Tampouco é de se crer em apresentação voluntária do conjunto do corpo de guardas nacionais. A verdade é que estes eram praticamente propriedade de seus comandantes e autoridades locais, que apresentavam voluntariamente os serviços de todo o contingente militar sob o seu controle para a guerra (SALLES, 1990, p. 103).

[105] Cada Corpo Voluntário da Pátria em ação no Paraguai - de Infantaria, Artilharia e Cavalaria - além do distintivo comum, usava um fardamento próprio. Os catarinenses, por exemplo, identificavam-se pelo uso de faixas verdes e, por isso, eram conhecidos como "barrigas-verdes".

Assim, durante muito tempo, encobriu-se que o grosso das tropas em missão no Paraguai era formado a partir da *obrigatoriedade* do serviço na Guarda Nacional. Segundo Ricardo Salles, o "voluntariamento" dos corpos da Guarda Nacional, está posto em dúvida. Os "soldados" do Contestado, tirados das suas casas em vilas e fazendas, alistados voluntariamente ou recrutados nos corpos de guarda, nesta guerra onde imperou o genocídio, receberam valiosas lições de combate, incluindo a disciplina, o culto à bravura, a valorização da coragem, o correto uso das armas de fogo, os meios de sobrevivência e a exaltação ao uso da espada e da baioneta.

Depois da experiência e com a nova formação, os caboclos que sobreviveram à Guerra do Paraguai voltaram aos seus lares, sendo reintegrados aos esquadrões da Guarda Nacional, sempre comandados pelos fazendeiros-coronéis.

2.3.4 A Revolução do Gumercindo no Contestado

Logo após a Proclamação da República, mais um movimento belicoso envolveu o caboclo-pardo catarinense: a Revolução Federalista de 1893 que, apesar do pouco tempo de duração - apenas dois anos - se comparada com outros movimentos armados do século, caracterizou-se como uma das mais violentas no Território do Contestado[106]. Em nossos estudos regionais em História, ela é também considerada como a "revolução da degola", pela prática habitual do degolamento de inimigos e por conter, muito centradas, cenas de violência entre "maragatos" e "pica-paus" ou "chimangos".

A 2 de fevereiro de 1893, no Rio Grande do Sul, eclodiu o movimento revolucionário dos federalistas, dispostos a assumir o poder na terra gaúcha, a derrubar Floriano da presidência e, se possível, separar os três Estados sulinos para formar um novo país. O movimento encontrou inúmeros adeptos no Litoral e no Planalto Catarinense, dividindo a população e os coronéis da Guarda Nacional. Com a aproximação das tropas rebeldes pelos campos de Vacaria, mobilizaram-se os combatentes no Território do Contestado, uns dispostos a lutar a seu lado, outros prontos para combatê-las. Esta preparação para a luta atingiu fazendas, freguesias e vilas.

[106] Nos anos de 1970, quando entrevistamos caboclos sobreviventes da Guerra do Contestado, observamos que com eles não poderíamos usar a expressão "Revolução Federalista" - aqui desconhecida - pois, deste tempo, eles só identificavam a "Revolução do Gumercindo", referindo-se a Gumercindo Saraiva, líder federalista revoltoso, pessoa que muitos conheceram e lutaram, uns ao seu lado e outros contra ele.

Como aqui residiam muitos gaúchos ex-farroupilhas, não foram poucos os chefes políticos, simpatizantes do movimento federalista, que decidiram apoiar estas tropas.

Em abril de 1893, no Rio Grande do Sul, o Exército Republicano, chamado de "pica-pau", organizou uma poderosa coluna, denominada "Divisão Norte", que passou a perseguir os federalistas a partir de Santa Maria, pois os revoltosos encaminhavam-se cada vez mais para o Norte e, em setembro, concentravam-se em Vacaria. Evitando o confronto direto com a divisão, a 6 de novembro, os "maragatos" entraram em Santa Catarina e, ao passar o Rio Pelotas, no Passo do Inferno, dividiram-se em duas colunas: uma partiu pela Estrada dos Conventos, rumo a Tubarão, enquanto que a outra, sob o comando do caudilho Gumercindo Saraiva, seguiu direto para a cidade de Lages e, daí, rumo Norte, pela antiga Estrada das Tropas. Em Lages, deixou uma força, comandada por seu irmão, Aparício Saraiva, para garantir a retaguarda. A divisão republicana chegou ao Pelotas a 11 de novembro, adentrou terras catarinenses e optou por perseguir a coluna de Gumercindo Saraiva, não sem antes combater, de 15 a 19, a guarda de Aparício Saraiva e as forças lageanas que a ele se haviam juntado.

Gumercindo Saraiva e seus 1.600 homens, acrescido de forças federalistas lageanas comandadas pelo coronel Paulino Chagas, depois de cruzar o Passo do Rio Canoas, chegou a Curitibanos, acampando dias 20 e 21 de novembro na Fazenda Estância Nova. A população da vila e suas cercanias viu chegada a hora de participar da "Revolução do Gumercindo". Simpatizantes do Partido Federalista abasteceram os revoltosos com mantimentos e os esquadrões da Guarda Nacional com remanescentes dos Voluntários da Pátria, que se incorporaram à coluna. Mas outros esquadrões, comandados por coronéis adeptos ao Partido Republicano, mobilizaram-se na região para combatê-los.

De Curitibanos, a coluna de Gumercindo Saraiva seguiu para o litoral, via Serra dos Pires, chegando dia 27 em Indaial, dia 29 em Blumenau e em Itajaí dia 30 de novembro, de onde rumou para Florianópolis, cujo Governo Estadual havia aderido à revolução. Em seguida, tomou o rumo de Joinville, ali chegando a 3 de dezembro, e, via São Bento do Sul, entrou no Paraná, enfrentando e superando resistência em Tijucas do Sul.

Em março de 1894, o Marechal Floriano organizou tropas no Rio de Janeiro e em São Paulo, preparando o contra-ataque. Com frota naval equipada nos Estados Unidos, começou a vencer diversas batalhas marítimas, estabelecendo o pânico entre os federalistas que, depois de dominarem Paranaguá, Curitiba, Lapa e Ponta Grossa, resolveram recuar, retirando-se da Lapa

em três colunas, comandadas por Gumercindo (rumo a Porto União) por Aparício (rumo Rio Negro) e por Juca Tigre (que foi a Guarapuava e Palmas e, dali, teve que seguir para a Argentina).

As forças de Gumercindo Saraiva saíram da Lapa, atingindo Porto União da Vitória no final de abril, onde atravessaram o Rio Iguaçu, dali seguindo pela Estrada Estratégica até o Rio Jangada. Em seguida, adentraram na Fazenda Horizonte, já nos Campos de Palmas, de onde empreenderam marcha pelo sertão para chegar ao Rio do Peixe, margeando-o no rumo Sul até Erval (no Passo de Limeira), onde o atravessaram e então, nas proximidade de Campos Novos, alcançaram a coluna de Aparício Saraiva. Agora juntas, atravessaram o Rio Pelotas e entraram novamente em solo gaúcho, passando o Rio do Peixe, que marcava a divisa entre Paraná e Santa Catarina (DOURADO, 1896, p. 219).

A coluna comandada por Aparício Saraiva, da qual fazia parte o destacamento do valente Torquato Severo, tomou o rumo de Rio Negro, atravessando a Região do Contestado pela Estrada das Tropas, descendo direto pela Estrada das Tropas até o Rio Marombas, desviando Curitibanos e Lages, chegando a Campos Novos.

> A marcha de Apparicio com a sua columna seria digna de uma odyssea [...] Logo ao começar a marcha Apparicio sentiu que a deffecção de nossas forças começava. [...] Apparicio era um retirante esperando sempre, a toda hora, a todo momento, um ataque: Não tinha mais nem uma retaguarda protetora, nem em frente um paiz onde pudessem chegar e repousar. À retaguarda o inimigo, no flanco esquerdo, o inimigo, e no flanco direito onde os companheiros poderiam ajudal-o, a noticia do desastre da columna de Juca Tigre. [...] Foi n'essas condições que elles emprehenderam a marcha em direcção de Campos Novos, na fronteira rio-grandense, onde deviam se achar os generaes Arthur Costa e Menna Barreto, segundo jornaes floreanistas chegados do Desterro onde depois de ennumerar suas forças e disposições diziam: Os bandidos estão n'um circulo de ferro, onde serão esmagados sem escapar um só. A columna que não conta com mais de mil homens, sem cavallos capazes para batalha, seguiu portanto com essa resignação de quem marcha para o seu fim. Na Serra do Espigão tiveram de desfazer o calçamento a picareta, por ser muito escorregadio e a subida muito a pique. Depois tiveram a passagem do Rio Maromba, cheio de rochas, de correnteza extraordinaria. Deixaram Curitibanos á esquerda (DOURADO, 1896, p. 224-225).

A mando do Marechal Floriano, em abril de 1894, chegou a Desterro (hoje Florianópolis) o coronel Antonio Moreira Cesar, assumindo a governança militar de Santa Catarina. Logo revelou seu espírito mau, de tarimbeiro sanguinário e feroz, implantando uma nova fase de terror, perseguindo todos aqueles que eram apontados como "inimigos da legalidade". Durante todo o segundo semestre deste ano, um destacamento comandando pelo capitão Pessoa, cumprindo ordens de Moreira Cesar, assolou o Planalto Catarinense, perseguindo "maragatos". A vingança foi terrível: muitas propriedades eram saqueadas, casas eram incendiadas, as prisões eram feitas

sem critérios, os fuzilamentos eram sumários e as torturas praticadas indignavam até os legalistas da região.

Com esta tremenda demonstração de força política e militar, o governo republicano marcou profundamente o caboclo catarinense, que não esqueceria, tão cedo e nem tão facilmente, as atrocidades cometidas contra seus familiares e amigos[107]. O ódio do homem do Contestado aos republicanos passou a ser alimentado a cada massacre depois de terminada a revolução. Este ódio não era apenas do caboclo para com os militares republicanos; era também contra outros caboclos, aqui residentes, que apoiaram os legalistas contra o líder Gumercindo.

Quando da deflagração da Revolução Federalista, na última década do Século XIX, que atingiu a Região do Contestado com maior intensidade no ano de 1894, o Paraná mantinha no setor Ocidental do Território Contestado com Santa Catarina, o grande e vasto Município de Palmas, com divisas de Porto União da Vitória e Rio do Peixe à fronteira com a Argentina, entre os cursos dos rios Iguaçu e Uruguai (na fronteira com o Rio Grande do Sul).

Em fins de 1893, Curitiba sediava o 5º Distrito Militar, que abrangia também Santa Catarina. No Planalto Ocidental, as guarnições militares consistiam no Comando de Fronteira, em Palmas, as colônias militares de Chapecó (em Xanxerê) e do Chopim, que articulavam-se com a Colônia Militar do Alto Uruguai (em Nonohay, no Rio Grande do Sul). Com exceção de algumas cidades mais progressistas menos dependentes das fazendas, a maioria da população civil rural apoiava os rebeldes. O Município de Palmas, então integrante do Estado do Paraná, desde o início desta guerra civil, foi

> [...] o que mais sofreu com excursões predatórias, invasão de casas, motins, banditismo, degolamentos. A vila foi transformada em praça de guerra. Na colônica militar improvisou-se laboratório pirotécnico, fábrica de pólvora e cartuchos. [...]. Quando os pica-paus dominaram Porto União da Vitória, Canoinhas e outras cidades maragatas, recrutaram gente à força. Em Palmas, o coronel Caminha convidou os cidadãos para formaram uma banda de música e, ao vê-la formada, obrigou-a a marchar à frente de uma brigada para o Rio Grande do Sul (NASCIMENTO, 2000, p. 154).

[107] A degola era um procedimento habitual nas duas forças em conflito. Já era praticada há muito tempo. Foi assim na Revolução Farroupilha e na Guerra do Paraguai. Para economizar preciosa munição e para não ter que alimentar prisioneiros, estes eram simplesmente degolados. O fio da faca ou do facão abria profundo corte no pescoço da vítima, silenciosa e rapidamente.

MAPA 8;
ÁREA DA QUESTÃO DE LIMITES PARANÁ-SANTA CATARINA



Desenho de Nilson Thomé, sem determinação de escala, para simples visualização.

2.4 QUESTÃO DE LIMITES PARANÁ-SANTA CATARINA

2.4.1 A Administração Pública nas Terras Contestadas

Enquadrando a História do Contestado na cronologia da História de Santa Catarina até romper o Século XX, precisamos considerar que, no hoje Planalto Catarinense, dentro do campo político-administrativo, este Estado somente abrangia os municípios de Lages, Curitibanos e Campos Novos que, assim, constituem o primeiro cenário da presente abordagem.

Foi depois da ocupação dos Campos de Lages e da abertura da Estrada Real, pelos paulistas, no Século XVIII, que Santa Catarina apresentou oficialmente ao Gabinete Imperial suas reivindicações sobre o domínio administrativo do Planalto, a partir da Vila de Lages, a primeira datada de 1776 e a segunda de 1787, ainda enquanto vinculada à Ouvidoria do Rio Grande do Sul. Nos primeiros anos do Século XIX, a Província de São Paulo, cujas terras ao Sul eram administrativamente subordinadas a sua "5ª Comarca de Corityba", ainda relutava junto ao Vice-Rei entregar Lages para os catarinenses pela sua localização estratégica na Estrada das Tropas, via de comunicação terrestre com a Colônia do Sacramento, no Extremo-Sul.

A incorporação da Freguesia de Lages a Santa Catarina, pelo Alvará do Gabinete Imperial de 9 de setembro de 1820 – dois anos antes da Independência do Brasil – somente aconteceu após a Província de São Paulo ter descoberto um novo caminho alternativo para os tropeiros, que desviava Lages, possibilitando a abertura da primeira Vereda das Missões, ligando Guarapuava à região missioneira gaúcha, com isso desinteressando-se pela Estrada Real e, conseqüentemente, por Lages.

A nova rota (pelo atual Oeste Catarinense) era melhor, em trajeto e em distância, do que a antiga Estrada Real; então, por este motivo econômico, que ficasse Lages para Santa Catarina. Aos paulistas-curitibanos, São Paulo garantia que os limites da agora catarinense Lages continuariam sendo os mesmos: pelos Campos da Estiva, pelo Rio Marombas, das suas nascentes à foz no Canoas e, por este abaixo até sua confluência com o Rio Pelotas e, daí para o Sudoeste, até o Rio Uruguai.

Não contavam os paulistas e nem os curitibanos com o "apetite" dos catarinenses, que, depois de "conquistar" Lages, entendendo serem seus limites, não pela Estiva-Marombas-Canoas-Pelotas, mas sim, os tais "espanhóis confinantes", logo após a descoberta dos Campos de Palmas, passaram a reclamar ao Império, com insistência, toda a imensidão do território compreendido de Lages a Oeste.

Passados 24 anos da incorporação de Lages a Santa Catarina, a 21 de setembro de 1844, os presidentes das províncias de São Paulo e de Santa Catarina concordaram em submeter o litígio sobre suas fronteiras ao Poder Legislativo, obrigando-se, moralmente, a respeitar o *statu quo* ou o *uti possidetis* até a decisão final ser alcançada, ou seja, limitando-se cada qual a administrar as áreas por eles ocupadas até aquele momento.

Enquanto o Legislativo não decidia, os paulistas continuaram-se expandindo no rumo Sul, através da Comarca de Curitiba. Assim, a Província de São Paulo, que em 1819 havia criado a Freguesia de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava, trinta anos depois, pela Lei nº 14, de 21 de março de 1849, contrariando o acordo de 1844, elevou esta freguesia à condição de vila, nela incluindo a "Capella de Palmas", tudo integrando a Comarca de Curitiba, mas o ato foi revogado pela Lei nº 21, de 22 de junho de 1850. Guarapuava foi restaurado como Município, ainda por São Paulo, pela Lei nº 12, de 17 de julho de 1852, com sede na Vila de Guarapuava. Ocorreu que, ao anexar a "Capella de Palmas" a Guarapuava, em 1849, a província de São Paulo não determinou seus limites; referia-se apenas aos "Campos de Palmas", onde ali havia concedido sesmarias, promovendo a instalação, entre 1836 e 1840, de 37 fazendas, além de mais cinco, estas em Campo Erê, para ampliar seu *uti possidetis* no Território Contestado.

Em 1851, a Câmara Municipal de Lages decidiu-se pela criação de dois novos distritos, o de Campos Novos e o de Curitibanos, pois as áreas em que se localizavam eram consideradas integrantes do seu território e, assim, pertencentes a Santa Catarina. Foi desta forma que, respondendo aos paulistas, por iniciativa dos próprios lageanos, foi criado em 1852, no Município e na Freguesia de Lages, o Distrito de Curitibanos, dele fazendo parte os "quarteirões" de Curitibanos e de Campos Novos. Nesta oportunidade, Campos Novos não foi elevado à condição de distrito, pois ali era forte a postura contrária a Santa Catarina pelos fazendeiros, na grande maioria originária da Comarca de Curitiba e, por este motivo, Campos Novos foi considerado apenas um quarteirão, subordinado ao Distrito de Curitibanos. Também por causa disso, aumentaria a rivalidade entre os fazendeiros de Campos Novos e os de Curitibanos e

Lages. O problema foi parcialmente sanado pela Resolução Provincial nº 377, de 16 de junho de 1854, quando, em seguida à emancipação do Paraná, o governo catarinense prestigiou a região de Campos Novos, elevando o quarteirão também à condição de Distrito de Lages e nele veio a criar a Freguesia de São João dos Campos Novos.

A Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853, que criou a Província do Paraná a partir da Comarca de Curitiba, determinou que "A comarca de Curityba, na provincia de S. Paulo fica elevada á cathegoria de provincia com a denominação de Provincia do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca". Entretanto, tais limites, do Sul da Comarca de Curitiba, eram indefinidos e estavam sendo discutidos pelas províncias de São Paulo e de Santa Catarina, desde muito antes. Sobre os limites da nova Província do Paraná com a de Santa Catarina, tinha-se que

> [...] estes nunca haviam sido determinados, por causa da ignorancia topographica daquellas regiões, ignorancia ainda hoje de pé em grande parte; sendo para notar que, pela mesma causa, foram sempre contestados os limites de S. Paulo por esse lado, em épocas anteriores (OURIQUE, 1887, p. 1).

O Conselheiro Mafra, entendendo que não estava em discussão a jurisdição catarinense sobre Curitibanos e Campos Novos, escreveria que "ao installar-se a provincia do Paraná, a questão unica de limites era exclusivamente a respeito dos Campos de Palmas, que S. Paulo entendia pertencerem-lhe por estarem occupados por 42 fazendas de Paulistas" (MAFRA, 1900, p. 558).

Em 1854, o sr. Joaquim Augusto do Livramento, representante da Província de Santa Catarina, apresentou um projeto na Câmara Temporária do Império, para que este desse por declaradas as divisas entre as duas províncias, conforme os rios Saí-Guaçu, Negro e Iguaçu: "As divisas entre a provincia de Santa Catharina e a do Paraná são os rios Sahy-Grande, o Rio Negro, e aquelle em que elle desagua". Esta linha incluiria definitivamente dentro do território catarinense os Campos de Palmas, de Curitibanos e Campos Novos. Em resposta, o então Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Goes e Vasconcellos, incluiu o assunto *Limites com Santa Catarina* em sua mensagem de abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Paraná, em 1854, impugnando a idéia de o povoado paranaense de Rio Negro ser dividido pelo meio e, de ser o curso deste rio, mais o prolongamento pelo Rio Iguaçu, a linha divisória com os catarinenses.

Foi visando a ampliação dos seus domínios, pela Resolução nº 16, de 16 de junho de 1854, que a Província de Santa Catarina criou, ainda dentro do Distrito de Curitibanos, no Município de Lages, a Freguesia de São João dos Campos Novos. Por seu turno, como nova província, pela Lei nº 2, de 26 de julho de 1854, o Paraná criou as freguesias de São José dos Pinhais e de Bathlem de Guarapuava, sem designar seus limites, assim deixando a questão em aberto, mas, a 4 e 5 de setembro de 1854, Vasconcellos sancionou as leis nºs 13 e 16, reconhecendo as transformações destas freguesias em vilas (municípios), organizando as posturas e, por não fixar seus limites, por esta indefinição insinuou a possibilidade de, nelas, inserir 1.600 léguas quadradas ao Sul dos rios Negro e Iguaçu, em Território Contestado. Tanto isso era verdade que, ratificando seus propósitos de assegurar os Campos de Palmas, pela Lei nº 22, já a 28 de fevereiro de 1855, criou a Freguesia de Palmas.

A 1º de março de 1857, o então presidente da Província de Santa Catarina, João José Coutinho, abriu a sessão da Assembléia Legislativa Catarinense, com um discurso em que abordou a discussão dos *Limites da Provincia* com a do Paraná, criticando asperamente os relatórios apresentados pela administração provincial paranaense em 1854 e 1855, e também, o Barão de Suruhy, o Barão de Antonina e o Vice-Presidente do Paraná, Baurepaire Rohan, todos com postura intransigente na Capital do Império sobre os limites interprovinciais, o que irritou profundamente as lideranças políticas paranaenses.

Com a abertura das Veredas das Missões, em 1864, a Província do Paraná criou uma Estação Fiscal na estrada de tropas que ligava Guarapuava e os Campos de Palmas com a região das Missões, no Rio Grande do Sul, instalando-a na passagem do Rio Chapecó, ao que Santa Catarina respondeu criando uma Estação Fiscal na mesma estrada, na passagem do Rio Uruguai. O Paraná denunciou que "não são de hoje os desejos manifestados por Santa Catharina, de absorver uma porção de território nosso, que orçará por 1.600 léguas quadradas" (*Apud* MAFRA, 1900, p. 509). As atitudes geraram protestos de ambas as partes, mas mantiveram-se ambos os postos provinciais de cobrança de impostos sobre animais até fevereiro de 1865.

A 22 de março de 1864, dez anos depois da criação da Freguesia de Campos Novos, pela Lei Provincial nº 535, Santa Catarina criou também a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Curitibanos, no Distrito de Curitibanos, Município de Lages. Com esta medida, os catarinenses mostravam aos paranaenses que não abriam mão da ampla jurisdição sobre Campos Novos e Curitibanos.

À vista das iniciativas de ambas as províncias sobre um mesmo território, em 16 de janeiro de 1865, sob orientação do Ministro da Agricultura, que era o deputado paranaense Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, o Gabinete do Império editou o Decreto nº 3.378, nele constando que os limites entre as duas províncias "são provisoriamente fixados pelo Rio Sai-Guaçu, Serra do Mar, e Rio Marombas, desde sua vertente até o das Canoas e por êste até o Uruguai", assim determinando que os Campos de Palmas, e parte de Curitibanos pertenceriam à Província do Paraná. A outra parte de Curitibanos, mais Campos Novos, ficaria com Santa Catarina. O ato foi imediatamente contestado por Santa Catarina que, em maio de 1865, apresentou novo projeto, mais uma vez fixando os limites pelo Rio Saí-Guaçu e, da Serra Geral para o interior, "pelo Rio Negro e o Iguaçu, ou Grande Curitiba, até a foz do Rio Santo Antonio".

Com a decisão do Governo Imperial, de abrir a Estrada Dona Francisca, ligando São Francisco do Sul e a Colônia Dona Francisca (Joinville) à Vila de Rio Negro, para comunicar o litoral com os sertões do Oeste, no interesse dos planos nacionais de colonização, tomando a iniciativa, em 1868 o Paraná transferiu sua Estação Fiscal do Distrito dos Ambrósios, para o lugar Encruzilhada, distante 26 km ao Sul da margem esquerda do Rio Negro, fato que os catarinenses consideraram ato de invasão de território e de pretensão de conquista, exigindo seu recuo ao ponto original, pois ali já estava em curso o plano catarinense de extensão da Colônia Dona Francisca (Joinville), para a instalação de imigrantes alemães na Colônia São Bento.

Pela Lei nº 626, de 11 de junho de 1869, Santa Catarina transformou Curitibanos em Município, este instalado em 1873, envolvendo as freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Curitibanos, São João dos Campos Novos e Nossa Senhora do Amparo do Campo de Palmas (nesta, insinuando seu domínio sobre os Campos de Palmas, nunca instalada), desligando-as de Lages, fixando a sede na Vila de Curitibanos, sob os protestos do Paraná.

Em 1870, a Província do Paraná elevou a Freguesia de Rio Negro à condição de Município, com sede na vila do mesmo nome, instalada em ambas as margens deste rio. Logo após a criação da Colônia São Bento (hoje São Bento do Sul), por Santa Catarina, em área que o Paraná dizia pertencer a Rio Negro, em 1874, os deputados de Santa Catarina na Câmara Federal apresentaram novo pedido de discussão do projeto original de 1865, sobre os limites, proposta que foi logo impugnada pelos deputados paranaenses. "Este adiamento ainda mais incitou o Paraná a pretender constituir posses á margem esquerda do Rio Negro; e a tal ponto que houve conflitos armados, seguindo-se porfiada discussão de limites entre os Presidentes das duas

provincias...” (STF, Ação Originária nº 6, p. 73). Dali, o Paraná avançou rumo Sul, instalando colônias de imigrantes, chegando aos povoados dos atuais municípios de Papanduva, Itaiópolis, Monte Castelo e Santa Cecília, em área que, segundo Santa Catarina, pertencia a Curitibanos. E, no Oeste, em 1877, pela Lei Provincial nº 484, de 13 de abril, o Paraná elevou a Freguesia de Palmas à categoria de Município.

A 22 de novembro de 1878, por novo Aviso Imperial, foi restabelecido o Decreto nº 3.378 e, em seguida, a 14 de janeiro de 1879, o Gabinete do Império editou mais um Aviso, este endereçado ao Presidente de Santa Catarina, alterando parte deste decreto, ao trocar a divisa provisória, do Rio Marombas para o Rio do Peixe, expressando que:

> [...] pondera a conveniencia de que, antes de dar-se principio ás medições na zona litigiosa entre essa e a Provincia do Paraná, se declare que a linha divisória, para os effeitos d'aquelle Aviso, é, não o rio 'Marombas', como resolvera o Decreto n. 3378 de 16 de janeiro de 1865, a que fez allusão aquelle acto do Governo, mas os rios 'Peixe' e 'Goyo-En', cujo territorio nunca foi contestado [...] (AVISO IMPERIAL).

Por este documento entendia-se, ainda que provisoriamente, como sendo paranaense toda a região ocidental ao Rio do Peixe, incluindo os Campos de Palmas e, como catarinense, a margem esquerda do Rio do Peixe, incluindo Campos Novos e Curitibanos.

Com esta medida do Império, pela lei nº 789, a 16 de outubro de 1884 o Paraná ampliou seu domínio sobre os Campos de Palmas, elevando o povoado de Bela Vista de Palmas à categoria de Freguesia, em área que alcançava o Campo Erê. Logo após a Proclamação da República, pela Lei nº 28, de 28 de junho de 1892, o Estado do Paraná também promoveu esta freguesia à condição de Município, desmembrado de Palmas.

Os problemas mais graves entre os dois Estados, no final do Império, aconteceram na área da Colônia de São Bento (hoje nos municípios de Campo Alegre, São Bento do Sul e Rio Negrinho), implantada em 1873 no prolongamento da Colônia Dona Francisca, por Santa Catarina, para receber imigrantes alemães. O núcleo encostava no Rio Preto, que era o limite do Município paranaense de Rio Negro (depois Mafra e atualmente Rio Negrinho), onde São Paulo havia iniciado a colonização com alemães ainda em 1829. Entendia o governo paranaense que a região estava sob sua jurisdição e, assim, em 1890, ao mesmo tempo em que elevou a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória à condição de Município de Porto União da Vitória, pela Lei nº 4.554, de 27 de março deste ano, no local Encruzilhada (em São Bento do Sul), voltou a instalar um posto fiscal, guarnecido por destacamento militar, que se revelou ostensivo demais diante dos pacatos imigrantes, que passaram a viver em sobressalto. Em seguida, o Paraná colocou outras

barreiras fiscais ao longo da parte alta da Estrada Dona Francisca e da Encruzilhada para cima, com isto prejudicando os ervateiros – até mesmo os paranaenses – que transportavam a erva-mate para os engenhos de Joinville.

Os protestos dos produtores imediatamente fizeram-se ouvir na capital catarinense e, dali, foram parar no Rio de Janeiro, pois os produtores, além do imposto a recolher para Santa Catarina, tinham que fazê-lo duplamente, agora também para o Tesouro do Paraná. O problema ganhou tamanha importância que, para evitar o emprego da força policial, os chefes dos governos provinciais da época reuniram-se em Curitiba e acertaram a cobrança do imposto sobre a erva-mate destinada a Paranaguá ou a São Francisco uma única vez, dividindo-se a receita entre as duas províncias, mas, a taxa de exportação, que em Santa Catarina era de 2%, foi elevada para 4%, igual à do Paraná. Neste encontro, os governantes também acordaram em discutir a questão sobre os limites interestaduais no Congresso Nacional.

A partir de 1893, por causa da deflagração da Revolução Federalista no Sul do Brasil, o quadro político-administrativo permaneceu inalterado na Região do Contestado, sem mais nenhuma iniciativa de conquista por parte dos dois Estados até encerrar o Século XIX. Assim, quando do início do período republicano, encontramos Santa Catarina e Paraná com fronteiras provisórias respeitadas apenas no Rio do Peixe, das suas nascentes, na Serra do Espigão, até a foz, no Rio Uruguai. O seu curso dividia, então, os municípios catarinenses de Curitibanos e Campos Novos, do município paranaense de Palmas. A área acima das serras Geral e do Espigão, até os rios Negro e Iguaçu, era objeto de mútua contestação, mas enquanto o Paraná promovia sua ocupação, através de Rio Negro e de Porto União da Vitória, Santa Catarina apenas reclamava da "invasão".

2.4.2 A Disputa de Limites no Judiciário

Em 1891, quando a indefinição sobre as fronteiras entre Paraná e Santa Catarina continuava preocupando as autoridades dos dois Estados, na sessão de 27 de julho do Congresso Nacional, o Governador e Deputado Federal, Lauro Müller, e toda a bancada catarinense, apresentaram o Projeto-de-Lei nº 63 ao Congresso Nacional, propondo a fixação dos limites entre Paraná e Santa Catarina pelos rios Negro e Iguaçu. Remetido o projeto à Comissão de Legislação e Justiça, esta manifestou-se favoravelmente, "por unanimidade", emitindo seu Parecer a 19 de

setembro. Mas, já nas sessões de 22 e 23 de setembro, deputados paranaenses contestaram a informação de que o parecer havia sido unânime. A Comissão havia citado "unanimidade", com o que deveria conter nove votos, mas, Bellarmino de Mendonça – membro desta comissão – não o havia assinado, por discordar do posicionamento de que o Congresso Nacional seria o fórum legal para decidir sobre a questão e, voto vencido na comissão, havia decidido esperar a sessão plenária para apresentar sua discordância.

Então, nas sessões de 25 e 28 de setembro de 1891, quando se debateu a questão do poder do Congresso Nacional para resolver sobre os limites interestaduais, Bellarmino de Mendonça, deputado pelo Paraná, defendeu a tese de que o Congresso Nacional só poderia resolver definitivamente a questão, depois que houvesse um acordo prévio entre as partes. Disse ele que

> "[...] no regimem federativo, em que os Estados são autonomos ou soberanos, conforme a doutrina que se adopte, não se póde admittir que as questões que dizem respeito á sua integridade, portanto as mais vitaes, possam ser resolvidas definitivamente sem a audiencia dos mesmos Estados" (Apud RODRIGUES, 1906, p. 842).

A discussão acirrada foi adiada a requerimento da Comissão de Diplomacia e Tratados, até que fosse resolvida a questão com a República Argentina.

Em seqüência à questão internacional Brasil-Argentina, em 1895, ao invés de fazer voltar à discussão o projeto de 1891, a representação catarinense não lhe deu andamento. Lauro Müller havia sido defensor de que a questão deveria ser decidida pelo Congresso Nacional, mas, agora, os catarinenses, sob o governo de Hercílio Luz, davam indícios de que tinham mudado de idéia.

Diante do impasse, as bancadas do Paraná e de Santa Catarina no Congresso Nacional levantaram a possibilidade de se entregar a questão de limites estaduais a arbitramento, com a decisão sendo referendada pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, depois de solucionada a *Questão de Limites Brasil-Argentina,* em 1895, já a 22 de maio de 1896, os representantes federais dos dois Estados acordaram bases para a solução da questão de limites por arbitramento, devendo, nessse sentido, ser a sentença arbitral homologada pelo Supremo Tribunal Federal. A idéia do arbitramento surgiu dos advogados dos dois Estados, o Conselheiro Mafra (por Santa Catarina) e Ubaldino do Amaral (pelo Paraná), depois de consultarem informalmente o Supremo Tribunal Federal.

A iniciativa da proposição de um arbitramento federal acabou sendo aceita pelos executivos estaduais e aprovada pelas respectivas Assembléias Legislativas. De comum acordo, para árbitro, foi escolhido o Vice-Presidente da República, Dr. Manoel Victorino Pereira.

Entretanto, logo depois de ser consultado, o STF declarou-se incompetente para intervir no ato político, esclarecendo que só poderia agir se fosse acionado por questão judicial. Diante da declaração do Poder Judiciário de incompetência para intervir na questão política sem que para isso fosse acionado para julgamento, para evitar que a disputa passasse enfim ao Poder Legislativo, como os paranaenses demonstraram querer, Lauro Muller, Hercílio Luz e Felippe Schmidt (Governador 1898-1902), articularam a estratégia catarinense de impetrar uma ação ordinária no STF, assim acionando a Justiça, como ela havia antes indiretamente orientado.

Em 1900, o governo catarinense, que já havia contratado o Conselheiro Manoel da Silva Mafra para assessorá-lo nas discussões e para defender seus interesses junto ao possível árbitro, diante da informação do STF de que só se pronunciaria se fosse acionado, resolveu impetrar uma ação direta no Supremo Tribunal Federal, aproveitando o trabalho do advogado, este que, em 1899, estava concluindo o documento *Exposição Histórico-Jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná, submettida, por accordo de ambos os Estados, á decisão arbitral.* Os catarinenses surpreenderam o Paraná, protocolando no STF a petição originária, reclamando os limites pelos rios Negro e Iguaçu. Acolhida a ação, foi designado relator o Ministro Herminio Francisco do Espírito Santo. Os paranaenses, que ainda insistiam em negociar, sentiram-se afrontados com a iniciativa de Santa Catarina e tiveram que se defender no Tribunal. A partir daí, o "problema" político-administrativo virou "questão", tanto política e administrativa, como judicial, social, tributária e militar.

Os políticos catarinenses – Lauro Muller, Hercílio Luz, Vidal Ramos Júnior e Felippe Schmidt – assessorados por membros de seus gabinetes e outros familiares, que nos anos de virada-de-século já enraizavam as oligarquias catarinenses, haviam recorrido a um caminho perigoso. Mesmo arriscando-se a "comprar briga" com o Paraná (o que de fato veio a acontecer), tinham plena consciência de que, se a questão dos limites fosse levada ao Congresso Nacional, ali suas chances seriam mínimas, pois havia uma "brecha" na Constituição Federal de 1891 que favorecia as reivindicações paranaenses e, estes, tinham a seu favor, ainda, o mais importante: quem ocupava majoritariamente o Território Contestado, além dos rios Canoinhas e do Peixe, eram famílias com berço no Paraná (antes em São Paulo) e, quem administrava a maior parte da área era o Governo do Paraná.

À petição inicial, em janeiro de 1902, o Conselheiro Mafra adicionou sua *Exposição Histórico-Jurídica*. O Paraná defendeu-se, através de um manuscrito de 24 páginas, assinado pelo

Conselheiro Joaquim da Costa Barradas, que, em abril deste mesmo ano, adicionou à resposta paranaense ao Supremo Tribunal Federal o *Memorial por parte do Paraná - Acção Originaria de Reivindicação sobre Limites territoriaes entre os Estados do Paraná e Santa Catharina - 1902.*

Contestando todas as alegações catarinenses, Barradas classificou a "Ação Ordinaria Originaria" como "Ação Originária Reivindicatória", apelou para o princípio do *uti possidetis* paranaense no Território Contestado e insistiu na validade e plena vigência do Decreto nº 3.378, de 1865, assim concluindo:

> Enquanto o Paraná apresenta estes e outros títulos, quaes são os que exhibe Santa Catharina para disputar-lhe a pósse do território em litígio? Em que se fundamenta este ultimo Estado para attribuir a usurpações o exercicio longo e pacifico da jurisdicção de S.Paulo e do Paraná sobre esse mesmo território? [...]. Qualquer que seja o ponto de vista porque se encare esta pretenção de Santa Catharina, ella se patenteia ao mesmo tempo injustificavel e cruel. O Estado do Paraná, pois, seguro na força do seu direito insophismavel e sempre reconhecido, e certo da rectidão dos mais eminentes Juizes da Republica, espera que lhe seja feita justiça, julgando-se improcedente a presente acção (BARRADAS, 1902).

Transcrevemos uma manifestação dos camaristas (vereadores) deste município paranaense feita ao Supremo Tribunal Federal, com seu protesto contra as pretensões de Santa Catarina de anexar a seu Estado a parte da cidade localizada na margem esquerda do rio (hoje cidade de Mafra):

> A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, representada pela unanimidade dos seus membros, abaixo assinados, vem respeitosamente, em nome dos habitantes deste Município, perante este Conselho Federal, protestar contra a desarvorada pretensão do Estado de Santa Catarina, de querer anexar a maior parte deste Município, situada à margem esquerda do Rio Negro, ao seu território. Por mais de uma vez esta Câmara tem protestado contra tão descabida pretensão, que funda-se somente em imaginários documentos que nunca tiveram visos de realidade. Santa Catarina, não satisfeita com a expoliação que fez ao Paraná do território de São Bento e Campo-Alegre, que há muito poucos annos fazia parte d'este Município, quer agora transpor o Rio Preto, que é nossa divisa actual, para estender sua desarrazoada pretensão à metade d'esta cidade situada à margem esquerda do Rio Negro e que pertenceu sempre ao Paraná, juntamente com a zona que se estende n'este Município, da Colônia Lucena aos povoados de Canoinhas e Timbó, limitado pela Serra do Espigão, em demanda das nascentes do Rio do Peixe, Município de União da Victória, também pertencente ao Estado do Paraná. Esta Câmara, representando a vontade da totalidade dos seus munícipes, que persiste continuar a ser paranaense, protesta contra a indébita pretensão de Santa Catarina, ora submetida ao venerando Tribunal, pois só pela violência poderia este povo, parcella valiosa do povo paranaense, submeter-se a um estado ao qual lhe liga somente a solidariedade de filhos da Grande Pátria Brasileira. Palácio da Câmara Municipal de Rio Negro, 31 de Agosto de 1901 (Apud ALMEIDA, 1975, p. 81-82).

A 6 de julho de 1904, por seis votos contra quatro, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa ao Estado de Santa Catarina, na Ação Originaria Ordinaria nº 6, nos termos da petição inicial, decisão da qual expediu-se o "Accordão":

> Se o direito favorece as pretenções do Estado de Santa Catharina, que as baseia em titulos historicos e juridicos, tem ainda elle por si o DIREITO de possuir limites naturaes, como sejam, os rios Negro e Ygoassú ao norte, o Urugoay ao sul, ao oriente o oceano e ao ponte as fronteiras argentinas (STF, Acordão, 1904).

A 19 de agosto de 1904, o Paraná apôs embargos a esta decisão da Suprema Corte Nacional, ao que, a 2 de setembro, Santa Catarina imediatamente protestou e fez impugnação. Sendo relator o Ministro André Cavalcante, a 24 de dezembro de 1909, o Supremo Tribunal Federal rejeitou os embargos que haviam sido protocolados pelo Estado do Paraná, emitindo novo Acordão (o segundo favorável a Santa Catarina), pelo qual estabeleceu:

> Assim, os limites de Santa Catharina do lado Norte ficaram sendo o Sahi-Guassú, o Rio Negro e o Iguassú. E como o territorio do Têrmo de Lages, para o lado do Oeste, abrangia todo o vasto sertão que fora parte da Comarca de Curytiba, e o dito sertão não tem ao Norte outros limites que não o Iguassú, força é reconhecer que o Iguassú desde a Foz do Rio Negro às extremas do territorio com a Republica Argentina, ficou sendo o limite de Santa Catharina com o Estado do Paraná (STF, Acordão, 1909).

O Estado do Paraná mais uma vez interpôs embargos declaratórios à sentença do Supremo Tribunal Federal, que foram prontamente contestados por Santa Catarina, resultando na terceira sentença favorável aos catarinenses[108]. O STF acolheu a decisão do relator André Cavalcanti, em sessão de 25 de julho de 1910, ratificando que

> os limites de Santa Catharina, do lado Norte, eram o Sahy Guassú, o Rio Negro e o Iguassú e que este, desde a foz do Rio Negro ás extremas do territorio brasileiro com a Republica Argentina, ficava sendo o limite de Santa Catharina com o Estado do Paraná; alem disso, por não se poder, em virtude de semelhante recurso, alterar o julgamento que foi proferido conforme o direito e as provas dos autos (STF, Acordão, 1910).

A decisão do Supremo Tribunal Federal de 1910, entretanto, permaneceu inócua, pois o Estado do Paraná resistiu e, sempre recorrendo ao Judiciário, ao mesmo tempo em que ameaçava ir às armas, não permitiu sua aplicação. De 1910 a 1913, pelas páginas dos jornais e tribunas dos parlamentos, aconteceriam enfrentamentos entre as duas partes, elevando a tensão social nos dois Estados, até que a questão chegou a um ponto crítico, também motivando a deflagração da Guerra do Contestado. Somente após a guerra haveria um "acordo" entre os dois Estados, que pôs fim ao litígio, como veremos adiante.

2.5 A EDUCAÇÃO ESCOLAR CATARINENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

[108] Referindo-se à primeira sentença sobre este terceiro acordão, escreveria, mais tarde, em *Actos e Factos*, o Senador paranaense Alencar Guimarães: "Proferida essa decisão facil foi depois succederem-lhe as outras. Os nossos tribunaes são sempre assim. Raro é vel-os modificarem seus julgados. E ahi está a razão porque os Juizes e os tribunaes quasi nunca, em causas dessas, alteram ou reformam o primeiro julgamento" (GUIMARÃES, 1916, p. 88).

O Estado de Santa Catarina possuía, em 1900, um total de 320.289 habitantes, distribuídos por 24 municípios, quando o Planalto reunia menos de dez por cento, ou seja, apenas 30.815 pessoas, sendo 17.775 em Lages, 5.830 em Campos Novos e 6.811 em Curitibanos. O crescimento populacional era pequeno nos primeiros dez anos do Século XX, quando o Paraná ainda administrava as terras do Contestado e computava para si a sua população.

Nestes primeiros anos do Século XX a situação das escolas públicas estaduais em Santa Catarina era muito precária. Vigorava a estrutura e o modelo educacional de 1894, planejado na administração de Hercílio Luz, no qual predominava a mentalidade de criar escolas, atendendo mais à quantidade do que a qualidade do ensino ministrado. Em 1906, as 157 escolas apresentavam 4.970 alunos matriculados. Dois anos depois, eram 177 estabelecimentos, com 6.707 alunos. Os estabelecimentos cresciam em número, aumentavam as matrículas, registravam-se mais freqüências, mas um dos grandes problemas era a incompetência dos docentes. Os encarregados da inspeção escolar eram, quase sempre, homens sem a instrução adequada ao cargo. Foi para corrigir parte das distorções, que se tentou reorganizar o ensino, no final de 1907, na gestão do Governador Gustavo Richard, que para isso editou o Decreto nº 348, de 7 de dezembro deste ano. Em que houvesse a vontade, a iniciativa reformista pouco adiantou e a situação permaneceu nas mesmas condições de antes.

Neste tempo, o fazendeiro lageano e então deputado federal, Vidal Ramos Júnior, candidatou-se e foi eleito ao Governo do Estado de Santa Catarina, para o quadriênio 1910-1914, sucedendo a Gustavo Richard. A reforma da instrução era uma meta da ação política de Vidal Ramos e, segundo este, deveria caracterizar-se por fundar um novo tipo de escola, dar à mocidade um professorado cheio de emulação e estabelecer uma fiscalização técnica e administrativa real e constante. Para FIORI (1975, p. 92), "a atuação governamental de Vidal Ramos – período de 1910 a 1914 – foi decisiva para a educação catarinense, da qual seu Governo é considerado o grande reformador". Dentro da tradição positivista dos republicanos brasileiros, ainda forte nas primeiras décadas do século XX, que incluía Vidal Ramos Júnior,

> [...] a humanidade e suas várias camadas sociais caminhariam naturalmente, sem traumas ou conflitos, para uma melhoria das condições de vida, desde que o conhecimento científico fosse cada vez mais valorizado e expandido, o que não significava necessariamente que todos tivessem acesso a ele. Os brasileiros honestos, pacatos, trabalhadores e católicos por formação, possuíam boa índole, segundo essa perspectiva, faltando apenas adaptação aos novos estágios de desenvolvimento

> alcançados pela humanidade. A violência, as convulsões sócias e as revoluções em nada contribuiriam para a construção de uma nação próspera e feliz (PRATTA, 2002, p 147).

Não passou despercebida a Vidal Ramos Júnior a atuação de um educador paulista – Orestes Guimarães[109] – que havia sido cedido pelo Governo do Estado de São Paulo ao Município de Joinville e ali, desde 1907, vinha realizando interessante trabalho a partir dos conhecimentos adquiridos em São Paulo e das experiências que realizava no ensino municipal joinvilense, subvencionado pelo Estado.

> Surgiu uma renovação na educação primária em princípios de maio de 1906, quando um grupo de homens, graduados na política catarinense, resolveu adaptar um novo sistema de educação primária, amplamente prestigiado pelos poderes públicos e experimentado no Estado de São Paulo. Foram os mais fervorosos adeptos da reforma os snrs. Abdon Baptista, Mário Lobo, Otto Boehm, Gustavo Richlin e outros, que entraram em entendimentos com o Snr. Luiz Niemeyer, então chefe escolar de Joinvile. Contratado para inaugurar e dirigir pelo prazo de dois anos o Colégio de Joinville, a instalar-se no dia 2 de janeiro de 1907, chegou a esta cidade o professor Orestes Guimarães no dia 9 de dezembro de 1906 (FICKER, 1965, p. 383).

A "Reforma do Ensino" de 1911 reorganizou administrativa e pedagogicamente a escola pública catarinense[110]. Pouco a pouco foram elaborados programas para as escolas primárias (Decreto no 587, de 22.04.1911), seguindo-se os programas para os Grupos Escolares e Escolas Isoladas (Decreto no 796, 02.05.1914).

> [...] Orestes de Oliveira Guimarães era fruto da Escola-Modelo fundada (1890) por Prudente de Moraes, tendo corno diretor (falecido em 1891) Caetano de Campos e como executora de suas idéias Miss Márcia Browne, que teve seguimento com o Prof. Gabriel Prestes, assessor de Caetano de Campos, cujo lema "Ensina a ensinar", como base pratica para a formação de professores. Tal formação abrangia cadeiras assim distribuídas: 1) português, latim, história da língua portuguesa; 2) francês e inglês; 3) aritmética e álgebra; 4) geometria e trigonometria; 5) mecânica e astronomia; 6) física e química; 7) história natural, anatomia, fisiologia, higiene; 8) geografia e história; 9) pedagogia e educação física; e 10) desenho e caligrafia. No Curso estava prevista a matrícula do sexo feminino com a idade de catorze anos e do sexo masculino com a idade de quinze anos. Ao concluir o curso recebiam o diploma de bacharel em Ciências e Letras (PIAZZA, 2004, p. 57).

De modo geral, na rede escolar catarinense foi estabelecida uma hierarquia: a Escola Normal, no ápice, conforme o modelo do Estado de São Paulo; o Grupo Escolar, cuja implantação se dá, somente, em 1911, que tem padronização no seu aspecto físico e

[109] O Prof. Orestes Guimarães era formado pela Escola Normal de São Paulo e contava 16 anos de magistério. Foi incumbido pelo Governo de São Paulo de criar um grupo escolar no núcleo colonial "Quiririm", servindo depois como diretor na organização dos Grupos Escolares de Taubaté e Ribeirão Preto. Ele ocupava o cargo de diretor do G.E. de Botucatu, quando recebeu o convite para realizar reformas no ensino em Joinville.

arquitetônico; as Escolas Isoladas, as mais numerosas e típicas das áreas rurais, onde um único professor lecionava ao mesmo tempo, no mesmo horário e na mesma sala de aula, todos os alunos da mesma escola, mesmo tendo diferentes níveis de aprendizagem e diferentes anos de escolaridade; e, em 1915, surgiram as Escolas Reunidas, significando a transição de uma Escola Isolada para Grupo Escolar. Já as Escolas Complementares visavam dar continuação ao ensino produzido nos Grupos Escolares e ampliar as possibilidades de formação de professores normalistas.

> A tradição vigente na instrução pública catarinense – durante o período imperial e avançando pela fase republicana – era de que toda a reorganização do ensino fosse iniciada com a montagem de um sofisticado esquema administrativo. A originalidade de Orestes Guimarães repousa no fato de que, ao invés de começar uma reforma de ensino construindo uma superestrutura administrativa, ele iniciou pelos estabelecimentos de ensino, a sua ação reformadora (FIORI, 1975, p. 95).

2.5.1 Iniciativas de nacionalização do ensino

Preliminarmente, precisamos considerar o período de 1904 (quando da criação da Associação Escolar para Santa Catarina) a 1917 (quando do ingresso no Brasil na Primeira Guerra Mundial, contra o "Eixo"), período este tido como o de maior intensidade do desenvolvimento das colônias estrangeiras, principalmente alemãs e, conseqüentemente, das escolas alemãs em Santa Catarina.

> A entrada do Brasil na guerra em outubro de 1917 resultou no fechamento generalizado das escolas teutas, tanto particulares como comunitárias. Isso significou, argumenta Soethting, que em torno de 6.000 crianças ficaram sem ensino, visto que as escolas públicas não tinham condição de atender essa demanda (SOECHTING, 1929, apud KLUG, 2003, p. 151).

Por ocasião da I Guerra Mundial, em 1917, com a entrada do Brasil no conflito contra a Alemanha, o Ministério do Interior havia determinando o imediato fechamento de duzentas escolas particulares catarinenses, na maioria teuto-brasileiras, nas quais não se ministrava a Língua Portuguesa. Em 1918, apenas 72 dessas escolas foram reabertas, empregando professores brasileiros.

> A Primeira Guerra Mundial desempenhou no Brasil, no setor da imigração, o papel de despertadora das atenções do governo para as diversas comunidades étnicas aqui estabelecidas. Uma onda de nacionalismo apoderou-se das autoridades constituídas.

[110] Em 1917, com a incorporação do Contestado, o Estado de Santa Catarina apresentava a matrícula em suas escolas publicas: escolas isoladas 9.138 alunos; grupos escolares 2.261 alunos; escolas reunidas 627 alunos; escolas complementares 195 alunos; e a Escola Normal 85 alunos.

> Com o grito de "perigo germânico", lançado pela imprensa nacional, face às emoções e perigos que a guerra proporcionava ao Brasil, em virtude de ter-se o mesmo definido pela causa dos aliados, bem como o perigo que a eficiente organização da imigração alemã no Brasil poderia possivelmente proporcionar à segurança nacional, levou as autoridades à revisão das leis existentes sobre os estrangeiros (WACHOWICZ, 2002, p. 39).

Entretanto, nem o fechamento de algumas escolas alemães e italianas na Primeira Guerra Mundial, por causa da propalada desnacionalização, nem o Decreto de nº 1.063, de 8 de novembro de 1917, do governador Felippe Schmidt, determinando que as aulas em Santa Catarina deveriam ser ministradas em língua portuguesa, eliminaram definitivamente as escolas particulares, as paroquiais e as subvencionadas pelos governos da origem, muitas delas tendo sobrevivido até 1930, ou além dessa data.

O reformador da educação catarinense, na primeira e na segunda década do Século XX, o Prof. Orestes Guimarães, quando veio de São Paulo para administrar o Colégio de Joinville, já em 1908, preocupava-se com a nacionalização, zelando pela contratação de professores, dentre eles "um especialmente destinado ao ensino simultâneo da língua portugueza e allemã, visto assim ser necessário por se compor a matricula de quase dois terços de crianças que primitivamente desconheciam o idioma pátrio" (FICKER, 1965, p.382). No relatório de inspeção da época, do Prof. Guimarães, consta que

> Hoje, é verdade, a matrícula é a metade de outros tempos, mas não é parta desanimar, considerando que 2/3 dessa matricula compõe-se de crianças de origem allemã, que gostosamente recebem todo o ensino em portuguez, continuando, como é justo e útil, a aprenderem a língua de seus dignos antepassados (Apud FICKER, 1965, p. 382).

A questão do bi-linguismo na escola teuto-brasileira[111] estava presente desde 1900 entre os temas prioritários das assembléias de professores de escolas étnicas Em 1913, nas escolas paroquiais alemãs, havia a orientação do ensino religioso na língua materna e o descontentamento com a obrigação "inaceitável" de dedicar duas horas diárias de aulas em português: "Normalmente os alunos iniciavam o ensino elementar com total desconhecimento do português. Em família e em sociedade, etnicamente homogênea, se falava apenas alemão. Havia a opinião de que a fé e os valores morais estariam vinculados com a manutenção da língua alemã" (KREUTZ, 1985, p. 245). A reação, ou seja, a iniciativa por mais aulas em português, surgiu dos próprios

[111] Orestes Guimarães compreendia o valor do bilingüismo, pois em 1907, em Joinville, fez com que os professores da rede municipal soubessem tanto a língua nacional quanto a língua alemã. E, mais tarde, foi ele quem incentivou e introduziu o estudo da língua alemã na Escola Normal.

alunos de escolas normais, na década de 1930, diante da necessidade do aprendizado da língua nacional, obrigatoriedade, aliás, para o reconhecimento de seus diplomas pelo governo.

Orestes Guimarães deixou como marca em Joinville o processo de nacionalização que ali introduziu a partir de 1911 nas escolas do Município, não proibindo o ensino em língua estrangeira – a alemã, no caso – pois propugnou pelo ensino ministrado de forma bilíngüe, em português e em alemão, simultaneamente.

Era o brasileiro que rejeitava o imigrante e não o estrangeiro que, ao se recusar a aprender a língua portuguesa, não aceitava vir a ser brasileiro. A nacionalização dos cidadãos brasileiros passaria necessariamente pela nacionalização das escolas, através de professores capazes de se ambientarem nos meios estrangeiros e transformarem suas mentalidades (RODRIGUES, 1937, p. 8). Não se atribuía ao Estado, mas ao professor, a tarefa da nacionalização das escolas estrangeiras, como se esse pudesse livremente deliberar sobre as relações produzidas no interior do sistema educacional.

A língua, constituía-se num dos pilares da defesa do estrangeirismo, na medida em que "[...] a língua é o expoente excelso das nacionalidades! Os estrangeiros sentem melhor essa verdade. Cerram-se em um círculo onde a palavra, que é a sua, não é entendida por nós" (RODRIGUES, 1937, p. 9). Entretanto, não atenta para o fato de que não se transformam os interesses de uma nação ou se executa a implantação de uma língua apenas pela vontade dos professores, mas por leis que se façam cumprir e por um sério trabalho de educação e formação, mormente nos ambientes extra-escolares como igrejas, clubes e meios de comunicação de massa. Com o estabelecimento e permanência das escolas estrangeiras, acreditava que "enquanto o Brasil se abre festivo, agasalhando os elementos que, em busca do seu bem-estar, cooperam para que possamos crescer e progredir, eles continuam fiéis à pátria longínqua", (RODRIGUES, 1937, p. 84), dificultando sua integração à nação que os acolheu e que lhes sustenta e sempre prontos a defender os interesses de sua antiga pátria.

Quanto às escolas primárias italianas, temos que elas eram apontadas pela diplomacia italiana como meios de ligação dos imigrantes com a pátria-mãe, devido ao ensino em língua italiana. Claricia Otto entende que "cultivar o amor à pátria de origem não significava não se integrar à cultura brasileira e, particularmente, à língua. A necessidade de vencer, de *far la*

Mèrica, passava também e, principalmente, pelo conhecimento da língua da nova pátria" (OTTO, 2003, p. 137).

> Dentre as redes escolares, verifica-se que as escolas ou aulas particulares organizadas pelos próprios colonos não tinham objetivos políticos de manter o culto à Itália. Nessa primeira fase de existência elas não foram focos para o cultivo da *italianità*, mas podem ter contribuído para a coesão grupal, já que a língua é uma das formas de identificação cultural. Os imigrantes italianos não tinham senão o domínio da língua trazida da Itália. Esse aprendizado se fazia em italiano ou dialeto falado por eles e era parte de sua estrutura mental e cultural. A opção por essa forma de aprender nesse primeiro estágio da organização escolar foi decorrência da falta de escolas públicas ou de qualquer outro tipo de escola (OTTO, 2003, p. 137).

Ao estudar a memória histórico-discursiva produzida a partir do lugar do sujeito imigrante tornado brasileiro, incluindo aí a memória da sua língua, pensando essas memórias na relação entre as línguas dos imigrantes e a língua nacional, e entre as formulações da experiência de imigração e a discursividade nacional brasileira, (PAYER, 1999) entende que ouve um silenciamento ou apagamento das línguas dos imigrantes no Brasil, e que há traços da língua, presentes no Português, indicando sinais de sobrevivência da língua apagada. Esse apagamento é entendido pelo avesso, já que não se pode dizer que houvesse uma intenção do Estado em impedir que os imigrantes falassem suas línguas. Tratava-se de levá-los a falar a língua nacional do Brasil e a os tornar sujeitos de nacionalidade brasileira.

Já por ocasião da I Guerra Mundial, em 1917, com a entrada do Brasil no conflito contra a Alemanha, o Ministério do Interior havia determinando o imediato fechamento de duzentas escolas particulares catarinenses, na maioria teuto-brasileiras, nas quais não se ministrava a Língua Portuguesa. Em 1918, apenas 72 dessas escolas foram reabertas, agora com professores brasileiros.

> Para possibilitar uma visão comparativa com a questão escolar entre os teuto-brasileiros de outros estados da Federação, sabe-se que em 1937 havia em Santa Catarina 361 escolas e 402 professores paroquiais. Proporção bem menor de escolas teuto-brasileiras havia nos demais estados com imigração alemã. Segundo dados da Associação nacional de Professores Teuto-Brasileiros (*Landerverband deutschbrasilianische Lehrer*), havia em 1930 a soma de 61 professores teuto-brasileiros no Paraná, 33 em São Paulo, 16 no Rio de janeiro e 67 no Espírito Santo (KREUTZ, 1985, p. 254).

Visando a "nacionalização" do ensino no Brasil, em 1918 o Governo do Presidente Wenceslau Braz determinou o fechamento das escolas que não ensinassem a língua nacional e passou a subvencionar as escolas que os Estados, de então em diante, criassem, nas mesmas regiões, em substituição aquelas cujo fechamento fora determinado (PIAZZA, 2004, p. 58). Cumprindo essa determinação, em Santa Catarina foram fechadas 190 escolas e tal medida

alcançou inicialmente a 3.092 alunos, matriculados nos municípios de Itaiópolis, São Bento do Sul, Joinville, Blumenau, Brusque, Itajaí e Nova Trento.

> Orestes Guimarães e muitos educadores e políticos catarinenses entenderam que os núcleos coloniais estrangeiros não eram imbatíveis fortalezas de teimosas etnias. Eram estrangeiros por razões que se prendiam ao isolamento geográfico e à recenticidade de suas instalações, onde ocorria renovação de estoques humanos que continuavam chegando de suas regiões européias.
> Suas linhas de educação educativa, perseguindo o ideal assimilatório, procuravam seguir o curso mais lento de um rio de águas que se deslocam suaves, sem os atropelos das corredeiras. Era uma ação muito mais de nacionalização catequética do que motivada por comportamento de xenofobia. Tratava a questão da assimilação das etnias como um assunto de reeducação e não como uma questão policial, repressora e inconseqüente quanto aos danifícios culturais. Buscava, enfim, resultados de uma educação e não etnocídios. Foi convincente, embora as dificuldades para tão ambiciosas preconizações não fossem poucas.
> Mesmo assim, não faltaram ações repressoras sobre a educação praticada nas áreas coloniais, onde os valores culturais de seus integrantes continuavam sendo preservados (CEE/SC, 1993, p. 45-46).

2.5.2. A Reforma Orestes Guimarães -1911-1935

Orestes Guimarães privilegiou as mudanças nas bases, a começar pelas escolas. Para substituir a antiga Escola Primária, onde um só professor ensinava a todos os alunos, sem seriação, copiou o modelo paulista do Grupo Escolar, ali criado pelo Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894, com divisão de trabalho, seriação de ensino e uniformização do período de matrículas. "Ele congregava diversas classes de alunos, cada uma delas com seu professor responsável, sob a supervisão de um diretor" (CRUZ, 2000, p. 158).

Na reorganização didática efetuada, os novos programas de ensino desempenharam um papel relevante. Orestes Guimarães providenciou um programa de ensino para as escolas primárias que, mais tarde, foi oficializado. Era um programa por disciplina, seriado, apresentando conteúdo programático e sugestões de atividades para o professor. Oficializou-se o programa de ensino para os Grupos Escolares e Escolas Isoladas. Um dos grandes méritos desse programa foi o de permitir o fluxo de alunos entre os vários estabelecimentos de ensino: Escola Isolada, Grupo Escolar, Escola Complementar e Escola Normal, o que não acorria nem em São Paulo e era considerado modelo em educação (FIORI, 1975:101).

Salvo adaptações ao Regulamento de 1914, que disciplinou a Reforma de 1911, ocorridas nos anos seguintes (Reforma Hercílio Luz em 1923 e modificações em 1928), este novo modelo educacional catarinense manteve-se até 1935.

Em 1920, foram publicados os primeiros três livros, preparados pelo prof. Henrique da Silva Fontes, para a Instrução Pública de Santa Catarina: a "Cartilha", o "Primeiro Livro" e o "Segundo Livro", com textos contendo aspectos vinculados ao cotidiano da cultura dos jovens catarinenses, para substituir os até então utilizados "manuais", editados em São Paulo.

Coordenando pessoalmente a elaboração e a publicação da Série "Fontes", uma coleção de livros de leituras, com textos destinados à alfabetização e ao ensino elementar, o Professor Henrique da Silva Fontes logo editou o "Terceiro" e o "Quarto" livros de leitura. A seguir, todos os volumes foram reimpressos seguidas vezes, servindo à educação catarinense por mais de trinta anos seguidos. A coleção foi uma iniciativa pioneira do Estado de Santa Catarina, que considerava a responsabilidade de se cumprir a legislação que tornava obrigatório estender o ensino a toda a população, inclusive a quem não possuía recursos financeiros e, além disso, objetivava a necessidade de se modernizar e unificar os compêndios pedagógicos então em uso.

> [...] pelas preocupações com a clareza e universalidade de conteúdo, a Série Fontes contribui para dar um cunho demasiadamente intelectual às escolas do período, criando um padrão difícil de ser mantido.
> Evidencia-se aí, pela escolha dos temas, a crença de que a educação é um valor absoluto e a sua posse a solução dos problemas individuais e sociais.
> Perpassa em toda a Série a noção da crença em deus, apesar da escola ser definida constitucionalmente como leiga e laica.
> O respeito à hierarquia, ao trabalho e à ordem é constante. A família nuclear é valorizada como a divisão tradicional do trabalho, a mulher aparece sempre como a mãe que reconforta e suaviza as asperezas do cotidiano, e o pai é a força e a fortaleza, merecendo respeito e obediência, cabendo aos filhos o dever de ampará-los, e para isto, o estudo proporciona o desenvolvimento da cidadania e conseqüentemente o dia da Pátria, proporciona a harmonia necessária ao bem-estar social (CORREIA, 1985, p. 37).

Em janeiro de 1923, o Governador Hercílio Luz promoveu o Primeiro Congresso dos Prefeitos Municipais de Santa Catarina. Dos 35 municípios existentes, três não tinham em seus orçamentos qualquer verba destinada à educação, e dez deles aplicavam no ensino menos do que 5% da receita municipal. Os filhos dos imigrantes estavam fora da escola, pois o Governo havia fechado as escolas que não ensinavam a Língua Portuguesas e, em seu lugar, não abrira outras. Foram tomadas importantes decisões, como: a) o Estado, em todos os municípios, manterá um escola para cada grupo de mil habitantes; b) cada município empregará no mínimo 5% da receita com o ensino público; c) os municípios devem criar sociedades escolares, voltadas à manutenção das escolas; d) caberá ao município a instalação e manutenção da casa e do mobiliário da escola rural, com auxílio do Estado.

As reformas educacionais, conduzidas pelo Prof. Orestes Guimarães durante cerca de duas décadas, foram consideradas exitosas nos municípios do Litoral de Santa Catarina. Anos mais tarde, em 1936, quando o ex-Governador Vidal Ramos Júnior era Senador vitalício por Santa Catarina e seu filho, Nereu Ramos, havia sido eleito Governador do Estado, a imprensa florianopolitana destacava o nome do clã Ramos e seu papel na educação:

> Vidal Ramos foi buscar em S. Paulo, o Estado líder do país, elementos capazes de orientar a nova organização, convidando para Inspetor Geral do Ensino o Professor Orestes Guimarães, que exercia naquela época na capital paulista o cargo de Diretor do 1º Grupo Escolar do Braz. Vidal Ramos idealizou, e Orestes Guimarães foi o braço executor. Organizou programas, o Regulamento da Instrução, o Regulamento Interno dos Grupos Escolares, o Regulamento das Escolas Complementares, à medida que se faziam necessários pela instalação dos primeiros educandários. Vidal Ramos, consciente da grandiosidade da obra que idealizara, e tendo as rédeas do governo nas mãos, acompanhou com todo o entusiasmo e interesse as manobras do seu fiel auxiliar. Foi um verdadeiro *"tour de force"* feito por ambos. Vidal Ramos, com um orçamento pouco maior de dois mil contos, empregando na obra educacional quase a têrça parte, dava uma empolgante demonstração de quanto pode a vontade. Para que Orestes Guimarães vencesse a campanha que lhe tinha sido entregue era preciso que a confiança do Poder Executivo fosse inteiramente depositada em sua pessoa,. E essa confiança nunca lhe faltou" (In: *A GAZETA*, de Florianópolis, 19 abril 1936).

O Governo catarinense mantinha o controle do ensino público através dos Inspetores Escolares, que realizavam a fiscalização direta nas escolas. Eles "gozavam de elevado status nas comunidades e frente ao professorado catarinense. Homens que iriam ter decisiva atuação na vida pública de Santa Catarina, atuavam então como Inspetores Escolares" (FIORI, 1975, p. 115). Como as escolas também passaram a se submeter ao controle social das comunidades onde se localizavam, via conselhos, parte da pressão político-administrativa sobre o sistema permaneceu com as lideranças locais. Entretanto, as mesmas pressões políticas locais também atingiam o Governo do Estado, exigindo, não apenas providências a problemas detectados, como também a melhoria da qualidade de ensino e a expansão da rede escolar. Assim,

> a expansão do ensino público estadual deu maiores possibilidades de instrução às classes sociais menos favorecidas. Esse aspecto, por certo, influiu na estrutura social do Estado, uma vez que a educação facilita a mobilidade social ascendente e leva a uma reformulação de status e papéis sociais" (FIORI, 1975, p.141).

Sobre o papel deste educador e seu trabalho em prol da escola pública em Santa Catarina, valemo-nos do documento *Santa Catarina: Diagnóstico da Educação* (1993) o comentário sobre suas concepções com relação à simbiose étnico-educacional, evidenciada durante e logo após a I Guerra Mundial (1914-1918):

> Um dos aspectos de grande interesse das inovações introduzidas sob a coordenação de Orestes Guimarães foi o esforço de conciliação entre as tendências de expansão do ensino público e o respeito às condições culturais da pluralística "gente catarinense", distribuída em suas antigas comunidades luso-brasileiras, nas colônias de imigrantes estrangeiros, dos que já eram teuto e ítalo-brasileiros e, também, de novos ocupantes dos vales oestinos. [...]. Buscou imprimir racionalidade, diga-se, antropológica, no processo de nacionalização do ensino nas áreas de colonização, onde as escolas privadas, às vezes bem dotadas de recursos materiais e de hábeis professores, mantinham o ensino com a utilização de línguas "estrangeiras", obviamente, cultuavam-se valores das culturas originais dos imigrantes, o que não significava deliberada resistência à assimilação da cultura predominante do novo ambiente geográfico (CEE/SC, 1993, p. 46).

2.6 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CONTESTADO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

No primeiro capítulo, abordamos as condições da Educação Escolar existentes na Região do Contestado, nele inserindo informações do tempo do Império e registros atribuídos à Província do Paraná – criada em 1853 – e, depois, dos primeiros anos da República, já quando Estado do Paraná alongando-nos até o final do Século XIX. E tal como antes, nosso estudo continua incorporando para o Contestado informações sobre a Educação Escolar, agora, aquelas atribuídas ao Estado do Paraná referentes ao período histórico do Século XX, que antecedeu o ano de 1917, quando esta unidade da Federação transferiu para o Estado de Santa Catarina a administração da parte do Território Contestado que, até então, estava sob sua jurisdição. Desta forma, juntamos à História da Educação Escolar no Contestado também os registros das atividades educacionais paranaenses em Rio Negro, União da Vitória e Palmas dos primeiros anos do século passado, quando referentes à área geográfica entregue aos catarinenses.

2.6.1 A Educação no Contestado Paranaense

Em 1908, a lei que reorganizou (mais uma vez) a instrução pública no Estado do Paraná, vigorou por apenas 45 dias. A próxima reforma surgiu em 1913.

> No início do século XX, as contradições começam a se manifestar, no âmbito da educação escolar: de um lado, um governo que procura instalar um tipo de ensino cuja função é mediar os interesses da classe dominante; e de outro lado, os grupos que se organizavam na população, adquirindo consciência da necessidade da educação escolar como via de acesso a novas relações de produção (WASCHOWICZ, 1984, p.19).

O problema da instrução pública no Paraná, no início do período republicano, estava na falta de recursos para a criação dos primeiros grupos escolares e na qualificação dos professores. Como solução mais barata e rápida, em 1912, o governo ampliou o leque de escolas isoladas reunidas. “Foi contratada a construção de 30 escolas, que no máximo continham quatro salas de aula” (NASCIMENTO, 2006, p. 329). O processo resultou na abertura de 74 salas separadas e independentes, atendendo, inclusive, a União da Vitória e a Rio Negro, no Contestado.

Em termos de educação escolar, são importantes os registros dos acontecimentos históricos da área educacional paranaense, do final de 1913, quando da deflagração da Guerra do Contestado, até meados de 1917, quando da homologação e entrada em vigor do Acordo de Limites Paraná-Santa Catarina.

Em 1913, o Estado do Paraná decidiu reorganizar a instrução pública primária, seguindo o modelo de São Paulo. A reforma foi implantada no ano letivo de 1914. Ao final do exercício, em seu relatório anual, o Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo comparou a experiência paranaense à paulista e comentou que “as escolas paulistas, principalmente os grupos, são ricas em materiais technicos importados da Europa e da America do Norte; as escolas paranaenses são ainda pobresinhas” (p. 4). Conforme as instruções da Portaria nº 4, de 17 de janeiro de 1914, o Paraná reorganizou as escolas públicas primárias, dividindo-as em grupos escolares e semi-grupos escolares, com as quatro séries. Nos primeiros, havia quatro salas de aula e quatro professores, enquanto que, nos segundos, duas salas e dois professores, cada um reunindo duas séries. O professor mais antigo acumulava o cargo de diretor da unidade. A reforma completou-se em outubro de 1915, quando, copiando o modelo paulista, foi adotado o método de ensino seriado, ou “método analítico”.

O Estado foi dividido em distritos judiciários, sendo que, no espaço geográfico do Contestado Paranaense, no período de transição, de 1914 a 1917, eram inspetores: Augusto de Sousa Guimarães (Palmas), João Dias de Paiva (Rio Negro, Itaiópolis e Três Barras) e José Júlio Cleto da Silva (União da Vitória e Timbó). Como Sub-Inspetor Escolar do Distrito Judiciário de Palmas (em Passo Bormann, hoje Chapecó), atuava Ricardo Teixeira Dutra. No cômputo geral de 1914, nos cinco municípios – dois que passaram inteiros para Santa Catarina, um que cedeu metade do território e dois que cederam 40% – estavam matriculadas 1.651 crianças nas 18 escolas públicas estaduais e subvencionadas pelo Estado.

No espaço geográfico do Contestado, para Santa Catarina foram transferidas sete escolas, sendo duas localizadas em Itaiópolis, uma em Três Barras, mais duas de Rio Negro, duas de União da Vitória e uma de Palmas, e com elas, 767 matrículas, distribuídas em Itaiópolis (253 alunos), Palmas (82 alunos), Rio Negro (203 alunos), União da Vitória (191 alunos) e em Três Barras (48 alunos).

O Estado não registrava as matrículas das escolas particulares que havia no espaço geográfico e, em suas estatísticas, também não considerava as matrículas nas escolas mantidas pelos municípios.

QUADRO 1:

Matrículas por sexo nas Escolas Estaduais de Instrução Primária, Públicas e Subvencionadas do Paraná, por Municípios com áreas abrangendo parte da Região do Contestado, em 1914

Localidades	Públicas			Subvencionadas				Total
Municípios	M	F	T	M	F	T		Para SC
Itaiópolis	117	65	182	53	18	71	253	100 %
Palmas	153	-	153	188	22	210	363	20 %
Rio Negro	252	169	421	76	12	88	509	40 %
U. da Vitória	214	167	381	71	26	97	478	40 %
Três Barras	30	18	48	-	-	-	48	100 %

Fonte: Relatório da Directoria da Instrucção Publica do Paraná de 31/12/1914, p. 53.

O Governo do Estado do Paraná mantinha em seu quadro de servidores um total de 18 professores neste espaço, cada um atuando na sua respectiva unidade escolar. As sete escolas paranaenses que passaram para Santa Catarina foram declaradas extintas em 1917 e, em algumas das localidades onde elas existiam, foram substituídas por escolas catarinenses.

QUADRO 2:

Professores Públicos de Instrução Primária do Estado do Paraná, por Municípios com áreas na Região do Contestado, em 1914

Nome	Município	Localidade
Augusta Plantz Dreher	Itaiópolis	Cidade
Nic phoro Falarz	Itaiópolis	Cidade
Virgilio Ferreira	Palmas	Cidade
Pedro Carli	Palmas	Cidade
José Oliveira Penteado	Palmas	Catanduvas
Maria Nonesia Ribas	Palmas	Cidade
Joaquim Antonio Prestes	Palmas	Barracão
Joaquim T. Saboya Júnior	Rio Negro	Cidade
Adelaide Cardoso Pinto	Rio Negro	São Lourenço
João Raymundo Pereira Ramos	Rio Negro	Cidade
Ottília Grein Santos	Rio Negro	Cidade
Consuelo de Sousa Miranda	Três Barras	Cidade
Amazília Costa Pinto	União da Vitória	Cidade
Ondina Polydoro Machado	União da Vitória	Cidade
Amélia Schleder de Araújo	União da Vitória	Cidade
Modesto Bittencourt Sobrinho	União da Vitória	Cidade
Bernardina Schleder	União da Vitória	Timbó
Virgulina Castilho de Paula	União da Vitória	Timbó

Fonte: Relatório da Directoria da Instrucção Publica do Paraná de 31/12/1914, p. 48.

2.5.1.1.Nos Campos de Palmas

Após a chegada dos missionários franciscanos, em 1903, dá-se um forte impulso à história da educação no Município de Palmas. Lucy Salete Bortolini Nazaro registra que

> Em 1903, o primeiro Bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, confiou a Paróquia de Palmas aos cuidados da Província Franciscana da Imaculada Conceição. A dez de maio do mesmo ano o Padre Achiles Saporiti entregou a paróquia ao Frei Redento Kuhlmann, quie em setembro recebeu como auxiliar o Frei Policarpo Schuhen. E, no ano seguinte, mais o Frei Menandro Kamps (NAZARO, 1999, p. 38).

Quando criada e nos seus primeiros anos, a Paróquia de Palmas abrangia as áreas geográficas dos atuais Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense, que integravam o antigo Território Contestado, ou seja, limitava-se ao Norte com Guarapuava, pelo curso do Rio Iguaçu, desde Porto União da Vitória até

a foz, na fronteira com a Argentina; a Leste, pelo Rio do Peixe, das nascentes, próximas a Porto União da Vitória, até a foz no Rio Uruguai, hoje em Marcelino Ramos; ao Sul com o Rio Grande do Sul pelo curso do Rio Uruguai, até encontrar a fronteira com a Argentina; a Oeste, correndo pela fronteira com a Argentina, nos cursos dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio[112].

No Livro II do Tombo da Paróquia de Palmas, consta o registro elaborado a 15 de setembro de 1904, pelo Padre Kulmann, após uma das primeiras visitas pastorais dos franciscanos à região, no qual anota a chegada de protestantes na região[113] e a criação de uma escola protestante em Palmas, o que ensejou a contra-partida da instalação de uma escola católica de primeiras letras:

> Na viagem para o Rio Chapecó, Xanxerê e Passo do Carneiro, do dia 30 de maio até o dia 3 de julho, tive novamente ocasião de notar a diferença dos catholicos e os funestissimos progressos que teve por ali a propaganda protestante. Cada dia e em todos os lugares expliquei a doutrina catholica combattendo a heresia protestante, mas tive por resultado apenas 25 confissões. Esperamos fazer deste modo eficaz concorrência às escolas atheas, alias pouco freqüentadas, graças a deus, e de pouquíssimo resultado quanto a instrucção. Desta sorte a nova escola parochial dirigida pelo seu hábil e dedicado professor conseguirá, é licito espera-lo, conquistar a confiança da população inteira e attrair toda a infância desta cidade dando-lhe com a instrucção uma sólida educação cristã (Livro Tombo II - 1888-1917).

Assim, com o objetivo principal de proporcionar a instrução escolar, acompanhada de uma sólida educação cristã católica, evitando a influência protestante na infância palmense, a ordem dos Franciscanos logo fundou uma Escola Paroquial, começando as aulas com 12 meninos matriculados, no dia 1º de agosto de 1904, ela que foi confiada, no ano seguinte, a Frei Menandro Kamps[114]. Assim, a história do primeiro colégio feminino de Palmas, em 1912, ligar-se-ia diretamente à história e às necessidades do povo palmense.

> [...] faltava uma escola equivalente para as meninas. Passaram-se mais oito anos, antes que as idéias amadurecessem e fossem superados alguns preconceitos do povo desta terra, o principal dos quais era a emancipação tida como desnecessária da mulher, através da cultura"[115].

Em 1912, os franciscanos entraram em contato com as irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria, objetivando sua instalação em Palmas para a imediata abertura de

---

[112] A descrição dos limites coincide com as anotações de Frei Ewaldo Bamberg, em *Franciscanos em Palmas*, artigo publicado na revista "Vida Franciscana", n. 53, ano LVI, 1979, p. 24-41.

[113] O autor não especifica, mas deve referir-se aos imigrantes austríacos e alemães, protestantes (evangélicos, luteranos), que, naquele tempo, adentraram na região do entorno de Porto União da Vitória, no interior da Paróquia Católica de Palmas, a partir de 1880, trazidos pelo coronel Amazonas de Araújo Marcondes

[114] Frei Menandro Kamps deixou Palmas, passou a atuar em Curitibanos e Lages, e assumiu a Paróquia de Canoinhas de 1912 até 1923.

[115] Nazaro, *apud* Arquivo do Colégio Bom Jesus de Palmas-Pr. Histórico do Colégio Puríssimo Coração de Maria - Palmas, 14/09/82, Frei M.G.B.K.

uma escola feminina. Com apoio do coronel Domingos Soares, então Prefeito Municipal, o pároco Frei Jacob Hoefner intermediou as negociações e trouxe as primeiras três freiras, lideradas pela Irmã Hildegardes, com a missão de criar o primeiro Colégio para as meninas na região. Vinda de Santos (SP), a delegação das religiosas chegou em 9 de dezembro de 1912.

Com o apoio do prefeito municipal e do casal benfeitor Marcondes e Ignácia Pimpão, as religiosas, então hospedadas na casa do próprio prefeito, abriram as matrículas no dia 2 de janeiro de 1913 para o estabelecimento de ensino primário ao qual deram o nome de "Puríssimo Coração de Maria" – o mesmo nome da congregação. As aulas tiveram início ainda em janeiro, com 72 alunas e, animadas, no dia 20 elas lançavam a pedra fundamental para a construção da sede própria da escola.

Em fevereiro do mesmo ano, recebendo reclamações por parte de cidadãos palmenses não envolvidos com esta iniciativa, a Priora Geral da Congregação, Madre Inês de São Luiz, enviou comunicação ao pároco Frei Jacob, dando conta do fechamento da escola e da ordem de retirada das irmãs[116]. E maio de 1913, duas delas regressaram para Santos, mas, uma, ficou até 16 de agosto, aguardando a chegada das Irmãs da Divina Providência, que, atendendo indicação de Frei Jacob e apelo do Bispo de Curitiba, aceitaram deslocar-se de Florianópolis e substituí-las. "Era 14 de agosto quando Irmã Sylvia, superiora e suas duas co-irmãs chegaram em Palmas - Pr. Elas reiniciaram as atividades escolares e a formação cristã oferecida pelo Colégio, sendo que a partir daí, a direção estava a cargo da Irmã Irmengardis" (ALVES, 2003). Estas permaneceram em Palmas até 1921, quando então deram lugar à Congregação das Servas do Espírito Santo[117].

Em decorrência da Portaria nº 4, de 17/01/1914, o Governo do Estado do Paraná criou o Grupo Escolar Coronel Domingos Soares, estabelecimento que começou a funcionar em Palmas numa casa de propriedade do chefe político e prefeito local, o Coronel Domingos Soares. A nova

---

[116] Ignoram-se os motivos mais profundos de tal resolução, embora conste em documento (Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas, Livro Tombo – II, fl. 135), que teria sido por "conveniência" da referida Priora. Já HEINEN (1997, p. 39), falando sobre os motivos que teriam levado as irmãs a abandonarem o colégio e a cidade, afirma que "os ataques e as calúnias foram tantas, que, em fevereiro, as Irmãs abandonaram a cidade" (ALVES, 2003).

[117] As Irmãs da Divina Providência ficaram em Palmas-Pr, cuidando do Colégio até 1921, quando houve outra troca de Irmãs. As Irmãs da Divina Providência fizeram uma permuta com as Irmãs Servas do Espírito Santo, passando a residir em São José dos Pinhais, Curitiba. Estas, cuja sede da Congregação encontrava-se em Santo Amaro-SP, vieram a Palmas e assumiram o Colégio, sem interromper as atividades de ensino, permanecendo nesta cidade durante mais de três décadas, formando a infância e a juventude palmense.

escola teve como seu primeiro diretor o sr. Virgilio Ferreira, curitibano, que no ano de 1909 formou-se normalista em Curitiba e residiu durante 17 anos em Palmas.

Cinco anos depois da divisão do Território Contestado, a inspeção escolar realizada em Guarapuava e nos Campos de Palmas, em 1922, encontrou, ainda, a escola pública sob o mesmo quadro de penúria anterior à Guerra do Contestado no Sudoeste Paranaense.

> Em Palmas, havia duas escolas: uma funcionava na cozinha do prédio da Câmara Municipal, e a outra era regida por uma professora subvencionada, sem estímulo pela exigüidade dos vencimentos e na saída da cidade, enxotada pela absoluta falta de uma sala de aula. Em Guarapuava, só um Grupo Escolar, com quatro salas de aulas, funcionava com três professores, incluindo o diretor (WACHOWICZ, Ana, 1984, p. 129).

2.6.2 A Educação no Contestado Catarinense

O estudo da Educação na História do Contestado revela-nos, aqui, a reprodução da dominação, tal como ocorria em Santa Catarina e no Planalto Serrano, fruto do coronelismo e do sistema oligárquico que predominava historicamente na região, onde alguns poucos fazendeiros ricos exerciam o mandonismo sobre a grande maioria subserviente.

E a nossa modalidade de divisão regional, também aqui aplicada, enfatizando os setores Setentrional e Meridional, geograficamente divididos pela Serra do Espigão, mostra-nos que o sistema educacional evoluiu diferentemente neles, pelo menos até o advento da colonização posterior a 1917, a ponto de podermos afirmar que, no Contestado, a parte do Norte era mais "evoluída" do que a parte do Sul.

Montamos o quadro a seguir, a partir das informações do Recenseamento de 1920 do Estado de Santa Catarina, para destacar os índices de alfabetização da população, individualizados pelos seus 34 municípios existentes naquele ano. Nas três primeiras linhas, destacamos a Capital e dois pólos de colonização alemã do Litoral e, nas linhas seguintes, Lages e os municípios da Região do Contestado naquele ano.

QUADRO 3:

Alfabetizados, Analfabetos e População em Municípios Catarinenses - 1920

Municípios	Alfabetizados	%	Analfabetos	População
Florianópolis	16.940	40,97	24.398	41.338
Blumenau	37.062	51,32	35.151	72.213
Joinville	23.177	54,09	19.675	42.852
Lages	8.570	22,97	29.742	37.312
Campos Novos	3.911	23,09	13.027	16.938
Curitibanos	2.233	17,62	10.440	12.673
Mafra	2.889	26,63	7.956	10.845
Porto União	4.247	35,19	7.821	12.068
Cruzeiro	2.871	21,52	10.464	13.335
Canoinhas	5.457	26,23	13.344	20.801
Itaiópolis	1.679	25,18	4.989	6.668
CONTESTADO	23.287	25,50	68.041	91.328
Total de SC	197.399	28,66	471.392	668.791

Fonte: PIAZZA, 1983, p. 602-603).

Por este quadro, observa-se que a Região do Contestado, formada por Campos Novos, Curitibanos, Mafra, Porto União, Itaiópolis, Cruzeiro e Canoinhas, três anos após a sua configuração, reunia 13,65% da população do Estado e a sua população alfabetizada representava 11,80% dos habitantes catarinenses alfabetizados.

Santa Catarina tinha 71,34% da sua população analfabeta em 1910, e, no Contestado, os municípios com maior número de analfabetos eram Curitibanos, Campos Novos e Cruzeiro, todos no setor Meridional (latifundiário) – com média de 79,26% - enquanto que nos municípios do setor Setentrional (Mafra, Itaiópolis, Canoinhas e Porto União), onde a imigração aconteceu antes, o índice de analfabetos era menor, ou seja, de 71,70% na média.

> Face aos resultados apontados, poder-se-ia afirmar que tal situação era decorrência de disseminação de escolas particulares, nas áreas de colonização, implantadas pelas próprias comunidades, com seus próprios recursos ou apoiados financeiramente pelos seus países de origem? Está lançada, aqui, uma questão básica para aferir o valor da escola comunitária, particular, e não a pública, dentro do contexto catarinense (PIAZZA, 1983, p. 603).

A partir do quadro acima, se unirmos Lages a Curitibanos e Campos Novos, os três que fazem parte do Planalto Serrano, considerados "terra de fazendeiros", onde o coronelismo rural mais se desenvolveu durante a República Velha, e onde praticamente não aconteceu a colonização com imigrantes, veremos que a situação da alfabetização era praticamente a mesma: assegurava para a zona da oligarquia campeira a maior taxa de analfabetos. Enquanto isso, na

chamada zona da imigração, onde se enraizou a oligarquia litorânea, acontecia exatamente o contrário.

Com a reforma educacional promovida e implantada a partir de 1910 sob o comando do educador paulista Orestes Guimarães, em 1913 era inaugurado o primeiro grupo escolar do Planalto, quarta unidade do Estado. "Em 20 de maio, foi a vez do planalto serrano – berço de parte significativa da oligarquia política estadual – inaugurar seu grupo escolar que, não por acaso, recebeu o nome de Vidal Ramos, o governador da época" (SILVA, 2006, p. 347).

2.6.2.1 No Setor Meridional do Contestado

Localizados no setor Meridional da Região do Contestado, os municípios de Curitibanos e de Campos Novos eram os mais atrasados do Estado, em termos de escolarização. No final do Século XIX, recém desmembrados de Lages, contaram com minguadas escolas de primeiras letras (primário) que serviam apenas às famílias residentes nas vilas. Cerca de 95% das suas populações, que viviam no campo – nas fazendas e nos arraiais periféricos – permaneceram desprovidas da educação escolar por muitos anos, num triste quadro de analfabetismo generalizado, que só começou a mudar depois de 1917.

Em Curitibanos

Descrevendo a Vila de Curitibanos, tal como era em 1914, ao mencionar tudo aquilo de que ela dispunha, o Tenente Herculano Teixeira d'Assumpção estimou a sua população em 11 mil pessoas e citou a existência de apenas "uma escola publica primária" (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 165). No "relatório" da sua administração, que se dedicou a restaurar o Município depois da Guerra do Contestado, apresentado ao Conselho Municipal em 2 de janeiro de 1917, o Coronel Marcos Gonçalves de Farias informou dos exíguos recursos financeiros de que dispunha, tendo atendido a "duas escolas estaduais", estas que seriam, então, as existentes em todo o território municipal, tanto que "termina pedindo verbas para a fundação de escolas em Santa Cecília, Ponte Alta (Norte e do Sul), Perdizes, Trombudo, Cabeçaes e Taquaruçu" (LEMOS, 1977, p. 182-183).

> O relatório do Coronel Marcos Gonçalves de Farias, concluiu afirmando que uma das grandes causas do movimento dos fanáticos *"foi sem dúvida a falta de instrução dos sertanejos"* e finaliza com o desejo de que *"também o nosso município possa fruir os*

> *benefícios da instrução pública mais desenvolvida já que por toda parte se levantam Grupos Escolares e Escolas Reunidas às Isoladas",* etc.
> Registre-se aqui que, apesar do fanatismo, apesar dos pedidos dos curitibanenses, não houve da parte do governo do Estado, nenhum esforço a mais para melhorar a instrução pública, nem outros setores da administração deste município (LEMOS, 1977, p.183).

Em Campos Novos

Mais dramática que a de Curitibanos, era a situação da Educação em Campos Novos, município que só passou a dispor de uma escola pública para alunos do sexo masculino na vila em 1909, sob a regência do Professor José de Oliveira Monteiro. Até este ano, Campos Novos dispunha apenas de duas escolas de primeiras letras, para atender a toda a população.

Na História de Campos Novos, Paulo Blasi narra a preocupação do então Superintendente em exercício, Capitão Francisco Alves Fagundes, com a educação pública, expressa em seu relatório, apresentado ao Conselho Municipal em janeiro de 1908:

> É simplesmente lastimável o abandono em que se encontra a instrução pública neste Município. Tivemos duas escolas municipais e atualmente subvencionamos uma terceira, no quarteirão de Canoas; entretanto, 1.200 crianças, sedentas de luz e saber, choram por escolas. As dificuldades que tem o honrado Chefe do Governo do Estado, em encontrar professores que venham até aqui, é explicado pelo exíguo ordenado que recebem. O Município subvenciona o Colégio Serrano, porém ali só pode ter entrada seis meninos, por conta da Superintendência, era justo que creasseis uma escola na villa, ou autorizásseis a entrada de maior número de crianças naquele Colégio (*Apud* BLASI, 1994, p. 113).

Explica-nos Paulo Blasi que o Colégio Serrano "foi uma das primeiras, senão a primeira escola a ser instalada em Campos Novos" (BLASI, 1994, p. 110). Tratava-se de um estabelecimento particular, dirigido pelo Professor Eurico Bacellar, e que, em 1907, mantinha os cursos primário e secundário.

> Foi o Coronel Henrique Rupp quem, em 1912, criou a primeira escola pública municipal e, em 1º de fevereiro de 1913, editou o "Regulamento" disciplinador do seu funcionamento, em acordo com o Decreto nº 587, de 22 de abril de 1911, do Governo do Estado (Reforma Vidal Ramos). Herculano Teixeira d'Assumpção estimou a população municipal de 1914, em 15 mil pessoas, sendo 500 na vila, onde existiam *"três escolas publicas estadoais"* (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 168).

2.6.2.2 Na Gênese da Guerra do Contestado

No ano de 1918, no Estado do Pará, o médico do Exército, Capitão Dr. Ezequiel Antunes, então servindo na guarnição de Óbidos, fez conferências públicas no Instituto Histórico e

Geográfico do Pará, em Belém, acerca do conflito do "Contestado". Na primeira conferência, proferida a 17 de abril de 1918, referindo-se ao Planalto Serrano Catarinense, que ele conheceu em 1914, assim se expressou:

> O povo estava tambem com a lampada do ensino primario apagada. Sob o denso sombreiro do mattagal que habitavam tão infelizes creaturas, a pantalha da ignorancia occultava o clarão luminoso da instrucção.
> Não havia escola: faltava o professor, avis rara nos desvãos do interior daquelle Estado. Apenas algumas cidades mais progressistas como Itajahy, Joinville, Laguna, S. Francisco e Blumenau, mereciam o premio de escolas subvencionadas pelo governo e com magisterio capaz. Na zona propriamente serrana ainda o destino concedera a graça de na cidade de Lages haverem dois educandarios consignaveis, o "Grupo Escolar Vidal Ramos" e o "Collegio Santa Cecilia", o primeiro mantido com pessoal idoneo, remunerado pelo governo, o segundo edificantamente organisado por freiras allemãs da irmandade "Santa Rosa", nos quaes a educação physica, moral e intellectual tinham objecto pedagogico amoldado embora a condições do meio e do tempo.
> O restante das aldeias e villas, entretanto, permanecia debaixo do quebra-luz da indifferença official pelo ensino. Faltava o professor. A escola padecia as mesmas mazellas da egreja. Os chefetes politicois mal accommodavam nos logarejos alguns decossupados pernosticos da cidade é guiza de - mestre - sem nenhuma tintura pedagogica, fervorosos ledores de jornaes, discutidores peritos de politiquices, e, a mais, com a epidemica vocação de applicarem a homeopathia. Esses vultos ociosos e incultos muita vez nem tinham hygiene, nem moral para o grave mister. [...].
> Aqui e alli, existiam ainda alguns exquisitos colonos allemães, entregues ao sacerdocio pedagogico e que iam garatujando um ensino teuto-brasiliano em sacrificio da nossa lingua, e com o predominio de uma mixordia dialetica que as creanças brasileiras apprendiam á laia de idioma patrio. Na carencia de professores primarios nacionaes idoneos, para instruirem a colonização estrangeira, proliferava o allemão intensamente, apesar dos annos do bairrismo indigena. Nenhuma centelha escolar nos povoados de Capella, Ponte-Alta, Canoas, Curytibanos, Marombas, Herval, Caçador, Taquarussú, Perdizes e outras pequenas localidades (ANTUNES, 1918, p. 28-30).

Com os municípios criando e mantendo suas próprias escolas primárias, a par das unidades escolares mantidas pelo Estado no interior dos mesmos municípios, o que se verificou, na primeira metade da República Velha, foi a continuidade da dominação do sistema de ensino, só que, agora, com o poder repartido entre a aristocracia das oligarquias estaduais[118] e os coronéis que davam sustentação a estas oligarquias nas bases eleitorais, ou seja, nos municípios. Este poder era forte e não permitia contestação[119].

---

[118] O termo "oligarquia" significa "governo de poucas pessoas" (CUNHA, 1982, p. 559) ou, ampliando-se o significado*, "governo de poucas pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família; preponderância duma facção ou dum grupo na direção dos negócios públicos"* (Dicionário Aurélio, 1986:1221). Considera-se que a administração pública não compreende apenas o cargo de Governador, mas todos os escalões de cargos e funções do Executivo e envolve a representação no Legislativo, bem como as comissões executivas dos partidos políticos.

[119] No Brasil das primeiras décadas do século XX, recebem educação: a burguesia urbana, a burguesia dos fazendeiros residentes na cidade, a classe média e parte da classe pobre que, por causa do trabalho e da escola, começará a existir como classe, no Brasil. O pobre do campo, a semelhança do índio, vai ficando cada vez mais esquecido e abandonado (TOBIAS, 1972, p.332-333).

> As condições de trabalho e o isolamento em que vivia a população rural impossibilitavam manifestações de descontentamento. Este fato e a representação eleitoral manobrada pelo coronelismo, pelos "currais eleitorais", garantiam o sucesso do regime sem maiores problemas até o final da 1ª Guerra Mundial, quando as manifestações urbanas de descontentamento vão se intensificando (RIBEIRO, 1984:77).

O coronelismo, enquanto vigente no interior do Estado, foi um dos sustentáculos das oligarquias catarinenses. Identificou-se permanentemente com a História do Contestado enquanto existiu alguém que fosse, respeitosamente, tratado como coronel.

Saliente-se que no período de 1911 a 1938, quando a Região do Contestado viveu a Guerra do Contestado e passou pelos tempos da I Guerra Mundial, dos movimentos tenentistas da década de 20, das revoluções de 1930 e de 1932, e do início do Estado Novo, em 1937, foi marcante em Santa Catarina, principalmente nas diretrizes da política nacionalizadora, a influência das concepções do educador Orestes Guimarães, que se dedicou à educação catarinense de 1911 até seu falecimento em 1931.

2.6.2.3 No Setor Setentrional do Contestado

Ainda que atrelada aos empreendimentos capitalistas do Sindicato Farquhar, a chegada da estrada-de-ferro às vilas de Rio Negro (1895) e de Porto União da Vitória (1904), promovendo mais fácil comunicação com Curitiba, sem dúvida, trouxe novos alentos para a educação nesta zona. A instalação da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, em 1912, igualmente promoveu profundas modificações nestas vilas e em Três Barras. Por causa disso, surgiu a necessidade da ampliação da rede escolar e, conseqüentemente, a classe média encontrou condições de ascensão social mais facilmente.

Em Canoinhas

As primeiras notícias sobre a instituição do ensino em Canoinhas aludem à criação, nessa vila, da "Sociedade Escolar" que, numa iniciativa particular, foi fundada em 1907. O comerciante e ervateiro Roberto Ehlke, descendente de alemães, presidiu a escola que funcionou até 1916.

> Não há registros sobre o número das matrículas iniciais dessa escola que ensinava as primeiras letras, uma vez que dela nenhum documento foi preservado. Porém, calcula-se que a quantidade de matrículas era bastante reduzida, uma vez que nesse tempo a vila tinha população diminuta, restrita a não mais que trinta fogos. Antônio Simão da Silva foi o primeiro professor dessa escola, sucedido por Dídio Augusto; Manoel de Freitas

> Trancoso era o professor da escola em 1911. Depois, em 1913, o professor e rábula Juventino da Luz lecionava na mesma escola, substituído um ano depois por Trancoso. A mulher deste, Hermínia da Cruz Trancoso, também foi uma das primeiras mulheres a lecionar em Canoinhas (TOKARSKI, 2002).

Na localidade de Salto de Água Verde, onde desde o início do século XX predomina a colonização polonesa, em 1908, João José de Barros mantinha uma escola particular, também se constituindo numa das primeiras de Canoinhas. Ali, Miguel Bento Sobrinho fundou uma escola particular em 1912.

Em 1912, quando, por razões estratégicas o governo catarinense decidiu criar o município de Santa Cruz de Canoinhas, fazendo frente aos interesses paranaenses na Região do Contestado, criaram-se, no lugar, duas escolas públicas isoladas, respectivamente destinadas a estudantes dos sexos masculino e feminino. Floriza Alves foi a primeira professora. Em 1914, Ibrantina Antunes lecionava na escola pública feminina, sucedida em 1916 por Maria Eugênia Corrêa de Oliveira. Antônio Tavares Júnior foi o primeiro chefe escolar de Canoinhas, nomeado em 1912 pelo governador Vidal Ramos. Dois anos depois, Tavares destacou-se como um dos principais líderes dos revoltosos, na Guerra do Contestado.

Na vila de Canoinhas, Manoel da Silva Quadros inaugurou em 01 de outubro de 1912 um estabelecimento escolar destinado a meninos. No ano seguinte, em 06 de janeiro, pediu uma subvenção ao governo municipal, sendo atendido. "No início de 1914 Lucídio de Toledo era proprietário de uma escola de música na vila de Canoinhas, ganhando subvenções municipais" (TOKARSKI, 2000).

Primeiro pároco de canoinhas, Frei Menandro Kamps OFM, veio de Palmas e atuou no município catarinense de 1912 a 1923, portanto, durante a Guerra do Contestado. Em Canoinhas, ele fundou a escola paroquial e a Escola de Educação Básica Sagrado Coração de Jesus.

Em União da Vitória/Porto União

Em 1901, encontramos em Porto União da Vitória a presença do Prof. Joaquim Serapião do Nascimento na escola pública[120] desta localidade. Como o prédio estava localizado na parte da cidade que passou para Porto União, nele, em julho de 1917, Santa Catarina criou a Escolas

[120] Em 1913, o Governo do Paraná criou o Grupo Escolar Prof. Serapião, assim homenageando este educador.

Reunidas Prof. Balduíno Cardoso, com o ensino de 1ª a 4ª séries. O grupo foi então transferido para União da Vitória, onde o Paraná construiu novo prédio, com quatro salas de aula.

A primeira professora formada na Escola Normal de Curitiba, que assumiu funções no magistério das "Gêmeas do Iguaçu", foi a Profª Amazília Costa Pinto, em 4 de novembro de 1904, quando a escola mantida pelo Estado possuía oitenta alunos. Ela lecionava nos dois períodos (manhã e tarde) e nas quatro séries, "sendo que após a aula aqueles que estavam mais atrazados, ela os levava para sua casa a fim de dar-lhes preparo necessário" (MELO JÚNIOR, 1990, p. 320). De 1913 a 1917, lecionou no Grupo Escolar Prof. Serapião, sendo sua diretora interina. Aposentou-se em 1936 e faleceu em 1938.

Bernardina Xavier Pinto de Sousa Schleder, recém-viúva e mãe de sete filhos, começou a lecionar por volta de 1900 na escola de instrução primária de Vila Nova do Timbó. Mesmo lotada no Distrito de Timbó (pertencente a Porto União da Vitória), em 1911, com o falecimento do marido, transferiu-se para a sede municipal, onde começou a lecionar em sua residência, no Bairro São Pedro. Em 1918, transferiu sua casa-escola para o Bairro Rio d'Areia, em União da Vitória.

Existem os registros dos primeiros estabelecimentos do povoado que, em 1916, foi cortado ao meio pela linha divisória (pelos trilhos da estrada de ferro) dos limites entre Paraná e Santa Catarina. Pertencem a Porto União, assim, as seguintes informações:

> Escola Italiana: Foi fundada em 1910, para preservar as raízes da colônia italiana. Funcionou junto com a Sociedade Italiana.
> Em 1913 funcionava no Alto da Glória, antes chamado Largo Prudente de Brito, no prédio do antigo Fórum Municipal, hoje pertencente ao Grupo Escoteiro Iguaçu, a Escola Professor Serapião.
> Escola Professor Balduíno Cardoso: Em 1917, com a separação de Porto União e União da Vitória, foi desmembrada a Escola Professor Serapião e, no mesmo lugar, foi criada a Escola Reunida Professor Balduíno Cardoso da Silva. [...].
> Colégio Santos Anjos: Com o propósito de oferecer o curso primário, no ano de 1917 foi fundado o Colégio Santos Anjos [...]. A direção estava a cargo da Congregação das Servas do Espírito Santo. [...].
> Escola Legru: Em 1907, por iniciativa do Dr. Casimiro Minski (vindo da Polônia) [...] o primeiro professor foi o sr. Abílio Teixeira Soares e a escola pertencia à Sociedade Polaca. [...].
> Escola Isolada Quaty: Em 1916, a família Vicentin, que veio da Itália,contratou os trabalhos de uma professora para ensinar os seus filhos [...]. CARNEIRO, 1991, p. 209-217).

Tratando da educação em Porto União, a História do Contestado incorpora os registros educacionais de União da Vitória, anteriores ao Acordo de Limites, destacando, por exemplo, alguns anotados por Cleto da Silva:

> - O professor Wenceslau Muniz abre, em 1910, um colégio particular em União da Vitória, tendo regular freqüência. Esse competente educador transferio mais tarde a sua residência para a cidade de Rio Negro, onde mantem um colégio.
> - Em 1910, está na direção da Escola Publica desta cidade de União da Vitória, o professor Modesto Bittencourt Sobrinho, mui dedicado e esforçado á sua nobre missão.
> - A Lei n. 1523 de 27 de Março de 1915, crêa escolas primárias nos logares Estacios, Taquara Verde [que passou para Porto União e, depois, para Caçador] e Palmital (SILVA, 1933, p. 101-123).

A 13 de fevereiro de 1906, o governo de Santa Catarina criou uma escola mista em Vila Nova do Timbó, localizada na margem do Rio Timbó, área que na época integrava o município paranaense de União da Vitória.

Em 16 de abril de 1917, a Congregação das Irmãs do Divino Espírito Santo fundaram o Colégio Santos Anjos, em Porto União.

Em Rio Negro/Mafra

Desenvolvendo-se sob influência direta da Vila do Príncipe (Lapa), o Município de Rio Negro, colonizado a partir de 1829 e emancipado em 1870, que englobava as terras dos atuais municípios catarinenses de Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Três Barras e Monte Castelo, e parte de Canoinhas, registrou, ainda no Século XIX, um desenvolvimento educacional superior aos demais, superior até a Porto União da Vitória, por ser povoado mais antigo, mas, principalmente, pela natureza da sua colonização predominante, a alemã (pioneira) e a polonesa, mantendo-se à margem da administração de Santa Catarina até 1917.

A primeira cadeira escolar de primeiras letras de Rio Negro foi criada a 13 de outubro de 1831, com a abertura de concurso para ocupação do cargo de professor, Até 1870, as escolas primárias nesta região da Província limitavam-se a duas, ambas em Rio Negro, sendo uma do sexo masculino e outra do sexo feminino. E, pela Lei nº 257, de 27/03/1871, será no município de Rio Negro que se criará a terceira unidade de instrução primária, esta no quarteirão de São Lourenço (hoje município de Mafra, em Santa Catarina), para meninos.

Na História de Rio Negro, onde se destaca o nome do educador Ermelino Becker, entre outros, há o registro de que, a 11 de maio de 1882, dois habitantes da localidade, Joaquim Teixeira Sabóia e Thomaz Becker, fundaram nesta vila uma escola para adultos “que bondosamente para esse fim se prestarem, sem nenhuma remuneração. É exemplo do espírito de cooperação existente naqueles tempos, tempos em que o interesse pecuniário não era o que

prevalecia" (ALMEIDA, 1976, p. 53) e, também, o registro da existência da escola pública na Colônia Lucena (Itaiópolis) em 1907, tendo Victor Grein como professor (ALMEIDA, 1976, p. 59).

Em 1910, eram considerados como "autoridades municipais" de Rio Negro, os professores Victor Grein, Raul Rodrigues Gomes, Joaquim Sabóia Júnior (Itaiópolis), Augusta Plauyz (Tijuco Preto), João Raimundo Pereira Ramos, Wenceslau Muniz (a seguir). (Idem, p. 91). Em 2 de julho de 1911, foi fundado o Colégio Rionegrense, dirigido pelo Prof. Antônio Gomes e do qual fazia parte o Professor Venceslau Muniz que, em 1915, fundou o Instituto Rionegrense "para curso primário e secundário, com regimem de externato, semi-internato e internato" (ALMEIDA, 1976, p. 123); este estabelecimento, depois com prédio localizado na margem esquerda do Rio Negro, passou para Santa Catarina, ali sendo instaladas, pelo Governo do Estado, em 1918, as Escolas Reunidas de Mafra.

Por iniciativa do pároco Frei José Ernser, as Irmãs da Divina Providência fundaram a Escola São José em 5 de janeiro de 1913, com curso primário para 150 alunos e, em 1914, o Professor Dario Veloso fundou o Colégio Nova Crótona, para alunos internos e semi-internos. A Guerra do Contestado, entretanto, fez com que alunos e professores do Nova Crótona fugissem para Curitiba, naquele mesmo ano, e não mais voltassem. Em seu lugar surgiria, depois, o Colégio Seráfico. "Passar-se-iam 37 anos para que Rio Negro contasse com seu Ginásio!" (ALMEIDA, 1976, p. 115). A Ordem dos Franciscanos instalaria, em 1923, seu seminário em Rio Negro, denominado Colégio São Luiz de Tolosa.

Do Município de Mafra, além do que "herdou" de Rio Negro em 1917, temos o registro da inauguração do primeiro colégio particular na cidade, em 1918, pela professora Enóe da Silva Schutel, que funcionou somente por um ano. "As diversas escolas existentes no interior eram particulares e mediante requerimento, quando enquadradas nas exigências do ensino catarinense, o município fornecia subvenção relativa ao professor" (DEQUECH, 1967, p. 66). Neste ano, incluindo Itaiópolis pouco antes da sua emancipação, Mafra dispunha de duas escolas particulares e de 20 escolas estaduais isoladas, além do estabelecimento denominado Escolas Reunidas, na sede do Município.

Em 1927, Mafra possuía "[...] um grupo escolar, oito escolas particulares subvencionadas; ensino secundário: Ginásio mais próximo em Curitiba – Ginásio Paranaense" (DEQUECH, 1967, p. 40-41)

A instalação de escolas na parte do Contestado que margeia as matas explica-se facilmente pela própria educação burguesa, que acompanha o capitalismo desde o Século XVII; explica-se, também, pela consciência social e religiosa que acompanhou os fazendeiros, os empregados de serviços e os trabalhadores.

A ausência de educação escolar – e também de atendimento religioso institucional – na vida dos caboclos das matas deve ser entendida como uma substituição, feita pelos caboclos, da religião oficial e da escolaridade por uma religião popular e por uma formação de homem, própria da irmandade cabocla.

Para uma análise, deve-se recorrer à vida dos caboclos nas matas, com código ético e social próprio e comum, cuja ocorrência se dá em território livre, isto é, sem a presença do capital, do mercado e do Estado.

Aqui, apresentamos um quadro social e cultural da região e do homem do Contestado. Para entender o homem, acentuamos os trações culturais do caboclo, sua alimentação, religiosidade, organização na paz e na guerra, seus remédios ceseiros, seu lugar, o linguajar e as influências recebidas. Para entender a região, trabalhamos com um território livre, em vias de ser absorvido formalmente pelo movimento do capital.

A educação escolar desenvolvida no Contestado – paranaense e catarinense – refere-se ao período abordado às principais localidades já desenvolvidas por fazendeiros. Nos limites a oeste do estado havia a predominância das matas que, em fins do século XVIII foram rasgadas por redes viárias e pontuadas por algumas divisões militares. Nestas matas não havia educação escolar. Havia, sim, o que denominamos formação do homem, ou seja, a formação das gerações por meio das tradições, da honra, do trabalho, este mais de coleta do que de plantação. Tem-se que analisar historicamente a transição do território livre para um território abarcado pelo capital e pelo Estado, o que será feito na conclusão deste trabalho.

3. A INTERVENÇÃO IMPERIALISTA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

As relações capitalistas já existiam no Contestado no momento em que ocorre a Guerra do Contestado. Esta parte é dedicada à ruptura social e cultural, quando uma nova fase deste capitalismo, marcada pelo imperialismo e pelo monopólio, adentra com bastante força no então espaço livre do Contestado. Veremos que, ao olhar do opressor, a população cabocla é fadada ao desaparecimento, para viabilizar sua substituição por outra, de imigrantes-colonos, dos primeiros restando alguns sobreviventes. A limpeza da área foi radical. Foi uma guerra de extermínio. O rompimento das relações antigas de um espaço geográfico amplo e de um território livre deu-se quando os caboclos tiveram que conviver com a modernização do território, mediante a ação firme e resoluta do Estado intervencionista e de investimentos de capitais estrangeiros.

A construção da ferrovia, as madeireiras e a colonização estrangeira vêm modificar as relações sociais da comunidade cabocla com os invasores de seu território. O rompimento do mundo livre para um mundo de opressão, que começa com a pilhagem de suas terras e de seu território e termina com a intervenção sanguinária do braço armado de civis e militares, passando pelo controle do poder político, do deslocamento dos direitos individuais para a opressão do Estado, do deslocamento de idéias e vida próprias ao território livre para idéias e forças que vinham de fora e se instalaram como forças armadas no espaço dos caboclos.

3.1 AVANÇO IMPERIALISTA SOBRE O TERRITÓRIO

De origem canadense, o *Trust of Toronto*, responsável pela implantação dos trilhos da Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, da madeireira *Southern Brazil Lumber and Colonization Company,* da Companhia Frigorífica e Pastorial, e da colonizadora *Brazil Development and Colonization Company*, na Região do Contestado, foi o maior conglomerado multinacional que atuou no território brasileiro no início dos anos 1900. Neste contexto, a *Brazil Railway Company* era a "holding" do truste com sede nos EUA, mas sustentada por investidores europeus. Para entendê-la, precisamos reportar-nos à entrada no Brasil de empreendedores norte-americanos liderados por Percival Farquhar.

Não tendo vencido como queria nos meios empresariais de New York, o grupo econômico de Farquhar, do qual participavam, por exemplo, Willian Van Horne, Paul Pearson e Willian Mackenzie, lançou suas empresas para além-fronteiras, atraído pelos incentivos e facilidades que diversos países ofereciam a quem investisse em setores de infra-estrutura, carentes de capital. A amplitude dos planos de Farquhar surpreendeu desde seus sócios até seus concorrentes e não demorou para que, mobilizando milhões de libras esterlinas e dólares, atingisse o México, a América Central, as Antilhas, o Peru, o Chile, a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai, a Argentina e, finalmente, o Brasil.

A entrada do Truste de Toronto no Brasil está associada à criação da *Light* no Rio de Janeiro e, a seguir, à fundação da *Light* em São Paulo, empresas que foram fundidas na *Brazil Traction Company*, que formou capital inicial de 550 mil contos de réis, dos quais, mais da metade, 300 mil, foram parar nas mãos dos dirigentes dos investimentos, para prejuízo dos acionistas[121]. O truste veio a afirmar-se no território brasileiro, com toda a sua força, após a vinda de Percival Farquhar ao Brasil, em 1905, a convite do catarinense Lauro Müller, quando este era Ministro da Viação e Obras Públicas, que ficou impressionado com as muitas mais possibilidades e facilidades oferecidas pelo País.

> Ao que contam Farquhar tomou conhecimento da riqueza potencial do Brasil quando visitou nosso pavilhão na Exposição Internacional de Saint-Louis, no Missouri, em 1890. O mesmo aconteceu com seu amigo Dr. Pearson. Um ano depois ambos desembarcaram no Rio de Janeiro. Nossa capital era paupérrima. São Paulo pior. As duas cidades mal conheciam a luz elétrica (TOURINHO, 1994, p. 69-70).

Em Portland, nos EUA, foram organizadas duas colossais empresas: a *Port of Pará Company*[122] e a *Brazil Railway Company*, constituindo seus capitais na Europa, destinadas a operar, respectivamente, nos setores portuário e ferroviário. Assim, começava a surgir e se tornar conhecido fora do eixo Rio-São Paulo o temido *Grand Trust Farquhar*, ou simplesmente *Sindycato Farquhar.* Em apenas dois anos, levantou capitais para suas empresas na ordem de 53 milhões de libras esterlinas, uma quantia astronômica, se levarmos em conta que o Império do

[121] A corrupção, a propina e o suborno eram uma constante nas *Light,* delas não escapando, por exemplo, nem a Câmara de São Paulo, que em certa época, aprovou a renovação de contratos de concessões de viação urbana e fornecimento de energia elétrica, à absurda alíquota de apenas 2,5% sobre a renda bruta como imposto, quando em outras cidades do País tais taxas eram de até 9%.

[122] A companhia *Port of Pará*, administradora do maior porto do Brasil Setentrional, já o construiu de maneira ilegal, sem concorrência pública: para 2.000 metros de cais, levantou o capital de 150 mil contos de réis, quando que, para a construção do Porto de Santos, outra empresa, nacional, necessitou de apenas 120 mil contos para 5.000 metros de cais.

Brasil, em sessenta e três anos de existência, contraiu um total de empréstimos internacionais na ordem de 68 milhões de libras e, a República, nos primeiros vinte e cinco anos, de 51 milhões de libras.

A *Brazil Railway Company*, fundada a 9 de novembro de 1906, em Portland, Oregon (EUA), iniciou suas atividades no Brasil com planos ambiciosos. Em apenas quatro anos, levantou na França 420 milhões de francos[123]. As primeiras "vítimas" foram as principais ferrovias do Sudeste e do Sul do Brasil, incluindo a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e, finalmente, a Madeira-Mamoré[124]. Em 1916, quando o total das vias férreas em exploração no Brasil somavam 23.491 quilômetros, a *Brazil Railway* já dominava quase a metade, ou seja, 11.064 km. O trutes também investiu em empresas na Bahia e em terras e fazendas de criação de gado no Centro-Oeste e no Norte do país.

Para rebater críticas que recebia da imprensa brasileira, esta que lhe movia furiosa campanha, fundou a Empresa Jornalística A Noite Ltda., no Rio de Janeiro, editora do jornal *A Noite*. E em terras gaúchas, obteve a concessão para o Porto de Rio Grande. A 30 de janeiro de 1908, o engenheiro Joaquim Catramby transferiu à *Brazil Railway Company* a concessão da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com 364 km, ocorrendo aí a maior das humilhações da nação brasileira, quando a autoridade pátria foi vergonhosamente subjugada pelo poderio de Farquhar[125].

No Sul, quando a *Brazil Railway Company* já era senhora de 34.800 quilômetros quadrados de terras destinadas à colonização, ao longo das ferrovias, o Sindicato Farquhar estabeleceu em Três Barras a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company,* adquirindo a preço vil, modestamente, 3.248 km2 de terras cobertas por pinhais, aqui instalando uma serraria,

[123] Deste total, 181 milhões foram parar direto nas mãos de seus fundadores, à conta de gratificações, sob a forma de "pagamentos especiaes aos que tinham direito, segundo dizem elles", conforme denunciou a revista *Revue Franco Brésilienne*, que se ocupava dos interesses franceses no Brasil (*Apud* AMARAL, 1915, p. 9).

[124] Farquhar assediou também a Companhia Docas de Santos, que administrava o porto paulista, empresa que resistiu aos diabólicos planos do Sindicato, graças a uma campanha de nacionalismo desenvolvida por briosos brasileiros, como Júlio de Mesquita, Maurício Lacerda, Pandiá Calógeras, Alfredo Ellis e Serzedello Corrêa.

[125] Adjucada inicialmente em concorrência pública, vencida por Catramby, à razão de 80:000$000 o quilômetro construído, depois, Farquhar apresentou a conta de 260.989$000 por km, transformando-a numa estrada com trilhos de ouro, em cujo fabuloso lucro incluiu despesas com as covas dos trabalhadores falecidos, assim lucrando até com o serviço de enterrar defunto à beira de linha.

em Três Barras, "[...] dotada dos melhores machinismos, podendo trabalhar até 20 horas por dia e produzir cinco milhões de pés de madeiras por mez" (AMARAL, 1915, p. 38).

Só em terras, Farquhar chegou a amealhar em todo o Brasil, através das suas diversas empresas, mais de 250.000 km2, ou seja, quase três vezes a superfície total do Estado de Santa Catarina. As administrações das companhias ligadas ao Sindicato estavam confiadas a amigos pessoais de Percival Farquhar, que seguiam à risca a determinação de obter alto lucro, não importando os meios empregados. Se o dinheiro "corria solto" entre os administradores, advogados e autoridades subornadas, tal bonança não acontecia entre os acionistas, os investidores europeus, que haviam fornecido os capitais e que, gradativamente, começaram a ficar à margem dos lucros, assim com as fatias menores dos bolos. Tão logo passou a ser impontual nos pagamentos de dividendos e bonificações aos acionistas, o Sindicato permitiu que se levantassem dúvidas, confusões e descontentamentos, fatos nocivos ao crédito brasileiro no exterior. Abalados com a I Guerra Mundial, os investimentos de Farquhar sofreram seguidos reveses econômicos em todo o mundo.

Farquhar herdou um problema de Teixeira Soares – que ser-lhe ia fatal nos anos seguintes – constante na retificação da concessão original da ferrovia, ou seja, alterada pelo Decreto nº 462, de 7 de junho de 1890, na parte em que o governo brasileiro só pagaria juros de 6% ao ano aos investidores na ferrovia, até o limite de 30:000$000 por quilômetro construído. Com isto, os valores excedentes ficavam de fora da garantia oficial de pagamento. Em *País Espoliado*, Geraldo Rocha supõe que o próprio Percival Farquhar tenha entendido mal a concessão – ou interpretado de maneira diferente – de que o limite de trinta contos seria sobre a média, ao invés de ser um teto. Assim, nos trechos da ferrovia em que o *trust* gastasse mais de 30:000$000 por quilômetro, haveria compensação nos trechos de custo mais baixo. Isto não aconteceu. O Governo Federal, insistindo em "até o limite de", garantiu juros de 6% aos investidores no máximo até trinta contos e, o excedente, deixou para Farquhar, que não conseguiu honrar os compromissos com o capital europeu.

Em maio de 1909, a Cia. EFSPRG tentou elevar o limite máximo da garantia de juros de 30 para 40 contos de réis, sempre entendendo este valor como "resultado de uma média", oferecendo, em troca, a reversão das suas linhas à União, findo o prazo de 90 anos, livre e desembaraçada de qualquer ônus, uma vez que a concessão original previa ao governo, após 30 anos, o reembolso dos investimentos à empresa, pagando o valor das obras e material no estado

em que se acharem. O governo brasileiro concordou com a elevação de 30 para 40, mas sempre entendendo – agora 40:000$000 por km construído – como sendo o teto, não a média.

> Acredita Geraldo Rocha que o empresário Farquhar enganou-se. Interpretou como relativa ao preço médio a garantia de juros. Tanto que aprovou a construção de quilômetros de custo superior a este valor. Em 1914, estourou a Grande Guerra. Sem recursos, a Companhia ficou impossibilitada de proceder a compensação do que gastara nos quilômetros de custo superior a 30 contos. Revisões foram autorizadas pelo presidente Wenceslau Braz, elevando o teto da garantia, de 30 para 40 contos (TOURINHO, 1994, p. 73-74).

A 18 de julho de 1917, a *Brazil Railway Company* e suas subsidiárias entraram em regime de concordata (mesmo sem homologação da justiça brasileira) e passaram a atuar sob gerenciamento de pessoas cujos mandatos não configuravam como legítimos. Servindo-se de pretextos fúteis, deixaram de atender aos compromissos assumidos, entrando em conflito público com os acionistas-debenturistas, permitindo que continuassem a circular os títulos de dívida, em condições desmoralizadoras para o crédito brasileiro.

Em 1917, a EFSPRG havia declarado um investimento total de 403.000:000$000 (403 mil contos de réis) - cerca de 400 milhões de libras esterlinas - em todas as obras de construção ao longo dos 1.344 km de trilhos, contra uma previsão inicial de 37 mil e contra o orçamento inicial de 87.100:000$000. Ao Governo apresentou o custo de 299:851$190 (quase 300 contos de réis), contra o orçamento de 65:000$000, por quilômetro, computados os da Linha Sul, de Itararé ao Rio Uruguai, com 883 km, e os do Ramal de São Francisco, com 461 km, valor sobre o qual teria direito à garantia de juros anuais de 6% por conta da União, além da subvenção de 40:000$000 por quilômetro construído, fora as terras com suas riquezas.

O governo brasileiro só reagiu quarenta anos depois. Crítica, a situação chegou a tal ponto, que todos os bens, móveis e imóveis, direitos e obrigações da *Brazil Railway* e suas subsidiárias, foram incorporados ao patrimônio da União[126], englobando seus ativos e passivos, no maior ato de encampação até hoje promovido pelo Governo Federal.

A Região do Contestado não conhecia a força do imperialismo até a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e até a instalação das serrarias da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company.* Este fato, coincidindo com a época da deflagração da Guerra do Contestado, faz com que o período de 1913 a 1916 se imponha no tempo como um referencial da História do Contestado. Antes, aqui havia um território inexplorado, com o predomínio

[126] Conforme os decretos-leis nº 2.073, de 8 de março de 1940 e nº 2.436, de 22 de julho de 1940.

populacional do caboclo, tendo por atividades econômicas apenas a criação de gado bovino e a extração da erva-mate, além daquelas de subsistência própria, como pequenos cultivos agrícolas, poucas criações de suínos, alguns engenhos de serrar madeira e beneficiar erva-mate, a caça de animais selvagens e a coleta de frutos silvestres. Até esta época, poucas famílias de imigrantes (alemães, poloneses e ucranianos), trazidos pelo Paraná, haviam entrado na parte Setentrional do Contestado, no eixo Porto União-Canoinhas-Mafra-Papanduva-Itaiópolis, desenvolvendo a incipiente agricultura, a rudimentar indústria, e formando os primeiros povoamentos.

O aniquilamento da oposição cabocla aos grandes interesses nacionais (tráfego de trens, extração da madeira e assentamento de imigrantes), durante a Guerra do Contestado, a alto preço, traria os primeiros indicadores de progresso para a área, até então alheia ao estágio de desenvolvimento em que se encontravam outras regiões do País, algumas bem próximas, como a faixa litorânea deste Estado ou a de Curitiba e adjacências, no Paraná.

Sem contar os teutos e eslavos colocados no Norte da Região do Contestado pelo Paraná, ainda antes da Guerra do Contestado, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande tentou desenvolver o projeto de colonização das terras devolutas, próximas aos trilhos, no Vale do Rio do Peixe. Com algumas famílias alemãs e polonesas imigrantes, trazidas para a construção da ferrovia e desembarcadas em 1910-1912 em São Paulo, chegou a instalar núcleos perto das estações, como em Nova Galícia, Presidente Pena, Rio das Antas e Piratuba, no Vale do Rio do Peixe. O assédio hostil dos caboclos em 1914, entretanto, fez com que diversas tentativas fracassassem; os revoltosos atacaram a colônia de Rio das Antas e incendiaram as estações e casas nas colônias de Nova Galícia e Presidente Pena.

Como os fazendeiros eram muito influenciados pelo Governo do Paraná e este, por sua vez, tinha estreitas ligações econômicas com a EFSPRG e com a Lumber, eram os paranaenses quem, política e administrativamente, dominavam as terras do Planalto Norte e as situadas a Oeste do Rio do Peixe. O Estado de Santa Catarina preferia aguardar a solução para a disputa de limites, contentando-se em impor sua administração apenas até este rio, através de Curitibanos e Campos Novos e, até Canoinhas; por este motivo não realizava obras públicas em favor da população para desenvolver a região. O Paraná, por sua vez, não era tão desleixado e, a partir de Rio Negro, Porto União da Vitória e de Palmas, abriu estradas e concedeu títulos de propriedades de terras a dezenas de fazendeiros, na ânsia de consolidar o domínio do Rio do Peixe até a fronteira com a Argentina.

3.1.1 Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande

A Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande – EFSPRG, já estava sob o controle acionário da *Brazil Railway Company*, em 1907, quando os trilhos do "trem de ferro"[127] começaram a ser implantados no Vale do Rio do Peixe, rasgando verticalmente a Região do Contestado, no território disputado pelos Estados do Paraná e Santa Catarina.

O tempo histórico dessa ferrovia inicia por volta de 1885, quando um brasileiro voltou suas atenções ao item superficialmente mencionado nos planos de viação do Império: a possível implantação de uma ferrovia, que ligasse o Extremo-Sul do Brasil à Capital Federal, unindo, em linha vertical, o interior das províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, todas elas até então apenas servidas por estradas de ferro longitudinais, cada qual fazendo a ligação do seu litoral ao interior, sem nenhum elo entre si. Esta ferrovia, em traçado paralelo e a Oeste da Estrada Real (Estrada das Tropas), deveria também possibilitar conexões com as linhas paraguaias, argentinas e uruguaias, próximas às fronteiras.

Como o Gabinete Imperial estava promovendo a colonização, estabelecendo imigrantes estrangeiros em áreas estratégicas de terras devolutas nacionais, espalhadas pelo interior do Sul do país, através de empresas especializadas, Teixeira Soares aventou a possibilidade de implantar uma "ferrovia colonizadora", isto é, ela assentaria os trilhos e promoveria a colonização nos seus terrenos marginais, garantindo assim movimento de transporte para a estrada, ao mesmo tempo em que atendia os anseios governamentais de ocupação das terras incultas.

O levantamento preliminar topográfico indicou o possível roteiro: Itararé, Castro, Ponta Grossa, Rio Iguaçu, Rio Uruguai, Passo Fundo, Cruz Alta e Santa Maria, em perfil dos mais acidentados, numa extensão aproximada de 1.400 quilômetros. O traçado atravessaria territórios distintos. No Paraná, praticamente toda a região estava ocupada por fazendas de criação de gado e pequenas lavouras, com muitas pessoas instaladas na condição de sesmeiros ou de posseiros. Do Rio Iguaçu até passar o Rio Uruguai a maioria das terras eram nacionais devolutas, e, nas proximidades de Passo Fundo, voltava-se a encontrar sesmarias e posses.

Com o estudo às mãos, Teixeira Soares sondou a possibilidade de captar recursos estrangeiros para formar o capital necessário à construção, de muitos milhões de libras esterlinas, assim viabilizando uma empresa que viesse a gozar das diversas vantagens oferecidas pelo

[127] "Trem de Ferro": título de pesquisa desenvolvida e livro publicado pelo autor em 1980 e 1983.

Império, empenhado em desenvolver aceleradamente o transporte ferroviário. Tudo planejado, em 1888 o engenheiro requereu a concessão para a construção e posterior exploração da linha, solicitando os benefícios estabelecidos em lei, fixando uma exigência fundamental: a cessão gratuita das terras devolutas marginais, para serem colonizadas. Contratou as empresas Angelo Fiorita, Fonseca & Cunha, e José Antunes dos Santos, para "importar" até 3.000 trabalhadores europeus para a execução das obras. A concessão foi-lhe dada pelo Decreto Imperial nº 10.432, de 9 de novembro de 1889.

A concessão fixava em 90 anos o prazo para a exploração da ferrovia e estabelecia a cessão gratuita de terrenos devolutos e nacionais, inclusive os compreendidos em sesmarias e posses, numa zona máxima de 30 quilômetros para cada lado das linhas, desde que a área total cedida e demarcada não viesse a exceder a média de uma faixa de nove quilômetros para cada lado da extensão total, a serem utilizados em colonização dentro de 50 anos. Concedia, ainda, direito de desapropriação e preferência para a lavra de minas na zona privilegiada. Era concedida à companhia a garantia de juros de 6% ao ano sobre o capital fixado e reconhecido pelo governo. Esta era a principal atração para os capitalistas europeus que, adquirindo ações da empresa, tinham garantida a rentabilidade mínima do investimento, independentemente dos seus resultados financeiros, no caso, aqui, sobre o montante de 37 mil contos de réis.

O Governo Provisório da República ratificou a concessão a 7 de abril de 1890, com duas ressalvas importantíssimas: reduziu a 15 quilômetros para cada lado da estrada o limite anterior de 30 km que determinava a zona máxima para a cessão de terras devolutas em cada margem, e deixou sem efeito as cláusulas com citações sobre a colonização destas terras. Ainda em 1890, a linha foi dividida em duas, sendo o trecho de Itararé a Cruz Alta transferido para a Companhia União Industrial do Brazil, ficando a *Sud Ouest* com o trecho de Cruz Alta a Santa Maria. Em seguida, Teixeira Soares fundou a *Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*, levantando o capital acionário inicial junto a investidores europeus, na Inglaterra e na França.

3.1.1.1 A Linha Sul no Contestado

Em 1888, os enviados do engenheiro Teixeira Soares, engenheiros, técnicos, topógrafos e exploradores, percorreram a vasta região interiorana das quatro províncias, buscando pontos referenciais para a elaboração de um primeiro traçado, quando, então, conheceram o Vale do Rio

do Peixe. Toda a região, na qual fatalmente seriam assentados os trilhos, estava sob administração do Paraná, ainda que reclamada por Santa Catarina. A princípio, o traçado não foi estabelecido definitivamente, fixando-se apenas a diretriz Rio Iguaçu-Rio Uruguai. Partindo de Itararé, que era o ponto terminal da Estrada de Ferro Sorocabana e terminando no Rio Uruguai, dos 883 quilômetros até o Rio Grande do Sul, aproximadamente 380 pertenciam à travessia do Território Contestado.

Concluído o trecho de Ponta Grossa ao Rio Iguaçu, às vésperas da inauguração da Estação de Porto da União, entre o Governo Federal e a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, em 1904 foi acordado o prazo de três anos para a construção do primeiro trecho, não inferior a 100 quilômetros, de Porto da União em direção ao Sul, optando-se definitivamente pelo traçado do Rio do Peixe. Saindo do Vale do Iguaçu, ao se aproximarem do local de junção da Serra do Espigão com a Serra da Taquara Verde, os trabalhadores depararam-se com os índios Xokleng. Estes botocudos, sentindo que estavam sendo agredidos em seus domínios, começaram a atacar as frentes encarregadas de "abrir o caminho". O *Diario da Tarde* em sua edição de 6 de julho de 1908, comentou um destes ataques, ocorrido em novembro de 1907:

> No primeiro domingo de novembro, caiu sobre a população (União da Vitória) a notícia que o trem traria alguns operários mortos pelos índios. Quase tôda a população da cidadezinha acorreu á estação ferroviária, à espera da chegada do trem [...]. Num dos vagões a descoberto, forrado de galhos verdes, estavam estirados os corpos dos trabalhadores mortos (quatro ao todo) [...]. Neste mesmo dia, foram todos enterrados numa vala comum, como é costume aqui, sem nenhuma cerimônia (*Apud* WACHOWICZ, 1984, p. 58).

Como em junho de 1907 venceria o prazo de três anos dado para a conclusão do primeiro trecho, até o Taquaral Liso, passando pela Serra de São Miguel e Campos de São João, a EFSPRG também pediu mais prazo para a construção do trecho de Taquaral Liso ao Rio Uruguai, pois entendeu que teria que alongá-lo à vista das muitas curvas no Alto Rio do Peixe. Este pedido de prorrogação, que tratava também da construção de outros ramais, foi acolhido, lavrando-se novo contrato entre a União e a EFSPRG a 17 de dezembro de 1907. Dentro das novas normas estabelecidas, foi decidido que a estrada deveria rumar para São Roque e, dali em diante, margear toda a extensão do Rio do Peixe, das cabeceiras à foz, sempre pelo lado esquerdo, ou seja, em terras dos municípios de Curitibanos e de Campos Novos, na área sob jurisdição do Estado de Santa Catarina.

Passados seis meses desde o contrato de 1907, os trabalhos prosseguiam de modo irregular, sendo baldados os esforços da fiscalização federal para conseguir da companhia uma

profícua orientação nos múltiplos setores da construção. Vendo que dificilmente poderia cumprir o prazo, a direção da EFSPRG, então, contratou o engenheiro Achilles Stengel como novo Superintendente da obra, o qual instalou seu escritório central na Fazenda São Roque, em outubro de 1908.

À recomendação do governo brasileiro, para a EFSPRG acelerar a obra, a primeira medida da *Brazil Railway Company* foi instalar rapidamente uma serraria da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* em São Roque, destinada ao fornecimento de tábuas de madeira de pinho para as estações e armazéns e, de dormentes de imbuia para o assentamento dos trilhos, já que, até aquele momento, todos os dormentes e a madeira vinham de fora. A pedido de Achilles Stengel, a companhia passou a contratar mão-de-obra em todo o Brasil, prometendo salários compensadores, tendo atraído, até dezembro de 1908, nada menos do que mais quatro mil trabalhadores, distribuídos em seções, ao longo da extensão da linha.

Como os trabalhadores eram contratados em todo o território brasileiro, sem nenhuma legislação trabalhista a regulamentar o sistema contratual, sem registro de trabalho que garantisse vínculo empregatício, a mão-de-obra formada voluntariamente reuniu milhares de pessoas estranhas umas às outras, de todas as raças, credos, profissões e classes sociais. Para a região acorreram, ao lado de pais de famílias, de pessoas boas e honestas, outro tanto de maltrapilhos, vagabundos, aventureiros, ex-presidiários, desertores de milícias e até foragidos da justiça.

> Como o número de trabalhadores ainda não satisfazia, recorreu Achiles Stengell aos serviços do escritório da companhia situados em Paris, para que ao tempo em que se recrutassem imigrantes na Europa para a construção da estrada, seriam os mesmos, aqui no Brasil, compradores em potencial das terras já tituladas à São Paulo-Rio Grande, muitas das quais já estavam medidas e subdivididas em lotes pequenos, de 25 ha. aproximadamente.
> Os escritórios centrais de Paris encarregaram o Conde Le Hon, um dos acionistas da emprêsa, do recrutamento de operários que desejassem emigrar para o Brasil. Como seus objetivos eram conseguir mão-de-obra numerosa e barata, recorreu êle às regiões eslavas mais pobres e exploradas do Velho Continente: Galícia (então austríaca), Polônia (parte russa) e a Curlândia. Porém, as populações dessas regiões estavam descontentes quanto às condições da emigração para o Brasil, pois as levas de emigrantes que de lá partiram nas últimas décadas para êste país da América do Sul, haviam impressionado muito mal pelas condições precárias de fixação. Assim, o conde Le Hon não encontrou a repercussão desejada (WACHOWICZ, 1984, p. 53).

A 3 de abril de 1909, com a presença do Presidente da República, Affonso Augusto Moreira Penna, foi solenemente inaugurada e aberta ao tráfego a seção de 103 km entre o Rio Iguaçu e o Taquaral Liso, inaugurando-se também as estações de Osmam Medeiros (km 79), depois denominada simplesmente Calmon e, a de Presidente Pena (km 104). Esta foi a primeira

vez que um Presidente da República veio pessoalmente ao Alto Vale do Rio do Peixe[128]. Neste tempo, eram satisfatórias sob todos os pontos-de-vista, as condições de trabalho além da estação de Calmon. Numeroso era o pessoal empregado, trabalhando em toda a extensão do trecho, na desmatação, caminhos de serviço, terraplenagem, obras de arte, assentamento de trilhos, serviços de apoio, além da administração propriamente dita.

Segundo as memórias do engenheiro Howell Lewis Fry, designado para superintender as obras entre 1909 e 1911,

> [...] Toda esta terra era de mata virgem, habitada por pequenas tribos de índios Botocudos. Logo no início dos trabalhos os índios atacaram e mataram 3 operários. Na medida em que foram abertos caminhos de serviço e a faixa da linha desmatada, os índios se retiraram e não nos amolaram mais.
> O movimento de terra era feito "a muque". Não existiam na obra nem escavadeiras mecânicas nem tratores, o material escavado era transportado em carrinhos de 2 rodas puxado por burros ou em "galeota" empurrado por um ou dois operários.
> A escavação em rocha era demorada, pois as fendas feitas para pôr os explosivos eram feitas a custa de brocas seguradas por um homem enquanto dois outros camaradas batiam na broca com marrões.
> A vida era barata naqueles bons tempos, pois um bom operário ganhava 4 mil réis por dia, dormentes de imbuia custavam 1 mil réis cada e uma barrica de cimento alemão ou sueco custava 4,5 mil réis posto na obra... (*Apud* ALBUQUERQUE, 1987, p. 18-19).

O contrato venceria em 17 de dezembro de 1910. No final de 1909, mantido o ritmo acelerado dos trabalhos no Vale do Rio do Peixe, antevia-se que a obra seria concluída no prazo. Mesmo assim, não adiantaria inaugurar o trecho, pois, no Rio Grande do Sul, a *Compagnie Auxiliaire* estava demorando a aprontar a linha entre Passo Fundo e o Rio Uruguai. Suas maiores dificuldades estavam nas acentuadas elevações próximas ao Rio Uruguai (na seção de Erechim, Gaurama, Viadutos e Marcelino Ramos). Com isso, a União determinou àquela empresa o aceleramento das obras e a imediata construção da ponte sobre o Rio Uruguai, o que veio a ser feito pelo engenheiro Antonio Rocha Meireles Leite.

Neste ponto da História, entendemos ser oportuna nova abordagem sobre a violência na Região do Contestado, pois, foi a partir deste momento que ela mais se revelou no Vale do Rio do Peixe. O assalto ao trem[129], associado a outros ataques caboclos à ferrovia, provocou forte

[128] Dar seu nome à estação ferroviária (situada no exato local hoje sobre a linha de divisa entre os municípios de Caçador e Calmon), por ele próprio inaugurada, foi uma homenagem a este ilustre homem público, que faleceu dias depois – a 14 de junho – em pleno exercício do mandato presidencial, vítima de febre contraída nesta região.

[129] No trecho, bem próximo ao seu único túnel, entre Rio das Pedras e Pinheiro Preto, aconteceu em 1909 o fato que ficou conhecido como "o primeiro assalto a um trem pagador no Brasil". Um dos tarefeiros, José Antonio de Oliveira, antigo morador da região de Rio das Pedras, conhecido como "Zeca Vacariano", responsável por uma empreitada, teve sérios problemas financeiros, por ter contratado um excessivo número de trabalhadores, demais para

reação da EFSPRG. Obrigou-se Stengel a organizar um Regimento de Segurança da própria companhia (que até então não existia), um corpo especial formado por algumas dezenas de elementos de confiança, para manter a ordem entre os trabalhadores e para defender não apenas os interesses da EFSPRG, como também os operários em casos de brigas, furtos e assaltos, notadamente em épocas de pagamento. Junto ao Governo, ao criar este corpo de segurança, justificou-se a companhia na inexistência da polícia na região, na falta de defesa a assaltantes e na necessidade de proteger o patrimônio e defender os trabalhadores dos ataques dos índios botocudos.

O destacamento do Corpo de Segurança - do qual veio a fazer parte Miguel Lucena de Boaventura (futuro Monge José Maria) - de aproximadamente 80 homens, montados e fortemente armados, garantia ordem quando podia, inclusive empregando a força. As condições de trabalho eram mínimas. As manifestações de protestos dos trabalhadores eram reprimidas severamente, da mesma forma como as brigas entre os operários que, volta-e-meia, aconteciam, resultando em mortos e feridos. Clandestinamente, os corpos dos mortos eram soterrados embaixo dos trilhos ou jogados nas águas do Rio do Peixe.

A "viagem inaugural" do trecho de Porto União da Vitória, no Paraná, a Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, aconteceu entre os dias 16 e 17 de dezembro de 1910, quando uma composição, conduzindo os engenheiros e diretores da EFSPRG, mais o pessoal de fiscalização federal, passou sobre o Rio Uruguai[130] na manhã do dia 17, no mesmo em que vencia o prazo estabelecido em 1907 para a construção de toda a linha.

Ainda no último bimestre de 1910, centenas de trabalhadores começaram a ser dispensados. No início de 1911, somente permaneceram nos canteiros aqueles considerados necessários para os trabalhos finais de acabamentos ao longo de todo o trecho. Dos cerca de oito mil homens, foram escolhidos em torno de dois mil para trabalharem na construção do Ramal de São Francisco que, naquele tempo, estava em obras entre Rio Negro e Canoinhas. A companhia

---

os serviços sob sua responsabilidade, pois queria terminar sua parte antes do prazo e, como os preços pagos pela companhia eram tabelados por metro dentro de um cronograma pré-estabelecido, sua parte era insuficiente para pagar tudo a todos na hora certa. E, quando recebia da companhia, Vacariano não pagava corretamente seus contratados. Então, assaltou o "trem pagador" da EFSPRG e fugiu.

[130] A ponte provisória, de madeira, construída às pressas sobre o Rio Uruguai, defronte a Marcelino Ramos, não resistiu à força das águas na grande enchente de 29 de maio de 1911. Até meados do ano seguinte, em 1912, quando foi concluída a instalação da nova ponte – a definitiva – em armação de aço sobre pilares de pedra a companhia promovia a baldeação dos passageiros e das cargas, alcançando o Rio Grande do Sul através de barcas e balsas.

estava animada, pois havia obtido concessão para estender os trilhos até o Paraguai, o que também era um alento aos operários dispensados na Linha Sul. Por causa disso, calcula-se que cerca de dois mil permaneceram nas proximidades do Rio do Peixe, enquanto que os restantes regressaram aos seus pontos de origem.

Pronta a ferrovia, estava o Vale do Rio do Peixe aberto à colonização, já semi-desbravado. As despesas da companhia com a construção deste trecho, reconhecidas pelo Governo Federal, até 31 de dezembro de 1909 eram de 19.710:382$863, elevando-se a 24 mil contos de réis até junho de 1910 e ultrapassaram a casa de 30.000:000$000 no final de dezembro de 1910, valor equivalente a mais de três milhões de libras esterlinas ao câmbio da época[131].

3.1.1.2 O Ramal de São Francisco

Na concessão original dada a Teixeira Soares (Decreto nº 10.432, de 9 de novembro de 1889), previa-se, além da Linha Sul, como viria a ser chamada a ferrovia de Itararé a Santa Maria, a construção de um "ramal" que, partindo da linha tronco, deveria atingir a Guarapuava (PR) e, dali, prolongar-se-ia às margens do Rio Paraná, em Foz do Iguaçu, na fronteira com o Paraguai. Entretanto, o decreto seguinte (Decreto nº 305, de 7 de abril de 1890), que tornou efetiva a concessão original, dela excluiu o trecho Guarapuava-Foz do Iguaçu, entendendo não ser oportuna a sua construção, mas manteve a concessão para o lote entre a linha tronco e Guarapuava. Mais tarde, a continuação do ramal foi novamente autorizada, determinando-se à companhia organizada por Teixeira Soares que a linha partisse de Guarapuava, para alcançar a margem esquerda do Rio Paraná, em local fronteiriço ao Porto de Itapocurupocu, no Paraguai.

Em 1901, o Governo Federal alterou e consolidou todas as cláusulas dos decretos anteriores, relativos às concessões à Companhia, EFSPRG assegurando-lhe a concessão para a construção de um ramal entre a linha tronco e o porto de São Francisco.

---

[131] Para que as cifras constantes neste estudo possam ser melhor compreendidas hoje, esclarecemos que a moeda corrente brasileira nos tempos do final do Império e do início da República era o "réis". Na correta leitura dos valores monetários, encontramos, por exemplo: cem réis ($100), mil réis (1$000), um conto de réis (1:000$000) ou um mil contos de réis (1.000:000$000). A chamada "subvenção quilométrica", ou seja, a garantia de pagamento de juros pelo Brasil aos acionistas, inicialmente era de 30:000$000 (trinta contos de réis por quilômetro de trilhos implantados. O produto do assalto ao trem-pagador da EFSPRG, em outubro de 1909, por exemplo, foi de 370:000$000 (trezentos e setenta contos de réis), equivalente ao planejado custo de dez quilômetros de trilhos.

> Tem igualmente a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande privilegio e mais favores que gosa para todas as suas linhas, excepto garantia de juros, para o ramal que construir de um ponto de sua linha sul, fixado por estudos, entre a Estação Teixeira Soares e a Villa União da Victória, em direcção ao littoral e á cidade de São Francisco, no Estado de Santa Catharina, ou á Villa de Guaratuba, no Paraná (Decreto nº 3.947, cláusula XI).

Para o ramal entre Porto União da Vitória e São Francisco do Sul - trecho depois escolhido – o Governo deu gozo à Companhia de cessão gratuita de terras devolutas e nacionais, em uma zona máxima de 15 km para cada da linha, contanto que a área total não excedesse ao que corresponderia à média de nove quilômetros para cada lado da extensão total, devendo utilizar estes terrenos dentro de 50 anos. E, além de dar à Companhia, também, a preferência para a lavra de minas na zona privilegiada, dava direito de desapropriação de terrenos de domínio particular, prédios e benfeitorias, que fossem precisos para sediar o leito da ferrovia, as estações e os armazéns.

Em junho de 1902, o Governo Federal promoveu a união dos dois ramais projetados e concedidos à EFSPRG, criando a "Estrada de Ferro São Francisco-Foz do Iguassú", que cortaria a Linha Sul em Porto União da Vitória. Somente nos últimos meses de 1904 a Companhia iniciou a construção na zona litorânea, ali se envolvendo numa série de problemas que, inesperadamente, a colocou em dificuldades, tanto que, ainda em 1907, a seção não estava concluída. Além da insalubridade da zona pantanosa e da travessia do Canal do Linguado, a empresa alegava problemas com desapropriações de terras.

As terras – cobertas por pinhais - das margens esquerdas dos rios Negro e Iguaçu já estavam mapeadas pelo Truste de Toronto, em conluio com certos grupos paranaenses, para sediar a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, madeireira que pertencia ao mesmo Sindicato Farquhar. Passando por esta zona, a ferrovia facilitaria o escoamento da produção da serraria, com instalação em Três Barras (local tido como pertencente ao Paraná).

Em virtude do Decreto nº 7.928, de 31 de março de 1910 – que previa o fato de a Companhia obrigar-se a celebrar os acordos necessários para fazer a ligação da linha de São Francisco a Foz do Iguaçu com as linhas do Paraguai – a 21 de setembro de 1910 a Brazil Railway Company obteve a concessão do governo paraguaio para construir a estrada de ferro da sua capital, Assunção, ao Rio Paraná, pois a "transparaguaia" daria acesso ferroviário do país

vizinho ao Atlântico[132]. Com esta decisão, a 6 de outubro de 1910, o Brasil incorporou à EFSPRG a linha de Assunção a São Francisco.

> A ligação do Paraguay com o Brazil Atlantico será assegurada com a rêde Paraguay-Central, que tem 400 kilometros já incorporados ao trust. Para a Bolivia, já uma sociedade, a Bolivia Central Railway, foi constituida em julho em Portland, o que indica sufficientemente o grupo a que ella se liga. E não é preciso senão acompanhar o itinerario recente do sr. Knox Little, um dos gerentes superiores do grupo Farquhar, para vêr bem claro a que aspiração esse trajecto obedece: após a acquisição de 2.300 kilometros sobre 3.000 kilometros de Estradas de Ferro do Uruguay, o sr. Knox Little apresentou em Montevidéo projecto para melhoramento e exploração de um caminho de ferro de Artigas, na fronteira brazileira, a Colonia, no estuario do Prata, ligando-a a Buenos-Ayres ou por um tunel ou por um serviço de barcas Ferry. De Buenos-Ayres [...] examinará o transandino; no Chile, tratará da compra ou arrendamento das estradas de ferro; os portos peruanos e as suas estradas de ferro interessam tambem vivamente o Syndicato Farquahr; e finalmente, o sr. Konx Little passará pelo Mexico, que também tem a sua Light, fechando o cyclo em Paris, onde milhares de francezes serviçaes esperam as novas emissões do trust para entregar-lhe suas economias (LORIN, 1915 *apud* AMARAL, 1915, p. 20).

Em 1910, os trabalhos avançavam na seção de Rio Negro a Três Barras, onde o Sindicato Farquhar estava implantando a grande serraria da *Lumber Company.* No ano seguinte, enquanto era entregue ao tráfego o trecho entre as estações de São Francisco e Hansa, os trilhos alcançaram Três Barras, assim proporcionando condições à Lumber para o escoamento da produção de madeira de pinho serrado, com o que a serraria entrou em operação já no início de 1912. A empresa norte-americana, entretanto, do Ramal de São Francisco, passou a utilizar apenas o trecho até Rio Negro; dali, suas cargas subiam para serem exportadas via Porto D. Pedro II e Porto de Paranaguá, no Paraná, Estado para o qual recolhia os impostos e creditava as estatísticas de produção e de exportação.

Para os trabalhos de derrubada da mata, destocamentos, cortes e aterros, construção de pontilhões e boeiros, erguimento de pontes provisórias, a EFSPRG utilizou cerca de dois mil trabalhadores brasileiros, quase todos remanescente das obras na Linha Sul – entre Porto União da Vitória e o Rio Uruguai – inaugurada em dezembro de 1910, além de muitos imigrantes poloneses. Estava em construção o trecho de Canoinhas a Porto União da Vitória, atravessando os rios Paciência e Timbó, quando foi deflagrada a Guerra do Contestado. Sem garantias das forças militares para sua defesa com medo de sofrer ataques, a EFSPRG suspendeu as obras,

[132] Por motivo de ordem econômica da União – no advento da I Guerra Mundial – o projeto começou a ser abandonado em 1914 e, as obras de Porto União da Vitória a Foz do Iguaçu, que deveriam ser iniciadas em 1917, nunca o foram, apesar dos estudos prontos.

deixando os trabalhadores à mercê do destino. E o destino da grande maioria desta mão-de-obra, voluntariamente ou aliciada, foi acorrer aos redutos, juntando-se aos rebeldes.

Somente depois de encerrada a intervenção militar federal na Região do Contestado, foi que a EFSPRG reiniciou as obras entre Canoinhas e Porto União. Mas, a União tornou sem efeito a concessão de terras devolutas na faixa de até 30 quilômetros ao longo da linha São Francisco-Porto União da Vitória, direito este que havia sido dado pelo Governo Federal à Companhia em 1901. Desta forma, as terras devolutas marginais aos trilhos do Ramal de São Francisco não foram tituladas para a EFSPRG para exploração e colonização, como aconteceu no trecho de Porto União da Vitória ao Rio Uruguai, margeando o Rio do Peixe.

No dia 17 de setembro de 1917, coincidentemente logo após a homologação pelo Congresso Nacional das leis dos congressos legislativos estaduais, de aprovação do "Acordo de Limites Paraná-Santa Catarina" (assinado em 1916), mesmo em concordata[133], a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande entregou ao tráfego o trecho de Canoinhas a Porto União da Vitória, assim dando por concluída - 13 anos depois - a ferrovia que ligou o Porto dos Ingleses, em São Francisco do Sul, a Porto União, com um total de 461 quilômetros.

3.1.2 Southern Brazil Lumber & Colonization Company

Foi no ano de 1903 que a Companhia EFSPRG recebeu autorização do governo federal para explorar a madeira existente na chamada "zona privilegiada" de até 15 km. para lado da linha nas terras devolutas, além de naquelas que pudesse vir a adquirir junto aos terrenos marginais, para ser serrada em oficinas próprias. A abundância do pinheiro, da imbuia e outras espécies de madeira-da-lei na região, fez com que, em 1907, entrasse nos planos da empresa, recém incorporada pela *Brazil Railway Company*, a constituição de outra companhia, destinada à exploração madeireira e à colonização das terras.

Pelo Decreto nº 7.426, de 27 de maio de 1909, o governo brasileiro autorizou o funcionamento no País da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*[134], empresa

[133] A 8 de julho de 1917, a holding Brazil Railway Company entrou em regime de concordata, perdendo a confiança, não só do Governo Federal como dos seus investidores-acionistas, na maioria capitalistas de Paris, Londres e Bruxelas.

[134] Tradução para o português: "Companhia Madeireira e Colonizadora Sulista do Brasil" ou "Companhia Madeireira e Colonizadora do Brasil Meridional".

organizada pelo Truste de Toronto em Miami (EUA) com capital inicial de apenas 100 mil dólares norte-americanos, destinada à exploração da riqueza vegetal e na colonização das terras dos vales dos rios do Peixe, Iguaçu, Negro, Timbó, Paciência e Canoinhas, sem levar em conta que a jurisdição administrativa sobre a área estava em litígio entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Em poucos meses, a *Lumber Company* veio a adquirir um total de 3.248 quilômetros quadrados de terras, ao Sul dos rios Negro e Iguaçu, escolhidas aquelas onde o pinheiro (araucária) despontava em grande escala, sendo 1.800 km² na região de Três Barras, 517 km² na região entre Porto União da Vitória e a Serra da Taquara Verde e 931 km² de áreas menores em diversos pontos próximos às duas glebas maiores, todas elas, segundo a empresa, localizadas no Paraná e não em Santa Catarina.

Segundo os levantamentos preliminares, existiriam nestas áreas adquiridas cerca de quatro milhões de pinheiros e dois milhões de imbuias, cedros e canelas, grande parte das árvores com um metro de diâmetro e até 30 metros de altura. Por tudo isso, a *Lumber* desembolsou apenas 4.872.000$000, quantia insignificante na época diante da grandiosidade do empreendimento e da riqueza vegetal que, mais tarde, revelaria a existência real de mais milhões de árvores, além daquelas antes citadas.

Nesta área existiam instaladas muitas fazendas de criação de gado e de culturas agrícolas diversas, carijos, barbaquás e engenhos de erva-mate, nas mãos de "coronéis" da Guarda Nacional, ricos fazendeiros e influentes políticos. Entre as propriedades, ainda havia muitos quilômetros quadrados de terras devolutas, ocupadas por posseiros que não tinham títulos plenos de posse e domínio. A *Lumber* escolheu as melhores porções de mata nativa, sendo que, além de adquirir terras cobertas, que por si só seriam suficientes para sua exploração, firmou diversos contratos com fazendeiros regionais, pelos quais se comprometia a serrar e tirar os pinheiros dos campos, para livrá-los das grimpas e favorecer as pastagens.

A primeira unidade industrial da *Lumber* foi instalada junto à Fazenda São Roque (na época no município paranaense de Porto União da Vitória, hoje na cidade catarinense de Calmon). Era uma serraria de porte médio, destinada a serrar imbuias para servir a EFSPRG com dormentes para a Linha Sul e pinheiros para as necessárias tábuas às estações ferroviárias e armazéns. Em Três Barras, logo depois, entre 1910 e 1912, com equipamentos trazidos diretamente da Europa, do Canadá e dos Estados Unidos, montou-se uma grande serraria,

abrigada em diversos pavilhões, com várias serras-fitas, circulares de aço resistente, de até dois metros de diâmetro, que possibilitavam o desdobramento de qualquer tora, automatizadas, com capacidade para serrar, num período normal de dez horas de trabalho diário cerca de 300 metros cúbicos de madeira, obtendo um rendimento médio de 19 tábuas de 12 polegadas por 5,60 metros de comprimento, mais o aproveitamento, totalizando mil dúzias de madeiras de diversas medidas[135].

Como não houve problemas de dinheiro para a montagem deste colossal empreendimento em Três Barras, tudo foi possível se fazer na *Lumber*, a começar pelo corte dos pinheiros, a extração, o transporte até a serra, o desdobramento, o depósito e a exportação das madeiras serradas. Foi construída uma linha férrea particular que, partindo da serraria, em direção a Papanduva, chegou a ter 32 km de extensão por entre os pinhais. Servidas por duas locomotivas pequenas, tracionadas em seis rodas, as composições usavam os carros-plataformas com capacidade para 36 toneladas de carga, sendo que, em cada um, cabiam em média três toras. As composições que iam mato-a-dentro coletar as toras eram equipadas com possantes guinchos, movidos a vapor comprimido, armazenado em tanques especiais. Era utilizada também uma locomotiva a vapor, sem caldeira. Os guinchos lançavam cabos de aço até a 300 metros de distância, assim podendo recolher e carregar nos vagões as toras abatidas e depositadas numa área de 90 mil m² em cada parada. De volta à serraria, as composições eram descarregadas num pátio e, dali, as toras eram transportadas por esteiras mecânicas, até às serras-fitas, onde eram serradas em tábuas, classificadas e conduzidas ao depósito para aguardo de embarque. O transporte da madeira aos portos de Antonina e Paranaguá, no Paraná, e no Porto de São Francisco, em Santa Catarina, fazia-se pelos trens da EFSPRG e da própria *Lumber*. Uma bateria de caldeiras a vapor movia quatro geradores, que totalizavam 2.275 HP. de força, suficientes para as máquinas de serrar, para a fábrica de barricas, fábrica de gelo, fábrica de compensados e, a seguir, para a luz elétrica na sede.

> Tinha [a Lumber Company] a pronunciar-lhe farta messe de prosperidades, o fato de haver efetuado nas melhores condições possíveis excelentes compras e arrendamentos de terrenos exuberantes em pinheiros, imbuias e outras madeiras, não devendo também desdenhar-se, com circunstância propícia, a situação da serraria junto a uma via fluvial, o Rio Negro, e amparada paternal ou maternalmente por uma estação da São Francisco, cuja diretoria se desfaz em gentilezas a essa poderosa empresa, com manifesto prejuízo,

[135] Esta quase inacreditável produção era obtida em vista da rara e primorosa técnica empregada, através de apenas 800 empregados, na maioria imigrantes poloneses, sendo que, para obter idêntica produção, se fosse o caso, pelos meios habituais da época seria necessário um mínimo de cinco mil homens.

> quase sempre, das pequenas serrarias. Dispunha de um capital fabuloso, dois terços, talvez, do qual - diga-se em abono da sua ultra-inteligente administração - teriam de sobra bastado às instalações em que esbanjaram nababescamente caudais de ouro (AUGUSTO apud FAFI, 1994, p. 40).

Demarcadas as terras contestadas facilmente adquiridas e escrituradas no Paraná, a *Lumber Company* promoveu a expulsão dos caboclos que nelas moravam ou nelas exploravam a erva-mate. Como só se interessava pela madeira, arrendou seus ervais a fazendeiros das redondezas, simpáticos à causa paranaense na Questão de Limites. Os moradores, todos antigos posseiros, nunca dantes incomodados, em vão tentaram argüir usucapião. Relutando em sair, contra eles a empresa lançou seu corpo de guarda, que contava também com a participação de seguranças "cow-boys" vindos dos Estados Unidos.

Logo nos seus primeiros anos de funcionamento, a *Lumber Company* envolveu-se diretamente na Guerra do Contestado. Pelo volume da produção diária declarada, por informações e estimativas, calcula-se que nos seus 40 anos de funcionamento a madeireira deve ter cortado mais de 15 milhões de pinheiros na Região do Contestado, além de imbuias, cedros, canelas e perobas. A agressão[136] não era apenas ao meio-ambiente natural, mas também ao elemento humano que habitava as matas: o caboclo. A devastação se dava sob o olhar sorrateiro dos caboclos, que tinham na araucária uma das maiores dádivas da natureza: o pinhão, seu fruto, alimento indispensável para os animais selvagens e para si mesmo.

A partir de junho de 1914, suas instalações em Calmon e em Três Barras passaram a ser guarnecidas por tropas do Regimento de Segurança do Paraná e do Exército Brasileiro e por piquetes civis. Guarda insuficiente, pois, a 5 de setembro de 1914, os caboclos atacaram a serraria de Calmon, destruindo-a totalmente.

> A grande serraria da Companhia Lumber ardeu totalmente. Os grandes empilhamentos de pinho já beneficiado, abrangendo uma área enorme, em poucas horas de transformaram em cinzeiros. Os galpões dos machinismos, no dia imediato, eram esteios carbonizados em meio da vasta praça onde as engrenagens, contorcidas pelo calor do fogaréu, se destacam como esqueletos de engenhos (PEIXOTO, 1916, p. 232).

A partir de 1917, quando a empresa entrou em plena fase de produção em Três Barras e resolvida a questão de limites, a madeira começou a ter peso maior nas exportações catarinenses;

[136] Esta agressão, aliada ao fato de que guardas armados da multinacional expulsavam os caboclos das terras que eles consideravam livres e onde eles moravam e extraíam a erva-mate, alimentou clima de revolta na população sertaneja regional. Somando isso aos planos de colonização da EFSPRG com imigrantes estrangeiros, às intrigas políticas entre os fazendeiros rivais, à questão de limites, ao fanatismo despertado na religiosidade cabocla, mais ao abandono e ao estado de miséria em que encontravam milhares de pessoas, o resultado foi a Guerra do Contestado, eclodida no ano de 1913.

o volume da produção veio dar maior contribuição após 1920, com a entrada em funcionamento das serrarias instaladas ao longo da ferrovia[137]. É neste momento que o Brasil deixou de importar madeira, passando a abastecer-se na Floresta da Araucária. Aproveitando os planos catarinenses de incentivo à colonização da Região do Contestado, após o Distrito de Três Barras ser anexado a Santa Catarina, enquanto questionava com o governo catarinense a titularidade das terras dadas pelo Paraná ao Sindicato Farquhar por conta da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, a Lumber Company ampliou seu raio de ação em busca de matéria-prima.

> A 20 de dezembro de 1921, a empresa Southern Brazil Lumber & Colonization Company comprou do governo catarinense a área de 13.604 alqueires, pertinentes às fazendas "Ribeirão", "Rio Preto", "São Sebastião do Bom Retiro" e "Escada", localizadas em Canoinhas e Irineópolis. O governador Hercílio Luz deu o despacho, sacramentando a transação, estipulada em 98 contos, 767 mil e 154 réis. Desse valor, a Lumber pagou ao governo do estadual apenas três contos, 767 mil e 154 réis [ou seja, pagou só 3,06% do valor da "compra"]. Os 95 contos restantes ficaram por conta do pagamento da construção de estradas, feita pela empresa (TOKARSKI, 2002, p. 261).

A *Lumber Company* era madeireira e colonizadora. Assim, nos primeiros anos da década de 1930, subdividia as áreas de onde já havia retirado o melhor da cobertura vegetal, para vender os lotes aos imigrantes que chegavam à região, bem como aos caboclos remanescentes da Guerra do Contestado. Por volta de 1935, a empresa iniciou a repartição das áreas onde já havia retirado madeira, em lotes coloniais de 10 a 20 alqueires cada, para vendê-los a imigrantes. Algumas terras, ainda cobertas por pinhais, também eram vendidas, mas, nestas, ela reservava a melhor parte das árvores[138].

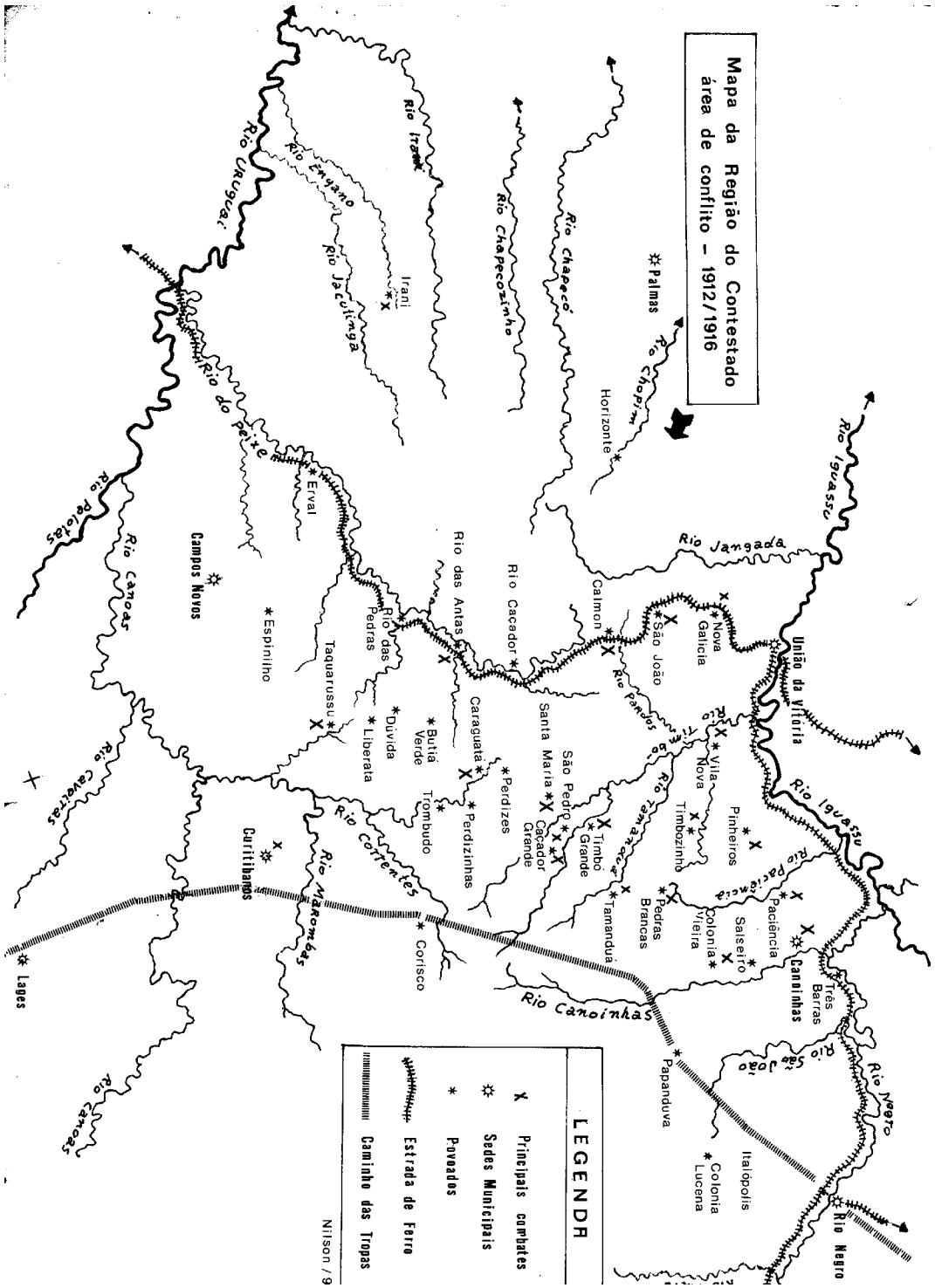
---

[137] Não existem dados oficiais disponíveis sobre a produção madeireira total da Lumber Company, pois, nos 30 anos de operações, compreendidos entre o fim da 1ª Guerra Mundial e o final da Segunda Guerra, a empresa, tanto comercializava a madeira serrada em sua unidade de Três Barras, como revendia o pinho produzido por serrarias menores de toda a região. Entretanto, tem-se que foi, sem dúvidas, o maior empreendimento do ramo madeireiro do Brasil da primeira metade do Século XX.

[138] Em 1940, o governo federal desapropriou todos os bens da *Lumber* e vinculou a empresa à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, que foi desativando e a dilapidando gradualmente até 1948. Pela Lei nº 253, de 18 de fevereiro de 1948, do Presidente Eurico Gaspar Dutra, a Superintendência foi autorizada a vender, mediante concorrência pública, o que sobrou da *Lumber Company*, mais a Empresa de Armazéns Frigoríficos e a Companhia Indústrias de Papel – todas do antigo Sindicato Farquhar - abrindo um crédito especial de dois milhões de libras esterlinas (na época equivalente a 151 milhões de cruzeiros), para a liquidação do saldo das dívidas destas empresas com seus acionistas ingleses.

MAPA 9:

O PALCO DA GUERRA DO CONTESTADO



Desenho de Nilson Thomé, de 1992, sem determinação de escala, para simples visualização.

3.2 GUERRA DO CONTESTADO: MOMENTO DE RUPTURA

A Guerra do Contestado, como guerra de fato, teve início efetivo a 29 de dezembro de 1913, quando os caboclos catarinenses venceram o primeiro confronto com os 240 integrantes da Força Pública de Santa Catarina e o Exército Brasileiro, em Taquaruçu. O segundo combate também aconteceu em Taquaruçu, a 8 de fevereiro de 1914, quando caiu esta "cidade-santa" para 750 militares. Em Caraguatá, a 9 de março, verificou-se nova vitória dos rebeldes, mas, a 16 de maio, abandonaram o improvisado acampamento, ante a proximidade da força militar de 1.700 soldados, os mesmos que, a 29 de maio, destruíram outro reduto, o de Santo Antonio.

Durante o inverno de 1914, os caboclos catarinenses organizaram o Exército Encantado de São Sebastião, promoveram o alistamento obrigatório às suas forças em toda a área do conflito, conclamando os companheiros à luta, da mesma forma como os "coronéis" agiam quando precisavam organizar tropas da Guarda Nacional nas suas fazendas através de recrutamento obrigatório e enviá-las às frentes de batalhas, integrando os corpos do próprio Exército. Atraíram cerca de 3.000 homens-de-briga e mais de 2.000 mulheres e crianças em condições de lutar, que foram distribuídos em vários redutos, espalhados pela Região do Contestado.

> "Ontem matávamos o índio a pretexto de grosseria moral econômica; hoje, invocando razões de defesa social, exterminamos caipiras fora da lei. Bandidos, exige a pátria que pereçam e, dentro em pouco, ao menos ali, entre Paraná e Santa Catarina, findará a anomalia que representam. Depois, se em outros pontos surgirem, serão de novo esmagados. O exílio ou a morte; para eles não há lugar no Brasil que, além de bons elementos imigratórios, atrai, recebe, encaminha e reabilita pelo trabalho, a escória do mundo..." (MAYA, 1916 *apud* SOUZA, 1987, p. 138-139).

Com forte dose de exagero, na sua tendenciosa versão, o militar Octaviano Pinto Soares registrou que "a 31 de Agosto [1914] terminou o prazo para a mobilização geral dos jagunços, de acôrdo com a proclamação do maioral, de maneira que, desse dia em diante, todo o individuo que se apresentasse como voluntário, era considerado suspeito, submetido a sérias investigações e fuzilado" (SOARES, 1931, p. 99), acrescentando para seus incautos leitores que "efetivamente, a 1º de Setembro saiu do 'reduto' de Santa Maria, então, considerado o 'centro principal de resistência', o chamado 'piquete chucro' ou 'piquete da morte', com o objetivo de percorrer a região, incendiar as propriedades e matar quantos fossem encontrados: mulheres, homens,

crianças, pelo crime de não terem atendido ao chamamento geral" (SOARES, 1931, p. 99). Ora, se assim fosse, os rebeldes do Contestado não contariam com o valioso apoio popular e a adesão espontânea que tiveram em toda a região.

No outono-inverno de 1914, os caboclos realizaram sucessivas fortes investidas contras as vilas e fazendas dos coronéis. Atacaram Canoinhas, Papanduva, Itaiópolis, Curitibanos, Santa Cecília e a colônia alemã de Rio das Antas, destruiram o povoado da madeireira Lumber Company em Calmon e o da Estação de São João, sabotaram a estrada-de-ferro em vários trechos, ameaçaram seriamente Três Barras, Lages e Porto União. O governo federal decidiu intervir decisivamente, ao nomear o General Setembrino de Carvalho para o comando do "Quartel General das Forças em Operação de Guerra no Contestado", que assumiu o posto em setembro de 1914. Consta na História que

> "[...] foi fixado em 6.000 homens, mais ou menos, o efetivo das tropas regulares que, sob o meu comando deveriam operar, coadjuvadas por patriotas civis, cujos serviços, reconhecidos como imprescindiveis, além de outras razões, porque eram perfeitos conhecedores do território, afeitos às taticas dos bandoleiros [...]. De fato, os serviços desses patriotas foram de alto valor..." (CARVALHO, *apud* SOARES, 1931, p. 99).

Na realidade, conforme relatórios militares elaborados posteriormente à guerra, as forças militares alcançaram a 6.408 praças e oficiais de diversos batalhões de Infantaria, Cavalaria e Artilharia do Exército Brasileiro, mais o apoio da Aviação, 491 praças do Regimento de Segurança do Paraná, 470 praças da Força Pública de Santa Catarina e cerca de 300 "patriotas", vaqueanos civis da Guarda Nacional, ou seja, quase 7.700 homens - mais do que o efetivo utilizado em Canudos - preparados para combater o "bando de fanáticos" que ameaçava a paz no Contestado...

De dezembro de 1914 a abril de 1915, sucederam-se diuturnas lutas, combates, entreveros e emboscadas em toda a região. O General Setembrino deu por encerrada sua missão quando da final conquista do Vale de Santa Maria - o maior de todos os redutos caboclos - que resistiu heroicamente durante oito dias de bombardeio, ao receber o telegrama do Coronel Estilac Leal, comunicando-lhe que

> [...] do Tamanduá a Santa Maria, em todo o vale inclusive Timbó, reduto dos Santos, Caçador, reduto de Aleixo, Cova da Morte e Santa Maria foi tudo arrazado, subindo número de casas queimadas a cinco mil. [...] Não se encontraram crianças. As mulheres que se bateram com os homens foram mortas em combate. O número de jagunços mortos que foi possível contar se eleva a seiscentos... (CARVALHO, 1916, p. 132).

Entretanto, a Guerra do Contestado não terminou aí. De maio de 1915 a dezembro de 1916, destacamentos do Exército e Polícia Militar Catarinense atacaram outros redutos menores e

realizaram a “varredura” na região, liquidando praticamente todas as restantes resistências sertanejas.

No seu *Relatório ao Clube Militar,* o General Setembrino de Carvalho fez constar o capítulo *Ligeiras indicações sobre o inimigo*, do qual extraímos partes, com o objetivo de registrar o pensamento militar sobre a estratégia e a bravura dos rebeldes do Contestado:

> Nesta região privilegiada, onde as condições excepcionais de vida attrahem irresistivelmente o homem, é que os fanaticos armaram seus reductos. Construiram-nos de preferencia nos valles profundos das serras, dominando-lhes o criterio de escolha as difficuldades dos caminhos para o exterior.
> Explica-se. Não sendo o reducto um campo entrincheirado, senão vastos aldeamentos de casas de madeira, sua principal defesa consistia na occupação das entradas, por onde se distribuiam os postos avançados do inimigo. Eram as guardas. O effectivo destas variava com a importancia do reducto ou com a difficuldade da posição.
> O cangaceiro fanatico nada tem de caracteristico: é o matuto crendeiro e trivial de todos os sertões, com o distinctivo exclusivo de uma fita branca no chapéo. O seu cangaço consta, em geral, de uma Winchester, revolver Smith and Wesson 38, facão de matto afiadissimo e um bocó de balas.
> Nenhuma instrucção systhematica, nenhuma arregimentação intelligente, a não ser a fórma - uma revista matutina, por meio da qual o commandante inspeciona os combatentes, fiscalisando as deserções.
> A disciplina, sim, é ferocissima: variando com a gravidade das faltas commettidas, a repressão vai, numa escala dolorosa, das surras aviltantes aos barbaros fusilamentos.
> São máos atiradores; são bons esgrimistas de facão; são eximios no aproveitarem, como defesa, os accidentes do sólo.
> Conhecedores minuciosos do terreno, sua tactica resume-se, entretanto, a muito pouco: surprehender, emboscados, a testa ou os flancos da força, sustentando prolongamente o tiroteio, que interrompem se a tropa, que raro perseguem, se retira, ou então se os desaloja, mercê de uma arrancada subitanea á bayoneta.
> Outras vezes atacam, sobretudo quando a tropa se mostra inactiva, combatendo por detraz das trincheiras.
> Chegam á noite, approximando-se cautelosamente da linha exterior dos estacionamentos, estendem-se em atiradores e rompem com fogo, que não raro dura até o amanhecer; e, para simularem maior numero de guerrilheiros, acarretam comsigo os adolescentes, que dispõem ao modo de uma reserva, cujo destino unico consiste em gritar desesperadamente vivas a S. Sebastião, a S. João Maria e morras aos pelludos.
> Se reconhecem, porém, sua esmagadora superioridade, investem com firmeza, conduzidos por buzinas de caça e bandeirolas brancas, em cujo centro se desenha uma cruz de panno azul e, por entre vivas medonhos e morras ameaçadores, vão se abeirando dos soldados, que acutilam desapiadamente, a facão (CARVALHO, 1916, p. 139-140).

Milhares de pessoas, simultânea e coincidentemente, envolveram-se no conflito, desde fazendeiros dispostos a defender suas propriedades, a posseiros, peões e lavradores, querendo conquistar um pedaço de chão para morar. Tanto eram crentes fanatizados pelas promessas messiânicas, como eram coronéis e chefes políticos aproveitando a ocasião para ampliar o poder local. Na Guerra do Contestado, aconteceram diferentes *guerras-do-Contestado.* Tivemos a

guerra por fronteiras, a guerra pelos ervais, a guerra pela terra, a guerra pela madeira, a guerra-santa, a guerra da liberdade, a guerra entre os coronéis...[139]

As forças policiais e militares que estiveram na Região do Contestado de 1913 a 1916, "para impor a lei e a ordem, para caçar bandidos e restaurar a paz", em tarefa que inicialmente lhes parecia de fácil execução, aqui se defrontaram com um verdadeiro exército caboclo rival, em boa parte disciplinado, obediente e treinado, formado por gente hábil no manejo das armas, conhecedor do terreno e dos segredos da natureza, que transformaram em pesadelo as investidas oficiais, ao aplicar táticas operacionais de guerrilha e perfeitas técnicas de ataque-e-defesa em campanha, assim envolvendo os soldados em mortíferas emboscadas e ciladas.

Identificados como integrantes do "Exército Encantado de São Sebastião", no auge da Guerra do Contestado, os *"bandoleiros do Contestado",* ou a nossa *"caboclada traiçoeira e fascínora",* não passava de um contingente de cerca de dez mil pessoas, pobres, desassistidas e famintas, maltrapilhos homens, mulheres, crianças e idosos, armadas de rudimentares facas, facões, pistolas, revólveres e espingardas. Só poucos grupos dispunham de rifles de repetição e mosquetões. E, espalhados por milhares de quilômetros quadrados, na grande maioria sequer se conheciam ou podiam explicar por que seu *"irmão"* ao lado estava lutando.

Estes *"jagunços covardes"* enfrentaram, meses a fio, um *"valente, destemido e heróico"* grande efetivo de quase oito mil homens, distribuídos numa Brigada do Exército, formada pelas armas da Infantaria, Cavalaria, Artilharia e até Aviação, somando 6.400 soldados, apoiados por quase mil policiais militares estaduais do Paraná e de Santa Catarina e por mais de 500 vaqueanos civis, irmãos-caboclos colocados sob as ordens dos coronéis-fazendeiros, todos combatentes bem alimentados, adestrados, municiados e servidos por canhões, obuzeiros, metralhadoras, fuzis, carabinas, granadas, mausers, espadas e baionetas.

[139] Não queremos defender, com voz solitária (mas solidária), a violência praticada pelo homem do Contestado. Entretanto, a bem da verdade, diga-se que não lhe foi oportunizada, a tempo, a exposição das suas razões para praticar violências contra seus desafetos. Temos, como exemplo disso, que: os piquetes da "Cavalaria da Avançada" investiam contra as fazendas para arrebanhar gado, roubar mantimentos, recrutar mais caboclos e combater inimigos; os "Doze Pares de França" montavam guardas nas proximidades dos acampamentos, ou redutos, onde estavam suas famílias; seus efetivos foram lançados contra a ferrovia e as serrarias, pois estas representavam a agressão republicana de expoliação das terras livres; atacaram vilas, dominadas por chefetes cuja autoridade não reconheciam como legítima e fazendas de coronéis que alistaram seus homens nos piquetes a serviço dos militares; enfrentaram o Exército e as polícias do Paraná e de Santa Catarina que, mascaradas, vieram com a indisfarçável intenção de massacrá-los, como o Exército fez anos antes em Canudos.

Conhecendo a fundo o real sentido da História da Guerra do Contestado, entendemos o que Roberto Numeriano quis dizer, num estudo de iniciação sobre a natureza das guerras em seus aspectos econômicos, políticos e sociais, ao referir-se ao flagelo das guerras entre povos na História da Humanidade:

> Todas essas guerras, responsáveis pela criação dos primeiros corpos de tropa armados e disciplinados, foram conseqüência de muitos interesses econômicos em jogo. Mas a 'política' do Estado, a 'honra' da Nação e outros sonoros argumentos tentam sempre encobrir o real conteúdo dos interesses geopolíticos dos povos sob confrontos bélicos. É uma tradicional camuflagem ideológica para esconder interesses de classes dominantes. E estas, ao contrário do povo, não se engajam nas frentes de batalha (NUMERIANO, 1990, p. 10-11).

Dissolvida a Expedição do General Setembrino em abril, nos meses que se seguiram, até dezembro de 1915, as remanescentes forças militares do Exército e da Polícia de Santa Catarina realizaram a chamada "Operação Varredura", destinada a caçar e eliminar todos os sobreviventes caboclos que haviam liderado piquetes ou se destacado nos combates. Ficaram famosos os fuzilamentos coletivos ocorridos em Perdizinhas e em Butiá Verde, com os cadáveres sendo queimados em meio a grimpas de pinheiros e sepultados entre cercas de taipas de pedras. Com a prisão de Adeodato Ramos, em janeiro de 1916, sem mais liderança, pouco restou dos grupos rebeldes. Ao final do conflito, levantaram-se oficialmente as baixas nos efetivos legalistas militares e civis: de 800 a 1.000, entre mortos, feridos e desertores. Por outro lado, estimaram-se as baixas na população civil revoltada: de 5.000 a 8.000, entre mortos, feridos e desaparecidos. O custo da Guerra do Contestado para a União foi de cerca de Rs.3.000:000$000, mais os soldos militares.

3.2.1 O Fantasma de Canudos no Contestado

Entre 1911 e 1912, período coincidente com a gestão de Vidal Ramos Júnior em Santa Catarina, frente à Presidência da República, o Marechal Hermes da Fonseca resolveu intervir em seis Estados do Norte/Nordeste, Em janeiro de 1912, interveio na Bahia de Rui Barbosa e, em janeiro de 1914, no Ceará do Padre Cícero. Tantos eram os tumultos que, em março de 1914, decretou estado de sítio na Capital Federal. Com esta medida, Hermes da Fonseca conseguiu governar o País até o fim do seu mandato, em novembro de 1914, indicando Wenceslau Braz Pereira Gomes para seu sucessor, ao acertar uma ampla coligação para a próxima gestão 1914-1918.

Wenceslau Braz logo conseguiu impor sua liderança à Nação. Para cativar os militares, utilizou todo o seu prestígio para restaurar o comando presidencial sobre as Forças Armadas. Então, deu continuidade ao programa de profissionalização do alistamento militar, que havia sido iniciado em 1908 pelo Marechal Hermes da Fonseca, ainda quando Ministro da Guerra, mas que não pôde conduzi-lo enquanto Presidente, devido aos caos político reinante.

> Venceslau atendia ao crescente sentimento nacionalista predominante nas principais cidades - especialmente Rio e São Paulo - e que se refletia no espírito de maior autonomia que a nova confiança derivada da industrialização estimulava. Essa nova tendência refletia-se também em quase todos os setores da vida urbana. [...]. O aliado mais eficaz do Presidente e seus líderes militares talvez tenha sido o príncipe dos poetas brasileiros da época, Olavo Bilac, que devotou toda a sua admirável eloqüência como orador à causa das campanhas pelo serviço militar universal e profissionalização das forças, fazendo ardentes apelos aos sentimentos nacionais (KEITH, 1989, p. 162).

Em 1914 – deflagrada a Guerra do Contestado – tempo que precedeu a I Guerra Mundial, os brasileiros tinham desviadas suas atenções sobre os problemas sociais e políticos internos, para o entusiasmo pelo militarismo, patriotismo e nacionalismo. O movimento cívico-patriótico brasileiro, que viria a se intensificar a partir de 1917, canalizou-se na Liga de Defesa Nacional, com a entrada do Brasil na Guerra, em outubro deste ano. A 9 de outubro de 1915, quase coincidindo com o final da intervenção direta do Exército Brasileiro na Guerra do Contestado, ao discursar para os acadêmicos de Direito de São Paulo, Olavo Bilac expôs seu pensamento sobre o momento histórico da consciência nacional naqueles anos. Aderindo à conclamação pelo serviço militar obrigatório no Brasil, Bilac denunciou a falta de patriotismo, pregando que a Nação só se ergueria com um Exército forte.

As palavras de Olavo Bilac, também criticando as elites políticas brasileiras, aplaudidas pelos militares, servem para justificar - entre outras justificativas – por que as operações de forças do Exército Brasileiro eram sobejamente destacadas e valorizadas pela imprensa (nacionalista e patriótica) e por que as intervenções de seus oficiais (heróis nacionais) ganhavam brilho em todas as páginas, como aconteceu durante e depois da Guerra do Contestado.

> [...] Os textos, notas e telegramas divulgados pelos meios de comunicação servem como referência para compreender de que maneira a produção do discurso pode ser controlada e selecionada de acordo com interesses específicos. Ponto de articulação de processos ideológicos e de fenômenos lingüísticos, o discurso sobre os episódios do Contestado é o recorte que uma determinada classe social (dominante), num dado sistema, faz da realidade, retratando assim, ainda que de forma enviesada, uma visão de mundo (WOITOWICZ, 1999, p. 13-14).

A imagem de um caboclo inculto, selvagem, bárbaro, fanático, desamparado, analfabeto, bandido, criminoso, bandoleiro, terminologia de presença constante na imprensa, quase que simultaneamente passou para as obras produzidas por militares.

> Em se tratando da Guerra do Contestado, pode-se perceber o posicionamento de cada um dos veículos de comunicação da época (1912 – 1916) através de seus componentes ideológicos. Os valores do nacionalismo e do civismo estão presentes de forma explícita ou não nos discursos sobre a revolta sertaneja, refletindo assim um movimento nacional que procurava exaltar esta ideologia a fim de reafirmar a República e a figura dos militares num período conturbado e repleto de incertezas. O jornal Diário da Tarde (Curitiba/PR), por exemplo, dedicava espaços nobres do veículo para a divulgação de depoimentos e notas militares. Nestes espaços, a grandeza das ações militares, em contraste com a crueldade e ignorância dos jagunços do sul, são constantemente exibidas por meio de matérias que ressaltam o heroísmo, a bravura e a superioridade dos "guardiões da ordem" (WOITOWICZ, 1999, p. 16).

Das raízes, a cultura do caboclo-pardo, também conhecido na Região do Contestado como o caboclo cor-de-cuia ou cor-de-pinhão, formou-se no decorrer de longo tempo, de geração a geração, por processo de transmissão da herança cultural - contínua e cumulativa - incorporando: a cultura dos bugreiros, que perseguiam os índios e, a cultura dos bugres da floresta; a cultura dos tropeiros e a cultura dos negros; a cultura do sertanejo e a cultura do campesinato; a cultura do gaúcho farroupilha e a cultura dos caudilhos dos pampas; a cultura dos caçadores e a cultura dos pescadores; a cultura dos maragatos e a cultura dos pica-paus, a cultura dos fazendeiros e a cultura dos peões de fazenda[140].

Depois de vários meses de combates na região, com a liquidação do maior reduto caboclo – o de Santa Maria – em abril de 1915, o Exército Brasileiro dissolveu o Quartel General da Campanha do Contestado e promoveu o retorno das tropas aos respectivos quartéis, aqui mantendo uma coluna, para cooperar com dois destacamentos móveis da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, um na região de Canoinhas e outro na região de Curitibanos e Campos Novos, aos quais se delegou a competência para "limpar" de vez por todas o sertão, considerando que centenas de caboclos haviam sobrevivido às operações de guerra e estavam "foragidos". Foi quando os fazendeiros-coronéis aliados das forças militares, mais uma vez colocaram seus

[140] Depois que os bugreiros ensinaram-lhe como caçar índios e os índios ensinaram-lhe como se refugiar na floresta, depois que os farrapos influenciaram-no com lemas de liberdade e que os legalistas mostraram-lhe que a lei e a ordem eram outras, depois que a Guarda Nacional o ensinou a combater e que o Exército o mandou matar na Guerra do Paraguai, depois que foi atraído pelos ideais federalistas e perseguido por republicanos, que outro temperamento, outro caráter, outro feitio, outra característica, poder-se-ia esperar do Homem do Contestado, senão uma formação guerreira? Se durante décadas e décadas anteriores à Guerra do Contestado, obrigaram-no ao convívio com a violência em guerras e conflitos, que outro tipo de resposta comportamental poderiam dele esperar?

homens (recrutados em esquadrões da Guarda Nacional) à disposição do Exército e da Polícia[141], para participarem das "varreduras" em toda a Região do Contestado.

De abril de 1915 até julho de 1916, a Polícia Militar e os piquetes civis perseguiram, implacavelmente, os últimos remanescentes do Exército Encantado de São Sebastião. Os caboclos que não se entregavam eram caçados como animais. Os detidos eram triados, mandados para a cadeia e, aqueles relacionados como indesejáveis, eram fuzilados em grupo, formando de costas à sombra de imbuias, e seus cadáveres eram queimados em grande fogueiras de grimpas e galhos de pinheiros e folhas e crinas secas de butiás. Suas casas eram saqueadas e incendiadas.

As atrocidades praticadas por tropas do Exército contra o Homem do Contestado nas investidas durante o cerco de 1914-1915, no Timbó, não constam nas ordens-do-dia militares, muito menos nos livros escritos pelos militares. Da mesma forma, as violências e brutalidades, tidas como "legais" nesta fase de "limpeza geral" promovida por ordem governamental, são omitidas dos relatórios oficiais. Nem fotografias e nem folhas em branco foram deixadas para posterior preenchimento. Estas páginas nem poderiam ser por eles escritas, impedidos, certamente, pela vergonha da lembrança.

3.2.2 O cultivo da violência no Contestado

Usando a liberdade que tem, cada cronista ou historiador, no seu tempo, interpretou e narrou as ações e as reações da população regional de antes, durante e de logo depois da Guerra do Contestado - entendida como conflito, questão, guerra civil, insurreição, campanha, movimento ou revolução (dê-se o nome que quiser a ela) - caracterizando-as como violentas, em todos os sentidos. De modo geral, ficou para a História e assim difundiu-se a marca de que as heresias eram violências contra a religião, que os anseios de paz e de justiça social eram violências contra o coronelismo, que os acampamentos e redutos eram violências contra a ordem do mandonismo, que as manifestações pela liberdade da terra eram violências contra o capitalismo e, por aí afora.

[141] No Contestado antigo havia um bom número de caboclos que vivia à soldo dos coronéis, os das vilas e os das fazendas, principalmente dos grileiros de terras. Eram capangas, pistoleiros de aluguel, matadores profissionais que, a troco de uns "cobres", não se importavam em assassinar os desafetos dos poderosos e, às vezes, famílias inteiras de outros "intrusos", só para "limpar o terreno". Constituíam uma minoria, sim, mas seus feitos eram alardeados e suficientes para enlamear a imagem de todo e qualquer outro caboclo.

Aqui, imperou a premissa que para cada ação corresponde uma reação em sentido inverso na mesma proporção. Então, o caboclo do Centro-Oeste Catarinense era violento e seus atos tinham que ser combatidos também com violência e pela força. Rebeldes e desordeiros precisavam ser castigados, jagunços mereciam ser perseguidos, bandidos deveriam ser presos, fanáticos teriam que ser subjugados.

Não é possível negar que, em determinados locais e tempos – não apenas na Guerra do Contestado – uma parcela do caboclo catarinense revelou-se violenta, como fanática, revoltosa, herege, bandida ou jagunça. O que se nega, é que toda a geração cabocla assim possa ser enquadrada, como se o somatório destas manifestações fosse uma sua característica cultural coletiva própria e permanente, em todos os locais e durante todo o tempo histórico. Ora, suas ações e reações aconteceram diante de circunstâncias diferentes. Não se pode generalizar, pois, a toda a população desta parte do Brasil, as observações de Oliveira Vianna, para quem o sentimento de disciplina e o hábito da obediência militar eram características dos grupos apenas no Extremo-Sul.

> No norte e no centro-sul, esse sentimento disciplinar não existe, nem nos próprios chefes do movimento, nem, muito menos ainda, na turbamalta dos chefiados. Estes, nas nossas várias revoluções do norte e do centro-sul, recrutavam-se entre a população rural ou urbana, mas na inumerável legião destes infixos de toda ordem, que constituem a plebe dos campos ou a ralé das nossas cidades. Eram ou caboclos indisciplinados e ociosos, bandoleiros e condutícios, arrebanhados, às centenas, nos sertões do Rio das Éguas, nos campos do São Francisco, ou nas caatingas do nordeste; ou elementos da patuléia de negros, mulatos e pardos, que fervilhava nas baixas camadas rurais das regiões do centro-sul; ou estas matulas de baderneios e fazedores de arruaças, que sempre emergiram, à tona das nossas agitações políticas, nas grandes cidades do litoral. [...].
>
> Por ocasião das irrupções revolucionárias, essa população tumultuária sempre entrou em ação, ali, chefiada apenas por cabecilhas populares, oriundos da mesma classe plebéia e eduicados na mesma escola de indisciplina e anarquia. Os elementos aristocráticos, os elementos da classe superior, ou política, ou senhorial, não desciam com esta plebe ao campo de luta: armavam-na, mobilizavam-na e deixavam-na entegue aos ímpetdos da sua fúria e à truiculência da sua animalidade. (VIANNA, 1987, p. 205).

A contar do seu envolvimento com a Guerra do Contestado, até recentemente, atribuiu-se ao caboclo do Contestado uma fama, ou uma generalizada pecha, de personalidade negativa - a de banditismo - que extravasou fronteiras e alcançou nossos dias. Pouco ou quase nada tem-se vinculado do Contestado com outros acontecimentos históricos que, anteriormente e posteriormente a esta guerra, influenciaram e envolveram os caboclos. Coube às Polícias Militares e ao Exército Brasileiro, organizações associadas às oligarquias do Paraná e de Santa Catarina, vitoriosos na Guerra do Contestado, difundir uma imagem negativa do derrotado e

então desconhecido caboclo catarinense e, por primeiro, apresentá-lo à opinião pública, com toda a sorte de menções pejorativas, como justificativa para a implacável intervenção armada no Contestado, que ceifou milhares de vidas durante três anos.

Em sua obra original, livro publicado em 1916, com o título *Campanha do Contestado; episódios e impressões***,** o cronista militar 2º Tenente Demerval Peixoto, rotulou a seu modo o caboclo catarinense em várias passagens do relatório militar escrito naquele tempo, deixando transparecer, claramente, a visão genérica que os militares brasileiros tinham do nosso Homem do Contestado. A seguir, transcrevemos alguns poucos, mas suficientes, fragmentos literários da obra deste militar, por nós aleatoriamente escolhidos, agrupados e grifados propositadamente:

> "[...] ...a região contestada esteve sempre e se eternizará entregue ao despotismo dos *chefetes locais,* ao desvario de uma sorte inumerável de *crimes mal apurados* e ao desmando de *caudilhos temíveis,* homiziados, fora da alçada da justiça das cidades..."
> "Cidades e vilas inteiras se entregavam aos primeiros piquetes de *bandoleiros assalariados* que as enfrentassem envoltos na comiserável roupagem dos *fanáticos*".
> "Nas povoações do Contestado, os habitantes se sentiam, em regra, incapazes de enfrentar os *fanáticos*, sem a ajuda das forças militares, porque o fanatismo era, finalmente, uma *arregimentação armada, forte e sanguinária,* capaz das mais arrojadas empresas, uma vez que seus elementos eram *originários do crime e da desgraça*: era, incontestavelmente, uma gente que havia descoberto no *bandoleirismo* um dos processos de viver livre do trabalho e da ordem".
> "Primitivamente distintos, os casos dos limites e dos fanáticos estavam emaranhados. Fruto da ignorância, o flagelo avassalou a vasta região contestada; e entre os *fanáticos* de começo e os *bandidos* aliados à desordem estava uma povoação boa que, não tendo garantias dos governos, temia as iras dos *jagunços perversos e vingativos*".
> "A *politicagem, o banditismo, a rapinagem* costumeira [...] embutida na cabeça de alguns *matutos*, ao final, surgiram quase a um só tempo, abruptamente e, ocultos nas avançadas do *fanatismo* que infelizmente ainda lá existe, avassalaram a imensidade do campo".
> "E aí está o surto daquela *rebeldia.* Como de modestíssimo foco de *fanatismo,* certa zona do Contestado se transformou em raias de *bandoleirismo* e núcleos de *rapinagens* descomedidas".
> "A vastidão da área, ao final, povoava uma inumerável sorte de abarracamentos, de redutos e de guardas de *jagunços revoltados.* Ponto de atração de *criminosos e desocupados*..."
> "Os *bandoleiros* agrediam agora as localidades indefesas..."
> "Audaciosos, quais verdadeiras *feras,* os *jagunços* defendem doidamente a entrada de Caragoatá..."
> "Em plena mata, num grotão, o destemido oficial vê-se quase envolvido por um *magote de jagunços destemerosos*..."
> "...e os matos adjacentes estavam coalhados ainda de *bandoleiros,* dispostos aos mais *traiçoeiros ardís*".
> "Cada vez crescente, a exarcebação dos *matutos* deixava convencer que se não tratava mais de agrupamentos de *fanáticos* a dispersar, mas de *maltas de jagunços facínoras e empreiteiros de destruição..."*
> "A *jagunçada* visitara o ..."
> "Logo depois de tomadas as posições dos *jagunços,* os vaqueanos e os soldados promoveram a devassa dos casebres abandonados, na ânsia de encontrarem os mistérios que embalavam aqueles *entes desgraçados*".

Em sua obra, Demerval Peixoto cita ainda, por exemplo, uma parte de uma ordem-do-dia do Major Gameiro, onde consta a morte de um soldado "que, disputado pela *horda de bandidos,* para satisfação de seus *instintos sanguinários,* arrastam-no para seu reduto". Peixoto destaca também parte do relatório do Capitão Potyguara: "Mas, eu, sempre desconfiado e já conhecendo de sobra, há mais de quatro meses, *o caráter infame e traiçoeiro dos facínoras que habitam o Contestado,* tomei ainda maiores precauções..."

De 1917, temos a obra *A Campanha do Contestado,* do 1º Tenente Herculano Teixeira d'Assumpção, publicada paralelamente ao livro de Demerval Peixoto, da qual também extraímos e grifamos:

> "[...]...nos sertões do sul [...] habita uma população numerosa *sem o mínimo resquício de sentimento humano...* [...] O governo não deve se contentar apenas com a vitória das forças legais *sobre os bandidos* do sul..."
> "...amedrontadas com as barbaridades diariamente cometidas contra a vida e a propriedade do povo curitibanense, pelos *piquetes dos bandidos, desejosos de roubo e sedentos de sangue".*
> "Mas entre os sertanejos em armas, perto de cem, prontos a coadjuvar a força legal na sua missão de guerra, estavam muitos dos perseguidos pelo *banditismo infrene e sanguinário*". [...] O *espírito belicoso* dos sertanejos impressionou bem o comando da força".
> "Como os *bandidos* continuassem firmes na sua posição..."
> "...evitando assim a continuação daquela *inglória e difícil luta fratricida".*
> "A *fúria dos bandidos* havia chegado ao máximo limite; famílias inteiras, então por eles respeitadas e cujos chefes se achavam foragidos pelas matas, eram *violentamente arrebatadas* para os seus tenebrosos redutos - *antros asquerosos de sórdida infâmia...*"
> "Era preciso que uma enérgica ação militar puzesse paradeiro a *afrontosa audácia dos bandidos".*
> "...compensando-nos largamente os 14 homens feridos e três mortos, entre praças e vaqueanos, houve para os *jagunços* o prejuízo insanável de 164 mortos, inúmeros feridos e 1.200 casas destruídas".
> "Os *bandoleiros*, pelos indícios, pareciam ignorar a nossa aproximação da sua tocaia".
> "É que, à proporção que crescia o número de mortos e feridos, mais emocionada e ardorosa tornava-se a nossa tropa, num *justo desejo* de castigar o *rancoroso e traiçoeiro inimigo".*
> "Vários dos nossos feridos foram friamente assassinados pelo *facão homicida do bandido rancoroso...*"
> *"*...mais uma vez ficou apenas no rol das boas intenções, aliás patrióticas e abnegadas, a pacificação dos *bandidos do Contestado.* Para eles, pois, *a guerra de extermínio!"*
> "O caboclo era um *facínora completo.* Nem mesmo nos romances eu me lembro de ter lido descrição de *um bandido de tão requintada perversidade, de tão baixos sentimentos, de tão repugnante asquerosidade...".*

Agora, se entendermos que a Guerra do Contestado não foi uma iniciativa de parte dos caboclos, ou uma agressão que veio a provocar a brutal reação militar, e, sim, uma reação cabocla violenta diante de uma série de ações promovidas contra eles pelas forças legais que, escudadas

nos fardamentos e protegidas pelas insígnias, também praticaram atos de violência, teremos uma situação inversa a esta que foi narrada pelos cronistas a soldo do Exército[142].

Entre a geração catarinense-cabocla do tempo da Guerra do Contestado, existiram pessoas que se rebelaram à ordem, insurgiram-se às leis, opuseram-se às autoridades, pessoas que se revelaram fanáticas, que praticaram atos de banditismo, que se compararam aos jagunços nordestinos e, sobretudo, que praticaram violências. Mas não pode a sociedade atual ignorar que a violência era parte integrante da cultura do Homem do Contestado Primitivo, parte de uma cultura incorporada pelas fatalidades bélicas que o envolveram anteriormente, e não uma cultura - ou uma índole guerreira - adquirida e revelada de repente e só durante a Guerra do Contestado. O caboclo do Contestado acolheu vocação para a guerra. E a Guerra do Contestado provocou seus sentimentos, permitindo-lhe extravasar a violência.

Ao longo dos anos, na Região do Contestado, as ditas e sempre rotuladas "forças legais" não só liquidaram os índios, como também bateram os farrapos de Garibaldi, perseguiram os maragatos dos irmãos Saraiva, fizeram guerra de extermínio contra os caboclos-pardos, depois organizaram-se contra a Coluna Prestes... enfim, comportaram-se segundo as cartilhas de uma lei e de uma ordem de difícil assimilação pelo homem do Contestado.

Se inserirmos o homem do Contestado num contexto mais amplo, compreendendo os quatro decênios da República Velha Brasileira (1889-1930), temos que este é um bom momento para levantarmos o fato de que sua ousada rebeldia à opressão dirigia-se, principalmente, às forças oligárquicas dominantes em Santa Catarina, que o usavam - além de tudo o mais - também como instrumento para degenerar e prostituir eleições.

As forças oligárquicas catarinenses eram as estruturas familiares de poder que se disseminaram pelos municípios do Estado a partir da proclamação da República, formando verdadeiros "currais" eleitorais para sustentá-las, através dos coronéis-de-roça e dos chefetes-de-aldeia.

Quando leu "Ordem e Progresso" na bandeira brasileira, o homem do Contestado insinuou pretender o progresso, mas sentiu que, para isso, precisava haver uma nova ordem. Por querer

[142] Então, poderiam ter sido os caboclos-pardos do Contestado que aplicaram a premissa mencionada anteriormente - de que a cada ação corresponde uma reação em sentido contrário na mesma proporção - tendo eles reagido à opressão com a mesma ou maior intensidade da agressão. É tudo uma questão de ponto-de-vista!

mudar a ordem, como havia sido estabelecida pelas estruturas republicanas da época, foi considerado subversivo e desordeiro. E ao tentar reagir, então, foi condenado ao extermínio.

3.2.3 O Acordo de Limites PR-SC

A Força Pública do Estado de Santa Catarina, apoiada por algumas unidades do Exército Brasileiro e por centenas de vaqueanos civis, que lhes foram colocados à disposição pelos fazendeiros-coronéis da região, que queriam "acabar com o fanatismo e o banditismo de uma vez por todas", ainda estava realizando a operação "varredura" no Contestado, no primeiro semestre de 1916, quando o Presidente da República, Wenceslau Braz, tomou para si a iniciativa de tentar um acordo entre os governos de Santa Catarina e do Paraná sobre seus questionados limites.

Somente depois de muitas semanas de intensas negociações no triângulo Rio-Curitiba-Florianópolis foi que o Presidente do Paraná, Affonso Alves de Camargo, e o Governador de Santa Catarina, Felippe Schmidt, chegaram a um ponto comum e assinaram, a 20 de outubro de 1916, na Capital Federal, o "Acordo de Limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina", dividindo o Território Contestado, uma parte para cada um. Na oportunidade, ficou combinado entre os signatários que o documento teria que ser aprovado, por lei, pelas respectivas casas legislativas, para, a seguir, ser homologado e reconhecido na esfera federal.

Depois de propostas de linhas que não foram aceitas, ora por um, ora por outro, o presidente da República propôs a linha que dividia a Vila de União da Vitória pelo meio: divisa pelo Rio Negro, até sua foz no Rio Iguaçu, por este abaixo até a ponte ferroviária, pela estrada de ferro (que atravessa a Vila) até a estrada de rodagem para Palmas, por esta até a ponte sobre o Rio Jangada e por este acima até o divisor das águas, seguindo por este divisor até a Argentina.

> Combinada a solução da 'Questão do Contestado', aceita pelos Estados do Paraná e de Santa Catharina a linha divisoria proposta pelo Dr. Wenceslau Braz - vêm ao Rio de Janeiro para assignarem o 'accôrdo' o Governador de Santa Catharina e o Presidente do Paraná. Foram organizadas diversas festas commemorando o grande acto em pról da unidade nacional. Estava resolvido o litigio, combinado o accordo... (FLEMING, 1938 *apud* COSTA, 1987, p. 82).

Revoltado com o Acordo de Limites o Deputado paranaense Júlio Cleto da Silva percorreu os municípios da região paranaense, colhendo assinaturas para o projeto-de-lei que se propunha a apresentar ao Congresso Legislativo do Estado, conforme a Constituição, para a

emancipação do Território Contestado, originando, nele, o "Estado das Missões". É o próprio deputado quem conta:

> [...] Para esse fim dirigi-me a Palmas e Clevelandia, onde fiz ver aos meus coestaduanos que ainda nos restava o recurso da emancipação; e, para isso, obrigava-me a apresentar ao Congresso uma representação, firmada por centenas de cidadãos, os quaes, na sua maioria, correligionarios da facção dominante, se manifestavam e continuam a manifestar-se contra o accordo, feito ao bel prazer do Snr. Wenceslau Braz, que, por desconhecer por completo esta região, traçou as mais disparatadas divisas, com as quaes não podem e nem devem conformar-se os paranaenses, pois não passam de uma monstruosidade que de forma nenhuma poderá ser com agrado acceita pelos habitantes da região, máo grado os pregoeiros do Brasil unido e forte, os quaes entendem não ter o povo direito de se oppor contra semelhante estropeamento (SILVA, 1920, p. 52).

Pela sua posição contrária ao acordo, o deputado Cleto da Silva passou a ser perseguido pelas autoridades de Curitiba. Então, no decorrer de junho de 1917, foi articulada politicamente a emancipação do Contestado, a partir de um levante popular nas principais cidades do Sul e Sudoeste Paranaense e, do Centro-Oeste e Norte Catarinense:

> Rio Negro, União da Victória, Palmas, Clevelândia, Trez Barras, Timbò, Vallões, Xanxerê e até Curitybanos, Campos Novos e Canoinhas, (estas tres ultimas localidades sob a jurisdicção catharinense) desejavam a desintegração do territorio para a formação de um novo Estado: todas de pleno accordo com o projecto de lei que apresentamos ao Congresso Legislativo do Paraná. Assim é que, nas mencionadas cidades e villas, os elementos de prestigio se dispunham a coadjuvar o movimento planejado (SILVA, 1920, p. 151).

A conflagração do território litigioso, ou zona litigiosa, se daria, fatalmente, por uma insurreição armada, caso as assembléias estaduais e o governo federal finalmente homologassem o acordo de outubro de 1916, como deveriam fazer para que entrasse em vigor.

A 30 de julho de 1917, em União da Vitória, Cleto da Silva liderou de vez o movimento de sublevação popular, com quase 200 adesistas contra o acordo e as decisões dos governos estaduais. Para evitar combate com as forças militares do Paraná e do Exército, que imediatamente se organizaram para atacá-los, os líderes do movimento decidiram deixar a cidade. O grupo, então reduzido a apenas 22 pessoas, partiu para Nova Galícia, uma colônia de imigrantes e estação da estrada-de-ferro.

> A 31 do mês citado, os anti-acordistas, apoderam-se da Estação de Nova Galícia - linha sul, mandando desmanchar alguns metros da linha férrea, o que ocasiona a parada do Expresso que vinha do Sul, tendo porém, os próprios insurretos, mandado concertar ligeiramente o trecho danificado, a pedido dos passageiros desse comboio, entre os quais, soldados do 57º de Infantaria, soldados da Força Militar do Paraná (SILVA, 1933, p. 144-145).

Em Nova Galícia, os líderes da coluna - Cleto da Silva, Luiz Fabrício Vieira (filho do Coronel Manoel Fabrício Vieira), Manoel Horácio de Brito, Modesto Cordeiro e Eneas Borges

dos Santos - telegrafaram ao Major Américo Abreu Lima, Comandante da força federal que estava acantonada em Porto União da Vitória:

> Revoltados contra o malfadado e infamanete accordo [...] para que sejam reconhecidos os nossos direitos nesta cruzada patriotica, que traz por unico objectivo a independencia deste territorio a constituir-se em Estado da Federação, vimos appellar, repetimos, para os vossos sentimentos, afim de que sejaes o nosso intermediario perante os poderes da Republica, neste momento, evitando assim a luta fraticida, o derramamento inutil de sangue de tantos patriotas sinceros, que bem caro venderão suas vidas em pról da defeza de seus direitos.
> Será prudente evitardes a vinda de trens, porque em nossa defeza lançaremos mãos a todos os recursos.
> Precisa ficar patente: não somos saqueadores, não difamamos lares, não atacamos propriedades; queremos exclusivamente ver garantidos nossos direitos de cidadãos. [...]
> Não atacaremos forças Exército, mas collocamo-nos na defensiva (SILVA, 1933, p. 153).

Os revoltosos deixaram Nova Galícia e rumaram para a Estação de São João (hoje cidade de Matos Costa), ali permanecendo quatro dias, de onde seguiram em direção aos campos de Palmas, acampando numa garganta de serra, em Rio Preto, 17 km adiante. Nesta área, o grupo foi reforçado por grande número de adesistas, constituindo uma força armada considerável.

Na cidade de União da Vitória, contingentes militares vindos de Ponta Grossa e Curitiba, somando dois mil homens, prepararam-se para enfrentar os revoltosos. Para Nova Galícia, foram enviados 300 soldados de Infantaria e 80 de Cavalaria. Para a Estação de Calmon, deslocaram-se 120 soldados de Infantaria. Outros contingentes foram colocados nas principais estações ferroviárias ao longo do Rio do Peixe, em Rio Caçador, Rio das Antas, Rio das Pedras, Rio Bonito e Erval, até a estação de Marcelino Ramos (no Rio Grande do Sul), esta guarnecida por forças da Brigada Militar gaúcha.

Neste meio-tempo, o Governo Federal, à vista das leis estaduais que aprovaram o "Acordo de Limites", de 1916, editou o Decreto nº 3.304, de 3 de agosto de 1917, homologando a decisão e colocando ponto final na questão. Diante disso, concitou os revoltosos, através de um manifesto, a deporem as armas, pedindo a paz entre os "valentes patrícios", alertando que todos deveriam se unir e se preparar para futuros combates juntos, pois, possivelmente, poderiam vir a ser convocados para "atuar no conflito internacional que ensangüenta o velho mundo", ou seja, na I Guerra Mundial.

No dia 9 de agosto, o grupo rebelde acampou na Fazenda Horizonte e, reforçado por piquetes civis formados por peões de grandes fazendeiros da região, no dia seguinte rumou para Palmas, com a intenção de atacar a cidade. Após tiroteios nas cercanias do Rio Caldeiras, entre

defensores e atacantes, no dia 12, o grupo preferiu desviar Palmas e seguir em direção a Clevelândia, sendo perseguido pelas forças militares, ali acampando no dia seguinte, onde, a 14 de agosto, depois de se avaliar o empreendimento, foi decidida a dissolução do elemento revolucionário. Era o sepultamento da idéia da criação do "Estado das Missões".

3. 3 AS QUESTÕES AGRÁRIAS NO CONTESTADO

Quando o Império do Brasil fez ao engenheiro João Teixeira Soares a concessão para a construção de uma estrada de ferro entre Itararé e Santa Maria e mais dois ramais, cedendo-lhe, gratuitamente, terras nacionais e devolutas, mesmo as compreendidas dentro de sesmarias e posses, numa zona máxima de até 30 km para cada lado do eixo da ferrovia, entre outras exigências, vinculou a obrigatoriedade de se estabelecer, em 15 anos, até 10 mil famílias de agricultores nacionais e estrangeiros, definindo que 15% das famílias deveriam ser brasileiras e as restantes, de imigrantes europeus ou das possessões portuguesas e espanholas[143].

O Governo Imperial elaborou um plano, segundo o qual, cada uma das 10 mil famílias teria direito a um lote de 10 hectares, no mínimo, a uma casa construída, aos instrumentos usados na lavoura, móveis rústicos, utensílios indispensáveis para a lavoura, alguns animais, aves domésticas e auxílio necessário para o sustento até a primeira colheita, no prazo de seis meses. O preço dos lotes seria fixado em vista da qualidade das terras, e todas as despesas para a instalação das famílias constituiriam a dívida de cada uma, a ser paga em prestações, após um ano do estabelecimento. Seriam expedidos títulos provisórios, ficando os lotes hipotecados até o pagamento final, quando então se entregariam os definitivos títulos de propriedade. A ferrovia receberia uma subvenção de 250$000 por família de imigrantes estrangeiros, composta de, no mínimo, três pessoas, válidas para o serviço agrícola, e 200$000 por família tida como nacional. Logo que um núcleo tivesse 30 ou mais famílias, deveriam ser construídas uma escola e uma capela.

De acordo com a Lei nº 514, desde 1848, o Império podia-se desfazer das terras devolutas, que eram consideradas "nacionais" cabendo-lhe o direito exclusivo de vendê-las ou cedê-las gratuitamente a quem lhe conviesse, ficando para as províncias o domínio sobre apenas

[143] Diante desta percentagem, temos que a empresa teria que instalar nas margens dos trilhos 1.500 famílias brasileiras e 8.500 famílias estrangeiras.

360 mil hectares de terrenos devolutos, estes então "provinciais", conforme determinava a Lei nº 3.396.

3.3.1 As Propriedades Imobiliárias da Estrada de Ferro

A concessão original para a construção da ferrovia foi confirmada pela República mas retificada em alguns pontos. Mesmo assim, manteve os incentivos à construção, principalmente o que incluía a doação de terras ao engenheiro João Teixeira Soares, só que, agora, ao invés da faixa de 60 km de largura, reduziu-a para 30 km. Depois, fixou a concessão como sendo o equivalente a uma área cuja superfície deveria ser igual ao produto da extensão quilométrica multiplicada por 18, ou por nove quilômetros de cada lado do eixo da linha, desde que os terrenos escolhidos e demarcados se situassem dentro de uma zona com extremos, no máximo a até 15 km do mesmo eixo. Tornou sem efeito as cláusulas do decreto primitivo concernentes ao estabelecimento de famílias de agricultores e, ampliou o prazo de 15 para 50 anos, para que fosse promovida a colonização nestas terras.

Pela primeira Carta Magna da República, todas as terras devolutas passaram para os Estados, tendo a União reservado "sómente a porção de territorio que fôr indispensavel para a defesa de fronteiras, fortificações, construcções militares e estradas de ferro federaes" (art. 64 da Constituição de 24/02/1891). Os Estados assumiram as terras devolutas situadas em seus respectivos territórios, com amplos poderes de administração[144].

Confirmado, o traçado da futura ferrovia foi tornado público, com o que os governos dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conheceram-no com antecedência. Mas, alegando não estar o projeto reconhecido definitivamente e, usando do direito que lhes concedia a Constituição da República e a faculdade que lhes outorgavam as constituições estaduais, os governos do Paraná e de Santa Catarina passaram a alienar grande parte dos terrenos devolutos – antes "nacionais" e agora "estaduais" - inclusive aqueles compreendidos na faixa privilegiada da futura estrada. Agiram desta forma, primeiro, porque

[144] Omitindo-se de reservar especificamente as terras que havia concedido a empresas ferroviárias particulares, como a de Teixeira Soares, a Constituição deixou margem a dúvidas de interpretação: poderia o Governo Federal ter passado aos Estados "todas" as terras devolutas, se parte delas já estava compromissada? Os Estados estariam obrigados a respeitar as concessões anteriores, feitas pelo Império, ou deveriam firmar suas posses sobre o "tudo" o que ganharam e, depois, legitimar as terras aos concessionários?

cada qual queria garantir domínio sobre as terras contestadas e, segundo, porque relutavam em reconhecer os direitos do empreendimento ferroviário sobre tão vasto território, que lhes havia sido cedido pela União.

Em 1900, o governo do Estado de Santa Catarina entrou com representação contra o Estado do Paraná no Supremo Tribunal Federal, abrindo judicialmente a "Questão de Limites" ao reivindicar seu direito sobre as terras do Planalto, localizadas ente os rios Iguaçu e Uruguai, ação esta que não foi levada em conta pela Presidência da República. Em 7 de março de 1901, ao consolidar toda a legislação até então existente sobre a concessão à EFSPRG, pelo Decreto nº 3.947, ao invés de aproveitar o momento para também esclarecer dúvidas junto aos Estados e à Companhia sobre a prevista futura cessão de terrenos devolutos, a União omitiu-se mais uma vez, contentando-se em reproduzir, em cláusula, as mesmas disposições anteriores:

> Allem do privilegio, a companhia goza da cessão gratuita de terrenos devolutos e nacionaes, e bem assim os compreendidos nas sesmarias e posses, excepto as indemnizações que forem de direito, em uma zona maxima de quinze kilometros para cada lado das linhas de que se trata, contanto que a area total não exceda á que corresponder á media de nove kilometros para cada lado da extensão total das referidas linhas. A estrada de ferro deverá utilizar esses terrenos dentro do prazo de cincoenta anos, a contar da data da concessão, sob pena de perder o direito aos que não tiveram sido utilizados ao findar aquelle prazo (Decreto nº 3.947 de 07/03/1901).

Em resumo, pelo novo plano, o povoamento deveria ser efetuado mediante a localização definitiva das famílias de imigrantes, formando núcleos ou linhas coloniais, isto é, estradas de rodagem ladeadas de lotes. A escolha das localidades mais apropriadas aos núcleos obedeceria a prévio estudo de todas as circunstâncias essenciais ao seu desenvolvimento, atendendo especialmente a benignidade do clima e salubridade, abundância, a qualidade e distribuição das águas, condições orográficas, natureza e fertilidade das terras e sua aptidão produtiva; extensão em matas, capoeiras, campos e culturas; área disponível e tudo quanto fosse de interesse. Para cada seção de 100 quilômetros, previa-se a organização de cinco núcleos coloniais, cada um com, no mínimo, 100 lotes rurais, que seriam vendidos aos imigrantes mediante pagamento à vista ou a prazo, em preços que dependeriam de aprovação do governo. Nestes núcleos, a EFSPRG deveria proporcionar aos imigrantes todos os meios ao seu alcance para o melhor beneficiamento dos produtos, animando a criação e o incremento de pequenas indústrias, promovendo o estabelecimento de escolas de instrução primária e profissional gratuita, de campos de experimentação e demonstração, construindo templos religiosos para os cultos professados. A

juízo do governo, quando um núcleo exigisse o preparo de uma sede ou futura povoação, a Companhia deveria fundá-la, com os competentes lotes urbanos.

A partir de 1908, os agrimensores contratados pela Companhia para realizar a demarcação das terras a que tinha direito, defrontaram-se com a maior parte delas ocupadas, com pessoas ostentando títulos legais de sesmarias, posses e domínios, uns expedidos ainda antes de 1889 pelo Império e, outros, após 1891, pelo Paraná e por Santa Catarina. Entendendo que a cessão gratuita promovida pelo Governo Federal deveria ter sido respeitada pelos Estados, o Sindicato Farquhar, então, deixou claro à União que se dispunha a pleitear na Justiça as terras ao longo das linhas, acionando também os governos estaduais para reaver aquelas que foram concedidas a particulares posteriormente à concessão original.

Na década de 1890, quando os governos do Paraná e Santa Catarina foram comunicados de que a futura ferrovia de Itararé a Santa Maria atravessaria o Território Contestado a partir do Rio Iguaçu, cruzando o Rio Uruguai na altura do Passo de Goi-En ou no Estreitinho, fazendeiros e especuladores, moradores ou não na região, já haviam tratado de legalizar a posse de terras, diante da possível expectativa de as perderem para a ferrovia. A partir daí a Companhia "[...] tentou inutilmente, várias vezes, reaver as terras abusivamente concedidas pelos Estados a outros particulares, chegando ao ponto de quase desanimar, convencida da improficuidade de seus esforços[145]".

Do total da extensão Itararé-Rio Uruguai, 511 km ficavam dentro do território do Paraná e 372 km na região contestada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. Na época da inauguração da estrada, em plena questão de limites, as terras da margem direita do Rio do Peixe eram administradas pelo Paraná, através dos municípios de Porto União da Vitória e de Palmas, enquanto que as da margem esquerda (por onde passaram os trilhos) estava sob controle de Santa Catarina, pelos municípios de Curitibanos e de Campos Novos. Assim, as reclamações da Brazil Railway Company se dirigiram ao Estado do Paraná, reivindicando a entrega de 9.198 km² de terras, correspondentes aos 511 quilômetros integrais da linha em seu território e, mais 3.348 km² da sua metade ocidental na Região do Contestado, e se voltaram a Santa Catarina, na reivindicação de 3.348 km² dos terrenos marginais orientais ao longo do Rio do Peixe. Do total dos 15.894 km², então, 6.696 km² estavam no Contestado, representando 276.694 alqueires.

[145] Como consta em correspondência de 6 de maio de 1911, do Engº Alberto Sengés à Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro.

A Companhia respeitou muitas posses antigas, e seus agrimensores demarcaram então as terras tidas como abandonadas, sempre ao longo da faixa dos trilhos e na área máxima de até 30 quilômetros. Terminadas as demarcações, a companhia concluiu que, na zona privilegiada, faltavam muitas centenas de quilômetros quadrados. Nova demarcação foi feita, desta vez com o emprego de processos obscuros, ganhando a Companhia mais algumas porções. Escolhida uma área, a companhia a demarcava e a seguir entrava em ação em juízo para dela de apossar. Como as publicações dos editais eram feitas em jornais e não chegavam ao conhecimentos dos antigos e analfabetos moradores, estes nada ficavam sabendo e, sem poder reclamar nem ao menos usucapião, eram "convidados" a sair.

Nos jornais da região, consta um destes "editais", publicados no segundo semestre de 1911, como em *O Palmense*, de Palmas, e em *O Libertador*, de Campos Novos:

> [...] Este faz saber a todos que é expressamente proibido invadir ou ocupar os terrenos pertencentes a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, situados em ambas as margens do Rio do Peixe e em outras localidades onde, por concessão estadual, a Companhia Estrada de Ferro possue terras que já foram ou estão sendo medidas e demarcadas por ela. [...]. A Companhia procederá judicialmente contra os invasores, tornando-os responsáveis por perdas e danos (*Apud* HEISNFELD, 1996, p. 116).

Fazendo as devidas contas, a companhia tinha direito, então, a nada menos do que 1.589.400 hectares, ou a 656.778 alqueires paulistas, ou a 65.523 colônias. Na época, o preço médio de cada hectare era de Rs. 2$000, o que dava um total de 3.178:800$000. Dez anos depois, em 1920, estas terras estavam sendo vendidas a 1:000$000 por colônia, elevando seu valor para 65.523.500$000, ou seja, vinte vezes mais[146].

A 17 de dezembro de 1910, a EFSPRG entregou ao tráfego a Linha Sul, de Itararé ao Rio Uruguai, com os 372 km construídos entre os rios Iguaçu e Uruguai. Neste tempo, a construção do Ramal de São Francisco estava em obras entre Rio Negro e Três Barras e, pronto, o trecho de 211 km de Rio Negro ao porto oceânico. Ainda neste ano, o Supremo Tribunal Federal confirmou as decisões de 1904 e de 1909, reconhecendo que as terras das margens esquerdas dos rios Negro e Iguaçu pertenciam a Santa Catarina, e não ao Paraná, cujo governo negou-se a entregar a administração do território para os catarinenses.

---

[146] Em 1930, já se vendia cada colônia a 3:500$000, o que eleva o valor das terras a 229.330:500$000, sem contar a madeira. Por estes valores astronômicos, entende-se o interesse do Sindicato Farquhar em obter prévia e gratuitamente do poder público as terras marginais aos trilhos, mesmo por vias judiciais, como de fato fez nos anos seguintes.

A questão pela posse das terras devolutas na Região do Contestado chegou ao auge em 11 de fevereiro de 1911, quando o Governo do Estado do Paraná reconheceu os direitos da EFSPRG sobre seus haveres de terras devolutas mencionadas na concessão, assim atendendo a reclamação da empresa datada de 16 de novembro de 1908. Sabendo disso, com três decisões do STF a favor de Santa Catarina, a 30 de março, o Governador Vidal Ramos Júnior, tomou firme posição, requerendo da União que se resolvesse de uma vez por todas o caso, de acordo com os compromissos e intenções do Governo Federal e interesses do estado.

Como o requerimento do governador catarinense estava muito bem fundamentado, precedido de diversos pareceres que lhes foram favoráveis na relutância de entregar as terras à ferrovia, formou-se no Rio de Janeiro um volumoso processo, que durante meses percorreu gabinetes de departamentos, ministérios e de jurisconsultos, terminando, afinal, a 30 de dezembro de 1911, com o "Parecer do Consultor Geral da República", o qual, de parte da Presidência da República, tornou-se a expressão da opinião presidencial e, porque não dizer, sua "palavra final" sobre o assunto. Infelizmente para Santa Catarina, o Consultor Geral da República assim encerrou seu parecer:

> Sou de parecer que a Companhia S. Paulo-Rio Grande está no pleno direito de reclamar as terras devolutas e nesse sentido se deve responder ao officio do Governador do Estado de Santa Catharina que, certamente, em seu alto critério e animado espírito de tolerância, que se reflecte no memorial que se dignou enviar ao Governo Federal, encontrará os meios para resolver de modo amigavel e conveniente a reclamação da Companhia (do texto original).

Ainda assim o Estado de Santa Catarina não reconheceu os direitos da Companhia. Estava o governo numa posição difícil, pois anos antes havia cedido muitas das terras devolutas, situadas na faixa reclamada, a outros particulares. Teria que anular seus próprios atos anteriores, atraindo a ira e a revolta daqueles que nelas estavam ou daqueles que as haviam comprado para especulação.

Por seu turno, tendo reconhecido os direitos da Companhia, o Estado do Paraná permitiu que fossem demarcadas diversas áreas ao longo das margens do Rio do Peixe e, julgando-se estar no pleno direito de administrar as terras contestadas, a contar de janeiro de 1911, começou a expedir à Brazil Railway Company os títulos de propriedades referentes aos terrenos prometidos, demarcados em ambos os lados da ferrovia, nas duas margens do Rio do Peixe, mesmo à revelia do governo catarinense.

A 20 de outubro de 1916, chegava ao fim a questão de limites, quando os governadores dos dois estados assinaram o acordo que dividiu ao meio o Contestado. Para formalizar o ato, faltavam as respectivas aprovações das assembléias e a homologação pelo Congresso Nacional. Enquanto isso não acontecia, o Paraná aproveitou para expedir mais títulos de propriedade das terras demarcadas pela Companhia, aproveitando-se do acertado na cláusula 9ª do Acordo de Limites, pela qual "serão respeitados e mantidos pelo Estado de Santa Catharina todos os direitos privados, creados até hoje no território que passa á sua jurisdicção, por actos regulares legislativos ou executivos do Estado do Paraná".

Como a EFSPRG também construiu mais um ramal, além do de São Francisco, igualmente ligado à Linha Sul, o chamado Ramal do Paranapanema, entre Jaguariaiva e Ourinhos, em território paranaense, depois de 1910, sob contrato com as mesmas condições da concessão federal, que lhe dava direito aos terrenos marginais à linha, entendeu o Governo do Paraná estar "obrigado" a conceder à Companhia as terras devolutas correspondentes. Aparentemente, isso nada teria a ver com o Território Contestado, mas, como a Brazil Railway Company reivindicasse os extensos territórios que lhe cabiam pelas concessões e pelos contratos, o Estado do Paraná procedeu a um levantamento das terras devolutas existentes na região. Feito o levantamento, constatou-se que no trecho de Itararé a União da Vitória havia um mínimo de terras disponíveis para completar a metragem compromissada.

Muito bem assessorado por influentes advogados-políticos, como Affonso Alves de Camargo (que em seguida viria a ser Governador deste Estado), o grupo Farquhar propôs ao Paraná que a área faltante na zona privilegiada fosse compensada por outras terras devolutas, situadas fora da faixa. Isso foi feito ainda em 1911 de modo a harmonizar os direitos e a respeitar as concessões de mais terras.

> O Paraná já havia perdido o território do Contestado para Santa Catarina por decisão do Supremo Tribunal Federal. Mas, a posse desse território ainda estava em suas mãos pois a sentença ainda não havia sido executada. Resolveu então titular aos norte-americanos de preferência as glebas de terras que provavelmente passariam para a administração catarinense. Nos anos de 1911, 1912 e 1913, extensas glebas foram tituladas de preferência no oeste do que hoje constitui o Estado de Santa Catarina (WACHOWICZ, 1985, p. 178).

A Companhia passou a demarcar e se apossar de mais terrenos em outras regiões e, qual não foi a surpresa de Santa Catarina, ao saber que tais terras situavam-se ainda dentro do Contestado, entre os rios Iguaçu e Uruguai, nas proximidades da divisa com a Argentina. Os catarinenses reclamaram e os paranaenses argumentaram que só haviam permitido a demarcação,

sem ainda terem expedido os títulos de posse. “Para evitar gravíssimos problemas de desapropriação, o Govêrno do Estado e a companhia construtora concordaram em que a compensação fôsse em terras devolutas, onde quer que elas existam no Estado” (WACHOWICZ, 1984, p. 52). As propriedades que o Paraná titulou para a EFSPRG, chegaram ao total de 10.686.162.540,00 m². entre 1911 e 1918. Depois, o Paraná titulou, ainda, outras terras para a EFSPRG, como a gleba Missões, com área de 4.257.100,00 m², localizada no Município de Clevelândia, em 1920, mais as glebas Chopinzinho, Silva Jardim e Andrada, também no Sudoeste.

3.3.1.1 Nos Terrenos do Planalto Norte

Como a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande precisava da madeira para a construção das linhas, tanto no Vale do Rio do Peixe como no Ramal de São Francisco, quando da consolidação das leis, decretos e contratos da União com a EFSPRG, em 1901, o governo havia estendido a cessão gratuita das terras devolutas marginais à ferrovia, situadas na faixa de até 15 km para cada lado, também ao ramal que deveria construir para ligar a Linha Sul (tronco) ao porto de São Francisco. Em 1903, a Companhia recebeu autorização especial do governo para explorar a madeira existente na “zona privilegiada” dos terrenos devolutos localizados a até 15 km do eixo, tanto no Ramal de São Francisco, como na Linha Sul, ao longo do Rio do Peixe.

Enquanto a EFSPRG estava sob controle administrativo brasileiro e as obras de construção ainda não tinham chegado à Região do Contestado, não havia conflito sobre as terras que, aliás, sobravam, mas o assunto terras-madeiras-colonização veio à tona em 1907, depois que o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande foi absorvido pela *Brazil Railway Company*, a holding do Sindicato Farquhar no Brasil. O grupo norte-americano/canadense logo cobiçou a “terra prometida” e resolveu fazer valer os direitos adquiridos da EFSPRG sobre as terras marginais às suas linhas e tudo o que sobre elas existisse.

O Sindicato Farquhar tentou desvincular a cessão das terras do contrato de construção da ferrovia, deixando a EFSPRG com a única finalidade de construí-la e explorá-la, resolvendo estabelecer uma nova empresa para o cumprir o disposto sobre a colonização. A 8 de maio de 1907, a nova administração da Companhia enviou requerimento ao governo, solicitando autorização para transferir ditas terras a uma empresa especializada em colonização, alegando

não lhe ser possível o desenvolvimento de suas vias férreas, sem o povoamento das terras marginais.

No mês de junho de 1907, a União houve por bem fixar novas normas para a colonização das terras ao longo da ferrovia, através do Decreto nº 6.533, de 20 de junho de 1907, não concedendo licença para a constituição da nova empresa pretendida por Farquhar. A União não concordou com este pedido, reafirmando sua disposição, determinação e propósito de que o estabelecido na concessão original deveria ser respeitado, com o que a própria Companhia estaria obrigada a promover a criação dos núcleos coloniais. Por este decreto, o povoamento teria que ser empreendido unicamente pela ferrovia, independentemente de qualquer iniciativa do Governo Federal ou dos Estados, de associações ou de particulares.

Em 1909, finalmente, o Sindicato Farquhar criou a sua projetada empresa colonizadora, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company,* mas alteradas as finalidades da idéia original do novo empreendimento. Se antes justificava que pretendia uma empresa só colonizadora, agora mostrava a real intenção: uma madeireira e colonizadora. Com o argumento de que à EFSPRG caberia apenas a construção e, depois, exclusivamente a exploração do transporte ferroviário, Farquhar requereu e obteve licença oficial ainda neste ano para instalar a *Lumber Company* dentro da área prometida à ferrovia, objetivando a extração de madeiras nas terras marginais aos trilhos, sob a promessa ao governo de cumprir, em comum acordo com a Companhia, as cláusulas contratuais assumidas pela EFSPRG de nelas promover a fundação de núcleos coloniais, 85% deles destinados a imigrantes, mas só depois de extrair a abundante madeira de pinho, imbuia, cedro e canela.

Farquhar tentou também obter do Governo Federal a transferência para a *Lumber* da cessão gratuita das terras situadas ao longo do Ramal de São Francisco, por fazerem parte dos ditos "direitos adquiridos" da EFSPRG, alegando que as empresas pertenciam a um só grupo, porém não conseguiu seu intento. A empresa ganhou apenas o direito de extrair árvores na "zona privilegiada", enquanto que as terras continuaram com a EFSPRG.

A partir de 1911, os trabalhadores recrutados no Sudeste do País para a construção da ferrovia, no trecho entre os rios Iguaçu e Uruguai, que haviam decidido permanecer na região – estes, novos habitantes do Vale do Rio do Peixe, tidos como intrusos – começaram a ser enxotados das margens da via férrea, quando a Companhia ordenou a desocupação dos terrenos já demarcados, a fim de iniciar a fase de colonização, pois seu compromisso maior era com

imigrantes europeus e não com brasileiros. Nas terras da *Lumber,* ao Norte, a situação era idêntica, agravada pelo emprego exagerado da força bruta. Os ex-trabalhadores eram considerados forasteiros e não havia lugar para eles. A solução foi adentrarem o mato, à procura de pedaços de terras onde não fossem incomodados. E neste vasto sertão encontraram-se com caboclos, muitos dos quais também haviam sido expulsos das terras que habitavam há anos e que estavam sendo ameaçados de despejo. Sertanejos nativos e ex-operários da EFSPRG partilharam do sofrimento, pois onde se instalassem, logo aparecia um proprietário a reclamar de suas presenças. As terras devolutas que sobraram da demarcação pela Companhia caíram em mãos de gananciosos políticos e fazendeiros, pouco restando para estes excedentes, tidos como desclassificados sociais[147].

Ainda enquanto o Território do Contestado estava sendo disputado pelos dois Estados, o Paraná decidiu titular diversas glebas de terras, tidas como devolutas, ao Sul do Rio Iguaçu (hoje em Santa Catarina), então localizadas nos municípios de Palmas e de Porto União da Vitória, para a EFSPRG, para completar o volume de terrenos que a Companhia tinha direito de receber gratuitamente, por força da concessão federal de 1889, ratificada em 1890. Todas elas, destinadas à colonização, situavam-se próximas às linhas ferroviárias, assim também servindo ao intento de abastecer a *Lumber Company* com a cobiçada madeira. Segundo as escrituras, eram seis imóveis, totalizando 771.240.295,00 m², que foram de pronto titulados para a empresa *Brazil Development and Colonization Company,* que se encarregou de, em parte, colonizá-las diretamente, através do Escritório em Nova Galícia. A maior porção, entretanto, foi repassada à Colonizadora H. Hacker & Cia. Ltda. e à Colonizadora Metzler. O alemão Henrique Hacker, associado a Augusto Scherer, também adquiriu extensa área nas proximidades da estação ferroviária de Erval (hoje Herval d'Oeste), onde implantou a Colônia Bom Retiro (com sede no lado direito do Rio do Peixe, hoje Luzerna), com 40 mil hectares.

Em 24 de julho de 1915, através do Decreto nº 11.648, o governo tornou sem efeito a concessão de terras devolutas à EFSPRG ao longo do Ramal de São Francisco. A partir desta

[147] Fossem o que fossem, ex-trabalhadores da ferrovia ou ex-agregados das fazendas, bandidos foragidos da justiça ou pacatos lavradores e criadores, eram homens fortes, de brio, habituados tanto ao manejo da picareta, do laço, como da faca. Desprezados, perseguidos, abandonados à própria sorte, passaram a odiar os usurpadores de terras que não lhes permitiam um lugar ao sol. Com um misto de tristeza e de raiva, viam o governo apoiar a Companhia na promoção de núcleos coloniais, onde estrangeiros se estabeleciam nas terras que antes ocupavam, viam os colonos serem protegidos e assistidos, enquanto eles, verdadeiros homens da terra, não eram considerados, nem se lhes dava atenção

data, então, a Companhia ficou sem as terras marginais dali, e a Lumber sem as árvores que nela vegetavam. Não conseguindo se apoderar dos terrenos vinculados à ferrovia para a extração vegetal e, restando-lhe "apenas" as terras que havia comprado, a Lumber ampliou mais um pouco suas propriedades, continuando a adquirir de sesmeiros e posseiros outros imóveis localizados ao Sul dos rios Negro e Iguaçu, entre as vilas de Rio Negro e Porto União da Vitória, nas proximidades dos trilhos. Só depois de extrair as árvores grandes (pinheiros, imbuias, cedros e canelas) das suas terras, é que a *Lumber Company* começou a fragmentá-las e a vendê-las.

Os terrenos ainda cobertos pela vegetação nativa também começaram a ser vendidos, mas, nestes, a madeireira reservava o direito de extraí-la. Entre 1935 e 1940, a empresa já havia conseguido atrair compradores para 13.720 hectares com reserva para o corte futuro.

Ao assumir o Governo do Estado em 1926, Adolpho Konder editou legislação com novas normas disciplinadoras à divisão de glebas em lotes, estabelecendo que, em terras colonizadas, os lotes para colonos deveriam ser de até 100 hectares (41 alqueires), para madeireiros até 206 alqueires e, sem limite, para campos de criação de gado:

> Art. 1º - Todos os concessionarios que obtiverem terras do Estado para colonisar, bem como todos os proprietarios que pretendam dividir suas terras em lotes coloniaes afim de povoal-as com lavradores, são obrigados a fornecer as plantas dos lotes projectados aos Agentes do Commissariado Geral dos respectivos Districtos em duas vias, na escala 1:10.000 sendo uma via archivada e a outra restituida aos colonisador com o visto do respectivo Agente.
> Art. 2º - Considera-se colonizada a parte subdividida em lotes de 25 a 100 hectares, quando se tratar de terras de lavoura; em lotes de 100 a 500 hectares, quando se tratar de terras apropriadas somente á industria extractiva, e em parcellas de 100 a 1000 hectares ou mais, quando se tratar de terras aproveitaveis somente para a industria pastoril (Lei nº 1.542, de 15/10/1926).

Desnecessário dizer que esta lei não foi respeitada na íntegra, pois muitos compradores não-lavradores (madeireiros) chegaram a adquirir áreas superiores a mil alqueires, para isso usando familiares, parentes ou amigos como intermediários para o artifício de comprar lotes conjugados.

3.4 A EXPANSÃO DO CAPITALISMO PELA COLONIZAÇÃO

Para efeitos didáticos, dividimos o antigo espaço livre do Planalto Catarinense em regiões histórico-geográficas, cujos limites nada têm a ver com as atuais divisões microrregionais

oficiais. Há quem designe como "Oeste Catarinense" toda a parte Ocidental do Estado, de Lages à Argentina, até porque, antigamente, tudo era "Território Contestado". Nós, entretanto, dividimos o "Grande Oeste" em três partes: o Centro-Oeste (Região do Contestado) o Oeste propriamente dito (onde se destacam Chapecó e Xanxerê, entre outros municípios) e o Extremo-Oeste, na faixa de fronteira com a Argentina.

Este abordagem envolve mais as terras do setor Meridional-Ocidental do Centro-Oeste (área do Baixo Rio do Peixe e do Alto Rio Uruguai), além de mencionar também as terras do Oeste e do Extremo-Oeste, pois boa parte das histórias das suas colonizações está intimamente vinculada à EFSPRG.

Retomemos ao fato de que no início de 1912 a *Brazil Development and Colonization Company*, havia sido autorizada a se estabelecer no país, destinada a promover a colonização[148] nos terrenos devolutos que a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande receberia gratuitamente, tanto no Paraná como em Santa Catarina, por força da concessão federal. Esta nova empresa do Sindicato Farquhar instalou, em 1914, representações comerciais em São Paulo (SP) e em Cruz Alta (RS) e escritórios de vendas no Vale do Rio Peixe, junto às estações ferroviárias de Rio das Antas, Rio do Peixe (Piratuba) e Rio Uruguai. Tão logo ela foi organizada, a EFSPRG transferiu-lhe uma parte dos imóveis demarcados dentro da "zona privilegiada" de até 30 km para cada lado do eixo das linhas ferroviárias, enquanto que outra parte ela mesma se encarregaria de colonizar, seja diretamente, seja através de empresas colonizadoras particulares.

Aprovado o Acordo de Limites pelas respectivas assembléias legislativas, e homologado pela União, em 1917, Santa Catarina tomou posse definitiva da sua parte no Contestado, incluindo o atual Oeste Catarinense, onde, por exemplo, localizavam-se os imóveis Chapecó e Pepery, no novo Município de Chapecó, com títulos de domínio expedidos pelo Paraná em favor da EFSPRG e que por ela haviam sido transferidos à *Brazil Development and Colonization Company.* Não reconhecendo estes títulos, o Estado de Santa Catarina sobrepôs aos mesmos

[148] Tivemos a oportunidade de entrevistar, em Curitiba, em 1979 e em 1994, o sr. Victor Kurudz, agrimensor que, entre 1913 e 1916, foi o responsável pela medição final e loteamento de praticamente todos os imóveis da EFSPRG no Médio e Baixo Vale do Rio do Peixe e no Alto Uruguai Catarinense em nome da Brazil Development. Explicou-nos ele que as glebas de terras devolutas, para fins de registro, passavam a constituir "imóveis" que recebiam a denominação de "propriedades" e estas eram divididas em "colônias", levando uma delas, algumas vezes, o nome do próprio imóvel. Por isso, quando se trata de "propriedade" e de "colônia" que levam nomes idênticos, nem sempre suas medidas de localização, área e valor são as mesmas.

imóveis demarcados no Chapecó e no Pepery, outros títulos, por exemplo, em favor de Nicolau Bley Netto e da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Ltda. (de José Rupp, Abelardo Luz e Henrique Rupp Jr.), a Manoel dos Passos Maia e outros, bem como passou a vender a terceiros as demais áreas reclamadas pela Companhia, ao mesmo tempo em que ajuizou ações contra a EFSPRG e contra o Paraná, para anular os atos de cessão do vizinho Estado, alegando não ter ele poderes e competências para as transferências.

> Com a definição dos limites entre os dois estados, aumentou a preocupação do governo catarinense em relação às terras que passaram a lhe pertencer. Já em 1917, pela lei 1.181, estabelecia-se que todos os possuidores de terras com títulos expedidos pelo Paraná, ficavam obrigados a registrá-los, agora em Santa Catarina, no prazo de dois anos. O governo buscava com isso, legalizar as terras concedidas pelo Paraná antes do acordo de limites e criar condições para que Santa Catarina pudesse realizar as suas concessões, além do aproveitamento econômico do território recém incorporado.
> O governo catarinense, no intuito de legitimar a posse sobre as novas terras, pois muitos ainda encontravam-se em situação irregular, alterou o prazo, até o final de 1925, para que estes entrassem em conformidade com a lei (RADIN,1997, p. 33-34).

Quanto às propriedades demarcadas pela EFSPRG em Santa Catarina, enquanto ainda no Território do Contestado, em regiões distantes da faixa, como no Alto Uruguai, no Oeste e no Extremo-Oeste do Estado, a *Brazil Development* somente conseguiu obter legalmente os seis títulos de domínio, expedidos por Santa Catarina, entre 1924 e 1916, estes que se localizavam nos novos municípios de Chapecó e de Cruzeiro.

Ainda quando era grande a confusão no Centro-Oeste, no Oeste e no Extremo-Oeste Catarinense, em vista da sobreposição de títulos, Santa Catarina já sentia o sabor amargo da derrota nos tribunais: todas as 24 ações que havia impetrado foram perdidas para a EFSPRG e para a Development, e outras mais, que ainda estavam sendo julgadas neste ano, já apontavam o Estado como perdedor (BRAGA, in *Jornal do Commercio*, 30 de março de 1921). Apesar de lutar pelo que acreditava que era seu de direito, Santa Catarina perdeu as ações na Justiça Federal e foi obrigada a despachar autorizações para as imediatas expedições dos vários títulos referentes a 8.718.995.074,00 m² em favor das organizações do Sindicato Farquhar, o que efetivamente aconteceu a partir de 1924, através da "Directoria de Terras, Colonisação e Agricultura do Estado de Santa Catharina", conforme levantamos:

QUADRO 4:
IMÓVEIS TITULADOS POR SANTA CATARINA AO SINDICATO FARQUHAR

Data	Propriedades	Área em m²	Até 1917 (PR)	Depois (SC)
13.02.1911	Legru	105.666.700	União da Vitória	Porto União
09.09.1911	Iguaçú	54.709.670	União da Vitória	Porto União
01.09.1911	Leãozinho	403.999.465	Palmas	Cruzeiro
12.09.1911	XV de Novembro	306.257.595	Palmas	Porto União
10.10.1911	Lageado Liso	17.701.393	União da Vitória	Porto União
04.11.1911	Uruguai	371.908.795	Palmas	Cruzeiro
27.11.1911	Rancho Grande	325.702.000	Palmas	Cruzeiro
17.01.1912	Rio do Engano	1.073.582.684	Palmas	Cruzeiro
26.09.1912	Pepery	4.236.200.000	Clevelândia	Chapecó
27.03.1913	Chapecó	1.506.097.000	Clevelândia	Chapecó
17.06.1913	Rio Preto/Caçador	209.286.939	Palmas	Porto União
31.08.1917	Rio do Peixe	30.264.835	Palmas	Cruzeiro
31.08.1917	Esperança	77.617.998	União da Vitória	Porto União

Conferidas as medições, ao final e no todo, por decisões judiciais, até 1930 Santa Catarina efetivou para a EFSPRG as propriedades Legru, Iguaçu, Leãozinho, XV de Novembro, Lajeado Liso, Uruguai, Rancho Grande, Rio do Engano, Rio Preto, Rio do Peixe e Esperança, num total de 2.976.698.074,00 m² (123.004 alqueires) e, para a empresa-irmã *Brazil Development and Colonization Company* as propriedades Pepery e Chapecó, que mediam juntas 5.742.297.000,00 m² (237.285 alqueires), totalizando 360.289 alqueires paulistas (8.718.995.074 m²), ou seja, 2.022.995.000 m² a mais do que previa a concessão original.

Se somarmos as propriedades tituladas à EFSPRG às da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company,* que manteve as terras adquiridas até esta data, nas margens esquerdas dos rios Negro e Iguaçu, num total de 3.248.000.000 m² (134.214 alqueires), podemos resumir estas questões com o Truste de Toronto, concluindo que o Sindicato Farquhar, no final das contas, firmou-se como legítimo proprietário de 11.966.995.000,00 m², ou 494.504 alqueires de terras virgens e antes livres no Território Contestado, que lhes foram inicialmente tituladas pelo Estado do Paraná, destinadas para a devastação florestal e para os projetos de colonização.

3.4.1 Bases da Colonização do Contestado

Há autores que, generalizando o tema do "conflito por terras" englobam os problemas havidos no Contestado como se fossem um só fato histórico. Tratando das questões de terras (não de uma, mas de várias questões), ou então, dos problemas fundiários ocorridos no Território Contestado, levantamos algumas situações originais, distintas entre si, mas com um ponto em comum: tratam de terrenos que constituíam o *habitat* do homem do Contestado primitivo, o "Caboclo Pardo" que, aos poucos, foi sendo dividido com os imigrantes europeus e os egressos das primitivas colônias dos três Estados do Sul.

Uma das situações refere-se às antigas sesmarias e posses concedidas pelo Império antes e durante o Século XIX e os antigos terrenos devolutos nacionais, situados entre as sesmarias e posses legalizadas que, passando aos Estados em 1891, foram objeto de "bendegós", quando capitalistas os adquiriram, tanto do Paraná como de Santa Catarina, com a cumplicidade dos respectivos governos, para sediarem empreendimentos econômicos ou para futura especulação imobiliária. A segunda situação vincula-se às terras tituladas ao Sindicato Farquhar. Por último, há outra situação fundiária, que tem a ver com as empresas colonizadoras particulares, umas que adquiriram ou arrendaram glebas anteriormente tituladas às empresas de Farquhar e outras que obtiveram terras junto aos governos estaduais, especificamente para nelas promoverem os projetos de colonização.

Quanto à posição geográfica das terras em foco, também há de se distinguir diferenças, pois o Território Contestado, aqui, não pode ser encarado como uma só realidade. A partir dos problemas fundiários, entre as terras, consideramos aquelas localizadas:

a) no eixo do Ramal de São Francisco da EFSPRG, entre Rio Negro-PR (depois Mafra-SC) e Porto União da Vitória-PR (depois Porto União-SC), envolvendo glebas nos vales dos rios Negro, Iguaçu, Canoinhas, Paciência, Timbó e Jangada, distribuídas entre o curso do Rio Iguaçu e as serras Geral, do Espigão e da Taquara Verde, que foram objeto de parcial colonização pela Lumber Company, pela Brazil Development e por colonizadoras particulares após sua exploração florestal;

b) no Vale do Rio do Peixe, ou seja, nos dois lados da Linha Sul da EFSPRG, a partir da foz do Rio Caçador no Rio do Peixe e, por este abaixo, até sua foz no Rio Uruguai, com os municípios de Curitibanos e Campos Novos à esquerda, Porto União acima, e Cruzeiro à direta, que foram objeto de colonização diretamente pela EFSPRG e pela *Brazil Development* e, posteriormente, por empresas colonizadoras particulares, que as adquiriram para esta missão;

c) na parte Sul dos antigos Campos de Palmas-de-Baixo, na região do Horizonte e do Irani, até as barancas do Rio Uruguai e proximidades de Chapecó, onde se localizavam, num primeiro momento, as propriedades do Barão e da Baronesa de Limeira, e da Companhia Frigorífica e Pastoril Brasileira;

d) no Oeste e no Extremo-Oeste Catarinense, nas áreas envolvendo glebas tituladas pelo Paraná à *Brazil Railway* antes do Acordo de Limites, e as áreas abertas à colonização por Santa Catarina depois do acordo de 1917, empreendimentos levados a efeito por colonizadoras particulares, na maioria a troco da abertura de estradas.

O Governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, enquanto questionava a posse das terras tituladas à EFSPRG pelo Paraná, já, em 1918, resolveu conceder glebas imensas, que considerava devolutas, a empresas particulares organizadas por seus amigos e/ou correligionários, que se propunham a abrir estradas no interior, principalmente no Território antes Contestado, enquanto que a Brazil Development, por sua vez, estava repassando as terras que lhes haviam sido escrituradas pelo Paraná a diversas empresas particulares para acelerar a colonização.

> No setor rodoviário [...] a integração rodoviária do Contestado, sobretudo no extremo-oeste, se apresentava muito difícil. Havendo já o sistema ferroviário norte e sul atravessando pelo Vale do Rio do Peixe, não se fazia uma pressão excitante de saída para o litoral na região de Floria ópolis. As saídas ferroviárias ocorriam até mesmo para a direção de São Francisco, pelo ramal proveniente de Porto União, via São Bento e Joinville, não obstante, fazia-se necessário pensar nas rodovias.
> A estrada de penetração de Florianópolis para Lajes devia ser continuada, atravessando por Campos Novos, Joaçaba e Xanxerê. Tão logo ocorrera a entrega do Contestado por parte do Paraná, o Governo de Felipe Schmidt tentara os estudos com a idéia inicial de um picadão rumando para o oeste.
> Hercílio Luz, ao assumir o governo em 28 de setembro de 1918, enviou imediatamente seu Secretário de Obras, Adolfo Konder, examinar o problema no próprio local. Saindo de automóvel da Capital em 22 de janeiro de 1918, ia para examinar o traçado da estrada Lajes-Campos Novos, cuja construção estava sendo iniciada pelo contratante Brás Fiorenzano.
> De Campos Novos ao Rio do Peixe também se trabalhava, com o objetivo de chegar a Limeira (hoje Joaçaba). Inaugurava-se esta estrada em 24 de dezembro de 1918, com festejo popular promovido pelos hercilistas [...].
> Prossegue a construção da estrada de Joaçaba, penetrando em direção de Chapecó e Xanxerê. Os recursos são tomados com compromissos aos concessionários de terras devolutas do Estado. Ao mesmo tempo surgem os povoados ao longo dos caminhos. O

> oeste progride, completando-se o sonho de Hercílio Luz, qual era o de ocupar todas as terras e converter Santa Catarina numa comunidade próspera e de grande expressão (PAULI, 1976, p. 359-360).

Inicialmente no Vale do Rio do Peixe e depois ao longo do Vale do Rio Uruguai, em 1917, abriram-se as portas do Oeste Catarinense para a ocupação por imigrantes, só que, na maioria, por famílias descendentes dos imigrantes pioneiros das colônias velhas gaúchas e não mais vindos diretamente da Europa. Os egressos, italianos, alemães, poloneses, teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros, puderam adquirir os lotes coloniais e neles se estabelecer.

O governador criou recursos para o Tesouro e, sobretudo, para a realização de estradas, estimulando por toda a parte aqueles que desejavam ser pioneiros em troca de um premio em terras concedidas pelo Estado. A ajuda do governo também deve ser vista através da segurança pública que a região do Oeste paulatinamente foi adquirindo.

> Ocorre, ainda, uma conexão entre o Estado e as anteriores concessões, que agora passam a ser subdivididas e mais bem ocupadas. [...].
> Os excedentes das populações rurais do Rio Grande do Sul, especialmente da região colonial alemã e italiana, afluíram para o oeste de Santa Catarina. Nenhum obstáculo político lhes foi imposto. Ainda que não tivessem grandes incentivos, as oportunidades que se lhes permitiram, possibilitaram seu desenvolvimento em núcleos prósperos.
> A despolarização econômica, motivada principalmente pela venda dos terrenos por Companhias Colonizadoras situadas fora do Estado, incapacitou os poderes públicos de Santa Catarina de planejarem investimentos em melhorias de grande porte (PAULI, 1976, p. 358).

3.4.1.1 A Colônia Militar de Xapecó

A primeira iniciativa de colonização do Território Contestado aconteceu em 1882, no local onde depois se ergueria a cidade de Xanxerê, por estratégia geo-política do Império do Brasil durante a "Questão de Palmas" ou "das Missões", para povoar a região, defender a fronteira que estava sendo disputada com a Argentina, proteger os habitantes dos Campos de Palmas e de Campo Erê contra ataques dos índios e atraí-los para a civilização através da catequese. Ela foi criada pelo Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859, para ser instalada em local que fosse designado pelo Presidente da Província do Paraná, em Campo Erê, entre os rios Chopim e Uruguai. Entretanto, somente foi instalada a 14 de março de 1882 - denominada "Colônia Militar de Xapecó" (com "X") - sendo demarcada numa área de 48 léguas quadradas, com a sede numa colina que margeava o Riacho Xanxerê, a 112 km ao Sul da Vila de Palmas,

dois anos depois da nomeação do seu primeiro comandante, o Capitão do Exército, José Bernardino Bormann.

Chegando à área com um destacamento militar, Bormann convidou os caboclos da redondeza para que se instalassem no perímetro da colônia, conseguindo logo atrair quarenta famílias. Em 1884 já havia 58 casas construídas, chegando a 74 um ano depois, quando o número de habitantes era de 196, além dos soldados (XAVIER, 1994, p. 104).

A Colônia Militar destacou-se na História, por ser a primeira e a única destinada à colonização das terras contestadas por famílias caboclas da própria região, ou seja, sem a preocupação de estabelecer imigrantes europeus. Os lotes de 25 hectares eram vendidos a qualquer pessoa que ali se quisesse estabelecer e se sujeitar às normas. Em 1893, já possuía igreja, armazém, serraria a vapor, tipografia, telégrafo, e "onze edifícios públicos e 124 casas de colonos" (PIAZZA, 1994, p. 224).

3.4.1.2 A Iniciativa da Luce-Rosa

Como exceção à regra, o segundo projeto de colonização das terras do Território Contestado, a Oeste do Rio do Peixe, margeando o Rio Uruguai, foi elaborado por uma empresa que nada tinha a ver com a Companhia EFSPRG e nem com o Governo do Paraná. A pioneira em empreendimentos desta natureza, pela iniciativa privada, foi a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda., constituída em Porto Alegre, em 1910, antes mesmo da inauguração da ferrovia e sem nenhum vínculo com ela e, também, seis anos antes do Acordo de Limites, ela que estruturou-se numa área de 91.025 hectares em ambas as margens do Rio Uruguai, portanto, com parte no Contestado e parte no Rio Grande do Sul.

Proprietária de 3.641 colônias de 25 hectares cada, no Alto Uruguai, adquiridas da Baronesa de Limeira, de São Paulo, no ano de 1883, a Luce-Rosa pressentiu o impulso que a região teria quando a ferrovia iniciasse a venda de lotes, e antecipou-se na colonização da sua propriedade, que incluía 2.041 colônias no Contestado e de outras propriedades menores que veio a adquirir na região logo depois.

Pouco mais tarde, em 1915, para dinamizar o projeto, a Luce-Rosa instalou uma filial junto a Estação de Barro (Gaurama-RS), de onde passou a coordenar a venda de lotes, a abertura de estradas, a construção de pontes e serviços complementares, nas colônias gaúchas de Barri

(Gaurama), Nova Itália (Severiano de Almeida), Rio Novo (Aratiba), Três Arroios (Distrito de Erechim) e Sede Dourada (Distrito de Aratiba), e nas colônias catarinenses [à época em terras contestadas] de Nova Santa Cruz, Uvá, Poço Rico, Monte Alegre, Barra Grande, Nova Teutônia, Nova Milano, San Raphael, dentro dos atuais municípios de Chapecó, Seara, Itá, Concórdia e outros.

3.4.1.3 Primeiros projetos da EFSPRG

Com posses legalizadas pelo Paraná sobre alguns milhares de hectares na região do Contestado, a Cia. EFSPRG passou à tentativa de promover diretamente a colonização das terras já demarcadas, seguindo um novo plano – o terceiro – este aprovado pela União, baseado nas mesmas normas do Decreto de 1907, salvo algumas ligeiras modificações. Junto às estações ferroviárias, foram projetadas pequenas vilas, divididas em lotes urbanos, reservando-se a companhia, além da faixa de terras de 50 metros (25 metros para cada lado do eixo) paralela aos trilhos, apenas um "quadro" para cada estação. Nestes quadros, estavam: a estação, depósito de cargas, depósito de lenha, armazém de abastecimento, caixa d'água, casas dos ferroviários e pátio de manobras. Partindo das estações, previu-se a abertura de linhas coloniais (estradas de rodagem que partiriam das vilas e adentrariam as áreas demarcadas) ao longo das quais se situariam lotes coloniais, a serem vendidos a imigrantes que se dedicassem à agricultura e à pecuária. Nestas linhas instalariam-se-iam "sedes" com perímetro urbano próprio, divididas em lotes pequenos, onde se construiriam igrejas e escolas.

Foi desta forma que, a partir de 1911, a Companhia passou a oferecer suas terras no Vale do Rio do Peixe. Mas as tentativas iniciais foram desastrosas, apesar da intensa propaganda feita em quase todo o Brasil e até no exterior, visando a atrair para a região os recém-chegados imigrantes europeus e mesmo os que já se haviam estabelecido em outras colônias mais distantes. Os agentes da Companhia, contratados para este fim, fracassaram por diversas razões: não conheciam os terrenos, não inspiravam confiança aos compradores, não conseguiram a aproximação entre a população regional e os imigrantes. Outro problema gravíssimo foi que muitos interessados encontraram as terras ainda ocupadas por antigos moradores, posseiros ou ex-trabalhadores da ferrovia, que nelas se alojaram depois dos trabalhos da construção. As povoações, que foram projetadas para se transformarem em vilas, não atraíram mais de dez

famílias cada. Estas, na maioria, eram de agricultores que preferiam lotes coloniais (maiores), situados ao longo das linhas, ao invés dos pequenos lotes urbanos junto às estações. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a Colônia Rio das Antas e com a Colônia Rio do Peixe.

À vista do fracasso das tentativas iniciais, resolveu a Companhia promover a colonização de forma indireta, ou seja, vendendo ou cedendo direitos para a venda de grandes glebas de terras a particulares, que formariam empresas colonizadoras, a exemplo do que já se fazia em outras partes do país. Diante desta nova possibilidade, que mais tarde se revelou como a ideal, a Companhia alterou novamente seus planos. Uma das providências foi passar parte das terras a que tinha direito para outra subsidiária da *Brazil Railway Company*, a *Brazil Development and Colonization Company*, ficando então ambas com poderes para a venda de lotes.

Juntas, as duas empresas dirigiram suas atenções às chamadas "colônias velhas" do Rio Grande do Sul, ocupadas desde há muitos anos por imigrantes alemães e italianos e seus descendentes, que demonstravam interesse em procurar novas terras para se estabelecerem. As empresas foram ao encontro destes anseios, proporcionando aos colonos gaúchos a esperança de sucesso em novas terras, oferecidas como se fossem altamente produtivas, de fácil acesso e ótima localização.

3.4.1.4 José Rupp e a Colonizadora Oeste

No Governo de Hercílio Luz, Santa Catarina tomou como missão a abertura de estradas pelo Território do Contestado que acabara de incorporar por força do acordo com o Paraná, terceirizando as construções com empresas particulares e pagando com terras devolutas ao invés de dinheiro. Nesta modalidade, por exemplo, a 15 de setembro de 1919, contratou a construção da estrada de rodagem entre os Municípios de Cruzeiro e Chapecó e, a 13 de julho de 1920, a de Erval Velho ao Rio Canoas, com o cidadão José Rupp, de Campos Novos, ele que já havia recebido concessão para a exploração de "ervais e matas no território entre os rios das Antas e Pepery-Guaçu" (PIAZZA, 1983, p. 547). A Hercílio Luz interessava muito o estreitamento de relações com os Rupp, uma vez que o irmão de José, Henrique Rupp Júnior, era o homem que, ao seu lado, "frequentava a intimidade do poder", como adversário da oligarquia Ramos no

Contestado e era sócio de José Rupp[149], juntamente com Abelardo Luz, filho do Governador Hercílio Luz.

Em 1920, José Rupp organizou a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Ltda., para a qual transferiu os contratos para abrir as estradas e os direitos sobre as terras. Independentemente do andamento das obras, bem rápido e antecipadamente o Governo do Estado de Santa Catarina pagou a conta titulando-lhe três glebas, num total de 766.438.142,00 m², nos municípios de Cruzeiro e Chapecó. "A empresa entrou em conflito com a Brazil Development and Colonization, iniciando-se uma longa disputa jurídica e difamatória, que acabou num acordo" (NODARI, 1999, p. 42).

Depois do acordo de José Rupp com a empresa norte-americana, o catarinense procurou recursos para seu empreendimento junto ao Banco Nacional do Comércio, com sede na capital rio-grandense. A 23 de maio de 1923, em Porto Alegre, foi fundada a Companhia Territorial Sul Brasil S/A, uma nova empresa construtora e colonizadora que, em 1925, incorporou a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Ltda., assumindo seu ativo e passivo, incluindo as terras que havia recebido do Estado e mais um crédito de 250:746$179 junto ao Governo de Santa Catarina, este que, só dez anos depois, em 1934, em pagamento da dívida, titulou-lhe mais terras devolutas, também em Chapecó, compreendendo a gleba *Mundo Novo*, localizada no Distrito de Campo Erê, com a área de 250 mil metros quadrados que, depois de devidamente medida, resultou em 305.760.318,00 m², com o que a empresa passou a deter mais de um bilhão de metros quadrados de terras no Grande Oeste Catarinense.

Entre os sócios da Territorial Sul Brasil S/A, empresa de confiança do Banco Nacional do Comércio S/A, estavam rio-grandenses que colonizaram parte do Oeste Catarinense e vieram para o Centro-Oeste, onde criaram a Construtora e Colonizadora Irmãos Coelho de Souza Ltda., para comercializar partes das terras das colônias XV de Novembro, Rio Preto e Caçador e, instalando-se em Caçador, exploraram madeiras na área da Serra da Taquara Verde ao Rio Jangada, quando esta região ainda pertencia ao Município de Porto União, e, também, no antigo

[149] Em *A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina - 1917-1954,* Eunice Sueli Nodari, (1999), atesta que o empresário José Rupp havia firmado contrato em 1919 para a construção de uma estrada de rodagem ligando o vale de Cruzeiro ao Passo Bormann e, em 1920, novo contrato com o governo do Estado para a construção da estrada ligando Herval Velho ao rio Canoas, devendo receber em pagamento dessas obras, terras devolutas para colonizar (NODARI, 1999, p. 42).

reduto caboclo do Vale Santa Maria, na Serra do Espigão, na época em Curitibanos, propriedades havidas do Estado em pagamento pela construção de diversas estradas em Santa Catarina.

Em Chapecó, a área reavida do Estado (e de José Rupp) pela EFSPRG, medindo 3.452.547.887,00 m², foi repassada para a *Brazil Development* que, para colonizá-la, contratou a Empresa Chapecó-Pepery Ltda., com sede em Carazinho (RS), esta que a re-dividiu em três glebas.

3.4.1.5 Passos Maia e Ernesto Bertaso

Nna margem esquerda do Rio Chapecó, em 1920, Hercílio Luz havia cedido a Manoel dos Passos Maia cerca de cem mil hectares para colonizar. Depois, em troca da construção da estrada de 30 km entre o Passo de Goyo-En e Passo dos Índios, em 1920 e 1921, o governo de Hercílio Luz cedeu a gleba da Fazenda Chapecó, com 538.186.742,00 m² e a gleba da Fazenda Rio Bonito, com 288.282.080,00 m².à Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia., organizada por Maia e Ernesto Bertaso, este último que veio a ser o principal colonizador no Oeste Catarinense..

> A sociedade era composta por Ernesto Francisco Bertaso, Manoel dos Passos Maia e Agilberto Maia, de 1917 a 1925 o escritório central era em Passo Fundo (RS) e o da filial no povoado de Passo dos Índios (atual cidade de Chapecó), onde foi construída a sede da colonizadora que se transfere definitivamente em 1925. A empresa é dissolvida em 1925 passando todo o ativo e passivo para Ernesto Francisco Bertaso, que assume integralmente a colonizadora (NODARI, 1999, p. 41).

Ernesto Bertaso também adquiriu a Fazenda Campina do Gregório, dos herdeiros do Barão e da Baronesa de Limeira, e a Fazenda Saudade, da *Brazil Development and Colonization Company*, tendo somado um total de dois bilhões e duzentos e cinqüenta mil metros quadrados de terras, ou quase cem mil alqueires, que destinou, integralmente, à nova população. Ele cedeu parte destes terrenos a outras colonizadoras, assim facilitando a imigração naquela região.

3.4.1.6 A Brazil Development & Colonization Co.

Somente em fevereiro de 1924, quando foi encerrada a questão judicial entre o Governo de Santa Catarina e a *Brazil Railway Company*, acertaram-se as bases para a efetiva colonização nas terras que ambos disputavam. As negociações haviam começado ainda em 1922, durante a

questão, concluindo que a empresa *Brazil Development and Colonization Company,* que recebeu as terras do Sindicato Farquhar, poderia transferir as concessões para terceiros. Assim, temos o primeiro quadro da transmissão definitiva das seguintes propriedades que foram legitimadas, entre 1914 e 1926, para a Brazil Development, no Oeste Catarinense:

a) o imóvel Xapecó, de 540.622.762,00 m², recebido em novembro de 1924, que inicialmente ficou com a Brazil Development, depois passou para a Companhia Territorial Sul Brasil S/A; b) o imóvel Pepery-Guassu/Xapecó, com 737.035.472,00 m², legitimado em abril de 1924, foi confiado para a Empreza Peperi-Xapecó Ltda.; c) o imóvel Capetinga, com 174.889.653,00 m², recebido em fevereiro de 1926, passou para Nicolau Bley Neto e José Luiz Maia; d) o imóvel Rio Saudades, com 913.634.804,00 m², titulado em fevereiro de 1926, passou para Ernesto F. Bertaso e Manoel dos Passos Maia, que fundaram a Empreza Colonizadora Bertaso, Maia & Cia.

Mais especificamente no interior da Região do Contestado, as glebas legitimadas para a *Brazil Development and Colonization Company* também foram transferidas para diversas empresas colonizadoras.

No Alto Uruguai Catarinense, o imóvel Rio Engano, com 1.073.582.648,00 m², recebido em fevereiro de 1924, foi entregue para a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahorns & Cia. e o imóvel Rancho Grande, de 325.702.000,00 m², escriturado também em fevereiro de 1924, passou para a Empreza Povoadora e Pastoril Theodoro Capelle & Irmão.

No Alto Rio do Peixe, o imóvel Rio Preto com 221.852.730,00 m², foi desdobrado, sendo a gleba Rio Preto entregue para a Empreza Povoadora e Pastoril Theodoro Capelle & Irmão, enquanto que a gleba Caçador foi passada para a Empresa Construtora e Colonizadora Irmãos Coelho de Souza Ltda. Já o imóvel Propriedade Caçador Antas e Pedras, com 28.405,9475 hectares, foi transferido à Empreza Povoadora e Pastoril Theodoro Capelle & Irmão.

No Médio Rio do Peixe, o imóvel XV de Novembro, num total de 306.257.595,00 m², com partes comercializadas pela Brazil Development através do seu Departamento de Terras, Cidades e Colonização, e de procuradores, também foi desdobrado em blocos, que foram passados para a Colonizadora Alberto Schmidt, a Empresa Construtora e Colonizadora Irmãos Coelho de Souza Ltda. a Colonizadora Selbach, Matte, Opermann & Cia., esta que depois se transformou em Kroeff, Selbach & Cia.

No Baixo Rio do Peixe, depois do pouco sucesso na iniciativa de colonização da Colônia Rio do Peixe, em 1911, pela Cia. EFSPRG, com a criação do Município de Cruzeiro, em 1917, entre o Rio do Peixe (limite com o Município de Campos Novos) e o Município de Chapecó, a Oeste, teve início a efetiva colonização das terras marginais aos trilhos, localizadas no Baixo Vale do Rio do Peixe, em glebas demarcadas pela EFSPRG e, em parte, repassadas à Brazil Development.

Duas empresas organizaram-se para empreender a colonização das concessões da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande: primeiro, a Sociedade Territorial Sul Brasileira H. Hacker & Cia. (que também atuou no Vale do Iguaçu) e a Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia., Mais tarde, fruto de associação parcial entre as duas, surgiu a Sociedade Territorial Mosele, Eberle & Ahrons Ltda. Estas empresas, mais a Brazil Development e a própria Cia. EFSPRG, fincaram as bases para a colonização das glebas das fazendas e/ou colônias de Bom Retiro, Leãozinho, Capinzal, Rio do Peixe e Uruguai, com porções também na margem esquerda do Rio do Peixe, no Município de Campos Novos, alcançando ainda a região de Concórdia, mais a ocidente[150].

No Vale do Iguaçu, o imóvel Lageado Liso, na Colônia Maratá, em Porto União, com 17.701.393 m², passou para a Colonizadora Max Metzler, e o imóvel Legru, com 105.666.700,00 m², e o imóvel Esperança, com 77. 617.998,00 m², em Porto União, foram colonizados em parte pela Brazil Development e, em parte, pela Colonizadora Henrique Hacker.

Consolidada a vendas das terras às companhias, estas passaram a constituir-se em procuradoras da *Brazil Development and Colonization Co.* junto ao Governo do Estado.

> A Lei nº 1.633, de 04 de outubro de 1928, estabeleceu importantes exigências para a colonização das terras. Estas exigências foram incluídas em contrato adicional, celebrado em 06 de abril de 1929, entre o Governo de Santa Catarina e a "Brazil", através de suas procuradoras. Ficou estabelecido, entre outras obrigações, a de construir estradas de rodagem que viessem a servir todos os lotes, povoar as terras com colonos nacionais e estrangeiros, vendendo-lhes os lotes a prestações anuais com juros de 6% ao

[150] Segundo José Carlos Radin, em *Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense* "Em 1916 o engenheiro Henrique Hacker que residia em São Paulo, em conjunto com empresários gaúchos constituiu a Sociedade Territorial Sul Brasileira H. Hacker &a Cia. Nesta época já se publicavam diversas propagandas de venda de terras por todo o vale do Rio do Peixe.Pelo que se constatou, no entanto, a maior parte das terras que atualmente pertencem a Joaçaba, foram loteadas no início da década de 1920. Em 1923, sócios daquela empresa criaram a Mosele, Eberle, Ghilardi & Companhia e, dois anos após, esta empresa dividiu-se, formando a Sociedade Territorial Mosele Eberle Ahrons Ltda., as quais, fazendo uso de intensa propaganda nas áreas coloniais gaúchas, deram grande impulso à colonização da região. [...].A Mosele, Eberle, Ghilardi, possuia inicialmente o domínio de grande extensão de terra, na margem direita do Rio do Peixe, compreendendo boa parte dos atuais municípios de Joaçaba, Ouro, Catanduvas, Jaborá, Presidente Castelo Branco, Ipira e Peritiba. Esta empresa tinha sede em Porto Alegre, mas um dos sócios, João Mosele, residia em Marcelino Ramos, porta de entrada para o vale do Rio do Peixe" (RADIN, 1996, p. 69 e 80).

> ano, e localizar anualmente ao menos 30 famílias. Estas responsabilidades passaram a pertencer às companhias colonizadoras, às quais a Brazil Development and Colonization Co. havia vendido as terras (FERREIRA, 1992, p. 48).

Algumas das colonizadoras pioneiras, que ficaram com áreas muito grandes, diante das dificuldades de comercialização antes e durante o tempo do Estado Novo e, dos prazos a cumprir, sob pena de terem que devolver as terras ao governo, serviram-se de outras empresas menores. Ao mesmo tempo, surgiram novas colonizadoras, que adquiriram terras de particulares e empreenderam seus próprios projetos para o povoamento da Região do Contestado, como a Luce-Rosa havia feito no Alto Uruguai. Nestes casos destacaram-se, por exemplo, o próprio Henrique Hacker, (em Herval d'Oeste e na Colônia Bom Retiro), mais a Kurudz & Bortolon Ltda. (na Colônia Caçador), a Angelo De Carli & Irmãos (em Ponte Serrada), a Colonizadora Alberto Schimidt (partes da Fazenda São Bento e da Fazenda Rio das Pedras), a Freitag, Geib e Deis (em Piratuba e Ipira), a Formighieri, Prestes Maia Ltda. (Colônia Hindemburg, hoje em Fraiburgo), Picolli & Cauduro Ltda. (em Concórdia), além das empresas Nardi, Rizzo, Simon & Cia., Sociedade Volksverein, Bernardi & Paulo, entre outras, organizadas mais tarde.

Por aí se vê a importância que teve a empresa norte-americana, bem como as colonizadoras que receberam suas glebas, para a colonização de muitas áreas do Território Contestado. A *Brazil Development* (extinta em 1940) e as empresas particulares comercializaram terrenos por cerca de vinte anos, seguindo as normas emanadas do Governo do Estado, principalmente as obrigações para abrir estradas.

3.5. A FORMAÇÃO DO HOMEM DO CONTESTADO CONTEMPORÂNEO

Após as primeiras décadas do Século XX, marcadas pela chegada do imperialismo à região, pela Guerra do Contestado, pela I Guerra Mundial, pelo Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, e pelo início da fase de ocupação ordenada do Território Contestado, um novo panorama apresentar-se-ia nos últimos anos da República Velha com o movimento colonizador.

> Talvez nenhum movimento colonizador, de quantos vimos citando, se tivesse verificado em momento tão oportuno, em ocasião tão propícia quanto êste, de conquista, ocupação e desenvolvimento do extremo oeste, pois, apesar dos intrusos, largas eram as áreas a desbravar, povoar e cultivar, alto o sentido de fixação, excelentes as terras e, principalmente, pacificada a região, depois de um prélio que quase a exauriu, prélio que sob o aspecto jurídico se desenvolvera nas côrtes de justiça e nos tribunais, à luz dos códigos e dos argumentos históricos e sob outro, o cultural, o sócio-econômico,

> decorrerá à sombra das matas, na fúria dos combates sangrentos, das tocaias imprevisíveis e dos ajustes selvagens.
> Êste movimento de criação de colônias foi, em verdade, a verdadeira posse física da região, semelhante à que prescreviam as arcaicas ordenações, depois da posse judicial decretada pouco antes. Foi êle quem fêz subir a curva demográfica a alturas ainda não registradas, implantou novas rendas ao Estado e introduziu no colorido mosaico cultural do Estado elementos que já haviam sido aculturados em outros pontos e que, por isso mesmo, traziam novos matizes e novas tintas, emprestando uma nova fisionomia ao nosso complexo, fisionomia até então totalmente desconhecida (CABRAL, 1971, p. 50-51).

3.5.1 Imigrantes Pioneiros na Região do Contestado

Depois de 1910, encontramos em comunidades da área rural do hoje Município de Porto União os registros das chegadas de dezenas de famílias alemãs, atraídas pelos planos de colonização das terras do chamado Ramal de São Francisco e da linha principal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, nas localidades de São Pedro do Timbó, São Miguel, São José do Maratá, Bom Princípio, Despraiado, Maratá, Lança, Santa Cruz do Timbó, Caçadorzinho, Rio Campestre, Barra Grande, Rio d'Areia, Rondinha e Nova Pátria.

As primeiras famílias germânicas a chegarem à parte central da Região do Contestado, a partir de 1870 vieram da Alemanha, algumas delas tendo, antes, fixado-se em terras de Rio Negro (PR) e em outras colônias alemãs do Sul do Paraná, mais as famílias que se estabeleceram na Serra e Campos do Corisco (Santa Cecília) a partir de 1885 e, também, em Campos Novos, todas tidas como latifundiárias, em fazendas de criação e lavoura. Também chegaram os holandeses, que se instalaram nos campos de São João (Matos Costa), São João de Cima (Calmon) e Perdizes Grandes (Lebon Régis). Estas famílias, não mais minifundiárias, formaram as primeiras comunidades alemãs e teuto-brasileiras da parte central da Região do Contestado.

Ao Sul do eixo Porto União-Mafra, agora no Alto Vale do Rio do Peixe, ainda em 1910, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande fez uma das primeiras tentativas de colonização das terras marginais aos trilhos, com a instalação dos pioneiros núcleos de famílias alemãs na Estação de Rio das Antas e Rio do Peixe, na margem dos trilhos recém-inaugurados, de forma simultânea, atribuindo-se a ambas a mesma importância desbravadora. A diferença notável é que para Rio das Antas acorreram imigrantes alemães que originalmente se destinaram às colônias do Nordeste Catarinense, como a Hansa, enquanto que Piratuba começou recebendo egressos das colônias velhas rio-grandenses. Entretanto, só uma tem sido lembrada.

> A migração interna que se tornaria ponderável, de fato, passou a verificar-se em 1911, com Piratuba, para adiantar-se, posteriormente, com a formação de emprêsas criadas

> pelos incentivos catarinenses, depois do acôrdo de limites, quando o govêrno de Santa Catarina se afanava em povoar a região que passava para a sua jurisdição, no far-west que no momento era, não só pela situação geográfica como pela condição cultural.
> Assim, alemães e italianos, natos ou apenas de origem, naturais êstes do Rio Grande do Sul, e todos dêle atraídos, introduziram-se na região, através de emprêsas colonizadoras, quase tôdas gaúchas, cujas concessões de terras haviam sido obtidas do govêrno de Santa Catarina. Da primeira etnia citada [alemã], formaram-se Itá, Mondaí, Itapiranga, São Carlos, Palmitos e outras; e da segunda, Capinzal, Barra-Fria, Xaxim, São Miguel do Oeste, além de outras (CABRAL, op. cit., p. 46-47).

O plano de colonização foi interrompido em 1914, por causa da Guerra do Contestado, sendo reiniciado em 1918, após a assinatura (1916) e homologação (1917) do acordo de limites interestaduais entre Paraná e Santa Catarina, pelo qual os dois lados do Rio do Peixe passaram à jurisdição catarinense.

Ainda antes de passar ao controle do Sindicato Faquhar, precisando de milhares de pessoas para trabalhar na construção da ferrovia em terreno paranaense, a EFSPRG, "importou" centenas de migrantes na Europa – alemães, italianos, ucranianos e poloneses – sob a promessa de assentá-los nas terras marginais aos trilhos. Esta corrente imigratória prosseguiu nos anos seguintes, aumentando consideravelmente o contingente europeu que foi instalado, primeiro em terras paranaenses, na margem direita do Rio Iguaçu e, depois, na margem esquerda, então, ao redor da Vila de Porto União da Vitória. A um grupo numeroso de operários, na maioria poloneses e ucranianos, foi viabilizada sua fixação - ainda que provisória – a partir de 1907, nas glebas Iguaçu, Legru, Lageado Liso e Esperança, no trecho da Linha Sul, quando do início da construção do trecho que ia em direção aos Campos de São João e às cabeceiras do Rio do Peixe.

Quando precisou de mão-de-obra para movimentar seu complexo industrial, em 1912, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, em Três Barras, privilegiou a contratação de poloneses e ucranianos originários da Colônia Lucena e das colônias do Vale do Iguaçu, seguindo orientações da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande que, ainda no final do Século XIX, promoveu a vinda destes imigrantes da Europa, bem como o aproveitamento dos que já estavam aqui instalados, para a construção do trecho entre Ponta Grossa e Porto União da Vitória, e para o ramal que demandava a Rio Negro. "Não sendo muito abundante a erva-mate na região, as atividades dos colonos concentraram-se na agricultura. Todavia, dado o grande mercado de trabalho criado pela construção da ferrovia, grande parte da população colonial derivou para aquela indústria, a que se dedicou definitivamente". (RIESEMBERG, 1973, p. 103).

A Cia. EFSPRG, desde 1906, então incorporada ao Sindicato Farquhar, também preferia os eslavos para os trabalhos de assentamento dos trilhos e construção de pontes, pontilhões, caixas d'água e estações ferroviárias no trecho de Porto União da Vitória ao Rio Uruguai. Em 1910, com a abertura do tráfego, novamente deu preferência aos poloneses e ucranianos para trabalharem nas oficinas de manutenção e nos serviços operacionais das linhas, incluindo o preenchimento de cargos de maquinistas, foguistas, chefes-de-trens, chefias de estações e operadores de telégrafo. Isso explica por que, nos primeiros povoados das áreas lindeiras aos trilhos, residiam centenas de famílias de eslavos que não eram agricultores.

As atividades do comércio e dos serviços das cidades localizadas nas margens dos rios Negro e Iguaçu, ou na proximidade destas, foram imensamente favorecidas com a presença eslavo-paranaense, tanto antes como depois da Guerra do Contestado e da vigência do Acordo de Limites. Mafra, vizinhando com Rio Negro, Porto União, vizinhando com União da Vitória, mais Três Barras e Irineópolis, desenvolveram-se permanentemente sob a égide da mistura étnico-racial, recebendo moradores de origem eslava – vindos do outro lado – sem qualquer problema de relacionamento. Isso se verifica diante do fato de que, quando o Contestado foi aberto à colonização, a grande maioria destes imigrantes-paranaenses não seguiu o exemplo dos conterrâneos imigrantes-gaúchos. Ao contrário, ficaram onde estavam.

Neste sentido, a exceção foi com relação a uma parte das colônias do Alto Vale do Rio do Peixe, mais especificamente a de Caçador, que recebeu um bom número de italianos, alemães, sírio-libaneses, poloneses e ucranianos, originários do Paraná, estabelecidos em União da Vitória e em Porto União, ainda alguns anos antes do início do processo colonizatório deflagrado por Santa Catarina para atrair os rio-grandenses, mas isso tem explicação, pois parte das terras pertenciam, até 1917, ao Município de Porto União da Vitória e, deste ano até 1934, ao Município de Porto União[151].

A imigração italiana para Santa Catarina começou, de forma organizada, com registros para a História, a partir do contrato do Império com o Comendador Caetano Pinto, em 1874, destinando colonos para as regiões do Itajaí-Açu, Itajaí-Mirim, Vale do Tijucas e Sul do Estado.

[151] O primeiro "alemão" que se instalou em Caçador, em 1914, Guilherme Gaertner e, o primeiro "italiano", Nicola Codagnone, em 1917, vieram de Porto União da Vitória, ambos acompanhados dos eslavos empregados da Cia. EFSPRG, também saídos do Vale do Iguaçu.

Estas iniciativas, assim, foram oficiais, tuteladas pelo Estado, ainda este que não estava devidamente preparado para receber os imigrantes.

As primeiras notícias de italianos na Região do Contestado estão vinculadas à História do Paraná, sabendo-se da chegada, em 1882, de três imigrantes, para a montagem do vapor "Cruzeiro", lançado para a navegação no Rio Iguaçu. A imigração italiana começou a afluir só em 1875 no país, "atraída pelo governo imperial a quem pareceu sábia a decisão de misturar o elemento latino ao germânico, que prevalecia em todo o Sul do Brasil e que, desde então, começava a ser argumento de alguma inquietação" (DALL'ALBA, 1983, p. 105). Anos depois, em 1897, o engenheiro João Teixeira Soares, ele que seria um dos empreendedores pioneiros da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, proprietário da Fazenda Vila Zulmira, em União da Vitória, trouxe vários imigrantes para este município, entre eles as primeiras nove famílias italianas. A partir daí, incentivou-se a imigração de italianos e chegaram dezenas de famílias para desenvolverem atividades econômicas produtivas, distribuídas entre a cidade e o meio rural, também em áreas do hoje município catarinense de Porto União, espalhando-se pelo Planalto Norte.

Até o tempo da Guerra do Contestado (1913-1916), um mínimo de esparsos italianos fixou-se em cidades de outras áreas do Contestado. Encerrado o conflito regional e após a criação dos novos municípios de Cruzeiro (atual Joaçaba), Porto União e Mafra, teve início o plano de colonização das terras, que atraiu milhares de descendentes de imigrantes italianos das colônias velhas e mesmo das colônias novas do Rio Grande do Sul. Paralela e, simultaneamente ao fluxo de alemães e teuto-brasileiros, as levas de italianos e ítalo-brasileiros, atravessaram o Rio Uruguai e se dispersaram pelo antigo Território Contestado.

No Contestado, a imigração italiana foi marcada pela integração e convivência dos imigrantes (colonos) com a população considerada nativa (caboclos). Não se constituíram núcleos fechados, como ocorreu em outras partes do País e até mesmo no Paraná e em Santa Catarina. Na maior parte, os projetos colonizadores envolvendo os italianos e seus descendentes foram efetivados em colônias mistas, o que não permitiu o avanço da *Italianità*[152] no Contestado naquele momento.

[152] Entende-se a *italianità* como sendo um movimento de defesa e de conservação do complexo social, cultural, econômico e político da sociedade colonial italiana, além de ser uma tentativa de manter laços afetivos, políticos e econômicos com a metrópole de origem (Cf. AZEVEDO, 1975, p. 233).

> Para "evitar" os erros do passado, os imigrantes não deviam formar comunidades homogêneas, e a expressão "colônia mista" tornou-se denotativa da eficácia do processo de assimilação. Nesse caso, as novas áreas de colonização abertas no sul, principalmente no planalto catarinense e paranaense, deviam receber imigrantes de diferentes procedências, e também colonos nacionais, evitando a formação dos chamados "quistos étnicos" (SEYFERTH, 2005).

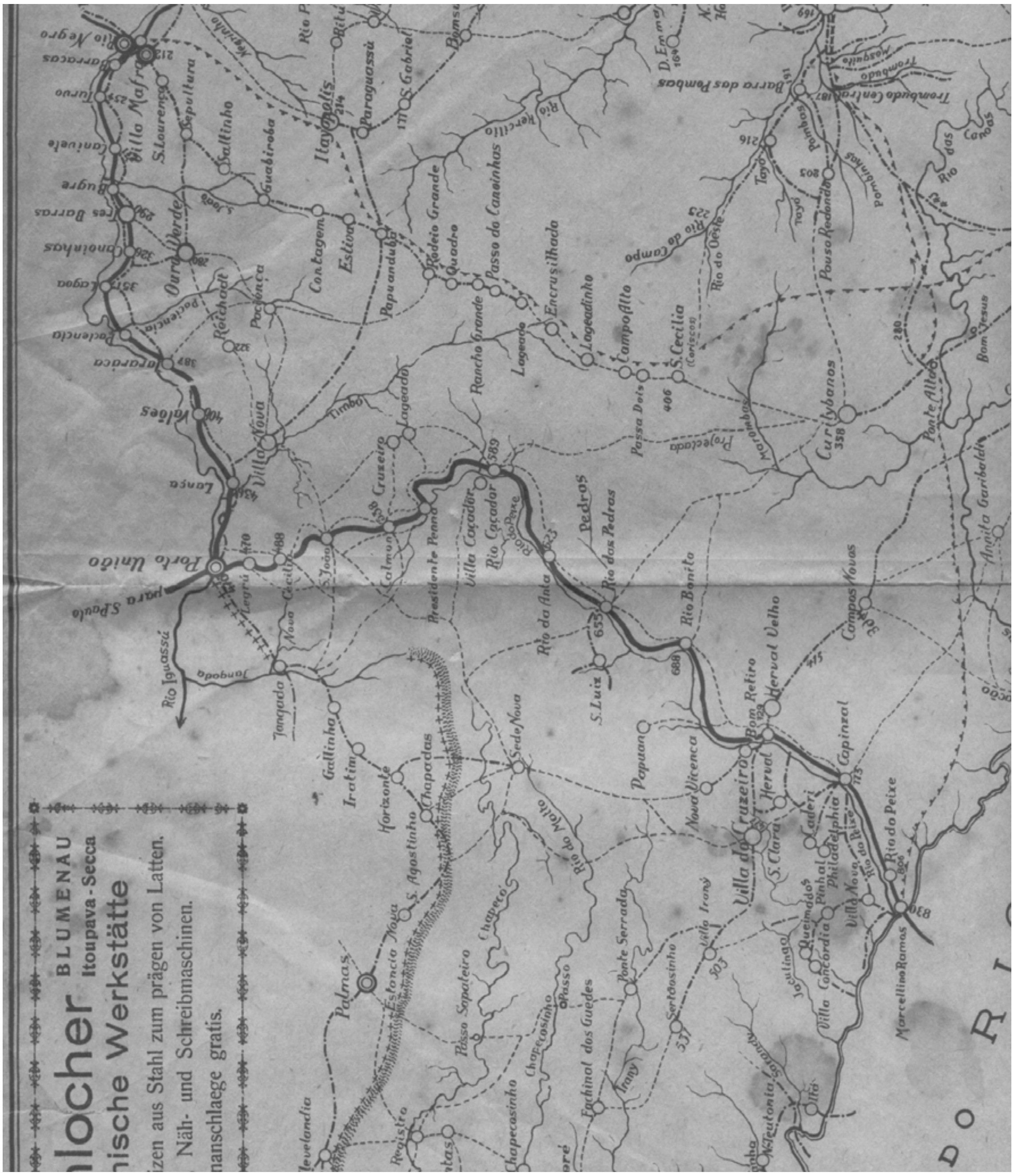
3.5.2 O Chamamento ao Oeste Catarinense

Diferentemente do que aconteceu no Planalto Norte, o Oeste Catarinense, aberto à colonização em 1918, num primeiro momento, não pôde beneficiar-se com a vinda direta de europeus, devido à interrupção das migrações durante a I Guerra Mundial. Por este motivo, nossa História registra que a colonização aqui, na grande maioria, pode ser considerada como "de segunda ou de terceira mão", ou seja, constituída mais por teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros (filhos e netos de imigrantes nascidos no Brasil), do que por alemães, italianos e povos de outras nacionalidades, estes, também na maioria, em nossa região obtendo a segunda ou terceira moradia.

Tratando da imigração e do início do povoamento especificamente nos terrenos que compreendem o atual Grande Oeste Catarinense, para efeito do nosso estudo, estas terras são as localizadas entre o Vale do Rio do Peixe (que corresponde ao Setor Ocidental da Região do Contestado) e a fronteira de Santa Catarina com a Argentina, tendo por limite natural, com o Estado do Rio Grande do Sul, o Rio Uruguai. Este rio foi atravessado em balsas, barcos e pontes por mais de cem mil imigrantes – na maioria italianos, alemães e poloneses – "de origem" ou seus descendentes que, das colônias gaúchas, emigraram em busca de novas terras mais ao Norte e de novas oportunidades de vida, em grande escala, de 1918 até meados da década de 1940. O fluxo que foi interrompido durante a II Guerra Mundial, sendo retomado logo após, porém, com menor intensidade, assim alcançando a 1960, processo que deveu-se à abertura dos núcleos coloniais em 1918, dentro da política de povoamento do Contestado do governo de Hercílio Luz e concretizado à medida em que iam sendo solucionados os problemas fundiários e organizadas as empresas colonizadoras.

MAPA 10:

O CENTRO-OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1930



Fonte: *Carta Rodoviária do Estado de Santa Catharina – 1930*. Acervo partricular de Nilson Thomé.

3.5.2.1 Do Rio Grande do Sul para o Contestado

De modo geral, o processo de colonização, no Rio Grande do Sul, por povos da Europa Central, baseia-se em três correntes imigratórias: alemã, italiana e polonesa. A pioneira foi a alemã (a contar de 1824), seguida da italiana (em 1870) e da polonesa (de 1886 em diante), todas caracterizadas por terem sido feitas à base do trabalho livre e da pequena propriedade, e por terem enfrentado, no início, os mesmos problemas na instalação e de adaptação cultural. Também têm, em comum, o fato de contribuírem decisivamente para a formação da classe média urbana e rural, que veio a ser uma nova força entre a aristocracia oligárquica dominante, calcada no caudilhismo e no coronelismo, e os trabalhadores escravos e assalariados.

Os imigrantes constataram que somente poderiam enraizar-se neste "Novo Mundo" caso se mantivessem unidos e se solidificassem familiarmente. A mão-de-obra, ali inexistente e necessária para o desenvolvimento dos núcleos, teria que ser produzida no interior das próprias famílias. Daí, a geração de muitos filhos por casal. No passar dos anos, com a limitação geográfica das colônias impedindo a ampliação dos lotes, os filhos dos casais pioneiros, ao atingirem a idade adulta, tiveram que buscar novas terras, dividindo-as também com as novas levas de imigrantes que continuaram a chegar e já se dirigiam às colônias novas. Os períodos de redução da imigração externa, entre um plano e outro, vieram a favorecer as gerações que já estavam acostumadas às terras rio-grandenses.

Sempre na busca de novas terras, por volta de 1900, verificou-se um novo movimento migratório interno no Rio Grande do Sul, com o deslocamento simultâneo de famílias de imigrantes alemães, poloneses e italianos para o Norte do Estado, nas regiões de florestas e beirando os campos, alcançando o Rio Uruguai. Esta migração interna, que logo chegou em áreas de Lagoa Vermelha e Passo Fundo, em seguida apontou em Erechim, Getúlio Vargas, Nova Prata, Sanaduva, Sarandi, Carazinho, Frederico Westphalen e dezenas de outras comunidades entre o Norte da Região Missioneira e as margens do Rio Uruguai, na divisa com Santa Catarina.

As diversas empresas colonizadoras que se estabeleceram no Grande Oeste Catarinense, organizadas tanto em Santa Catarina como no Estado do Rio Grande do Sul, intensificaram no solo rio-grandense a propaganda das "terras novas", justamente por encontrar ali uma população possível de ser atraída mais rapidamente. Com prazos a cumprir para a venda de lotes e para abrir estradas entre as glebas, salvo uma exceção, planejaram colônias mistas, ou seja, tanto lhes fazia

que os compradores fossem de origem germânica, itálica ou polonesa, católicos ou protestantes. A publicidade escrita, em jornais, nos almanaques, nas revistas ou por panfletos, foi feita em todas as cidades e núcleos coloniais (velhos e novos) do Estado sulino.

Em 1916, a população catarinense era estimada na ordem de 560 mil, nela incluindo-se os 15 mil habitantes que se supunha existir em Campos Novos e os 28 mil que estariam residindo em Curitibanos e Canoinhas, assim totalizando-se 43 mil no Contestado-Catarinense. A estes, adicionaram-se 32 mil pessoas, extraídas das áreas anexadas dos municípios de Palmas, Clevelândia, Rio Negro, União da Vitória e Itaiópolis, ou seja, do Contestado-Paranaense. Assim, a população do Território Contestado, em 1917, quando ocorreu a anexação das terras que pertenciam ao Estado do Paraná, era estimada em apenas 75 mil, quando, para Santa Catarina, estimava-se em 592 mil o número de seus habitantes (PIAZZA, 1994, p. 300-302).

Um ponto-de-partida para estudos demográficos mais recentes do Território Contestado, agora especificamente da Região do Contestado, pode ser o censo Demográfico do IBGE de 1920, realizada três anos depois do início da colonização das terras, que anotou a presença de 93.328 pessoas no Centro-Oeste e o total de 668.791 no Estado.

Pelos mesmos fatores que provocaram a migração interna de italianos, alemães e poloneses das suas colônias velhas em direção ao Setor Setentrional Rio-grandense, as terras despovoadas ou subpovoadas aquém do Rio Uruguai atraíram os desbravadores do Norte, Noroeste e Nordeste do Rio Grande do Sul. Alemães, italianos, poloneses, teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros, com suas numerosas famílias (não raras delas com mais de dez filhos), atraídos pela farta publicidade das novas colônias no Oeste Catarinense, começaram a adquirir os lotes coloniais nas diversas “linhas” (travessões) no outro lado do Rio Uruguai.

As empresas colonizadoras copiaram, aqui, o modelo que havia sido utilizado muitos anos antes para povoar o Rio Grande do Sul. Nem poderia ser diferente, pois o sistema era um paradigma rio-grandense para a abertura de núcleos coloniais e a grande maioria dos colonizadores descendia dos imigrantes pioneiros do vizinho Estado. A única diferença no sistema de “linhas”, entre rio-grandenses e catarinenses, verificamos na aplicação do traçado. Enquanto lá era uma linha reta, imaginária, aqui, era considerada como “guia viária”, tortuosa, acompanhando as curvas dos morros, sobre ela abrindo-se as estradas rodoviárias, com os lotes, menores, distribuídos à direita e à esquerda, sobrepondo-se até os limites das glebas; para chegar

a um lote mais distante, o colono precisava passar pelos lotes que os separavam das linhas (estradas).

Ainda quando chegados ao Brasil, os imigrantes da Europa Central já conheciam o trigo, a cevada, o centeio, a batata-inglesa, o repolho, legumes, hortaliças, a lentilha, o arroz, a videira e as frutas de clima temperado, como maçãs, peras, ameixas e cerejas, mais a carne defumada e os produtos derivados do leite. No Rio Grande do Sul, conheceram o feijão, o milho, a mandioca, o amendoim, o pinhão e as frutas silvestres. Todas estas culturas alimentares já eram, portanto, dominadas e cultivadas pela população que adentrou o Oeste de Santa Catarina, tanto para serem alimentos de consumo, como para serem utilizadas na comercialização, por escambo ou venda. Também já vieram habituados ao chimarrão, à feijoada e ao churrasco.

3.5.2.2 Os Novos Quadros Urbanos

Quando foi "dada a largada" para o povoamento do território anexado, existiam, no Contestado, apenas seis vilas, com ares de cidades: Campos Novos, Curitibanos e Canoinhas (que já pertenciam a Santa Catarina) e Porto União, Itaiópolis e Mafra (recebidas do Paraná). Outros dois municípios, que podem ser considerados pioneiros - Chapecó e Cruzeiro - tiveram suas sedes instaladas em pequenos povoados, iguais a alguns outros que se haviam formado na região antes de 1917.

As empresas colonizadoras agiram de diferentes formas em relação à reserva de um espaço, no interior de cada gleba de terras a ser colonizada, destinada a sediar um núcleo urbano, considerado como "sede" da colônia. Algumas foram felizes na escolha do local e, onde posicionaram o "escritório da companhia", à sua volta, instalaram-se aqueles imigrantes que, não sendo agricultores, necessitavam estar estrategicamente colocados para desenvolverem suas atividades, voltadas ao atendimento da colônia. Outras, viram as suas "plantas" serem preteridas, com as aglomerações urbanas surgindo em pontos onde não havia previsão para tal.

Ao Norte do Rio do Peixe e nas suas cabeceiras, a *Brazil Development & Colonization Company* desenhou três núcleos urbanos, divididos em quadras perfeitas, servidas por avenidas, praças e ruas, tendo as estações ferroviárias da EFSPRG ao centro, que, ao seu ver, depois de vendidos os lotes, seriam as mais importantes cidades no futuro: São João (hoje Matos Costa), Calmon e Presidente Pena. Nenhuma delas vingou de imediato, uma vez que não atraíram os

imigrantes que vinham do Rio Grande do Sul e mesmo do Paraná ou do Litoral Norte Catarinense.

Descendo o Rio do Peixe, onde a empresa norte-americana repassou as terras para comercialização através de empresas particulares, a projeção das futuras cidades deveria ter sido feita pelas colonizadoras, o que não aconteceu. Interessadas apenas em vender os lotes coloniais o mais rapidamente possível, elas optaram por traçar uma ou algumas ruas, quase sempre com curvas, a partir das estações ferroviárias, ruas estas que, prejudicadas pelo acentuado relevo, demandariam às "linhas". Não houve, assim, a preocupação inicial de desenhar plantas para futuras cidades. Foi o que aconteceu junto às estações de Rio Caçador (Caçador), Rio das Antas, Princesa Isabel (Ipoméia), Rio das Pedras (Videira), Pinheiro Preto, Rio Bonito (Tangará), São Bento (Ibicaré) Bom Retiro (Luzerna), Herval (Herval d'Oeste e também Joaçaba), Barra Fria (Lacerdopolis), Rio Capinzal (Capinzal e também Ouro) e Rio do Peixe (Piratuba e também Ipira).

3.5.3 O isolamento sócio-cultural do caboclo

Como ainda era grande o número de pessoas que residiam em terrenos considerados devolutos, sem registro legal, o Governador do Estado, Adolpho Konder, editou a Lei nº 1.555, de 27 de outubro de 1926, dando um "ultimato" aos pequenos ocupantes ilegais de terras, chamando-os para negociar as propriedades a legalizá-las junto ao Estado, sob pena de despejo sumário:

> Art. 2º - Os intrusos ou invasores que têm morada habitual e cultura effectiva nas terras devolutas por elles occupadas, serão intimados de accordo com as disposições do Capitulo V do Regulamento baixado com o Decreto n. 129 de 29 de outubro de 1900, cabendo-lhes o direito de requerer uma área até 30 hectares no litoral e até 100 hectares serra cima que lhes será concedida pelo preço da tabella em vigor, pagavel em cinco prestações annuaes; a primeira um ano depois da medição e as outras em igual epoca dos annos seguintes, além da taxa de metragem, despesas da medição e emolumentos do titulo.
> Art. 3º - Aos miseraveis, na mesma situação, concederá o Governo até 25 hectares a cada familia, ao preço minimo da tabella, com as condições de pagamento estipulado no artigo antecedente.
> Paragrapho unico - Os agentes do Comissariado geral tem o direito de exigir garantias para o pagamento da taxa de metragem e despesas de medição.
> Art. 4º - Os miseraveis a que se refere o artigo anterior deverão requerer ao Governador, allegando sua indigencia que será attestada por tres pessoas, autoridades ou commerciantes da região.

> Art. 5º - Os intrusos que não quizerem sujeitar-se a requerer as terras que occuparem, nos termos dos artigos 2º, e, serão compellidos a despejo, promovido pelo Promotor Público da comarca em que estiverem situadas as terras.

Mas muitos "intrusos, invasores ou miseráveis" não chegaram a conhecer a lei, nem tinham recursos para custear os processos ou pagar os preços pedidos, que eram em torno de 15$000 a 20$000 por hectare, assim sendo obrigados a sair das suas terras. Houve colonizadores que, sensibilizados, facilitaram a venda ou destinaram gratuitamente parte das suas glebas para alguns dos excluídos, como foi o caso de Ernesto Bertaso, em Chapecó, na região Oeste.

> Havia entre os caboclos de Chapecó, a respeito de terras, uma falsa concepção do que era posse: eles confundiam intrusamento com posse. Para eles, o fato de se estabelecerem com um pobre rancho e uma pequena roça em terras do estado ou de particulares, lhes dava o direito de propriedade. Deus sabe a luta insana que tínhamos para explicar a eles que o Governo não podia dar terras, que a lei não permitia isso. Podia apenas vendê-las por preço barato e a prazo longo. Achavam que o governo podia tudo e que, em parte, eu, seu agente, era o culpado de não serem atendidos. Tinham manifesta má vontade para com os elementos coloniais de origem estrangeira, para com os gringos. Os métodos de trabalho destes, a constância, a organização, tudo isso que trazia a estes tão rapidamente a prosperidade, enquanto eles, caboclos, continuavam naquela pobreza, irritava-os, enchia-os de despeito. Não queriam a sua vizinhança porque não queriam motivos de comparação. Muitos já ameaçavam ir embora para o Paraná ou mesmo para o Mato Grosso, visto que iam ficar apertados entre aqueles gringos que aí vinham (BREVES 1985, p. 26).

Os estudos dos processos integrados de imigração, colonização e "novo" povoamento do Território Contestado pós-1917 consideram, obrigatoriamente, a presença anterior da população cabocla nas terras da região. Os caboclos de todo o nosso território eram praticamente da mesma natureza, entretanto, historicamente, os do Oeste diferenciaram-se dos caboclos do Meio-Oeste e do Planalto Norte, porque os da Região do Contestado rebelaram-se e se envolveram na Guerra do Contestado (1913-1916), o que não aconteceu com os residentes em outras áreas além do Rio do Peixe, que se mantiveram pacíficos. Adiante no tempo, os dois "tipos" de caboclos levaram a mesma pecha de "intrusos" nas terras sob colonização.

> O problema da posse de terras no vale do Rio do Peixe foi dramático, gerando a difusão de pequenas propriedades paralelamente à formação de grupos humanos residuais que até hoje são reconhecidos como "caboclos" sem-terra, freqüentemente em estado de penúria econômica e marginalidade social. Muitos dêles são oriundos dêsses antigos ocupantes desalojados de suas rudimentares roças pela organizada emprêsa que adquiriu, a preços vis, a mais valorizada faixa de terras que acompanha o fértil vale.
> No Extremo-Oeste, a ocupação de "intrusos" também precedeu a ofensiva da ocupação estabelecida na esteira da ocupação do Meio-Oeste. O vulto desta antecipada ocupação por elementos provindos de áreas diversas, de áreas catarinenses e gaúchas, é, entretanto, menor do que o ocorrido no Vale do Rio do Peixe. Mas a expulsão ainda ocorre, em função de outros fatos, e problemas sociais de rurícolas sem-terras turvam o panorama de desenvolvimento rápido que se observa nessa Zona extrema do território catarinense (LAGO, 1968, p. 110).

No início do Século XX, a presença do caboclo "avulso" que vivia na região, seja como agregado, como arrendatário, como empreiteiro ou pretendente a posseiro, foi importante para os primeiros colonos imigrantes, que começaram a chegar mesmo em pequeno número ainda no século anterior. Tendo aprendido dos índios, repassou aos récem-chegados, por exemplo, o reconhecimento das espécies florestais e suas variadas utilidades, inclusive alimentares e medicinais, a identificação de tipos de solos apropriados a cultivos, as fases da extração da erva-mate, os nomes dos principais acidentes geográficos, alertou-os sobre as enchentes dos rios. Ressalte-se a importância dos caboclos para condicionar um quadro social de maior contraste na região, mesmo depois de praticamente dizimados na Guerra do Contestado. Os caboclos eram chamados de "intrusos" desde os episódios da formação das estâncias criatórias nas áreas campestres do Planalto:

> Mesmo desalojados de suas terras, sem títulos de propriedade, quando a massa de colonos chegava, tenderam a se infiltrar nos espaços vazios entre uma colônia e outra e, também, nos interstícios funcionais que emergiram em decorrência de transformações de sociedades de economia primária, mas com impulsos suficientes para induzir efeitos em outros setores e, consequentemente, abrir o quadro de ocupações de trabalho (LAGO, 1978, p. 129).

O fim da Guerra do Contestado não foi o fim da violência na Região do Contestado, pois ela não acabou com o homem do Contestado. Vencidos na guerra, rendidos e derrotados, envergonhados, tendo sido processados e presos, centenas de caboclos voltaram aos seus pontos de origem, condenados pela opinião pública e discriminados pelos rótulos. Evitaram contatos, internaram-se nos sertões, fugiram das cidades e distanciaram-se da civilização.

Depois de 1918, iniciado o processo de colonização nas terras demarcadas pela *Brazil Railway Company*, através da Companhia Estrada de Ferro, da *Lumber* e da *Brazil Development Company,* centenas de famílias caboclas continuaram ocupando áreas que consideravam livres... e das antigas terras, que tinham como devolutas, gradativamente foram sendo, de novo, sumariamente expulsas, à medida em que a ânsia de madeireiros avançava sobre os pinhais nativos, em que as levas de imigrantes se instalavam nas terras que pensavam ser suas e, à medida em que a gula de fazendeiros estendia suas cercas de arame farpado até limites a perder-de-vista.

Nas décadas de 1920 e 1930, em praticamente todas as glebas destinadas à colonização, encontravam-se famílias moradoras de há muitos anos, abrindo-se uma nova frente de conflito[153], pois alguns colonizadores – não todos – ameaçaram expulsá-las, com o uso da força policial, ou mesmo, através de capangas e capatazes, ou melhor ainda, de "pistoleiros-de-aluguel".

Os franciscanos atuavam na Paróquia de Palmas (PR) desde 1892, sendo que a Prelazia[154] foi criada em 1933, desmembrada da Diocese de Lages, assim permanecendo até 1959, quando foi criada a Diocese de Palmas, simultaneamente à criação da Diocese de Chapecó. O primeiro bispo palmense, Dom Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira de Mello, enquanto Monsenhor Frei Carlos Eduardo, registrou sua ação evangelizadora como segundo administrador da "Prelazia de Palmas", esta que na década de 1930 abrangia os municípios de Palmas, Clevelândia e União da Vitória, no Paraná, e de Chapecó e Cruzeiro, em Santa Catarina, no território entre os rios Iguaçu e Uruguai, antes disputado pelos dois Estados. Pouco adiante no tempo, o bispo discorreu sobre a sua prelazia a partir de uma divisão do espaço em três zonas: a de campanhas, a do mato e a de colônia[155]. Aqui, o franciscano deixa transparecer o diferencial existente entre o fazendeiro, o caboclo e o colono na fase final da República Velha:

> A diferença entre estas três zonas ocasiona diferença entre a população. Na campanha há fazendas de criação de gado, a léguas de distância uma da outra, com sua vida particular, ambientada neste único afã próprio delas; a população são fazendeiros e seus agregados que vivem com os olhos pregados na criação e o que de perto se relaciona com ela. No mato vive o caboclo, em míseros ranchos de tábuas lascadas e chão de barro socado, ocultos nos grotões e entre as frinchas das árvores, rodeadas de suas minúsculas lavouras "para o gasto". Mal cercadas, por onde se enfia a pequena criação caseira barafustando por toda a parte; só longe das habitações plantam suas roças de milho, feijão, trigo e arroz, no intuito quase exclusivo de só tirar o necessário para si, a

[153] Em tempos recentes, de outros e novos conflitos e entreveros, registrados entre posseiros e grileiros, entre facções coronelistas, entre forças políticas e militares, mais de uma vez o caboclo reagiu ao seu modo, de novo não hesitando em apelar ao emprego do instrumento que, no passado, tanto lhe ensinaram usar e impregnaram na sua cultura: a violência, a impetuosidade, o uso da força bruta braçal, algo típico dele, uma das poucas armas que restaram ao seu alcance. E o que é "violência", senão força bruta, grande impulso ou ímpeto? E o que é "ser violento", senão ser impetuoso, agitado, tumultuoso, fogoso, intenso, referindo-se àquele que atua com força? Só com estas características o primitivo homem do Contestado conseguia viver (e sobreviver) no seu cotidiano nesta "terra-de-ninguém".

[154] Segundo o Código de Direito Canônico, "A Prelazia territorial ou abadia territorial são uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, Cujo cuidado, por circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado ou Abade, que governa como seu próprio pastor, à semelhança do Bispo Diocesano" (Cân. 370).

[155] *Nossos Trabalhos em Palmas*. Revista Vida Franciscana, ano 1, n. 1. Petrópolis: Vozes, novembro 1942, p. 7-10. *Apud*: CPEAS. Centro Pastoral Educacional e Assistencial Dom Carlos. MENDES, Adilson Miranda. RODRIGUES, Eloyna Ribas Rodrigues. ROCHA FILHO, João Paulo (Orgs,). *Dom Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira de Mello. Biografia Documental.* Palmas: CPEA, 2002.

> família e a criação. Nas colônias, o lavrador ergue sua casa bem arrumada, após os primeiros anos de rude labutar; planta a roça ali perto de casa, faz a colheita em grande escala, leva o produto ao mercado, movimentando assim o comércio e atraindo a indústria, sem o que a colônia nem poderia subsistir, e este comércio, por sua vez, incentiva à maior produção, e a indústria bosqueja as suas primeiras tentativas na extração da madeira, no beneficiamento do fumo, do trigo, do arroz, da uva, de tudo, no fabrico de tijolos e telhas, na confecção de crina vegetal e, nos últimos tempos, na extração da celulose, fomentando de sua parte o comércio, revertendo em maior desenvolvimento da agricultura e com isto em crescente progresso da indústria mesma. Esta forma diferente de vida distancia ou aproxima os moradores de cada zona (CPEA, 2002, p. 215-216).

3.6. ESCOLARIZAÇÃO EM SANTA CATARINA – REPÚBLICA VELHA

Desde 1911, o panorama educacional catarinense era regido pela reforma protagonizada pelo Governo de Vidal Ramos Júnior, quando se inauguraram no Estado os grupos escolares, ação coordenada por Orestes Guimarães, que estendeu-se até 1935. Neste meio-tempo (1923 e 1928) Orestes Guimarães reformulou sua reforma-primeira, de 1911.

No longo percurso desta Reforma, aconteceram modificações na sua estrutura básica, promovidas pelo próprio Orestes Guimarães, como, por exemplo, as expressas na Lei nº 1.448, de 29 de agosto de 1923, legislação que modificou o calendário escolar, alterou os sistemas de exames e criou conselhos escolares familiares. Em 1927, aconteceu a Primeira Conferência Estadual do Ensino Primário, em Florianópolis. Já em 1º de outubro de 1928, pela Lei nº 1.619, a instrução pública foi novamente reorganizada, originando revisões dos programas escolares e a adoção de métodos mais práticos para várias disciplinas.

3.6.1 Reformas Estaduais na Década de 1920

Após 1911, ano da Reforma Rivadávia Correia e, depois de 1915, com a Reforma de Carlos Maximiliano, enquanto educadores brasileiros reviam seus conceitos sobre a educação nacional, antes da próxima reforma – a de Rocha Vaz, em 1915 – e em seguida ao fim da Primeira Guerra Mundial, na direção da Instrução Pública em São Paulo, em 1920, Antônio Sampaio Dória iniciou uma política administrativa contra velhos métodos e técnicas de ensino no seu Estado. Deu atenção às idéias de Antônio Carneiro Leão, considerado o pioneiro do

movimento de renovação educacional paulista, com o lançamento do livro *"A Educação"* (1909) e após a edição de seus livros *"O Brasil e a Educação Popular"* (1917) e *"Problemas da Educação"* (1919). Os debates sobre novas idéias que surgiam no exterior, já estavam a exigir dos educadores brasileiros uma formulação ao problema pedagógico sobre novas bases sociológicas, psicológicas, biológicas, ativistas.

> A 1ª grande guerra, 1914-1918, introduziu modificações no campo internacional e nacional, e propulsionou, entre nós, movimentos de reconstrução e renovação da vida nacional. Orientações políticas as mais diversas e suas ideologias, correntes filosóficas, culturais, novas experiências nos setores urbanos, econômico-sociais, influenciaram também o campo educacional: eram as reformas nos planos de educação e reorganizações de sistemas escolares na Europa, impelidas por um pensar da realidade social que fundamentaram e estruturaram os novos regimes políticos da Alemanha nazista, da Itália fascista, da Rússia estalinista, e que, também, constituíram a garantia de estados democratas, no sentido essencialmente formativo de seu ensino, orientado por uma concepção total da vida e fidelidade ao próprio ser do homem e ao espírito nacional, de formação cristã, tais os debates sobre educação e o sentido das experiências pedagógicas na França, católica, na Inglaterra, anglicana, e nos Estados Unidos da América do Norte, protestante (MIRANDA, 1975, p. 65).

O ideário educacional da década de vinte encontrou terreno propício para a sua concretização a nível regional – nos Estados e no Distrito Federal – com o fortalecimento e o predomínio de algumas unidades federadas, no domínio das decisões políticas, das atividades econômicas e das experiências sociais, correspondente à doutrina do "estadualismo" em matéria de escolarização.

> [...] entre 1920 e 1929, particularmente, a instrução pública nos estados e no Distrito Federal sofre muitas alterações, de que resultam a ampliação da rede escolar, o melhoramento das condições de funcionamento das instituições escolares existentes, a criação de novas instituições, até mesmo de caráter para-escolar, com o que se estende o raio de ação da escola e novas funções lhe são atribuídas – e o estabelecimento de novos órgãos de natureza técnica, com o objetivo de tornar o complexo administrativo-escolar mais adequado á nova situação (NAGLE, 1976:190).

Ponto importante para a concretização de reformas educacionais estaduais na década de 1920, foi a criação da Associação Brasileira de Educação, no Rio de Janeiro, em 1925, ela que, em relação ao Movimento dos Pioneiros da Escola Nova, na década seguinte,

> [...] se não foi a origem do movimento, foi, todavia a medida prática tomada pelo movimento para objetivar os seus propósitos e ganhar forças junto às autoridades competentes [...]. Ela representava, antes, a tomada de consciência e o compromisso assumido por um grupo no engajamento por uma luta que iria perdurar alguns decênios (ROMANELLI, 1989, p. 129).

As reformas estaduais dos anos 20 abriram caminho para a revolução da política educacional brasileira a nível nacional, na década seguinte, consubstanciando-se bastante em publicações de estudos de educadores, entre eles destacando-se: Lourenço Filho, com *"Introdução ao Estudo da Escola Nova"* (1930), Fernando de Azevedo, com *"Novos Caminhos e Novos Fins"* (1931), Anísio Teixeira, com *"Educação Progressiva"* (1933), mais Alceu de Amoroso Lima, com *"Debates Pedagógicos"* (1931) e Jônatas Serrano, com *"Escola Nova"* (1932). O grande marco inicial reformador da educação a nível nacional foi a reforma promovida por Francisco Campos, em abril de 1931, seguida pelo *"Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – A reconstrução educacional no Brasil. Ao Povo e ao Governo",* documento redigido sob a liderança de Fernando de Azevedo, publicado em 1932. Ainda nos anos de 1930, a este dois marcos, seguiram-se outras ações que, a nível regional, vieram a aperfeiçoar os sistemas estaduais de ensino.

É interessante notar que, enquanto que os Estados reformavam e modelavam partes de seus sistemas escolares do ensino primário e normal, e, com isso, aceleravam o desenvolvimento de novos padrões de ensino, a União procurava manter as feições tradicionais da escola secundária e superior. A separação dos sistemas limitou os resultados que poderiam ser obtidos para a competência governamental de gerência da educação e para a identificação de um padrão cultural brasileiro.

Nas reformas administrativas do ensino primário e normal, acompanhando as idéias novas, além da preconizada por Sampaio Dória, em São Paulo, destacaram-se: a de Lourenço Filho, no Ceará (1922-1923), a de José Augusto, no Rio Grande do Norte (1925-1928), a de Carneiro Leão, em Pernambuco (1928), a de Lisímaco da Costa, no Paraná (1927-1928), a de Francisco Campos e a de Mário Casassanta, em Minas Gerais (1927-1928), a de Anísio Teixeira, na Bahia (1929), mais a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928). Carneiro Leão teve mérito anterior, em reformas no Distrito Federal, em 1922 e em 1926. Estas reformas cumpriam o papel de ajustar as diferentes visões dos que estavam no poder, mas também indicavam a necessidade de tornar os governos estaduais os agentes intencionais de mudanças. Quanto às modificações introduzidas em cada reforma, procuravam ajustar aspectos que vinham sendo discutidos bem como incorporar experiências de outros Estados considerados mais avançados, a exemplo de São Paulo, como foi, inclusive, o caso de Santa Catarina.

Havia a expectativa de a educação corresponder eficazmente com respostas aos problemas políticos e sociais que o emergente processo de industrialização colocava para nosso país na década de vinte. As reformas levadas a efeito na década de 1920, nos principais Estados do Brasil, voltaram-se à adaptação do sistema escolar às exigências de uma sociedade nova, de forma industrial, em franca evolução para uma democracia social e econômica. As propostas "renovadoras" possuíam um inequívoco sentido modernizante, uma vez que, neste mesmo tempo, o industrialismo passou a ser visto, no Brasil, como o "ideal civilizatório da sociedade" (MORAES, 2000, p. 31).

Segundo CUNHA (1986, p. 147), na segunda metade da década de vinte verificou-se "tanto uma espécie de ensaio geral da política educacional do Estado Novo, quanto o esboço de uma política educacional preventiva, com um ou outro traço liberal". Esta década corresponde à segunda fase do movimento pré-escolanovismo no Brasil, o da difusão e das realizações, se considerarmos que uma primeira fase, anterior a 1920, seria a preparatória. Teremos da década de 1920, de forma sincrônica, as pregações das idéias liberais, simultaneamente a difusão sistemática dos ideais da Escola Nova, o aparecimento de nova literatura nacional, com trabalhos da "nova pedagogia" e a reestruturação das instituições escolares.

3.6.2 Os Grupos Escolares em Santa Catarina: Destaque

Vimos anteriormente que São Paulo foi o Estado pioneiro na implantação dos "grupos escolares", um modelo de organização escolar que, posteriormente, disseminou-se pelo território nacional com acentuada repercussão política e social. Este modelo de escola diferenciava-se da escola isolada por proporcionar em um só prédio, ensino graduado com classes homogêneas e vários professores. Modelo ímpar, logo consagrado, em sua origem, serviu como referência para praticamente todos os demais Estados brasileiros.

> A criação dos grupos escolares integra o projeto republicano catarinense de "reinvenção das cidades", as quais deveriam se adequar aos padrões de urbanidade dos grandes centros, ou dos centros que emcarnassem de forma mais visível os padrões urbanos de modernidade. Sua localização geográfica oferece indicativos de que estes não atendiam a um conjunto alargado da população, mas serviam como símbolos importantes que demarcavam força política, registravam ação governamental e disseminavam um ideal de escola que prometia o alcance do progresso, a modernidade, a redenção. Quem sentasse em seus bancos teria um lugar "assegurado" na tessitura sócia (SILVA, 2006, p. 345).

Como proposta inovadora de organização do ensino primário, a implantação dos grupos escolares incorporava o projeto político civilizador da República e a possibilidade de corrigir as deficiências das escolas isoladas, consideradas ineficientes, com precário atendimento e vulnerável ao poder político local dos municípios onde eram situadas, longe dos centros urbanos. A criação dos grupos escolares surgiu no interior de um projeto político republicano com implicações na educação pública e na história da educação, pois

> [...] Introduziu e ajudou a introduzir uma série de modificações e inovações no ensino primário, auxiliou na produção de uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano entre eles a consagração da República. Ainda generalizou no âmbito do ensino público muitas práticas escolares em uso nas escolas particulares e circunscrita a um grupo social restrito - as elites intelectuais, políticas e econômicas. (SOUZA, 1998, p. 58)

O modelo de escola primária "Grupo Escolar" foi idealizado a partir do modelo da "Escola Graduada" impantada na Europa e nos Estados Unidos em fins do século XIX e tida como uma organização escolar administrativa e pedagógica mais complexa para aperefeiçoamento do ensino primário.

> Esse modelo escolar em circulação, considerado moderno e o mais adequado para a universalização do ensino primário, foi adotado no estado de São Paulo em 1893, no contexto da reforma da instrução pública calcada na formação de professores (reforma da Escola Normal e criação da Escola-Modelo), na renovação dos métodos de ensino (emprego do método intuitivo) e na difusão da escola primária (criação de escolas de diferentes tipos – escolas isoladas, escolas reunidas, escolas noturnas e grupos escolares – e expansão de vagas), instituindo-se como escola modelar, símbolo do regime republicano e dos ideais de progresso e civilização (SOUZA & FARIA FILHO, 2006, p. 27).

O protótipo de escola-modelo foi de pronto aplicado na estruturação dos grupos escolares, que foram disseminados pelo estado de São Paulo, expandindo-se rapidamente pelas cidades do interior, vistos como representação de modernidade na instrução pública, ao mesmo tempo em que esse modelo passou a ser adotado por outros estados, neles – a exemplo de Santa Catarina – aqui igualmente acolhido como excepcional inovação no ensino primário, ou seja, símbolo de modernização educacional[156].

Já em 1908, o governo do Estado de Santa Catarina dispôs, pela Lei nº 780, de 22/08/1908, sobre a criação de dois grupos escolares na capital, para absorver seis escolas

[156] Sobre os grupos escolares, sua expansão pelo Brasil, ver: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971).* Campinas: Mercado de Letras, 2006.

primárias que seriam suprimidas, prevendo a construção de dois prédios, no padrão arquitetônio sugerido em São Paulo. Depois de decidida a Reforma de 1911, em Santa Catarina, rapidamente o Governo do Estado construiu os primeiros seis edifícios para abrigar os grupos escolares, pensados ainda em 1904, e agora já funcinamento – em Laguna, Florianópolis (dois), Blumenau, Lages e Itajaí, com exceção de Joinville, onde foram aproveitadas instalações para sua unidade. Todos prontos em 1917, dos Estados Unidos e de São Paulo para eles vieram a maior parte dos mobiliários e dos laboratórios de ciências.

> Essas modernas instituições foram projetadas de forma a abrigar com maestria os pressupostos do método intuitivo, ou lição das coisas, que primava por um ensino que partisse do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do particular para o geral, da síntese para a análise, enfim, um conjunto de procedimentos que se julgava mais afinado com as necessidades da época, particularmente a necessidade de instrumentalizar desde a infância o homem que o Estado – ancorado num pretenso espírito republicano – desejava ver ciurculando pelas cidades e compondo seus quadros administrativos e políticos, que se ampliavam de forma ímpar numa reorganização da máquina pública "liberta" pela proclamação da República. Não é de estranhar que a elite política e administrativa do estado catarinense tenha sentado nos bancos dos grupos escolares. Essas escolas congregavam o que, em termos de ensino, havia de melhor à época (SILVA, 2006, p. 345).

O "Regimento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina" foi editado em 2 de maio de 1914, pelo Decreto nº 795, um extenso documento de 342 artigos que disciplinavam todos os aspectos da vida escolar.

> A disciplina que se exigia dos alunos era muito rígida; empregavam-se penas disciplinares e normas regulavam até a organização dos recreios e a formatura dos alunos, por altura, dois a dois, antes de entrarem na sala de aula. Havia, por assim dizer, um clima de normalização militar, regulando o funcionamento dos estabelecimentos de ensino. Todo o material utilizado na escola era determinado pelos órgãos dirigentes do ensino; o uso de qualquer material estava sujeito a detalhada justificação (FIORI, 1975, p. 113).

Incorporando o ideário republicano de educação e representando o símbolo de modernização da sociedade brasileira, os edifícios dos grupos escolares representavam o modelo de escola urbana moderna de melhor qualidade, em instalações especialmente construídas para propagar o ideário republicano bem como divulgar a ação do governo. Os prédios eram construídos em locais privilegiados e com projeto arquitetônico que se integrava às construções modernas que surgiam nas cidades maiores. Era a demonstração inequívoca de propaganda do governo e do grau de importância que dava à causa do ensino.

> O edifício do Grupo Escolar congregava diversas classes de alunos, cada uma delas com seu professor responsável, sob a supervisão de um diretor. [...]. As vantagens inovadoras do grupo escolar eram intensamente analisadas pelos educadores da época:

> divisão do trabalho, seriação do ensino e economia de instalações pedagógicas (FIORI, 1975, p. 99).

3.6.3 O Ensino Secundário na década de 1930

Durante a República Velha – e mesmo nas décadas seguintes – o ensino secundário em Santa Catarina manteve-se permanentemente fechado para as classes populares, ficando circunscrito aos filhos das elites. Não era prioridade e nem considerado direito constitucional[157].

Assim, na década de 1930, além do Ginásio Catarinense (de 1892) e da Escola Normal (de 1891), ambos da Capital, funcionavam apenas: Ginásio Diocesano, de Lages; Colégio Santo Antonio, de Blumenau; Ginásio Lagunense, de Laguna; Ginásio Barão de Antonina, de Mafra, Ginásio Aurora, de Caçador; e Colégio Coração de Jesus, de Florianópolis. Somente na segunda metade da década de 1940, com o término do Estado Novo, o ensino secundário em Santa Catarina conheceria nova, mas ainda tímida expansão. Em 1932, havia 1.416 alunos matriculados em cursos secundários no Estado, número que chegou a 12.145 em 1950, chegando a apenas 26.345 no ano de 1960.

Fruto do contexto político-educacional gerado pela Revolução de 1930, endossando uma nova política de assimilação cultural mediante a ação da escola, e depois do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" de 1932, no ano de 1935, o Estado de Santa Catarina viria a promover uma nova reforma educacional, esta que ficaria conhecida como a "Reforma Trindade".

3.7 ESCOLAS NO CONTESTADO – REPÚBLICA VELHA

Na amplitude de todo o Território Contestado, até julho de 1917, o Estado de Santa Catarina compreendia apenas as áreas integrantes dos municípios de Lages, Curitibanos, Campos Novos e Canoinhas que constituíam o *habitat* do Homem do Contestado Primitivo. A partir do momento em que foi homologado o Acordo de Limites entre os dois Estados, assinado em

[157] Recomendamos a leitura de *Ensino Médio em Santa Catarina – Histórias, Políticas e Tendências*, organizado pelos doutores Ione Ribeiro Valle e Norberto Dallabrida, editado em 2006 pela Cidade Futura, de Florianópolis, com nove diferentes produções sobre o ensino secundário (educação de nível médio) no Estado no Século XX. Na mesma

outubro de 1916, Santa Catarina incorporou inteiramente as áreas dos municípios paranaenses de Itaiópolis, de Timbó e de Três Barras, mais aproximadamente a metade do Município de União da Vitória, onde criou o Município de Porto União e, também, cerca da metade do Município de Rio Negro, onde estabeleceu o Município de Mafra. Ainda, absorveu boa parte do Sul dos municípios de Palmas e de Clevelândia, onde criou, respectivamente, os municípios de Cruzeiro e Chapecó.

> A população rústica do Contestado não sentia necessidade e não reivindicou escolas antes do início do século XX. Na realidade, a instrução informal lhe era suficiente. Enquanto na capital a educação já era motivo de interesse dos governantes, a distante canoinhas contrariava as idéias de modernização que viria ocorrer com a chegada dos primeiros imigrantes estrangeiros para formar núcleos urbanos mais concentrados.
> No entanto, os primeiros habitantes se fizeram trabalhadores subalternos e não demonstraram ter consciência da necessidade da educação escolar como um meio de chegar ao mundo da produção. Isto só acontecia no pico da pirâmide que controlava o poder, entre os coronéis, os fazendeiros [...]. Na fazenda, estes tinham um grande casario e nele um espaço reservado para que um professor ensinasse a educação básica a seus filhos. Portanto, podemos dizer que a educação escolar se constituiu em uma forma de dominação da classe mais abastada, pois a transmissão do conhecimento elaborado e sistematizado se restringiu ao pequeno grupo composto pelos filhos dos fazendeiros que foram, portanto, os monopolizadores das letras e da cultura, assegurando e reproduzindo as relações sociais vigentes (SACHWEH, 2002, p. 65-66).

O afluxo de imigração para as colônias do Contestado cresceu muito, a maioria com imigrantes europeus e descendentes de imigrantes egressos das colônias velhas do Rio Grande do Sul, do Sul do Paraná e do Sul e Norte/Nordeste de Santa Catarina. Foram estas levas humanas que desbravaram as florestas e começaram a gerar riquezas. Ao longo das diversas linhas (travessões ou caminhos rurais) construíram capelas e abriram escolas primárias. Além da exploração da erva-mate e das madeiras de pinho e de lei, implantaram culturas agrícolas e, na pecuária, desenvolveram a suinocultura. Em seguida, ergueram os primeiros moinhos, motivando também a cultura do trigo. Elas se estabeleceram com coragem e determinação, fazendo surgir pequenos lugarejos, com selarias, alfaiatarias, oficinas de consertos e fabricação de ferramentas, hospedarias e hotéis, casas de comércio, serrarias e novos moinhos.

Com relação à implantação do ensino na Região do Contestado, observamos que, durante o Império verificou-se a dominação da educação escolar e da alfabetização pelas oligarquias catarinenses e paranaenses, fenômeno que se estendeu pela República Velha, sendo algumas das suas características: a manutenção de pequeno número de escolas, resultando na baixa oferta de matrículas; estabelecimentos públicos voltados apenas para as primeiras séries do ensino básico;

---

direção, temos *A Fabricação Escolar das Elites*, igualmente de Norberto Dallabrida (Florianópolis: UDESC e

nenhum indício de intenção de abertura ao ensino profissionalizante rural ou industrial, como era a vocação regional na época; excessivo controle do pessoal envolvido no processo educacional; nomeações de diretores de escolas e de professores com pouco ou nenhum critério técnico e seguindo indicações políticas; e manutenção proposital da população adulta no analfabetismo absoluto.

> Os estabelecimentos públicos de ensino das zonas coloniais, quando existiam, eram insuficientes para toda a população escolar. Além disso, os imigrantes não apreciavam matricular seus filhos nessas escolas, seja por preferirem que suas crianças fossem escolarizadas no idioma dos antepassados, seja por terem – os imigrantes e os alunos – dificuldades de comunicação verbal com os mestres de escolas públicas, que falavam apenas o português (FIORI, 1975, p. 117).

O descaso do poder público para com a educação no Centro-Oeste Catarinense na República velha era evidente. A lacuna – falta de escolas – foi preenchida, durante todos este tempo, pelos estabelecimentos particulares, na maioria deles ligados a congregações religiosas, mantidos com apoio das comunidades que surgiam na medida em que avançava a colonização e, onde não havia pastores, padres ou freiras, o ensino ficava por conta de professores arregimentados dentre os próprios imigrantes.

3.7.1 A Rede Escolar no Planalto Norte

O Município de Mafra herdou de Rio Negro a sua estrutura educacional, na forma em que se encontrava no ano de 1917, como vimos anteriormente. O ensino pouco evoluiu no decênio seguinte, quando Mafra registrava a existência de escolas municipais primárias nos principais povoados e núcleos coloniais e oito escolas particulares subvencionadas.

No dia 3 de setembro de 1918 foram instaladas, ainda que precariamente, as Escolas Reunidas de Mafra, dirigidas por Nepomuceno Madeira. O estabelecimento, em 19 de janeiro de 1927, enquanto sob direção de Marcílio Dias de Santiago, passou a se chamar Grupo Escolar Professor Luís Neves[158].

Mafra só viria a dispor de um curso ginasial em 1936, quando a comunidade formou a Associação Mafrense de Ensino, para manter o novo Ginásio Barão de Antonina, dirigido por

---

Cidade Futura, 2001), fruto da sua tese de doutoramento em Educação na USP.

[158] Depois, já no tempo do Estado Novo, a 13 de março de 1939, quando da campanha da nacionalização, em solenidade à qual compareceu o Interventor do Estado, Nereu Ramos, o Grupo Escolar Professor Luís Neves teve sua denominação alterada para Grupo Escolar Duque de Caxias.

Nilton Farias de Oliveira, este que funcionou em regime de internato, semi-internato e externato até 1945 e, que passou para o Estado em 1952. E a primeira e única escola profissional do Planalto Norte Catarinense na metade do Século XX, foi criada em Mafra, em 1952: era a Escola Profissional Ferroviária Coronel José Machado Lopes, mantida pela Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, destinada a "auxiliares de artífices" em eletricidade, solda, serralheiria, funilaria, telegrafia, ferraria e tornearia-mecânica. Já a 13 de maio de 1936 foi fundada a Escola Noturna Matias Piechnick, dirigida pelo professor Plácido Justino Gomes, escola esta que encerrou suas atividades em 6 de junho de 1938 por falta de matrículas.

O Município de Canoinhas tem o registro da criação da "Sociedade Escolar". Esta escola, fundada em 1907, foi fruto das idéias avançadas de pioneiros da localidade e funcionou até o final da Guerra do Contestado, em 1916.

> A Sociedade Escolar que, como o nome indica, era uma instituição educacional e funcionava, também como ponto de encontro das autoridades do município. Através da primeira ata, aquela que registrou o ato de emancipação política de Canoinhas, podemos verificar que as salas de aula serviam também de encontros políticos, fato registrado nas atas. (Ata da Sessão Solene de Posse do Conselho Intendente Municipal do Município de Santa Cruz de Canoinhas, de 6 de dezembro de 1911) "[...] na sala da Sociedade Escolar, gentilmente cedida para este fim, compareceram os conselheiros eleitos..." (SACHWEH, 2002, p. 116).

Sobre a freqüência de meninos de Canoinhas à Sociedade Escolar na primeira década do Século XX, dispomos da informação colhida no depoimento de Sebastião Ferreira (então com 94 anos de idade), em junho de 1994, em Canoinhas, a Maria da Salete Sachweh, por ela exposta:

> [...] e perguntamos-lhe como era a educação e se ele e os outros meninos do lugar sabiam ler ou freqüentavam a escola, ao que ele respondeu, dizendo que lembrava de uma escola na vila e próxima ao rio Canoinhas, mas que nem ele ou os primos a freqüentaram, porque lá "só ia os arrumado da vila". Os "arrumados" a quem nosso entrevistado se referia, eram os filhos dos cidadãos e moradores da vila de Canoinhas, cujos pais haviam migrado de outras regiões como Campo Largo, Lapa (Paraná), São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, Corupá, Joinville (Santa Catarina) entre outras, que já acostumados a outras leituras e um pouco mais de conhecimento europeu, eram levados àquela escola pelo próprio pai que agora era também um sócio" do saber (SACHWEH, 2002, p. 114).

Em Canoinhas, a 15 de janeiro de 1916, foi criada uma Escola Paroquial, por frei Menandro Kamps, que era o professor. Destinada aos meninos, nesse ano, a escola teve apenas a aula inaugural. Cinqüenta e cinco matrículas foram anotadas. "[... Kamps se queixa de que os problemas locais ainda decorrentes da Guerra do Contestado não permitiram que a escola funcionasse, o que só ocorreu a partir de 01 de fevereiro de 1917" (*Apud* TOKARSKI, 2002.). Esta Escola Paroquial existiu até 1921, quando foi incorporada ao Colégio Sagrado Coração de

Jesus, que veio a ser o mais importante estabelecimento escolar de Canoinhas, este fundado em 15 de janeiro de 1921, pelo mesmo pároco, frei Menandro Kamps e pelas freiras franciscanas. No dia 5 de janeiro deste ano chegaram a Canoinhas as freiras Carolina Gross, Coletta Helenstein e Lúcia Maluche. Integrando-se a Fidelis Marder e Gertrudes Gruber, dez dias depois elas fundaram o Colégio Sagrado Coração de Jesus, que nos primeiros tempos funcionou num sobrado de madeira à Rua Eugênio de Souza, na Praça Lauro Muller. Neste casarão, antes, funcionavam a Prefeitura, a Câmara Municipal, o Fórum da Comarca e a cadeia pública. A primeira turma contou com 171 alunos matriculados. Em 1936, pelo Decreto nº 147, do Interventor Nereu Ramos, o Colégio Sagrado Coração de Jesus teve autorização governamental para instalar um curso normal para a formação de professores. No dia 15 de maio de 1921, o colégio "foi inaugurado num casarão de madeira construído pelo carpinteiro polonês João Tomaschitz, na Rua Barão do Rio Branco" (TOKARSKI, 2002, p. 110).

Em 15 de novembro de 1916, na localidade de Taunay, no interior de Canoinhas, foi inaugurada uma escola católica, particular, dirigida por Tomás de Mattos, destinada a a crianças de ambos os sexos. Iniciou com 50 alunos. O catecismo era ensinado por frei Menandro Kamps, ele, que mensalmente, comparecia à escola e à capela do povoado.

Em 10 de março de 1920, através do decreto 1.342, assinado pelo governador Hercílio Luz, foi criado o estabelecimento denominado de Escolas Reunidas de Canoinhas, pela fusão de duas primitivas escolas isoladas da vila, instalado em 31 de março do ano seguinte, em local provisório, à Rua Doze de Setembro, onde aconteceu a solenidade oficial de inauguração, presidida pelo prefeito municipal, Otávio Xavier Rauen. Os primeiros professores eram Manoel Ferreira de Miranda e Manoel da Silva Quadros, sob direção de Alinor Vieira Côrte. Logo em seguida, assumiram salas as professoras Doralice Santana e Otília Rommais.

> [...] as Escolas Reunidas Ouro Verde, dirigidas por Adolfo da Silveira, passaram à denominação de Grupo Escolar Ana Cidade, através do decreto 2.017, sancionado pelo Governador Adolfo Konder. O educandário funcionou até 1935 numa casa de madeira à Rua Vidal Ramos, onde, depois, existiu a Exatoria Estadual. Mais tarde, o estabelecimento foi transformado em Escola de Educação Básica Almirante Barroso. (TOKARSKI, 2002, p. 31).

Ainda em Canoinhas, na década de 1930, em anexo às Escolas Reunidas, funcionou uma Escola Normal Primária. Mais tarde, também em anexo, foi criada uma Escola Complementar, passando a se denominar Grupo Escolar Almirante Barroso.

A partir dos anos 1930, registrou-se em Canoinhas um substancial crescimento da quantidade de escolas públicas isoladas. Sem contar as da área urbana, Canoinhas possuía 30 escolas públicas estaduais e municipais isoladas nos últimos meses de 1932, como se lê em documento arquivado na Prefeitura Municipal, distribuídas entre as localidades de Arroio Fundo, Barra Grande, Barra Mansa, Barreiros, Bela Vista do Toldo, Colônia Vieira, Fartura, Felipe Schmidt, Floresta, Iracema, Paciência dos Neves, Paciência do Rufino, Papanduva (duas unidades), Paula Pereira, Pinhalzinho, Rio das Antas (hoje cidade de Monte Castelo), Rio Claro, Rio Liso, Rio do Pinho, Rodeio Grande, Santa Emídia, São Sebastião dos Ferreiras, Taunay, Três Barras (duas unidades) e Salseiro.

Em 1933, na localidade de Rio da Areia do Meio, onde ainda hoje persiste uma população de descendência polonesa e ucraniana, foi criada a "Escola Santa Emídia", cuja primeira professora foi Carmela Nunes que nela lecionou até 1937. Durante cinqüenta anos, a escola funcionou com este nome até 1988, até ser convertida na "Escola Básica Municipal Maria Isabel de Lima Cubas".

Dados estatísticos informados pelo jornal "O Triunfador", dão conta de que, em 1936,

> [...] no imenso interior do município que festejava vinte e cinco anos de criação, Canoinhas comportava quatorze escolas públicas municipais e cinco subvencionadas. Havia ainda vinte e três escolas estaduais, além de um grupo escolar na vila de Três Barras, onde 147 alunos estavam matriculados. Concomitantemente, cerca de doze escolas particulares abrigavam 350 estudantes. Assim, em 1936, cinqüenta e oito unidades escolares existiam em Canoinhas, que também compreendia os atuais municípios de Bela Vista do Toldo, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva e Três Barras. O número de estudantes somava 3.292 (*Apud* TOKARSKI, 2002).

Em 1940, quando o Município de Canoinhas ainda compreendia os distritos de Três Barras, Colônia Vieira e de Papanduva, a seguir emancipados, contavam-se 63 unidades escolares de ensino primário, sendo 37 estaduais, 20 municipais e seis particulares. Existiam: o Grupo Escolar Almirante Barroso (com Curso Complementar, na cidade), o Grupo Escolar General Osório (em Três Barras), o Instituto de Educação Sagrado Coração de Jesus, criado em 1935, com Jardim de Infância, Grupo Escolar, Curso de Admissão ao Secundário e um Curso Secundário (com curso fundamental e curso normal). As escolas particulares de ensino primário eram em número de três: a Euclides de Cunha (na cidade), a São Bernardo (em Marcílio Dias) e a 7 de Setembro (em Felippe Schmidt).

Na então vila de Três Barras, existia a "Sociedade Escolar Polonesa" e a "Escola União Ukrania do Brasil". Já no início de 1937, respectivamente, regiam essas escolas os professores

Casemiro Jenzura e Genoveva Penter. As duas unidades de ensino de Três Barras recebiam da Prefeitura de Canoinhas uma subvenção de cinqüenta mil réis. Sendo de língua estrangeira, estas, encerraram suas atividades em função das exigências do Estado Novo. Em 6 de março de 1938, foi instalada em Três Barras a Escola de Educação Básica General Osório, criada por ato do Interventor Nereu Ramos e dirigida por Júlio Cantisanno.

Em Porto União, ainda em 1917, a antiga Escola Serapião passou a ser Escola Reunida e, mais tarde, a Grupo Escolar; anos depois, nela seria criado o curso ginasial. No ano de 1929, no Colégio Santos Anjos, foram criados os cursos Normal e Complementar. No Colégio São José – primeira escola mista da cidade – em 1932, foi criado o Curso Complementar e, em 1936, o Normal Regional. Estes eram os estabelecimentos existentes na cidade até 1940. Sobre a rede escolar rural de Porto União, encontramos diversos estabelecimentos instalados junto aos núcleos coloniais, quase todos confiados a particulares, onde o ensino era ministrado, até a nacionalização, em línguas estrangeiras.

4.7.2 A Rede Escolar na Área de Campos

Quase todos os acontecimentos finais da Guerra do Contestado desenrolaram-se no Município de Curitibanos. A operação "varredura", realizada pela Força Policial Catarinense e por vaqueanos civis, colocado-lhes à disposição por "coronéis" da região, visava "limpar" o território dos caboclos rebeldes, remanescentes dos redutos. Por causa disso, abriram-se fendas irreparáveis entre muitas famílias, marcadas por vinditas, que se verificaram ainda por muitos anos.

Com relação a educação escolar, os filhos das elites da região de campos entre Lages e Curitibanos sempre tiveram educação especial, particular.

> Quanto à educação escolar, somente no final desse período, já na década de 40 e ainda durante o governo estadual de Nereu Ramos e do primeiro governo de Getúlio, sob a Reforma Francisco Campos, é que nessa região as classes populares passaram a ter alguma atenção especial do Estado com vistas à formação do trabalhador [...].e, a partir de 1910, os homens são enviados ao Ginásio Catarinense de Florianópolis. Em 1932, é fundado em Lages o Colégio Franciscano Diocesano, voltado especialmente às elites serranas. A formação superior aos representantes das elites que mais se destacavam, mormente medicina ou direito, era buscada na cidade do Rio de Janeiro (MUNARIM, 2000, p. 101-102).

Símbolo do poder da oligarquia Ramos no interior, depois da Guerra do Contestado, ficando ainda com imenso território, Curitibanos sentiu o sabor amargo do descaso governamental na administração estadual da oligarquia Luz. “Embora a vila de Curitibanos se refizesse dentro de alguns anos, o município continuava atrasado, inexplorado e inculto, apesar de suas riquezas naturais e dos anseios de progresso do seu povo” (LEMOS, 1977, p. 201). Na cidade, o ensino para meninos continuava sendo ministrado no “coleginho” da Paróquia e, para meninas, numa escola pública estadual. As sedes distritais também eram servidas por pequenas escolas públicas, já que, em Curitibanos, não se instalaram núcleos coloniais.

> A decadência, entretanto, originada pela guerra dos sertanejos, como também pelas lutas políticas que se seguiram, trouxe o desânimo aos curitibanenses, os quais viam freqüentemente, famílias inteiras deixando este município, à procura de melhores oportunidades de vida, de educação para os filhos ou mesmo fugindo à perseguição ou ao ambiente político (LEMOS, 1977, p. 202).

Foi em fevereiro de 1933 que chegaram a Curitibanos as primeiras Irmãs da Sagrada Família, dando início às atividades do Colégio Santa Terezinha que, num primeiro momento, criou o curso primário. Só depois do retorno dos Ramos ao poder, Curitibanos conseguiu seu primeiro grupo escolar, criado pelo Interventor Cel. Aristiliano Ramos, em maio de 1934, denominado G. E. Pe. Arcipreste Paiva.

Já em Campos Novos, na década de 1920, o pouco povoado município ocupava vasto território e, por isso, a maioria das suas escolas primárias espalhavam-se pelas sedes distritais instaladas na margem esquerda do Rio do Peixe, distantes da sede, em Rio Caçador (Caçador), Rio das Antas, Perdizes (Videira), Rio Bonito (Tangará), Herval (Herval d’Oeste), Capinzal e Rio do Peixe (Piratuba), onde começou a acontecer o processo de colonização, e ainda nos distritos de Umbú e Coração de Jesus.

No mês de julho de 1934, foi inaugurado na cidade de Campos Novos o Grupo Escolar Gustavo Richard, que agregou, em 1935, uma Escola Normal. Este estabelecimento passou a se denominar “Colégio Estadual de Campos Novos, depois Colégio Paulo Blasi, em 1984” (BLASI, 1994, p. 121).

3.7.3 A Rede Escolar no Vale do Rio do Peixe

O Município de Cruzeiro (atual Joaçaba) que, desde 1917, abrangia todas as terras entre a margem direita do Rio do Peixe o e Município de Chapecó (no Oeste), limitando-se com o Paraná

e o Rio Grande do Sul, desde a sua criação, passou pelo processo de colonização, a não ser nas áreas de campos, onde os fazendeiros, com terras tituladas pelo Paraná, não permitiram loteamentos. Com muitos núcleos coloniais, espalhados pelo sertão, nos anos 1920 as poucas e isoladas escolas primárias atendiam às famílias dos novos colonos.

A primeira escola pública municipal que funcionou no território que hoje pertence ao Município de Caçador foi instalada na sede do Distrito de Taquara Verde, criada pelo Município de Porto União da Vitória, através da Lei n. 1523 de 27 de março de 1915, enquanto Taquara Verde era distrito deste município do Paraná (SILVA, 1933:101-123). Com a assinatura do Acordo de Limites Paraná-Santa Catarina, em 1916 e a criação do Município de Porto União em 1917, esta escola passou à rede escolar de Porto União.

A Vila de Rio Caçador era sede do Distrito de Rio Caçador, criado pelo Município de Campos Novos em 1923, quando o pequeno povoado surgido ao redor da estação ferroviária recebeu uma Escola Municipal, sendo professor, Marcírio da Cruz Maia. Em 1928, no outro lado do Rio do Peixe, o Município de Porto União criou o Distrito de Santelmo, tendo por sede a povoação que foi denominada de Vila Caçador; nela, por reivindicação principal da família Coelho de Souza, neste mesmo ano, foi criada uma Escola Municipal, confiada à professora Albina Mosconi, esposa de Dante Mosconi, ambos imigrantes italianos recém chegados a Santa Catarina.

Diante do pouco caso das autoridades governamentais para com a educação em toda a região, na Vila Caçador, Dante Mosconi foi incentivado a ampliar a escola primária que, sob o nome de Colégio Aurora[159], previa oferecer os cursos Elementar e Complementar, nos moldes das escolas normais de Santa Catarina, e o Comercial, seguindo a programatização do Instituto Comercial do Rio de Janeiro. O Curso Comercial foi criado em 1929 e, o Curso Normal, em 1932.

O primeiro estabelecimento de nível ginasial da Região do Contestado data de 1934: foi o Ginásio Aurora, para meninos, em seqüência ao plano educacional do casal Dante e Albina Mosconi. Em seu "Relatório da Inspeção ao Prédio do Colégio Aurora, em Santelmo", elaborado em fevereiro de 1934, o Inspetor Escolar Nunes Pereira, de Porto União, poucos dias antes da criação do Município de Caçador, destacando a importância do Ginásio Aurora para a "mocidade

[159] Com a implantação do Estado Novo, impedido de exercer cargos de direção escolar, em 1937, o casal Mosconi vendeu o Ginásio Aurora com os cursos ginasial, comercial e normal, que funcionavam sob os regimes de internato e externato, para a congregação dos Irmãos Maristas.

em idade ginasial" da vasta área do Centro-Oeste e Oeste Catarinense, do Sudoeste Paranaense e do Nordeste Rio-Grandense, relatou que

> O Municipio de Porto União, graças ao laudo que pôs fim a velha contenda entre os futurosos Estados do Paraná e Santa Catarina, desenvolve-se até cerca de 100 kms. para o Sul de sua séde, cortado por vêses pelo leito da via ferrea São Paulo-Rio Grande. A seis horas de viagem, em trem, para o Sul cerca de 130 kms. além da cidade de Porto União, encontra-se a estação de Rio Caçador, na ferrovia S.Paulo-R.Grande. É junto a essa estação que fica, á direita de quem segue ao Sul, o povoado de Santelmo. Fica-lhe fronteiro, dele separado pelo leito da linha, o prospero povoado de Caçador. [...]. Colonos de terras cançadas do Sul emigram cada dia, vindo concorrer para o engrandecimento do lugar. Mais de 200 casas já se erguem nos povoados e pelas estradas que lhes servem muitas outras se levantam, evidenciando claramente o que será o Municipio de Caçador, óra em instalação e com séde presumil na villa a ser predicada.
> O colégio, como se verá no anexo nº 1, serve uma zona de cerca de 150.000 kms. quadrados, interessando a população aproximada de 360.000 habitantes, por beneficiar a mocidade em idade ginasial dos Municipios paranaenses: de Clevelândia, de Palmas, e de União da Vitória; catarinenses: de Cruzeiro, Xanxerê, Canoinhas, Curitibanos, Lages e Campos Novos; rio-grandenses do sul: de Lagôa Vermelha e Bôa Vista do Erechim. O Colégio está, como se vê, em zona suburbana do Mun. de Porto União, mas, dentro em pouco, a sua situação será considerada zona urbana da vila de Caçador (PEREIRA, in: THOMÉ, 1993, p. 37-38).

O primeiro grupo escolar de Caçador foi criado em 1934, denominado de "Grupo Escolar Professor Paulo Schieffler", iniciando seu funcionamento nas dependências do Ginásio Aurora, sob a direção de Dante Mosconi. Dois anos depois, quando Caçador já era cidade, os padres da paróquia local promoveram a vinda da congregação das Irmãs de São José, de Curitiba, que criaram o Ginásio Nossa Senhora Aparecida, para meninas. Em 1935, ao Grupo Escolar Paulo Schieffler (com 300 alunos matriculados), foi adicionada uma Escola Normal Primária (com nove alunos) e também uma Escola Normal Secundária. Neste ano, no Município existiam oito escolas isoladas estaduais, com 377 alunos, sete escolas particulares, com 180 alunos e nove escolas municipais, com 197 alunos.

O rápido crescimento populacional e migratório registrado a partir da criação de Caçador, em 1934, deveu-se ao desenvolvimento da indústria madeireira, uma atividade que, neste tempo, não exigia qualificação profissional ou razoável nível de aprendizado, nem dos empresários e nem dos trabalhadores. Cerca de 80% do movimento econômico local era gerado no extrativismo vegetal, nas serrarias e nas indústrias de derivados de madeira, valorizando a mão-de-obra braçal, para a qual sequer era exigida alfabetização, muito menos o curso primário.

A colonização iniciada em 1921 prosseguia lentamente no Baixo Vale do Rio do Peixe, quando, separados pelo curso deste rio, começaram a surgir dois povoados: o de Perdizes, em terras do Município de Campos Novos, ao redor da estação ferroviária de Rio das Pedras, elevado

à condição de vila sede de distrito em 1927, e o de Vitória, gleba da Colônia XV de Novembro, dentro do Município de Cruzeiro, transformado em sede distrital em 1934, pelo Município de Caçador, quando este foi desmembrado de Cruzeiro.

Os anos 30 registraram grande incremento da imigração alemã, por retirantes que discordavam do nazismo na Alemanha, os quais, somados aos descendentes de imigrantes alemães e italianos egressos das colônias velhas rio-grandenses, fizeram as duas vilas crescerem a ponto de, em 1944, ser juntadas para a formação da cidade. Nos mais antigos registros históricos da educação escolar de Videira, datados de 1925, temos que

> "[...] diante do problema da falta de uma escola que se agravava de ano para ano sem que as autoridades, às quais competia solucionar a questão, se pronunciassem favoravelmente, os moradores decidiram buscar, através de seus próprios esforços, uma solução" (SCAPIN, 1997, p. 94).

Uma imigrante, Celedônia Selbach, abriu uma escolinha que funcionava em sua residência, na margem direita do rio, nos primeiros anos. A escola era freqüentada por crianças e adolescentes, que já haviam, segundo os padrões da época, passado da idade de alfabetização. "Nesta sala improvisada funcionavam as 4 séries primárias – 1º, 2º, 3º livros e Selecta" (SCAPIN, 1997, p. 94). Ela atuou como adjunta nesta escola mista até outubro de 1935, quando foi substituída por Rosa Formighieri que assumiu como ajudante.

A Prefeitura de Campos Novos criou uma escola primária em Perdizes em 1930, enquanto que a primeira escola primária particular da localidade à margem esquerda do Rio do Peixe funcionou, de 1933 a 1937, também por iniciativa dos moradores, confiada a um grupo de religiosas alemãs da Congregação Franciscana, substituídas que foram pelas Irmãs Salvatorianas, igualmente alemãs, as quais criaram o Colégio Imaculada Conceição[160], inaugurado em 1939.

Em 1934, as escolas públicas de Vitória foram juntadas, surgindo as Escolas Reunidas, agrupadas no Grupo Escolar Professora Adelina Régis no ano de 1936, a ele sendo adicionado o Curso Complementar em 1939.

Em 1922, seis anos após sua criação pela Colonizadora Henrique Hacker & Cia., a Colônia Bom Retiro (hoje cidade de Luzerna) ainda era pouco povoada. Adiante no tempo, porém, o seu crescimento acelerou, com o surgimento de casas de comércio, construções de serrarias e moinhos, abertura de oficinas de conserto e fabricação de ferramentas. Nas diversas

[160] Este estabelecimento criou o Complementar em 1944, o Normal Regional em 1946, o Ginásio em 1948, a Escola Normal, em 1949, e a Escola Técnica Comercial em 1955.

linhas (picadas) foram abertas escolas de instrução primária. Em cinco destas escolas, no ano de 1925, estudavam aproximadamente 130 crianças. Em quatro delas era ensinada a língua alemã.

Na sede municipal de Cruzeiro, margeando o Rio do Peixe, que tinha no outro lado a Vila de Herval (de Campos Novos) "dado o elevado número de matrícula, as salas de aula já não comportavam a população escolar de então" (QUEIROZ, 1967, p. 81). Pela necessidade, em 1936, foi criado o Grupo Escolar Roberto Trompowski.

> [...] após os esforços preconizados pelo governo no desenvolvimento do ensino primário e da crescente assistência do poder público que destaca Santa Catarina como Estado modelo em educação, o quadro ma região do Vale do Rio do Peixe não havia mudado muito. Joaçaba [Cruzeiro] possuía, em 1941, 20 escolas estaduais, sendo um grupo escolar e 19 escolas isoladas; 51 escolas isoladas municipais; e uma escola particular; num total de 72 escolas. Uma matrícula de 3.220 alunos, considerando o número de habitantes do município que era de 36.448, apenas 8,83% estavam matriculados (CRUZ, 2000, p. 164).

A Congregação dos Irmãos Maristas, que havia chegado em Caçador no ano de 1937, criou um curso primário para meninos em Cruzeiro, em 1942 e, no ano seguinte, os maristas fundaram o Ginásio Municipal Frei Rogério – hoje colégio – onde instalaram o Curso Ginasial e o Curso Comercial. Já para o ensino a mulheres, a Congregação das Irmãs do Divino Salvador fundaram o Colégio Cristo-Rei em 1952, depois de assumir a obra educacional pioneira das Irmãs da Imaculada Conceição, que se haviam instalado em Herval d'Oeste, quando se transferiram para Joaçaba, abrindo os cursos primário, ginasial e normal.

Já o Município de Piratuba, mais ao Sul, registrava como sua primeira escola, aquela criada em 1914, pela Comunidade Evangélica do Rito Alemão.

3.7.4 A Rede Escolar na Zona do Alto Uruguai

Até 1934, quando foi emancipado de Cruzeiro, o Município de Concórdia possuía apenas uma escola primária particular na sede, duas escolas particulares, subvencionadas, na zona rural, e mais três, também nos núcleos coloniais, criadas pelas comunidades, que não eram apoiados pelo poder público. A evolução do setor educacional foi rápida, a ponto de, em 1937, "Concórdia já contar com 28 escolas isoladas municipais, 8 escolas isoladas estaduais e 8 particulares, sem fins lucrativos e subvencionadas pelo Município" (FERREIRA, 1992, p. 148).

A convite dos franciscanos, estabeleceram-se em Concórdia, no ano de 1939, as Irmãs de São José, fundando a Escola São José, depois Grupo Escolar São José. Em 1943, foi criado o Grupo Escolar Deodoro, seguindo-se o Grupo Escolar Raimundo Correa em Seara.

Este capítulo descreveu a intervenção de uma fase mais avançada do capitalilismo no Contestado e a evolução da educação escolar no período entre o fim da I Guerra Mundial e a Revolução Getulista de 1930. Aqui, vimos que o avanço imperialista sobre o Contestado se deu sob as seguintes formas: o Estado monopolista teve o objetivo de fazer produzir as terras de extensas matas de forma rápida; para isso, aliou-se ao monopólio estrangeiro para propiciar, através do capital e tecnologia monopolista, a implantação de uma infra-estrutura básica e de uma colonização a produzir rapidamente o excedente.

O monopólio estatal e o monopólio estrangeiro encarregaram-se de intervir com leis, poder e coação para a consecução deste objetivo. Isso significou a intervenção do mercado, do capital e da força do Estado num território livre, onde habitavam os caboclos. Daí, a "guerra cabocla", o símbolo da ruptura e a realidade nova do mercado livre. Essa ruptura foi violenta porque o capital não teve coração; teve exploração.

As empresas colonizadoras encontraram, após a guerra, a região libertada para o mercado e para a produção de excedentes. Com elas, veio a expansão das escolas.

CONCLUSÃO

Nossos trabalhos de pesquisa e de difusão da História do Contestado, nos quais esclarecemos qual o entendimento que temos do passado, agora, a partir do doutoramento, seguem esta linha-do-tempo-e-de-espaço:

a) - No Meio-Oeste, Planalto Central e Norte de Santa Catarina, entre os vales dos rios Canoinhas (a Leste) e do Peixe (a Oeste), com os rios Negro e Iguaçu ao Norte e o Rio Canoas e Campos Novos ao Sul, localiza-se a área que entre 1913 e 1916 foi cenário da *Guerra do Contestado* – a ruptura sócio-cultural e econômica – e, por isso, historicamente é identificada como *Região do Contestado*. Faz parte de área maior, o espaço que antigamente se estendia ao Extremo-Oeste, na fronteira com a Argentina (atuais Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense), que constituía o *Território Livre do Contestado*, assim conhecido até 1917, quando da solução da questão de limites entre Paraná e Santa Catarina.

b) - A linha (curso) da foz do Rio Canoinhas (no Rio Negro) às suas nascentes e destas às nascentes do Rio do Peixe até a sua foz (no Rio Uruguai) passou a ser considerada como "fronteira provisória" entre os estados litigantes em 1879. No final do século XIX e início do século XX, o Paraná administrou e promoveu a ocupação das terras do Planalto Norte e da margem direita do Rio do Peixe, pelos municípios de Rio Negro, Porto União da Vitória, Itaiópolis e Palmas, e Santa Catarina as terras da margem esquerda, pelos municípios de Lages, Curitibanos e Campos Novos, depois também por Canoinhas.

c) - Dentro da Floresta da Araucária, a região era praticamente desabitada, com suas vilas, povoados e fazendas ligados entre si por estreitos e sinuosos caminhos, abertos pelos tropeiros. Entendida como "geração cabocla", parte da população havia chegado na primeira metade do século XIX, num processo de ocupação de terras livres, e outra parte chegou após 1850, quando a Lei de Terras viabilizou sua instalação em pequenas e médias propriedades, contrastando com o modelo anterior de sesmarias, que havia permitido o surgimento de grandes fazendas.

d) - Os criadores e lavradores luso-brasileiros vindos tanto de São Paulo e do Paraná, como do Rio Grande do Sul, mesclaram-se com os nativos índios Kaigang e Xokleng e com aqueles que haviam chegado antes, os negros escravos, os mamelucos (da mesclagem do branco

com o índio), os cafusos (do cruzamento do negro com o índio) e os mulatos (mestiços do branco e do negro). Nesta época, chegaram também os primeiros eslavos, como resultado dos planos paulistas (até 1853) e paranaenses de imigração, principalmente alemães, holandeses, poloneses e ucranianos.

e) - Distante das suas duas "capitais" - Florianópolis de um lado e Curitiba de outro - a região teve vagaroso ritmo de desenvolvimento. Tanto no *Contestado-catarinense* como no *Contestado-parananense* o povo vivia em solidão, longe dos recursos que a modernidade proporcionava às pessoas dos centros maiores. As estradas não passavam de trilhas abertas a facão nas matas. A população não dispunha de pronto atendimento médico, odontológico, farmacêutico ou hospitalar. As escolas primárias eram raras. A autoridade era exercida por superintendentes municipais, juízes-de-paz, delegados de polícia e pelos fazendeiros-coronéis.

f) - A Igreja mantinha paróquias nas únicas cidades catarinenses existentes no início do século – Lages, Curitibanos, Campos Novos e Canoinhas – e nas paranaenses de Palmas, Rio Negro e Porto União da Vitória, com poucos padres atendendo os fiéis em demoradas viagens pelos sertões, sendo que, neste quadro, despontaram na região pessoas "diferentes", peregrinas e eremitas, algumas consideradas "monges" pela população regional, algumas delas por se exercitarem como pregadoras e curandeiras, outras por se apresentarem como profetas, visionárias, charlatães ou fanáticas, enraizando nos caboclos uma forma de religião popular.

g) - As principais atividades econômicas no território livre resumiam-se em: extração da erva-mate, tropeirismo, lavouras de subsistência, criação de gado bovino e de suínos. Não existiam indústrias. O comércio restringia-se a pequenas "bodegas" nas margens de algumas estradas. Neste território livre, a partir do caboclo luso-brasileiro, formou-se o homem do Contestado. Este quadro não começou a se reverter a partir da abertura da EFSPRG, em 1910, como alguns podem pensar, mas, sim, após 1917, quando terminou a Guerra do Contestado e foi homologado o Acordo de Limites PR-SC, quando então a Cia. Estrada de Ferro iniciou as tentativas de implantação dos planos de colonização nas terras marginais aos trilhos e quando a Lumber Company entrou em plena operação.

h) – Depois da guerra de extermínio ao caboclo, o Estado de Santa Catarina encontrou muitas dificuldades para desencadear seu plano de povoamento nas terras que lhe foram anexadas por força do acordo, à vista da sobreposição de títulos sobre as glebas demarcadas e destinadas à colonização. Como grande parte dos imóveis havia tido a posse legitimada pelo Paraná, antes de

1916, tanto à Companhia EFSPRG como a fazendeiros e a especuladores paranaenses, as questões foram levadas aos tribunais. O Governo Catarinense perdeu todas as ações judiciais movidas contra a Cia. Estrada de Ferro São Paulo Rio-Grande, esta que, a partir de 1924, intensificou o plano de colonização.

i) - O Governo de Santa Catarina escolheu como seu sistema de ocupação e de colonização do Território Contestado a cessão de imensas glebas a particulares, preferencialmente àqueles que compartilhavam o poder político e se propunham à abertura de estradas, titulando-lhes, em parte, as mesmas terras que o Paraná havia concedido à EFSPRG. Neste momento do florescer do imperialismo, as ligações rodoviárias foram eleitas como de fundamental importância para a integração catarinense.

j) - Efetivamente, o desenvolvimento econômico na Região do Contestado, nos moldes capitalistas começou a expandir-se quando da chegada das primeiras levas de alemães, italianos, poloneses e ucranianos, e de descendentes de imigrantes, na maioria ítalo-brasileiros e teuto-brasileiros, que vieram tanto para explorar a floresta, em latifúndios, implantando a indústria da madeira, como para trabalhar na agricultura, em minifúndios. Entre outros resultados, pelo lado dos imigrantes, a partir da década de 20 sobressaíram-se a indústria madeireira e o modelo agrícola minifundiário e policultor, que gerou a agro-indústria. A par disso, o primitivo caboclo foi mantido marginalizado, quase que excluído da nova sociedade.

k) - As propriedades destinadas à colonização por imigrantes foram divididas em colônias e, em pouco tempo, os núcleos coloniais transformaram-se em povoados. No Setor Ocidental da Região do Contestado, ao longo do Vale do Rio do Peixe, estes núcleos, mais os antigos arraiais, prosperaram, com o que surgiram novas vilas[161].

Os três capítulos desta tese expuseram o que se investigou sobre a História do Contestado e sobre a formação/educação do homem da região. Falta expor o que consideramos o movimento do capital, desde a abertura das redes viárias, até o conflito bélico também e principalmente causado pela construção da via ferroviária e da conseqüência impactada na população local, ou seja, a intervenção do Estado oligárquico, aliado ao capital estrangeiro, realizou uma ruptura total no que se refere à economia e à cultura.

[161] É aqui que nosso presente estudo faz o corte temporal. O período coincide com a Revolução Getulista de 1930 e a decretação do Estado Novo em 1937, momento que as antes liberadas escolas étnicas passarão a sofrer o assédio nacionalista e que o poder do Estado revela as primeiras preocupações concretas para a disseminação da escola pública na região, voltada à instrução geral.

Recorremos, primeiramente, a Locke para uma tentativa de entendimento mínimo sobre o impacto que causou a presença do capital numa região em que praticamente predominava o "estado natural" da população. Era preciso entender como foi possível a propriedade privada, o mercado e o capital, sob os auspícios do Estado intervencionista, acarretar uma transformação radical na região e na população.

O território livre caracterizava-se por um estado em que os homens se acham naturalmente com a liberdade de ordenar a convivência, as posses e as leis comuns. Este "estado natural" dos caboclos nos campos e nas matas do Contestado sutilmente aponta para o descrito por Locke, quando da sua justificativa pela introdução do Estado burguês. Escreve ele que a terra é de todos os homens e que cada qual pode apropriar-se de um pedaço para produzir sua vida material. Continua LOCKE (1983, p. 36): "[...] e para impedir a todos os homens que invadam os direitos dos outros e que mutuamente se molestem [...] põe-se a execução da lei da natureza nas mãos de algumas pessoas". Locke justifica a origem da sociedade política com este argumento e vai mais além. Como o direito natural é inerente ao indivíduo, o aparecimento do estado somente pode ocorrer "pelo consentimento de cada indivíduo [...] pela vontade e resolução da maioria" (LOCKE, 1983, p. 71). Ainda segundo este autor, para formar um corpo político sob um governo, o indivíduo, para preservar sua propriedade, deve ceder voluntariamente uma parte de seus diretos ao Estado. No seu entender, Locke formula uma teoria utópica para explicar a origem da propriedade e do Estado, argumentando com a cessão dos direitos naturais da pessoa ao corpo político.

Entretanto, parece-nos que a origem do poder do Estado na vida do caboclo em território livre não pode ser explicada pela teoria de Locke. Se fosse uma cessão de direitos individuais para o bem comum, não se justificariam a Guerra do Contestado porque o livre consentimento não causa conflitos.

É preciso buscar um outro referencial teórico que explique a situação dos caboclos na transição do território livre para a instituição do Estado com sua força militar, suas leis e suas políticas desenvolvimentistas em parceria com os monopólios estrangeiros. Parece-nos que a teoria que faça entender essa transição é a dos referenciais de esquerda. Sem entrar em discussões e debates mais aprofundados, podemos apelar a Lênin, que recorreu à História realizada pelos homens e percebeu como surgiu o Estado e como se desenvolveu. Para este autor, o Estado nem

sempre existiu. Foi uma construção histórica. Houve tempo em que "o vínculo geral, a própria sociedade, a disciplina e a organização do trabalho se mantinham pela força do costume, das tradições, pelo prestígio ou pelo respeito de que gozavam os anciãos" (LÊNIN, 1980, p. 179). A seguir, o autor fala – fala, pois trata-se de uma conferência – que "[...] a história mostra que o Estado, como aparelho especial de coação, dos homens, surgiu apenas onde e quando surgiu a divisão da sociedade em classes, isto é, a divisão em grupos de homens, dos quais uns podem constantemente apropriar-se do trabalho dos outros" (LÊNIN, 1980, p. 179).

O Estado, conforme Lênin, fazia as leis, as executava e punia o não cumpridor. As leis, historicamente, eram escravistas, feudais e capitalistas. Obrigava os escravos a permanecer na escravidão; os servos na servidão; os trabalhadores subordinados aos capitalistas. Em termos simples: quando um grupo de homens sentiu-se forte e submeteu outros homens a seu serviço, havia necessidade absoluta de manter essa situação de subordinados; havia necessidade de leis e punições para que se reproduzisse o trabalho subordinado. Então, surgiu o Estado.

Retornando à nossa problemática de pesquisa, o primeiro capítulo aborda a questão da educação escolar, que não traz maiores problemas para uma explicação da história da educação burguesa. Aborda, também, a vida, cultura e o pensar dos caboclos isolados no sertão, sob a questão de formação de homem. A explicação se dá por meio de uma vida levada em estado de quase natureza. Neste estado, existia um Estado superdesenvolvido, em fase monopolista, mas, sua ação não se fazia ainda sentir na vida dos campos e das matas. Ali, a população tinha seu próprio código de honra, de convivência e de trabalho. Ali, também, o capital e o mercado não faziam sentir sua força e dominação nas consciências e na vida do caboclo isolado.

Adiante, nosso trabalho remete a uma primeira questão: por que o grupo monopolista, após a construção da ferrovia e da instalação de potentes serrarias na região, não realizou uma *plantation* em suas propriedades: por que vendeu as terras para colonizadoras realizarem grandes projetos imobiliários?

A resposta de que a companhia não se deu bem ao trazer colonos estrangeiros não é argumento, porque o conflito armado interferiu profundamente neste projeto. Se abordarmos a questão da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul encontrava-se já fechada e havia necessidade de abrir novas frentes, foi uma questão real. Mas, ainda não explica por que o grupo Farquhar desistiu de grande parte de suas propriedades. Por causa de sua iminente bancarrota? Pode ser. Mas, há um outro aspecto a ser considerado e que se resume em poucas palavras.

Vimos que o Sindicato Farquhar buscou recursos financeiros na Europa e na América do Norte, a fim de construir a ferrovia e instalar serrarias. Teria que buscar um segundo aporte de capital para fazer produzir uma *plantation.* Os acionistas, provavelmente, queriam o retorno e não investir mais capital. A forma encontrada foi a de vender as terras às colonizadoras, acumular um capital com a venda e reforçar o grupo e os acionistas com novo capital. De outro lado, o Estado tinha interesse na colonização. Esta foi a forma mais barata e mais rápida para fazer produzir as terras em mata.

Após esta explicação teórica, vamos a uma questão datada de 1850, a Lei de Terras. E como foi um ponto estratégico para a transformação da terra em mercadoria e, posteriormente, na incorporação do trabalho ao domínio da produção. A promulgação da Lei de Terras e a conseqüente transformação da terra em mercadoria, em 1850, foram uma reordenação jurídico-administrativa que deu suporte à incorporação de extensas matas à rápida produção de excedentes, via pequena propriedade de colonos.

Todo o movimento histórico do Contestado, especificamente as guerras no Contestado, tinham como pressuposto a incorporação da terra ao capital. O capital – uma vez hegemônico na região – tendo incorporado a terra (a propriedade da terra) ao movimento da sociedade capitalista, incorporou, pouco a pouco, também o trabalho assalariado. Dessa forma, cumpriu-se o movimento do capital: transformar a terra em feição de mercadoria e o trabalhador em mercadoria, em função de seu valor de troca. É o que José de Souza Martins denomina dois momentos históricos que ocorreram – os processos de expropriação e de exploração: "O quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da *expropriação* e da *proletarização* dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra" (MARTINS, 1980, p. 17).

Esse movimento de incorporação tem a ver com o Estado oligárquico brasileiro. Na Primeira República começaram a alterar "as funções e a própria estrutura do Estado Brasileiro" (IANNI, 1986, p. 25). O Estado oligárquico foi um Estado burguês, mas atuava com uma modalidade singular de organização do poder político-econômico "em termos de estruturas de dominação-subordinação" (IANNI, 1986, p. 25). Como tal, o movimento da sociedade capitalista em inícios do Século XX revela "a acentuação dos conteúdos burgueses". Criando condições para o pleno desenvolvimento do Estado burguês, um sistema que "engloba instituições políticas e

econômicas, bem como poderes e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês" (IANNI, 1986, p. 25).

É preciso ver que no Estado oligárquico, no Brasil, as burguesias agrária e comercial, ligadas ao setor externo (exportação e importação), tinham controle exclusivo do poder político. A partir de 1930, perderam completamente o domínio do poder político federal e estadual (IANNI, 1984, p. 117). Isso significa que, a partir de 1930, ocorre o predomínio do setor industrial sobre o setor agrário. A reprodução do capitalismo passou a ser governada pela reprodução do capital industrial (IANNI, 1984, p. 117).

> O estado oligárquico, vigente durante a Primeira República, em 1889-1930, é todo ele marcado pelo arbítrio dos governantes contra setores populares que se organizavam para reduzir a exploração; ou lutavam para avançar em conquistas democráticas. Muitos padeciam a violência oligárquica, sob a forma estatal e privada: os seguidores de Antônio Conselheiro, em Canudos; os seguidores de João Maria, no Contestado; colonos nas fazendas de café, quando realizavam greves protestando contra as condições de trabalho e remuneração; operários nas fábricas e oficinas, por ocasião de assembléias e greves; seringueiros na Amazônia, quando tentavam escapar das malhas da escravização organizada no sistema de aviamento; populares do Rio de Janeiro, em 1904, quando protestavam contra a vacinação obrigatória (IANNI, 1984, p. 14).

Na política iniciada por Campos Salles (1898-1902), seguindo à abolição da escravatura e à queda da Monarquia, organiza-se um novo bloco agrário, representado no Estado oligárquico que predominou durante a Primeira República: "Tratava-se de entregar cada Estado federado, como fazenda particular, à oligarquia regional que o dominasse, de forma a que esta, satisfeita em suas solicitações, ficasse com a tarefa de solucionar os problemas desses Estados, inclusive pela dominação, com a força, de quaisquer manifestações de resistência" (SODRÉ, 1962, p. 306).

> É no final do século XIX e começo do século XX, na presidência de Campos Sales, que se inaugura a política dos governadores, mediante a qual a sustentação da presidência da República e, reciprocamente, dos governadores, se dava com base num sistema de trocas de favores políticos. Os governadores, por sua vez, operavam dentro do mesmo esquema através de um sistema de trocas com os chefes políticos do interior, os coronéis (MARTINS, 1981, p. 46).

Geralmente, entre o presidente ou o chefe estadual e a massa votante se interpunham os coronéis e então tinha ele de se entregar a um trabalho muito habilidoso com o fim de harmonizar e coordenar as diferentes correntes e influências de modo a se manter no poder. Este resultado era conseguido por meio de um pacto tácito: o governo não se metia no município onde o coronel

tinha carta branca para fazer o que quisesse, e em troco recebia o apoio do coronel (QUEIROZ, 1986, p. 118).

A "política dos governadores", que se impôs a Campos Sales, se acomodava na realidade existente, a do grupo municipal, que tinha por fulcro o coronel.

> Era, em escala federal, a mesma combinação existente no plano estadual, entre os presidentes de estado e os coronéis: dá-me teu apoio e terás carta branca. Mas era também a única combinação capaz de manter a estabilidade de uma República, construída sobre a base precária e instável dos interesses particulares e das lutas municipais (QUEIROZ, 1986, p. 122-123).

Dessa forma, o movimento histórico do capital na Região do Contestado revela uma política econômico-social coerente com o Estado intervencionista associado aos grupos monopólicos estrangeiros; revela a ruptura nos costumes e na forma de viver e trabalhar da população; revela, ainda, a transição de uma época de poucas escolas e de formação de homem para uma política educacional de atendimento à população, já na época da colonização em marcha.

Em meio à crise causada pelo impacto do estado, do capital e dos problemas econômicos, o homem do Contestado provocou comportamentos de reação. Uma análise histórica revela que a reação dos caboclos espoliados baseou-se num saudosismo transfigurador, uma utopia retroativa. Tratou-se de uma valorização do passado, em que não havia exploração e expropriação: a época monárquica, idealizada pelos caboclos como uma época em que não havia mortes e violências; correlata vai a idéia de que a República trouxe o Estado opressor. Uma segunda reação fundou-se na experiência de luta, tirada do passado, como por exemplo, a formação dos Doze Pares de França e São Sebastião guerreiro. A terceira reação assentou-se numa cimentação religiosa: os monges e sua religiosidade popular. No entanto, as causas da reação foram a exploração e a espoliação do espaço caboclo pelo grupo monopólico associado ao Estado.

Escapou ao homem do Contestado a obtenção dos alimentos – coleta, caça e pesca; agora, tudo virou mercadoria. Passou-se de uma economia quase auto-suficiente do caboclo e, também, do fazendeiro para o âmbito da economia capitalista. Nesta nova situação, o homem do Contestado, sem poder persistir na sua economia de níveis mínimos, tem que comprar todos os seus víveres, alterando substancialmente sua dieta. Tem que comprar, igualmente, a sua educação escolar. Em conclusão, ele consegue persistir, em alguns aspectos de seu equipamento cultural – incluídas a educação (para os fazendeiros) e a formação (para os caboclos) – e das formas sociais, oriundas de período anterior. O outro fato é que vive formações novas, oriundas do impacto do

mercado que abateu todas as estruturas velhas. O mercado realizou a incorporação progressiva da população na esfera moderna, dominada pela propriedade, pelas leis do estado, presentes por toda a região, pela introdução do trabalho assalariado e pela maior dependência em relação aos centros urbanos.

> A revolução de 30 assinala a transição para uma época na qual se dinamizam processos econômicos, políticos, culturais, demográficos e outros tais, como os seguintes: industrialização, urbanização, sindicalismo estatal, intervencionismo governamental crescente na economia, fortalecimento do aparato estatal, principalmente do executivo. Devido à "nova" configuração das classes sociais urbanas e às suas relações de força, o Estado começa a expressar um novo arranjo de classes: burguesia cafeereira, comercial, industrial e imperialista, em associação com setores da classe média e operários (IANNI, 1984, p. 16).

A linha de tempo-e-espaço da História Regional do Contestado, anteriormente esboçada até o final da República Velha, continua, a partir daqui, enfocando que algumas das primeiras vilas foram logo elevadas à categoria de cidades, como Caçador, Videira, Tangará, Capinzal, Piratuba, num primeiro momento, e Rio das Antas, Pinheiro Preto, Ibicaré, Treze Tílias, Lacerdópolis, Ouro e Ipira, logo em seguida. Destes, mais tarde, nasceram Macieira, Salto Veloso, Arroio Trinta, Luzerna, Iomerê e Jaborá. No Alto Uruguai despontou Concórdia, do qual também originaram-se os municípios de Presidente Castelo Branco, Lindóia do Sul, Ipumirim, Arabutã e Alto Bela Vista. Em áreas pouco contempladas com projetos de colonização, nos antigos Campos de Palmas-de-Baixo prosperaram as cidades de Água Doce, Catanduvas, Irani e Ponte Serrada. Matos Costa surgiu nos antigos Campos de São João, e Calmon nos Campos de São Roque. Fraiburgo originar-se-ia na área do Campo da Dúvida, Taquaruçu e Butiá Verde, enquanto que Lebon Régis, Santa Cecília e Timbó Grande foram as primeiras cidades na Serra do Espigão. O Município de Campos Novos logo cedeu terrenos também para a formação dos municípios de Herval d'Oeste, Erval Velho e Monte Carlo. Em seguida, para Brunópolis, Vargem, Abdon Batista, Zortea e Ibiam. Por sua vez, Curitibanos manteve a integridade territorial por muitos anos, até que cedeu terras para Correia Pinto e Ponte Alta, depois para São Cristóvão do Sul, Ponte Alta da Norte e Frei Rogério. Completando o desenvolvimento municipal na Região do Contestado, temos que, no Planalto Norte, desmembrados de Porto União, Canoinhas e Mafra, surgiram os municípios de Três Barras, Irineópolis, Papanduva, Major Vieira, Monte Castelo e Bela Vista do Toldo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raul d'. *História de Rio Negro*. Rio Negro: 1975.

ALVES, Vânia Maria. *A Escola Confessional e a Crise de identidade: um estudo de caso sobre o Colégio Bom Jesus de Palmas – PR*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdades Integradas Católicas de Palmas. Palmas, 2003.

AMARAL, Antéro Freitas do. *Syndicato Farquhar. Fôrça e Grandeza. Assalto e Conquista. Nacionalismo.* Rio: [s.n.], 1915.

ANTUNES, Ezequiel. *O Contestado entre Paraná e Santa Catharina*. Belém: Imprensa Oficial, 1918.

ALBUQUERQUE, Mario Marcondes de. *Contestado: Distorções e Controvérsias*. Col. Estante Paranista, 30. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

ARINOS, Afonso. *Histórias e Paisagens*. Rio: [s.n.], 1921.

AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858*. Col. Obras Raras IV. Rio: INL, 1953.

ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira de. *A Campanha do Contestado*. v. I e II. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1917.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla*. 3 ed. Florianópolis: UFSC, 1997.

AZZI, Riolando. *O Catolicismo Popular no Brasil; aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski. *Poloneses em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.

BALHANA, Altiva. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná.* V. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.

BARRADAS, Joaquim da Costa. *Memorial por Parte do Paraná na Acção Originaria de Reivindicação sobre limites territoriaes entre os Estados do Paraná e Santa Catharina*. Rio: STF, 1902.

BATISTA, Mauro. *Os Cultos Afro-Brasileiros*. In: STUDIUM THEOLOGICUM-CURITIBA: *A Religião do Povo*. Curitiba: PUC, 1976.

BOUTIN, Leônidas. *Colônias Indígenas na Província do Paraná.* In: Boletim do IHGEP, v. XXXVI, 1979. Curitiba: IHGEP, 1979.

BRAGA, Antonio Pereira. *Concessão de Terras. Estudo critico da impugnação aos direitos da Companhia Estrada de Ferro S.Paulo-Rio Grande.* Rio: Typ. Jornal do Commercio, 1921.

BRASILIANO, Rubio. *O Rio Grande do Sul e a Cisplatina*. Porto Alegre: Globo, 1935.

BLASI, Paulo. *Campos Novos. Um pouco de sua História*. Florianópolis: EDEME, 1994.

BROD S.J., Benno. *Os Messianismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1974.

BIGG-WITHER, Thomas P. *Novo Caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná. Três anos em suas florestas e campos – 1872/1875*. Rio/Curitiba: Olympio/UFPR, 1974.

BRUXEL, Arnaldo. *Os Trinta Povos Guaranis*. Porto Alegre/Caxias do Sul: Sulina/UCS, 1978.

BREVES, Wenceslao de Souza Breves. *O Chapecó que eu conheci*. In: Revista do IHGSC, 3 f. n. 6, 1985. Florianópolis: IHGSC, 1985, p. 7-73.

CIDADE, Francisco de Paula. *Dois Ensaios de História. Rio Grande do Sul - da História pela Geografia.* Rio: Exército, 1966.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 2 ed. São Paulo: Laudes, 1970.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues, SANTOS, Silvio Coelhos dos, et. al. Povo e Tradição em Santa Catarina. Florianópolis: Edeme, 1971.

CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-1979).* Florianópolis: UFSC, 1990.

CARNEIRO, Delci Maria Klieman. ZANETE, Dilce Maria. ZONTA, Solange. *Conhecendo Porto União.* Porto União: Prefeitura, 1991.

CARVALHO, Setembrino. *Campanha do Contestado*. Relatório ao Clube Militar. Rio, Exército, 1916.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro.* 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

CELESTINO, Ayrton Gonçalves. *Os Bucovinos do Brasil... e a História de Rio Negro.* Rio Negro: [s.n.], 2002.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai.* Rio: Bibliex, 1980.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. *O fenômeno da religiosidade popular e a atuação da Igreja no meio rural.* In: Revista Roteiro. Joaçaba: FUOC (5), II, abr./jun. 1981.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. *Santa Catarina: Diagnóstico da Educação*. v. 1. Florianópolis: CEE/SC, 1993.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. *1962-1992: 30 anos*. Edição Comemorativa. Informe Especial. Florianópolis: CEE/SC, mai. 1992.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. *Diagnóstico da Educação em Santa Catarina.* Florianópolis: CEE/SC, 1980.

COSTA, Licurgo. *O Continente das Lages*. v. I , II e III. Florianópolis: FCC, 1982.

_____. *Um Cambalacho Político. A verdade sobre o "acordo" de Limites Paraná-Santa Catarina.* Florianópolis: Lunardelli, 1987.

COSTA, Otacílio. *História de Lajes (Apontamentos).* Florianópolis: Governo do Estado, 1944.

CIMI-REGIONAL SUL. *Toldo Chimbangue. História e Luta Kaigang em Santa Catarina.* Xanxerê: 1984.

CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A Secretaria da Justiça e sua relação com a Educação.* Florianópolis: UFSC/Arquivo Público, 1985.

CPEAS. Centro Pastoral Educacional e Assistencial Dom Carlos. MENDES, Adilson Miranda. RODRIGUES, Eloyna Ribas Rodrigues. ROCHA FILHO, João Paulo (Orgs,). *Dom Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira de Mello. Biografia Documental.* Palmas: CPEA, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã*. 2 ed. Revista e ampliada. Rio: Francisco Alves, 1986.

CRUZ, Ecleides de Fátima Bleichuvel. *Duas Instituições e um Projeto: Igreja, Escola e Nacionalização no Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina – 1917-1945.* Dissertação (Mestrado em História) - Universidade católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC/RS, 2000.

DAMANTE, Hélio. *Folclore Brasileiro*. Rio: FUNARTE, 1980.

DALLABRIDA, Norberto. *A Fabricação Escolar das Elites. O Ginásio Catarinense na Primeira República.* Florianópolis: UDESC / Cidade Futura, 2001.

D'ANGELIS, Wimar da Rocha. *Índios e Colonos: uma solução "modelo" da Nova República.* In: Anais do Museu de Antropologia 1985/1986, a. XVII, n. 18. Florianópolis: UFSC, dez. 1989.

DIEL, Paulo Fernando. *Religião e Religiosidade. A Contribuição dos Franciscanos no Desenvolvimento Religioso, Cultural, Político e Econômico de Palmas e Região (1903-1958).* Curitiba: Assembléia Legislativa, 2004.

DEQUECH, Napoleão. *Revista do Cinqüentenário do Município de Mafra*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1967.

DORNAS FILHO, João. *Aspectos da Economia Colonial*. Rio: [s.n.], 1958.

DOURADO, Ângelo. *Os Voluntarios do Martyrio. Factos e Epizodios da Guerra Civil*. Pelotas: Americana, 1896.
ESTADO DE SANTA CATHARINA. Collecção de Leis do anno de 1926. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1927.
ESTADO DE SANTA CATARINA. Collecção de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias do Estado de Santa Catharina. V. I, 1910-1930. Florianópolis: Moderna/Folha Nova, 1930.
EHLKE, Cyro. A Conquista do Planalto Catarinense. Rio: Laudes, 1973.
ESPIG, Márcia Janete. *A Presença da Gesta Carolíngia no Movimento do Contestado.* Dissertação de Mestrado na UFRG. Mimeo. Porto Alegre, 1998.
FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos; gênese e lutas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização, 1978.
FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE UNIÃO DA VITÓRIA. *Dídio Augusto. In Memoriam*. Coleção Vale do Iguaçu n. 67. União da Vitória: FAFI, 1994.
FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. 2 v., 3 ed. Porto Alegre: Globo, 1976.
FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978.
FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. *Concórdia: O Rastro de sua História*. Concórdia: Prefeitura, 1992.
FICKER, Carlos. *História de Joinville. Subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca*. 2 ed. Joinville: Ipiranga, 1965.
FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da Evolução do Ensino Público. Ensino Público e Política de Assimilação Cultural no Estado de Santa Catarina nos Períodos Imperial e Republicano.* Florianópolis: SEE/SC, 1975.
FLORES, Moacyr. *O Partenon e a Abolição da Escravatura em Porto Alegre*. In: FLORES, Moacyr (Org.). *Cultura Afro-Brasileira*. Porto Alegre: Escola de Teologia, 1980.
FRANCO, Homero (TERRA, Mano). *Raízes da América Gaúcha.* Florianópolis: Ilha Xucra, 1993.
GOULART, José Alípio. *Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil*. Rio: Conquista, 1961.
GUIMARÃES, Alencar. *Questão de Limites Paraná-Santa Catharina. Actos e Factos*. Curitiba: [s.n.], 1916.

GUIMARÃES, Orestes. *Nacionalização do ensino primário*. Blumenau: Typographia Car Wahle, 1929.

GREGÓRIO, José (Irmão Marista). *Contribuição Indígena ao Brasil*. vol. I, II, e III. Belo Horizonte: UBEE, 1980.

HEINEN, Pe. Luiz. *Colonização e Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina*. Joaçaba: UNOESC, 1997.

HEINSFELD, Adelar. *A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o Início da Colonização Alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe-SC.* Joaçaba: Unoesc, 1996.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro 1550-1800.* Petrópolis: Vozes, 1978.

HORBATIUK, Paulo. Imigração Ucraniana no Paraná. Col. Vale do Iguaçu, 56. União da Vitória: FAFI, 1983.

IANNI, Octávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio: Civilização Brasileira, 1966.

_____*O Ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio: Civilização . Brasileira, 1986.

INCRA. Processo INCRA SR-10/SC nº 54210.000354/2004-40).

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. *Catarinensismos.* Florianópolis: Ademe, 1974.

KEITH, Henry Hunt. *Soldados Salvadores: as Revoltas Militares Brasileiras de 1922 e 1924 em Perspectiva Histórica.* Trad. Antonio Patriota. Rio: Bibliex, 1989.

KREUTZ, Lúcio. *Magistério e Imigração Alemã. O Professor Paroquial Católico Teuto-Brasileiro do Rio Grande do Sul no Movimento da Restauração.* São Paulo: PUC, 1985. Tese (Doutorado em Educação).

KLUG, João. *A Escola Alemã em Santa Catarina*. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de Escolas. Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 141-154.

LAYTANO, Dante de. *A Estância Gaúcha*. Documentário da Vida Rural, 4. Rio: Informação Agrícola, 1952.

LEMOS, Zélia de Andrade. *Curitibanos na História do Contestado*. Florianópolis: Governo Estadual, 1977.

LESSA, Barbosa. *Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo*. Rio: Globo, 1984.

LAZIER, Hermógenes. *Origem de Porto União da Vitória.* Porto União: Uniporto, 1985.
LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina: Dimensões e Perspectivas.* Florianópolis: UFSC, 1978.
LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto.* 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
LIRA, Mariza. *Migalhas Folklóricas*. Rio: Laemmert, 1951.
LENZI, 1977
LEMOS, Alfredo de Oliveira. *A História dos Fanáticos em Santa Catarina*. Passo Fundo: Berthier, 1989.
LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
LUCIANO, Fábia Liliã. *Gênese e Expansão do Magistério Público na Província de Santa Catharina nos anos de 1836-1889.* Tese de Doutorado em Educação na Universidade Estadual de Campinas, 2001.
LUYTEN, Sonia Maria Bibe. *Comunicação e Aculturação. A colonização holandesa no Paraná.* Série Comunicação, 22. São Paulo: Loyola, 1981.
LUZ, Aujor Ávila da. *Os Fanáticos - Crimes e Aberrações da Religiosidade dos nossos Caboclos.* Florianópolis: 1952.
LUZ, Aujor Ávila da. *Santa Catarina, Quatro Séculos de História. XVI ao XIX.* Florianópolis: Insular, 2000.
MAFRA, Manoel da Silva. *Exposição Historico-Juridica por parte do Estado de Santa Catharina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná*. Rio: Imprensa Nacional, 1899.
_____. *Acção Ordinaria Originaria nº 6. Autor: o Estado de Santa Catharina. Réo: o Estado do Paraná. Questão de Limites*. Rio: Alexandre Ribeiro, 1900.
MARTORANO, Dante. *Clímax da Violência Catarinense*. In: O Estado. Florianópolis,[s.d.].
_____. *A centenária guarda nacional.* In: O Estado. Florianópolis: [s.d.].
MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os Errantes do Novo Século; um estudo sobre o surto milenarista do Contestado.* Série Universidade 2. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
MARTINS, Romario et ABREU, Alberto de. *O Livro do Mate*. Curitiba: 1916.
MARTINS, Romario. *Ilex-Mate – Chá Sul-Americano.* Curitiba: Paranaense, 1926.
_____. *História do Paraná*. 3 ed. Curitiba: Guaíra, [s.d.].
_____. *Soldados do Paraná na Revolução Farroupilha***.** In: Boletim IHGEP v. XXIII, Curitiba: 1974.

MARTINS, José de Souza. *Dominação e expropriação: o messianismo na resistência política do subalterno*. In: Revista Roteiro. Joaçaba: FUOC (5), II, abr./jun. 1981.
MARTINS, José de Souza. *Expropriação & Violência. A questão política no campo*. Col. Ciências Sociais. São Paulo: HUCITEC, 1980.
MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
MATOS, Teófilo. *Culinária Serrana de São Joaquim*. In: Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, a. XVII, n. 32. Florianópolis: FCC, nov. 1979.
MELO JÚNIOR, Cordovan Frederico de. *União da Vitória - Nossa Escola, Nossa História.* Coleção Vale do Iguaçu n. 60. União da Vitória: FAFI, 1990.
MARCONDES, Heverzita Fortes. *História da Terra e da Gente de Palmas*. In: Revista Educação Hoje. Ed. Especial. V. 3. Palmas: FAFI, abr. 1977.
MACHADO, Brasil Pinheiro, ett alli. *História do Paraná.* Curitiba: Grafipar, 1969.
MARCON, Telmo. *Memória, História e Cultura*. Chapecó: Argos, 2003.
MEIRINHO, Jali. *República e Oligarquias. Subsídios para a História Catarinense (1889-1930).* Florianópolis: Insular, 1997.
MELLO, Silvio Luzardo de Almeida. *O Exército e a Abolição da Escravatura. O Exército e a Proclamação da República.* Florianópolis: Insular, 2003.
MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck (Org.). *Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1854 a 1889.* Campinas: Autores Associados / SBHE, 2000.
MOMBELLI, Raquel. *Invernada dos Negros: herança e expropriação da terra no Meio Oeste Catarinens.* Relatório apresentado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia da UFSC, Florianópolis: 2001.
MIRANDA, M. C. Tavares de. *Educação no Brasil – Esboço de Estudo Histórico*. Recife: UFP, 1975.
MORAES, Maria Célia Marcondes de. *Reformas de Ensino, Modernização Administrada; a experiência de Francisco Campos: anos vinte e trinta.* Col. Teses/NUP, 5. Florianópolis: UFSC, 2000.
MUNARIM, Antonio. *Educação e Esfera Pública na Serra Catarinense. A experiência política do Plano Regional de Educação*. Col. Teses NUP 4. Florianópolis: UFSC, 2000.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República.* 1ª reimpressão. São Paulo/Rio: EPU/MEC, 1976.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Grupos Escolares na Região dos Campos Gerais.* In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.) *Grupos Escolares.* Campinas: Mercado de letras, 2006.

NAZARO, Lucy Salete Bortolini. *Palmas, uma História de Fé, Luta e Garra de um Povo.* Palmas: Ed. Kaigang, 1999.

NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954).* Porto Alegre: PUC, 1999. (Dissertação de Mestrado)

NUMERIANO, Roberto. *O que é Guerra.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORNELLAS, Manoelito d'. *Gaúchos e Beduínos.* Rio: Olympio, 1948.

OLIVEIRA, Célio Alves de. *Monge João Maria, protagonista de um mito na região do Contestado.* In: Revista UNOESC /Joaçaba. Joaçaba: (25), v. XII, jul/dez. 1991.

OURIQUE, Alfredo Ernesto Jacques. *Questão de Limites entre o Paraná e Santa Catarina.* Rio: Exército, 1887.

OTTO, Claricia. *As Escolas Italianas entre o político e o cultural: discursos e tensões na construção de sujeitos.* In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de Escolas. Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 105-114.

PAYER, Maria Onice. *Memória da Língua. Imigração e nacionalidade.* Campinas: UNICAMP / IEL, 1999. (Tese de Doutorado).

PAULI, Evaldo. *Hercílio Luz - Governador Inconfundível*. Florianópolis: Governo do Estado, 1976.

PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província Dr. Adolpho Lamenha Lins apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, em 16.07.1877*. Curytiba: Typ. da Viúva Lopes, 1877.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Col. História & Reflexões. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIETERS, Thomas. *O Espírito Messiânico das Invasões Holandesas*. In: Revista Roteiro. Joaçaba: FUOC, (5), II, abr/jun. 1981.

_____. *O Messianismo no Contestado*. O Contestado. Caçador: mar. 1978.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado; episódios e impressões.* Rio: 1916.

PEREIRA, Nereu do Vale. *O Escravo numa Economia Minifundiária*. Florianópolis: UDESC, 1975.

PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua História*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.

_____. *A Colonização de Santa Catarina*. 3 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

_____. *O Ensino em Santa Catarina (1500-2003).* Florianópolis: 2004. [Mimeografado]

PAUWELS, Pe. Geraldo S.J. *Descripção Geographica e Historica da Divisa Litigiosa entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catharina.* Porto Alegre: Centro, 1926.

POLI, Jaci. *Caboclo: Pioneirismo e Marginalização*. In: Para uma História do Oeste Catarinense. Chapecó: UNOESC, 1995.

PRATTA, Marco Antonio. *Mestres, Santos e Pecadores. Educação, Religião e Ideologia na Primeira República Brasileira*. São Carlos: RiMa, 2002.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social; a Guerra Sertaneja do Contestado.* Ensaios 23. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *La "Guerre Sainte" au Brésil: Le Mouvement Messianique du "Contestado".* São Paulo: Boletim USP (187), 1957.

_____. *O Messianismo no Brasil e no mund*o. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios.* Col. Ciências Sociais, série 1, v. 5. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. *O Campesinato Brasileiro Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.* São Paulo/ Petrópolis: USP / Vozes, 1973.

RADIN, José Carlos. *Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense.* Joaçaba: Unoesc, 1997.

REFFESTIN, C. *Por uma Geografia no Poder*. São Paulo: Ática, 1980.

RIESEMBERG, Alvir. *A Instalação Humana no Vale do Iguaçu*. Curitiba: 1973.

_____. *Nhá Marica, Minha Avó. Um Estudo de Aculturação*. Curitiba: Roesner,1969.

RITTER, Marina da Lourdes. *As Sesmarias do Paraná no Século XVIII.* IHGEP, Estante Paranista 9. Curitiba: IHGEP, 1980.

RODERJAN, Roselys Vellozo. *Os Curitibanos e a Formação de Comunidades Campeiras do Brasil Meridional (séculos XVI-XIX).* Estante Paranista, 36. Curitiba: IHGEP, 1992.

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil.* São Paulo: Fulgor, 1965.

RODRIGUES, Manoel Coelho. *Questão de Limites entre os Estados do Paraná e Santa Catharina. Memoria por parte do Estado do Paraná. Expositiva dos Documentos e Mappas colligidos e classificados em 1905 pelo Conselheiro Carlos Augusto de Carvalho.* Rio: Olympio, 1906.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil.* 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ROMÃO, Jeruse. CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido de. *Negros e Educação em Santa Catarina: retratos de exclusão, invisibilidade e resistência.* In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de Escolas*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Os Índios Xokleng - Memória Visual.* Florianópolis: FSC/Univalli, 1997.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e Brancos no Sul do Brasil.* Florianópolis: Edeme, 1973.

SACHET, Celestino. SACHET, Sérgio. Santa Catarina – 100 anos de História. Do Povoamento à Guerra do Contestado. v. 1. Florianópolis: Século Catarinense, 1997.

SINZIG, Frei Pedro. Frei Rogério Neuhaus O.F.M. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1939.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Provincia de São Paulo.* São Paulo: USP/Itatiaia, 1986.

SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia. SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território - Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec / ANPUR, 1994.

SAVIANI, Demerval, LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (Org.). *História e História da Educação*. Campinas: Autores Associados/Histedbr, 1998, p. 11.

SCAPIN, Alzira. *Videira nos Caminhos de sua História.* Videira: Prefeitura Municipal, 1996.

SACHWEH, Maria da Salete. *Educação: Dominação e liberdade na guerra santa do Contestado.* Florianópolis: Imprensa oficial, 2002.

SEYFERTH, Giralda. *Colonização, Migração e a Questão Racial no Brasil.* Rio: UFRJ. Disponível em < http://www.usp.br/revistausp/n53/giralda.html>. [Acesso em 2005].

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e Identidade Étnica.* Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, Cleto da. *O Contestado diante das carabinas.* Curitiba: Paranaense, 1920

_____. *Apontamentos Históricos de União da Vitória (1768-1933).* União da Vitória: [s.n.], 1933.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. *Vitrines da República: Os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889-1930).* In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971).* Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 341-376.

SOARES, J. O. Pinto. *Guerra em Sertões Brasileiros.* Rio: Papelaria Velho, 1931.

SOUZA, Fredericindo Marés de. *O Presidente Carlos Cavalcanti e a Revolta do Contestado.* Estante Paranista 29. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF. *Acção Originaria de Reivindicação sobre limites territoriaes entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Memorial por parte do Paraná.* Rio: Olympio, 1902.

_____. STF: Acórdão 1904.

_____. STF: Acórdão 1909.

_____ .STF: Acórdão 1910.

SOARES, Doralécio. *Folclore Brasileiro – Santa Catarina*. Rio: FUNARTE, 1979.

STROBEL, Gustav Hermann. *Relatos de um Pioneiro da Imigração Alemã*. Trad. Egon Strobel. Estante Paranista, 27. Curitiba: IHGEP, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SINZIG, Frei Pedro. *Frei Rogério Neuhaus*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1939.

SILVA, Osmar Romão da. *Canoinhas*. Florianópolis: IBGE-DEE, 1941.

SOUZA, João Francisco de. *É hora de justiça.* O Contestado. Caçador: jun.1977.

SOUZA, Rosa Fátima de. *O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas.* Campinas: Ed. Unicamp, 1998

_____. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910).* São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

_____. *Espaço da educação e da civilização: as origens dos grupos escolares no Brasil*. In: *O legado educacional do século XIX.* Araraquara: FCL-UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A Contribuição dos Estudos sobre Grupos Escolares para a Renovação da História do Ensino Primário no Brasil.* In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares. Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil* (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 21-56.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército.* Rio: Paz e Terra, 1990.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. *Vitrines da República: os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889-1930).* In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.) *Grupos Escolares.* Campinas: Mercado de letras, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores. A Origem da Lei Negra*. Trad. Denise Bottmann. 2 ed. Col. Oficinas da História. Rio: Paz e Terra, 1997.

TOKARSKI, Fernando. *Saga polonesa na região do Contestado*. Joinville: A Notícia, Supl. Anexo, 16 jan.2000

_____. *Cronografia do Contestado. Apontamentos Históricos da Região do Contestado e do Sul do Paraná*. Florianópolis: IOESC, 2002.

_____. *Andar na aula: uma salvaguarda do polonismo*. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de Escolas. Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 69-104.

TAUNAY, Afonso E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*.

TOBIAS, José Antonio. *História da Educação Brasileira*. 2 ed. São Paulo: Juriscredi, 1972.

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. *Toiro Passante V - 1ª Parte: Tempo de República Democrática.* Estante Paranista 39. Curitiba: 1994.

THOMÉ, Nilson. *Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado*. Caçador: UnC/Incon, 1992.

_____. *Os Iluminados. Personagens e Manifestações Místicas e Messiânicas do Contestado.* Florianópolis: Insular, 1999.

_____. *A Política no Contestado: do Curral da Fazenda ao Pátio da Fábrica.* Caçador: UnC, 2002.

_____. *Primeira História da Educação Escolar na Região do Contestado*. Caçador: UnC, 2002.

_____. *Trem de Ferro – A Ferrovia no Contestado*. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

_____. *Pioneirismo da Imigração Alemã, em Santa Catarina, na Região do Contestado.* Caçador; UnC, 2004.

_____. *Breve História da Guerra do Contestado*. Caçador; UnC, 2005.

_____. *Uma nova História para o Contestado*. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2004.

VIANNA, Oliveira. *Populações Merdidionais do Brasil* – v. 2. *O Campeador Rio-grandense*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: UFF, 1987.

WACHOWICZ, Lílian Anna. *Relação Professor-Estado no Paraná Tradicional*. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1984.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização*. Estante Paranista, 21. Curitiba: IHGEP, 1985.

_____. *Tomas Coelho, uma comunidade camponesa*. Araucária: ed. autor, 1977.

_____. *O Comércio da madeira e a atuação da Brazil Railway no Sul do Brasil.* In: Boletim IHGEP, v. XLII, a. 1984. Curitiba: IHGEP, 1984.

_____. *O Xokleng na Província do Paraná; Aldeamento de Papanduva.* In: Boletim do IHGEP, v. XXXVII, a. 1980. Curitiba: IHGEP, 1980.

_____. *Tomas Coelho, uma comunidade camponesa*. Araucária: ed. autor, 1977.

WOITOWICZ, Karina Janz. *História, Mídia & Memória.* Ponta Grossa: Curso de Jornalismo da UEPG, Monografia de Conclusão de Graduação, 1999.

ZILLES, Urbano. *Religiões - Crenças e Crendices*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

ZINKO, Basílio. *Escolas Particulares Ucranianas no Brasil*. Prudentópolis: Pe. Basilianos, 1960.

<u>Coleções de Jornais:</u>

- *República ,* de Florianópolis.
- *A Gazeta*, de Florianópolis.
- *Folha do Comércio*, de Florianópolis.
- *O Paíz,* de Rio de Janeiro.
- *A Ilustração Brasileira*, de Rio de Janeiro.
- *O Melhor*, de Canoinhas.
- *Diário,* de Porto Alegre.
- *O Dia*, de Florianópolis.
- O Paraná, de Ponta Grossa.
- *Imparcial,* de Canoinhas.
- *A Noite*, do Rio de Janeiro.

- *Diário da Tarde*, de Curitiba.
- *O Estado*, de Florianópolis.
- *Correio do Povo*, de Porto Alegre.
- *O Palmense* – Palmas.
- *Folha do Comércio* – Florianópolis.
- *O Estado de São Paulo* - São Paulo.
- *O Estado do Paraná* – Curitiba.

Entrevistas pessoais com caboclos antigos moradores do Contestado:

- Maria Alves de Mello - Fraiburgo, em abril de 1977, para Nilson Thomé.
- Anunciação Palhano - Fraiburgo, em maio de 1977, para Nilson Thomé, e em novembro de 1984, para Regina Lucas e Maria Elizete Ribas Fragoso.
- Maria Cândida Palhano - Fraiburgo, em fevereiro de 1977, para Nilson Thomé, e em novembro de 1984, para Regina Lucas e Maria Elizete Ribas Fragoso.
- Francisco Palhano - Fraiburgo, em maio de 1977, para Nilson Thomé, e em novembro de 1984, para Regina Lucas e Maria Elizete Ribas Fragoso.
- Amélia Ribeiro Dias de Andrade - Fraiburgo, em abril de 1977, para Nilson Thomé, e em novembro de 1980, para Alexandrina Furlan Zago, Celso Perotto, Ermildo Alexandre e Neuza Mezari.
- Angelino Felix - Fraiburgo, em novembro de 1980, para Alexandrina Furlan Zago, Celso Perotto, Ermildo Alexandre e Neuza Mezari.
- Crescênio Gonçalves Ribeiro - Fraiburgo, em abril de 1977, para Nilson Thomé, e em novembro de 1980, para Alexandrina Furlan Zago, Celso Perotto, Ermildo Alexandre e Neuza Mezari.
- Rosa Maria Gonçalves - Fraiburgo, em fevereiro de 1978, para Nilson Thomé, e em novembro de 1980, para Alexandrina Furlan Zago, Celso Perotto, Ermildo Alexandre e Neuza Mezari.
- Margarida Ribeiro de Andrade - Fraiburgo, em abril de 1977, para Nilson Thomé. - Silvalina Müller dos Santos - Fraiburgo, em março de 1978, para Nilson Thomé, e em novembro de 1980, para Alexandrina Furlan Zago, Celso Perotto, Ermildo Alexandre e Neuza Mezari.
- Etelvina Alves de Morais - Caçador, diversas, de 1969 a 1974, para Nilson Thomé.

- Sipriano Ribeiro da Silva - Fraiburgo, em fevereiro de 1979, para Nilson Thomé, e em novembro de 1980, para Alexandrina Furlan Zago, Celso Perotto, Ermildo e Neuza Mezari.
- Egidio José Barreto - Santa Cecília, em setembro de 1980, para Cirlei Batista Ribeiro.
- João Ribeiro da Silva - Fraiburgo, em abril de 1977, para Nilson Thomé.
- Miguel Correa de Souza - Lebon Régis, diversas vezes, de 1977 a 1990, para Nilson Thomé
- João Alves Pires - Santa Cecília, em setembro de 1980, para Cirlei Batista Ribeiro.
- Firmino Gonçalves Pontes - Fraiburgo, em abril de 1977, para Nilson Thomé.
- João Paes de Farias - Lebon Régis, em fevereiro de 1977 e em maio de 1978, para Nilson Thomé.
- Manoel Batista, - Santa Cecília, em setembro de 1980, para Cirlei Batista Ribeiro.
- Abigail Morais Sampaio - Caçador, diversas de 1973 a 2000, para Nilson Thomé.
- Crescêncio dos Passos - Santa Cecília, em setembro de 1980, para Cirlei Batista Ribeiro.
- Joaquim Alves de Souza - Lebon Régis, em maio de 1977, para Nilson Thomé.